ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLVIII Nº 100 Brasília - DF, quarta-feira, 27 de maio de 2020 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 1
Atos do Congresso Nacional 97
Atos do Poder Executivo 97
Presidência da República 106
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 130
Ministério da Cidadania 132
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 133
Ministério da Defesa 133
Ministério do Desenvolvimento Regional 134
Ministério da Economia 143
Ministério da Educação 154
Ministério da Infraestrutura 159
Ministério da Justiça e Segurança Pública 162
Ministério de Minas e Energia 164
Ministério da Saúde 165
Ministério Público da União 192
Defensoria Pública da União 192
Poder Judiciário 193
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 216

..... Esta edição completa do DOU é composta de 218 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.868 **(1)**

ORIGEM : ADI - 4868 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S) : CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
AM. CURIAE. : ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECAO DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : JULIANO RICARDO DE VASCONCELLOS COSTA COUTO (13802/DF, 60254/GO, 60254A/GO)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido formulado na ação direta para declarar inconstitucional a expressão "do Distrito Federal", constante do artigo 1º da Lei Distrital 3.361/2004, e aplicou o artigo 27 da Lei 9.868/99, a fim de consignar que o presente juízo de inconstitucionalidade somente surtirá efeitos para os processos seletivos que forem posteriores ao trânsito em julgado da presente decisão, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Marco Aurélio tão somente na questão da modulação de efeitos. Não participou deste julgamento, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Plenário, Sessão Virtual de 20.3.2020 a 26.3.2020.

Ação direta de inconstitucionalidade. 2. Lei Distrital 3361/2004. Sistema de cotas para ingresso nas Universidades e faculdades públicas do Distrito Federal. 3. Reserva de 40% das vagas para alunos que comprovem ter cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escolas públicas do Distrito Federal. 4. Discriminação em razão da origem. Critério espacial que não se justifica em razão da política de ação afirmativa que busca garantir igualdade de oportunidade aos oriundos da escola pública. 5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade da expressão "do Distrito Federal", constante do artigo 1º da Lei Distrital 3.361/2004. Modulação de efeitos.

DECISÕES
Argüição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 452 **(2)**

ORIGEM : 452 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SANTA CATARINA
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DISTRIBUIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA - ABRADEE
ADV.(A/S) : LYCURGO LEITE NETO (01530/A/DF, 56455/GO, 19216-A/MA, 018268/RJ) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JARAJUÁ DO SUL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu parcialmente da arguição e, nessa parte, julgou procedente o pedido formulado para declarar inconstitucionais as expressões referentes ao fornecimento de "energia elétrica" e "Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC", constantes do parágrafo único e *caput* do art. 1º; *caput* do art. 2º; *caput* do art. 3º; e *caput* do art. 4º da Lei n. 7.015/2015 de Jaraguá do Sul/SC, entendendo ausente efeito repristinatório das normas anteriores por permanecer em vigor o art. 6º da Lei n. 7.015/2015 de Jaraguá do Sul/SC, pelo qual se prevê a revogação expressa da norma anterior, na qual regulada parte da matéria debatida nos autos, nos termos do voto da Relatora, vencido o Ministro Marco Aurélio. Falou, pela requerente, o Dr. Rafael Lycurgo Leite. Plenário, Sessão Virtual de 17.4.2020 a 24.4.2020.

EMENTA: *ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL. CONSTITUCIONAL. ARTS. 1º A 4º DA LEI N. 7.015/2015 DE JARAGUÁ DO SUL/SC. RESTRIÇÕES A LIGAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA. LEGITIMIDADE ATIVA. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA EXPLORAR E LEGISLAR SOBRE ENERGIA ELÉTRICA. ARGUIÇÃO CONHECIDA EM PARTE E, NA PARTE CONHECIDA, JULGADA PROCEDENTE.*

1. Há legitimidade ativa das entidades de classe de âmbito nacional para o ajuizamento de ação de controle abstrato em caso de se comprovar nexo entre os objetivos institucionais e o conteúdo material dos textos normativos impugnados. Precedentes.

2. Este Supremo Tribunal admite o aditamento da inicial nas ações de controle concentrado quando se tratar de impugnação de eventual norma revogada pela norma questionada em ação pendente de julgamento. Precedentes.

3. Ao se estabelecer condicionantes para o fornecimento de energia elétrica a pretexto de regular o desenvolvimento urbano do município, o regulador municipal exorbitou de sua competência: usurpação de competência exclusiva da União para legislar sobre o serviço de energia elétrica. Precedentes.

4. Arguição parcialmente conhecida e, nesta parte, julgada procedente para declarar inconstitucionais as expressões referentes ao fornecimento de "energia elétrica" e "Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A - CELESC", constantes do parágrafo único e caput *do art. 1º,* caput *do art. 2º,* caput *do art. 3º e* caput *do art. 4º da Lei n. 7.015/2015 de Jaraguá do Sul/SC. Ausente efeito repristinatório por permanecer em vigor o art. 6º da Lei n. 7.015/2015 de Jaraguá do Sul/SC, pelo qual se prevê a revogação expressa da lei anterior, na qual regulada parte da matéria debatida nos autos.*

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 14.004, DE 26 DE MAIO DE 2020

Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO).

Art. 2º A Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....
.....

VI - as áreas objeto de títulos originariamente expedidos pela União e que tenham sido registrados nos respectivos cartórios de registro de imóveis.

§ 1º Ficam resguardados os direitos dos beneficiários de títulos expedidos pela União não registrados no cartório de registro de imóveis, observado o cumprimento de eventuais condições resolutivas.

§ 2º Sem prejuízo da transferência de que trata o art. 1º desta Lei, a exclusão das terras referidas no inciso VI do **caput** deste artigo será feita priorizando-se os títulos expedidos pela União devidamente matriculados e registrados nos respectivos cartórios de registro de imóveis e que contenham memorial descritivo com as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais.

§ 3º (VETADO).

§ 4º (VETADO).

§ 5º (VETADO)." (NR)

"Art. 3º As terras transferidas ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá deverão ser preferencialmente utilizadas em:

I - atividades agropecuárias diversificadas;

II - atividades de desenvolvimento sustentável, de natureza agrícola ou não;

III - projetos de colonização e regularização fundiária, na forma prevista na respectiva lei de terras dos Estados de Roraima e do Amapá.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias
Augusto Heleno Ribeiro Pereira
José Levi Mello do Amaral Júnior

AVISO

Foram publicadas em 26/5/2020 as edições extras nºs 99-A e 99-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

LEI Nº 14.005, DE 26 DE MAIO DE 2020

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R$ 775.994.538,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, crédito suplementar no valor de R$ 775.994.538,00 (setecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e oito reais), para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I - **superávit** financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2019, de receitas de concursos de prognósticos, no valor de R$ 502.585.581,00 (quinhentos e dois milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais); e

II - anulação de dotação orçamentária no valor de R$ 273.408.957,00 (duzentos e setenta e três milhões, quatrocentos e oito mil, novecentos e cinquenta e sete reais), conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, e à meta de resultado primário constante do art. 2º da Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, ficam anuladas as dotações orçamentárias no valor de R$ 775.994.538,00 (setecentos e setenta e cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil, quinhentos e trinta e oito reais), conforme indicado no Anexo III.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5016	**Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento**							**775.994.538**
		ATIVIDADES							
06 181	**5016 21BQ**	**Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade**							**191.616.687**
06 181	5016 21BQ 0001	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional							191.616.687
			F	3	2	30	0	118	38.323.337
			F	4	2	31	0	118	153.293.350
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
06 181	**5016 00R2**	**Aprimoramento da Segurança Pública Nacional**							**584.377.851**
06 181	5016 00R2 0001	Aprimoramento da Segurança Pública Nacional - Nacional							584.377.851
			F	3	2	31	0	118	2.998.192
			F	3	2	31	0	318	150.775.675
			F	4	2	31	0	118	78.794.078
			F	4	2	31	0	318	351.809.906
TOTAL -FISCAL									**775.994.538**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**775.994.538**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0999	**Reserva de Contingência**							**273.408.957**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
99 999	**0999 0Z00**	**Reserva de Contingência - Financeira**							**273.408.957**
99 999	0999 0Z00 6497	Reserva de Contingência - Financeira - Reserva de Contingência - Recursos provenientes de receitas próprias e vinculadas, inclusive doações e convênios							273.408.957
			F	9	0	99	0	118	273.408.957
TOTAL - FISCAL									**273.408.957**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**273.408.957**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

PEDRO ANTONIO BERTONE DE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20101 - Presidência da República

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**2.268.693**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.379.427**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.379.427
			F	3	2	90	0	100	761.699
			F	3	2	91	0	100	2.073
			F	4	2	90	0	100	615.655
04 131	**0032 2017**	**Comunicação Institucional**							**654.951**
04 131	0032 2017 0001	Comunicação Institucional - Nacional							654.951
			F	3	2	90	0	100	470.847
			F	3	2	91	0	100	184.104
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**13.527**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							13.527
			F	3	2	90	0	100	13.527
04 122	**0032 216Z**	**Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos**							**9.278**
04 122	0032 216Z 0001	Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos - Nacional							9.278
			F	3	2	90	0	100	9.278
04 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**60.133**
04 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							60.133
			F	3	2	90	0	100	60.133
04 122	**0032 6662**	**Formulação e Desenvolvimento de Políticas e Estratégias de Longo Prazo**							**4.883**
04 122	0032 6662 0001	Formulação e Desenvolvimento de Políticas e Estratégias de Longo Prazo - Nacional							4.883
			F	3	2	90	0	100	4.883
		PROJETOS							
04 211	**0032 15ST**	**Acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE**							**146.494**
04 211	0032 15ST 0002	Acessão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE - No Exterior							146.494
			F	3	2	80	0	100	146.494
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**1.123**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**1.123**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - No Exterior							1.123
			F	3	2	80	0	100	1.123
	2201	**Brasil Moderniza**							**4.882**
		ATIVIDADES							
04 122	**2201 21AN**	**Coordenação , Elaboração e Proposições para Modernização do Estado**							**4.882**
04 122	2201 21AN 0001	Coordenação, Elaboração e Proposições para Modernização do Estado - Nacional							4.882
			F	3	2	90	0	100	4.882
	2206	**Política Nuclear**							**6.449**
		ATIVIDADES							
04 122	**2206 2B27**	**Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro**							**6.449**
04 122	2206 2B27 0001	Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro - Nacional							6.449
			F	3	2	90	0	100	2.733
			F	4	2	90	0	100	3.716
	4002	**Segurança Institucional**							**757.750**
		ATIVIDADES							
04 122	**4002 219M**	**Implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF)**							**655**
04 122	4002 219M 0001	Implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) - Nacional							655
			F	3	2	90	0	100	655
04 126	**4002 21AP**	**Apoio à Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação**							**2.441**
04 126	4002 21AP 0001	Apoio à Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação - Nacional							2.441
			F	3	2	90	0	100	2.441
04 122	**4002 4693**	**Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respectivos Familiares, e Outras Autoridades**							**383.037**
04 122	4002 4693 0001	Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respectivos Familiares, e Outras Autoridades - Nacional							383.037
			F	3	2	90	0	100	131.542
			F	4	2	90	0	100	251.495
		PROJETOS							
04 122	**4002 15R5**	**Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR)**							**371.617**

04 122	4002 15R5 5664	Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR) - Em Brasília - DF							371.617
			F	4	2	90	0	100	371.617
TOTAL - FISCAL									**3.038.897**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.038.897**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**21.621**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**21.621**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							21.621
			F	3	2	90	0	100	21.621
	4002	**Segurança Institucional**							**1.788.014**
		ATIVIDADES							
04 183	**4002 2684**	**Ações de Inteligência**							**1.788.014**
04 183	4002 2684 0001	Ações de Inteligência - Nacional							1.788.014
			F	3	2	90	0	100	349.251
			F	4	2	90	0	100	1.430.406
			F	4	2	90	0	263	8.357
TOTAL - FISCAL									**1.809.635**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.809.635**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2201	**Brasil Moderniza**							**413.183**
		ATIVIDADES							
04 125	**2201 217Z**	**Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital**							**413.183**
04 125	2201 217Z 0001	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital - Nacional							413.183
			F	3	2	90	0	100	104.024
			F	3	2	90	0	250	2.881
			F	4	2	90	0	100	306.278
TOTAL - FISCAL									**413.183**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**413.183**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20415 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.132**
		ATIVIDADES							
24 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.132**
24 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.132
			F	3	2	90	0	172	1.132
	4001	**Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal**							**1.704.806**
		ATIVIDADES							
24 722	**4001 20B5**	**Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação**							**1.695.921**
24 722	4001 20B5 0001	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação - Nacional							1.695.921
			F	3	2	90	0	172	333.484
			F	3	2	90	0	250	375.479
			F	3	2	90	0	280	186.350
			F	4	2	90	0	172	800.608
24 571	**4001 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**8.885**
24 571	4001 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							8.885

			F	3	2	90	0	250	8.885
TOTAL - FISCAL									**1.705.938**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.705.938**

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
4001		**Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal**							**411.365**
		ATIVIDADES							
04 662	**4001 2804**	**Publicações Oficiais**							**411.365**
04 662	4001 2804 0001	Publicações Oficiais - Nacional							411.365
			F	3	2	90	0	150	339.311
			F	4	2	90	0	150	72.054
TOTAL - FISCAL									**411.365**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**411.365**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032		**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.259.391**
		ATIVIDADES							
20 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.227.934**
20 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.227.934
			F	3	2	90	0	100	855.931
			F	3	2	91	0	100	5.204
			F	4	2	90	0	100	366.799
20 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**9.622**
20 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							9.622
			F	3	2	90	0	100	9.622
20 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**21.835**
20 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							21.835
			F	3	2	90	0	100	21.835
1031		**Agropecuária Sustentável**							**3.504.157**
		ATIVIDADES							
20 608	**1031 20QX**	**Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada**							**467**
20 608	1031 20QX 0001	Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias, Estudos e Pesquisas afins em Agricultura Irrigada - Nacional							467
			F	3	2	90	0	100	467
20 608	**1031 20Y0**	**Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola**							**27.837**
20 608	1031 20Y0 0001	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola - Nacional							27.837
			F	3	2	50	0	100	2.776
			F	3	2	90	0	100	1.990
			F	3	2	90	0	174	9.547
			F	4	2	90	0	100	6.518
			F	4	2	90	0	174	7.006
20 608	**1031 20Y1**	**Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola**							**14.308**
20 608	1031 20Y1 0001	Desenvolvimento da Infraestrutura Pesqueira e Aquícola - Nacional							14.308
			F	3	2	90	0	100	4.180
			F	4	2	90	0	174	10.128
20 608	**1031 20Y2**	**Ordenamento, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira**							**22.609**
20 608	1031 20Y2 0001	Ordenamento, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira - Nacional							22.609
			F	3	2	90	0	100	3.954
			F	4	2	90	0	174	18.655
20 608	**1031 20ZS**	**Desenvolvimento da Agroenergia**							**123**
20 608	1031 20ZS 0001	Desenvolvimento da Agroenergia - Nacional							123
			F	3	2	90	0	100	123
20 691	**1031 20ZT**	**Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional**							**59.569**
20 691	1031 20ZT 0001	Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional - Nacional							59.569
			F	3	2	90	0	100	59.569

20 608	**1031 20ZU**	**Redução de Riscos na Atividade Agropecuária**							**4.886**
20 608	1031 20ZU 0001	Redução de Riscos na Atividade Agropecuária - Nacional							4.886
			F	3	2	90	0	100	4.886
20 608	**1031 20ZV**	**Fomento ao Setor Agropecuário**							**1.055.616**
20 608	1031 20ZV 5218	Fomento ao Setor Agropecuário - No Município de Campo Grande - MS							89.043
			F	4	2	40	0	100	49.012
			F	4	2	40	0	188	40.031
20 608	1031 20ZV 7012	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Espírito Santo							58.032
			F	4	2	30	0	100	58.032
20 608	1031 20ZV 7013	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Minas Gerais							96.382
			F	4	2	90	0	100	96.382
20 608	1031 20ZV 7014	Fomento ao Setor Agropecuário - Pavimentação de Trecho Rodoviário - Limeira do Oeste - Chaveslândia, Santa Vitória - na BR-365/MG - No Estado de Minas Gerais							40.031
			F	4	2	90	0	188	40.031
20 608	1031 20ZV 7015	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Paraná							108.114
			F	4	2	30	0	100	108.114
20 608	1031 20ZV 7016	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado da Bahia							189.012
			F	4	2	30	0	100	108.951
			F	4	2	30	0	188	80.061
20 608	1031 20ZV 7017	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Ceará							43.683
			F	4	2	30	0	100	3.652
			F	4	2	30	0	188	40.031
20 608	1031 20ZV 7018	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Veículos e Equipamentos - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER - No Estado do Espírito Santo							10.241
			F	4	2	30	0	100	10.241
20 608	1031 20ZV 7019	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Mato Grosso							50.346
			F	4	2	30	0	100	50.346
20 608	1031 20ZV 7020	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Equipamentos e Execução de Serviços - No Estado de Mato Grosso do Sul							40.031
			F	4	2	30	0	188	40.031
20 608	1031 20ZV 7021	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Patrulhas Mecanizadas - No Estado da Paraíba							145.989
			F	4	2	90	0	100	105.958
			F	4	2	90	0	188	40.031
20 608	1031 20ZV 7022	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - Secretaria de Desenvolvimento Agrário - No Estado de Pernambuco							91.911
			F	4	2	30	0	100	51.880
			F	4	2	30	0	188	40.031
20 608	1031 20ZV 7023	Fomento ao Setor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Pernambuco							91.911
			F	4	2	30	0	100	51.880
			F	4	2	30	0	188	40.031
20 608	1031 20ZV 7026	Fomento ao Setor Agropecuário - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET - No Estado do Tocantins							890
			F	3	2	50	0	100	890
20 631	**1031 210Q**	**Reordenamento e Consolidação da Estrutura e Governança Fundiária**							**33.973**
20 631	1031 210Q 0001	Reordenamento e Consolidação da Estrutura e Governança Fundiária - Nacional							33.973
			F	3	2	30	0	100	18.557
			F	3	2	90	0	100	6.587
			F	4	2	90	0	100	8.829
20 608	**1031 214Z**	**Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos**							**1.032**
20 608	1031 214Z 0001	Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos - Nacional							1.032
			F	3	2	90	0	100	1.032
20 608	**1031 215A**	**Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária**							**6.126**
20 608	1031 215A 0001	Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária - Nacional							6.126
			F	3	2	90	0	100	6.126
20 541	**1031 21AJ**	**Agropecuária Conservacionista**							**2.664**
20 541	1031 21AJ 0001	Agropecuária Conservacionista - Nacional							2.664
			F	3	2	90	0	100	2.664
20 631	**1031 21B7**	**Gestão e Operacionalização do Terra Brasil**							**146.793**
20 631	1031 21B7 0001	Gestão e Operacionalização do Terra Brasil - Nacional							146.793
			F	3	2	90	0	100	7.600
			F	4	2	90	0	100	139.193
20 606	**1031 21B8**	**Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia**							**133.822**
20 606	1031 21B8 0001	Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia - Nacional							133.822
			F	3	2	90	0	100	29.192

			F	4	2	90	0	100	104.630
20 541	**1031 8593**	**Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC**							**2.263**
20 541	1031 8593 0001	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono - ABC - Nacional							2.263
			F	3	2	90	0	100	2.263
20 608	**1031 8622**	**Promoção do Cooperativismo e Associativismo para o Desenvolvimento Agropecuário**							**37.601**
20 608	1031 8622 0001	Promoção do Cooperativismo e Associativismo para o Desenvolvimento Agropecuário - Nacional							37.601
			F	3	2	90	0	100	37.601
		PROJETOS							
20 545	**1031 147S**	**Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico**							**2.442**
20 545	1031 147S 0001	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico - Nacional							2.442
			F	3	2	90	0	100	2.442
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 608	**1031 0080**	**Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997)**							**32.943**
20 608	1031 0080 0001	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de **14 de março de** 1997) - Nacional							32.943
			F	3	2	90	0	100	8.592
			F	3	2	90	0	174	24.351
20 608	**1031 099F**	**Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003)**							**1.919.083**
20 608	1031 099F 0001	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003) - Nacional							1.919.083
			F	3	2	90	0	100	1.919.083
	1040	**Governança Fundiária**							**30.444**
		ATIVIDADES							
20 127	**1040 211C**	**Reforma Agrária e Regularização Fundiária**							**30.444**
20 127	1040 211C 6000	Reforma Agrária e Regularização Fundiária - Na Amazônia Legal							30.444
			F	3	2	30	0	100	17.838
			F	3	2	90	0	100	12.606
	2202	**Defesa Agropecuária**							**1.259.793**
		ATIVIDADES							
20 125	**2202 214W**	**Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária**							**1.126.849**
20 125	2202 214W 0001	Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária - Nacional							1.126.849
			F	3	2	80	0	100	586
			F	3	2	90	0	100	350.262
			F	3	2	90	0	150	429.365
			F	3	2	90	0	174	60.828
			F	3	2	91	0	100	231
			F	3	2	91	0	150	3.234
			F	4	2	90	0	100	44.260
			F	4	2	90	0	150	238.083
20 125	**2202 214X**	**Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário**							**63.201**
20 125	2202 214X 0001	Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário - Nacional							63.201
			F	3	2	90	0	100	25.295
			F	4	2	90	0	100	37.906
20 609	**2202 214Y**	**Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA**							**55.375**
20 609	2202 214Y 0001	Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA - Nacional							55.375
			F	3	2	30	0	100	9.767
			F	3	2	90	0	100	7.698
			F	3	2	90	0	148	747
			F	4	2	30	0	100	37.143
			F	4	2	90	0	100	20
20 125	**2202 8606**	**Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico**							**11.486**
20 125	2202 8606 0001	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico - Nacional							11.486
			F	3	2	90	0	100	11.486
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
20 211	**2202 00PN**	**Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados**							**2.882**
20 211	2202 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior							2.882
			F	3	2	80	0	100	2.882
	2203	**Pesquisa e Inovação Agropecuária**							**3.269**
		ATIVIDADES							
20 608	**2203 21AK**	**Promoção da Inovação tecnológica na Agropecuária**							**3.269**
20 608	2203 21AK 0001	Promoção da Inovação tecnológica na Agropecuária - Nacional							3.269

			F	3	2	90	0	100	3.269
	2217	**Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano**							**920**
		ATIVIDADES							
20 541	**2217 20M4**	**Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais**							**920**
20 541	2217 20M4 0001	Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais - Nacional							920
			F	3	2	90	0	100	920
TOTAL - FISCAL									**6.057.974**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.057.974**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**93.749**
		ATIVIDADES							
18 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**93.199**
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							93.199
			F	3	2	90	0	100	47.024
			F	4	2	90	0	100	46.175
18 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**550**
18 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							550
			F	3	2	90	0	100	550
	1041	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais**							**171.924**
		ATIVIDADES							
18 541	**1041 20WA**	**Cadastro, Recomposição e Produção Florestal**							**136.653**
18 541	1041 20WA 0001	Cadastro, Recomposição e Produção Florestal - Nacional							136.653
			F	3	2	90	0	100	6.251
			F	3	2	90	0	129	45.256
			F	3	2	90	0	148	35.987
			F	3	2	90	0	195	534
			F	4	2	90	0	100	2.987
			F	4	2	90	0	129	5.606
			F	4	2	90	0	148	38.030
			F	4	2	90	0	195	2.002
18 573	**1041 20WB**	**Pesquisa e Informações Florestais**							**35.271**
18 573	1041 20WB 0001	Pesquisa e Informações Florestais - Nacional							35.271
			F	3	2	90	0	100	1.628
			F	3	2	90	0	195	26.000
			F	3	2	90	0	196	4.830
			F	3	2	90	0	250	225
			F	4	2	90	0	100	1.859
			F	4	2	90	0	195	729
TOTAL -FISCAL									**265.673**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**265.673**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.394.043**
		ATIVIDADES							
21 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.388.595**
21 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.376.196
			F	3	2	50	0	176	1.298
			F	3	2	90	0	176	933.125
			F	3	2	91	0	176	4.183
			F	4	2	90	0	176	437.590
21 122	0032 2000 5314	Administração da Unidade - No Município de Cuiabá - MT							12.399
			F	4	2	90	0	100	12.399
21 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**5.121**
21 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							5.121
			F	3	2	90	0	176	5.121

21 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**327**
21 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							327
			F	3	2	90	0	176	327
	1040	**Governança Fundiária**							**100.473**
		ATIVIDADES							
21 422	**1040 210R**	**Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo**							**4.257**
21 422	1040 210R 0001	Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo - Nacional							4.257
			F	3	2	90	0	176	4.257
21 631	**1040 210Z**	**Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas**							**19.607**
21 631	1040 210Z 0001	Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas - Nacional							19.607
			F	3	2	90	0	176	18.052
			F	3	2	91	0	176	1.555
21 631	**1040 211A**	**Consolidação de Assentamentos Rurais**							**4.503**
21 631	1040 211A 0001	Consolidação de Assentamentos Rurais - Nacional							4.503
			F	3	2	90	0	100	4.503
21 631	**1040 211B**	**Aquisição de Terras**							**29.174**
21 631	1040 211B 0001	Aquisição de Terras - Nacional							29.174
			F	3	2	90	0	176	29.174
20 127	**1040 211C**	**Reforma Agrária e Regularização Fundiária**							**42.932**
20 127	1040 211C 6000	Reforma Agrária e Regularização Fundiária - Na Amazônia Legal							42.932
			F	3	2	90	0	176	42.242
			F	4	2	90	0	176	690
TOTAL - FISCAL									**1.494.516**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.494.516**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**43.984**
		ATIVIDADES							
20 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**43.984**
20 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							43.984
			F	3	2	90	0	100	43.260
			F	3	2	91	0	100	724
	2203	**Pesquisa e Inovação Agropecuária**							**1.274.964**
		ATIVIDADES							
20 572	**2203 20Y6**	**Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária**							**872.780**
20 572	2203 20Y6 3474	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - No Município de Campinas - SP							42.138
			F	3	2	90	0	100	693
			F	4	2	90	0	100	41.445
20 572	2203 20Y6 7002	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Tocantins							801.974
			F	4	2	90	0	100	753.937
			F	4	2	90	0	188	48.037
20 572	2203 20Y6 7003	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos - No Estado do Ceará							28.668
			F	3	2	90	0	100	765
			F	3	2	90	0	188	4.443
			F	4	2	90	0	100	3.444
			F	4	2	90	0	188	20.016
20 571	**2203 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**20.666**
20 571	2203 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							20.666
			F	3	2	50	0	100	20.666
20 572	**2203 215C**	**Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa**							**381.518**
20 572	2203 215C 0001	Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa - Nacional							378.027
			F	3	2	90	0	100	4.688
			F	3	2	90	0	250	12.331
			F	4	2	90	0	100	243.151
			F	4	2	90	0	263	117.857
20 572	2203 215C 7001	Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa - Embrapa Agrossilvipastoril - No Município de Sinop - MT							3.491
			F	3	2	90	0	100	184
			F	4	2	90	0	100	3.307

TOTAL - FISCAL	**1.318.948**
TOTAL - SEGURIDADE	**0**
TOTAL - GERAL	**1.318.948**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**709.756**
		ATIVIDADES							
20 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**709.178**
20 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							709.178
			F	3	2	90	0	250	581.800
			F	3	2	91	0	250	7.286
			F	4	2	90	0	250	120.092
20 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**133**
20 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							133
			F	3	2	90	0	250	133
20 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**445**
20 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							445
			F	3	2	90	0	250	445
	1031	**Agropecuária Sustentável**							**125.207**
		ATIVIDADES							
20 605	**1031 20Y7**	**Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar**							**113.656**
20 605	1031 20Y7 0001	Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar - Nacional							113.656
			F	3	2	90	0	250	29.498
			F	3	2	91	0	250	93
			F	4	2	90	0	250	84.065
20 125	**1031 2137**	**Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários**							**11.551**
20 125	1031 2137 0001	Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários - Nacional							11.551
			F	3	2	90	0	250	11.551
TOTAL – FISCAL									**834.963**

TOTAL – SEGURIDADE	**0**
TOTAL - GERAL	**834.963**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**89**
		ATIVIDADES							
20 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**89**
20 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							89
			F	3	2	90	0	180	89
	1031	**Agropecuária Sustentável**							**90.131**
		ATIVIDADES							
20 608	**1031 20Y8**	**Desenvolvimento da Cafeicultura**							**90.131**
20 608	1031 20Y8 0001	Desenvolvimento da Cafeicultura - Nacional							90.131
			F	3	2	30	0	180	41.762
			F	3	2	50	0	180	9.952
			F	3	2	90	0	150	1.453
			F	3	2	90	0	180	16.948
			F	4	2	90	0	150	3.024
			F	4	2	90	0	180	16.992
TOTAL - FISCAL									**90.220**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**90.220**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25101 - Ministério da Economia - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032		**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**4.597.099**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**3.545.914**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.545.914
			F	3	2	90	0	100	2.817.676
			F	3	2	91	0	100	22.935
			F	4	2	90	0	100	705.303
04 122	**0032 20U1**	**Aperfeiçoamento da Gestão Pública**							**99.404**
04 122	0032 20U1 0001	Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Nacional							99.404
			F	3	2	90	0	100	35.468
			F	4	2	90	0	100	63.936
04 126	**0032 211Y**	**Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação**							**152.712**
04 126	0032 211Y 0001	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nacional							152.712
			F	3	2	90	0	100	128.867
			F	3	2	91	0	100	67
			F	4	2	90	0	100	23.778
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**10.388**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							10.388
			F	3	2	90	0	100	10.388
04 122	**0032 216Q**	**Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas**							**75.581**
04 122	0032 216Q 0001	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas - Nacional							75.581
			F	3	2	90	0	100	8.937
			F	4	2	90	0	100	66.644
04 122	**0032 21AX**	**Gestão das políticas de previdência e trabalho**							**152.166**
04 122	0032 21AX 0001	Gestão das políticas de previdência e trabalho - Nacional							152.166
			F	3	2	90	0	100	151.945
			F	3	2	91	0	100	221
04 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**7.625**
04 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							7.625
			F	3	2	90	0	100	7.625
		PROJETOS							
04 126	**0032 10M8**	**Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE.gov**							**465.250**
04 126	0032 10M8 0001	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE.gov - Nacional							465.250
			F	3	2	90	0	100	196
			F	4	2	90	0	100	465.054
04 123	**0032 1151**	**Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios**							**83.175**
04 123	0032 1151 0001	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional							83.175
			F	3	2	90	2	100	1.407
			F	3	2	91	2	100	406
			F	4	2	90	0	148	80.061
			F	4	2	90	2	100	1.301
04 127	**0032 153E**	**Adequação e Reforma de Instalações Prediais**							**4.884**
04 127	0032 153E 5664	Adequação e Reforma de Instalações Prediais - Em Brasília - DF							4.884
			F	3	2	90	0	100	4.884
0909		**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**101.799**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	**0909 00IO**	**Inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Extinto pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011)**							**147**
04 122	0909 00IO 0001	Inventariança do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Extinto pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011) - Nacional							147
			F	3	2	90	0	100	147
04 211	**0909 00PN**	**Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados**							**801**
04 211	0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior							801
			F	3	2	80	0	100	801
28 846	**0909 00RR**	**Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Reestruturação da Participação do Estado no Setor Econômico**							**97.662**
28 846	0909 00RR 0001	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Reestruturação da Participação do Estado no Setor Econômico - Nacional							97.662
			F	3	2	90	0	100	97.662
04 364	**0909 0556**	**Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas**							**3.189**
04 364	0909 0556 0001	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas - Nacional							3.189

			F	3	2	50	0	100	3.189
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**2.398**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**2.398**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							2.398
			F	3	2	80	0	100	2.398
	2201	**Brasil Moderniza**							**218.633**
		PROJETOS							
04 126	**2201 15OP**	**Estruturação do Governo Digital**							**218.633**
04 126	2201 15OP 0001	Estruturação do Governo Digital - Nacional							218.633
			F	3	2	90	0	100	185.187
			F	4	2	90	0	100	33.446
	2209	**Brasil, Nosso Propósito**							**942.461**
		ATIVIDADES							
04 127	**2209 20U4**	**Governança do Patrimônio Imobiliário da União**							**851.665**
04 127	2209 20U4 0001	Governança do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional							851.665
			F	3	2	90	0	133	651.078
			F	3	2	90	0	150	61.255
			F	4	2	90	0	133	137.125
			F	4	2	90	0	163	2.207
04 121	**2209 4743**	**Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais**							**7.798**
04 121	2209 4743 0001	Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais - Nacional							7.798
			F	3	2	90	0	100	4.081
			F	4	2	90	0	100	3.717
04 125	**2209 8690**	**Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União**							**26.571**
04 125	2209 8690 0001	Fiscalização, Controle e Avaliação de Imóveis da União - Nacional							26.571
			F	3	2	90	0	133	26.571
		PROJETOS							
04 127	**2209 152W**	**Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal**							**56.427**
04 127	2209 152W 0001	Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal - Nacional							56.427
			F	3	2	90	0	133	52.423
			F	4	2	90	0	133	4.004
	2211	**Inserção Econômica Internacional**							**615.823**
		ATIVIDADES							
23 125	**2211 2022**	**Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais**							**22.747**
23 125	2211 2022 0001	Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais - Nacional							22.747
			F	3	2	90	0	186	22.747
04 122	**2211 20QN**	**Gestão de Assuntos Internacionais**							**11.966**
04 122	2211 20QN 0001	Gestão de Assuntos Internacionais - Nacional							11.966
			F	3	2	90	0	100	11.966
23 693	**2211 20TU**	**Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior**							**548.383**
23 693	2211 20TU 0001	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior - Nacional							548.383
			F	3	2	90	0	186	452.310
			F	4	2	90	0	186	96.073
23 693	**2211 20ZO**	**Promoção e Gestão do Comércio Exterior**							**28.723**
23 693	2211 20ZO 0001	Promoção e Gestão do Comércio Exterior - Nacional							28.723
			F	3	2	90	0	186	28.682
			F	4	2	90	0	186	41
		PROJETOS							
23 126	**2211 153V**	**Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior**							**4.004**
23 126	2211 153V 0001	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior - Nacional							4.004
			F	4	2	90	0	186	4.004
	2212	**Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade**							**431.114**
		ATIVIDADES							
23 691	**2212 2031**	**Serviços de Registro e Legalização de Empresas**							**1.430**
23 691	2212 2031 0001	Serviços de Registro e Legalização de Empresas - Nacional							1.430
			F	3	2	90	0	100	686
			F	4	2	90	0	100	744
23 691	**2212 20TT**	**Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços**							**17.771**
23 691	2212 20TT 0001	Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços - Nacional							17.771
			F	3	2	90	0	150	17.771
23 691	**2212 210C**	**Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microeemprendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato**							**122.925**
23 691	2212 210C 0001	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microeemprendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato - Nacional							122.925

			F	3	2	90	0	150	122.925
22 661	**2212 210D**	**Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras**							**106.352**
22 661	2212 210D 0001	Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras - Nacional							106.352
			F	3	2	90	0	150	106.352
22 661	**2212 210E**	**Promoção do Desenvolvimento Industrial**							**56.384**
22 661	2212 210E 0001	Promoção do Desenvolvimento Industrial - Nacional							56.384
			F	3	2	90	0	150	56.384
04 121	**2212 217N**	**Apoio à Elaboração de Planos e Estudos de Investimentos em Infraestrutura**							**60.520**
04 121	2212 217N 0001	Apoio à Elaboração de Planos e Estudos de Investimentos em Infraestrutura - Nacional							60.520
			F	3	2	90	0	100	26.435
			F	3	2	90	0	150	34.085
22 661	**2212 21B0**	**Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória**							**3.908**
22 661	2212 21B0 0001	Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória - Nacional							3.908
			F	3	2	90	0	100	3.908
22 125	**2212 2692**	**Fiscalização do Cumprimento das Contrapartidas pelas Empresas Habilitadas em Programas de Política Industrial com Benefícios Fiscais**							**1.778**
22 125	2212 2692 0001	Fiscalização do Cumprimento das Contrapartidas pelas Empresas Habilitadas em Programas de Política Industrial com Benefícios Fiscais - Nacional							1.778
			F	3	2	90	0	150	1.778
		PROJETOS							
23 572	**2212 15EW**	**Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato**							**60.046**
23 572	2212 15EW 0001	Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Micro e Pequenas Empresas e Artesanato - Nacional							60.046
			F	4	2	90	0	150	60.046
	2213	**Modernização Trabalhista e Trabalho Digno**							**819.926**
		ATIVIDADES							
11 125	**2213 20YU**	**Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho**							**246.798**
11 125	2213 20YU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional							246.798
			F	3	2	90	0	100	53.312
			F	3	2	90	0	136	9.092
			F	3	2	90	0	181	164.378
			F	4	2	90	0	181	20.016
11 128	**2213 20YV**	**Democratização das Relações de Trabalho**							**2.267**
11 128	2213 20YV 0001	Democratização das Relações de Trabalho - Nacional							2.267
			F	3	2	90	0	136	2.267
11 126	**2213 21AZ**	**Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial**							**570.861**
11 126	2213 21AZ 0001	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial - Nacional							570.861
			F	3	2	90	0	100	517.549
			F	3	2	90	0	181	53.312
	2214	**Nova Previdência**							**70.493**
		ATIVIDADES							
04 122	**2214 212S**	**Desenvolvimento, sustentabilidade e fomento dos regimes de previdência**							**11.602**
04 122	2214 212S 0001	Desenvolvimento, sustentabilidade e fomento dos regimes de previdência - Nacional							11.602
			F	3	2	90	0	100	11.602
09 271	**2214 2591**	**Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários**							**58.891**
09 271	2214 2591 0001	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - Nacional							58.891
			S	3	2	90	0	151	58.891
	2215	**Política Econômica e Equilíbrio Fiscal**							**1.445.731**
		ATIVIDADES							
04 121	**2215 20U0**	**Gestão e Aprimoramento do Planejamento**							**1.053**
04 121	2215 20U0 0001	Gestão e Aprimoramento do Planejamento - Nacional							1.053
			F	3	2	90	0	100	1.053
04 123	**2215 20Z6**	**Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais**							**146.258**
04 123	2215 20Z6 0001	Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais - Nacional							146.258
			F	3	2	80	0	100	7.937
			F	3	2	90	0	100	113.778
			F	3	2	91	0	100	9.306
			F	4	2	90	0	100	15.237
04 126	**2215 20Z7**	**Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil**							**1.136.475**
04 126	2215 20Z7 0001	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - Nacional							1.136.475
			F	3	2	90	0	100	722.800
			F	4	2	90	0	100	413.675
04 125	**2215 20Z8**	**Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas**							**51.282**
04 125	2215 20Z8 0001	Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas - Nacional							51.282
			F	3	2	90	0	174	5.336

			F	4	2	90	0	174	45.946
04 121	**2215 8861**	**Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário**							**110.663**
04 121	2215 8861 0001	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário - Nacional							110.663
			F	3	2	90	0	100	26.304
			F	4	2	90	0	100	84.359
TOTAL - FISCAL									**9.186.586**
TOTAL - SEGURIDADE									**58.891**
TOTAL - GERAL									**9.245.477**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**19.900.872**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**3.914.233**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.914.233
			F	3	2	90	0	150	3.732.172
			F	3	2	91	0	150	559
			F	4	2	90	0	150	181.502
04 125	**0032 20VF**	**Fortalecimento Institucional**							**3.192.007**
04 125	0032 20VF 0001	Fortalecimento Institucional - Nacional							3.192.007
			F	3	2	90	0	150	265.986
			F	4	2	90	0	132	2.030.375
			F	4	2	90	0	139	199.045
			F	4	2	90	0	150	696.601
04 126	**0032 20VG**	**Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**							**11.898.114**
04 126	0032 20VG 0001	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional							11.898.114
			F	3	2	90	0	132	3.672.949
			F	3	2	90	0	139	581.178
			F	3	2	90	0	150	2.563.089
			F	3	2	90	0	174	3.263.679
			F	4	2	90	0	139	1.817.219
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**5.288**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							5.288
			F	3	2	90	0	150	5.288
04 125	**0032 2237**	**Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira**							**218.973**
04 125	0032 2237 0001	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira - Nacional							218.973
			F	3	2	90	0	150	203.829
			F	4	2	90	0	150	15.144
04 129	**0032 2238**	**Arrecadação Tributária e Aduaneira**							**302.516**
04 129	0032 2238 0001	Arrecadação Tributária e Aduaneira - Nacional							302.516
			F	3	2	90	0	150	230.964
			F	3	2	91	0	150	71.552
		PROJETOS							
04 126	**0032 15EH**	**Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira**							**369.741**
04 126	0032 15EH 0001	Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira - Nacional							369.741
			F	3	2	90	0	132	369.741
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**20.910**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**5.448**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							5.448
			F	3	2	90	0	150	5.448
28 846	**0910 00R5**	**Contribuição ao Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários**							**15.462**
28 846	0910 00R5 0002	Contribuição ao Fórum Global sobre Transparência e Intercâmbio de Informações para Fins Tributários - Exterior							15.462
			F	3	2	90	0	150	15.462
	2211	**Inserção Econômica Internacional**							**201.677**
		PROJETOS							
04 126	**2211 153V**	**Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior**							**201.677**
04 126	2211 153V 0001	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior - Nacional							201.677
			F	3	2	90	0	132	201.677
TOTAL - FISCAL									**20.123.459**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**

TOTAL - GERAL	**20.123.459**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

ANEXO III — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**3.009.659**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.281.353**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.281.353
			F	3	2	90	0	132	1.232.987
			F	3	2	91	0	132	329
			F	4	2	90	0	132	48.037
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**5.242**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							5.242
			F	3	2	90	0	132	5.242
04 092	**0032 2244**	**Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional**							**1.723.064**
04 092	0032 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional							1.723.064
			F	3	2	90	0	132	1.574.950
			F	4	2	90	0	132	148.114
TOTAL - FISCAL									**3.009.659**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.009.659**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25201 - Banco Central do Brasil

ANEXO III — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.103.312**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.101.490**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.101.490
			F	3	2	90	0	100	728.134
			F	3	2	91	0	100	30.073
			F	4	2	90	0	100	343.283
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.822**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.822
			F	3	2	90	0	100	1.822
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**18.586**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 0099**	**Contribuição ao Centro de Estudos Monetários Latino-Americano - CEMLA**							**9.257**
28 846	0910 0099 0002	Contribuição ao Centro de Estudos Monetários Latino-Americano - CEMLA - Exterior							9.257
			F	3	2	80	0	100	9.257
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**8.816**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							8.816
			F	3	2	80	0	100	8.816
28 846	**0910 00PW**	**Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica**							**513**
28 846	0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							513
			F	3	2	50	0	100	513
	4003	**Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira**							**2.106.029**
		ATIVIDADES							
04 122	**4003 20ZA**	**Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária**							**900.313**
04 122	4003 20ZA 0001	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional							900.313
			F	3	2	90	0	100	73.247
			F	4	2	90	0	100	827.066
04 183	**4003 21AY**	**Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo**							**16.917**
04 183	4003 21AY 0001	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - Nacional							16.917
			F	3	2	90	0	100	12.979
			F	3	2	91	0	100	221
			F	4	2	90	0	100	3.717
04 125	**4003 21B1**	**Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional**							**1.114.147**

04 125	4003 21B1 0001	Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional - Nacional							1.114.147
			F	3	2	80	0	100	216
			F	3	2	90	0	100	226.411
			F	3	2	91	0	100	197
			F	4	2	90	0	100	887.323
		PROJETOS							
04 126	**4003 148D**	**Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II**							**74.652**
04 126	4003 148D 0001	Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II - Nacional							74.652
			F	3	2	90	0	100	2.930
			F	4	2	90	0	100	71.722
TOTAL - FISCAL									**3.227.927**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.227.927**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25203 - Comissão de Valores Mobiliários

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**142.815**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**142.174**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							142.174
			F	3	2	90	0	174	142.174
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**641**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							641
			F	3	2	90	0	174	641
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**489**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 211	**0909 00PN**	**Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados**							**489**
04 211	0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior							489
			F	3	2	80	0	174	489
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**3.431**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**3.431**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							3.431
			F	3	2	80	0	174	3.431
	2215	**Política Econômica e Equilíbrio Fiscal**							**154.733**
		ATIVIDADES							
04 123	**2215 20WU**	**Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários**							**130.754**
04 123	2215 20WU 0001	Desenvolvimento do Mercado de Valores Mobiliários - Nacional							130.754
			F	3	2	90	0	174	57.325
			F	4	2	90	0	174	73.429
04 125	**2215 210J**	**Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários**							**23.979**
04 125	2215 210J 0001	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários - Nacional							23.979
			F	3	2	90	0	174	23.979
TOTAL - FISCAL									**301.468**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**301.468**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25206 - Superintendência Nacional de Previdência Complementar

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**94.638**
		ATIVIDADES							
09 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**93.550**
09 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							93.550
			S	3	2	90	0	174	66.738
			S	3	2	91	0	174	5.916
			S	4	2	90	0	174	20.896
09 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.088**

09 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.088
			S	3	2	90	0	174	1.088
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**267**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**267**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							267
			S	3	2	80	0	174	267
	2214	**Nova Previdência**							**27.744**
		ATIVIDADES							
09 183	**2214 20HR**	**Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social**							**622**
09 183	2214 20HR 0001	Gestão da Informação Corporativa na Previdência Social - Nacional							622
			S	3	2	90	0	174	622
09 122	**2214 212S**	**Desenvolvimento, sustentabilidade e fomento dos regimes de previdência**							**377**
09 122	2214 212S 0001	Desenvolvimento, sustentabilidade e fomento dos regimes de previdência - Nacional							377
			S	3	2	90	0	174	377
09 125	**2214 2592**	**Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar**							**26.745**
09 125	2214 2592 0001	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Nacional							26.745
			S	3	2	90	0	174	22.741
			S	4	2	90	0	174	4.004
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**122.649**
TOTAL - GERAL									**122.649**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25208 - Superintendência de Seguros Privados

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**227.859**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**227.859**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							227.859
			F	3	2	90	0	280	108.635
			F	3	2	91	0	280	11.197
			F	4	2	90	0	280	108.027
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**3.093**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**3.093**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							3.093
			F	3	2	80	0	280	3.093
	2215	**Política Econômica e Equilíbrio Fiscal**							**7.199**
		ATIVIDADES							
04 125	**2215 20VH**	**Supervisão de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta**							**7.199**
04 125	2215 20VH 0001	Supervisão de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta - Nacional							7.199
			F	3	2	90	0	280	7.199
TOTAL - FISCAL									**238.151**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**238.151**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25296 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.047.830**
		ATIVIDADES							
22 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.046.825**
22 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.046.825
			F	3	2	90	0	174	752.390
			F	3	2	90	0	250	13.328
			F	3	2	90	0	280	47.958
			F	3	2	91	0	174	972
			F	4	2	90	0	174	232.177
22 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.005**

22 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.005
			F	3	2	90	0	174	1.005
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**458**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
22 211	**0909 00PN**	**Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados**							**458**
22 211	0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior							458
			F	3	2	80	0	174	458
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**6.416**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**6.416**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							6.416
			F	3	2	80	0	174	6.416
	2212	**Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade**							**2.550.864**
		ATIVIDADES							
22 571	**2212 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**14.403**
22 571	2212 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							14.403
			F	3	2	90	0	174	14.403
22 665	**2212 214I**	**Gestão da metrologia legal e de avaliação da conformidade**							**98.627**
22 665	2212 214I 0001	Gestão da metrologia legal e de avaliação da conformidade - Nacional							98.627
			F	3	2	90	0	174	65.201
			F	4	2	90	0	174	33.426
22 125	**2212 214J**	**Fiscalização em Metrologia e Qualidade**							**2.341.761**
22 125	2212 214J 0001	Fiscalização em Metrologia e Qualidade - Nacional							2.341.761
			F	3	2	32	0	174	2.123.228
			F	3	2	42	0	174	106.623
			F	3	2	90	0	174	111.910
		PROJETOS							
22 665	**2212 153X**	**Construção de infraestrutura predial no Inmetro e nos órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro**							**96.073**
22 665	2212 153X 0033	Construção de infraestrutura predial no Inmetro e nos órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro - No Estado do Rio de Janeiro							96.073
			F	4	2	90	0	174	96.073
TOTAL - FISCAL									**3.605.568**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.605.568**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25297 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**321.202**
		ATIVIDADES							
22 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**321.202**
22 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							321.202
			F	3	2	90	0	250	269.640
			F	3	2	91	0	250	46.864
			F	4	2	90	0	250	4.698
	2212	**Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade**							**233.221**
		ATIVIDADES							
22 664	**2212 21B2**	**Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação**							**233.221**
22 664	2212 21B2 0030	Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Sudeste							233.221
			F	3	2	90	0	250	118.856
			F	4	2	90	0	250	114.365
TOTAL - FISCAL									**554.423**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**554.423**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25298 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**562.376**
		ATIVIDADES							
22 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**562.376**
22 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							562.376
			F	3	2	90	0	174	486.749
			F	3	2	90	0	280	11.205
			F	4	2	90	0	174	53.173
			F	4	2	90	0	250	1.442
			F	4	2	90	0	263	9.807
	2212	**Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade**							**29.801**
		ATIVIDADES							
22 661	**2212 210K**	**Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Área de Atuação da Suframa**							**25.947**
22 661	2212 210K 0010	Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Área de Atuação da Suframa - Na Região Norte							25.947
			F	3	2	90	0	174	25.306
			F	4	2	90	0	174	641
22 661	**2212 210L**	**Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)**							**3.854**
22 661	2212 210L 0238	Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP) - No Município de Boa Vista - RR							3.854
			F	3	2	90	0	174	3.854
TOTAL - FISCAL									**592.177**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**592.177**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25299 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**112.459**
		ATIVIDADES							
11 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**112.123**
11 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							112.123
			F	3	2	90	0	100	48.768
			F	3	2	90	0	280	18.076
			F	4	2	90	0	100	45.279
11 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**336**
11 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							336
			F	3	2	90	0	100	336
	2213	**Modernização Trabalhista e Trabalho Digno**							**31.445**
		ATIVIDADES							
11 571	**2213 20YW**	**Produção e Difusão de Conhecimentos que Contribuam para a Promoção de Segurança, Saúde dos Trabalhadores e Subsidiem Políticas Públicas no Campo do Trabalho**							**31.445**
11 571	2213 20YW 0001	Produção e Difusão de Conhecimentos que Contribuam para a Promoção de Segurança, Saúde dos Trabalhadores e Subsidiem Políticas Públicas no Campo do Trabalho - Nacional							31.445
			F	3	2	90	0	100	12.341
			F	3	2	90	0	250	523
			F	4	2	90	0	100	18.581
TOTAL - FISCAL									**143.904**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**143.904**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25300 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**202.066**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**201.802**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							201.802
			F	3	2	90	0	100	160.886
			F	3	2	91	0	100	21.676
			F	4	2	90	0	100	19.240
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**264**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							264
			F	3	2	90	0	100	264

2215		**Política Econômica e Equilíbrio Fiscal**							**42.289**
		ATIVIDADES							
04 571	**2215 4727**	**Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro**							**5.665**
04 571	2215 4727 0001	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro - Nacional							5.665
			F	3	2	90	0	100	5.665
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 571	**2215 00M6**	**Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica**							**36.624**
04 571	2215 00M6 0001	Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica - Nacional							36.624
			F	3	2	90	0	100	36.624
TOTAL - FISCAL									**244.355**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**244.355**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**17.840.806**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**919.844**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							919.844
			F	3	2	90	0	100	444.858
			F	3	2	90	0	250	3.048
			F	3	2	90	0	280	6.805
			F	3	2	90	0	281	39.762
			F	3	2	91	0	100	32.355
			F	4	2	90	0	100	346.293
			F	4	2	90	0	263	46.723
04 121	**0032 20U6**	**Pesquisas e Estudos Estatísticos**							**216.757**
04 121	0032 20U6 0001	Pesquisas e Estudos Estatísticos - Nacional							216.757
			F	3	2	90	0	100	152.493
			F	3	2	91	0	100	777
			F	4	2	90	0	100	63.487
04 121	**0032 20U7**	**Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico**							**16.627.644**
04 121	0032 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional							16.627.644
			F	3	2	90	0	100	8.844.642
			F	3	2	90	0	250	462.045
			F	3	2	91	0	100	1.504.684
			F	4	2	90	0	100	5.816.273
04 127	**0032 20U8**	**Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos**							**36.831**
04 127	0032 20U8 0001	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Nacional							36.831
			F	3	2	90	0	100	13.199
			F	3	2	91	0	100	54
			F	4	2	90	0	100	23.578
04 573	**0032 2230**	**Gestão da Documentação e Disseminação de Informações**							**31.605**
04 573	0032 2230 0001	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações - Nacional							31.605
			F	3	2	90	0	100	14.088
			F	4	2	90	0	100	17.517
		PROJETOS							
04 122	**0032 15DM**	**Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional**							**2.580**
04 122	0032 15DM 0001	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional - Nacional							2.580
			F	3	2	90	0	100	2.580
04 121	**0032 15MV**	**Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica**							**5.545**
04 121	0032 15MV 0001	Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica - Nacional							5.545
			F	3	2	90	0	100	2.700
			F	4	2	90	0	100	2.845
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**50**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**50**
28 846	0910 00OQ 0001	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							50
			F	3	2	80	0	100	50
	2218	**Gestão de Riscos e Desastres**							**1.066**
		PROJETOS							
04 182	**2218 15DN**	**Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais**							**1.066**

04 182	2218 15DN 0001	Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais - Nacional							1.066
			F	3	2	90	0	100	1.066
	5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**							**9.780**
		ATIVIDADES							
04 364	**5013 20U5**	**Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências**							**9.780**
04 364	5013 20U5 0001	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências - Nacional							9.780
			F	3	2	90	0	100	4.514
			F	4	2	90	0	100	5.266
TOTAL - FISCAL									**17.851.702**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**17.851.702**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25302 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**344.580**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**298.132**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							298.132
			F	3	2	80	0	100	3.241
			F	3	2	90	0	100	153.918
			F	3	2	90	0	250	4.547
			F	3	2	91	0	100	9.447
			F	4	2	90	0	100	126.979
04 128	**0032 20U9**	**Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos**							**35.997**
04 128	0032 20U9 0001	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos - Nacional							35.997
			F	3	2	80	0	100	1.826
			F	3	2	90	0	100	30.212
			F	3	2	91	0	100	2.446
			F	4	2	90	0	100	1.513
04 128	**0032 20VE**	**Promoção da Educação Fiscal**							**1.221**
04 128	0032 20VE 0001	Promoção da Educação Fiscal - Nacional							1.221
			F	3	2	90	0	100	1.221
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**672**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							672
			F	3	2	90	0	100	672
04 573	**0032 216R**	**Desenvolvimento de Iniciativas de Inovação, Estudos, Pesquisas e Publicações**							**7.325**
04 573	0032 216R 0001	Desenvolvimento de Iniciativas de Inovação, Estudos, Pesquisas e Publicações - Nacional							7.325
			F	3	2	90	0	100	7.325
04 128	**0032 2250**	**Seleção, Formação e Desenvolvimento de Pessoas**							**1.233**
04 128	0032 2250 0001	Seleção, Formação e Desenvolvimento de Pessoas - Nacional							1.233
			F	3	2	90	0	100	1.075
			F	3	2	91	0	100	158
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**245**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**245**
28 846	0910 00OQ 0001	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							245
			F	3	2	80	0	100	245
TOTAL - FISCAL									**344.825**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**344.825**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25303 - Instituto Nacional do Seguro Social

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**6.679.724**
		ATIVIDADES							
09 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**6.637.134**
09 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							6.637.134
			S	3	2	90	0	250	5.647.030
			S	3	2	91	0	250	166.860

			S	4	2	90	0	250	823.244
09 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**805**
09 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							805
			S	3	2	90	0	250	805
09 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**40.159**
09 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							40.159
			S	3	2	90	0	250	40.159
09 271	**0032 8426**	**Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS**							**1.626**
09 271	0032 8426 0001	Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS - Nacional							1.626
			S	3	2	90	0	250	1.626
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**1.093**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**1.093**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							1.093
			S	3	2	80	0	250	1.093
	2214	**Nova Previdência**							**4.746.032**
		ATIVIDADES							
09 128	**2214 20GN**	**Educação Previdenciária e Financeira**							**1.609**
09 128	2214 20GN 0001	Educação Previdenciária e Financeira - Nacional							1.609
			S	3	2	90	0	250	1.609
09 126	**2214 2292**	**Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários**							**2.510.276**
09 126	2214 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional							2.510.276
			S	3	2	90	0	250	2.510.276
09 092	**2214 2294**	**Defesa Judicial da Previdência Social Básica**							**157.247**
09 092	2214 2294 0001	Defesa Judicial da Previdência Social Básica - Nacional							157.247
			S	3	2	90	0	250	157.247
09 665	**2214 2562**	**Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos**							**27.919**
09 665	2214 2562 0001	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos - Nacional							27.919
			S	3	2	90	0	250	27.919
09 665	**2214 2563**	**Gestão da Melhoria Contínua**							**27.707**
09 665	2214 2563 0001	Gestão da Melhoria Contínua - Nacional							27.707
			S	3	2	90	0	250	27.707
09 183	**2214 2564**	**Gestão de Cadastros para a Previdência Social**							**1.014.365**
09 183	2214 2564 0001	Gestão de Cadastros para a Previdência Social - Nacional							1.014.365
			S	3	2	90	0	250	1.014.365
09 271	**2214 2591**	**Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários**							**975.184**
09 271	2214 2591 0001	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários - Nacional							975.184
			S	3	2	90	0	250	975.184
		PROJETOS							
09 271	**2214 116V**	**Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS**							**31.725**
09 271	2214 116V 0001	Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS - Nacional							31.725
			S	4	2	90	0	250	29.967
			S	4	2	90	0	263	1.758
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**11.426.849**
TOTAL - GERAL									**11.426.849**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25915 - Fundo de Amparo ao Trabalhador

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**2.266.551**
		ATIVIDADES							
11 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.254.007**
11 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.254.007
			S	3	2	90	0	180	631.250
			S	4	2	90	0	180	622.757
11 122	**0032 4815**	**Funcionamento das Unidades Descentralizadas**							**1.012.544**
11 122	0032 4815 0001	Funcionamento das Unidades Descentralizadas - Nacional							1.012.544
			S	3	2	90	0	180	762.442
			S	3	2	91	0	180	159.224
			S	4	2	90	0	180	90.878
	2210	**Empregabilidade**							**335.699**

		ATIVIDADES							
11 333	**2210 20JT**	**Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine**							**243.072**
11 333	2210 20JT 0001	Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine - Nacional							243.072
			S	3	2	31	0	180	196.448
			S	3	2	41	0	180	40.237
			S	3	2	90	0	180	6.387
11 333	**2210 20Z1**	**Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores**							**83.924**
11 333	2210 20Z1 0001	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores - Nacional							83.924
			S	3	2	90	0	180	83.924
11 334	**2210 2B12**	**Fomento à Inclusão Produtiva**							**8.703**
11 334	2210 2B12 0001	Fomento à Inclusão Produtiva - Nacional							8.703
			S	3	2	31	0	180	5.332
			S	3	2	90	0	180	3.371
	2213	**Modernização Trabalhista e Trabalho Digno**							**1.379.691**
		ATIVIDADES							
11 571	**2213 20YY**	**Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda**							**4.430**
11 571	2213 20YY 0001	Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda - Nacional							4.430
			S	3	2	90	0	180	4.430
11 123	**2213 20Z3**	**Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial**							**1.535**
11 123	2213 20Z3 0001	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial - Nacional							1.535
			S	3	2	90	0	180	1.535
11 332	**2213 2553**	**Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS**							**93.184**
11 332	2213 2553 0001	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS - Nacional							93.184
			S	3	2	90	0	180	81.174
			S	4	2	90	0	180	12.010
11 334	**2213 2C43**	**Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT**							**15.360**
11 334	2213 2C43 0001	Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Nacional							15.360
			S	3	2	90	0	180	10.396
			S	4	2	90	0	180	4.964
11 125	**2213 4245**	**Classificação Brasileira de Ocupações - CBO**							**20.605**
11 125	2213 4245 0001	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO - Nacional							20.605
			S	3	2	90	0	180	20.605
11 126	**2213 4741**	**Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego**							**1.244.577**
11 126	2213 4741 0001	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego - Nacional							1.244.577
			S	3	2	90	0	180	1.149.286
			S	4	2	90	0	180	95.291
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.981.941**
TOTAL - GERAL									**3.981.941**

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Economia
UNIDADE: 25916 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**880**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 20AP**	**Serviços de Auditoria e Controle**							**880**
04 122	0032 20AP 0001	Serviços de Auditoria e Controle - Nacional							880
			F	3	2	90	0	280	880
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**23.884**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0473**	**Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997)**							**23.884**
28 846	0909 0473 0001	Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997) - Nacional							23.884
			F	3	2	90	0	280	23.884
TOTAL - FISCAL									**24.764**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.764**

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**13.852.346**
		ATIVIDADES							
12 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**13.852.346**
12 122	0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal							13.852.346
			F	3	2	90	8	100	13.385.823
			F	4	2	90	8	100	466.523
TOTAL - FISCAL									**13.852.346**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.852.346**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.488.830**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.416.759**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.416.759
			F	3	2	90	0	100	990.293
			F	3	2	90	0	188	42.240
			F	3	2	91	0	100	1.226
			F	4	2	90	0	100	383.000
06 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**10.824**
06 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							10.824
			F	3	2	90	0	100	10.824
03 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**61.247**
03 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							61.247
			F	3	2	90	0	100	61.247
	5015	**Justiça**							**170.714**
		ATIVIDADES							
14 422	**5015 20I7**	**Política Nacional de Justiça**							**72.867**
14 422	5015 20I7 0001	Política Nacional de Justiça - Nacional							72.867
			F	3	2	50	0	100	3.062
			F	3	2	80	0	100	7.962
			F	3	2	90	0	100	29.705
			F	3	2	90	0	174	11.702
			F	4	2	90	0	100	20.436
14 422	**5015 2334**	**Proteção e Defesa do Consumidor**							**94.785**
14 422	5015 2334 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional							94.785
			F	3	2	80	0	100	3.062
			F	3	2	90	0	100	19.177
			F	3	2	90	0	180	1.020
			F	4	2	90	0	100	71.526
14 422	**5015 2733**	**Qualificação e Democratização do Processo Administrativo e Elaboração Normativa**							**3.062**
14 422	5015 2733 0001	Qualificação e Democratização do Processo Administrativo e Elaboração Normativa - Nacional							3.062
			F	3	2	80	0	100	3.062
	5016	**Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento**							**3.088.843**
		ATIVIDADES							
06 181	**5016 21BM**	**Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade**							**3.077.819**
06 181	5016 21BM 0035	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - No Estado de São Paulo							35.339
			F	3	2	30	0	100	1.906
			F	3	2	30	0	188	33.433
06 181	5016 21BM 0052	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - No Estado de Goiás							33.433
			F	3	2	30	0	188	33.433
06 181	5016 21BM 0421	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - No Município de Araguaína - TO							30.716
			F	4	2	40	0	100	30.716
06 181	5016 21BM 7006	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Equipamentos e Material Permanente - Região Metropolitana - No Estado de São Paulo							49.014
			F	4	2	30	0	100	49.014
06 181	5016 21BM 7008	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Amazonas							1.007.321

			F	4	2	30	0	100	699.130
			F	4	2	30	0	188	308.191
06 181	5016 21BM 7009	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Rondônia							29.499
			F	4	2	30	0	100	29.499
06 181	5016 21BM 7015	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Espírito Santo							100.004
			F	4	2	30	0	188	100.004
06 181	5016 21BM 7021	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Paraná							30.225
			F	4	2	30	0	100	30.225
06 181	5016 21BM 7037	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Pará							89.369
			F	4	2	30	0	100	89.369
06 181	5016 21BM 7044	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Tocantins							948.500
			F	4	2	30	0	100	904.473
			F	4	2	30	0	188	44.027
06 181	5016 21BM 7051	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Construção do Complexo Administrativo e Operacional da Polícia Civil no Município de Cacoal - RO							18.594
			F	4	2	30	0	100	18.594
06 181	5016 21BM 7052	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Construção da Central de Garantias da Polícia Civil - No Município de Porto Velho - RO							8.367
			F	4	2	30	0	100	8.367
06 181	5016 21BM 7054	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Minas Gerais							214.686
			F	4	2	30	0	100	214.686
06 181	5016 21BM 7056	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Equipamentos, Material Permanente e Materiais de Consumo - No Estado da Paraíba							132.082
			F	4	2	30	0	188	132.082
06 181	5016 21BM 7057	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Aquisição de Equipamentos e Veículos - No Estado do Rio Grande do Norte							37.399
			F	4	2	30	0	100	37.399
06 181	5016 21BM 7059	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Equipamentos e Serviços - No Estado de Sergipe							66.041
			F	4	2	30	0	100	66.041
06 181	5016 21BM 7061	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Aquisição de Equipamentos - No Estado de Mato Grosso							40.565
			F	4	2	30	0	100	40.565
06 181	5016 21BM 7063	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Implantação do Centro de Treinamento em Segurança Pública - No Município de Campo Grande - MS							53.905
			F	4	2	30	0	100	53.905
06 181	5016 21BM 7070	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Ceará							152.760
			F	4	2	30	0	100	152.760
14 125	**5016 21BN**	**Política de Combate á Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**							**11.024**
14 125	5016 21BN 0001	Política de Combate á Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Nacional							11.024
			F	3	2	90	0	100	11.024
TOTAL - FISCAL									**4.748.387**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.748.387**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30103 - Arquivo Nacional

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**406**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**406**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							406
			F	3	2	90	0	100	406
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**714**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**714**

28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior	F	3	2	80	0	100	714
									714
	5015	**Justiça**							**259.243**
		ATIVIDADES							
04 391	**5015 2810**	**Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional**							**259.243**
04 391	5015 2810 0001	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional - Nacional							259.243
			F	3	2	90	0	100	161.593
			F	3	2	90	0	150	1.494
			F	3	2	90	0	188	6.526
			F	3	2	91	0	100	517
			F	4	2	90	0	100	89.113
TOTAL - FISCAL									**260.363**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**260.363**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**3.691.954**
		ATIVIDADES							
06 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**3.690.840**
06 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.690.840
			F	3	2	90	0	150	311.417
			F	3	2	90	0	174	2.667.757
			F	3	2	91	0	150	1.321
			F	3	2	91	0	174	5.907
			F	4	2	90	0	174	704.438
06 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**1.114**
06 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							1.114
			F	3	2	90	0	174	1.114
	5016	**Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento**							**3.365.239**
		ATIVIDADES							
06 181	**5016 2723**	**Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção**							**1.801.745**
06 181	5016 2723 0001	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional							1.798.530
			F	4	2	90	0	174	1.798.530
06 181	5016 2723 0029	Policiamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - No Estado da Bahia							3.215
			F	3	2	90	0	100	3.215
		PROJETOS							
06 181	**5016 154T**	**Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal**							**1.211.275**
06 181	5016 154T 0001	Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - Nacional							1.204.040
			F	3	2	90	0	174	189.454
			F	4	2	90	0	100	1.958
			F	4	2	90	0	174	1.012.628
06 181	5016 154T 3308	Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal - No Município de Japeri - RJ							7.235
			F	4	2	90	0	100	7.235
06 181	**5016 15UN**	**Construção da Sede Regional no Estado de Rondônia**							**352.219**
06 181	5016 15UN 0011	Construção da Sede Regional no Estado de Rondônia - No Estado de Rondônia							352.219
			F	4	2	90	0	174	352.219
TOTAL - FISCAL									**7.057.193**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.057.193**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30108 - Departamento de Polícia Federal

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**5.149.132**
		ATIVIDADES							
06 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**5.149.132**
06 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							5.149.132
			F	3	2	90	0	100	3.631.606

			F	3	2	90	0	150	4.290
			F	3	2	90	0	174	491.635
			F	3	2	90	0	188	144.715
			F	3	2	91	0	100	5.368
			F	4	2	90	0	100	8.464
			F	4	2	90	0	174	863.054
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**59.065**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 0122**	**Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ)**							**59.065**
28 846	0910 0122 0002	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ) - Exterior							59.065
			F	3	2	80	0	174	59.065
	5016	**Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento**							**8.101.731**
		ATIVIDADES							
06 181	**5016 2586**	**Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros**							**3.414.200**
06 181	5016 2586 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional							3.414.200
			F	3	2	90	0	174	3.414.200
06 181	**5016 2726**	**Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**							**1.682.004**
06 181	5016 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional							1.682.004
			F	4	2	90	0	174	1.682.004
		PROJETOS							
06 181	**5016 154U**	**Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses**							**264.164**
06 181	5016 154U 5664	Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses - Em Brasília - DF							264.164
			F	4	2	90	0	174	264.164
06 181	**5016 154Z**	**Construção da Superintendência Regional no Estado do Pará**							**264.164**
06 181	5016 154Z 0269	Construção da Superintendência Regional no Estado do Pará - No Município de Belém - PA							264.164
			F	4	2	90	0	174	264.164
06 181	**5016 155H**	**Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG**							**220.137**
06 181	5016 155H 2762	Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG - No Município de Juiz de Fora - MG							220.137
			F	4	2	90	0	174	220.137
06 181	**5016 15F5**	**Construção da Delegacia de São José do Rio Preto/SP**							**176.109**
06 181	5016 15F5 3922	Construção da Delegacia de São José do Rio Preto/SP - No Município de São José do Rio Preto - SP							176.109
			F	4	2	90	0	174	176.109
06 181	**5016 15F9**	**Aprimoramento Institucional da Polícia Federal**							**2.080.953**
06 181	5016 15F9 0001	Aprimoramento Institucional da Polícia Federal - Nacional							2.080.953
			F	4	2	90	0	174	2.080.953
TOTAL - FISCAL									**13.309.928**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.309.928**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**818.987**
		ATIVIDADES							
14 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**818.987**
14 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							818.987
			F	3	2	90	0	100	522.244
			F	3	2	90	0	188	20.140
			F	3	2	90	0	250	167
			F	4	2	90	0	100	276.436
	0617	**Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**							**680.193**
		ATIVIDADES							
14 125	**0617 20UF**	**Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados**							**272.159**
14 125	0617 20UF 0001	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados - Nacional							272.159
			F	3	2	90	0	100	178.720
			F	4	2	90	0	100	93.439
14 423	**0617 21BO**	**Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas**							**382.564**
14 423	0617 21BO 0001	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas - Nacional							382.564
			F	3	2	90	0	100	208.873
			F	4	2	90	0	100	173.691

		PROJETOS							
14 122	**0617 155L**	**Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional do Índio**							**25.470**
14 122	0617 155L 0001	Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional do Índio - Nacional							25.470
			F	3	2	90	0	100	3.319
			F	4	2	90	0	100	22.151
TOTAL - FISCAL									**1.499.180**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.499.180**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**3.403**
		ATIVIDADES							
14 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**3.403**
14 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							3.403
			F	3	2	90	0	150	3.403
	5015	**Justiça**							**2.110**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
14 211	**5015 00PN**	**Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados**							**2.110**
14 211	5015 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior							2.110
			F	3	2	80	0	150	2.110
TOTAL - FISCAL									**5.513**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.513**

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública
UNIDADE: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5015	**Justiça**							**122.588**
		ATIVIDADES							
14 422	**5015 21BR**	**Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime**							**122.588**
14 422	5015 21BR 0001	Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime - Nacional							122.588
			F	3	2	90	0	139	33.433
			F	3	2	90	0	150	66.866
			F	3	2	90	0	174	22.289
TOTAL - FISCAL									**122.588**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**122.588**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**884.120**
		ATIVIDADES							
25 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**566.116**
25 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							566.116
			F	3	2	90	0	100	35.394
			F	3	2	90	0	134	242.511
			F	3	2	91	0	134	7.997
			F	4	2	90	0	134	280.214
25 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**10.483**
25 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							10.483
			F	3	2	90	0	134	10.483
25 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**2.272**
25 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							2.272
			F	3	2	90	0	134	2.272
25 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**2.666**

25 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							2.666
			F	3	2	90	0	134	2.666
		PROJETOS							
25 572	**0032 13E4**	**Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II**							**302.583**
25 572	0032 13E4 0001	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II - Nacional							302.583
			F	3	2	90	0	148	889
			F	3	2	90	1	134	3.466
			F	4	2	50	0	148	298.228
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**644.361**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 00OE**	**Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos**							**644.053**
28 846	0909 00OE 0001	Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos - Nacional							644.053
			F	3	2	90	0	100	253.310
			F	3	2	90	0	134	390.743
25 211	**0909 00PN**	**Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados**							**308**
25 211	0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior							308
			F	3	2	80	0	134	308
	3001	**Energia Elétrica**							**5.576**
		ATIVIDADES							
25 752	**3001 21BA**	**Coordenação das ações de gestão e monitoramento do setor elétrico**							**2.978**
25 752	3001 21BA 0001	Coordenação das ações de gestão e monitoramento do setor elétrico - Nacional							2.978
			F	3	2	90	0	134	2.978
25 121	**3001 4897**	**Planejamento do Setor Energético**							**2.598**
25 121	3001 4897 0001	Planejamento do Setor Energético - Nacional							2.598
			F	3	2	90	0	134	2.598
	3002	**Geologia, Mineração e Transformação Mineral**							**7.121**
		ATIVIDADES							
22 663	**3002 20TZ**	**Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico da Mineração**							**2.564**
22 663	3002 20TZ 0001	Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico da Mineração - Nacional							2.564
			F	3	2	90	0	134	2.564
22 663	**3002 4887**	**Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral**							**4.557**
22 663	3002 4887 0001	Estudos para o Planejamento dos Setores de Geologia, Mineração e Transformação Mineral - Nacional							4.557
			F	3	2	90	0	134	4.557
	3003	**Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis**							**3.054**
		ATIVIDADES							
25 121	**3003 4892**	**Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis**							**3.054**
25 121	3003 4892 0001	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							3.054
			F	3	2	90	0	134	3.054
TOTAL - FISCAL									**1.544.232**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.544.232**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**347.145**
		ATIVIDADES							
22 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**247.844**
22 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							247.844
			F	3	2	90	0	100	21.412
			F	3	2	90	0	142	170.924
			F	3	2	91	0	142	6.291
			F	4	2	90	0	142	43.115
			F	4	2	90	0	263	6.102
22 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**6.508**
22 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							6.508
			F	3	2	90	0	142	6.508
		PROJETOS							
18 543	**0032 125F**	**Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina**							**92.793**

18 543	0032 125F 0042	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina							92.793
			F	3	2	90	0	142	87.735
			F	4	2	90	0	142	5.058
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**573**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**573**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							573
			F	3	2	80	0	142	573
	2218	**Gestão de Riscos e Desastres**							**77.811**
		ATIVIDADES							
22 127	**2218 20L9**	**Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos**							**46.124**
22 127	2218 20L9 0001	Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos - Nacional							46.124
			F	3	2	90	0	142	17.453
			F	3	2	90	0	280	742
			F	3	2	90	0	281	8.886
			F	3	2	91	0	142	14
			F	4	2	90	0	142	19.029
22 127	**2218 20LA**	**Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos**							**31.687**
22 127	2218 20LA 0001	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos - Nacional							31.687
			F	3	2	90	0	142	28.346
			F	3	2	91	0	142	59
			F	4	2	90	0	142	3.282
	2221	**Recursos Hídricos**							**46.998**
		ATIVIDADES							
22 544	**2221 2397**	**Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica**							**46.998**
22 544	2221 2397 0001	Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica - Nacional							46.998
			F	3	2	90	0	142	22.335
			F	3	2	90	0	250	2.680
			F	3	2	90	0	281	5.332
			F	3	2	91	0	142	245
			F	4	2	90	0	142	16.406
	3002	**Geologia, Mineração e Transformação Mineral**							**309.512**
		ATIVIDADES							
22 571	**3002 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**10.925**
22 571	3002 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							10.925
			F	3	2	90	0	142	10.925
22 663	**3002 213Y**	**Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional**							**76.981**
22 663	3002 213Y 0001	Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional - Nacional							76.981
			F	3	2	90	0	142	36.113
			F	3	2	90	0	250	6.523
			F	3	2	91	0	142	89
			F	4	2	90	0	142	26.249
			F	4	2	90	0	250	8.007
22 663	**3002 21BB**	**Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral**							**1.457**
22 663	3002 21BB 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral - Nacional							1.457
			F	3	2	90	0	142	1.457
22 663	**3002 2399**	**Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil**							**75.599**
22 663	3002 2399 0001	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil - Nacional							75.599
			F	3	2	90	0	142	43.116
			F	4	2	90	0	142	32.483
22 126	**3002 2B51**	**Gestão e Disseminação da Informação Geológica**							**83.676**
22 126	3002 2B51 0001	Gestão e Disseminação da Informação Geológica - Nacional							83.676
			F	3	2	90	0	142	31.178
			F	4	2	90	0	142	47.544
			F	4	2	90	0	263	4.954
22 663	**3002 2B53**	**Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN**							**52.822**
22 663	3002 2B53 0001	Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN - Nacional							52.822
			F	3	2	90	0	142	27.379
			F	3	2	90	0	250	8.877
			F	3	2	91	0	142	114
			F	3	2	91	0	250	46
			F	4	2	90	0	142	16.406

22 127	**3002 2D62**	**Levantamentos da Geodiversidade**							**8.052**
22 127	3002 2D62 0001	Levantamentos da Geodiversidade - Nacional							8.052
			F	3	2	90	0	142	7.067
			F	4	2	90	0	142	985
	6013	**Oceanos, Zona Costeira e Antártica**							**37.780**
		ATIVIDADES							
22 663	**6013 20LC**	**Levantamento Geológico, Oceanográfico e Ambiental do Potencial Mineral do Espaço Marinho e Costeiro**							**37.780**
22 663	6013 20LC 0001	Levantamento Geológico, Oceanográfico e Ambiental do Potencial Mineral do Espaço Marinho e Costeiro - Nacional							37.780
			F	3	2	90	0	142	26.645
			F	4	2	90	0	142	11.135
TOTAL - FISCAL									**819.819**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**819.819**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**942.892**
		ATIVIDADES							
25 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**942.892**
25 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							942.892
			F	3	2	50	0	250	9.610
			F	3	2	90	0	100	78.186
			F	3	2	90	0	250	634.646
			F	3	2	91	0	250	445
			F	4	2	90	0	250	220.005
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**304**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**304**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							304
			F	3	2	80	0	250	304
	3003	**Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis**							**763.126**
		ATIVIDADES							
25 125	**3003 212J**	**Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**414.988**
25 125	3003 212J 0001	Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							414.988
			F	3	2	90	0	250	394.571
			F	4	2	90	0	250	20.417
25 125	**3003 212K**	**Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**							**348.138**
25 125	3003 212K 0001	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional							348.138
			F	3	2	90	0	250	317.853
			F	4	2	90	0	250	30.285
TOTAL - FISCAL									**1.706.322**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.706.322**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**949.602**
		ATIVIDADES							
25 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**908.406**
25 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							908.406
			F	3	2	90	0	100	53.510
			F	3	2	90	0	174	321.914
			F	3	2	91	0	174	13.831
			F	4	2	90	0	174	519.151
25 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**32.310**
25 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							32.310
			F	3	2	90	0	174	32.310

25 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**8.886**
25 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							8.886
			F	3	2	90	0	174	8.886
	3001	**Energia Elétrica**							**936.739**
		ATIVIDADES							
25 752	**3001 2993**	**Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica**							**260.644**
25 752	3001 2993 0001	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - Nacional							260.644
			F	3	2	32	0	174	62.232
			F	3	2	90	0	174	186.402
			F	4	2	90	0	174	12.010
25 752	**3001 2C42**	**Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico**							**90.826**
25 752	3001 2C42 0001	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico - Nacional							90.826
			F	3	2	32	0	174	6.351
			F	3	2	90	0	174	52.881
			F	3	2	91	0	174	7.575
			F	4	2	90	0	174	24.019
25 130	**3001 4699**	**Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica**							**98.849**
25 130	3001 4699 0001	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - Nacional							98.849
			F	3	2	90	0	174	78.833
			F	4	2	90	0	174	20.016
25 665	**3001 4703**	**Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica**							**59.154**
25 665	3001 4703 0001	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional							59.154
			F	3	2	90	0	174	38.660
			F	3	2	91	0	174	478
			F	4	2	90	0	174	20.016
25 125	**3001 4880**	**Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica**							**427.266**
25 125	3001 4880 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional							427.266
			F	3	2	32	0	174	194.531
			F	3	2	90	0	174	180.695
			F	4	2	90	0	174	52.040
TOTAL - FISCAL									**1.886.341**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.886.341**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**163.109**
		ATIVIDADES							
25 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**157.505**
25 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							157.505
			F	3	2	90	0	100	77.740
			F	3	2	91	0	100	5.838
			F	4	2	90	0	100	73.927
25 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**720**
25 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							720
			F	3	2	90	0	100	720
25 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**4.884**
25 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							4.884
			F	3	2	90	0	100	4.869
			F	3	2	91	0	100	15
	3001	**Energia Elétrica**							**39.064**
		ATIVIDADES							
25 752	**3001 20LF**	**Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica**							**30.461**
25 752	3001 20LF 0001	Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica - Nacional							30.461
			F	3	2	90	0	100	30.461
25 121	**3001 20LI**	**Estudos para o Planejamento do Setor Energético**							**8.603**
25 121	3001 20LI 0001	Estudos para o Planejamento do Setor Energético - Nacional							8.603
			F	3	2	90	0	100	8.603
	3003	**Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis**							**12.096**
		ATIVIDADES							
25 542	**3003 213E**	**Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares**							**3.921**
25 542	3003 213E 0001	Estudos Ambientais de Áreas Sedimentares - Nacional							3.921

			F	3	2	90	0	100	3.921
25 753	**3003 21BC**	**Estudos da indústria de petróleo e gás natural**							**5.938**
25 753	3003 21BC 0001	Estudos da indústria de petróleo e gás natural - Nacional							5.938
			F	3	2	90	0	100	5.938
25 754	**3003 21BD**	**Estudos da indústria de biocombustíveis**							**2.237**
25 754	3003 21BD 0001	Estudos da indústria de biocombustíveis - Nacional							2.237
			F	3	2	90	0	100	2.237
TOTAL - FISCAL									**214.269**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**214.269**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**483.851**
		ATIVIDADES							
22 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**482.962**
22 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							482.962
			F	3	2	90	0	100	48.077
			F	3	2	90	0	141	392.659
			F	4	2	90	0	141	42.226
		PROJETOS							
22 122	**0032 15AL**	**Reforma de unidades da ANM**							**889**
22 122	0032 15AL 0001	Reforma de unidades da ANM - Nacional							889
			F	3	2	90	0	141	889
	3002	**Geologia, Mineração e Transformação Mineral**							**174.914**
		ATIVIDADES							
22 125	**3002 215Z**	**Outorga, Fiscalização e Regulação da Mineração**							**174.914**
22 125	3002 215Z 0001	Outorga, Fiscalização e Regulação da Mineração - Nacional							174.914
			F	3	2	90	0	141	138.910
			F	4	2	90	0	141	36.004
TOTAL - FISCAL									**658.765**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**658.765**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32397 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**478.997**
		ATIVIDADES							
25 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**478.997**
25 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							478.997
			F	3	2	50	0	250	3.167
			F	3	2	90	0	100	57.315
			F	3	2	90	0	250	124.724
			F	3	2	90	0	280	167.954
			F	3	2	91	0	250	3.744
			F	4	2	90	0	250	122.093
	2206	**Política Nuclear**							**2.461.156**
		ATIVIDADES							
25 543	**2206 20I3**	**Descomissionamento de Unidades Mínero-Industriais de Material Radioativo com Recuperação de Áreas Degradadas**							**371.618**
25 543	2206 20I3 0001	Descomissionamento de Unidades Mínero-Industriais de Material Radioativo com Recuperação de Áreas Degradadas - Nacional							371.618
			F	4	2	90	0	100	371.618
25 662	**2206 2482**	**Fabricação do Combustível Nuclear**							**1.532.110**
25 662	2206 2482 0001	Fabricação do Combustível Nuclear - Nacional							1.532.110
			F	3	2	50	0	100	76
			F	3	2	90	0	100	977.097
			F	3	2	90	0	280	71.451
			F	3	2	91	0	100	383
			F	4	2	90	0	100	483.103
		PROJETOS							

25 572	**2206 1393**	**Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio em Resende - RJ**							**371.619**
25 572	2206 1393 0030	Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio em Resende - RJ - Na Região Sudeste							371.619
			F	4	2	90	0	100	371.618
			F	4	2	91	0	100	1
25 663	**2206 13CP**	**Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité no Estado da Bahia**							**185.809**
25 663	2206 13CP 1991	Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité no Estado da Bahia - No Município de Caetité - BA							185.809
			F	4	2	90	0	100	185.809
	3002	**Geologia, Mineração e Transformação Mineral**							**18.218**
		ATIVIDADES							
25 663	**3002 2489**	**Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras**							**18.218**
25 663	3002 2489 6500	Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras - No Município de São Francisco de Itabapoana - RJ (Em Buena)							18.218
			F	3	2	90	0	100	16.359
			F	4	2	90	0	100	1.859
TOTAL - FISCAL									**2.958.371**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.958.371**

ÓRGÃO: 32000 - Ministério de Minas e Energia
UNIDADE: 32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**267**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00PW**	**Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica**							**267**
28 846	0910 00PW 0001	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica - Nacional							267
			F	3	2	50	0	250	267
	2206	**Política Nuclear**							**493.590**
		ATIVIDADES							
25 572	**2206 20V1**	**Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia**							**493.590**
25 572	2206 20V1 0001	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia - Nacional							493.590
			F	3	2	90	0	100	35.811
			F	3	2	90	0	250	290.050
			F	4	2	90	0	250	167.729
	3001	**Energia Elétrica**							**109.906**
		ATIVIDADES							
25 751	**3001 21BE**	**Fabricação de equipamentos destinados a indústria de petróleo e gás, offshore e outros**							**109.906**
25 751	3001 21BE 0001	Fabricação de equipamentos destinados a indústria de petróleo e gás, **offshore** e outros - Nacional							109.906
			F	3	2	90	0	250	69.875
			F	4	2	90	0	250	40.031
TOTAL - FISCAL									**603.763**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**603.763**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**3.478.125**
		ATIVIDADES							
07 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.822.713**
07 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.239.973
			F	3	2	90	0	100	650.479
			F	3	2	91	0	100	3.336
			F	4	2	90	0	100	586.158
07 122	0032 2000 0002	Administração da Unidade - Exterior							582.740
			F	3	2	90	0	100	357.647
			F	4	2	90	0	100	165.047
			F	4	2	90	0	174	60.046
07 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.487.837**
07 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							959
			F	3	2	90	0	100	959

07 122	0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Exterior							1.486.878
			F	3	2	90	0	100	1.044.845
			F	3	2	90	0	174	442.033
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
07 331	**0032 00PK**	**Indenizações a Servidores Civis e Militares em Serviço no Exterior**							**167.575**
07 331	0032 00PK 0002	Indenizações a Servidores Civis e Militares em Serviço no Exterior - Exterior							167.575
			F	3	2	90	0	100	167.575
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**32.346**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
07 211	**0909 00PN**	**Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados**							**19.649**
07 211	0909 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior							19.649
			F	3	2	80	0	100	19.649
07 212	**0909 00QX**	**Pagamento da taxa de administração do Escritório Local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)**							**12.697**
07 212	0909 00QX 0001	Pagamento da taxa de administração do Escritório Local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - Nacional							12.697
			F	3	2	80	0	100	12.697
	2216	**Política Externa**							**5.651.115**
		ATIVIDADES							
07 211	**2216 20I5**	**Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior**							**409.565**
07 211	2216 20I5 0001	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - Nacional							302.015
			F	3	2	90	0	100	302.015
07 211	2216 20I5 0002	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - Exterior							107.550
			F	3	2	90	0	100	43.790
			F	4	2	90	0	100	63.760
07 211	**2216 20WW**	**Relações e Negociações Bilaterais**							**4.443.724**
07 211	2216 20WW 0002	Relações e Negociações Bilaterais - Exterior							4.443.724
			F	3	2	90	0	100	2.706.663
			F	3	2	90	0	174	1.169.968
			F	3	2	91	0	100	62.378
			F	4	2	90	0	100	344.593
			F	4	2	90	0	174	160.122
07 211	**2216 20WX**	**Relações e Negociações Multilaterais**							**331.808**
07 211	2216 20WX 0002	Relações e Negociações Multilaterais - Exterior							331.808
			F	3	2	90	0	100	296.079
			F	3	2	91	0	100	16.413
			F	4	2	90	0	100	19.316
07 392	**2216 20WY**	**Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior**							**198.624**
07 392	2216 20WY 0001	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior - Nacional							9.767
			F	3	2	90	0	100	9.767
07 392	2216 20WY 0002	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior - Exterior							188.857
			F	3	2	90	0	100	70.127
			F	3	2	90	0	150	41.040
			F	3	2	90	0	174	68.694
			F	4	2	90	0	100	8.996
07 691	**2216 20WZ**	**Promoção Comercial e de Investimentos**							**46.350**
07 691	2216 20WZ 0001	Promoção Comercial e de Investimentos - Nacional							2.049
			F	3	2	90	0	100	2.049
07 691	2216 20WZ 0002	Promoção Comercial e de Investimentos - Exterior							44.301
			F	3	2	90	0	100	44.301
07 212	**2216 20X0**	**Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil**							**29.495**
07 212	2216 20X0 0002	Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil - Exterior							29.495
			F	3	2	80	0	100	29.495
07 212	**2216 2532**	**Cooperação com Países de Língua Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos**							**3.699**
07 212	2216 2532 0002	Cooperação com Países de Língua Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos - Exterior							3.699
			F	3	2	80	0	100	3.699
07 212	**2216 2533**	**Cooperação Técnica Internacional**							**129.647**
07 212	2216 2533 0001	Cooperação Técnica Internacional - Nacional							110.113
			F	3	2	80	0	100	97.313
			F	3	2	90	0	100	12.138
			F	3	2	91	0	100	662
07 212	2216 2533 0002	Cooperação Técnica Internacional - Exterior							19.534
			F	3	2	80	0	100	13.498

			F	3	2	90	0	100	6.036
07 128	**2216 2534**	**Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas**							**18.381**
07 128	2216 2534 0001	Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas - Nacional							18.381
			F	3	2	90	0	100	18.381
07 211	**2216 2536**	**Demarcação de Fronteiras**							**12.344**
07 211	2216 2536 0001	Demarcação de Fronteiras - Nacional							12.344
			F	3	2	90	0	100	7.833
			F	4	2	90	0	100	4.511
07 211	**2216 6105**	**Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC**							**12.624**
07 211	2216 6105 0002	Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC - Exterior							12.624
			F	3	2	90	0	100	12.624
07 211	**2216 8495**	**Realização de Eventos Internacionais Oficiais**							**3.986**
07 211	2216 8495 0001	Realização de Eventos Internacionais Oficiais - Nacional							3.986
			F	3	2	90	0	100	3.986
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
07 573	**2216 00CB**	**Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro**							**7.938**
07 573	2216 00CB 0001	Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro - Nacional							7.938
			F	3	2	90	0	100	7.938
07 128	**2216 00CC**	**Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática**							**2.930**
07 128	2216 00CC 0001	Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática - Nacional							2.930
			F	3	2	90	0	100	2.930
TOTAL - FISCAL									**9.161.586**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.161.586**

ÓRGÃO: 35000 - Ministério das Relações Exteriores
UNIDADE: 35201 - Fundação Alexandre de Gusmão

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2216	**Política Externa**							**3.231**
		ATIVIDADES							
07 573	**2216 2367**	**Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil**							**3.231**
07 573	2216 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - Nacional							3.231
			F	3	2	90	0	100	196
			F	3	2	90	0	250	526
			F	4	2	90	0	100	2.509
TOTAL - FISCAL									**3.231**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.231**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.448**
		ATIVIDADES							
10 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.448**
10 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.448
			S	3	2	90	0	100	1.448
	2222	**Saneamento Básico**							**1.912.006**
		ATIVIDADES							
10 512	**2222 20AM**	**Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais**							**15.520**
10 512	2222 20AM 0001	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais - Nacional							15.520
			S	4	2	40	0	100	15.520
		PROJETOS							
10 512	**2222 7XK6**	**Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes**							**4.408**
10 512	2222 7XK6 5351	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes - No Município de Nova Santa Helena - MT							4.408
			S	4	2	40	0	100	4.408
10 512	**2222 7XK8**	**Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com até 50.000 Habitantes**							**1.892.078**
10 512	2222 7XK8 7000	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos							1.070.496

		em Municípios com até 50.000 Habitantes - Aquisição de Equipamentos - No Estado de São Paulo							
			S	4	2	30	0	100	57.725
			S	4	2	30	0	151	1.012.771
10 512	2222 7XK8 7001	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com até 50.000 Habitantes - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Paraná							571.863
			S	4	2	30	0	100	25.447
			S	4	2	30	0	151	546.416
10 512	2222 7XK8 7002	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios com até 50.000 Habitantes - Aquisição de Equipamentos - No Estado de Mato Grosso do Sul							249.719
			S	4	2	90	0	100	249.719
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.913.454**
TOTAL - GERAL									**1.913.454**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.958.547**
		ATIVIDADES							
10 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.927.960**
10 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.927.960
			S	3	2	90	0	174	1.056.270
			S	3	2	90	0	250	119
			S	3	2	90	0	280	11.495
			S	3	2	91	0	174	41.452
			S	4	2	90	0	174	818.624
10 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**3.931**
10 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							3.931
			S	3	2	90	0	174	3.931
10 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**22.213**
10 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							22.213
			S	3	2	90	0	174	22.213
10 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**4.443**
10 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							4.443
			S	3	2	90	0	174	4.443
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**2.221**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**2.221**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							2.221
			S	3	2	80	0	174	2.221
	5023	**Vigilância em Saúde**							**705.775**
		ATIVIDADES							
10 304	**5023 8719**	**Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes**							**705.775**
10 304	5023 8719 0001	Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes - Nacional							705.775
			S	3	2	80	0	174	2.086
			S	3	2	90	0	174	410.194
			S	3	2	91	0	174	53.312
			S	4	2	90	0	174	240.183
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**2.666.543**
TOTAL - GERAL									**2.666.543**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**519.658**
		ATIVIDADES							
10 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**460.422**
10 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							460.422
			S	3	2	90	0	174	440.119

			S	3	2	90	0	250	1.076
			S	3	2	90	0	280	10.662
			S	3	2	91	0	174	559
			S	4	2	90	0	174	8.006
10 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**3.258**
10 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							3.258
			S	3	2	90	0	174	3.258
10 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**24.879**
10 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							24.879
			S	3	2	90	0	174	24.612
			S	3	2	91	0	174	267
10 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**31.099**
10 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							31.099
			S	3	2	90	0	174	31.099
	5021	**Gestão e Organização do SUS**							**630.859**
		ATIVIDADES							
10 125	**5021 4339**	**Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar**							**226.576**
10 125	5021 4339 0001	Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar - Nacional							226.576
			S	3	2	80	0	174	4.754
			S	3	2	90	0	174	204.811
			S	3	2	91	0	174	17.011
10 126	**5021 8727**	**Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar**							**404.283**
10 126	5021 8727 0001	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar - Nacional							404.283
			S	3	2	90	0	174	404.283
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.150.517**
TOTAL - GERAL									**1.150.517**

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S F	N D	P	O D	U	T E	
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**12.411**
		ATIVIDADES							
10 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**12.411**
10 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							12.411
			S	3	2	90	0	100	12.411
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**120.303**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	**0909 00NJ**	**Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID**							**120.303**
28 845	0909 00NJ 0002	Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID - Exterior							120.303
			S	3	2	80	0	100	4.823
			S	3	2	80	0	151	115.480
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**41.276**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00Q8**	**Contribuição à Organização Internacional de Desenvolvimento de Padrões de Terminologias em Saúde (IHTSDO - International Health Terminology Standards Development Organisation)**							**12.331**
28 846	0910 00Q8 0002	Contribuição à Organização Internacional de Desenvolvimento de Padrões de Terminologias em Saúde (**IHTSDO - International Health Terminology Standards Development Organisation**) - Exterior							12.331
			S	3	2	80	0	100	12.331
28 846	**0910 00QB**	**Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)**							**28.873**
28 846	0910 00QB 0002	Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (**IARC - International Agency for Research on Cancer**) - Exterior							28.873
			S	3	2	80	0	100	1.158
			S	3	2	80	0	151	27.715
28 846	**0910 0220**	**Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)**							**72**
28 846	0910 0220 0002	Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS) - Exterior							72
			S	3	2	80	0	100	3
			S	3	2	80	0	151	69
	5017	**Assistência Farmacêutica no SUS**							**2.990.392**
		ATIVIDADES							
10 303	**5017 20YS**	**Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Copagamento**							**2.990.392**
10 303	5017 20YS 0001	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Copagamento - Nacional							2.990.392

			S	3	2	90	0	100	119.884
			S	3	2	90	0	151	2.870.508
	5018	**Atenção Especializada à Saúde**							**151.652**
		ATIVIDADES							
10 302	**5018 20G8**	**Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF)**							**151.652**
10 302	5018 20G8 0001	Reestruturação dos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares Prestados pelos Hospitais Universitários Federais (Financiamento Partilhado - REHUF) - Nacional							151.652
			S	3	2	90	0	100	51.702
			S	4	2	90	0	100	99.950
	5019	**Atenção Primária à Saúde**							**13.263**
		ATIVIDADES							
10 301	**5019 217U**	**Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde**							**13.263**
10 301	5019 217U 0001	Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde - Nacional							13.263
			S	3	2	41	0	100	13.263
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.329.297**
TOTAL - GERAL									**3.329.297**

ÓRGÃO: 37000 - Controladoria-Geral da União
UNIDADE: 37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**3.716**
		PROJETOS							
04 122	**0032 14UQ**	**Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão**							**3.716**
04 122	0032 14UQ 0734	Construção do Edifício-Sede da Controladoria-Regional da União no Estado do Maranhão - No Município de São Luís - MA							3.716
			F	4	2	90	0	100	3.716
	4004	**Transparência, Integridade e Combate à Corrupção**							**1.037.033**
		ATIVIDADES							
04 124	**4004 2D58**	**Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição**							**1.037.033**
04 124	4004 2D58 0001	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional							1.037.033
			F	3	2	50	0	100	267
			F	3	2	90	0	100	459.135
			F	3	2	91	0	100	1.624
			F	4	2	90	0	100	576.007
TOTAL - FISCAL									**1.040.749**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.040.749**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**857.720**
		ATIVIDADES							
26 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**834.802**
26 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							834.802
			F	3	2	90	0	100	661.484
			F	3	2	91	0	100	1.461
			F	4	2	90	0	100	171.857
26 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.926**
26 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.926
			F	3	2	90	0	100	1.926
26 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**14.713**
26 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							14.713
			F	3	2	90	0	100	14.713
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 211	**0032 00PN**	**Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados**							**442**
26 211	0032 00PN 0002	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados - Exterior							442
			F	3	2	80	0	100	442
28 846	**0032 00QP**	**Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR**							**4.905**

28 846	0032 00QP 0021	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR - No Estado do Maranhão							4.905
			F	3	2	90	0	100	4.905
28 846	**0032 0713**	**Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER**							**932**
28 846	0032 0713 0001	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER - Nacional							932
			F	3	2	90	0	100	932
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**398**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**398**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							398
			F	3	2	80	0	100	398
	3005	**Transporte Aquaviário**							**3.283.207**
		ATIVIDADES							
26 784	**3005 212A**	**Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos**							**1.581.266**
26 784	3005 212A 0030	Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos - Na Região Sudeste							1.519.132
			F	4	2	90	0	100	1.519.132
26 784	3005 212A 0040	Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos - Na Região Sul							62.134
			F	4	2	90	0	100	62.134
		PROJETOS							
26 784	**3005 122O**	**Dragagem de Aprofundamento no Porto de Paranaguá (PR)**							**1.021.419**
26 784	3005 122O 0041	Dragagem de Aprofundamento no Porto de Paranaguá (PR) - No Estado do Paraná							1.021.419
			F	4	2	90	0	100	1.021.419
26 121	**3005 122X**	**Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado**							**184.738**
26 121	3005 122X 0001	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional							184.738
			F	3	2	90	0	100	67.948
			F	4	2	90	0	100	116.790
26 121	**3005 12KP**	**Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente**							**50.267**
26 121	3005 12KP 0001	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - Nacional							50.267
			F	3	2	90	0	100	32.155
			F	4	2	90	0	100	18.112
26 784	**3005 14KV**	**Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP**							**383.383**
26 784	3005 14KV 0035	Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP - No Estado de São Paulo							383.383
			F	4	2	90	0	100	383.383
26 784	**3005 15NW**	**Construção de Edificação para Recepção de Passageiros do Porto de Maceió/AL**							**62.134**
26 784	3005 15NW 1795	Construção de Edificação para Recepção de Passageiros do Porto de Maceió/AL - No Município de Maceió - AL							62.134
			F	4	2	90	0	100	62.134
	3006	**Transporte Terrestre e Trânsito**							**2.276.346**
		ATIVIDADES							
26 125	**3006 2907**	**Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária**							**21.241**
26 125	3006 2907 0001	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional							21.241
			F	3	2	90	0	100	6.715
			F	3	2	90	0	129	14.526
		PROJETOS							
26 782	**3006 12JP**	**Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP**							**2.159.903**
26 782	3006 12JP 0035	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP - No Estado de São Paulo							2.159.903
			F	4	2	90	0	100	2.159.903
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 782	**3006 00RK**	**Contribuição à Comissão Mista Brasileiro Argentina para gestão e manutenção da Ponte São Borja e São Tomé**							**95.202**
26 782	3006 00RK 0002	Contribuição à Comissão Mista Brasileiro Argentina para gestão e manutenção da Ponte São Borja e São Tomé - Exterior							95.202
			F	3	2	80	0	100	95.202
TOTAL - FISCAL									**6.417.671**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.417.671**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**350.426**
		ATIVIDADES							
26 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**96.695**

26 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							96.695
			F	3	2	90	0	100	80.229
			F	3	2	91	0	100	5.283
			F	4	2	90	0	100	11.183
26 126	**0032 218T**	**Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**							**175.614**
26 126	0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional							175.614
			F	3	2	90	0	100	175.614
		PROJETOS							
26 126	**0032 15P7**	**Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**							**78.117**
26 126	0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional							78.117
			F	4	2	90	0	100	78.117
	3006	**Transporte Terrestre e Trânsito**							**12.857.595**
		ATIVIDADES							
26 783	**3006 219Z**	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**							**159.112**
26 783	3006 219Z 0001	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Nacional							159.112
			F	4	2	90	0	100	12.960
			F	4	2	90	0	250	146.152
		PROJETOS							
26 783	**3006 116E**	**Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151**							**164.734**
26 783	3006 116E 0052	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151 - No Estado de Goiás							164.734
			F	4	2	90	0	100	164.734
26 783	**3006 116X**	**Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151**							**121.033**
26 783	3006 116X 0001	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151 - Nacional							121.033
			F	4	2	90	0	100	121.033
26 783	**3006 11ZD**	**Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D´Oeste/SP - EF-151**							**170.375**
26 783	3006 11ZD 0035	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D´Oeste/SP - EF-151 - No Estado de São Paulo							170.375
			F	4	2	90	0	100	170.375
26 783	**3006 11ZE**	**Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334**							**2.102.714**
26 783	3006 11ZE 0029	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334 - No Estado da Bahia							2.102.714
			F	4	2	90	0	100	2.102.714
26 783	**3006 11ZH**	**Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouro Verde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151**							**92.033**
26 783	3006 11ZH 0052	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouro Verde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151 - No Estado de Goiás							92.033
			F	4	2	90	0	100	92.033
26 783	**3006 11ZI**	**Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151**							**102.967**
26 783	3006 11ZI 0031	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151 - No Estado de Minas Gerais							102.967
			F	4	2	90	0	100	102.967
26 783	**3006 124G**	**Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334**							**9.713.879**
26 783	3006 124G 0029	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334 - No Estado da Bahia							9.713.879
			F	4	2	90	0	100	9.713.879
26 783	**3006 5E83**	**Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151**							**230.748**
26 783	3006 5E83 0017	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151 - No Estado do Tocantins							230.748
			F	4	2	90	0	100	230.748
TOTAL - FISCAL									**13.208.021**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**13.208.021**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.546.204**
		ATIVIDADES							
26 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.128.831**
26 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.128.831
			F	3	2	90	0	129	173.348
			F	3	2	90	0	174	322.244
			F	3	2	90	0	250	548.885
			F	3	2	91	0	250	6.692
			F	4	2	90	0	174	77.662
26 126	**0032 218T**	**Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**							**417.373**

26 126	0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional							417.373
			F	3	2	90	0	174	300.881
			F	4	2	90	0	174	116.492
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**268**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**268**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							268
			F	3	2	80	0	174	268
	3006	**Transporte Terrestre e Trânsito**							**837.891**
		ATIVIDADES							
26 125	**3006 20UB**	**Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário**							**273.411**
26 125	3006 20UB 0001	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário - Nacional							273.411
			F	3	2	90	0	174	273.411
26 125	**3006 2348**	**Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Ferroviária e de Bens Operacionais**							**128.546**
26 125	3006 2348 0001	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Ferroviária e de Bens Operacionais - Nacional							128.546
			F	3	2	90	0	129	128.546
26 125	**3006 2907**	**Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária**							**435.934**
26 125	3006 2907 0001	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional							435.934
			F	3	2	90	0	250	435.934
TOTAL - FISCAL									**2.384.363**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.384.363**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

ANEXO III — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**682.919**
		ATIVIDADES							
26 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**659.593**
26 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							659.593
			F	3	2	90	0	129	233.532
			F	3	2	90	0	174	50.825
			F	3	2	91	0	129	1.830
			F	4	2	90	0	129	373.406
26 130	**0032 2088**	**Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário**							**9.816**
26 130	0032 2088 0001	Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário - Nacional							9.816
			F	3	2	90	0	129	9.816
26 125	**0032 2090**	**Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário**							**13.510**
26 125	0032 2090 0001	Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário - Nacional							13.510
			F	3	2	90	0	129	13.510
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**161**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**161**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							161
			F	3	2	80	0	129	161
TOTAL - FISCAL									**683.080**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**683.080**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT

ANEXO III — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**3.413.186**
		ATIVIDADES							
26 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.696.608**
26 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.696.608
			F	3	2	90	0	100	391.665
			F	3	2	90	0	174	535.386
			F	3	2	90	0	250	376.636

			F	3	2	91	0	100	1.171
			F	4	2	90	0	100	391.750
26 121	**0032 20UC**	**Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes**							**50.812**
26 121	0032 20UC 0051	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - No Estado de Mato Grosso							50.812
			F	4	2	90	0	100	50.812
26 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**2.312**
26 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							2.312
			F	3	2	90	0	100	2.312
26 126	**0032 218T**	**Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**							**441.733**
26 126	0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional							441.733
			F	3	2	90	0	100	441.733
26 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**9.254**
26 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							9.254
			F	3	2	90	0	100	9.254
26 783	**0032 869V**	**Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários**							**24.520**
26 783	0032 869V 0001	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários - Nacional							24.520
			F	3	2	90	0	100	24.520
		PROJETOS							
26 126	**0032 15P7**	**Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação**							**1.187.947**
26 126	0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional							1.187.947
			F	4	2	90	0	100	1.187.947
26 784	**3005**	**Transporte Aquaviário**							**2.797.510**
		ATIVIDADES							
26 784	**3005 20LN**	**Operação de Terminais Hidroviários**							**126.933**
26 784	3005 20LN 0001	Operação de Terminais Hidroviários - Nacional							126.933
			F	3	2	90	0	100	126.933
26 784	**3005 20LO**	**Operação de Eclusas e Hidrovias**							**76.157**
26 784	3005 20LO 0001	Operação de Eclusas e Hidrovias - Nacional							76.157
			F	3	2	90	0	100	76.157
26 784	**3005 219Z**	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**							**2.117.815**
26 784	3005 219Z 6032	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica Amazônica							595.397
			F	3	2	90	0	100	307.409
			F	4	2	90	0	100	287.988
26 784	3005 219Z 6033	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Tocantins-Araguaia							116.279
			F	3	2	90	0	100	34.303
			F	4	2	90	0	100	81.976
26 784	3005 219Z 6034	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Ocidental							110.086
			F	3	2	90	0	100	22.068
			F	4	2	90	0	100	88.018
26 784	3005 219Z 6035	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Parnaíba							57.404
			F	3	2	90	0	100	1.876
			F	4	2	90	0	100	55.528
26 784	3005 219Z 6037	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do São Francisco							73.051
			F	3	2	90	0	100	19.053
			F	4	2	90	0	100	53.998
26 784	3005 219Z 6040	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Paraná							102.078
			F	3	2	90	0	100	26.481
			F	4	2	90	0	100	75.597
26 784	3005 219Z 6041	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica do Paraguai							114.504
			F	3	2	90	0	100	38.907
			F	4	2	90	0	100	75.597
26 784	3005 219Z 6043	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Hidrográfica Atlântico Sul							949.016
			F	3	2	90	0	100	97.078
			F	4	2	90	0	100	851.938
26 784	**3005 2E76**	**Remoção de Navio Naufragado no Porto de Vila do Conde em Barcarena (PA)**							**75.093**
26 784	3005 2E76 0015	Remoção de Navio Naufragado no Porto de Vila do Conde em Barcarena (PA) - No Estado do Pará							75.093
			F	4	2	90	0	100	75.093
		PROJETOS							
26 784	**3005 123M**	**Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins**							**401.512**
26 784	3005 123M 0001	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tocantins - Nacional							401.512
			F	4	2	90	0	100	401.512

3006		**Transporte Terrestre e Trânsito**							**210.156.385**
		ATIVIDADES							
26 782	**3006 2036**	**Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal**							**391.725**
26 782	3006 2036 0001	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal - Nacional							391.725
			F	3	2	90	0	174	391.725
26 782	**3006 219Z**	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**							**133.892.608**
26 782	3006 219Z 0010	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Norte							34.481.623
			F	4	2	90	0	100	18.763.558
			F	4	2	90	0	111	15.718.065
26 782	3006 219Z 0014	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Roraima							200.756
			F	4	2	90	0	111	200.756
26 782	3006 219Z 0017	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Tocantins							79.971
			F	4	2	90	0	100	79.971
26 782	3006 219Z 0020	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Nordeste							31.490.068
			F	4	2	90	0	100	12.074.772
			F	4	2	90	0	111	19.415.296
26 782	3006 219Z 0021	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Maranhão							17.847
			F	3	2	90	0	111	17.847
26 782	3006 219Z 0022	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Piauí							40.152
			F	4	2	90	0	111	40.152
26 782	3006 219Z 0023	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Ceará							4.020.132
			F	4	2	90	0	100	4.020.132
26 782	3006 219Z 0030	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Sudeste							17.455.930
			F	4	2	90	0	100	6.722.338
			F	4	2	90	0	111	9.707.649
			F	4	2	90	0	174	1.025.943
26 782	3006 219Z 0040	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Sul							22.906.739
			F	4	2	90	0	100	13.199.091
			F	4	2	90	0	111	9.707.648
26 782	3006 219Z 0041	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Paraná							42.023
			F	4	2	90	0	100	1.871
			F	4	2	90	0	111	40.152
26 782	3006 219Z 0042	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Santa Catarina							423.747
			F	4	2	90	0	100	423.747
26 782	3006 219Z 0050	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Na Região Centro-Oeste							22.448.696
			F	4	2	90	0	100	22.448.696
26 782	3006 219Z 0052	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Goiás							80.303
			F	4	2	90	0	111	80.303
26 782	3006 219Z 7000	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Trecho Entroncamento BR-101 - Divisa ES/MG - na BR-262/ES							84.166
			F	4	2	90	0	100	3.863
			F	4	2	90	0	111	80.303
26 782	3006 219Z 7001	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Trecho Juiz de Fora - Leopoldina - na BR-267/MG							80.303
			F	4	2	90	0	111	80.303
26 782	3006 219Z 7002	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Em Montes Claros - na BR- 251/MG							40.152
			F	4	2	90	0	111	40.152
26 782	**3006 2325**	**Operação do Sistema de Pesagem de Veículos**							**422.956**
26 782	3006 2325 0001	Operação do Sistema de Pesagem de Veículos - Nacional							422.956
			F	3	2	90	0	174	422.956
26 782	**3006 4482**	**Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito**							**7.356**
26 782	3006 4482 0001	Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito - Nacional							7.356
			F	3	2	90	0	100	7.356
		PROJETOS							
26 782	**3006 105S**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA**							**3.896.266**
26 782	3006 105S 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA - No Estado da Bahia							3.896.266
			F	4	2	90	0	100	401.512
			F	4	2	90	0	174	3.494.754
26 782	**3006 108X**	**Implantação de Postos de Pesagem**							**431.021**
26 782	3006 108X 0001	Implantação de Postos de Pesagem - Nacional							431.021
			F	4	2	90	0	174	431.021

26 782	**3006 10IW**	**Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG**							**80.303**
26 782	3006 10IW 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Itacarambi - Divisa MG/BA - na BR-135/MG - No Estado de Minas Gerais							80.303
			F	4	2	90	0	100	80.303
26 782	**3006 10IX**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG**							**4.309.373**
26 782	3006 10IX 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG - No Estado de Minas Gerais							4.309.373
			F	4	2	90	0	100	504.014
			F	4	2	90	0	174	3.805.359
26 782	**3006 10JQ**	**Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC**							**2.960.173**
26 782	3006 10JQ 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina							2.960.173
			F	4	2	90	0	100	2.960.173
26 782	**3006 10KR**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA**							**539.976**
26 782	3006 10KR 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA - No Estado do Pará							539.976
			F	4	2	90	0	100	539.976
26 782	**3006 10L1**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT**							**3.239.854**
26 782	3006 10L1 0051	Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT - No Estado de Mato Grosso							3.239.854
			F	4	2	90	0	100	3.239.854
26 782	**3006 10L3**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE**							**1.359.072**
26 782	3006 10L3 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE - No Estado do Ceará							1.359.072
			F	4	2	90	0	174	1.359.072
26 783	**3006 10MK**	**Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - EF-232**							**35.999**
26 783	3006 10MK 0020	Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - EF-232 - Na Região Nordeste							35.999
			F	4	2	90	0	100	35.999
26 782	**3006 110I**	**Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA**							**179.992**
26 782	3006 110I 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA - No Estado do Pará							179.992
			F	4	2	90	0	100	179.992
26 782	**3006 110Q**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE**							**1.439.936**
26 782	3006 110Q 0028	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE - No Estado de Sergipe							1.439.936
			F	4	2	90	0	100	1.439.936
26 783	**3006 11H1**	**Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ**							**442.780**
26 783	3006 11H1 3281	Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ - No Município de Barra Mansa - RJ							442.780
			F	4	2	90	0	100	442.780
26 782	**3006 11VA**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT**							**107.996**
26 782	3006 11VA 0051	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158/MT - No Estado de Mato Grosso							107.996
			F	4	2	90	0	100	107.996
26 782	**3006 1214**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS**							**1.043.954**
26 782	3006 1214 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							1.043.954
			F	4	2	90	0	100	1.043.954
26 783	**3006 1276**	**Construção de Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul - na EF-485/SC**							**143.994**
26 783	3006 1276 4651	Construção de Contorno Ferroviário em São Francisco do Sul - na EF-485/SC - No Município de São Francisco do Sul - SC							143.994
			F	4	2	90	0	100	143.994
26 782	**3006 12IW**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA**							**57.729**
26 782	3006 12IW 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Ilhéus - Itabuna - na BR-415/BA - No Estado da Bahia							57.729
			F	4	2	90	0	100	57.729
26 782	**3006 12JL**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR**							**2.930.010**
26 782	3006 12JL 0041	Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR - No Estado do Paraná							2.930.010
			F	4	2	90	0	100	84.043
			F	4	2	90	0	174	2.845.967
26 782	**3006 12KF**	**Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC**							**682.570**
26 782	3006 12KF 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC - No Estado de Santa Catarina							682.570
			F	4	2	90	0	100	682.570
26 782	**3006 12KG**	**Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS**							**901.950**
26 782	3006 12KG 5066	Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS - No Município de Santa Maria - RS							901.950
			F	4	2	90	0	100	901.950
26 783	**3006 13KH**	**Construção de Viaduto sobre linha férrea em Guararema - na EF-105/SP**							**107.996**
26 783	3006 13KH 3573	Construção de Viaduto sobre linha férrea em Guararema - na EF-105/SP - No Município de Guararema - SP							107.996
			F	4	2	90	0	100	107.996

26 782	**3006 13SL**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL**							**18.000**
26 782	3006 13SL 0027	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PE/AL (Inajá) - Entroncamento BR-423 (Carié) - na BR-316/AL - No Estado de Alagoas							18.000
			F	4	2	90	0	100	18.000
26 782	**3006 13X5**	**Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA**							**602.268**
26 782	3006 13X5 0638	Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA - No Município de Imperatriz - MA							602.268
			F	4	2	90	0	100	481.814
			F	4	2	90	0	111	120.454
26 782	**3006 13X7**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA**							**1.949.296**
26 782	3006 13X7 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA - No Estado da Bahia							1.949.296
			F	4	2	90	0	174	1.949.296
26 782	**3006 13Y0**	**Adequação da Via Expressa de Florianópolis - na BR-282/SC**							**89.997**
26 782	3006 13Y0 4497	Adequação da Via Expressa de Florianópolis - na BR-282/SC - No Município de Florianópolis - SC							89.997
			F	4	2	90	0	100	89.997
26 782	**3006 1418**	**Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP**							**263.999**
26 782	3006 1418 0016	Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP - No Estado do Amapá							263.999
			F	4	2	30	0	100	228.000
			F	4	2	90	0	100	35.999
26 782	**3006 1490**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA**							**2.682.740**
26 782	3006 1490 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA - No Estado do Pará							2.682.740
			F	4	2	90	0	100	449.981
			F	4	2	90	0	174	2.232.759
26 783	**3006 14MM**	**Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária**							**35.999**
26 783	3006 14MM 0001	Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária - Nacional							35.999
			F	4	2	90	0	100	35.999
26 782	**3006 14PC**	**Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS**							**3.322.405**
26 782	3006 14PC 0043	Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							3.322.405
			F	4	2	90	0	100	1.129.797
			F	4	2	90	0	174	2.192.608
26 783	**3006 14TL**	**Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG**							**395.982**
26 783	3006 14TL 2762	Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG - No Município de Juiz de Fora - MG							395.982
			F	4	2	90	0	100	395.982
26 782	**3006 14X0**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE**							**80.303**
26 782	3006 14X0 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE - No Estado de Pernambuco							80.303
			F	4	2	90	0	100	80.303
26 782	**3006 14X1**	**Construção de Viaduto Rodoviário em Maceió (Viaduto PRF) - no Entroncamento das BRs 104/316/AL**							**18.000**
26 782	3006 14X1 1795	Construção de Viaduto Rodoviário em Maceió (Viaduto PRF) - no Entroncamento das BRs 104/316/AL - No Município de Maceió - AL							18.000
			F	4	2	90	0	100	18.000
26 782	**3006 15K0**	**Construção de Contorno Rodoviário em Aragarças - na BR-070/GO**							**35.999**
26 782	3006 15K0 0052	Construção de Contorno Rodoviário em Aragarças - na BR-070/GO - No Estado de Goiás							35.999
			F	4	2	90	0	100	35.999
26 783	**3006 15RT**	**Adequação de Linha Férrea em Mogi Guaçu - na EF-050/SP**							**107.996**
26 783	3006 15RT 0035	Adequação de Linha Férrea em Mogi Guaçu - na EF-050/SP - No Estado de São Paulo							107.996
			F	4	2	90	0	100	107.996
26 783	**3006 15SP**	**Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em São Félix/BA**							**107.996**
26 783	3006 15SP 2279	Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em São Félix/BA - No Município de São Félix - BA							107.996
			F	4	2	90	0	100	107.996
26 782	**3006 1C09**	**Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA**							**719.968**
26 782	3006 1C09 0029	Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA - No Estado da Bahia							719.968
			F	4	2	90	0	100	719.968
26 782	**3006 1D02**	**Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - na BR-364/RO**							**582.459**
26 782	3006 1D02 0116	Construção de Ponte sobre o Rio Madeira, no Distrito de Abunã, em Porto Velho - na BR-364/RO - No Município de Porto Velho - RO							582.459
			F	4	2	90	0	174	582.459
26 782	**3006 1K23**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG**							**359.984**
26 782	3006 1K23 0031	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG - No Estado de Minas Gerais							359.984
			F	4	2	90	0	100	359.984

26 782	**3006 5E15**	**Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO**							**200.756**
26 782	3006 5E15 0017	Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paranã - Taguatinga - na BR-242/TO - No Estado do Tocantins							200.756
			F	4	2	90	0	250	200.756
26 782	**3006 7242**	**Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR**							**2.585.074**
26 782	3006 7242 0014	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR - No Estado de Roraima							2.585.074
			F	4	2	90	0	100	2.341.870
			F	4	2	90	0	174	3.884
			F	4	2	90	0	263	239.320
26 782	**3006 7435**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE**							**639.665**
26 782	3006 7435 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101/PE - No Estado de Pernambuco							639.665
			F	4	2	90	0	100	639.665
26 782	**3006 7530**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC**							**2.924.073**
26 782	3006 7530 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina							2.924.073
			F	4	2	90	0	100	2.924.073
26 782	**3006 7624**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL**							**1.941.530**
26 782	3006 7624 0027	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL - No Estado de Alagoas							1.941.530
			F	4	2	90	0	174	1.941.530
26 782	**3006 7E79**	**Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO**							**179.992**
26 782	3006 7E79 0052	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO - No Estado de Goiás							179.992
			F	4	2	90	0	100	179.992
26 782	**3006 7F51**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA**							**35.999**
26 782	3006 7F51 0029	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA - No Estado da Bahia							35.999
			F	4	2	90	0	100	35.999
26 782	**3006 7G16**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG**							**719.968**
26 782	3006 7G16 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG - No Estado de Minas Gerais							719.968
			F	4	2	90	0	100	719.968
26 782	**3006 7I71**	**Construção de Contorno Rodoviário em Jataí - na BR-060/GO**							**388.306**
26 782	3006 7I71 5545	Construção de Contorno Rodoviário em Jataí - na BR-060/GO - No Município de Jataí - GO							388.306
			F	4	2	90	0	174	388.306
26 782	**3006 7K23**	**Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR**							**1.163.994**
26 782	3006 7K23 0041	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR - No Estado do Paraná							1.163.994
			F	4	2	90	0	100	1.163.994
26 782	**3006 7L04**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS**							**3.705.080**
26 782	3006 7L04 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							3.705.080
			F	4	2	90	0	100	287.988
			F	4	2	90	0	174	3.417.092
26 782	**3006 7M32**	**Construção de Trecho Rodoviário - Piancó - Nova Olinda - na BR-426/PB**							**35.999**
26 782	3006 7M32 0025	Construção de Trecho Rodoviário - Piancó - Nova Olinda - na BR-426/PB - No Estado da Paraíba							35.999
			F	4	2	90	0	100	35.999
26 782	**3006 7M88**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE**							**999.649**
26 782	3006 7M88 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE - No Estado de Pernambuco							999.649
			F	4	2	90	0	100	999.649
26 782	**3006 7N22**	**Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI**							**2.605.696**
26 782	3006 7N22 0022	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI - No Estado do Piauí							2.605.696
			F	4	2	90	0	100	2.605.696
26 782	**3006 7N85**	**Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC**							**1.402.539**
26 782	3006 7N85 0042	Construção de Trecho Rodoviário - Timbé do Sul - Divisa SC/RS - na BR-285/SC - No Estado de Santa Catarina							1.402.539
			F	4	2	90	0	100	1.402.539
26 782	**3006 7P87**	**Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO**							**33.914**
26 782	3006 7P87 0111	Adequação de Travessia Urbana em Ji-Paraná - na BR-364/RO - No Município de Ji-Paraná - RO							33.914
			F	4	2	90	0	100	33.914
26 782	**3006 7R82**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO**							**1.484.239**
26 782	3006 7R82 0052	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO - No Estado de Goiás							1.484.239
			F	4	2	90	0	100	1.484.239
26 782	**3006 7S57**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS**							**539.976**
26 782	3006 7S57 0054	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS - No Estado de Mato Grosso do Sul							539.976

			F	4	2	90	0	100	539.976
26 782	**3006 7S59**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG**							**719.968**
26 782	3006 7S59 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-364 - Entroncamento BR-365 - na BR-154/MG - No Estado de Minas Gerais							719.968
			F	4	2	90	0	100	719.968
26 782	**3006 7S62**	**Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA**							**53.998**
26 782	3006 7S62 0015	Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA - No Estado do Pará							53.998
			F	4	2	90	0	100	53.998
26 782	**3006 7S69**	**Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 - km 4,5 - na BR-376/PR**							**84.043**
26 782	3006 7S69 0041	Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 - km 4,5 - na BR-376/PR - No Estado do Paraná							84.043
			F	4	2	90	0	100	84.043
26 782	**3006 7S73**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP**							**582.459**
26 782	3006 7S73 0035	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP - No Estado de São Paulo							582.459
			F	4	2	90	0	174	582.459
26 782	**3006 7S75**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN**							**1.253.899**
26 782	3006 7S75 0024	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte							1.253.899
			F	4	2	90	0	100	1.253.899
26 782	**3006 7S80**	**Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT**							**1.079.952**
26 782	3006 7S80 0051	Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT - No Estado de Mato Grosso							1.079.952
			F	4	2	90	0	100	1.079.952
26 782	**3006 7U06**	**Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES**							**394.223**
26 782	3006 7U06 0032	Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES - No Estado do Espírito Santo							394.223
			F	4	2	90	0	100	394.223
26 782	**3006 7U22**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR**							**2.963.913**
26 782	3006 7U22 0041	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR - No Estado do Paraná							2.963.913
			F	4	2	90	0	100	2.963.913
26 782	**3006 7V00**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA**							**53.998**
26 782	3006 7V00 0021	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Timon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA - No Estado do Maranhão							53.998
			F	4	2	90	0	100	53.998
26 783	**3006 7V06**	**Adequação de Linha Férrea em Rolândia - na EF-369/PR**							**82.797**
26 783	3006 7V06 4321	Adequação de Linha Férrea em Rolândia - na EF-369/PR - No Município de Rolândia - PR							82.797
			F	4	2	90	0	100	82.797
26 782	**3006 7V25**	**Construção de Contorno Rodoviário - Maringá - Paiçandu - Sarandi - Marialva – na BR-376/PR**							**1.400.504**
26 782	3006 7V25 0041	Construção de Contorno Rodoviário - Maringá - Paiçandu - Sarandi - Marialva – na BR-376/PR - No Estado do Paraná							1.400.504
			F	4	2	90	0	100	436.876
			F	4	2	90	0	144	963.628
26 782	**3006 7W70**	**Construção de Viaduto Rodoviário nos Municípios de Natal e Parnamirim - na BR-101-RN**							**400.136**
26 782	3006 7W70 0024	Construção de Viaduto Rodoviário nos Municípios de Natal e Parnamirim - na BR-101-RN - No Estado do Rio Grande do Norte							400.136
			F	4	2	90	0	100	400.136
26 782	**3006 7W84**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA**							**53.998**
26 782	3006 7W84 0021	Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA - No Estado do Maranhão							53.998
			F	4	2	90	0	100	53.998
26 782	**3006 7W95**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI**							**1.163.008**
26 782	3006 7W95 0022	Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI - No Estado do Piauí							1.163.008
			F	4	2	90	0	100	1.163.008
26 783	**3006 7X30**	**Adequação de Ramal Ferroviário no Perímetro Urbano para Eliminação de Pontos Críticos em Botucatu - na EF-265/SP**							**35.999**
26 783	3006 7X30 3451	Adequação de Ramal Ferroviário no Perímetro Urbano para Eliminação de Pontos Críticos em Botucatu - na EF-265/SP - No Município de Botucatu - SP							35.999
			F	4	2	90	0	100	35.999
26 782	**3006 7X34**	**Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS**							**803.024**
26 782	3006 7X34 5275	Construção de Anel Rodoviário em Três Lagoas - nas BRs 262/158/MS - No Município de Três Lagoas - MS							803.024
			F	4	2	90	0	100	803.024
26 782	**3006 7X51**	**Construção de Trecho Rodoviário - Nova Remanso - Campo Alegre de Lourdes - na BR-235/BA**							**401.512**
26 782	3006 7X51 0029	Construção de Trecho Rodoviário - Nova Remanso - Campo Alegre de Lourdes - na BR-235/BA - No Estado da Bahia							401.512
			F	4	2	90	0	100	401.512
26 782	**3006 7X75**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - na BR-316/PI**							**566.119**
26 782	3006 7X75 0022	Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Estádio							566.119

		Municipal (Demerval Lobão) - na BR-316/PI - No Estado do Piauí	F	4	2	90	0	100	566.119
26 782	**3006 7XF8**	**Duplicação da Ponte São Raimundo sobre o Rio Doce - Em Governador Valadares - Na BR-116/MG**							**401.512**
26 782	3006 7XF8 2657	Duplicação da Ponte São Raimundo sobre o Rio Doce - Em Governador Valadares - Na BR-116/MG - No Município de Governador Valadares - MG							401.512
			F	4	2	90	0	100	401.512
26 782	**3006 7XI7**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Erechim - Passo Fundo - na BR-153/RS**							**40.152**
26 782	3006 7XI7 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Erechim - Passo Fundo - na BR-153/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							40.152
			F	4	2	90	0	100	40.152
26 782	**3006 7XI8**	**Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS**							**40.152**
26 782	3006 7XI8 0043	Adequação de Ponte sobre o rio Ibicuí - na BR-472/RS - No Estado do Rio Grande do Sul							40.152
			F	4	2	90	0	174	40.152
26 782	**3006 7XI9**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Taquaritinga - Caruaru - Agrestina - na BR-104/PE**							**252.793**
26 782	3006 7XI9 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Taquaritinga - Caruaru - Agrestina - na BR-104/PE - No Estado de Pernambuco							252.793
			F	4	2	30	0	100	252.793
26 782	**3006 7XJ0**	**Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG**							**80.303**
26 782	3006 7XJ0 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Jacuí - Alpinópolis - na BR-265/MG - No Estado de Minas Gerais							80.303
			F	4	2	90	0	100	80.303
26 782	**3006 7XJ1**	**Construção de Trecho Rodoviário - Berilo - Chapada do Norte - na BR-367/MG**							**200.756**
26 782	3006 7XJ1 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Berilo - Chapada do Norte - na BR-367/MG - No Estado de Minas Gerais							200.756
			F	4	2	90	0	100	200.756
26 782	**3006 7XJ2**	**Construção de Trecho Rodoviário - Km 866,2 - Km 905,5 - na BR-174/MT**							**834.200**
26 782	3006 7XJ2 0051	Construção de Trecho Rodoviário - Km 866,2 - Km 905,5 - na BR-174/MT - No Estado de Mato Grosso							834.200
			F	4	2	90	0	100	834.200
26 782	**3006 7XJ3**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (João Neiva) - Entroncamento BR-040 - na BR-259/ES**							**84.165**
26 782	3006 7XJ3 0032	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (João Neiva) - Entroncamento BR-040 - na BR-259/ES - No Estado do Espírito Santo							84.165
			F	4	2	90	0	100	84.165
26 782	**3006 7XJ4**	**Construção de Trecho Rodoviário - Maraú - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA**							**401.512**
26 782	3006 7XJ4 0029	Construção de Trecho Rodoviário - Maraú - Entroncamento BR-101 - na BR-030/BA - No Estado da Bahia							401.512
			F	4	2	90	0	100	401.512
26 782	**3006 7XJ5**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC**							**2.007.559**
26 782	3006 7XJ5 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Florianópolis - São Miguel do Oeste - na BR-282/SC - No Estado de Santa Catarina							2.007.559
			F	4	2	90	0	100	2.007.559
26 782	**3006 7XJ6**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Feira de Santana - Teofilândia - na BR-116/BA**							**889.915**
26 782	3006 7XJ6 0029	Adequação de Trecho Rodoviário - Feira de Santana - Teofilândia - na BR-116/BA - No Estado da Bahia							889.915
			F	4	2	90	0	100	889.915
26 782	**3006 7XJ7**	**Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-116/BA**							**51.744**
26 782	3006 7XJ7 0029	Construção de Contorno Rodoviário em Feira de Santana - na BR-116/BA - No Estado da Bahia							51.744
			F	4	2	90	0	100	51.744
26 782	**3006 7XK0**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Km 183 - 188 - na BR-428/PE**							**80.303**
26 782	3006 7XK0 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 183 - 188 - na BR-428/PE - No Estado de Pernambuco							80.303
			F	4	2	90	0	100	80.303
26 782	**3006 7XK1**	**Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Juiz de Fora) - Entroncamento BR-267 (Juiz de Fora) - na BR-440/MG**							**80.303**
26 782	3006 7XK1 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 (Juiz de Fora) - Entroncamento BR-267 (Juiz de Fora) - na BR-440/MG - No Estado de Minas Gerais							80.303
			F	4	2	90	0	100	80.303
26 782	**3006 7XK5**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Km 124,6 - Km 130,0 - na BR-407/PE**							**52.037**
26 782	3006 7XK5 0026	Adequação de Trecho Rodoviário - Km 124,6 - Km 130,0 - na BR-407/PE - No Estado de Pernambuco							52.037
			F	4	2	90	0	100	52.037
TOTAL - FISCAL									**216.367.081**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**216.367.081**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**232.551**

		ATIVIDADES							
26 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**134.399**
26 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							134.399
			F	3	2	90	0	100	27.186
			F	3	2	90	0	250	82.623
			F	3	2	90	0	280	8.945
			F	3	2	91	0	100	446
			F	4	2	90	0	100	11.183
			F	4	2	90	0	250	4.016
26 121	**0032 20UC**	**Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes**							**98.152**
26 121	0032 20UC 0014	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - No Estado de Roraima							49.076
			F	3	2	90	0	100	8.924
			F	4	2	90	0	100	40.152
26 121	0032 20UC 0025	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - No Estado da Paraíba							49.076
			F	3	2	90	0	100	8.924
			F	4	2	90	0	100	40.152
TOTAL - FISCAL									**232.551**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**232.551**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**797.979**
		ATIVIDADES							
26 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**787.451**
26 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							787.451
			F	3	2	90	0	100	133.117
			F	3	2	90	0	174	97.551
			F	3	2	90	0	176	27.663
			F	3	2	90	0	250	1.341
			F	3	2	90	0	280	495.591
			F	3	2	91	0	280	12.112
			F	4	2	90	0	280	20.076
26 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**10.528**
26 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							10.528
			F	3	2	90	0	280	10.528
	3004	**Aviação Civil**							**869.804**
		ATIVIDADES							
26 125	**3004 2912**	**Regulação e Fiscalização da Aviação Civil**							**869.804**
26 125	3004 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional							869.804
			F	3	2	90	0	174	391.279
			F	3	2	90	0	176	6.247
			F	3	2	90	0	280	500
			F	4	2	90	0	280	471.778
TOTAL - FISCAL									**1.667.783**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.667.783**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**38.086**
		ATIVIDADES							
26 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**36.300**
26 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							36.300
			F	3	2	90	0	180	33.283
			F	3	2	91	0	180	286
			F	4	2	90	0	180	2.731
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
26 661	**0032 09FC**	**Incentivo às Empresas Brasileiras conforme Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004**							**893**

26 661	0032 09FC 0001	Incentivo às Empresas Brasileiras conforme Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004 - Nacional							893
			F	3	2	90	0	180	893
26 661	**0032 09JF**	**Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança aos Mutuários do Fundo da Marinha Mercante (Lei nº 10.893, de 2004)**							**893**
26 661	0032 09JF 0001	Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança aos Mutuários do Fundo da Marinha Mercante (Lei nº 10.893, de 2004) - Nacional							893
			F	3	2	90	0	180	893
TOTAL - FISCAL									**38.086**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**38.086**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	3004	**Aviação Civil**							**658.289**
		ATIVIDADES							
26 128	**3004 20SW**	**Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil**							**35.693**
26 128	3004 20SW 0001	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil - Nacional							35.693
			F	3	2	90	0	280	35.693
26 122	**3004 210F**	**Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)**							**78.747**
26 122	3004 210F 0001	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão) - Nacional							78.747
			F	3	2	90	0	280	78.747
26 781	**3004 211I**	**Elaboração de estudos, pesquisas e diagnósticos sobre Aviação Civil**							**71.385**
26 781	3004 211I 0001	Elaboração de estudos, pesquisas e diagnósticos sobre Aviação Civil - Nacional							71.385
			F	3	2	90	0	186	71.385
		PROJETOS							
26 781	**3004 14UB**	**Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional**							**472.464**
26 781	3004 14UB 0001	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Nacional							16.957
			F	4	2	90	0	100	16.957
26 781	3004 14UB 1476	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Patos - PB							80.303
			F	4	2	30	0	100	80.303
26 781	3004 14UB 1624	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Fernando de Noronha - PE							52.037
			F	4	2	30	0	100	52.037
26 781	3004 14UB 1964	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Barreiras - BA							19.307
			F	4	2	30	0	100	19.307
26 781	3004 14UB 2710	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - No Município de Itajubá - MG							80.303
			F	4	2	90	0	100	80.303
26 781	3004 14UB 7000	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional - Construção do Terminal de Passageiros - No Município de Dourados - MS							223.557
			F	4	2	90	0	100	223.557
TOTAL - FISCAL									**658.289**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**658.289**

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**17.847**
		ATIVIDADES							
26 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**17.847**
26 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							17.847
			F	3	2	90	0	174	17.847
TOTAL - FISCAL									**17.847**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**17.847**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR

			SF	ND	P	OD	U	TE	
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**728.807**
		ATIVIDADES							
18 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**724.413**
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							724.413
			F	3	2	90	0	100	263.241
			F	3	2	91	0	100	372
			F	4	2	90	0	100	460.800
18 541	**0032 20W8**	**Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P**							**313**
18 541	0032 20W8 0001	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - Nacional							313
			F	3	2	90	0	100	313
18 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**3.836**
18 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							3.836
			F	3	2	90	0	100	3.836
18 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**245**
18 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							245
			F	3	2	90	0	100	245
	1041	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais**							**2.922**
		ATIVIDADES							
18 128	**1041 20VY**	**Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental**							**381**
18 128	1041 20VY 0001	Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental - Nacional							381
			F	3	2	90	0	100	381
18 541	**1041 21A8**	**Formulação e Implementação de Estratégias para Promover a Proteção, a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade, da Vegetação Nativa e do Patrimônio Genético**							**2.541**
18 541	1041 21A8 0001	Formulação e Implementação de Estratégias para Promover a Proteção, a Conservação e o Uso Sustentável da Biodiversidade, da Vegetação Nativa e do Patrimônio Genético - Nacional							2.541
			F	3	2	90	0	100	2.541
	1043	**Qualidade Ambiental Urbana**							**21.976**
		ATIVIDADES							
18 542	**1043 21A9**	**Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana**							**20.957**
18 542	1043 21A9 0001	Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana - Nacional							20.957
			F	3	2	90	0	100	20.957
		PROJETOS							
18 543	**1043 10TT**	**Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina**							**1.019**
18 543	1043 10TT 0042	Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina							1.019
			F	3	2	90	0	100	1.019
	1058	**Mudança do Clima**							**1.956**
		ATIVIDADES							
18 542	**1058 20W1**	**Iniciativas para Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima e da Contribuição Nacionalmente Determinada**							**1.320**
18 542	1058 20W1 0001	Iniciativas para Implementação e Monitoramento da Política Nacional sobre Mudança do Clima e da Contribuição Nacionalmente Determinada - Nacional							1.320
			F	3	2	90	0	100	1.320
18 541	**1058 20W2**	**Redução da Vulnerabilidade aos Efeitos da Desertificação**							**636**
18 541	1058 20W2 0001	Redução da Vulnerabilidade aos Efeitos da Desertificação - Nacional							636
			F	3	2	90	0	100	636
	2223	**A Hora do Turismo**							**1.584**
		ATIVIDADES							
18 695	**2223 21AA**	**Implementação do Plano Nacional de Ecoturismo**							**1.584**
18 695	2223 21AA 0001	Implementação do Plano Nacional de Ecoturismo - Nacional							1.584
			F	3	2	90	0	100	1.212
			F	4	2	90	0	100	372
TOTAL - FISCAL									**757.245**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**757.245**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.393.073**
		ATIVIDADES							
18 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.306.206**
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.306.206
			F	3	2	90	0	186	17.136

			F	3	2	90	0	250	1.018.966
			F	3	2	91	0	250	9.904
			F	4	2	90	0	250	260.200
		PROJETOS							
18 122	**0032 156G**	**Construção da Sede do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo**							**86.867**
18 122	0032 156G 5664	Construção da Sede do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo - Em Brasília - DF							86.867
			F	4	2	90	0	174	40.031
			F	4	2	90	0	296	46.836
	1041	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais**							**90.434**
		ATIVIDADES							
18 542	**1041 218R**	**Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental**							**39.986**
18 542	1041 218R 0001	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental - Nacional							39.986
			F	3	2	90	0	174	39.986
18 542	**1041 21AB**	**Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais**							**9.554**
18 542	1041 21AB 0001	Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - Nacional							9.554
			F	3	2	90	0	174	9.554
18 542	**1041 6925**	**Licenciamento Ambiental Federal**							**40.894**
18 542	1041 6925 0001	Licenciamento Ambiental Federal - Nacional							40.894
			F	3	2	90	0	174	40.894
	1043	**Qualidade Ambiental Urbana**							**4.622**
		ATIVIDADES							
18 542	**1043 20WH**	**Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras**							**4.622**
18 542	1043 20WH 0001	Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras - Nacional							4.622
			F	3	2	90	0	174	3.821
			F	4	2	90	0	174	801
	6014	**Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas**							**713.836**
		ATIVIDADES							
18 125	**6014 214N**	**Controle e Fiscalização Ambiental**							**713.836**
18 125	6014 214N 0001	Controle e Fiscalização Ambiental - Nacional							713.836
			F	3	2	90	0	174	353.932
			F	3	2	90	0	296	319.873
			F	4	2	90	0	174	40.031
TOTAL - FISCAL									**2.201.965**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.201.965**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**142.901**
		ATIVIDADES							
18 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**142.805**
18 122	0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro							142.805
			F	3	2	90	0	100	73.523
			F	3	2	90	0	250	39.616
			F	4	2	90	0	100	29.244
			F	4	2	90	0	250	422
18 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**96**
18 122	0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro							96
			F	3	2	90	0	100	96
	1041	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais**							**77.672**
		ATIVIDADES							
18 571	**1041 20WK**	**Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira**							**38.242**
18 571	1041 20WK 0001	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira - Nacional							38.242
			F	3	2	90	0	100	2.427
			F	3	2	90	0	250	2.666
			F	4	2	90	0	100	33.149
18 541	**1041 219K**	**Gestão das Coleções Vivas, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro**							**39.430**
18 541	1041 219K 0033	Gestão das Coleções Vivas, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro - No							39.430

		Estado do Rio de Janeiro							
			F	3	2	90	0	100	12.852
			F	3	2	90	0	250	16.171
			F	3	2	90	0	100	10.407
	5013	**Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão**							**9.430**
		ATIVIDADES							
18 128	**5013 4909**	**Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente**							**9.430**
18 128	5013 4909 0033	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação em Botânica e Meio Ambiente - No Estado do Rio de Janeiro							9.430
			F	3	2	90	0	100	3.751
			F	4	2	90	0	100	5.679
TOTAL - FISCAL									**230.003**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**230.003**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**360.480**
		ATIVIDADES							
18 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**360.480**
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							360.480
			F	3	2	90	0	100	149.285
			F	3	2	90	0	186	7.612
			F	3	2	90	0	250	203.583
	1041	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais**							**84.793**
		ATIVIDADES							
18 541	**1041 20WN**	**Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico**							**80.398**
18 541	1041 20WN 0001	Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico - Nacional							80.398
			F	3	2	90	0	100	42.411
			F	3	2	90	0	250	37.987
18 571	**1041 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**4.395**
18 571	1041 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							4.395
			F	3	2	90	0	100	4.395
	6014	**Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas**							**111.330**
		ATIVIDADES							
18 125	**6014 214P**	**Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais**							**111.330**
18 125	6014 214P 0001	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais - Nacional							111.330
			F	3	2	90	0	100	68.366
			F	3	2	90	0	250	42.964
TOTAL - FISCAL									**556.603**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**556.603**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**2.666**
		ATIVIDADES							
18 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**2.666**
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.666
			F	3	2	90	0	174	2.666
	1041	**Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais**							**103.184**
		ATIVIDADES							
18 541	**1041 20N1**	**Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente**							**103.184**
18 541	1041 20N1 0001	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente - Nacional							103.184
			F	3	2	32	0	174	3.555
			F	3	2	42	0	174	3.555
			F	4	2	32	0	174	48.037
			F	4	2	42	0	174	48.037
TOTAL - FISCAL									**105.850**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**105.850**

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**711**
		ATIVIDADES							
18 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**711**
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							711
			F	3	2	90	0	280	711
	1058	**Mudança do Clima**							**212.772**
		ATIVIDADES							
18 541	**1058 20G4**	**Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima**							**212.772**
18 541	1058 20G4 0001	Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima - Nacional							212.772
			F	3	2	32	0	280	5.509
			F	3	2	42	0	280	3.555
			F	3	2	90	0	280	3.555
			F	4	2	32	0	280	80.061
			F	4	2	42	0	280	80.061
			F	4	2	90	0	280	40.031
TOTAL - FISCAL									**213.483**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**213.483**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.096.393**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.087.570**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.087.570
			F	3	2	90	0	100	698.463
			F	3	2	91	0	100	1.841
			F	4	2	90	0	100	387.266
05 571	**0032 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**4.093**
05 571	0032 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							4.093
			F	3	2	90	0	100	4.093
05 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**4.730**
05 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							994
			F	3	2	90	0	100	994
05 122	0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Exterior							3.736
			F	3	2	90	0	100	3.736
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**778**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**778**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							778
			F	3	2	80	0	100	778
	6011	**Cooperação com o Desenvolvimento Nacional**							**1.434.775**
		ATIVIDADES							
05 812	**6011 20IG**	**Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania**							**1.503**
05 812	6011 20IG 0001	Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania - Nacional							1.503
			F	3	2	90	0	100	1.503
05 542	**6011 20X4**	**Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM**							**408.907**
05 542	6011 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional							408.907
			F	3	2	90	0	100	220.230
			F	3	2	91	0	100	5.933
			F	4	2	90	0	100	182.744
05 153	**6011 219C**	**Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras**							**958.962**
05 153	6011 219C 0001	Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras - Nacional							958.962
			F	3	2	90	0	100	728.091

			F	4	2	90	0	100	230.871
05 811	**6011 21BJ**	**Desenvolvimento do Desporto e do Paradesporto Nacional e Militar**							**30.843**
05 811	6011 21BJ 0001	Desenvolvimento do Desporto e do Paradesporto Nacional e Militar - Nacional							30.843
			F	3	2	90	0	100	30.843
05 333	**6011 6557**	**Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão**							**28.864**
05 333	6011 6557 0001	Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão - Nacional							28.864
			F	3	2	90	0	100	24.631
			F	4	2	90	0	100	4.233
05 366	**6011 8425**	**Apoio ao Projeto Rondon**							**5.696**
05 366	6011 8425 0001	Apoio ao Projeto Rondon - Nacional							5.696
			F	3	2	90	0	100	5.696
	6012	**Defesa Nacional**							**12.180.133**
		ATIVIDADES							
05 128	**6012 2055**	**Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra**							**68.245**
05 128	6012 2055 0001	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra - Nacional							68.245
			F	3	2	90	0	100	49.633
			F	4	2	90	0	100	18.612
05 121	**6012 20T4**	**Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa**							**5.506**
05 121	6012 20T4 0001	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa - Nacional							5.506
			F	3	2	90	0	100	3.582
			F	4	2	90	0	100	1.924
05 212	**6012 20X1**	**Participação Brasileira em Missões de Paz**							**591.248**
05 212	6012 20X1 0001	Participação Brasileira em Missões de Paz - Nacional							591.248
			F	3	2	90	0	100	386.138
			F	4	2	90	0	100	205.110
05 153	**6012 20X3**	**Mobilização e Logística para a Defesa Nacional**							**12.172**
05 153	6012 20X3 0001	Mobilização e Logística para a Defesa Nacional - Nacional							12.172
			F	3	2	90	0	100	12.172
05 722	**6012 20X5**	**Comando e Controle de Defesa Nacional**							**135.875**
05 722	6012 20X5 0001	Comando e Controle de Defesa Nacional - Nacional							135.875
			F	3	2	90	0	100	49.298
			F	4	2	90	0	100	86.577
05 122	**6012 20X6**	**Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte**							**1.057.128**
05 122	6012 20X6 0001	Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte - Nacional							1.057.128
			F	3	2	90	0	100	123.817
			F	4	2	90	0	100	933.311
05 153	**6012 20X7**	**Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas**							**246.779**
05 153	6012 20X7 0001	Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas - Nacional							246.779
			F	3	2	90	0	100	173.208
			F	4	2	90	0	100	73.571
05 153	**6012 218X**	**Operações de Garantia da Lei e da Ordem**							**83.985**
05 153	6012 218X 0001	Operações de Garantia da Lei e da Ordem - Nacional							83.985
			F	3	2	90	0	100	45.506
			F	4	2	90	0	100	38.479
05 722	**6012 219W**	**Interoperabilidade de Sistemas de Defesa**							**689.313**
05 722	6012 219W 0001	Interoperabilidade de Sistemas de Defesa - Nacional							689.313
			F	3	2	90	0	100	6.320
			F	4	2	50	0	100	176.231
			F	4	2	90	0	100	506.762
05 573	**6012 21BI**	**Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Civil e Militar**							**2.553**
05 573	6012 21BI 0001	Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Civil e Militar - Nacional							2.553
			F	3	2	90	0	100	2.553
05 151	**6012 21BK**	**Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais**							**28.921**
05 151	6012 21BK 0001	Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional							28.921
			F	3	2	90	0	100	28.921
05 153	**6012 2452**	**Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte**							**239.516**
05 153	6012 2452 0010	Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte - Na Região Norte							239.516
			F	3	2	90	0	100	9.214
			F	4	2	90	0	100	230.302
05 183	**6012 2866**	**Ações de Caráter Sigiloso**							**11.124**
05 183	6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional							11.124
			F	3	2	90	0	100	11.124
05 572	**6012 2B28**	**Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional**							**8.211**

05 572	6012 2B28 0001	Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional - Nacional							8.211
			F	3	2	90	0	100	8.211
05 212	**6012 2D55**	**Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa**							**40.299**
05 212	6012 2D55 0001	Intercâmbio e Cooperação Internacional na Área de Defesa - Nacional							40.299
			F	3	2	80	0	100	4.941
			F	3	2	90	0	100	33.946
			F	4	2	90	0	100	1.412
		PROJETOS							
05 244	**6012 1211**	**Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte**							**454.517**
05 244	6012 1211 0116	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Porto Velho - RO							31.276
			F	4	2	40	0	100	31.276
05 244	6012 1211 0119	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Rolim de Moura - RO							20.287
			F	4	2	40	0	100	20.287
05 244	6012 1211 0166	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Rio Branco - AC							41.334
			F	4	2	40	0	100	41.334
05 244	6012 1211 0238	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Boa Vista - RR							35.886
			F	4	2	30	0	100	35.886
05 244	6012 1211 0250	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Uiramutã - RR							35.886
			F	4	2	40	0	100	35.886
05 244	6012 1211 5369	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - No Município de Ponte Branca - MT							5.510
			F	4	2	40	0	100	5.510
05 244	6012 1211 7000	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Acre							41.334
			F	4	2	30	0	100	41.334
05 244	6012 1211 7001	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Rondônia							229.479
			F	4	2	30	0	100	229.479
05 244	6012 1211 7009	Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte - Instituto de Longa Permanência do Idoso - No Município de Porto Velho - RO							13.525
			F	4	2	40	0	100	13.525
05 151	**6012 123J**	**Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas**							**8.403.900**
05 151	6012 123J 0001	Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas - Nacional							8.403.900
			F	3	2	90	0	100	711.282
			F	4	2	90	0	100	5.290.789
			F	4	2	90	0	149	2.401.829
05 126	**6012 147F**	**Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional**							**49.355**
05 126	6012 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional							49.355
			F	3	2	90	0	100	21.084
			F	3	2	90	0	188	850
			F	4	2	90	0	100	26.358
			F	4	2	90	0	188	1.063
05 151	**6012 151S**	**Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais**							**38.449**
05 151	6012 151S 0001	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - Nacional							38.449
			F	3	2	90	0	100	9.202
			F	4	2	90	0	100	29.247
05 363	**6012 15KP**	**Implantação da Medicina Operativa Conjunta nas Forças Armadas**							**4.916**
05 363	6012 15KP 0001	Implantação da Medicina Operativa Conjunta nas Forças Armadas - Nacional							4.916
			F	3	2	90	0	100	683
			F	4	2	90	0	100	4.233
05 183	**6012 15LR**	**Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF**							**8.121**
05 183	6012 15LR 0001	Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF - Nacional							8.121
			F	3	2	90	0	100	2.349
			F	4	2	90	0	100	5.772
TOTAL - FISCAL									**14.712.079**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**14.712.079**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52111 - Comando da Aeronáutica

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**916.929**
		ATIVIDADES							

05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**680.428**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							678.309
			F	3	2	90	0	100	678.158
			F	3	2	91	0	100	151
05 122	0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro							2.119
			F	3	2	90	0	100	2.119
05 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**147.408**
05 122	0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Exterior							147.408
			F	3	2	90	0	100	147.408
		PROJETOS							
05 482	**0032 15F1**	**Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares**							**89.093**
05 482	0032 15F1 0001	Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares - Nacional							89.093
			F	3	2	90	0	100	21.041
			F	4	2	90	0	100	68.052
	6012	**Defesa Nacional**							**76.939.512**
		ATIVIDADES							
05 151	**6012 20IH**	**Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados**							**1.329.012**
05 151	6012 20IH 0001	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados - Nacional							1.329.012
			F	4	2	90	0	100	1.329.012
05 364	**6012 20X8**	**Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA**							**67.596**
05 364	6012 20X8 0001	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA - Nacional							63.551
			F	3	2	90	0	100	4.769
			F	4	2	90	0	100	58.782
05 364	6012 20X8 0035	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA - No Estado de São Paulo							4.045
			F	4	2	90	0	100	4.045
05 128	**6012 20X9**	**Capacitação Profissional da Aeronáutica**							**208.775**
05 128	6012 20X9 0001	Capacitação Profissional da Aeronáutica - Nacional							208.775
			F	3	2	90	0	100	74.482
			F	4	2	90	0	100	134.293
05 151	**6012 217W**	**Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra**							**48.032**
05 151	6012 217W 0001	Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra - Nacional							48.032
			F	3	2	90	0	100	23.013
			F	4	2	90	0	100	25.019
05 151	**6012 219D**	**Adequação de Organizações Militares**							**3.079.931**
05 151	6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional							3.075.928
			F	3	2	90	0	100	73.642
			F	4	2	90	0	100	2.802.134
			F	4	2	90	0	281	200.152
05 151	6012 219D 0552	Adequação de Organizações Militares - No Município de Alcântara - MA							4.003
			F	4	2	90	0	188	4.003
05 183	**6012 2866**	**Ações de Caráter Sigiloso**							**86.964**
05 183	6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional							86.964
			F	3	2	90	0	100	999
			F	4	2	90	0	100	85.965
05 151	**6012 2868**	**Combustíveis e Lubrificantes de Aviação**							**1.604.539**
05 151	6012 2868 0001	Combustíveis e Lubrificantes de Aviação - Nacional							1.604.539
			F	3	2	90	0	100	1.604.539
		PROJETOS							
05 151	**6012 123B**	**Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)**							**6.662.273**
05 151	6012 123B 0001	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X) - Nacional							6.662.273
			F	4	2	90	0	100	6.662.273
05 151	**6012 14T0**	**Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2**							**38.068.228**
05 151	6012 14T0 0001	Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2 - Nacional							38.068.228
			F	3	2	90	0	100	4.443
			F	4	2	90	0	100	13.111.184
			F	4	2	90	0	149	24.952.601
05 151	**6012 14XJ**	**Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390**							**23.782.638**
05 151	6012 14XJ 0001	Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390 - Nacional							23.782.638
			F	3	2	90	0	100	258.297
			F	4	2	90	0	100	23.408.253
			F	4	2	90	0	188	116.088
05 151	**6012 7U72**	**Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)**							**2.001.524**

05 151	6012 7U72 0001	Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M) - Nacional							2.001.524
			F	4	2	90	0	100	2.001.524
TOTAL - FISCAL									**77.856.441**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**77.856.441**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52121 - Comando do Exército

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**3.687.363**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**3.237.595**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.237.595
			F	3	2	90	0	100	2.612.862
			F	3	2	91	0	100	43.165
			F	4	2	90	0	100	581.568
05 368	**0032 20XM**	**Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares**							**128.132**
05 368	0032 20XM 0001	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares - Nacional							128.132
			F	3	2	90	0	100	71.626
			F	3	2	91	0	100	64
			F	4	2	90	0	100	56.442
05 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**302.299**
05 122	0032 216H 0002	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Exterior							302.299
			F	3	2	90	0	100	302.299
05 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**19.337**
05 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							19.337
			F	3	2	90	0	100	7.328
			F	4	2	90	0	100	12.009
	6012	**Defesa Nacional**							**55.760.821**
		ATIVIDADES							
05 153	**6012 20XE**	**Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército**							**1.102.682**
05 153	6012 20XE 0001	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional							1.102.682
			F	3	2	90	0	100	221.934
			F	3	2	90	0	181	104.763
			F	3	2	91	0	100	436
			F	3	2	91	0	181	462
			F	4	2	90	0	100	533.724
			F	4	2	90	0	181	241.363
05 244	**6012 20XH**	**Realização de Ações de Cooperação do Exército**							**1.458.410**
05 244	6012 20XH 0001	Realização de Ações de Cooperação do Exército - Nacional							1.458.410
			F	3	2	90	0	181	29.322
			F	4	2	90	0	181	1.429.088
05 153	**6012 20XJ**	**Desenvolvimento Tecnológico do Exército**							**470.363**
05 153	6012 20XJ 0001	Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional							470.363
			F	3	2	90	0	100	80.359
			F	3	2	91	0	100	257
			F	4	2	90	0	100	388.826
			F	4	2	91	0	100	921
05 153	**6012 20XL**	**Saúde em Operações Militares**							**54.282**
05 153	6012 20XL 0001	Saúde em Operações Militares - Nacional							54.282
			F	3	2	90	0	100	14.252
			F	4	2	90	0	100	40.030
05 153	**6012 219D**	**Adequação de Organizações Militares**							**917.633**
05 153	6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional							913.402
			F	3	2	90	0	100	420.727
			F	3	2	91	0	100	19
			F	4	2	90	0	100	492.656
05 153	6012 219D 7000	Adequação de Organizações Militares - Sistemas de Artilharia Antiaérea - no Município de Campinas - SP							4.231
			F	4	2	90	0	100	228
			F	4	2	90	0	188	4.003
05 153	**6012 21A0**	**Aprestamento das Forças**							**4.895.749**
05 153	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							4.895.749
			F	3	2	90	0	100	1.955.760

			F	3	2	91	0	100	33.523
			F	4	2	90	0	100	2.906.466
05 183	**6012 2866**	**Ações de Caráter Sigiloso**							**107.980**
05 183	6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional							107.980
			F	3	2	90	0	100	16.298
			F	3	2	91	0	100	180
			F	4	2	90	0	100	91.502
05 153	**6012 2900**	**Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade**							**79.388**
05 153	6012 2900 0001	Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade - Nacional							79.388
			F	3	2	90	0	100	38.766
			F	3	2	91	0	100	592
			F	4	2	90	0	100	40.030
05 153	**6012 2911**	**Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército**							**214.417**
05 153	6012 2911 0001	Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército - Nacional							214.417
			F	3	2	90	0	100	46.289
			F	4	2	90	0	100	168.128
05 364	**6012 2A82**	**Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia**							**200.401**
05 364	6012 2A82 0001	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia - Nacional							200.401
			F	3	2	90	0	100	34.345
			F	4	2	90	0	100	166.056
05 128	**6012 8965**	**Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro**							**640.981**
05 128	6012 8965 0001	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro - Nacional							640.981
			F	3	2	90	0	100	368.301
			F	3	2	91	0	100	2.966
			F	4	2	90	0	100	269.714
		PROJETOS							
05 153	**6012 13DB**	**Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea**							**984.698**
05 153	6012 13DB 0001	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea - Nacional							984.698
			F	3	2	90	0	100	7.634
			F	4	2	90	0	100	977.064
05 126	**6012 147F**	**Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional**							**647.297**
05 126	6012 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional							647.297
			F	3	2	90	0	100	39.889
			F	3	2	90	0	188	1.547
			F	4	2	90	0	100	583.248
			F	4	2	90	0	188	22.613
05 153	**6012 14LW**	**Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020**							**4.823.232**
05 153	6012 14LW 0001	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 - Nacional							4.823.232
			F	3	2	90	0	100	2.630
			F	4	2	90	0	100	4.820.602
05 153	**6012 14T4**	**Implantação do Projeto Guarani**							**12.332.764**
05 153	6012 14T4 0001	Implantação do Projeto Guarani - Nacional							12.332.764
			F	3	2	90	0	100	343.373
			F	4	2	90	0	100	11.989.391
05 153	**6012 14T5**	**Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON**							**10.532.199**
05 153	6012 14T5 0001	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON - Nacional							10.532.199
			F	3	2	90	0	100	225.293
			F	3	2	90	0	188	8.735
			F	3	2	91	0	100	2.630
			F	4	2	90	0	100	8.602.218
			F	4	2	90	0	188	1.693.323
05 153	**6012 14T6**	**Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER)**							**122.905**
05 153	6012 14T6 0001	Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER) - Nacional							122.905
			F	3	2	90	0	100	17.625
			F	4	2	90	0	100	105.280
05 153	**6012 156M**	**Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro**							**9.126.476**
05 153	6012 156M 0001	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro - Nacional							9.126.476
			F	3	2	90	0	100	189.499
			F	4	2	90	0	100	8.927.955
			F	4	2	91	0	100	9.022
05 153	**6012 156N**	**Obtenção de Meios do Exército**							**4.105.012**
05 153	6012 156N 0001	Obtenção de Meios do Exército - Nacional							4.105.012

			F	3	2	90	0	100	77.030
			F	4	2	90	0	100	3.659.314
			F	4	2	91	0	100	368.668
05 153	**6012 3138**	**Implantação do Sistema de Aviação do Exército**							**2.943.952**
05 153	6012 3138 0001	Implantação do Sistema de Aviação do Exército - Nacional							2.943.952
			F	3	2	90	0	100	2.630
			F	4	2	90	0	100	2.941.322
TOTAL - FISCAL									**59.448.184**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**59.448.184**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**2.139.108**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**2.138.880**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.138.880
			F	3	2	90	0	100	990.691
			F	3	2	91	0	100	919
			F	4	2	90	0	100	1.147.270
05 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**228**
05 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							228
			F	3	2	90	0	100	228
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**258**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**258**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							258
			F	3	2	90	0	100	258
	6012	**Defesa Nacional**							**73.117.624**
		ATIVIDADES							
05 152	**6012 20XO**	**Desenvolvimento Tecnológico da Marinha**							**135.337**
05 152	6012 20XO 0001	Desenvolvimento Tecnológico da Marinha - Nacional							135.337
			F	3	2	90	0	100	14.453
			F	4	2	90	0	100	120.884
05 152	**6012 219D**	**Adequação de Organizações Militares**							**1.256.559**
05 152	6012 219D 0001	Adequação de Organizações Militares - Nacional							1.256.559
			F	3	2	90	0	100	8.323
			F	4	2	90	0	100	1.248.236
05 183	**6012 2866**	**Ações de Caráter Sigiloso**							**632**
05 183	6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional							632
			F	3	2	90	0	100	632
		PROJETOS							
05 152	**6012 123G**	**Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares**							**13.233.943**
05 152	6012 123G 0001	Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares - Nacional							13.233.943
			F	4	2	90	0	142	13.233.943
05 152	**6012 123H**	**Construção de Submarino de Propulsão Nuclear**							**13.114.506**
05 152	6012 123H 0001	Construção de Submarino de Propulsão Nuclear - Nacional							13.114.506
			F	4	2	90	0	142	12.443.178
			F	4	2	90	0	149	671.328
05 152	**6012 123I**	**Construção de Submarinos Convencionais**							**29.097.143**
05 152	6012 123I 0001	Construção de Submarinos Convencionais - Nacional							29.097.143
			F	4	2	90	0	142	16.014.047
			F	4	2	90	0	149	13.083.096
05 572	**6012 14T7**	**Tecnologia Nuclear da Marinha**							**4.032.956**
05 572	6012 14T7 0001	Tecnologia Nuclear da Marinha - Nacional							4.032.956
			F	3	2	90	0	100	230.454
			F	4	2	90	0	100	2.412.859
			F	4	2	90	0	142	1.389.203
			F	4	2	91	0	142	440
05 152	**6012 156O**	**Obtenção de Meios da Marinha**							**10.130.232**
05 152	6012 156O 0001	Obtenção de Meios da Marinha - Nacional							10.130.232
			F	4	2	90	0	142	10.130.232

05 152	**6012 1N47**	**Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé**							**1.154.354**
05 152	6012 1N47 0001	Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé - Nacional							1.154.354
			F	4	2	90	0	100	1.154.354
05 152	**6012 1N56**	**Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio**							**961.962**
05 152	6012 1N56 0001	Desenvolvimento de Míssil Nacional Antinavio - Nacional							961.962
			F	4	2	90	0	100	961.962
TOTAL - FISCAL									**75.256.990**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**75.256.990**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6013	**Oceanos, Zona Costeira e Antártica**							**661.919**
		ATIVIDADES							
05 571	**6013 2345**	**Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica**							**38.374**
05 571	6013 2345 0001	Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica - Nacional							38.374
			F	3	2	90	0	100	38.374
05 571	**6013 2518**	**Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul**							**5.966**
05 571	6013 2518 0001	Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia Azul - Nacional							5.966
			F	3	2	90	0	100	5.966
		PROJETOS							
05 571	**6013 14ML**	**Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz**							**617.579**
05 571	6013 14ML 0002	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz - Exterior							617.579
			F	4	2	90	0	100	617.579
TOTAL - FISCAL									**661.919**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**661.919**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**31.824**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**31.824**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							31.824
			F	3	2	90	0	250	3.175
			F	3	2	90	0	280	16.207
			F	3	2	91	0	250	12
			F	3	2	91	0	280	77
			F	4	2	90	0	250	1.656
			F	4	2	90	0	263	6.083
			F	4	2	90	0	280	4.614
TOTAL - FISCAL									**31.824**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.824**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**201.350**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**201.350**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							201.350
			F	3	2	90	0	100	28.205
			F	3	2	90	0	250	47.974
			F	3	2	90	0	280	9.729
			F	3	2	91	0	250	7
			F	4	2	90	0	100	115.435

	6012	**Defesa Nacional**							**816.988**
		ATIVIDADES							
05 153	**6012 4528**	**Produção de Material de Emprego Militar**							**816.988**
05 153	6012 4528 0001	Produção de Material de Emprego Militar - Nacional							816.988
			F	3	2	90	0	100	236.947
			F	3	2	90	0	250	96.212
			F	3	2	90	0	280	90.194
			F	4	2	90	0	100	280.013
			F	4	2	90	0	263	113.622
TOTAL - FISCAL									**1.018.338**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.018.338**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52222 - Fundação Osório

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**43.856**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**23.263**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							23.263
			F	3	2	90	0	100	21.176
			F	3	2	90	0	250	1.978
			F	3	2	91	0	100	109
05 368	**0032 20XS**	**Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório**							**20.593**
05 368	0032 20XS 0001	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório - Nacional							20.593
			F	3	2	90	0	100	8.138
			F	3	2	90	0	296	4.259
			F	4	2	90	0	100	8.196
TOTAL - FISCAL									**43.856**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**43.856**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**78.238**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**78.238**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							78.238
			F	3	2	90	0	280	76.197
			F	3	2	91	0	280	39
			F	4	2	90	0	280	2.002
TOTAL - FISCAL									**78.238**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**78.238**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6012	**Defesa Nacional**							**31.101**
		ATIVIDADES							
05 152	**6012 211D**	**Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL**							**31.101**
05 152	6012 211D 0001	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL - Nacional							31.101
			F	3	2	90	0	100	15.902
			F	4	2	90	0	100	15.199
TOTAL - FISCAL									**31.101**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.101**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa

UNIDADE: 52901 - Fundo do Ministério da Defesa

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**27.008**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**27.008**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							27.008
			F	3	2	90	0	250	16.969
			F	3	2	90	0	280	8.037
			F	4	2	90	0	280	2.002
TOTAL - FISCAL									**27.008**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.008**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.141.832**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**767.871**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							767.871
			S	3	2	90	0	150	46.727
			S	3	2	90	0	151	88.888
			S	3	2	90	0	180	1.198
			S	3	2	91	0	151	11
			S	4	2	90	0	151	631.047
05 302	**0032 20XT**	**Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas**							**373.961**
05 302	0032 20XT 0001	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas - Nacional							373.961
			S	3	2	90	0	151	169.382
			S	4	2	90	0	151	204.579
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.141.832**
TOTAL - GERAL									**1.141.832**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52903 - Fundo do Serviço Militar

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	6012	**Defesa Nacional**							**138.336**
		ATIVIDADES							
05 122	**6012 2872**	**Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório**							**138.336**
05 122	6012 2872 0001	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório - Nacional							138.336
			F	3	2	90	0	174	9.633
			F	3	2	90	0	175	51.862
			F	3	2	90	0	180	4.786
			F	4	2	90	0	174	72.055
TOTAL - FISCAL									**138.336**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**138.336**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52911 - Fundo Aeronáutico

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**3.130.941**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**3.130.941**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.130.941
			F	3	2	90	0	250	1.266.046
			F	3	2	90	0	280	1.611.690

			F	3	2	91	0	250	54
			F	4	2	90	0	263	253.151
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**2.075**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**2.075**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							2.075
			F	3	2	90	0	100	1.079
			F	3	2	90	0	250	996
	6012	**Defesa Nacional**							**6.765.673**
		ATIVIDADES							
05 151	**6012 2048**	**Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico**							**5.244.680**
05 151	6012 2048 0001	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico - Nacional							5.244.680
			F	3	2	90	0	100	1.364.890
			F	3	2	90	0	280	3.461.584
			F	4	2	90	0	250	282.253
			F	4	2	90	0	263	135.953
05 151	**6012 20SA**	**Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica**							**473.280**
05 151	6012 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional							473.280
			F	3	2	90	0	100	57.266
			F	3	2	90	0	280	46.338
			F	4	2	90	0	280	369.676
05 572	**6012 20XB**	**Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial**							**211.701**
05 572	6012 20XB 0001	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial - Nacional							211.701
			F	3	2	90	0	100	17.003
			F	3	2	90	0	280	18.660
			F	4	2	90	0	263	82.338
			F	4	2	90	0	280	93.700
05 151	**6012 21A0**	**Aprestamento das Forças**							**836.012**
05 151	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							836.012
			F	3	2	90	0	100	60.889
			F	3	2	90	0	250	6.931
			F	3	2	90	0	280	467.235
			F	3	2	90	0	281	35.541
			F	4	2	90	0	250	7.205
			F	4	2	90	0	263	101.487
			F	4	2	90	0	280	36.633
			F	4	2	90	0	281	120.091
TOTAL - FISCAL									**9.898.689**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**9.898.689**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52921 - Fundo do Exército

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**2.962.801**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**2.449.185**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							2.449.185
			F	3	2	90	0	250	1.259.240
			F	3	2	91	0	250	9.046
			F	4	2	90	0	250	761.671
			F	4	2	90	0	263	419.228
05 303	**0032 2522**	**Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos**							**33.250**
05 303	0032 2522 0001	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos - Nacional							33.250
			S	3	2	90	0	250	13.235
			S	4	2	90	0	250	20.015
		PROJETOS							
05 482	**0032 15F1**	**Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares**							**480.366**
05 482	0032 15F1 0001	Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares - Nacional							480.366
			F	4	2	90	0	250	175.343
			F	4	2	90	0	263	305.023
	6012	**Defesa Nacional**							**426.012**

		ATIVIDADES							
05 125	**6012 2919**	**Registro e Fiscalização de Produtos Controlados**							**426.012**
05 125	6012 2919 0001	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados - Nacional							426.012
			F	3	2	90	0	174	127.999
			F	3	2	91	0	174	444
			F	4	2	90	0	174	297.569
TOTAL - FISCAL									**3.355.563**
TOTAL - SEGURIDADE									**33.250**
TOTAL - GERAL									**3.388.813**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52931 - Fundo Naval

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**611.802**
		ATIVIDADES							
05 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**611.802**
05 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							611.802
			F	3	2	90	0	135	2.488
			F	3	2	90	0	175	508
			F	3	2	90	0	250	316.961
			F	3	2	90	0	280	170.953
			F	4	2	90	0	135	801
			F	4	2	90	0	250	6.020
			F	4	2	90	0	263	114.071
	6012	**Defesa Nacional**							**6.245.209**
		ATIVIDADES							
05 128	**6012 20XR**	**Capacitação Profissional da Marinha**							**563.779**
05 128	6012 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional							563.779
			F	3	2	90	0	250	269.452
			F	3	2	90	0	280	21.346
			F	3	2	91	0	250	3.916
			F	4	2	90	0	250	93.271
			F	4	2	90	0	280	175.794
05 152	**6012 21A0**	**Aprestamento das Forças**							**4.831.074**
05 152	6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional							4.831.074
			F	3	2	90	0	100	2.504.162
			F	3	2	90	0	250	153.759
			F	3	2	90	0	280	638.142
			F	3	2	90	0	281	4.594
			F	3	2	91	0	100	5
			F	3	2	91	0	280	130
			F	4	2	50	0	100	44.434
			F	4	2	90	0	100	1.150.852
			F	4	2	90	0	250	288.482
			F	4	2	90	0	280	46.514
05 125	**6012 21BY**	**Fiscalização da Navegação Aquaviária**							**66.292**
05 125	6012 21BY 0001	Fiscalização da Navegação Aquaviária - Nacional							66.292
			F	3	2	90	0	174	7.197
			F	3	2	90	0	250	52.210
			F	4	2	90	0	174	3.603
			F	4	2	90	0	250	3.282
		PROJETOS							
05 152	**6012 157N**	**Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF**							**784.064**
05 152	6012 157N 0001	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF - Nacional							784.064
			F	4	2	90	0	250	784.064
TOTAL - FISCAL									**6.857.011**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.857.011**

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR

	6011	**Cooperação com o Desenvolvimento Nacional**							**698.866**
		ATIVIDADES							
05 363	**6011 2510**	**Prestação de Ensino Profissional Marítimo**							**698.866**
05 363	6011 2510 0001	Prestação de Ensino Profissional Marítimo - Nacional							698.866
			F	3	2	90	0	100	187.899
			F	3	2	90	0	135	24.879
			F	3	2	90	0	176	368.473
			F	3	2	90	0	280	24.820
			F	3	2	91	0	176	65
			F	3	2	91	0	280	59
			F	4	2	90	0	176	92.671
TOTAL - FISCAL									**698.866**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**698.866**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.534.951**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.446.339**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.446.339
			F	3	2	90	0	100	832.061
			F	3	2	90	0	180	46.751
			F	3	2	91	0	100	5.642
			F	4	2	90	0	100	561.885
04 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**88.612**
04 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							88.612
			F	3	2	90	0	100	88.612
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**131**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**131**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							131
			F	3	2	80	0	100	131
	2217	**Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano**							**10.605.152**
		ATIVIDADES							
20 608	**2217 20NC**	**Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs**							**1.182**
20 608	2217 20NC 0001	Operação e Manutenção de Unidades de Produção para Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs - Nacional							1.182
			F	3	2	90	0	100	1.182
04 127	**2217 20WQ**	**Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial**							**18.316**
04 127	2217 20WQ 0001	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Nacional							18.316
			F	3	2	90	0	100	18.316
19 571	**2217 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**84.100**
19 571	2217 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							84.100
			F	3	2	90	0	100	8.862
			F	4	2	90	0	100	75.238
20 608	**2217 214S**	**Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional**							**208.054**
20 608	2217 214S 0001	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Nacional							208.054
			F	3	2	90	0	100	6.795
			F	4	2	90	0	100	201.259
18 544	**2217 219H**	**Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão**							**5.909**
18 544	2217 219H 0043	Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão - No Estado do Rio Grande do Sul							5.909
			F	3	2	90	0	100	5.909
26 127	**2217 6553**	**Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira**							**83.296**
26 127	2217 6553 0001	Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira - Nacional							83.296
			F	3	2	90	0	100	3.693
			F	4	2	90	0	100	79.603
15 452	**2217 8872**	**Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional**							**5.909**
15 452	2217 8872 0001	Apoio à Capacitação de Gestores e Agentes Sociais para o Desenvolvimento Urbano e Regional - Nacional							5.909

			F	3	2	90	0	100	5.909
15 121	**2217 8874**	**Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa**							**98.869**
15 121	2217 8874 0001	Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa - Nacional							98.869
			F	3	2	90	0	100	23.631
			F	4	2	90	0	100	75.238
		PROJETOS							
20 607	**2217 10BC**	**Implantação de Projetos de Irrigação**							**160.398**
20 607	2217 10BC 0053	Implantação de Projetos de Irrigação - No Distrito Federal							160.398
			F	4	2	30	0	100	79.352
			F	4	2	30	0	188	81.046
15 451	**2217 10T2**	**Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas**							**39.392**
15 451	2217 10T2 0001	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - Nacional							39.392
			F	3	2	40	0	100	1.773
			F	4	2	40	0	100	37.619
20 607	**2217 12OB**	**Gestão de Projetos Públicos de Irrigação**							**108.438**
20 607	2217 12OB 0001	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							80.914
			F	3	2	90	0	100	19.970
			F	4	2	90	0	100	60.944
20 607	2217 12OB 0050	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Na Região Centro-Oeste							27.524
			F	3	2	90	0	100	27.524
15 451	**2217 1D73**	**Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**							**6.126.358**
15 451	2217 1D73 0053	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Distrito Federal							160.397
			F	4	2	30	0	100	160.397
15 451	2217 1D73 0157	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Cruzeiro do Sul - AC							41.844
			F	4	2	40	0	100	41.844
15 451	2217 1D73 0166	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Rio Branco - AC							41.844
			F	4	2	30	0	100	41.844
15 451	2217 1D73 0169	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Senador Guiomard - AC							41.844
			F	4	2	30	0	100	41.844
15 451	2217 1D73 0171	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Tarauacá - AC							41.844
			F	4	2	30	0	100	41.844
15 451	2217 1D73 0238	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Boa Vista - RR							36.328
			F	4	2	30	0	100	36.328
15 451	2217 1D73 1261	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Mossoró - RN							115.469
			F	4	2	40	0	100	34.423
			F	4	2	40	0	188	81.046
15 451	2217 1D73 1651	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Jaboatão dos Guararapes - PE							133.564
			F	4	2	40	0	100	52.518
			F	4	2	40	0	188	81.046
15 451	2217 1D73 1684	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Paudalho - PE							133.564
			F	4	2	40	0	100	52.518
			F	4	2	40	0	188	81.046
15 451	2217 1D73 1721	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Serra Talhada - PE							133.564
			F	4	2	40	0	100	52.518
			F	4	2	40	0	188	81.046
15 451	2217 1D73 4097	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Coronel Vivida - PR							12.547
			F	4	2	40	0	100	12.547
15 451	2217 1D73 7002	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Na Região Metropolitana do Recife - No Estado de Pernambuco							133.564
			F	4	2	90	0	100	52.518
			F	4	2	90	0	188	81.046
15 451	2217 1D73 7005	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Na Região Metropolitana de São Paulo - No Estado de São Paulo							85.667
			F	4	2	30	0	100	4.621
			F	4	2	30	0	188	81.046
15 451	2217 1D73 7006	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Na Região Metropolitana de Manaus - No Estado do Amazonas							4.932.063
			F	4	2	30	0	188	4.932.063
15 451	2217 1D73 7007	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará							82.255
			F	4	2	30	0	100	82.255
15 244	**2217 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**3.508.547**
15 244	2217 7K66 0001	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Nacional							255.685

			F	3	2	30	0	100	10.634
			F	3	2	90	0	100	11.816
			F	4	2	90	0	100	233.235
15 244	2217 7K66 0243	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Iracema - RR							36.328
			F	4	2	30	0	100	36.328
15 244	2217 7K66 1247	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Lajes - RN							115.469
			F	4	2	30	0	100	34.423
			F	4	2	30	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7012	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Equipamentos - No Estado de Sergipe							101.309
			F	4	2	30	0	100	20.263
			F	4	2	30	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7019	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Pará							122.777
			F	4	2	30	0	100	122.777
15 244	2217 7K66 7020	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Equipamentos, Máquinas e Veículos - no Estado do Ceará							88.439
			F	4	2	90	0	100	7.393
			F	4	2	90	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7023	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Restauração da Estrada Estadual, do Entroncamento da BR-343 / Sebastião Leal / Uruçui / Ribeiro Gonçalves até Baixa Grande do Ribeiro - No Estado do Piauí							1.399.549
			F	4	2	30	0	100	1.399.549
15 244	2217 7K66 7024	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-130 em Teresina / Amarante - No Estado do Piauí							202.613
			F	4	2	30	0	100	202.613
15 244	2217 7K66 7025	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-140 em Floriano / São Raimundo Nonato - No Estado do Piauí							247.177
			F	4	2	30	0	100	166.131
			F	4	2	30	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7026	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-112 em Teresina / Porto - No Estado do Piauí							247.177
			F	4	2	30	0	100	166.131
			F	4	2	30	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7027	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Construção da Estrada Estadual Trecho PI-213 em Esperantina-PI / Caraúbas-PI - No Estado do Piauí							202.613
			F	4	2	30	0	188	202.613
15 244	2217 7K66 7028	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Restauração da Estrada Estadual Trecho PI-141 em São João do Piauí / Entroncamento PI-140 - No Estado do Piauí							226.010
			F	4	2	30	0	100	144.964
			F	4	2	30	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7030	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Adequação da Rodovia SE-240, Moita Bonita a Ribeirópolis, com 12,06 km de extensão - No Estado de Sergipe							101.309
			F	4	2	30	0	100	20.263
			F	4	2	30	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7031	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Adequação da Rodovia SE 160, Boquim-Pedrinhas-Salgado, com 31 km de extensão - No Estado de Sergipe							162.092
			F	4	2	30	0	100	81.046
			F	4	2	30	0	188	81.046
19 691	**2217 7W59**	**Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira**							**156.384**
19 691	2217 7W59 0001	Apoio à Inovação na Faixa de Fronteira Implantação do Projeto Sul-Fronteira - Nacional							156.384
			F	3	2	90	0	100	5.909
			F	4	2	90	0	100	150.475
	2218	**Gestão de Riscos e Desastres**							**516.519**
		ATIVIDADES							
06 182	**2218 8172**	**Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC**							**20.678**
06 182	2218 8172 0001	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC - Nacional							20.678
			F	3	2	90	0	100	20.678
06 182	**2218 8348**	**Apoio a Obras Emergenciais de Mitigação para Redução de Desastres**							**61.198**
06 182	2218 8348 1795	Apoio a Obras Emergenciais de Mitigação para Redução de Desastres - No Município de Maceió - AL							61.198
			F	3	2	30	0	100	7.167
			F	4	2	30	0	100	54.031
		PROJETOS							
18 541	**2218 14RL**	**Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais**							**290.877**
18 541	2218 14RL 0166	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais - No Município de Rio Branco - AC							41.844

			F	4	2	30	0	100	41.844
18 541	2218 14RL 7000	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais - Na praia de Ponta Negra - No Município de Natal - RN							115.469
			F	4	2	40	0	100	34.423
			F	4	2	40	0	188	81.046
18 541	2218 14RL 7001	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais - Implantação do Sistema Integrado da Barragem de Gatos - No Estado de Pernambuco							133.564
			F	4	2	30	0	100	52.518
			F	4	2	30	0	188	81.046
06 182	**2218 14UX**	**Aperfeiçoamento, Modernização e Ampliação das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad**							**143.766**
06 182	2218 14UX 5664	Aperfeiçoamento, Modernização e Ampliação das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad - Em Brasília - DF							143.766
			F	3	2	90	0	100	12.101
			F	4	2	90	0	100	131.665
	2219	**Mobilidade Urbana**							**677.140**
		ATIVIDADES							
15 451	**2219 2D47**	**Moderação de Tráfego**							**37.619**
15 451	2219 2D47 0001	Moderação de Tráfego - Nacional							37.619
			F	4	2	40	0	100	37.619
15 451	**2219 2D49**	**Desenvolvimento Institucional no Setor da Mobilidade Urbana**							**225.715**
15 451	2219 2D49 0001	Desenvolvimento Institucional no Setor da Mobilidade Urbana - Nacional							225.715
			F	4	2	80	0	100	94.048
			F	4	2	90	0	100	131.667
		PROJETOS							
15 451	**2219 10SR**	**Estudos e Projetos Relativos à Mobilidade Urbana**							**338.568**
15 451	2219 10SR 0001	Estudos e Projetos Relativos à Mobilidade Urbana - Nacional							338.568
			F	4	2	40	0	100	150.475
			F	4	2	90	0	100	188.093
15 451	**2219 10ST**	**Transporte Não Motorizado**							**37.619**
15 451	2219 10ST 0001	Transporte Não Motorizado - Nacional							37.619
			F	4	2	40	0	100	37.619
15 451	**2219 15UE**	**Planos de Mobilidade Urbana Locais**							**37.619**
15 451	2219 15UE 0001	Planos de Mobilidade Urbana Locais - Nacional							37.619
			F	4	2	40	0	100	37.619
	2220	**Moradia Digna**							**5.068.672**
		ATIVIDADES							
15 665	**2220 20Z9**	**Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental**							**1.478**
15 665	2220 20Z9 0001	Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental - Nacional							1.478
			F	3	2	90	0	100	1.478
15 127	**2220 8866**	**Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas**							**451.422**
15 127	2220 8866 0001	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas - Nacional							451.422
			F	4	2	90	0	100	451.422
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**2220 00CX**	**Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009)**							**2.092.973**
28 846	2220 00CX 0001	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009) - Nacional							2.092.973
			F	3	2	90	0	100	2.092.973
28 845	**2220 00CY**	**Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009)**							**2.522.799**
28 845	2220 00CY 0001	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei nº 11.977, de 2009) - Nacional							2.522.799
			F	3	2	90	0	100	2.522.799
	2221	**Recursos Hídricos**							**36.922.030**
		ATIVIDADES							
18 544	**2221 20VR**	**Recuperação de Bacias Hidrográficas**							**75.246**
18 544	2221 20VR 0001	Recuperação de Bacias Hidrográficas - Nacional							75.246
			F	3	2	80	0	134	13.653
			F	3	2	90	0	134	61.593
18 544	**2221 20VS**	**Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos**							**32.895**
18 544	2221 20VS 0001	Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional							32.895
			F	3	2	80	0	134	10.965
			F	3	2	90	0	134	21.930
18 544	**2221 214T**	**Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF**							**767.417**
18 544	2221 214T 0020	Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF - Na Região Nordeste							767.417

			F	4	2	90	0	100	767.417
18 544	**2221 8695**	**Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas - Programa Água Doce e Programa Doce Mar**							**70.890**
18 544	2221 8695 0001	Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas - Programa Água Doce e Programa Doce Mar - Nacional							70.890
			F	3	2	90	0	100	70.890
		PROJETOS							
18 544	**2221 109H**	**Construção de Barragens**							**213.730**
18 544	2221 109H 2338	Construção de Barragens - No Município de Vitória da Conquista - BA							128.786
			F	4	2	30	0	100	128.786
18 544	2221 109H 3263	Construção de Barragens - No Município de São Mateus - ES							84.944
			F	4	2	30	0	100	84.944
18 544	**2221 109J**	**Construção de Adutoras**							**1.013.062**
18 544	2221 109J 7000	Construção de Adutoras - 2ª Etapa do Sistema Adutor Extremo Oeste Capivara - No Estado da Paraíba							810.449
			F	4	2	30	0	100	810.449
18 544	2221 109J 7002	Construção de Adutoras - Construção da Adutora do Agreste - No Estado de Pernambuco							202.613
			F	4	2	30	0	100	202.613
18 544	**2221 10CT**	**Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano**							**2.716.642**
18 544	2221 10CT 0027	Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano - No Estado de Alagoas							2.716.642
			F	4	2	30	0	100	2.716.642
18 544	**2221 10F6**	**Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco**							**1.606.530**
18 544	2221 10F6 0020	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco - Na Região Nordeste							1.606.530
			F	4	2	30	0	100	1.606.530
18 544	**2221 10GM**	**Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica**							**37.619**
18 544	2221 10GM 0001	Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica - Nacional							37.619
			F	4	2	30	0	100	37.619
18 544	**2221 12EP**	**Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)**							**6.024.488**
18 544	2221 12EP 0020	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste) - Na Região Nordeste							6.024.488
			F	4	2	90	0	100	6.024.488
18 544	**2221 12G6**	**Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco**							**1.204.898**
18 544	2221 12G6 0020	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco - Na Região Nordeste							1.204.898
			F	4	2	30	0	100	1.204.898
18 544	**2221 12G7**	**Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba**							**1.606.530**
18 544	2221 12G7 0025	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba - No Estado da Paraíba							1.606.530
			F	4	2	30	0	100	1.606.530
18 544	**2221 152D**	**Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano**							**12.001.335**
18 544	2221 152D 0026	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano - No Estado de Pernambuco							12.001.335
			F	4	2	90	0	100	12.001.314
			F	4	2	91	0	100	21
18 544	**2221 5900**	**Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)**							**7.944.218**
18 544	2221 5900 0020	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste							7.944.218
			F	4	2	90	0	100	7.944.062
			F	4	2	91	0	100	156
18 544	**2221 7L29**	**Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km**							**1.606.530**
18 544	2221 7L29 0023	Integração das Bacias Hidrográficas do Estado Ceará - Cinturão das Águas do Ceará - Trecho 1 com 149,82 km - No Estado do Ceará							1.606.530
			F	4	2	30	0	100	1.606.530
	2222	**Saneamento Básico**							**182.670**
		ATIVIDADES							
17 512	**2222 20NV**	**Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas**							**17.724**
17 512	2222 20NV 0001	Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas - Nacional							17.724
			S	3	2	80	0	100	17.724
17 512	**2222 216F**	**Gestão da Política de Saneamento Básico**							**5.909**
17 512	2222 216F 0001	Gestão da Política de Saneamento Básico - Nacional							5.909
			S	3	2	90	0	100	5.909
		PROJETOS							
17 512	**2222 10SC**	**Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento**							**11.157**
17 512	2222 10SC 5404	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - No Município de Tangará da Serra - MT							11.157
			S	4	2	40	0	100	11.157

17 512	**2222 1P95**	**Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento**							**147.880**
17 512	2222 1P95 0001	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento - Nacional							147.880
			S	4	2	30	0	100	50.963
			S	4	2	40	0	100	96.917
TOTAL - FISCAL									**55.324.595**
TOTAL - SEGURIDADE									**182.670**
TOTAL - GERAL									**55.507.265**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**322.440**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**313.578**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							313.578
			F	3	2	90	0	100	174.636
			F	3	2	90	0	250	60.203
			F	3	2	90	0	280	2.970
			F	4	2	90	0	100	12.789
			F	4	2	90	0	263	62.980
26 784	**0032 2869**	**Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias**							**8.862**
26 784	0032 2869 0031	Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias - No Estado de Minas Gerais							8.862
			F	3	2	90	0	100	8.862
	2217	**Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano**							**4.528.352**
		ATIVIDADES							
20 607	**2217 20EY**	**Administração de Projetos Públicos de Irrigação**							**398.773**
20 607	2217 20EY 0020	Administração de Projetos Públicos de Irrigação - Na Região Nordeste							398.773
			F	3	2	90	0	100	365.938
			F	3	2	90	0	280	32.835
20 608	**2217 212M**	**Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf**							**1.773**
20 608	2217 212M 0001	Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf - Nacional							1.773
			F	3	2	90	0	100	1.773
20 608	**2217 214S**	**Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional**							**2.984**
20 608	2217 214S 0001	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Nacional							2.984
			F	3	2	90	0	100	2.984
20 608	**2217 2819**	**Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura**							**25.997**
20 608	2217 2819 0026	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Pernambuco							4.875
			F	3	2	90	0	100	4.875
20 608	2217 2819 0027	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Alagoas							5.465
			F	3	2	90	0	100	5.465
20 608	2217 2819 0028	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Sergipe							5.317
			F	3	2	90	0	100	5.317
20 608	2217 2819 0029	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado da Bahia							4.195
			F	3	2	90	0	100	4.195
20 608	2217 2819 0031	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado de Minas Gerais							6.145
			F	3	2	90	0	100	6.145
11 333	**2217 4786**	**Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)**							**884**
11 333	2217 4786 0001	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã) - Nacional							884
			F	3	2	90	0	100	884
		PROJETOS							
20 607	**2217 12FT**	**Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí**							**218.188**
20 607	2217 12FT 0022	Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí - No Estado do Piauí							218.188
			F	4	2	90	0	100	218.188
20 607	**2217 12OB**	**Gestão de Projetos Públicos de Irrigação**							**52.004**
20 607	2217 12OB 0001	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							52.004
			F	3	2	90	0	100	9.364
			F	3	2	90	0	250	22.377
			F	4	2	90	0	250	20.263

20 607	**2217 140X**	**Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação**							**1.182**
20 607	2217 140X 0001	Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							1.182
			F	3	2	90	0	100	1.182
20 607	**2217 14XU**	**Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação**							**436.758**
20 607	2217 14XU 0050	Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação - Na Região Centro-Oeste							436.758
			F	3	2	90	0	100	29.538
			F	4	2	90	0	100	407.220
15 451	**2217 1D73**	**Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**							**81.046**
15 451	2217 1D73 7011	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - Na Região Metropolitana de São Luís - No Estado do Maranhão							81.046
			F	4	2	30	0	188	81.046
20 607	**2217 5260**	**Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco**							**489.040**
20 607	2217 5260 0026	Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco							489.040
			F	4	2	90	0	100	489.040
20 607	**2217 5314**	**Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia**							**244.520**
20 607	2217 5314 0029	Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia - No Estado da Bahia							244.520
			F	4	2	90	0	100	244.520
15 244	**2217 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**2.575.203**
15 244	2217 7K66 0052	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Goiás							698.685
			F	3	2	90	0	100	429.960
			F	3	2	90	0	188	268.725
15 244	2217 7K66 1883	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Lagarto - SE							202.615
			F	4	2	90	0	100	121.569
			F	4	2	90	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 1897	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de Nossa Senhora do Socorro - SE							101.309
			F	4	2	90	0	100	20.263
			F	4	2	90	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7003	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de máquinas e equipamentos - No Estado da Bahia							281.592
			F	4	2	90	0	100	281.592
15 244	2217 7K66 7004	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Pernambuco							186.081
			F	4	2	90	0	100	105.035
			F	4	2	90	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7011	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Equipamentos e serviços - No Estado de Sergipe							121.570
			F	4	2	90	0	100	40.524
			F	4	2	90	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7015	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Tocantins							902.305
			F	4	2	90	0	100	91.856
			F	4	2	90	0	188	810.449
15 244	2217 7K66 7022	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Maranhão							81.046
			F	4	2	90	0	100	81.046
	2221	**Recursos Hídricos**							**2.360.080**
		ATIVIDADES							
18 544	**2221 20N4**	**Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas**							**6.499**
18 544	2221 20N4 0001	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas - Nacional							6.499
			F	3	2	90	0	100	6.499
18 544	**2221 214T**	**Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF**							**344.321**
18 544	2221 214T 0020	Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF - Na Região Nordeste							344.321
			F	3	2	90	0	100	281.227
			F	3	2	90	0	250	54.387
			F	3	2	90	0	280	8.707
		PROJETOS							
18 544	**2221 109H**	**Construção de Barragens**							**1.470.966**
18 544	2221 109H 0717	Construção de Barragens - No Município de Santo Amaro do Maranhão - MA							1.470.966
			F	4	2	90	0	188	1.470.966
18 544	**2221 109J**	**Construção de Adutoras**							**89.815**
18 544	2221 109J 7001	Construção de Adutoras - No Rio São Francisco, de Bom Jesus da Lapa a Riacho de Santana e Igaporã - No Estado da Bahia							89.815
			F	4	2	90	0	100	89.815
18 544	**2221 10ZW**	**Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf**							**292.360**
18 544	2221 10ZW 0001	Recuperação e Controle de Processos Erosivos em Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf - Nacional							292.360

			F	4	2	90	0	100	292.360
18 544	**2221 15E7**	**Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf**							**39.500**
18 544	2221 15E7 0001	Revitalização de Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf - Nacional							39.500
			F	4	2	90	0	100	39.500
18 544	**2221 5308**	**Construção da Barragem Jequitaí no Estado de Minas Gerais**							**37.619**
18 544	2221 5308 0031	Construção da Barragem Jequitaí no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais							37.619
			F	4	2	90	0	100	37.619
18 544	**2221 7G88**	**Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí**							**79.000**
18 544	2221 7G88 0022	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí - No Estado do Piauí							79.000
			F	4	2	90	0	100	79.000
	2222	**Saneamento Básico**							**324.942**
		PROJETOS							
18 544	**2222 116F**	**Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da CODEVASF**							**318.921**
18 544	2222 116F 0001	Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da CODEVASF - Nacional							318.921
			F	4	2	90	0	100	318.921
18 544	**2222 15MY**	**Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água na Área de Atuação da Codevasf**							**3.010**
18 544	2222 15MY 0001	Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água na Área de Atuação da Codevasf - Nacional							3.010
			F	4	2	90	0	100	3.010
18 544	**2222 15MZ**	**Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf**							**3.011**
18 544	2222 15MZ 0001	Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf - Nacional							2.634
			F	4	2	90	0	100	2.634
18 544	2222 15MZ 0848	Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf - No Município de Floriano - PI							377
			F	4	2	90	0	100	377
TOTAL - FISCAL									**7.535.814**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**7.535.814**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**142.420**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**141.259**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							141.259
			F	3	2	90	0	100	22.045
			F	3	2	90	0	250	30.512
			F	3	2	90	0	280	37.848
			F	3	2	91	0	280	216
			F	4	2	90	0	100	50.638
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.161**
04 122	0032 216H 6000	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Amazônia Legal							1.161
			F	3	2	90	0	100	1.161
	2217	**Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano**							**2.461.486**
		ATIVIDADES							
04 127	**2217 20WQ**	**Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial**							**5.910**
04 127	2217 20WQ 6000	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Na Amazônia Legal							5.910
			F	3	2	90	0	100	5.910
20 608	**2217 214S**	**Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional**							**246.522**
20 608	2217 214S 6000	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Na Amazônia Legal							162.834
			F	3	2	90	0	100	2.955
			F	4	2	90	0	100	159.879
20 608	2217 214S 7000	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Aquisição de equipamentos e material permanente - No Estado do Acre							41.844
			F	4	2	30	0	100	41.844
20 608	2217 214S 7001	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado do Acre							41.844
			F	4	2	30	0	100	41.844
19 572	**2217 4542**	**Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica**							**56.429**
19 572	2217 4542 6000	Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica - Na Amazônia Legal							56.429
			F	4	2	90	0	100	56.429

		PROJETOS							
15 451	**2217 10T2**	**Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas**							**2.099.878**
15 451	2217 10T2 0001	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - Nacional							75.238
			F	4	2	90	0	100	75.238
15 451	2217 10T2 0166	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - No Município de Rio Branco - AC							41.844
			F	4	2	30	0	100	41.844
15 451	2217 10T2 0241	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - No Município de Caracaraí - RR							36.328
			F	4	2	30	0	100	36.328
15 451	2217 10T2 0244	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - No Município de Mucajaí - RR							22.983
			F	3	2	40	0	100	4.819
			F	4	2	40	0	100	18.164
15 451	2217 10T2 0248	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - No Município de São João da Baliza - RR							36.328
			F	4	2	30	0	100	36.328
15 451	2217 10T2 0401	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - No Município de Laranjal do Jari - AP							1.725.066
			F	4	2	40	0	100	1.644.020
			F	4	2	40	0	188	81.046
15 451	2217 10T2 0402	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas - No Município de Macapá - AP							162.091
			F	4	2	40	0	188	162.091
15 244	**2217 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**52.747**
15 244	2217 7K66 0248	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Município de São João da Baliza - RR							36.328
			F	4	2	30	0	100	36.328
15 244	2217 7K66 7014	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Pavimentação da MT-325 - No Estado de Mato Grosso							16.419
			F	4	2	30	0	100	16.419
TOTAL - FISCAL									**2.603.906**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.603.906**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ANEXO III **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0032		**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**111.649**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**110.522**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							110.522
			F	3	2	90	0	100	31.901
			F	3	2	90	0	250	16.764
			F	3	2	90	0	280	35.312
			F	3	2	91	0	280	2.879
			F	4	2	90	0	280	23.666
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.127**
04 122	0032 216H 0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste							1.127
			F	3	2	90	0	280	1.127
2217		**Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano**							**171.793**
		ATIVIDADES							
04 127	**2217 20WQ**	**Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial**							**66.243**
04 127	2217 20WQ 0020	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Na Região Nordeste							66.243
			F	3	2	80	0	280	31.174
			F	3	2	90	0	280	10.754
			F	4	2	90	0	280	24.315
19 571	**2217 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**33.431**
19 571	2217 212H 0020	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Na Região Nordeste							33.431
			F	3	2	90	0	100	13.590
			F	4	2	90	0	100	5.472
			F	4	2	90	0	250	14.369
20 608	**2217 214S**	**Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional**							**12.407**
20 608	2217 214S 0001	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional - Nacional							12.407
			F	3	2	90	0	250	4.301
			F	4	2	90	0	250	8.106

19 573	**2217 8340**	**Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação**							**48.959**
19 573	2217 8340 0020	Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação - Na Região Nordeste							48.959
			F	3	2	90	0	250	11.176
			F	3	2	90	0	280	3.338
			F	4	2	90	0	280	34.445
04 128	**2217 8917**	**Fortalecimento das Administrações Locais**							**10.753**
04 128	2217 8917 0020	Fortalecimento das Administrações Locais - Na Região Nordeste							10.753
			F	3	2	90	0	250	10.753
TOTAL - FISCAL									**283.442**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**283.442**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**362.817**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**312.632**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							312.632
			F	3	2	90	0	100	243.728
			F	3	2	90	0	250	5.956
			F	3	2	91	0	100	65
			F	4	2	90	0	100	32.407
			F	4	2	90	0	263	30.476
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**291**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							291
			F	3	2	90	0	100	291
		PROJETOS							
04 122	**0032 1M49**	**Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação**							**49.894**
04 122	0032 1M49 0020	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste							49.894
			F	3	2	90	0	100	15.404
			F	4	2	90	0	100	21.725
			F	4	2	90	0	263	12.765
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**90**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**90**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							90
			F	3	2	80	0	100	90
	2203	**Pesquisa e Inovação Agropecuária**							**69.154**
		ATIVIDADES							
20 608	**2203 212Z**	**Apoio ao Funcionamento de Unidades de Produção, à Pesquisa, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação Para a Produção Aquícola Sustentável**							**69.154**
20 608	2203 212Z 0020	Apoio ao Funcionamento de Unidades de Produção, à Pesquisa, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação Para a Produção Aquícola Sustentável - Na Região Nordeste							69.154
			F	3	2	90	0	100	42.122
			F	3	2	90	0	250	3.878
			F	4	2	90	0	100	15.048
			F	4	2	90	0	263	8.106
	2217	**Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano**							**1.019.313**
		PROJETOS							
20 607	**2217 12OB**	**Gestão de Projetos Públicos de Irrigação**							**53.663**
20 607	2217 12OB 0001	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							53.663
			F	3	2	90	0	100	46.008
			F	3	2	90	0	250	7.655
18 607	**2217 140X**	**Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação**							**2.069**
18 607	2217 140X 0001	Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação - Nacional							2.069
			F	3	2	90	0	100	2.069
15 244	**2217 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**963.581**
15 244	2217 7K66 7003	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de máquinas e equipamentos - No Estado da Bahia							210.236
			F	4	2	90	0	100	210.236
15 244	2217 7K66 7004	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Máquinas e Equipamentos - No Estado de Pernambuco							133.564

			F	4	2	90	0	100	52.518
			F	4	2	90	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7007	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Equipamentos, Maquinários e Serviços - No Estado de Sergipe							405.225
			F	4	2	90	0	188	405.225
15 244	2217 7K66 7017	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Ceará							99.087
			F	4	2	90	0	100	18.041
			F	4	2	90	0	188	81.046
15 244	2217 7K66 7021	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Aquisição de Equipamentos - No Estado do Rio Grande do Norte							115.469
			F	4	2	90	0	100	34.423
			F	4	2	90	0	188	81.046
	2221	**Recursos Hídricos**							**3.832.722**
		ATIVIDADES							
18 544	**2221 20N4**	**Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas**							**206.902**
18 544	2221 20N4 0001	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas - Nacional							206.902
			F	4	2	90	0	100	206.902
		PROJETOS							
18 544	**2221 10DC**	**Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte**							**1.077.936**
18 544	2221 10DC 0024	Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte - No Estado do Rio Grande do Norte							1.077.936
			F	4	2	90	0	100	996.890
			F	4	2	90	0	188	81.046
18 544	**2221 11AA**	**Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará**							**2.329.363**
18 544	2221 11AA 0023	Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará - No Estado do Ceará							2.329.363
			F	4	2	90	0	100	2.329.363
18 544	**2221 14LA**	**Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco**							**18.810**
18 544	2221 14LA 0026	Construção da Barragem Ingazeira, no Estado de Pernambuco - No Estado de Pernambuco							18.810
			F	4	2	90	0	100	18.810
18 544	**2221 15DX**	**Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste**							**81.046**
18 544	2221 15DX 0020	Construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó na Região Nordeste - Na Região Nordeste							81.046
			F	4	2	90	0	100	81.046
18 544	**2221 1851**	**Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto**							**81.046**
18 544	2221 1851 7000	Aquisição de Equipamentos e/ou Implantação de Obras de Infraestrutura Hídrica de Pequeno e Médio Vulto - Aquisição de Equipamentos, Maquinários e Serviços - No Estado da Paraíba							81.046
			F	4	2	90	0	100	81.046
18 544	**2221 1N64**	**Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba**							**37.619**
18 544	2221 1N64 0020	Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba - Na Região Nordeste							37.619
			F	4	2	90	0	100	37.619
TOTAL - FISCAL									**5.284.096**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**5.284.096**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO

ANEXO III **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**98.074**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**98.074**
04 122	0032 2000 0050	Administração da Unidade - Na Região Centro-Oeste							98.074
			F	3	2	90	0	100	58.702
			F	3	2	90	0	250	9.951
			F	3	2	90	0	280	10.723
			F	4	2	90	0	100	18.698
	2217	**Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano**							**735.718**
		ATIVIDADES							
22 333	**2217 20NK**	**Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais**							**37.619**
22 333	2217 20NK 0050	Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais - Na Região Centro-Oeste							37.619
			F	4	2	40	0	100	37.619
04 127	**2217 20WQ**	**Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial**							**5.909**
04 127	2217 20WQ 0050	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial - Na Região Centro-Oeste							5.909
			F	3	2	90	0	100	5.909
		PROJETOS							

20 607	**2217 12OB**	**Gestão de Projetos Públicos de Irrigação**							**51.793**
20 607	2217 12OB 0050	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação - Na Região Centro-Oeste							51.793
			F	3	2	90	0	100	51.793
20 607	**2217 3770**	**Implantação do Projeto Público de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás**							**48.152**
20 607	2217 3770 0052	Implantação do Projeto Público de Irrigação Luiz Alves do Araguaia - 1ª e 2ª Etapa - com 6.584 ha no Estado de Goiás - No Estado de Goiás							48.152
			F	4	2	30	0	100	48.152
20 607	**2217 5252**	**Implantação do Projeto Público de Irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás**							**60.190**
20 607	2217 5252 0052	Implantação do Projeto Público de Irrigação Flores de Goiás com 26.500 ha no Estado de Goiás - No Estado de Goiás							60.190
			F	4	2	30	0	100	60.190
15 244	**2217 7K66**	**Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado**							**532.055**
15 244	2217 7K66 0050	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - Na Região Centro-Oeste							263.330
			F	4	2	40	0	100	263.330
15 244	2217 7K66 0052	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado - No Estado de Goiás							268.725
			F	3	2	30	0	188	268.725
TOTAL - FISCAL									**833.792**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**833.792**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**243.267**
		ATIVIDADES							
15 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**237.889**
15 122	0032 2000 0043	Administração da Unidade - No Estado do Rio Grande do Sul							237.889
			F	3	2	90	0	250	217.868
			F	3	2	91	0	250	7.863
			F	4	2	90	0	250	12.158
15 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**2.689**
15 131	0032 4641 0043	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado do Rio Grande do Sul							2.689
			F	3	2	90	0	250	2.689
15 128	**0032 6438**	**Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos**							**2.689**
15 128	0032 6438 0043	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - No Estado do Rio Grande do Sul							2.689
			F	3	2	90	0	250	2.689
TOTAL - FISCAL									**243.267**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**243.267**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**124.142**
		ATIVIDADES							
15 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**114.455**
15 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							114.455
			F	3	2	90	0	100	93.551
			F	3	2	90	0	281	324
			F	3	2	91	0	100	1.103
			F	4	2	90	0	100	19.477
15 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**1.773**
15 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							1.773
			F	3	2	90	0	100	1.773
15 128	**0032 6438**	**Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos**							**7.914**
15 128	0032 6438 0001	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos - Nacional							7.914
			F	3	2	90	0	100	6.086
			F	3	2	90	0	281	1.828
TOTAL - FISCAL									**124.142**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**124.142**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53210 - Agência Nacional de Águas - ANA

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**413.299**
		ATIVIDADES							
18 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**413.299**
18 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							413.299
			F	3	2	90	0	100	114.584
			F	3	2	90	0	183	118.912
			F	3	2	91	0	183	2.904
			F	4	2	90	0	183	176.899
	2221	**Recursos Hídricos**							**2.226.761**
		ATIVIDADES							
18 544	**2221 20WI**	**Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos**							**1.399.612**
18 544	2221 20WI 0001	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - Nacional							1.399.612
			F	3	2	30	0	183	510.507
			F	3	2	40	0	183	26.873
			F	3	2	50	0	183	4.301
			F	3	2	80	0	183	1.076
			F	3	2	90	0	183	848.749
			F	4	2	90	0	183	8.106
18 544	**2221 2378**	**Operação da Rede Hidrometeorológica**							**709.968**
18 544	2221 2378 0001	Operação da Rede Hidrometeorológica - Nacional							709.968
			F	3	2	90	0	183	520.949
			F	3	2	91	0	183	4.641
			F	4	2	90	0	183	184.378
18 125	**2221 4926**	**Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens**							**117.181**
18 125	2221 4926 0001	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens - Nacional							117.181
			F	3	2	90	0	174	7.347
			F	3	2	90	0	183	108.212
			F	4	2	90	0	183	1.622
	2222	**Saneamento Básico**							**1.076**
		ATIVIDADES							
18 512	**2222 219R**	**Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento**							**1.076**
18 512	2222 219R 0001	Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento - Nacional							1.076
			F	3	2	90	0	183	1.076
TOTAL - FISCAL									**2.641.136**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.641.136**

ÓRGÃO: 53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional
UNIDADE: 53906 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2220	**Moradia Digna**							**301.832**
		ATIVIDADES							
16 482	**2220 8873**	**Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS**							**26.873**
16 482	2220 8873 0001	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS - Nacional							26.873
			F	3	2	90	0	180	26.873
16 482	**2220 8875**	**Apoio à Melhoria Habitacional**							**5.377**
16 482	2220 8875 0001	Apoio à Melhoria Habitacional - Nacional							5.377
			F	3	2	30	0	180	539
			F	3	2	40	0	180	4.838
		PROJETOS							
16 482	**2220 10SJ**	**Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social**							**269.582**
16 482	2220 10SJ 0017	Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social - No Estado do Tocantins							857
			F	3	2	30	0	100	857
16 482	2220 10SJ 0052	Apoio à Produção ou Melhoria Habitacional de Interesse Social - No Estado de Goiás							268.725
			F	3	2	30	0	100	268.725
TOTAL - FISCAL									**301.832**

TOTAL - SEGURIDADE	**0**
TOTAL - GERAL	**301.832**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**564.377**
		ATIVIDADES							
23 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**564.377**
23 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							564.377
			F	3	2	90	0	100	229.466
			F	3	2	90	0	174	53
			F	3	2	90	0	280	1.227
			F	3	2	91	0	100	642
			F	4	2	90	0	100	332.989
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**8.249**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00RP**	**Contribuição Voluntária à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTur)**							**8.249**
28 846	0910 00RP 0002	Contribuição Voluntária à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTur) - Exterior							8.249
			F	3	2	80	0	100	8.249
	2223	**A Hora do Turismo**							**2.260.392**
		ATIVIDADES							
23 695	**2223 20Y3**	**Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional**							**183.642**
23 695	2223 20Y3 0001	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional - Nacional							183.642
			F	3	2	30	0	100	30.569
			F	3	2	40	0	100	7.325
			F	3	2	90	0	100	145.748
23 695	**2223 20Y4**	**Articulação e Ordenamento Turístico**							**14.467**
23 695	2223 20Y4 0001	Articulação e Ordenamento Turístico - Nacional							14.467
			F	3	2	30	0	100	11.078
			F	3	2	90	0	100	3.389
23 695	**2223 218G**	**Gestão e Inteligência Competitiva em Turismo**							**16.286**
23 695	2223 218G 0001	Gestão e Inteligência Competitiva em Turismo - Nacional							16.286
			F	3	2	90	0	100	16.286
23 695	**2223 218H**	**Sustentabilidade, Formalização, Posicionamento e Apoio à Comercialização de Produtos Turísticos**							**42.191**
23 695	2223 218H 0001	Sustentabilidade, Formalização, Posicionamento e Apoio à Comercialização de Produtos Turísticos - Nacional							42.191
			F	3	2	90	0	100	42.191
23 695	**2223 21AM**	**Articulação, Cooperação e Atuação Integrada para o Desenvolvimento do Turismo**							**4.885**
23 695	2223 21AM 0001	Articulação, Cooperação e Atuação Integrada para o Desenvolvimento do Turismo - Nacional							4.885
			F	3	2	90	0	100	4.885
23 695	**2223 2C01**	**Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo**							**2.828**
23 695	2223 2C01 0001	Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo - Nacional							2.828
			F	3	2	90	0	100	2.828
23 695	**2223 4590**	**Qualificação e Certificação no Turismo**							**39.380**
23 695	2223 4590 0001	Qualificação e Certificação no Turismo - Nacional							39.380
			F	3	2	90	0	100	39.380
		PROJETOS							
23 695	**2223 10V0**	**Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística**							**974.331**
23 695	2223 10V0 0001	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Nacional							7.325
			F	3	2	90	0	100	7.325
23 695	2223 10V0 3928	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - No Município de São Paulo - SP							42.313
			F	4	2	40	0	100	2.282
			F	4	2	40	0	188	40.031
23 695	2223 10V0 7001	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO - BURITI DOS MONTES À CACHOEIRA DA LEMBRADA - CÂNION DO RIO POTY - No Estado do Piauí							44.022
			F	4	2	30	0	100	44.022
23 695	2223 10V0 7002	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Construção do Centro de Convenções de Campina Grande - No Município de Campina Grande - PB							800.610
			F	4	2	30	0	100	640.488
			F	4	2	30	0	188	160.122
23 695	2223 10V0 7003	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística - Implantação do Parque Nacional da Terra Ronca no Nordeste Goiano - No Estado de Goiás							80.061
			F	4	2	30	0	188	80.061

23 695	**2223 15P0**	**Apoio para Pavimentação e Urbanização da Estrada Parque Rota Ecológica - Trecho de 23,5 km da Rodovia AL-101**							**169.684**
23 695	2223 15P0 0027	Apoio para Pavimentação e Urbanização da Estrada Parque Rota Ecológica - Trecho de 23,5 km da Rodovia AL-101 - No Estado de Alagoas							169.684
			F	4	2	30	0	100	169.684
23 695	**2223 15P1**	**Apoio à Construção da Segunda Etapa do Galpão Fábrica do Samba**							**178.615**
23 695	2223 15P1 3928	Apoio à Construção da Segunda Etapa do Galpão Fábrica do Samba - No Município de São Paulo - SP							178.615
			F	4	2	40	0	100	178.615
23 695	**2223 15P2**	**Apoio para Implantação e Pavimentação do trecho da Rota Caminhos do Imperador/AL - 1ª Etapa - Rodovia Al-230 - entroncamento Al -110 até o entroncamento da BR-101**							**200.942**
23 695	2223 15P2 0027	Apoio para Implantação e Pavimentação do trecho da Rota Caminhos do Imperador/AL - 1ª Etapa - Rodovia Al-230 - entroncamento Al -110 até o entroncamento da BR-101 - No Estado de Alagoas							200.942
			F	4	2	30	0	100	200.942
23 695	**2223 15P3**	**Apoio para Implantação e Pavimentação da Estrada Parque Barra de Santo Antônio - Barra de Camaragibe: trecho da Rodovia AL-101**							**120.565**
23 695	2223 15P3 0027	Apoio para Implantação e Pavimentação da Estrada Parque Barra de Santo Antônio - Barra de Camaragibe: trecho da Rodovia AL-101 - No Estado de Alagoas							120.565
			F	4	2	30	0	100	120.565
23 695	**2223 7XB6**	**Apoio para Requalificação da Orla do Rio Branco/Bacia do Caxangá**							**312.576**
23 695	2223 7XB6 0238	Apoio para Requalificação da Orla do Rio Branco/Bacia do Caxangá - No Município de Boa Vista - RR							312.576
			F	4	2	40	0	100	312.576
TOTAL - FISCAL									**2.833.018**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.833.018**

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54201 - EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

ANEXO III — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**106.513**
		ATIVIDADES							
23 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**105.314**
23 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							105.314
			F	3	2	90	0	100	77.771
			F	3	2	90	0	174	241
			F	3	2	90	0	250	6.305
			F	3	2	90	0	280	1.757
			F	4	2	90	0	100	19.240
23 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.199**
23 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							1.199
			F	3	2	90	0	100	1.199
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**104**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**104**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							104
			F	3	2	80	0	100	104
	2223	**A Hora do Turismo**							**129.954**
		ATIVIDADES							
23 695	**2223 20Y5**	**Promoção Turística do Brasil no Exterior**							**129.954**
23 695	2223 20Y5 0001	Promoção Turística do Brasil no Exterior - Nacional							129.954
			F	3	2	90	0	100	129.954
TOTAL - FISCAL									**236.571**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**236.571**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta

ANEXO III — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**1.403.828**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**1.261.184**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							1.261.184
			F	3	2	42	0	100	5.957
			F	3	2	90	0	100	1.240.830

			F	3	2	91	0	100	3.732
			F	4	2	90	0	100	10.665
04 212	**0032 20IY**	**Internacionalização de Políticas de Cidadania**							**10.254**
04 212	0032 20IY 0001	Internacionalização de Políticas de Cidadania - Nacional							10.254
			F	3	2	80	0	100	488
			F	3	2	90	0	100	9.766
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**14.124**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							14.124
			F	3	2	90	0	100	14.124
04 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**10.836**
04 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							10.836
			F	3	2	90	0	100	10.836
04 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**107.430**
04 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							107.430
			F	3	2	90	0	100	107.430
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**57.744**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**855**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							855
			F	3	2	80	0	100	855
28 846	**0910 00R4**	**Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA**							**8.057**
28 846	0910 00R4 0002	Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA - Exterior							8.057
			F	3	2	80	0	100	8.057
28 846	**0910 00RJ**	**Contribuição Voluntária à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO**							**48.832**
28 846	0910 00RJ 0001	Contribuição Voluntária à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO - Nacional							48.832
			F	3	2	80	0	100	48.832
	5025	**Cultura**							**175.597**
		ATIVIDADES							
13 392	**5025 20KH**	**Ações Integradas de Cultura e Educação**							**488**
13 392	5025 20KH 0001	Ações Integradas de Cultura e Educação - Nacional							488
			F	3	2	90	0	100	488
13 392	**5025 20ZF**	**Promoção e Fomento à Cultura Brasileira**							**18.036**
13 392	5025 20ZF 0015	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado do Pará							18.036
			F	3	2	30	0	100	18.036
13 392	**5025 20ZG**	**Formulação e Gestão da Política Cultural**							**25.280**
13 392	5025 20ZG 0001	Formulação e Gestão da Política Cultural - Nacional							25.280
			F	3	2	90	0	100	25.280
13 571	**5025 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**63.481**
13 571	5025 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							63.481
			F	3	2	90	0	100	63.481
13 392	**5025 215G**	**Implementação da Política Nacional de Cultura Viva**							**19.240**
13 392	5025 215G 0001	Implementação da Política Nacional de Cultura Viva - Nacional							19.240
			F	3	2	30	0	100	7.618
			F	3	2	40	0	100	7.813
			F	3	2	50	0	100	1.367
			F	3	2	90	0	100	2.442
13 392	**5025 218A**	**Inovação, Difusão e Ampliação do Acesso à Produção Audiovisual Brasileira**							**37.230**
13 392	5025 218A 0001	Inovação, Difusão e Ampliação do Acesso à Produção Audiovisual Brasileira - Nacional							37.230
			F	3	2	80	0	100	488
			F	3	2	90	0	100	10.255
			F	4	2	90	0	100	26.487
13 392	**5025 219S**	**Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Cultura**							**11.842**
13 392	5025 219S 0001	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Cultura - Nacional							11.842
			F	3	2	90	0	100	11.842
	5026	**Esporte**							**1.291.697**
		ATIVIDADES							
27 811	**5026 20JO**	**Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor**							**45.626**
27 811	5026 20JO 0001	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - Nacional							35.541
			F	3	2	40	0	118	5.331
			F	3	2	90	0	118	30.210
27 811	5026 20JO 0029	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor - No Estado da Bahia							10.085
			F	3	2	30	0	100	5.642

			F	3	2	30	0	188	4.443
27 811	**5026 20YA**	**Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento**							**35.377**
27 811	5026 20YA 0001	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento - Nacional							35.377
			F	3	2	50	0	118	24.168
			F	4	2	50	0	118	11.209
27 811	**5026 211Z**	**Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem**							**44.427**
27 811	5026 211Z 0001	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem - Nacional							44.427
			F	3	2	90	0	118	44.427
27 811	**5026 216T**	**Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento**							**213.434**
27 811	5026 216T 0001	Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento - Nacional							213.434
			F	3	2	50	0	118	12.439
			F	3	2	90	0	118	40.873
			F	4	2	50	0	118	160.122
27 811	**5026 216U**	**Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais**							**15.114**
27 811	5026 216U 0001	Preparação de Seleções Principais para Representação do Brasil em Competições Internacionais - Nacional							15.114
			F	3	2	50	0	118	7.108
			F	4	2	50	0	118	8.006
27 811	**5026 218F**	**Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico**							**213.248**
27 811	5026 218F 0001	Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico - Nacional							213.248
			F	3	2	90	0	118	213.248
		PROJETOS							
27 812	**5026 5450**	**Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer**							**102.497**
27 812	5026 5450 0238	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Boa Vista - RR							35.886
			F	4	2	30	0	100	35.886
27 812	5026 5450 0542	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Palmas - TO							3.981
			F	4	2	40	0	100	3.981
27 812	5026 5450 4129	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - No Município de Foz do Iguaçu - PR							22.600
			F	4	2	40	0	100	2.585
			F	4	2	40	0	188	20.015
27 812	5026 5450 7011	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer - Na Região Metropolitana de Belém - No Estado do Pará							40.030
			F	4	2	30	0	100	40.030
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
27 811	**5026 09HW**	**Concessão de Bolsa a Atletas**							**621.974**
27 811	5026 09HW 0001	Concessão de Bolsa a Atletas - Nacional							621.974
			F	3	2	90	0	118	621.974
	5027	**Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social**							**78.339**
		ATIVIDADES							
11 334	**5027 215F**	**Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária**							**78.339**
11 334	5027 215F 0001	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária - Nacional							78.339
			F	3	2	50	0	100	9.766
			F	3	2	90	0	100	21.486
			F	4	2	30	0	100	47.087
	5028	**Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas**							**135.790**
		ATIVIDADES							
08 244	**5028 20IT**	**Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Bolsa Família e de Articulação com Outras Políticas Públicas**							**135.790**
08 244	5028 20IT 0001	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Bolsa Família e de Articulação com Outras Políticas Públicas - Nacional							135.790
			S	3	2	80	0	151	4.330
			S	3	2	90	0	151	46.750
			S	4	2	90	0	151	84.710
	5029	**Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas**							**141.524**
		ATIVIDADES							
04 122	**5029 4923**	**Produção e Disseminação de Dados, Informações, Evidências, Conhecimento e Inovações para Gestão de Políticas do Ministério da Cidadania**							**46.487**
04 122	5029 4923 0001	Produção e Disseminação de Dados, Informações, Evidências, Conhecimento e Inovações para Gestão de Políticas do Ministério da Cidadania - Nacional							46.487
			F	3	2	90	0	100	41.778
			F	4	2	90	0	100	4.709
08 122	**5029 6414**	**Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único**							**95.037**
08 122	5029 6414 0001	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único - Nacional							95.037
			S	3	2	80	0	151	4.331

			S	3	2	90	0	151	72.454
			S	4	2	90	0	151	18.252
	5031	**Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**							**148.447**
		ATIVIDADES							
08 244	**5031 218V**	**Promoção do Desenvolvimento Humano nos Diferentes Ciclos de Vida**							**119.841**
08 244	5031 218V 0001	Promoção do Desenvolvimento Humano nos Diferentes Ciclos de Vida - Nacional							119.841
			S	3	2	80	0	151	33.167
			S	3	2	90	0	151	85.202
			S	4	2	90	0	151	1.472
08 122	**5031 8249**	**Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social**							**28.606**
08 122	5031 8249 0001	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social - Nacional							28.606
			S	3	2	90	0	151	27.134
			S	4	2	90	0	151	1.472
	5033	**Segurança Alimentar e Nutricional**							**3.081.996**
		ATIVIDADES							
08 306	**5033 215I**	**Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN**							**149.695**
08 306	5033 215I 0001	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional							149.695
			S	3	2	30	0	151	10.063
			S	3	2	90	0	151	17.000
			S	4	2	30	0	151	54.101
			S	4	2	31	0	151	8.829
			S	4	2	90	0	151	59.702
08 306	**5033 2784**	**Promoção do Consumo de Alimentos Adequados e Saudáveis**							**825**
08 306	5033 2784 0001	Promoção do Consumo de Alimentos Adequados e Saudáveis - Nacional							825
			S	3	2	90	0	151	825
08 244	**5033 2792**	**Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos**							**49.492**
08 244	5033 2792 0001	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos - Nacional							49.492
			S	3	2	90	0	151	49.492
08 306	**5033 2798**	**Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional**							**839.123**
08 306	5033 2798 0001	Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional - Nacional							838.304
			S	3	2	30	0	151	412.429
			S	3	2	80	0	151	10.146
			S	3	2	90	0	151	415.729
08 306	5033 2798 0017	Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional - No Estado do Tocantins							819
			S	3	2	90	0	100	819
08 306	**5033 8458**	**Apoio à Agricultura Urbana**							**825**
08 306	5033 8458 0001	Apoio à Agricultura Urbana - Nacional							825
			S	3	2	90	0	151	825
08 511	**5033 8948**	**Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural**							**2.042.036**
08 511	5033 8948 7000	Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural - Tecnologia e Aquisição de Equipamentos - No Estado da Bahia							133.086
			S	4	2	30	0	100	12.995
			S	4	2	30	0	188	120.091
08 511	5033 8948 7001	Apoio a Tecnologias Sociais de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos na Zona Rural - Serviços, Tecnologias e Equipamentos - No Estado de Alagoas							1.908.950
			S	3	2	30	0	100	34.816
			S	3	2	30	0	188	90.162
			S	4	2	30	0	100	424.081
			S	4	2	30	0	188	1.359.891
TOTAL - FISCAL									**3.053.692**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.461.270**
TOTAL - GERAL									**6.514.962**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55203 - Fundação Casa de Rui Barbosa

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**33.615**
		ATIVIDADES							
13 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**33.542**
13 122	0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro							33.542
			F	3	2	90	0	100	30.301

			F	3	2	90	0	250	461
			F	3	2	91	0	100	342
			F	4	2	90	0	100	2.438
13 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**73**
13 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							73
			F	3	2	90	0	100	73
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**26**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**26**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							26
			F	3	2	80	0	100	17
			F	3	2	90	0	100	9
	5025	**Cultura**							**5.356**
		ATIVIDADES							
13 392	**5025 20ZM**	**Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural**							**5.356**
13 392	5025 20ZM 0001	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional							5.356
			F	3	2	90	0	100	5.356
TOTAL - FISCAL									**38.997**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**38.997**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55204 - Fundação Biblioteca Nacional - BN

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**115.257**
		ATIVIDADES							
13 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**115.013**
13 122	0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro							115.013
			F	3	2	90	0	100	111.966
			F	4	2	90	0	100	3.047
13 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**244**
13 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							244
			F	3	2	90	0	100	244
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**155**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**155**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							155
			F	3	2	80	0	100	155
TOTAL - FISCAL									**115.412**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**115.412**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55205 - Fundação Cultural Palmares

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**53.269**
		ATIVIDADES							
13 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**52.269**
13 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							52.269
			F	3	2	90	0	100	51.781
			F	4	2	90	0	100	488
13 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**737**
13 122	0032 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal							737
			F	3	2	90	0	100	737
13 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**263**
13 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							263
			F	3	2	90	0	100	263
	5025	**Cultura**							**2.017**
		ATIVIDADES							

13 392	**5025 20ZM**	**Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural**							**2.017**
13 392	5025 20ZM 0001	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural - Nacional							2.017
			F	3	2	90	0	100	2.017
TOTAL - FISCAL									**55.286**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**55.286**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55206 - Fundação Nacional de Artes

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**154.549**
		ATIVIDADES							
13 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**152.424**
13 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							152.424
			F	3	2	90	0	100	111.864
			F	3	2	90	0	250	782
			F	3	2	91	0	100	773
			F	4	2	90	0	100	39.005
13 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**479**
13 122	0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro							479
			F	3	2	90	0	100	479
13 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**1.646**
13 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							1.646
			F	3	2	90	0	100	1.646
	5025	**Cultura**							**20.716**
		ATIVIDADES							
13 392	**5025 20KH**	**Ações Integradas de Cultura e Educação**							**20.716**
13 392	5025 20KH 0033	Ações Integradas de Cultura e Educação - No Estado do Rio de Janeiro							20.716
			F	3	2	90	0	100	20.716
TOTAL - FISCAL									**175.265**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**175.265**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55207 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**469.542**
		ATIVIDADES							
13 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**466.124**
13 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							466.124
			F	3	2	90	0	100	379.470
			F	3	2	90	0	250	10.200
			F	3	2	91	0	100	3.625
			F	4	2	90	0	100	72.829
13 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**3.418**
13 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							3.418
			F	3	2	90	0	100	3.418
TOTAL - FISCAL									**469.542**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**469.542**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55208 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**349.976**
		ATIVIDADES							
13 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**340.733**
13 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							340.733
			F	3	2	90	0	100	180.384

			F	3	2	90	0	174	26.819
			F	4	2	90	0	100	133.530
13 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**1.918**
13 122	0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro							1.918
			F	3	2	90	0	100	1.918
13 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**2.442**
13 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							2.442
			F	3	2	90	0	100	2.442
13 131	**0032 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**4.883**
13 131	0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							4.883
			F	3	2	90	0	100	4.883
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**11.871**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00S0**	**Contribuição ao Programa Ibermedia**							**11.871**
28 846	0910 00S0 0002	Contribuição ao Programa Ibermedia - Exterior							11.871
			F	3	2	80	0	100	11.871
	5025	**Cultura**							**11.166**
		ATIVIDADES							
13 392	**5025 20ZI**	**Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.º 2.228-1, de 6 de setembro de 2001)**							**10.033**
13 392	5025 20ZI 0001	Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.º 2.228-1, de 6 de setembro de 2001) - Nacional							10.033
			F	3	2	60	0	100	4.854
			F	3	2	80	0	100	825
			F	3	2	90	0	100	4.354
13 125	**5025 20ZJ**	**Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual**							**889**
13 125	5025 20ZJ 0001	Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual - Nacional							889
			F	3	2	90	0	174	889
13 571	**5025 212H**	**Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)**							**244**
13 571	5025 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional							244
			F	3	2	90	0	100	244
TOTAL - FISCAL									**373.013**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**

TOTAL - GERAL **373.013**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55209 - Instituto Brasileiro de Museus

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**150.427**
		ATIVIDADES							
13 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**148.474**
13 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							148.474
			F	3	2	90	0	100	139.245
			F	3	2	91	0	100	868
			F	4	2	90	0	100	8.361
13 128	**0032 4572**	**Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**							**1.953**
13 128	0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional							1.953
			F	3	2	90	0	100	1.953
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**1.367**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**1.367**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							1.367
			F	3	2	80	0	100	1.367
	5025	**Cultura**							**19.354**
		ATIVIDADES							
13 392	**5025 219Z**	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**							**19.354**
13 392	5025 219Z 0001	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - Nacional							19.354
			F	3	2	90	0	100	4.639
			F	4	2	90	0	100	14.715
TOTAL - FISCAL									**171.148**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**171.148**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
5031		**Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**							**8.538.020**
		ATIVIDADES							
08 244	**5031 219E**	**Ações de Proteção Social Básica**							**5.381.283**
08 244	5031 219E 0001	Ações de Proteção Social Básica - Nacional							2.572.820
			S	3	2	41	0	139	703.745
			S	3	2	41	0	150	159
			S	3	2	41	0	151	1.643.253
			S	3	2	41	0	180	225.663
08 244	5031 219E 0011	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Rondônia							21.900
			S	3	2	41	0	151	21.900
08 244	5031 219E 0012	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Acre							15.233
			S	3	2	41	0	151	15.233
08 244	5031 219E 0013	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Amazonas							62.013
			S	3	2	41	0	151	62.013
08 244	5031 219E 0014	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Roraima							11.013
			S	3	2	41	0	151	11.013
08 244	5031 219E 0015	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Pará							154.535
			S	3	2	41	0	151	154.535
08 244	5031 219E 0016	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Amapá							9.027
			S	3	2	41	0	151	9.027
08 244	5031 219E 0017	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Tocantins							54.446
			S	3	2	41	0	151	54.446
08 244	5031 219E 0021	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Maranhão							125.668
			S	3	2	41	0	151	125.668
08 244	5031 219E 0022	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Piauí							126.855
			S	3	2	41	0	151	126.855
08 244	5031 219E 0023	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Ceará							123.825
			S	3	2	41	0	151	123.825
08 244	5031 219E 0024	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Norte							97.290
			S	3	2	41	0	151	97.290
08 244	5031 219E 0025	Ações de Proteção Social Básica - No Estado da Paraíba							116.590
			S	3	2	41	0	151	116.590
08 244	5031 219E 0026	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Pernambuco							169.623
			S	3	2	41	0	151	169.623
08 244	5031 219E 0027	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Alagoas							69.422
			S	3	2	41	0	151	69.422
08 244	5031 219E 0028	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Sergipe							47.207
			S	3	2	41	0	151	47.207
08 244	5031 219E 0029	Ações de Proteção Social Básica - No Estado da Bahia							224.468
			S	3	2	41	0	151	224.468
08 244	5031 219E 0031	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Minas Gerais							278.952
			S	3	2	41	0	151	278.952
08 244	5031 219E 0032	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Espírito Santo							47.280
			S	3	2	41	0	151	47.280
08 244	5031 219E 0033	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Rio de Janeiro							121.320
			S	3	2	41	0	151	121.320
08 244	5031 219E 0035	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de São Paulo							256.865
			S	3	2	41	0	151	256.865
08 244	5031 219E 0041	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Paraná							193.738
			S	3	2	41	0	151	193.738
08 244	5031 219E 0042	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Santa Catarina							90.211
			S	3	2	41	0	151	90.211
08 244	5031 219E 0043	Ações de Proteção Social Básica - No Estado do Rio Grande do Sul							127.813
			S	3	2	41	0	151	127.813
08 244	5031 219E 0051	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Mato Grosso							76.430
			S	3	2	41	0	151	76.430
08 244	5031 219E 0052	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Goiás							123.554
			S	3	2	41	0	151	123.554
08 244	5031 219E 0053	Ações de Proteção Social Básica - No Distrito Federal							12.848
			S	3	2	31	0	151	12.848

08 244	5031 219E 0054	Ações de Proteção Social Básica - No Estado de Mato Grosso do Sul							50.337
			S	3	2	41	0	151	50.337
08 244	**5031 219F**	**Ações de Proteção Social Especial**							**2.705.546**
08 244	5031 219F 0001	Ações de Proteção Social Especial - Nacional							1.850.620
			S	3	2	41	0	151	1.850.620
08 244	5031 219F 0011	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Rondônia							6.588
			S	3	2	41	0	151	6.588
08 244	5031 219F 0012	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Acre							3.752
			S	3	2	41	0	151	3.752
08 244	5031 219F 0013	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Amazonas							14.253
			S	3	2	41	0	151	14.253
08 244	5031 219F 0014	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Roraima							2.699
			S	3	2	41	0	151	2.699
08 244	5031 219F 0015	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Pará							32.092
			S	3	2	41	0	151	32.092
08 244	5031 219F 0016	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Amapá							2.673
			S	3	2	41	0	151	2.673
08 244	5031 219F 0017	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Tocantins							6.705
			S	3	2	41	0	151	6.705
08 244	5031 219F 0021	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Maranhão							30.441
			S	3	2	41	0	151	30.441
08 244	5031 219F 0022	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Piauí							12.889
			S	3	2	41	0	151	12.889
08 244	5031 219F 0023	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Ceará							35.670
			S	3	2	41	0	151	35.670
08 244	5031 219F 0024	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Rio Grande do Norte							15.184
			S	3	2	41	0	151	15.184
08 244	5031 219F 0025	Ações de Proteção Social Especial - No Estado da Paraíba							30.983
			S	3	2	41	0	151	30.983
08 244	5031 219F 0026	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Pernambuco							43.268
			S	3	2	41	0	151	43.268
08 244	5031 219F 0027	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Alagoas							18.834
			S	3	2	41	0	151	18.834
08 244	5031 219F 0028	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Sergipe							10.416
			S	3	2	41	0	151	10.416
08 244	5031 219F 0029	Ações de Proteção Social Especial - No Estado da Bahia							57.433
			S	3	2	41	0	151	57.433
08 244	5031 219F 0031	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Minas Gerais							84.171
			S	3	2	41	0	151	84.171
08 244	5031 219F 0032	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Espírito Santo							25.551
			S	3	2	41	0	151	25.551
08 244	5031 219F 0033	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Rio de Janeiro							54.441
			S	3	2	41	0	151	54.441
08 244	5031 219F 0035	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de São Paulo							145.534
			S	3	2	41	0	151	145.534
08 244	5031 219F 0041	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Paraná							52.610
			S	3	2	41	0	151	52.610
08 244	5031 219F 0042	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Santa Catarina							39.417
			S	3	2	41	0	151	39.417
08 244	5031 219F 0043	Ações de Proteção Social Especial - No Estado do Rio Grande do Sul							44.539
			S	3	2	41	0	151	44.539
08 244	5031 219F 0051	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Mato Grosso							16.573
			S	3	2	41	0	151	16.573
08 244	5031 219F 0052	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Goiás							31.459
			S	3	2	41	0	151	31.459
08 244	5031 219F 0053	Ações de Proteção Social Especial - No Distrito Federal							10.292
			S	3	2	31	0	151	10.292
08 244	5031 219F 0054	Ações de Proteção Social Especial - No Estado de Mato Grosso do Sul							26.459
			S	3	2	41	0	151	26.459
08 244	**5031 219G**	**Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**							**65.627**
08 244	5031 219G 0001	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Nacional							16.497
			S	3	2	90	0	151	16.497
08 244	5031 219G 0032	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - No Estado do Espírito Santo							4.657

			S	3	2	30	0	100	214
			S	3	2	30	0	188	4.443
08 244	5031 219G 0042	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - No Estado de Santa Catarina							4.443
			S	3	2	90	0	188	4.443
08 244	5031 219G 7014	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado de Goiás							40.030
			S	4	2	90	0	188	40.030
08 126	**5031 2583**	**Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)**							**296.949**
08 126	5031 2583 0001	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) - Nacional							296.949
			S	3	2	90	0	151	296.949
08 125	**5031 2589**	**Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)**							**88.615**
08 125	5031 2589 0001	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV) - Nacional							88.615
			S	3	2	41	0	151	8.249
			S	3	2	90	0	151	80.366
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**8.538.020**
TOTAL - GERAL									**8.538.020**

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55903 - Fundo Nacional de Cultura

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5025	**Cultura**							**150.657**
		ATIVIDADES							
13 392	**5025 20ZK**	**Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual – Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006**							**110.889**
13 392	5025 20ZK 0001	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual – Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006 - Nacional							110.889
			F	3	2	90	0	130	21.909
			F	3	2	90	0	178	88.980
13 392	**5025 8106**	**Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual**							**22.213**
13 392	5025 8106 0001	Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual - Nacional							22.213
			F	3	2	60	0	178	22.213
		PROJETOS							
13 392	**5025 12PG**	**Promoção do Cinema na Cidade - Fundo Setorial do Audiovisual**							**4.003**
13 392	5025 12PG 0001	Promoção do Cinema na Cidade - Fundo Setorial do Audiovisual - Nacional							4.003
			F	4	2	40	0	178	4.003
13 392	**5025 14U2**	**Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais**							**13.552**
13 392	5025 14U2 2261	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Município de Salvador - BA							13.552
			F	3	2	30	0	100	240
			F	3	2	30	0	188	2.221
			F	4	2	30	0	100	1.083
			F	4	2	30	0	188	10.008
TOTAL - FISCAL									**150.657**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**150.657**

ÓRGÃO: 60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República
UNIDADE: 60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**78.003**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**78.003**
04 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							78.003
			F	3	2	90	0	100	32.373
			F	4	2	90	0	100	45.630
TOTAL - FISCAL									**78.003**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**78.003**

ÓRGÃO: 63000 - Advocacia-Geral da União
UNIDADE: 63101 - Advocacia-Geral da União

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**14.649**
		ATIVIDADES							
28 846	**0032 218Y**	**Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas**							**14.649**
28 846	0032 218Y 0001	Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas - Nacional							14.649
			F	3	2	90	0	100	14.649
	4005	**Proteção Jurídica da União**							**2.896.584**
		ATIVIDADES							
03 092	**4005 2674**	**Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais**							**2.371.437**
03 092	4005 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional							2.359.229
			F	3	2	90	0	100	2.050.089
			F	3	2	91	0	100	8.130
			F	4	2	90	0	100	301.010
03 092	4005 2674 0002	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Exterior							12.208
			F	3	2	90	0	100	12.208
		PROJETOS							
03 126	**4005 10TN**	**Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU**							**525.147**
03 126	4005 10TN 0001	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU - Nacional							525.147
			F	3	2	90	0	100	4.883
			F	4	2	90	0	100	520.264
TOTAL - FISCAL									**2.911.233**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.911.233**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**8.886**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 09LK**	**Encargos do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA**							**8.886**
28 846	0909 09LK 0001	Encargos do Fundo Contingente da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA - Nacional							8.886
			F	3	2	90	0	186	8.886
	0910	**Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais**							**283.195**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0910 0007**	**Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (ME)**							**4.884**
28 846	0910 0007 0002	Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (ME) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0011**	**Contribuição ao Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF (ME)**							**4.884**
28 846	0910 0011 0002	Contribuição ao Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF (ME) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0017**	**Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA)**							**4.884**
28 846	0910 0017 0002	Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0057**	**Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC)**							**4.884**
28 846	0910 0057 0001	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC) - Nacional							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0069**	**Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA)**							**4.884**
28 846	0910 0069 0001	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA) - Nacional							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0070**	**Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA)**							**4.884**
28 846	0910 0070 0002	Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0073**	**Contribuição à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (MAPA)**							**4.884**
28 846	0910 0073 0002	Contribuição à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (MAPA) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0074**	**Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 0074 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884

28 846	**0910 0087**	**Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC)**							**4.884**
28 846	0910 0087 0002	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0089**	**Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (ANATEL)**							**4.884**
28 846	0910 0089 0002	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (ANATEL) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 009B**	**Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 009B 0002	Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00AT**	**Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCTI)**							**4.884**
28 846	0910 00AT 0002	Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCTI) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00B7**	**Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00B7 0002	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00BA**	**Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00BA 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00BC**	**Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00BC 0002	Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00BG**	**Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00BG 0002	Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00BU**	**Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00BU 0002	Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00DN**	**Contribuição Voluntária ao Centro-Sul - CS (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00DN 0002	Contribuição Voluntária ao Centro-Sul - CS (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00E0**	**Contribuição Voluntária à Rede Internacional de Centros de Astrofísica Relativística - ICRANet (MCTI)**							**4.884**
28 846	0910 00E0 0002	Contribuição Voluntária à Rede Internacional de Centros de Astrofísica Relativística - ICRANet (MCTI) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00E8**	**Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MJSP)**							**4.884**
28 846	0910 00E8 0002	Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MJSP) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00F4**	**Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00F4 0002	Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00GT**	**Contribuição ao Parlamento do Mercosul - PARLASUL (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00GT 0002	Contribuição ao Parlamento do Mercosul - PARLASUL (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00HE**	**Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00HE 0002	Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00HF**	**Contribuição à União das Nações Sul-Americanas - UNASUL (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00HF 0002	Contribuição à União das Nações Sul-Americanas - UNASUL (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00LQ**	**Contribuição Voluntária ao Fundo Internacional para a Diversidade Cultural - FIDC (MINC)**							**4.884**
28 846	0910 00LQ 0002	Contribuição Voluntária ao Fundo Internacional para a Diversidade Cultural - FIDC (MINC) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00LS**	**Contribuição Voluntária à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT FCTC (MS)**							**4.884**
28 846	0910 00LS 0002	Contribuição Voluntária à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT FCTC (MS) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00OQ**	**Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica**							**4.807**
28 846	0910 00OQ 0002	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica - Exterior							4.807
			F	3	2	80	0	100	4.807

28 846	**0910 00RM**	**Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Paises Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)**							**4.884**
28 846	0910 00RM 0002	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Paises Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00RN**	**Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTUR)**							**4.884**
28 846	0910 00RN 0002	Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTUR) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 00RO**	**Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 00RO 0002	Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0113**	**Contribuição Voluntária ao Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA FCT (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 0113 0002	Contribuição Voluntária ao Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA FCT (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0123**	**Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)**							**4.884**
28 846	0910 0123 0002	Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0128**	**Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)**							**14.652**
28 846	0910 0128 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE) - Exterior							14.652
			F	3	2	80	0	100	14.652
28 846	**0910 0146**	**Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial - FPM (MINC)**							**4.884**
28 846	0910 0146 0002	Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial - FPM (MINC) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0186**	**Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MTPA)**							**4.884**
28 846	0910 0186 0002	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MTPA) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0190**	**Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI)**							**4.884**
28 846	0910 0190 0002	Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0218**	**Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)**							**4.884**
28 846	0910 0218 0002	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0221**	**Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS)**							**4.884**
28 846	0910 0221 0002	Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0344**	**Contribuição à Organização Mundial das Aduanas - OMA (ME)**							**4.884**
28 846	0910 0344 0002	Contribuição à Organização Mundial das Aduanas - OMA (ME) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0420**	**Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA)**							**4.884**
28 846	0910 0420 0002	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0483**	**Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (MMA)**							**4.884**
28 846	0910 0483 0002	Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (MMA) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0539**	**Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPOG)**							**4.884**
28 846	0910 0539 0002	Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPOG) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0541**	**Contribuição ao Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD (MP)**							**4.884**
28 846	0910 0541 0002	Contribuição ao Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD (MP) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0543**	**Contribuição ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA (MP)**							**4.884**
28 846	0910 0543 0002	Contribuição ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA (MP) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0867**	**Contribuição à Secretaria do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 0867 0002	Contribuição à Secretaria do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE) - Exterior							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0868**	**Contribuição à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE)**							**4.884**
28 846	0910 0868 0001	Contribuição à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE) - Nacional							4.884
			F	3	2	80	0	100	4.884
28 846	**0910 0869**	**Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE)**							**4.884**

28 846	0910 0869 0002	Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0870**	**Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE)**								**4.884**
28 846	0910 0870 0002	Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0872**	**Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE)**								**4.884**
28 846	0910 0872 0002	Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0873**	**Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE)**								**4.884**
28 846	0910 0873 0002	Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0B64**	**Contribuição à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE)**								**4.884**
28 846	0910 0B64 0002	Contribuição à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0B66**	**Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE)**								**4.884**
28 846	0910 0B66 0002	Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0B73**	**Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE)**								**4.884**
28 846	0910 0B73 0002	Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0B74**	**Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE)**								**4.884**
28 846	0910 0B74 0002	Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0B75**	**Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE)**								**4.884**
28 846	0910 0B75 0002	Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
28 846	**0910 0C39**	**Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA)**								**4.884**
28 846	0910 0C39 0002	Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA) - Exterior								4.884
			F	3	2	80	0	100		4.884
TOTAL - FISCAL										**292.081**

TOTAL - SEGURIDADE	**0**
TOTAL - GERAL	**292.081**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO III — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0911	**Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros**							**3.784.589**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0911 00M4**	**Remuneração a Agentes Financeiros**							**3.784.589**
28 846	0911 00M4 0001	Remuneração a Agentes Financeiros - Nacional							3.784.589
			F	3	2	90	0	100	3.784.589
TOTAL - FISCAL									**3.784.589**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.784.589**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71903 - Fundo Social - FS

ANEXO III — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**4.443**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 00JG**	**Operacionalização do Fundo Social - FS**							**4.443**
28 846	0909 00JG 0001	Operacionalização do Fundo Social - FS - Nacional							4.443
			F	3	2	90	0	280	4.443
TOTAL - FISCAL									**4.443**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.443**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO III — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**57.754**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 216G**	**Operacionalização do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR**							**57.754**
04 122	0032 216G 0001	Operacionalização do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR - Nacional							57.754
			F	3	2	90	0	150	57.754
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**264.039**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0026**	**Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural**							**264.039**
28 846	0909 0026 0001	Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural - Nacional							264.039
			F	3	2	90	0	150	264.039
TOTAL - FISCAL									**321.793**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**321.793**

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71905 - Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**12.439.279**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0909 0027**	**Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação**							**12.439.279**
28 846	0909 0027 0001	Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação - Nacional							11.999.460
			F	3	2	90	0	150	344.399
			F	3	2	90	0	180	11.655.061
28 846	0909 0027 0002	Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação - Exterior							439.819
			F	3	2	90	0	150	21.991
			F	3	2	90	0	180	417.828
TOTAL - FISCAL									**12.439.279**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**12.439.279**

ÓRGÃO: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios
UNIDADE: 73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**57.731**
		ATIVIDADES							
04 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**23.984**
04 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							23.984
			F	3	2	90	0	100	23.984
04 122	**0032 8567**	**Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65)**							**33.747**
04 122	0032 8567 0001	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65) - Nacional							33.747
			F	3	2	90	0	100	33.747
TOTAL - FISCAL									**57.731**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**57.731**

ÓRGÃO: 74000 - Operações Oficiais de Crédito
UNIDADE: 74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	5025	**Cultura**							**145.493**
		ATIVIDADES							
13 392	**5025 20ZK**	**Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual – Lei nº 11.437, de 2006**							**25.945**
13 392	5025 20ZK 0001	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual – Lei nº 11.437, de 2006 - Nacional							25.945
			F	3	2	90	0	130	25.945
13 123	**5025 2D07**	**Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais**							**119.548**
13 123	5025 2D07 0001	Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais - Nacional							119.548
			F	3	2	90	0	118	119.548
TOTAL - FISCAL									**145.493**

TOTAL - SEGURIDADE	**0**
TOTAL - GERAL	**145.493**

ÓRGÃO: 81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
UNIDADE: 81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta

ANEXO III **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0032	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo**							**654.728**
		ATIVIDADES							
14 122	**0032 2000**	**Administração da Unidade**							**642.748**
14 122	0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							642.748
			F	3	2	90	0	100	375.481
			F	3	2	90	0	188	15.145
			F	4	2	90	0	100	252.122
14 122	**0032 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**11.980**
14 122	0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional							11.980
			F	3	2	90	0	100	11.507
			F	3	2	90	0	188	473
	5034	**Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos**							**251.769**
		ATIVIDADES							
14 422	**5034 21AR**	**Promoção e Defesa de Direitos para Todos**							**82.391**
14 422	5034 21AR 0053	Promoção e Defesa de Direitos para Todos - No Distrito Federal							82.391
			F	4	2	30	0	100	78.388
			F	4	2	30	0	188	4.003
14 422	**5034 21AS**	**Fortalecimento da Família**							**29.379**
14 422	5034 21AS 0001	Fortalecimento da Família - Nacional							29.379
			F	3	2	30	0	100	4.883
			F	3	2	30	0	188	197
			F	3	2	90	0	100	12.208
			F	3	2	90	0	188	492
			F	4	2	90	0	100	11.149
			F	4	2	90	0	188	450
14 422	**5034 21AT**	**Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Direitos**							**9.790**
14 422	5034 21AT 0001	Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Direitos - Nacional							9.790
			F	3	2	90	0	100	9.410
			F	3	2	90	0	188	380
14 131	**5034 4641**	**Publicidade de Utilidade Pública**							**25.061**
14 131	5034 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional							25.061
			F	3	2	90	0	100	23.733
			F	3	2	90	0	188	972
			F	3	2	91	0	100	356
		PROJETOS							
14 243	**5034 14UF**	**Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo**							**21.400**
14 243	5034 14UF 0001	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo - Nacional							17.397
			F	4	2	30	0	100	16.723
			F	4	2	30	0	188	674
14 243	5034 14UF 7003	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo - Macapá - No Estado do Amapá							4.003
			F	4	2	30	0	188	4.003
14 422	**5034 14XS**	**Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres**							**63.909**
14 422	5034 14XS 0001	Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres - Nacional							43.741
			F	3	2	90	0	100	4.883
			F	3	2	90	0	188	197
			F	4	2	90	0	100	37.162
			F	4	2	90	0	188	1.499
14 422	5034 14XS 1853	Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres - No Município de Aracaju - SE							15.972
			F	4	2	30	0	100	11.969
			F	4	2	30	0	188	4.003
14 422	5034 14XS 7002	Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres - Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres - Região Metropolitana de Vitória - No Estado do Espírito Santo							4.196
			F	4	2	90	0	100	193
			F	4	2	90	0	188	4.003
14 422	**5034 15SX**	**Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos de**							**19.331**

		Direitos Humanos							
14 422	5034 15SX 0001	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos de Direitos Humanos - Nacional							19.331
			F	4	2	90	0	100	18.581
			F	4	2	90	0	188	750
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 845	**5034 0083**	**Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei n° 9.140, de 04 de dezembro de 1995)**							**508**
28 845	5034 0083 0001	Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei n° 9.140, de 04 de dezembro de 1995) - Nacional							508
			F	3	2	90	0	100	488
			F	3	2	90	0	188	20
TOTAL - FISCAL									**906.497**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**906.497**

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 930, de 30 de março de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o tratamento tributário incidente sobre a variação cambial do valor de investimentos realizados por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil em sociedade controlada domiciliada no exterior e sobre a proteção legal oferecida aos integrantes do Banco Central do Brasil no exercício de suas atribuições e altera a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, que dispõe, dentre outras matérias, sobre os arranjos de pagamento e sobre as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de maio de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 39, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 931, de 30 de março de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de maio de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020**, publicada no Diário Oficial da União no dia 30, do mesmo mês e ano, que "Altera as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos que especifica e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de maio de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 933, de 31 de março de 2020**, publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Suspende, pelo prazo que menciona, o ajuste anual de preços de medicamentos para o ano de 2020", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 26 de maio de 2020
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 972, DE 26 DE MAIO DE 2020

Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 15.900.000.000,00, para o fim que especifica e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62, combinado com o art. 167, § 3º, da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R$ 15.900.000.000,00 (quinze bilhões e novecentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo.

Art. 2º Fica autorizada, em atendimento ao disposto no inciso I do § 1º do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a contratação de operação de crédito interna no valor de R$ 15.900.000.000,00 (quinze bilhões e novecentos milhões de reais) para o atendimento de despesas a serem realizadas com o crédito de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO **Crédito Extraordinário**

PROGRAMA DE TRABALHO (APLICAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0909	**Operações Especiais: Outros Encargos Especiais**							**15.900.000.000**
		Operações Especiais							
28 846	**0909 00EE**	**Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)**							**15.900.000.000**
28 846	0909 00EE 6500	Integralização de cotas no Fundo Garantidor de Operações (FGO) para o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) - Nacional (Crédito Extraordinário)							15.900.000.000
			F	5	2	90	0	144	15.900.000.000
TOTAL - FISCAL									**15.900.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.900.000.000**

DECRETO Nº 10.373, DE 26 DE MAIO DE 2020

Institui o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio e altera o Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 23, item 2, do Acordo sobre a Facilitação do Comércio, Anexo ao Protocolo de Emenda do Acordo Constitutivo da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018,

D E C R E T A :

Do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio

Art. 1º Fica instituído o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio no âmbito da Câmara de Comércio Exterior - Camex do Ministério da Economia.

Art. 2º O Comitê Nacional de Facilitação do Comércio é órgão consultivo e executivo e tem os seguintes objetivos:

I - implementar as políticas e as diretrizes de facilitação do comércio estabelecidas pelo Conselho de Estratégia Comercial da Camex e pelo Comitê-Executivo de Gestão da Camex;

II - contribuir para a implementação das disposições do Acordo sobre a Facilitação do Comércio, Anexo ao Protocolo de Emenda ao Acordo Consultivo da Organização Mundial do Comércio, promulgado pelo Decreto nº 9.326, de 3 de abril de 2018; e

III - propor ao Comitê-Executivo de Gestão da Camex medidas para a redução dos custos com o cumprimento de exigências e requisitos impostos pela administração pública federal sobre as operações de comércio exterior.

Das competências do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio

Art. 3º Compete ao Comitê Nacional de Facilitação do Comércio:

I - facilitar a coordenação e a harmonização das atividades operacionais dos órgãos e das entidades da administração pública federal relacionadas com importação e exportação;

II - favorecer a coordenação doméstica para a implementação do Acordo sobre a Facilitação do Comércio;

III - formular propostas e recomendações para:

a) a implementação dos compromissos constantes do Acordo sobre a Facilitação do Comércio e de medidas de racionalização, simplificação e harmonização de procedimentos, formalidades, controles e exigências relativos a importações e exportações;

b) o aperfeiçoamento de atos normativos relativos a importações e exportações que tratem de trâmites processuais, procedimentos, formalidades, controles, exigências e documentos; e

c) a adesão brasileira a padrões, recomendações e convenções internacionais sobre facilitação do comércio exterior;

IV - monitorar a implementação das diretrizes e orientações emitidas pela Camex relativas à:

a) racionalização, à simplificação e à harmonização do comércio exterior e das normas relativas a procedimentos, formalidades, controles, exigências e documentos administrativos sobre importações e exportações; e

b) habilitação e ao credenciamento de empresas para a prática de comércio exterior;

V - promover a adoção de tecnologias de automação, comunicação e integração de sistemas para a gestão das operações de comércio exterior, em articulação com o órgão gestor do Sistema Integrado de Comércio Exterior;

VI - promover iniciativas:

a) para a facilitação do comércio no País;

b) de parceria e cooperação com órgãos e entidades, públicas ou privadas, em temas relacionados à facilitação e à desburocratização do comércio exterior; e

c) de capacitação de operadores públicos e privados do comércio exterior brasileiro em temas relacionados à facilitação do comércio;

VII - promover a elaboração e a publicação de estudos sobre os temas de sua competência;

VIII - monitorar a implementação de medidas e iniciativas de facilitação do comércio nas unidades de despacho de mercadorias; e

IX - editar atos administrativos sobre a organização e a execução das atividades de sua competência.

Parágrafo único. A execução de tarefas relacionadas com as competências de que tratam os incisos do caput poderá ser atribuída:

I - a grupo técnico temporário criado para essa finalidade;

II - à Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio; ou

III - a órgão integrante do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio.

Art. 4º O Comitê Nacional de Facilitação do Comércio é composto por representantes dos seguintes órgãos:

I - Presidência da República;

II - Ministério da Defesa, por meio da Secretaria de Produtos de Defesa;

III - Ministério das Relações Exteriores, por meio:

a) da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Econômicos; e

b) da Secretaria de Negociações Bilaterais e Regionais nas Américas;

IV - Ministério da Economia por meio:

a) da Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais;

b) da Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; e

c) da Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; e

V - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio da Secretaria de Defesa Agropecuária.

§ 1º A presidência do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio será exercida conjuntamente pela Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia e pela Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 2º Cada membro do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 3º A Secretaria-Executiva prestará os serviços de secretaria e apoio administrativo ao Comitê Nacional de Facilitação do Comércio.

§ 4º Os membros do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados pelos presidentes do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio.

§ 5º Os órgãos a que se referem o **caput** encaminharão a indicação de seus representantes à presidência do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio, no prazo de quinze dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Art. 5º Os órgãos e as entidades da administração pública federal cooperarão com o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio, no âmbito de suas competências.

Art. 6º O Comitê Nacional de Facilitação do Comércio poderá instituir grupos técnicos temporários para a execução de tarefas específicas, definir suas diretrizes de atuação e avaliar seu desempenho.

Parágrafo único. Os grupos técnicos temporários:

I - serão compostos por representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, membros ou não do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio, cujas atividades se relacionem com os assuntos a serem desenvolvidos pelo grupo;

II - não poderão ter mais de dez membros;

III - terão a duração não superior a ano; e

IV - estão limitados a três operando simultaneamente.

Art. 7º A Secretaria-Executiva do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio será exercida conjuntamente pela Secretaria de Comércio Exterior da Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia e pela Subsecretaria-Geral da Receita Federal do Brasil da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

Das Reuniões do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio

Art. 8º O Comitê Nacional de Facilitação do Comércio se reunirá em caráter ordinário trimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado por seus Presidentes.

§ 1º O horário de início e de término das reuniões será especificado no ato de convocação das reuniões.

§ 2º Na hipótese de a duração da reunião do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio ser superior a duas horas, será especificado período de duas horas no qual ocorrerão as deliberações.

§ 3º O quórum de reunião do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio é de cinco membros, um dos quais deverá ser um de seus Presidentes.

§ 4º As deliberações ocorrerão por consenso entre os representantes presentes na reunião.

§ 5º A convocação para as reuniões do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio será realizada com antecedência de, no mínimo, dez dias úteis, acompanhada da pauta e dos documentos a serem objeto de análise.

§ 6º Os Presidentes do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio poderão convidar representantes de outros órgãos ou entidades da administração pública federal, distrital, estadual ou municipal e do setor privado, na hipótese de constar da pauta da reunião assuntos relacionados às suas áreas de atuação.

§ 7º Os convidados, permanentes ou não, não participarão das deliberações de que trata o § 4º.

§ 8º Um representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária será convidado a participar de todas as reuniões do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio.

§ 9º Os membros do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio e convidados, permanentes ou não, que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros e convidados que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Dos subcolegiados do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio

Art. 9º Integram o Comitê Nacional de Facilitação do Comércio:

I - Subcomitê de Cooperação; e

II - Comissões Locais de Facilitação do Comércio.

Do Subcomitê de Cooperação

Art. 10. O Subcomitê de Cooperação tem o objetivo identificar pontos de ineficiência em trâmites processuais, procedimentos, formalidades, exigências ou controles relativos ao comércio exterior de bens e serviços e propor soluções para esses pontos, por meio da cooperação e da colaboração entre as partes interessadas.

Art. 11. Compete ao Subcomitê de Cooperação formular e analisar propostas e recomendações para:

I - a implementação dos compromissos constantes do Acordo sobre a Facilitação do Comércio e de medidas de racionalização, simplificação e harmonização de normas relativas a procedimentos, formalidades, controles, exigências e documentos administrativos sobre importações e exportações;

II - o aperfeiçoamento de atos normativos relativos a importações e exportações que tratem de trâmites processuais, procedimentos, formalidades, controles, exigências e documentos;

III - a adoção de padrões internacionais de dados e documentos de comércio exterior; e

IV - a adesão brasileira a padrões, recomendações e convenções internacionais sobre facilitação do comércio exterior.

Art. 12. O Subcomitê de Cooperação é órgão consultivo, composto por representantes dos órgãos a que se refere o caput do art. 4º.

§ 1º São convidados permanentes do Subcomitê de Cooperação representantes das seguintes entidades:

I - Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos;

II - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil;

III - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;

IV - Confederação Nacional da Indústria;

V - Confederação Nacional do Transporte; e

VI - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

§ 2º Poderão ser convidados para participar das reuniões do Subcomitê de Cooperação representantes de outros órgãos e entidades da administração pública federal, distrital, estadual ou municipal e do setor privado, na hipótese de constar da pauta da reunião assuntos relacionados às suas áreas de atuação.

Art. 13. O Subcomitê de Cooperação se reunirá em caráter ordinário trimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado pelos Presidentes do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no art. 8º, no que couber, às reuniões do Subcomitê de Cooperação.

Das Comissões Locais de Facilitação do Comércio

Art. 14. As Comissões Locais de Facilitação do Comércio têm o objetivo de promover a discussão de propostas de aprimoramento dos procedimentos relativos à exportação, à importação e ao trânsito de mercadorias e da participação colaborativa nos processos de implementação de medidas e de iniciativas de facilitação do comércio, entre intervenientes em comércio exterior e órgãos e entidades públicos.

§ 1º As Comissões Locais de Facilitação do Comércio serão instituídas no âmbito das unidades locais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia que sejam relevantes para o comércio exterior, no limite de uma Comissão Local de Facilitação do Comércio por unidade.

§ 2º Ato conjunto do Secretário Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, do Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária disciplinará o funcionamento e estabelecerá os locais de instalação das Comissões Locais de Facilitação do Comércio.

Art. 15. Cada Comissão Local de Facilitação do Comércio será composta por representantes dos seguintes órgãos:

I - da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, que a coordenará;

II - da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e

III - da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

§ 1º Cada representante da Comissão Local de Facilitação do Comércio terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros das Comissões Locais de Facilitação do Comércio serão os dirigentes das unidades locais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e das unidades da Secretaria de Defesa Agropecuária e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária com competência no mesmo local em que a unidade local da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 3º A Comissão Local de Facilitação do Comércio poderá convidar representantes de outros órgãos ou entidades, públicos ou privados, para participar de seus trabalhos e suas reuniões, sendo convidados permanentes os representantes das categorias de:

I - importadores e exportadores; e

II - recintos nos quais são realizados despachos aduaneiros.

§ 4º Nas unidades onde houver áreas de controle integrado, nos termos do disposto no Acordo de Alcance Parcial para a Facilitação do Comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, promulgado pelo Decreto nº 1.280, de 14 de outubro de 1994, serão convidados a participar das reuniões da Comissão Local de Facilitação do Comércio os representantes das aduanas e demais contrapartes dos representantes da Comissão Local de Facilitação do Comércio presentes na fronteira do país vizinho, sempre que possível.

Art. 16. Compete às Comissões Locais de Facilitação do Comércio:

I - resolver situações e problemas locais que afetam procedimentos relativos à exportação, à importação, ao trânsito de mercadorias e à facilitação do comércio, em recintos de zona secundária, portos, aeroportos e pontos de fronteira terrestre;

II - propor ao Comitê Nacional de Facilitação do Comércio medidas de facilitação da gestão do comércio exterior e de aprimoramento da exportação, da importação e do trânsito de mercadorias;

III - implementar as diretrizes e as decisões do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio;

IV - encaminhar os relatórios e as atas das suas reuniões ao Comitê Nacional de Facilitação do Comércio; e

V - estabelecer o cronograma de suas atividades.

Disposições finais

Art. 17. A participação no Comitê Nacional de Facilitação do Comércio e nos subcolegiados será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 18. O Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 64. .....

.....

II - auxiliar o Secretário Especial da Receita Federal do Brasil na definição de diretrizes e na implementação de ações da área de competência da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

III - supervisionar as ações relativas à gestão da informação e à promoção da transparência no âmbito de sua competência; e

IV - representar a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil no Comitê Nacional de Facilitação do Comércio." (NR)

"Art. 91. .....

.....

XXVI - representar a Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais no Comitê Nacional de Facilitação do Comércio;

....." (NR)

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes

DECRETO Nº 10.374, DE 26 DE MAIO DE 2020

Aprova as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Assessoria Especial do Presidente da República, do Gabinete Pessoal do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e remaneja cargos em comissão.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Assessoria Especial do Presidente da República, do Gabinete Pessoal do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, na forma dos Anexos I, II, III e IV.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo V, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - da Assessoria Especial do Presidente da República para Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) um DAS 101.6;

b) um DAS 102.5; e

c) um DAS 102.4;

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a Assessoria Especial do Presidente da República: um DAS 102.3;

III - do Gabinete Pessoal do Presidente da República para Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) dois DAS 101.5;

b) um DAS 102.5;

c) dois DAS 102.4;

d) cinco DAS 102.3;

e) quatro DAS 102.2; e

f) um DAS 102.1;

IV - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para o Gabinete Pessoal do Presidente da República:

a) dois DAS 101.6;

b) dois DAS 101.4;

c) cinco DAS 101.3;

d) seis DAS 101.2; e

e) um DAS 101.1; e

V - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República:

a) quatro DAS 101.6;

b) sete DAS 101.5;

c) cinco DAS 101.4;

d) um DAS 102.5;

e) três DAS 102.4;

f) doze DAS 102.3;

g) três DAS 102.2; e

h) dois DAS 102.1.

Art. 3º Os titulares da Assessoria Especial do Presidente da República, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e do Gabinete Pessoal do Presidente da República publicarão no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias contado da data de entrada em vigor deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão da Assessoria Especial do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e relação nominal dos titulares dos cargos em comissão e funções de confiança do Gabinete Pessoal do Presidente da República, a que se referem os Anexos II, III e IV, que indicarão, inclusive, o número de cargos e funções vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir nas Estruturas Regimentais da Assessoria Especial do Presidente da República, do Gabinete Pessoal do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 5º Aplica-se o disposto nos art. 13 ao art. 19 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, quanto ao regimento interno, ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, à permuta entre DAS e FCPE e à alocação de cargos em comissão e funções de confiança nas Estruturas Regimentais da Assessoria Especial do Presidente da República, do Gabinete Pessoal do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Art. 6º Ficam revogados:

I - o Decreto nº 9.054, de 17 de maio de 2017;

II - o Decreto nº 9.193, de 6 de novembro de 2017;

II - o Decreto nº 9.671, de 2 janeiro de 2019;

IV - o art. 6º e o Anexo IV ao Decreto nº 9.696, de 30 de janeiro de 2019; e

V - o Decreto nº 9.703, de 8 de fevereiro de 2019.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor em 8 de junho de 2020.

Brasília, 26 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Guedes
Walter Souza Braga Netto

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DA ASSESSORIA ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, DO GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA E DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

TÍTULO I
DA ASSESSORIA ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º À Assessoria Especial do Presidente da República, órgão de assessoramento imediato ao Presidente da República, compete:

I - assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições e, especialmente, na realização de estudos e contatos que por ele sejam determinados em assuntos que subsidiem a coordenação de ações em setores específicos do Governo federal e outros entes federativos;

II - assistir o Presidente da República na preparação de material de informação e de apoio para encontros e audiências com autoridades e personalidades nacionais, em articulação com o Gabinete Pessoal do Presidente da República; e

III - participar do planejamento, da preparação e da execução das viagens do Presidente da República, em articulação com os demais órgãos competentes.

CAPÍTULO II
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 2º Ao Assessor-Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das ações e atividades determinadas pelo Presidente da República;

II - participar, em articulação com os demais órgãos competentes, do planejamento, da preparação e da execução das viagens nacionais do Presidente da República; e

III - acompanhar o Presidente da República em seus compromissos nacionais e internacionais, em audiências, em reuniões e em eventos, quando necessário.

TÍTULO II
DO GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 3º Ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, órgão essencial da Presidência da República, compete:

I - assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições;

II - assessorar na elaboração e coordenar a agenda do Presidente da República;

III - formular subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República;

IV - exercer as atividades de secretariado particular do Presidente da República;

V - exercer as atividades de cerimonial da Presidência da República;

VI - desempenhar a ajudância de ordens do Presidente da República;

VII - coordenar:

a) o recebimento e as respostas das correspondências pessoais e sociais do Presidente da República; e

b) a formação do acervo privado do Presidente da República;

VIII - prestar assistência direta e imediata ao Presidente da República em demandas específicas; e

IX - administrar assuntos pessoais do Presidente da República.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º O Gabinete Pessoal do Presidente da República tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Gabinete Adjunto de Gestão Interna;

II - Gabinete Adjunto de Documentação Histórica;

III - Gabinete Regional do Rio de Janeiro;

IV - Ajudância de Ordens;

V - Gabinete Adjunto de Agenda;

VI - Gabinete Adjunto de Informações; e

VII - Cerimonial da Presidência da República.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Art. 5º Ao Gabinete Adjunto de Gestão Interna compete:

I - administrar os assuntos de natureza pessoal e particular do Presidente da República, quando lhe for atribuído;

II - colaborar com a Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República:

a) nas atividades de preservação e adequação dos palácios e das residências oficiais do Presidente da República, no âmbito de sua competência; e

b) nos assuntos relativos ao desenvolvimento, à capacitação e à gestão das informações funcionais dos servidores do Gabinete Pessoal do Presidente da República, da Assessoria Especial do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

III - prestar os serviços de assistência direta e imediata ao Presidente da República nos assuntos administrativos e de secretariado, em regime de atendimento permanente e ininterrupto;

IV - receber, triar, encaminhar e responder as correspondências oficiais dirigidas ao Presidente da República, incluídas as correspondências recebidas em viagens;

V - articular-se com a Secretaria Especial de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República em assuntos relativos ao desenvolvimento, à capacitação e à gestão das informações funcionais dos servidores do Gabinete Pessoal do Presidente da República, da Assessoria Especial do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

VI - prover ao Gabinete Pessoal do Presidente da República, à Assessoria Especial do Presidente da República e à Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República da infraestrutura física, logística e tecnológica necessária ao desempenho de suas competências, em articulação com a Secretaria-Geral da Presidência da República;

VII - planejar, coordenar, organizar e monitorar a gestão interna do Gabinete Pessoal do Presidente da República, da Assessoria Especial do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República; e

VIII - coordenar:

a) o recebimento e as respostas das correspondências pessoais e sociais do Presidente da República; e

b) os assuntos relativos a diárias e passagens dos servidores do Gabinete Pessoal do Presidente da República, da Assessoria Especial do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Art. 6º Ao Gabinete Adjunto de Documentação Histórica compete:

I - planejar, executar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com a formação do acervo privado do Presidente da República e realizar o levantamento, o recolhimento, a preservação, a conservação e a organização dos documentos e das informações complementares;

II - receber, triar, encaminhar e responder a correspondência de cidadãos dirigida ao Presidente da República, incluídas aquelas encaminhadas em meio digital por meio do portal Fale com o Presidente, tratá-las adequadamente e elaborar as estatísticas e os quadros demonstrativos das manifestações recebidas;

III - registrar cronologicamente as atividades do Presidente da República e os fatos decorrentes do exercício do mandato presidencial;

IV - realizar trabalhos de pesquisa histórica e documental relativos ao acervo do Presidente e à sua época;

V - prestar assistência quanto à destinação dos documentos do acervo privado do Presidente da República;

VI - registrar, recolher, preservar e conservar os objetos recebidos pelo Presidente da República em cerimônias e viagens; e

VII - prestar apoio administrativo à Comissão Memória dos Presidentes da República, na forma da legislação.

Art. 7º Ao Gabinete Regional do Rio de Janeiro compete prestar apoio administrativo e operacional ao Presidente da República, aos Ministros de Estado, aos Secretários Especiais e aos membros do Gabinete Pessoal do Presidente da República, na cidade do Rio de Janeiro, no âmbito de sua competência.

Art. 8º À Ajudância de Ordens compete:

I - prestar os serviços de assistência direta e imediata ao Presidente da República nos assuntos de natureza pessoal, em regime de atendimento permanente e ininterrupto, em Brasília ou em viagem;

II - receber as correspondências e os objetos entregues ao Presidente da República em cerimônias e viagens e encaminhá-los aos setores competentes; e

III - realizar outras atividades determinadas pelo Chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República.

Art. 9º Ao Gabinete Adjunto de Agenda compete:

I - planejar, elaborar e coordenar a agenda diária, semanal e mensal do Presidente da República em consonância com as metas e as prioridades do Governo federal;

II - comunicar os eventos, as cerimônias e as viagens do Presidente da República ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, ao Cerimonial da Presidência da República e aos demais órgãos envolvidos;

III - coordenar o grupo de agenda futura, responsável por elaborar o planejamento estratégico da agenda;

IV - garantir a execução da agenda, em articulação com o Cerimonial da Presidência da República, a Secretaria de Governo da Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e os demais órgãos envolvidos; e

V - responder convites e pedidos de audiências dirigidos ao Presidente da República, incluídos os convites e pedidos recebidos em viagens.

Art. 10. Ao Gabinete Adjunto de Informações compete:

I - articular, planejar, consolidar e monitorar as informações em apoio às decisões do Presidente da República;

II - registrar, monitorar e acompanhar as decisões e os compromissos públicos do Presidente da República;

III - sistematizar informações para a agenda, as audiências, as entrevistas e as viagens do Presidente da República;

IV - orientar os Ministérios quanto à preparação e sistematização de informações para o Presidente da República, de forma a manter a uniformização no tratamento dos dados, conforme as orientações da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República; e

V - preparar e formular subsídios para os pronunciamentos do Presidente da República.

Art. 11. Ao Cerimonial da Presidência da República compete:

I - organizar, orientar e coordenar as solenidades realizadas nos palácios da Presidência da República;

II - coordenar, no âmbito de sua competência, a preparação das viagens e das visitas do Presidente da República, em conjunto com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e em articulação com os demais órgãos envolvidos;

III - participar do planejamento das viagens presidenciais ao exterior coordenadas pelo Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores, em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IV - coordenar as atividades de preservação e adequação dos palácios e das residências oficiais do Presidente da República; e

V - recepcionar os convidados do Presidente da República nos eventos ou nas solenidades em que este for o anfitrião e coordenar as demais medidas de recepção cerimonial sob responsabilidade de outros órgãos.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Seção I
Do Chefe do Gabinete Pessoal

Art. 12. Ao Chefe do Gabinete Pessoal incumbe:

I - realizar a interlocução do Presidente da República junto aos Ministros de Estado e às demais autoridades;

II - coordenar a recepção do Presidente da República no Palácio do Planalto, em articulação com o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Cerimonial;

III - coordenar as reuniões dos Chefes de Gabinete dos Ministros de Estado e dos Secretários Especiais; e

IV - articular e planejar ações com os órgãos de assessoramento imediato ao Presidente da República.

Seção II
Dos Chefes de Gabinete Adjuntos e do Chefe do Cerimonial

Art. 13. Aos Chefes de Gabinete Adjuntos e ao Chefe do Cerimonial incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes sejam cometidas em sua área de competência.

Seção III
Dos demais dirigentes

Art. 14. Ao Chefe de Ajudância de Ordens e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das suas unidades e exercer outras atribuições que lhes sejam cometidas em sua área de competência.

TÍTULO III
DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 15. À Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República compete:

I - produzir subsídios sobre assuntos estratégicos, a fim de contribuir com processos de tomada de decisão;

II - planejar e formular as políticas e as estratégias nacionais de longo prazo;

III - produzir subsídios para a formulação do planejamento nacional estratégico e das ações estratégicas de Estado;

IV - propor estratégias para a formulação de políticas, principalmente nas áreas de:

a) segurança;

b) defesa nacional;

c) política externa;

d) inteligência;

e) indústria, comércio e desenvolvimento; e

f) ciência e tecnologia;

V - articular políticas e estratégias nacionais de longo prazo com órgãos e entidades, públicos e privados;

VI - coordenar e supervisionar os projetos e programas necessários à preparação das ações estratégicas de Estado;

VII - elaborar subsídios sobre o andamento dos projetos estratégicos nacionais;

VIII - elaborar subsídios para a normatização e a sistematização do planejamento estratégico do Governo federal;

IX - orientar os órgãos de governo quanto ao planejamento estratégico de longo prazo e à inserção internacional do País;

X - promover debate com os entes federativos e a sociedade sobre o planejamento nacional de longo prazo; e

XI - assistir o Presidente da República nos contatos com autoridades e personalidades estrangeiras e em outras atividades de natureza internacional ou ligadas à área diplomática.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 16. A Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Assessoria Especial de Assuntos Internacionais;

II - Assessoria Especial de Comunicação Estratégica;

III - Assessoria Especial de Inteligência Estratégica;

IV - Secretaria de Planejamento Estratégico:

a) Diretoria de Formulação de Políticas e Estratégias; e

b) Diretoria de Projetos Estratégicos; e

V - Secretaria de Estudos Estratégicos:

a) Diretoria de Defesa e Segurança;

b) Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Social; e

c) Diretoria de Estudos Especiais.

CAPÍTULO III
DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

Art. 17. À Assessoria Especial de Assuntos Internacionais compete:

I - assistir direta e imediatamente o Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República no desempenho de suas atribuições;

II - elaborar estudos e realizar contatos determinados pelo Secretário Especial em assuntos que subsidiem a coordenação de ações com organizações estrangeiras e com outros interlocutores na área internacional;

III - elaborar material de informação e de apoio para encontros e audiências do Presidente da República com autoridades e personalidades estrangeiras, em articulação com o Gabinete Pessoal do Presidente da República;

IV - preparar a correspondência do Presidente da República com autoridades e personalidades estrangeiras;

V - participar do planejamento, da preparação e da execução das viagens internacionais do Presidente da República, em articulação com os demais órgãos competentes;

VI - encaminhar e processar as proposições e os expedientes da área diplomática em tramitação na Presidência da República; e

VII - acompanhar o Presidente da República em compromissos internacionais, audiências, reuniões e eventos, quando necessário.

Art. 18. À Assessoria Especial de Comunicação Estratégica compete:

I - assistir direta e imediatamente o Secretário Especial no desempenho de suas atribuições, principalmente na elaboração de estudos e subsídios sobre comunicação estratégica; e

II - executar as atividades de comunicação social da Secretaria Especial, principalmente quanto ao relacionamento com a mídia, à gestão dos canais e veículos de comunicação e às mídias sociais.

Art. 19. À Assessoria Especial de Inteligência Estratégica compete assistir direta e imediatamente o Secretário Especial no desempenho de suas atribuições e na análise de dados, para identificar oportunidades estratégicas e prever cenários.

Art. 20. À Secretaria de Planejamento Estratégico compete:

I - planejar e formular políticas e estratégias nacionais de longo prazo;

II - subsidiar a formulação do planejamento nacional estratégico e das ações estratégicas de Estado;

III - propor estratégias para a formulação de políticas, principalmente nas áreas de:

a) segurança;

b) defesa nacional;

c) política externa;

d) inteligência;

e) indústria, comércio e desenvolvimento; e

f) ciência e tecnologia;

IV - propor mecanismos para a sistematização e a uniformização do planejamento estratégico nacional do Governo federal;

V - coordenar e supervisionar projetos e programas necessários à preparação das ações estratégicas de Estado;

VI - acompanhar a execução dos projetos estratégicos de longo prazo do País e produzir subsídios sobre seu andamento; e

VII - promover o debate e o intercâmbio de ideias com os entes federativos e a sociedade sobre o planejamento nacional de longo prazo.

Art. 21. À Diretoria de Formulação de Políticas e Estratégias compete:

I - executar as atividades relacionadas ao planejamento e à formulação de políticas e estratégias nacionais de longo prazo;

II - cooperar, no âmbito do Governo federal, para o aperfeiçoamento de políticas e estratégias nacionais de longo prazo;

III - implementar ações com vistas à produção de subsídios para a formulação do planejamento nacional estratégico e das ações estratégicas de Estado;

IV - delinear estratégias para a formulação de políticas, em especial nas áreas de:

a) segurança;

b) defesa nacional;

c) política externa;

d) inteligência;

e) indústria, comércio e desenvolvimento; e

f) ciência e tecnologia;

V - promover a articulação de políticas e estratégias nacionais de longo prazo com órgãos e entidades da administração pública e com entes privados;

VI - executar ações relacionadas à promoção da governança estratégica entre os órgãos da administração pública federal;

VII - fomentar o intercâmbio com os entes federativos e a sociedade sobre o planejamento nacional de longo prazo; e

VIII - propor, acompanhar e coordenar ações destinadas à disseminação e à aplicação de conhecimentos estratégicos na administração pública federal.

Art. 22. À Diretoria de Projetos Estratégicos compete:

I - executar ações relacionadas à gestão e ao estímulo de projetos e programas necessários à elaboração das ações estratégicas de Estado;

II - acompanhar a execução dos projetos estratégicos de longo prazo do País e a produção de subsídios sobre seu andamento; e

III - propor mecanismos para o acompanhamento dos projetos estratégicos de longo prazo do País, em articulação com os órgãos e as entidades da administração pública federal.

Art. 23. À Secretaria de Estudos Estratégicos compete:

I - produzir subsídios sobre assuntos estratégicos;

II - promover o debate e o intercâmbio de ideias sobre assuntos estratégicos com os entes públicos e privados; e

III - analisar cenários relacionados a assuntos estratégicos.

Art. 24. À Diretoria de Defesa e Segurança compete:

I - produzir subsídios sobre assuntos relacionados à defesa e segurança;

II - promover o debate e o intercâmbio de ideias sobre assuntos relacionados à defesa e segurança com os entes públicos e privados; e

III - elaborar estudos e análises que contribuam para o planejamento de ações governamentais com vistas à defesa da soberania e das instituições nacionais e à salvaguarda dos interesses do Estado.

Art. 25. À Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Social compete:

I - produzir subsídios sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico e social;

II - promover o debate e o intercâmbio de ideias sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento econômico e social com os entes públicos e privados;

III - realizar estudos e análises que contribuam para:

a) a formulação do planejamento nacional de longo prazo com foco no crescimento econômico, no desenvolvimento social e na integração estratégica do setor privado nacional às cadeias globais de valor;

b) a formulação e o aperfeiçoamento das opções estratégicas de natureza econômica, comercial, industrial e de infraestrutura; e

c) o incremento da produtividade e a geração de inovações técnicas, tecnológicas, gerenciais e mercadológicas pelo setor privado nacional; e

IV - identificar oportunidades estratégicas de longo prazo, com vistas ao adensamento das cadeias produtivas, ao aperfeiçoamento da infraestrutura industrial e logística e à modernização da matriz energética do País.

Art. 26. À Diretoria de Estudos Especiais compete:

I - produzir subsídios sobre assuntos relacionados a temas específicos considerados especiais pelo Secretário Especial;

II - promover o debate e o intercâmbio de ideias sobre assuntos relacionados a temas específicos considerados especiais com os entes públicos e privados;

III - realizar estudos e análises que contribuam para a formulação de:

a) estratégias destinadas à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia e da Amazônia Azul;

b) estratégias destinadas ao desenvolvimento e ao emprego de fontes renováveis de energia, com vistas à sustentabilidade e à segurança energética do País;

c) opções estratégicas nas áreas de segurança alimentar, tecnologias sensíveis, energia e meio ambiente; e

d) ações estratégicas internacionais de longo prazo;

IV - acompanhar a evolução das questões internacionais e produzir subsídios para a formulação de diretrizes e políticas setoriais para inserção internacional do País;

V - acompanhar os aspectos estratégicos da formulação e da implementação da política externa do País; e

VI - avaliar o cenário internacional e identificar riscos e oportunidades que impactem os objetivos estratégicos e os interesses nacionais.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 27. Aos Secretários, ao Assessor-Chefe, aos Chefes de Assessorias Especiais, aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar, controlar e avaliar a execução das atividades das unidades que integrem suas respectivas áreas e exercer outras atribuições que lhes sejam cometidas pelo Secretário Especial nas suas áreas de competência.

TÍTULO IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. As requisições de pessoal civil para exercício na Assessoria Especial do Presidente da República, no Gabinete Pessoal do Presidente da República e na Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República serão feitas por meio da Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. As requisições de que trata o caput são irrecusáveis, por tempo indeterminado e serão atendidas, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 29. As requisições de militares das Forças Armadas e os pedidos de cessão de membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares para a Assessoria Especial do Presidente da República, o Gabinete Pessoal do Presidente da República e a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República serão feitas pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República diretamente ao Ministério da Defesa ou aos governos estaduais ou distritais, conforme o caso.

§ 1º Os militares à disposição da Presidência da República ficam vinculados ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para fins disciplinares, de remuneração e de alterações, respeitadas as peculiaridades de cada Força.

§ 2º Os policiais militares e os bombeiros militares à disposição da Presidência da República vinculam-se ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para fins do disposto no inciso I do **caput** do art. 21 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983.

§ 3º As requisições de que trata o **caput** são irrecusáveis e serão atendidas, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 30. Aos servidores e aos empregados públicos de qualquer órgão ou entidade da administração pública federal colocados à disposição da Assessoria Especial do Presidente da República, do Gabinete Pessoal do Presidente da República e da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República são assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou na entidade de origem, inclusive promoção funcional.

§ 1º O servidor ou o empregado público requisitado pelos órgãos a que se refere o **caput** continuará contribuindo para a instituição de previdência a que seja filiado, sem interrupção da contagem de tempo de serviço no órgão ou na entidade de origem.

§ 2º O período pelo qual o servidor ou o empregado público permanecer à disposição dos órgãos a que se refere o **caput** será considerado, para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou no emprego que ocupe no órgão ou na entidade de origem.

Art. 31. Os cargos de Chefe da Ajudância de Ordens e os cargos que exercem atividade de Ajudantes de Ordens serão providos por oficiais das Forças Armadas, mediante concessão de correspondentes Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança, privativas de militar.

Art. 32. O desempenho de função na Assessoria Especial do Presidente da República, no Gabinete Pessoal do Presidente da República e na Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 33. Na execução de suas atividades, a Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República poderá firmar contratos ou celebrar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com entidades, instituições ou organismos nacionais e internacionais para a realização de estudos, pesquisas e propostas sobre assuntos relacionados com sua área de atuação.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DA ASSESSORIA ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

UNIDADE	CARGO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO	NE/DAS
ASSESSORIA ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA	1	Assessor-Chefe	NE
	3	Assessor-Chefe Adjunto	DAS 101.6
	2	Assessor Especial	DAS 102.5
	4	Assessor	DAS 102.4
	5	Assessor Técnico	DAS 102.3
	4	Assistente	DAS 102.2

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DA ASSESSORIA ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	4	25,08	3	18,81
DAS 102.5	5,04	3	15,12	2	10,08
DAS 102.4	3,84	5	19,20	4	15,36
DAS 102.3	2,10	4	8,40	5	10,50
DAS 102.2	1,27	4	5,08	4	5,08
TOTAL		21	79,29	19	66,24

ANEXO III

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/RMP
	1	Chefe do Gabinete Pessoal	NE
	2	Assessor Especial	DAS 102.6
	10	Assessor Especial	DAS 102.5
	10	Assessor	DAS 102.4
	4	Assessor Técnico	DAS 102.3
	6	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
	1	Assessor-Chefe Militar	Grupo 0001 (A)
GABINETE ADJUNTO DE GESTÃO INTERNA	1	Chefe de Gabinete Adjunto	DAS 101.6
Coordenação-Geral de Administração Interna	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Divisão	5	Chefe	DAS 101.2
	3	Assistente	DAS 102.2
	8	Assistente Técnico	DAS 102.1
GABINETE ADJUNTO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA	1	Chefe de Gabinete Adjunto	DAS 101.6
Coordenação-Geral de Documentação Histórica	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	3	Coordenador	DAS 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente	DAS 102.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
GABINETE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO	1	Chefe de Gabinete Regional	DAS 101.5
	1	Assessor Especial	DAS 102.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
AJUDÂNCIA DE ORDENS	1	Assessor-Chefe Militar	Grupo 0001 (A)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	5	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	6	Assistente Técnico	DAS 102.1
GABINETE ADJUNTO DE AGENDA	1	Chefe de Gabinete Adjunto	DAS 101.6
	1	Assessor Especial	DAS 102.5
	2	Assessor	DAS 102.4
	4	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
GABINETE ADJUNTO DE INFORMAÇÕES	1	Chefe de Gabinete Adjunto	DAS 101.6
	5	Assessor Especial	DAS 102.5
	6	Assessor	DAS 102.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
CERIMONIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	1	Chefe do Cerimonial	DAS 101.6
	1	Chefe do Cerimonial Adjunto	DAS 101.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	6	Assessor Técnico	DAS 102.3
	3	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL	QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41	1	6,41
DAS 101.6	6,27	3	18,81	5	31,35
DAS 101.5	5,04	4	20,16	2	10,08
DAS 101.4	3,84	-	-	2	7,68
DAS 101.3	2,10	-	-	5	10,50
DAS 101.2	1,27	-	-	6	7,62
DAS 101.1	1,00	-	-	1	1,00
DAS 102.6	6,27	2	12,54	2	12,54
DAS 102.5	5,04	18	90,72	17	85,68

DAS 102.4	3,84	25	96,00	23	88,32
DAS 102.3	2,10	23	48,30	18	37,80
DAS 102.2	1,27	25	31,75	21	26,67
DAS 102.1	1,00	21	21,00	20	20,00
TOTAL		122	345,69	123	345,65

c) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA DO GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL	
		QTD.	VALOR TOTAL
Grupo 0001 (A)	0,64	2	1,28
Grupo 0002 (B)	0,58	1	0,58
Grupo 0003 (C)	0,53	5	2,65
Grupo 0004 (D)	0,48	1	0,48
Grupo 0005 (E)	0,44	2	0,88
TOTAL		11	5,87

ANEXO IV

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

UNIDADE	CARGO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO	NE/DAS
	1	Secretário Especial	NE
	1	Secretário Especial Adjunto	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente	DAS 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
ASSESSORIA ESPECIAL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	1	Assessor-Chefe	DAS 101.6
	1	Assessor Especial	DAS 102.5
	1	Assessor	DAS 102.4
	2	Assistente	DAS 102.2
ASSESSORIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
ASSESSORIA ESPECIAL DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
	1	Assessor	DAS 102.4
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	1	Secretário	DAS 101.6
DIRETORIA DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Planejamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
DIRETORIA DE PROJETOS ESTRATÉGICOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
SECRETARIA DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS	1	Secretário	DAS 101.6
DIRETORIA DE DEFESA E SEGURANÇA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Estudos de Defesa e Segurança	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Sociais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
DIRETORIA DE ESTUDOS ESPECIAIS	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO NOVA	
		QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	1	6,41
SUBTOTAL 1		1	6,41
DAS 101.6	6,27	4	25,08
DAS 101.5	5,04	7	35,28
DAS 101.4	3,84	5	19,20
DAS 102.5	5,04	1	5,04
DAS 102.4	3,84	3	11,52
DAS 102.3	2,10	12	25,20
DAS 102.2	1,27	3	3,81
DAS 102.1	1,00	2	2,00
SUBTOTAL 2		37	127,13
TOTAL		38	133,54

ANEXO V

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES-DAS

a) DA ASSESSORIA ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA AE-PR PARA A SEGES-ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	1	6,27
DAS 102.5	5,04	1	5,04
DAS 102.4	3,84	1	3,84
TOTAL		3	15,15

b) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA A ASSESSORIA ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	DA SEGES-ME PARA A AE-PR	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 102.3	2,10	1	2,10
TOTAL		1	2,10

c) DO GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

CÓDIGO	DAS- UNITÁRIO	DO GP-PR PARA A SEGES-ME	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.5	5,04	2	10,08
DAS 102.5	5,04	1	5,04
DAS 102.4	3,84	2	7,68
DAS 102.3	2,10	5	10,50
DAS 102.2	1,27	4	5,08
DAS 102.1	1,00	1	1,00
TOTAL		15	39,38

d) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA O GABINETE PESSOAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES-ME PARA O GP-PR	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	2	12,54
DAS 101.4	3,84	2	7,68
DAS 101.3	2,10	5	10,50
DAS 101.2	1,27	6	7,62
DAS 101.1	1,00	1	1,00
TOTAL		16	39,34

e) DA SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA PARA A SECRETARIA ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DA SEGES/ME PARA A SAE/PR	
		QTD.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	6,27	4	25,08
DAS 101.5	5,04	7	35,28
DAS 101.4	3,84	5	19,20
DAS 102.5	5,04	1	5,04
DAS 102.4	3,84	3	11,52
DAS 102.3	2,10	12	25,20
DAS 102.2	1,27	3	3,81
DAS 102.1	1,00	2	2,00
TOTAL		37	127,13

DECRETO Nº 10.375, DE 26 DE MAIO DE 2020

Institui o Programa Nacional de Bioinsumos e o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa Nacional de Bioinsumos, com a finalidade de ampliar e de fortalecer a utilização de bioinsumos no País para beneficiar o setor agropecuário.

Art. 2º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se bioinsumo o produto, o processo ou a tecnologia de origem vegetal, animal ou microbiana, destinado ao uso na produção, no armazenamento e no beneficiamento de produtos agropecuários, nos sistemas de produção aquáticos ou de florestas plantadas, que interfiram positivamente no crescimento, no desenvolvimento e no mecanismo de resposta de animais, de plantas, de microrganismos e de substâncias derivadas e que interajam com os produtos e os processos físico-químicos e biológicos.

Art. 3º O Programa Nacional de Bioinsumos será coordenado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao qual compete:

I - firmar parcerias com órgãos e entidades, públicos ou privados, com vistas à implementação, à divulgação e ao desenvolvimento das ações de utilização dos bioinsumos;

II - fomentar projetos de cooperação nacional e internacional para a promoção dos bioinsumos;

III - analisar a legislação correlata ao tema e indicar os conflitos normativos e seus impactos na execução do Programa e na elaboração de marco regulatório;

IV - editar manual de boas práticas para as unidades produtoras de bioinsumos, assim consideradas biofábricas, a serem fomentadas nas diferentes regiões do País, com prioridade à pequena e à média produção;

V - estimular as inovações na agropecuária e na produção aquícola nacional, de forma a abranger os aspectos da bioeconomia e envolver as formas organizativas de pequenos e médios produtores, incluídas as cooperativas e associações, as empresas de pequeno e médio porte e as **startups**, por meio da contratação de projetos para desenvolvimento de cadeias produtivas regionais;

VI - instituir e consolidar o catálogo nacional de bioinsumos;

VII - implementar estratégias nacionais que informem sobre o potencial de uso e os benefícios dos bioinsumos para a produção agropecuária, com vistas às atividades de redução dos impactos no meio ambiente e na saúde;

VIII - criar ambiente favorável para o financiamento de infraestrutura e de custeio, por meio da oferta de crédito e de acesso a instrumentos econômicos que beneficiem a produção e a utilização de bioinsumos;

IX - instituir o Observatório Nacional de Bioinsumos, destinado à coleta, à sistematização e à divulgação de dados anuais sobre tendências de mercado, produção e consumo de bioinsumos;

X - discutir e propor normas específicas de forma a considerar a particularidade dos bioinsumos e seus respectivos processos de cadastro e registro;

XI - fomentar o desenvolvimento de pesquisas que garantam a inovação e o avanço na construção do conhecimento acerca dos diferentes componentes de cada um dos eixos temáticos do Programa, mediante a edição de instrumentos específicos;

XII - promover boas práticas de produção e de uso dos bioinsumos por meio de capacitação, de treinamentos, de divulgação, de promoção de eventos, dentre outras ações, no nível nacional e internacional; e

XIII - monitorar e acompanhar os resultados alcançados e subsidiar as etapas de revisão e de redirecionamento do Programa, conforme indicadores previamente estabelecidos.

Art. 4º São diretrizes do Programa Nacional de Bioinsumos:

I - disponibilizar ações estratégicas para desenvolvimento de alternativas de produção agrícola e pecuária, economicamente viáveis e ecologicamente sustentáveis, que garantam produtos saudáveis para a sociedade brasileira e internacional;

II - estimular a adoção de práticas sustentáveis com o uso de tecnologias, de produtos e de processos desenvolvidos a partir de recursos renováveis, por meio da ação integrada dos setores de ensino, de pesquisa, de extensão e de produção, de modo a reduzir as formas de contaminação e de desperdício dos recursos produtivos;

III - valorizar a biodiversidade brasileira, a partir do estímulo às experiências locais e regionais de uso e de conservação dos recursos genéticos, de microrganismos, vegetais e animais, que envolvam o manejo de raças e de variedades locais, tradicionais ou crioulas; e

IV - implementar sistemas sustentáveis de produção agropecuários, de distribuição e de uso de insumos, com base na legislação brasileira sobre substâncias permitidas para a produção orgânica, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental dos setores agropecuário e florestal.

Art. 5º São objetivos do Programa Nacional de Bioinsumos:

I - atualizar as normas referentes aos bioinsumos, com escopo no Programa e seus registros;

II - promover boas práticas de produção e de uso dos bioinsumos e garantir seu aperfeiçoamento contínuo e sustentável;

III - promover campanhas periódicas de incentivo ao uso dos bioinsumos;

IV - criar e manter base de dados com informações atualizadas sobre bioinsumos e temas associados, considerados os aspectos normativos, tecnológicos, mercadológicos e de políticas públicas;

V - apoiar processos de incubação de empresas e de pequenos negócios com foco na produção de bioinsumos e na organização de biofábricas;

VI - fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em bioinsumos;

VII - incentivar a adoção de sistemas de produção sustentáveis que assegurem o uso adequado de bioinsumos e elevem a renda dos produtores, principalmente com a expansão das seguintes tecnologias, dentre outras:

a) sistema orgânico de produção e de base agroecológica;

b) sistemas agroflorestais;

c) sistema de plantio direto;

d) recuperação de pastagens degradadas;

e) integração lavoura-pecuária-floresta; e

f) aquicultura sustentável;

VIII - promover ações de estímulo à produção, ao processamento, à distribuição, à comercialização e ao consumo de bioinsumos;

IX - incentivar práticas e tecnologias de tratamento de resíduos sólidos para geração de insumos apropriados para uso na produção de bioinsumos; e

X - promover o estabelecimento de especificações de referência, mediante a realização de estudos de segurança e de testes de eficiência agronômica para o registro de produtos.

Art. 6º Fica instituído o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos, com as seguintes competências:

I - apoiar o planejamento estratégico e a gestão do Programa Nacional de Bioinsumos;

II - propor iniciativas públicas federais para o desenvolvimento dos bioinsumos, com vistas à:

a) ampliação da oferta de insumos agrícolas e pecuários que gerem impactos menores à saúde humana e ao meio ambiente;

b) redução de custos de produção;

c) formação de competências profissionais para atuação no setor; e

d) priorização de ações de ciência, tecnologia e inovação; e

III - propor o aperfeiçoamento da legislação para contemplar as ações de bioinsumos.

Art. 7º O Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - dois do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dos quais um o presidirá;

II - dois da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa;

III - dois do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

IV - dois do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama;

V - dois da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; e

VI - três da sociedade civil representativas dos seguintes segmentos:

a) setor empresarial;

b) entidades ou organizações de produção de orgânicos; e

c) entidades ou organizações de assistência técnica e extensão rural.

§ 1º Cada membro do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos e respectivos suplentes de que tratam os incisos I a V do **caput** serão indicados pelos titulares dos órgãos e das entidades que representam e designados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 3º Os membros do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos e respectivos suplentes de que trata o inciso VI do **caput** serão indicados e designados pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

§ 4º O Conselho será presidido pelo representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, escolhido dentre servidores da Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação.

Art. 8º O Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos se reunirá em caráter ordinário trimestralmente e em caráter extraordinário sempre que convocado por seu Presidente.

§ 1º O quórum de reunião do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Além do voto ordinário, o Presidente do Conselho terá o voto de qualidade em caso de empate.

§ 3º Os membros do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

§ 4º O Presidente do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos poderá convidar especialistas e representantes de órgãos e entidades, públicos ou privados, e de organizações da sociedade civil para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 9º O Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos aprovará seu regimento interno em sua primeira reunião.

Parágrafo único. O quórum de aprovação do regimento interno será de maioria absoluta.

Art. 10. O Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos poderá instituir grupos de trabalho para auxiliar no atendimento ao disposto no art. 6º.

Parágrafo único. A composição, o funcionamento e os objetivos dos grupos de trabalho serão definidos no ato de instituição, conforme previsto no **caput**.

Art. 11. Os grupos de trabalho:

I - não poderão ter mais de seis membros;

II - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

III - estarão limitados a três operando simultaneamente.

Art. 12. A Secretaria-Executiva do Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos será exercida pela Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 13. A participação no Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da participação dos membros de que trata o **caput** do art. 7º no Conselho correrá às contas dos órgãos representados.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução do Programa Nacional de Bioinsumos correrão às contas das dotações orçamentárias anualmente consignadas aos órgãos e às entidades envolvidos, observados os limites de movimentação, de empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Parágrafo único. As ações do Programa Nacional de Bioinsumos poderão ser custeadas por outras fontes de recursos destinadas pelos Estados, pelo Distrito Federal, pelos Municípios e por instituições privadas.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 300, de 26 de maio de 2020.

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do § 1º do art. 66 da Constituição, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 1.304, de 2020, que "Altera a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira, e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União".

Ouvidos, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Economia, a Advocacia-Geral da União e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

Art. 1º

"Art. 1º A Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 4º As autoridades, entidades e serventuários públicos exigirão prova do assentimento do Conselho de Defesa Nacional para prática de qualquer ato regulado por esta Lei, exceto quando se tratar de transferência de terras a que se refere a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001.

.....' (NR)

Art. 8º-A. Fica dispensado o assentimento previsto nesta Lei quando se tratar de transferência de terras a que se refere a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001."

Razões dos vetos

"A propositura legislativa altera artigos da Lei nº 6.634/1979, ocorre que, a exigência de assentimento prévio para a prática de determinados atos na área denominada por 'faixa de fronteira' encontra fundamento no art. 20, § 2º da Constituição Federal, no sentido de estabelecer que 'a faixa de até cento e cinquenta

quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei'. Ademais, tal proposição afasta a competência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo, conforme previsto no inciso III, do § 1º, do art. 91, da Constituição Federal."

Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Economia acrescentaram veto aos dispositivos a seguir transcritos:

§ 3º do art. 2º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, alterado pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 3º O disposto no inciso VI do **caput** deste artigo não se aplica às áreas cujos títulos tenham sido registrados em cartórios de registro de imóveis localizados fora dos Estados de Roraima e do Amapá."

Razões do veto

"A propositura legislativa, ao dispor sobre a necessidade de transferência das áreas objeto de títulos expedidos pela União que tenham sido registradas nos cartórios de registro de imóveis localizados fora dos Estados de Roraima e do Amapá, viola o ato jurídico perfeito, vedado pela art. 5º, XXXVI da Constituição Federal, segundo o qual 'a lei não prejudicará o ato jurídico perfeito e a coisa julgada', podendo acarretar, inclusive, no aumento de conflitos fundiários, desnecessariamente e aumentar a insegurança jurídica."

§ 4º do art. 2º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, alterado pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 4º A transferência de que trata o art. 1º desta Lei será feita considerando o georreferenciamento do perímetro da gleba, e os destaques com a identificação das áreas de exclusão deverão ser realizados pela União no prazo de 1 (um) ano, sob pena de presunção de validade, para todos os efeitos legais, das identificações dos destaques constantes da base cartográfica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)."

Razões do veto

"A propositura legislativa, ao estabelecer o encargo para a União da transferência das áreas ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá que trata esta lei, no prazo exíguo de 1 (um) ano, considerando o georreferenciamento do perímetro da gleba, e os destaques com a identificação das áreas de exclusão, acarreta em aumento de despesa sem previsão orçamentária, violando as regras do art. 113 do ADCT, bem como do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (Lei nº 13.898, de 2019). Ademais, contraria o interesse público em razão da necessidade de alocação de recursos orçamentários para a contratação de empresa especializada em georeferenciamento, bem como eventual procedimento licitatório, contratação e execução de serviço de espacialização dos imóveis".

§ 5º do art. 2º da Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, alterado pelo art. 2º do projeto de lei

"§ 5º A falta de georreferenciamento de áreas de domínio federal, incluídos os assentamentos promovidos pela União ou pelo Incra, não constituirá impedimento para a transferência das glebas da União para os Estados de Roraima e do Amapá, e deverá constar do termo de transferência, com força de escritura pública, cláusula resolutiva das áreas de interesse da União não georreferenciadas."

Razões do veto

"A propositura legislativa, ao estabelecer que a falta de georreferenciamento não será impeditivo para a transferência de áreas, incluindo os assentamentos promovidos pela União ou pelo Incra, contraria o disposto no art. 2º, II, da mesma lei, não havendo possibilidade de compatibilização entre os dois dispositivos, o que viola o art. 11 da Lei Complementar nº 95, de 1998. Ademais, a transferência às custas da União pode caracterizar aumento de despesa sem previsão orçamentária, violando assim, as regras do art. 113 do ADCT, bem como do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, do art. 114 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020 (Lei nº 13.898, de 2019)."

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Nº 301, de 26 de maio de 2020. Restituição ao Congresso Nacional de autógrafos do projeto de lei que, sancionado, se transforma na Lei nº 14.005, de 26 de maio de 2020.

Nº 302, de 26 de maio de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do projeto de lei que "Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores - Future-se".

Nº 303, de 26 de maio de 2020. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 972, de 26 de maio de 2020.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processo nº 01200.004711/2014-73. Parecer nº JL - 01, de 18 de maio de 2020, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 00953/2019/GAB/CGU/AGU, e no Despacho nº 0679/2019/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 00031/2019/DECOR/CGU/AGU da Consultoria-Geral da União. Aprovo. Publique-se para os fins do disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Em 26 de maio de 2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01200.004711/2014-73
INTERESSADA: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
ASSUNTO: Cessão de crédito decorrente de contrato administrativo.

PARECER Nº JL - 01

ADOTO, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 0953/2019/GAB/CGU/AGU e do Despacho nº 0679/2019/DECOR/CGU/AGU, o anexo Parecer nº 031/2019/DECOR/CGU/AGU, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40, § 1º, da referida Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria versada.

Em 26 de maio de 2020.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR
Advogado-Geral da União

DESPACHO n. 00953/2019/GAB/CGU/AGU

NUP: 01200.004711/2014-73
INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - MCTI
ASSUNTOS: Cessão de crédito decorrente de contrato administrativo.

Exmo. Senhor Advogado-Geral da União,

1. Aprovo o Parecer nº 31/2019/DECOR/CGU/AGU, na forma do Despacho nº 679/2019/DECOR/CGU/AGU.

2. Nestes termos, submeto as manifestações desta Consultoria-Geral da União a vossa análise para que, em sendo acolhidas, sejam encaminhadas à elevada apreciação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para os fins dos art. 40, § 1º, e art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Brasília, 17 de outubro de 2019.

(assinado digitalmente)

ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO
Advogado da União
Consultor-Geral da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01200004711201473 e da chave de acesso 708337b2

Documento assinado eletronicamente por ARTHUR CERQUEIRA VALERIO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 331900571 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ARTHUR CERQUEIRA VALERIO. Data e Hora: 17-10-2019 18:31. Número de Série: 17340791. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

DESPACHO n. 00679/2019/DECOR/CGU/AGU

NUP: 01200.004711/2014-73
INTERESSADA: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.
ASSUNTO: Cessão de crédito decorrente de contrato administrativo.

Exmo. Senhor Consultor-Geral da União,

1. Aprovo o Parecer nº 31/2019/DECOR/CGU/AGU.

2. Consolide-se, por conseguinte, o entendimento no sentido de que não há óbice jurídico para formalização de cessão de crédito em contratos administrativos, desde que não haja vedação em cláusula contratual ou no instrumento convocatório, na esteira do art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993, que enseja a aplicação supletiva do Código Civil ao regime jurídico dos contratos administrativos.

3. Nestes termos, no curso do planejamento da licitação ou da contratação direta, a Administração Pública pode avaliar tecnicamente se eventual cessão do crédito enseja embaraços ao atendimento do interesse público perseguido pelo objeto a ser contratado, se a cessão de crédito compromete a regular execução e fiscalização do objeto, dentre outras razões ou elementos que porventura não recomendem que seja admitida a cessão de crédito diante das especificidades ou peculiaridades do caso concreto, de maneira a determinar a proscrição no instrumento convocatório ou em cláusula contratual.

4. A cessão de crédito nos contratos administrativos não enseja alteração da contratada, à qual continuará responsável pela execução do contrato administrativo, nem tampouco compromete a liquidação do valor devido a partir da fiscalização da execução ou inexecução contratual, ou seja, a apuração do pagamento devido à cessionária será precisamente àquele que seria devido à empresa contratada (cedente), sem prejuízo, pois, da aplicação de todas as exceções e defesas oponíveis ao pagamento, e das cláusulas exorbitantes ao direito comum ínsitas ao regime jurídico de direito público aplicável aos contratos administrativos.

5. Isto posto, caso tecnicamente admitida pela Administração, a legalidade da cessão de crédito no âmbito dos contratos administrativos deve observar, em ligeira síntese, as seguintes cautelas e condições:
ausência de vedação no instrumento convocatório ou contrato administrativo;
a) formalização mediante termo aditivo ao contrato administrativo, a ser firmado entre a Administração e a contratada, produzindo efeitos a partir de sua celebração e cumprimento das formalidades de que cuida o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993;
b) sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação (art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993) por parte da contratada (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condiciona à regularidade fiscal e trabalhista da cessionária;
c) a celebração do termo aditivo de cessão de crédito e os subsequentes pagamentos se condicionam à prévia certificação de que a cessionária não foi sancionada com as seguintes penalidades: "suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração", de que trata o art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993; "declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública", de que trata o art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 1993; impedimento de licitar e contratar com a Administração, de que cuida art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e art. 49 do Decreto nº 10.024, de 2019; e da penalidade de proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, de que cuida o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992; e

d) a cessão de crédito não altera as regras de liquidação e de recebimento do objeto contratado, por conseguinte, o valor do pagamento devido à cessionária será precisamente àquele que seria devido à empresa contratada (cedente), restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de desconto de multas, glosas, prejuízos causados à Administração, e se preservando a sistemática da conta-depósito vinculada e do pagamento direto de que cuida a Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

11

1. 16º 111 Por fim, em atenção ao que dispõe o § 1º do art. 37 da Lei nº 13.327, de 2016, de forma a se "garantir w.a segurança jurídica das ações governamentais e das políticas públicas do Estado, zelando pelo interesse público e repspeitando a uniformidade institucional da atuação", recomenda-se que seja avaliada a possibilidade de submissão do Parecer ora acolhido e dos subsequentes Despachos de aprovação à elevada apreciação do Exmo. Senhor Presidente da República para os fins de vincular a atuação da Administração Pública, conforme preconizado no art. 40, § 1º, e no art. 41, da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União (Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993).

11

Brasília, 17 de outubro de 2019.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA
ADVOGADO DA UNIÃO
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br/ mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01200004711201473 e da chave de acesso 708337b2

Documento assinado eletronicamente por VICTOR XIMENES NOGUEIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 327847781 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br/. Informações adicionais: Signatário (a): VICTOR XIMENES NOGUEIRA. Data e Hora: 17-10-2019 17:34. Número de Série: 1781977. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

PARECER n.º 31/2019/DECOR/CGU/AGU

NUP: 01200.004711/2014-73

INTERESSADA: Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

ASSUNTO: Cessão de crédito relativo a contrato administrativo

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CESSÃO DE CRÉDITO ORIUNDO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. POSSIBILIDADE. RESTRIÇÕES, FORMALIDADES E CAUTELAS. CONTINUIDADE DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL PELA EMPRESA CONTRATADA.
I - A cessão de crédito decorrente de contrato administrativo é juridicamente viável, desde que não seja vedada pelo edital ou contrato.
II - A aplicação supletiva do Direito Civil autorizada pelo art. 54 da Lei n.º 8.666/93 possibilita a cessão de crédito na seara pública.
III - Determinadas cautelas e formalidades devem ser observadas na cessão de crédito no âmbito administrativo, sobretudo a celebração de termo aditivo entre a Administração e a contratada, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista também por parte da cessionária, bem como a certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar por ter sido punida com fundamento no art. 87, III ou IV, da Lei n.º 8.666/93, no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002 ou no art. 12 da Lei n.º 8.429/92.
IV - O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização dos institutos da conta vinculada e do pagamento direto previstos na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5/2017.
V - A cessão de crédito não afeta a execução do objeto contratado, que continuará sob a responsabilidade da empresa contratada.

Excelentíssimo Senhor Diretor,

1. Versa o processo em epígrafe sobre a possibilidade ou não da cessão de crédito decorrente de contrato administrativo firmado pela União.

2. Por intermédio do Memorando n.º 38/CONJUR/MCTI/CGU/AGU, de 27/04/2015, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações explicitou divergências entre unidades da Consultoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal e submeteu o tema a este DECOR para uniformização (seq. 10).

3. A Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações assim se posicionou pela validade da cessão de crédito no Parecer n.º 239/2015/CONJUR-MCTI/CGU/AGU/cb (seq. 11):
(...) a União/MCTI e a City Service assinaram (...) contrato administrativo de prestação de serviço continuado de brigada de incêndio (...) O serviço envolve o fornecimento de mão de obra - bombeiros civis - em regime de dedicação exclusiva (...)
(...) o BRB encaminhou ao órgão público contratante a notificação de fl. 592, na qual consta que a City Service deu em 'cessão fiduciária', em garantia de operação de empréstimo junto àquela instituição financeira, os direitos creditórios pertinentes ao contrato administrativo acima identificado. Ato contínuo, o BRB solicitou que os pagamentos contratuais sejam efetuados em conta corrente titulada pela City Service (número contido na notificação), mantida junto ao banco. A notificação, vale ressaltar, possui a assinatura de ciência do representante da empresa contratada.
(...)
8. A cessão de crédito é regulada, especialmente, pelos arts. 286 a 298 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (...)
(...) a cessão de crédito é um negócio jurídico bilateral pelo qual o credor de uma obrigação (cedente) transfere, no todo ou em parte, a terceiro (cessionário), independentemente do consenso do devedor (cedido), sua posição na relação obrigacional, com todos os acessórios e garantias, salvo disposição em contrário, sem que se opere a extinção do vínculo obrigacional original. Acrescento que podem ser alienados não somente os créditos presentes, mas também os futuros, desde que venham a existir.
10. Intervêm no negócio o cedente (City Service), que transfere o seu direito de crédito, e o cessionário (BRB), adquirente desse direito. O cedido (União/MCTI), a quem se comunica o ato da cedência, para que solva a dívida nas mãos do novo credor, não é parte na cessão.
(...)
12. O devedor cedido, portanto, não é parte no negócio da cessão, mas é claro que deve ser notificado do ato para tomar ciência a quem deve efetuar o pagamento. Com efeito, reza o art. 290 do CC que a 'cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita'. Enquanto não tiver conhecimento da cessão, pagando ao credor primitivo, o devedor estará pagando bem (art. 292).
13. Ademais, é importante que o devedor seja comunicado para que tenha a oportunidade de opor ao cessionário as eventuais exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente (art. 294 do CC). Sendo assim, poderá o devedor opor contra o cessionário todas as alegações de defesa de que dispunha contra o cedente à época da cessão, a exemplo da prescrição ou alguma causa de anulabilidade ou nulidade da dívida (erro, incapacidade do agente, ilicitude do objeto, etc.).
14. Especificamente quanto à cessão fiduciária de direitos creditórios, diga-se que esse negócio vem disciplinado basicamente na Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 (art. 66-B, com redação dada pela Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004), e na Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 (com destaque para os arts. 17 a 21). É largamente utilizado no mercado financeiro como garantia para a concessão de créditos a empresas ou como instrumento de solvência de dívidas, muitas vezes decorrentes de operações de financiamento imobiliário. Porém, não se trata de uma operação exclusiva de instituições financeiras, podendo ser realizada por qualquer pessoa, jurídica ou física.
(...)
(...) a cessão fiduciária de direitos creditórios segue a mesma lógica da cessão de crédito disciplinada no Código Civil, com o destaque de que o cessionário fiduciário (no caso, BRB) detém a propriedade resolúvel do direito de crédito transferido pelo cedente fiduciante (City Service). O cessionário se torna, para todos os efeitos, o proprietário ou titular do direito transmitido, pelo menos até o adimplemento da obrigação garantida (supostamente a operação de empréstimo junto àquela instituição financeira).
17. Eventual inadimplemento da obrigação garantida importa a consolidação dos direitos de créditos recebíveis do terceiro devedor (União/MCTI) no patrimônio do cessionário. A cessão fiduciária livra o cessionário fiduciário dos riscos de insolvência do cedente fiduciante, conferindo-lhe maior segurança para a liquidação da garantia em caso de inadimplemento da obrigação principal entabulada entre os dois.
18. Por outro lado, se ocorrer o adimplemento da obrigação garantida pela cessão fiduciária, essa propriedade se resolve e o direito objeto da cessão fiduciária deixa de integrar o patrimônio do cessionário para retornar ao do cedente. Daí que se fala que a propriedade do cessionário sobre o bem ou direito transmitido é restrita e resolúvel, sendo que, no momento em que a obrigação principal é cumprida, tal propriedade resolve-se em favor do fiduciante.
(...)
20. Em que pese a existência de legislação específica para a cessão fiduciária de direitos creditórios, pode-se afirmar, com segurança, que os mesmos raciocínios atinentes à cessão de créditos derivados de contratos administrativos se aplicam à cessão fiduciária negociada entre o BRB e a City Service. A cessão fiduciária de direitos creditórios é uma modalidade específica de cessão de créditos. Ela tem algumas características próprias, é verdade, mas que não alteram o veredito final acerca da possibilidade - ou não - de se admitir a cessão de créditos derivados de contratos administrativos.
(...)
22. A despeito da cessão de crédito (e da cessão fiduciária de direitos creditórios) possuir respaldo na legislação brasileira, existe forte controvérsia se esse negócio jurídico pode ter por objeto créditos devidos pela Administração Pública a empresas por ela contratadas. É dizer: empresas que tenham contrato administrativo com o Estado podem transferir a terceiro os créditos - presentes ou futuros - recebíveis da Administração Pública contratante? Essa é a questão.
23. A resposta a essa pergunta é bastante controvertida. Aliás, de antemão, aviso que não existe resposta segura nesse campo, o que significa dizer que, seja qual for a direção a ser adotada pelo Poder Público no caso concreto, a decisão estará invariavelmente sujeita a questionamentos de um lado ou de outro. Pelos motivos expostos abaixo, a Administração verá que está diante de duas opções juridicamente sustentáveis e, ao mesmo tempo, juridicamente passíveis de litígio.
24. É nosso dever informar as posições divergentes, a fim de que possamos dotar o gestor dos elementos necessários para a fundamentação de sua posição (...)
25. Porém, nada disso nos impede de tentar oferecer ao órgão federal interessado aquela que nos pareça ser, à luz do sistema jurídico nacional, a orientação mais adequada na espécie. (...)
26. Tendo em vista a presunção de validade dos negócios jurídicos (em particular, da cessão fiduciária entabulada entre o BRB e a City Service) e o fato de que a cessão tem previsão legal, optou-se por avaliar a sustentabilidade jurídica dos argumentos contrários à cessão de créditos derivados de contratos administrativos. Caso nenhum desses argumentos resista à análise crítica, será forçoso concluir que não haverá motivo para a União se opor ao instrumento de cessão.
27. Os argumentos contrários mais utilizados são os seguintes:
a) A cessão de crédito estaria vedada pelo inciso VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
b) Diz-se que a cessão de crédito é incompatível com o regime de direito público, sobretudo com a natureza personalíssima (**intuitu personae**) dos contratos administrativos;
c) Não existe previsão legal específica sobre a cessão de crédito dos contratos administrativos, de sorte que a sua aceitação violaria o princípio da legalidade estrita no sentido de que à Administração somente é lícito fazer aquilo que esteja previsto em lei;
d) O art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o art. 44 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, proibiriam a cessão de crédito, na medida em que dispõem que os pagamentos realizados pela Administração Pública devem ser feitos em conta bancária do credor; e
e) A cessão de crédito poderia causar prejuízos à execução contratual, à satisfação do interesse público ou, ainda, servir de simulação a negócios escusos praticados em conluio pela empresa contratada e pelo terceiro cessionário (a exemplo de fraude a credores).
28. Quanto ao inciso VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93, é preciso deixar claro que o termo 'cessão' ali empregado não se refere à cessão de crédito, mas sim à chamada cessão da posição contratual, esta sim considerada vedada de forma bastante enfática pelo entendimento dominante.
29. A cessão da posição contratual corresponde à transferência da pessoa do contratado. O cessionário assume a situação de contratado, tornando-se o executor dos serviços contratados pelo Estado. Ocorre a modificação do polo passivo da relação contratual, da identidade do contratado. A cessão de crédito é englobada pela cessão de posição contratual, mas esta é muito mais do que aquela. Na cessão de posição contratual, 'há um complexo de relações que se transfere: débitos, créditos, acessórios, prestações em favor de terceiros, deveres de abstenção, etc'. Por tais fatores, diz-se que a cessão da posição contratual afronta a vinculação ao resultado da licitação e a natureza personalíssima (intuitu personae) dos contratos administrativos.
30. Por outro lado, observa-se facilmente que a cessão de crédito não opera mudanças nas posições contratuais. A City Service continuará como a parte responsável pelo fornecimento do serviço continuado de brigada de incêndio. Na cessão de crédito, opera-se apenas a transferência, a um terceiro, do direito de crédito que a empresa conquista a partir da execução regular dos serviços contratados pelo Poder Público. Não ocorre a transferência do contrato em sua plenitude.
31. Permanecem incólumes os direitos e as obrigações recíprocas previstas no edital e no contrato administrativo, sobretudo no que tange à execução do objeto contratado. Por isso mesmo, ao contrário do que afirmado por alguns, o cessionário não tem poderes para exigir alterações contratuais.
32. Destarte, o inciso VI do art. 78 da Lei nº 8.666/93 não pode ser invocado contra a cessão de crédito. Como não há substituições subjetivas no vínculo contratual, tampouco se vê ofensa à natureza **intuitu personae** dos ajustes firmados pela Administração Pública.
33. Há, ainda, quem sustente que o instituto da cessão de crédito, por estar previsto apenas em normas de direito privado, não se coaduna com o regime a que se submetem os contratos administrativos, qual seja, o regime de direito público. (...)
34. Na minha opinião, não existe incompatibilidade entre a cessão de crédito e o regime jurídico de direito público. (...) Quando se afirma que à Administração somente é lícito fazer aquilo que esteja previsto em lei, usa-se o termo lei em sentido amplo, e não para se referir apenas às normas de direito público.
35. Tanto é assim que o art. 54 da Lei nº 8.666/93 prevê, por expresso, que os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. Isso revela, de forma inequívoca, que as relações contratuais do Poder Público não são imunes a fatores exógenos ao direito público.
36. É de se ver que a cessão de crédito operada pelo BRB e a City Service não teve o Estado como parte contratante. Como dito anteriormente, o cedido não intervém no ato jurídico. Isso, porém, não significa que o Estado esteja autorizado a ignorar o efeito erga omnes do ajuste celebrado entre cedente e cessionário.
(...)
44. Prosseguindo, temos o argumento de que o art. 63 da Lei nº 4.320/64 e o art. 44 do Decreto nº 93.872/86, supostamente, proibiriam a cessão de crédito. O Tribunal de Contas da União se baseou nesse argumento para negar validade à cessão de crédito na Decisão nº 831/2000 (Rel. Min. Walton Alencar, Plenário, sessão em 04.10.2000). A leitura da referida decisão, contudo, mostra que a egrégia Corte de Contas não examinou a matéria com a profundidade merecida. (...)
(...)
46. Como se vê, tais dispositivos não vedam, por expresso, a cessão de crédito.
47. O art. 63 da Lei nº 4.320/64 apenas diz que, durante a fase da liquidação, é preciso apurar 'a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação'. Em momento algum afirmou que a despesa somente pode ser realizada em favor da empresa com quem tenha vínculo contratual.
48. No que concerne ao art. 44 do Decreto nº 93.872/86, observa-se que ele também não estabelece, de forma peremptória, que a despesa somente pode ser feita em favor da pessoa contratada pelo Estado. O dispositivo fala em 'credor'. Ora, a partir do momento em que acontece a cessão, o credor (o proprietário por direito) do crédito passa a ser o cessionário, e não mais o cedente.
49. **Ad argumentandum tantum,** mesmo que tais normativos dispusessem que o pagamento da despesa deveria ser feito 'em conta bancária da pessoa física ou jurídica contratada', ainda assim penso que isso não seria bastante para invalidar o negócio previsto no art. 286 do CC, porque não seria razoável exigir que a lei administrativa dispusesse algo como 'em conta bancária da pessoa física ou jurídica contratada ou de terceiro a quem o crédito tenha sido cedido'. Seria esperar muita previdência do legislador. Ora, uma vez ocorrida a cessão, opera-se mudança de curso quanto ao credor natural do débito, incumbindo à Administração Pública ficar atenta a isso depois que notificada.
50. A propósito da titularidade da conta bancária, o caso concreto revela ainda uma outra faceta que milita a favor da cessão. É que a notificação de fl. 592 encaminhada à União/MCTI - a qual foi subscrita conjuntamente pelo BRB e pela City Service - indica

que os pagamentos contratuais sejam efetuados não em conta do BRB (cessionário), e sim em conta corrente titulada pela própria City Service. Ou seja: mesmo que concordássemos com a tese de que os pagamentos feitos pela Administração deveriam ser realizados obrigatoriamente em conta bancária da empresa contratada, ainda assim essa exigência estaria devidamente preenchida na situação vertente.
51. No que tange ao argumento de que a cessão de crédito poderia causar prejuízos à execução contratual, à satisfação do interesse público ou, ainda, servir de simulação a negócios escusos praticados em conluio pela empresa contratada e pelo terceiro cessionário (a exemplo de fraude a credores), já foi visto que a mera transferência do direito de crédito para terceiro cessionário não tem o condão de prejudicar a prestação do serviço.
52. Não existe, de fato, um nexo causal direto entre a cessão do crédito e a frustração do interesse público representado pela boa e regular execução contratual (...)
53. Da mesma forma, não se pode negar validade à cessão de crédito sob a mera cogitação de que tal negócio pode ter sido praticado pelas partes (cedente e cessionário) como forma de simular uma situação escusa ou de prejudicar supostos credores da empresa cedente. Fosse assim, toda e qualquer cessão de crédito deveria ser impingida de ilícita, e não só aquelas que afetassem o Poder Público. Fosse assim, não deveria o Código Civil prever a cessão como um negócio de objeto lícito. Não bastasse isso, inexiste, pelo menos neste momento, qualquer evidência de que a cessão de crédito tenha sido entabulada como forma de atingir objetivos censuráveis. Pelo contrário, vimos que a cessão fiduciária de direitos creditórios é prática comum no sistema financeiro do qual o BRB faz parte.
54. Rejeitados os principais argumentos contrários à cessão dos créditos de contratos administrativos, trago, doravante, algumas ponderações adicionais que revertem em favor da higidez jurídica do referido instrumento negocial.
55. Como diz o civilista SÍLVIO DE SALVO VENOSA, o crédito cedido é um valor no patrimônio do credor, um valor ativo. Possui valor no comércio e, como tal, pode ser objeto de negócios jurídicos de transmissão.
56. Quando o terceiro cedido, injustificadamente, nega validade à cessão, ele interfere na situação patrimonial das outras partes envolvidas, causando um prejuízo concreto ao cessionário. Essa negativa não pode estar embasada em um capricho do terceiro cedido. A negociabilidade é a regra em matéria de direitos patrimoniais, somente podendo ser obstada quando calcada em razões robustas.
57. A oposição injustificável à cessão de crédito é uma negação ao direito de propriedade representado pela titularidade do crédito cedido, **in casu**, à instituição financeira. O devedor não pode deixar de fazer o pagamento na forma solicitada pelo cessionário por mera conveniência ou por receio genérico de que isso venha a causar algum prejuízo a terceiros indeterminados.
58. A cessão de crédito é um ato de disposição patrimonial entabulado entre o cedente e o cessionário, somente podendo o cedido (no caso, a União/MCTI) a ele se opor por um dos motivos elencados no art. 286 do CC, a saber, se a isso se opuser a natureza da obrigação, a lei ou a convenção com o devedor (City Service).
59. Qualquer crédito pode ser cedido, conste ou não de um título executivo, esteja vencido ou por vencer, se a isso não se opuser (i) a natureza da obrigação, (ii) a lei ou (iii) a convenção com o devedor. As três exceções enunciadas no art. 286 devem ser examinadas em cada caso concreto. (...)
61. Não se deve confundir a natureza personalíssima dos contratos administrativos (que veda, em geral, mudanças na posição contratual) com os créditos advindos desses contratos a que têm direito as empresas contratadas pelo Poder Público. Estes créditos são, como visto, perfeitamente passíveis de ser submetidos a atos de comércio ou de disposição por parte do credor cedente. Bem por isso, não se pode negar validade à cessão de crédito ora discutida com base na natureza da obrigação.
(...) após perscrutar o edital e o contrato público entabulado entre a União/MCTI e a City Service, não se vislumbra cláusula impeditiva da transmissibilidade do direito de créditos decorrentes do contrato. O item 16.1 do edital apenas prevê que o pagamento será efetuado pelo órgão contratante 'através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado' (...)
67. Em nenhum lugar está posto que o pagamento somente pode ou deve ser feito em conta titulada pela empresa contratada, muito menos que o crédito não pode ser cedido. Desta feita, é de se presumir a boa-fé do cessionário que se confiou na ausência de proibição expressa.
68. Inexistem, portanto, impedimentos legais ou contratuais para a cessão.
(...)
71. Foi visto que, a partir do momento em que ocorre a notificação ou a ciência de cessão feita, a lei determina que cabe ao devedor cedido (**in casu,** o governo federal) realizar os pagamentos na forma definida no instrumento de transmissão dos créditos. Afinal, o cessionário torna-se o novo credor da dívida, aquela pessoa que passa a ter direito ao recebimento do crédito, não mais o credor primitivo ou originário (cedente).
72. Conforme magistério de MARIA HELENA DINIZ, 'deverá o devedor notificado da cessão pagar ao cessionário, sob pena de arcar com as consequências oriundas do pagamento feito indevidamente'. (...)
73. Caso o cedido ignore o conteúdo da cessão, o pagamento por ele realizado ao credor originário corre o risco de se tornar ineficaz, já que o art. 308 do CC preconiza que o 'pagamento deve ser feito ao credor ou a quem de direito o represente, sob pena de só valer depois de por ele ratificado, ou tanto quanto reverter em seu proveito'. Depois de cientificado da cessão, o devedor não se desobriga da sua obrigação se pagar ao cedente (ou ignorando a forma de pagamento requerida pelo cessionário).
74. Suponha que o pagamento realizado ao credor primitivo não reverta em benefício do cessionário, ou que essa conduta do cedido faça com que a dívida que o cedente tem junto ao cessionário reste inadimplida. Em tais situações, o cessionário pode exigir do cedido que pague uma segunda vez, agora para ele, o novo titular do crédito. Trata-se do famoso brocardo 'quem paga mal paga duas vezes'.
(...) anoto que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já se posicionou pela validade das cessões de créditos decorrentes de contratos administrativos (Apelação nº 0002520-86.2009.8.26.0431, 10ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. Antonio Celso Aguilar Cortez).
76. Soma-se a isso o fato de que órgãos de assessoria jurídica da Advocacia-Geral da União também já tiveram oportunidade de se manifestar pela validade da cessão (...)
78. Não se deve olvidar que o crédito em tela tem origem em contrato de prestação de serviços continuados envolvendo mão de obra em regime de dedicação exclusiva (bombeiros civis). Contratos nessa natureza merecem atenção especial do Poder Público, não só por causa de eventual responsabilidade subsidiária sofrida pela União quando ocorrem falhas de fiscalização que contribuem para o inadimplemento de obrigações trabalhistas devidas aos terceirizados, como também por causa dos próprios efeitos sociais nefastos que tais inadimplementos geram para o trabalhador e seus dependentes.
79. Não estou afirmando que a cessão de crédito seja indevida nos contratos públicos que envolvam terceirização de serviço. Afinal, mesmo nos contratos de terceirização, não existe nada que obrigue a empresa interposta a usar o mesmo dinheiro recebido do tomador dos serviços para pagar os funcionários terceirizados. O dinheiro, fungível como é, pode advir de outras fontes.
80. Até porque, para a Administração Pública contratante, não interessa a forma como o dinheiro da contraprestação será empregado pela empresa contratada. O interesse do Poder Público se exaure com a entrega definitiva do objeto do serviço. A partir da realização do pagamento, o dinheiro repassado se torna patrimônio privado, não tendo o Estado como controlar o seu uso pelo legítimo proprietário.
81. Na hipótese de contratos de serviços terceirizados, incumbe à Administração Pública apenas velar para que as obrigações trabalhistas e sociais devidas pela empresa interposta sejam adimplidas, independentemente da fonte de onde sairá o dinheiro suficiente para isso.
(...)
87. Ante o exposto, OPINA-SE no sentido de que é válida a cessão de créditos (ou a cessão fiduciária de direitos creditórios, em particular) decorrentes de contrato administrativos celebrados pela União/MCTI, não havendo impedimentos legais ou contratuais que obstem o acolhimento da pretensão formulada na notificação de fl. 592 dos autos.
88. Recomenda-se, porém, que o órgão federal assessorado providencie a juntada do instrumento de cessão. Em seguida, cabe ao órgão elaborar documento que vise dar formalmente ciência da cessão às partes celebrantes (BRB e City Service). É importante que, no Termo de Ciência da Cessão, o órgão deixe claro ao cessionário que, caso a fiscalização estatal constate o descumprimento de obrigações trabalhistas e sociais por parte da City Service, a União adotará todas as medidas legais que estiverem ao seu alcance, inclusive, se for o caso e nas hipóteses permitidas pela legislação, a realização de pagamentos diretos aos trabalhadores (vide, por exemplo, parágrafo único do art. 35 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008).
89. Enfatizo, ainda, que a cessão de crédito não prejudica em nada o montante e o tempo dos pagamentos. Ou seja, o crédito devido será aquele resultante da contraprestação prevista no contrato administrativo, descontadas eventuais multas, glosas e prejuízos causados pela empresa contratada à Administração. Além disso, a cessão não prejudica os pagamentos que devem ser feitos em conta vinculada, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008.
(...)

4. Em 15/10/2015, antes de pronunciamento conclusivo sobre o tema, foi solicitada a manifestação da então Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e também do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal (seq. 16).

5. Por intermédio da Nota n.º 69/2016/HTM/CGJLC/CONJUR-MP/CGU/AGU, de 21/01/2016, a então Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão informou que vem aceitando a cessão de crédito desde que observadas algumas formalidades e precauções (seqs. 17 e 18):
(...)
2. Esta Consultoria já se manifestou acerca da questão mediante o Parecer 1586-4.3.17/2014/HTM/CONJUR-MP/CGU/AGU, em anexo, cujos termos reitera integralmente. No aludido parecer considerou-se que:
'5. No caso do presente contrato, após um mês de serviços prestados, a contratada têm direito ao recebimento da contraprestação e, nesse sentido, passa a ser credora dessa obrigação, da mesma forma que é devedora na obrigação de prestar serviços. Ainda que tal crédito seja futuro e incerto, ele é passível de cessão, arcando o cedente e o cessionário com os riscos.
6. A circunstância de se tratar de crédito decorrente de contrato administrativo não muda tal conclusão. O pagamento a ser feito pela Administração é uma pecúnia, não havendo, portanto, qualquer impedimento decorrente da natureza da obrigação. Ademais, não há qualquer vedação legal à cessão em tal caso, muito menos o contrato (fls. 2/16) faz qualquer ressalta a esse tipo de negócio, razão pela qual ele é plenamente válido.
(...) tem-se válida e legal a Cessão Fiduciária dos créditos advindos do Contrato 104/2014, ressaltando que tal circunstância em nada afeta o cálculo do quantum a ser efetivamente pago, descontados depósitos na Conta Vinculada, retenções de ordem tributária ou glosa de valores em decorrência da aplicação de penalidades, dentre outros valores.
(...)
12. A Administração Pública tem o dever de seguir os estritos termos do Contrato, por um imperativo de legalidade. No presente caso, o Contrato prevê que o pagamento deve se dar na conta indicada na Nota Fiscal/Fatura e a Lei 8.666/93 assevera que tal disposição só pode ser modificada mediante acordo entre as partes.
13. Se não houvesse tal previsão restrita no contrato, a Administração teria liberdade para efetuar o pagamento na conta indicada na notificação de fl. 1. Mas como ela existe, este Ministério precisa dar cumprimento aos seus exatos termos.
(...)
16. Ante tais circunstâncias, sugere-se à Área Interessada que proceda com os seguintes atos:
a) Solicitação, à Cessionária (Banco de Brasília) de documentação comprobatória do cumprimento das formalidades do artigo 288 do Código Civil;
b) Após, envio de ofício à Contratada informando que, por conta da notificação da Cessão de Crédito, deve constar da Nota Fiscal a Conta indicada pela Cessionária (Banco de Brasília);
c) Concomitantemente à alínea anterior, celebração de termo aditivo para incluir disposição na cláusula nona determinando o pagamento na conta indicada junto ao BRB até que a Administração seja notificada, pela Cessionária e pela Cedente, do encerramento da aludida cessão;
d.1) Em havendo a assinatura do Termo Aditivo e/ou a indicação da Conta constante à fl. 1 na Nota Fiscal/Fatura, o pagamento poderá ser nela depositado sem impeditivos contratuais;
d.2) Acaso a Contratada não indique na Nota Fiscal/Fatura a conta indicada pela Cessionária e se recuse a assinar o termo aditivo, recomenda-se enviar à Cessionária ofício cientificando do ocorrido, comunicando da impossibilidade do depósito direto na conta informada.'
3. Enfatize-se, novamente, que, com a cessão de crédito, obedecidas as formalidades legais, a condição de credora na relação obrigacional é transmitida para a cessionária, mas a cedente que remanesce como parte na relação contratual. De modo que a característica de o Contrato ser intuitu personae permanece sem ser afetada, haja vista não ter havido qualquer modificação nas partes contratantes.
4. Ressalte-se, igualmente, que a cessão do crédito não afeta o dever de a administração proceder às deduções e retenções previstas na lei e no contrato, inclusive para fins de depósito em Conta Vinculada, sendo objeto de pagamento (e, portanto, de cessão) apenas o remanescente. Ademais, é necessário respeitar os termos dos contratos firmados tanto entre administração e contratada quanto entre contratada e cessionária, devendo, no último caso, haver o cumprimento das formalidades previstas nos artigos 288 e 290 do Código Civil.
(...)

6. Por fim, no Parecer n.º 2/2017/CPLC/PGF/AGU, aprovado em 04/05/2017, a Procuradoria-Geral Federal também se manifestou pela possibilidade de cessão de créditos oriundos de contratos administrativos, nos seguintes termos (seqs. 27 e 28):
(...)
21. Além da previsão geral do art. 54 da LLC, há previsões específicas sobre a utilização de meio típicos das negociações privadas nas contratações públicas, permitindo com que o gestor se valha de meios próprios do mercado, conforme consta da LLC, em seu art. 15, III (...)
22. Previsão semelhante consta da Lei do Regime Diferenciado de Contratação - RDC, Lei 12.462, de 2011 [art. 4.º, IV] (...)
(...)
24. Dessa forma, não deve causar estranheza o fato de serem utilizados nas contratações públicas típicos institutos das negociações privadas (...)
(...)
26. O crédito é uma fonte de circulação de riquezas. Cuida-se de bem incorpóreo, de conteúdo econômico, passível de tráfico jurídico. O crédito é um elemento inserido no patrimônio do credor, suscetível de transmissão, tal como qualquer bem jurídico (FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil, volume 2, Salvador: JusPodivm, 2014, p. 327-8).
(...)
30. A cessão de crédito é o negócio jurídico bilateral pelo qual o credor transfere a terceiro a sua posição patrimonial na relação obrigacional, sem que com isto se crie uma nova situação jurídica (art. 286 do Código Civil), pois seu objeto remanesce intacto, abrangendo ainda todos os seus acessórios, como juros e cláusula penal (art. 287 do Código Civil).
(...)
(...) não há nenhuma vedação legal expressa na LLC a respeito da cessão de créditos decorrentes de contratos administrativos, que, pelo contrário, manda aplicar a teoria geral dos contratos nas contratações públicas, além de constar previsões expressas a respeito da possibilidade de se utilizar de meio de pagamento típicos das contratações privadas.
(...) percebe-se que não há uma vedação expressa nos referidos dispositivos [art. 63 da Lei n.º 4.320/64 e art. 44 do Decreto n.º 93.872/86] a respeito da cessão de crédito, uma vez que tratam da procedimento para execução orçamentária.
39. No contrato administrativo, diferente do que ocorre com as contratações privadas, a mera entrega do bem ou a prestação do serviço não induz a aceitação por parte da Administração, que fica suspensa até a concretização do recebimento definitivo, que se

processará mediante exames, testes e verificações, podendo ainda haver a rejeição do objeto contratado caso não atenda às previsões do contrato, conforme arts. 73 e 76 da LLC (...)
(...)
40. A regra é que o fornecedor de bens, o prestador de serviços, ou o construtor somente recebam o pagamento da Administração após **procedimento de execução de despesa orçamentária**.
41. Não decorre dos referidos dispositivos que o pagamento somente pode ser feito em favor do contratado originariamente, uma vez que, antes de efetivar a remuneração do contratado, deve ser apurado se houve a efetiva prestação do serviço, e 'a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação' (art. 63, § 1o, III, Lei n° 4320, de 1964), e o pagamento deve ser feito 'para crédito em conta bancária do credor, no banco por ele indicado' (art. 44, Decreto 93.872, de 1986).
42. Assim, para que seja efetivado o pagamento, deve ser apurado quem é o credor, que pode ser tanto o contratado como um terceiro por ele indicado.
43. Para efetivar a cessão de crédito é necessária a notificação do devedor da transferência. Sem tal comunicação, haverá a ineficácia da cessão de crédito, sendo regular o pagamento junto ao devedor primitivo, conforme o art. 290 do Código Civil (...)
44. Assim, concretizada a notificação ao devedor pelo representante legal da empresa cedente, o pagamento será feito ao adquirente do crédito (cessionário), e não ao antigo credor (cedente).
45. A notificação não objetiva a obtenção do consentimento do devedor, mas o simples conhecimento, pois ele sofrerá os efeitos da cessão do crédito. A vontade do cedido não integra o negócio jurídico da cessão, até mesmo pelo fato de o devedor não ter interesse juridicamente. (...)
46. Apesar disso, não obstante não haja alteração contratual, considerando as peculiaridades das contratações públicas, é adequado que seja aditado o contrato administrativo para a efetivação da cessão de crédito, não bastando que a Administração seja notificada, considerando a alteração na forma de pagamento, conforme consta a alínea 'c', do inc. II, do art. 65, da LLC (...)
47. Essa é uma providência necessária para dar eficácia plena ao negócio jurídico, levando em conta que haverá alteração no procedimento de execução da despesa pública, em especial no empenho inicialmente efetuado.
48. Feita a cessão de crédito, a Administração irá aferir se o contrato foi efetivamente cumprido e se não há nada a ser indenizado e, certificado que não há pendências, pode efetuar o pagamento ao cessionário que tenha notificado a Administração, como se estivesse pagando ao contratado originariamente.
49. Tais fundamentos demonstram que não há base jurídica para se afirmar que a cessão de crédito importaria prejuízo à contratação, pois é o mesmo que dizer que o instituto da cessão é em si ilícito, o que é um absurdo. Não se pode presumir a má-fé das partes que firmam um contrato administrativo, nem que haverá necessariamente a utilização da cessão de crédito para fins escusos.
(...) os poucos julgados do E. Tribunal de Contas da União a respeito da cessão de crédito não consta, com todas as vênias, uma análise aprofundada da matéria, tendo apenas entendido que a vedação decorre do art. 44 do Decreto n° 93.872, de 1986, que gera uma natureza peculiar do crédito decorrente do contrato administrativo (...)
51. As decisões do E. TCU merecem todo o respeito e consideração, sendo verdadeiros guias para a Administração Pública.
52. Não obstante, a Advocacia-Geral da União não pode ser furtar de seu papel de fixar a interpretação da Constituição e das Leis do país, de modo a orientar os gestores públicos (art. 11, inc. III da Lei Complementar 73, de 1993), em especial o de realizar estudos para o aprofundamento de questões jurídicas ou para fins de uniformização de entendimentos (art. 11, inc. IV da Lei Complementar 73, de 1993; art. 37, inc. X da Lei 13.327, de 2016).
53. Note-se que não houve o enfrentamento nos julgados do TCU a respeito da aplicação das normas da teoria geral dos contratos nas contratações públicas, nem que o art. 44 do Decreto n° 93.872, de 1986, não condiciona o pagamento ao contratado, disciplinando apenas que a Administração deve apurar quem é o credor.
(...) a vedação constante do inc. VI do art. 78 da LLC é para a cessão de posição contratual sem previsão no edital ou no contrato, e não para a simples cessão de crédito, institutos que não se confundem.
69. Na cessão de crédito a execução do contrato administrativo permanece inalterada, havendo apenas a transferência do pagamento que seria feito ao contratado para o cessionário.
70. O crédito do contratado pertence a ele, não cabendo ao contratante de qualquer forma dispor ou causar restrições a algo que integra o patrimônio do particular.
71. Assim, não há que se falar em violação ao caráter pessoal do contrato administrativo pela cessão de crédito, que não está vedada pelo disposto no inc. VI do art. 78 da LLC, não devendo ser confundida com subcontratação nem com a cessão de posição contratual.
72. Pela cessão de crédito não é alterada a natureza da obrigação, mantendo as defesas (exceções) pessoais de que o devedor disporia contra o credor primitivo, conforme consta do art. 294 do Código Civil (...)
75. Uma vez cedido o crédito decorrente da contratação administrativa, o regime jurídico do pagamento do crédito permanecerá inalterado, devendo ser seguida a normatização dos pagamentos da administração pública, não se aplicando em sua integralidade o art. 294 do CC, que prevê que, uma vez realizada a notificação, nasce ao cedido o direito de opor ao cessionário as exceções que tinha contra o cedente.
76. Perceba que o diploma civil estabelece o momento oportuno para que o cedido manifeste as exceções ou defesas que tinha contra o cedente, que vem a ser o momento em que veio a ter conhecimento da cessão, que não pode ser aplicado nas contratações públicas, considerando que antes de ser efetuado o pagamento, deve ser apurado se foi praticado algum dano pelo contratado a ser ressarcido, bem como se os encargos trabalhistas estão saldados ou se lhe foi aplicada alguma penalidade.
77. Com efeito, os créditos do contratado podem ser eventualmente retidos pela administração no caso de apuração de eventual prejuízo praticado pelo contratado, conforme previsto no inc. IV do art. 80 da LLC (...)
80. Registre-se que, por força do art. 86, § 3° da LLC, as multas eventualmente aplicadas ao contratado poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração (...)
81. Outra situação em que o crédito do contratado é utilizado é na satisfação dos encargos trabalhistas nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra.
82. A Câmara Permanente de Licitações e Contratos elaborou o Parecer n° 01/2016 CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, que entendeu pela possibilidade de retenção do pagamento no caso de descumprimento das obrigações trabalhistas por parte da contratada (...)
(...)
84. Percebe-se que a cessão de crédito é em si um contrato de risco, sendo da essência desse negócio a possibilidade de haver restrições incidentes sobre o crédito cedido.
85. O adquirente do crédito deve, previamente ao ajuste da operação de crédito, verificar a certeza e origem do crédito, bem como a validade do negócio originário, e, no caso de contrato administrativo, estar ciente das peculiaridades da forma de pagamento, que não será alterado pelo negócio de cessão.
86. Dessa forma, diferente do que ocorre com as cessões de créditos regidos exclusivamente pelo Código Civil, quando se tratar de cessão envolvendo a execução de contrato administrativo, mesmo havendo a notificação da cessão de crédito, o pagamento está condicionado à aferição da ausência de prejuízos à Administração e de penalidades ao particular contratado, além da insubsistência de passivo trabalhista, e essas exceções pessoais serão opostas ao cessionário quando do pagamento, e não quando da notificação.
CONCLUSÃO:
Pelo exposto, deve-se concluir que:
a) é possível efetivar a cessão de créditos decorrentes de contrato administrativo, devendo ser observadas as peculiaridades do regime de execução de despesa orçamentária da Administração Pública;
b) feita a cessão de crédito, a Administração pode efetuar o pagamento ao cessionário, como se estivesse pagando ao contratado originariamente;
c) é adequado que seja aditado o contrato administrativo para a efetivação da cessão de crédito, não bastando que a Administração seja notificada, considerando a alteração na forma de pagamento, conforme consta a alínea 'c', do inc. II, do art. 65, da Lei 8666, de 1993.
d) não há base jurídica para se afirmar que a cessão de crédito importaria prejuízo à contratação. Não se pode presumir a má-fé das partes que firmam um contrato administrativo, nem que haverá necessariamente a utilização da cessão de crédito para fins escusos;
e) não há que se falar em violação ao caráter pessoal do contrato administrativo pela cessão de crédito, que não está vedada pelo disposto no inc. VI do art. 78 da Lei 8.666, de 1993, não devendo ser confundida com subcontratação nem com a cessão de posição contratual;
f) diferente do que ocorre com as cessões de créditos regidos exclusivamente pelo Código Civil, quando se tratar de cessão envolvendo a execução de contrato administrativo, mesmo havendo a notificação da cessão de crédito, o pagamento está condicionado à aferição ausência de prejuízos à Administração e de penalidades ao particular contratado, além da insubsistência de passivo trabalhista, e essas exceções pessoais serão opostas ao cessionário quando do pagamento, e não quando da notificação.

É o relatório. Passa-se a opinar.

II - Objeto do parecer e manifestações jurídicas conflitantes nesta Advocacia-Geral da União

7. O presente parecer examinará a viabilidade jurídica da cessão de crédito oriundo de contrato administrativo.

8. Diversas unidades consultivas desta Advocacia-Geral da União já se pronunciaram sobre o tema.

9. Pela viabilidade da cessão de crédito, manifestaram-se, como retratado em detalhes no relatório, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a então Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e a Procuradoria-Geral Federal. Todas essas unidades ressaltaram a inexistência de vedação legal para a cessão de crédito, afastaram expressamente a aplicação do inciso VI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, do art. 63 da Lei n.º 4.320/64, do art. 44 do Decreto n.º 93.872/86, bem como registraram a plena compatibilidade da cessão de crédito com o regime de direito público.

10. Por outro lado, não se desconhece que há unidades consultivas que entendem pela impossibilidade de cessão de crédito decorrente de contrato administrativo. A título exemplificativo, podem ser mencionadas a Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Consultoria Jurídica da União no Estado de Minas Gerais e a Consultoria Jurídica junto ao antigo Ministério da Integração Nacional. Os fundamentos utilizados são, sobretudo, o princípio da legalidade, o caráter personalíssimo dos contratos administrativos, os preceitos contidos no art. 63 da Lei n.º 4.320/64 e no art. 44 do Decreto n.º 93.872/86, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e o comando inscrito no art. 78, VI, da Lei n.º 8.666/93. Adiante seguem reproduzidos trechos dos três posicionamentos citados:

Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Nota n.º 630/2017/CONJUR-MAPA/CGU/AGU
(...) o tema da cessão de direitos de crédito decorrentes de contrato administrativo ainda é controvertido, havendo posicionamentos em ambos os sentidos. Porém, há julgados de tribunais administrativos e judiciários que ajudam a nortear o presente opinativo jurídico. Nesse sentido, o Plenário do Tribunal de Contas da União proferiu o julgado transcrito abaixo, tido como paradigma para a matéria [Acórdão n.º 831/2000 - Plenário]
(...)
8. Em assentada mais recente, realizada em 24 de junho de 2015, o Plenário da Corte de Contas da União reiterou seu posicionamento acerca da matéria, declarando a impossibilidade de reconhecimento da cessão de crédito [Acórdão n.º 1570/2015 - Plenário]
9. Ademais, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, órgão judiciário potencialmente competente para julgar eventual demanda que verse sobre o caso ora debatido, já decidiu da seguinte maneira, in verbis:
CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONTRATO DE EMPREITADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS EM RODOVIAS. CESSÃO DE CRÉDITO A EMPRESA ALHEIA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO. PAGAMENTO DIRETO À CESSIONÁRIA. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os contratos administrativos se submetem aos preceitos de direito público, devendo se pautar pelos princípios constitucionais norteadores da administração pública, dentre eles o da legalidade, segundo o qual o administrador deve agir conforme a lei. 2. A contraprestação pela execução do contrato administrativo deve ser efetuada à empresa contratada, não havendo previsão legal que autorize a aceitação, pela Administração, da cessão de crédito a empresa alheia ao negócio jurídico, com a liberação do pagamento diretamente à cessionária, mormente quando há discussão, na esfera administrativa, acerca da possibilidade de liberação do crédito em questão, em face da existência de indícios de irregularidades na execução do contrato. 3. Sentença denegatória da segurança, que se confirma. 4. Apelação desprovida. (AMS 0038593-16.2003.4.01.3400 / DF, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL DANIEL PAES RIBEIRO, SEXTA TURMA, e-DJF1 p.114 de 09/08/2010)
10. Com efeito, o Contrato nº 22101/012/2014, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e a empresa Memora Processos Inovadores LTDA. prevê o seguinte:
Cláusula Décima Terceira - Do Pagamento
(...)
13.20 Em nenhuma hipótese será efetuado o pagamento de notas fiscais/faturas com o número do CNPJ diferente do que foi apresentado na fase de licitação, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial, vice-versa ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;
(Grifou-se)
11. Destarte, com a devida vênia àqueles que pensam em sentido contrário, entende-se que o caminho mais seguro a ser seguido pela Administração e que melhor resguarda o interesse e o erário públicos é que se adote postura cautelosa diante do negócio jurídico de cessão de crédito celebrado entre a contratada cedente e o terceiro cessionário.
12. Logo, recomenda-se que o órgão assessorado permaneça realizando os pagamentos, relativos à execução do objeto do Contrato nº 22101/012/2014, à empresa Memora Processos Inovadores LTDA., na forma do disposto neste ajuste, mormente da Cláusula Décima Terceira, evitando, assim, eventuais questionamentos futuros acerca do regular emprego dos recursos públicos sob sua gestão.

Consultoria Jurídica da União no Estado de Minas Gerais
Parecer n.º 481/2015/CJU-MG/CGU/AGU
(...)
4. Os contratos administrativos estão submetidos ao regime de direito público, nos termos da Constituição Federal, art. 37, e Lei nº 8.666/93, art. 54, aplicando-se-lhes as regras de direito privado apenas de forma suplementar. Sendo assim, devem ser observados os princípios que regem a Administração Pública, com destaque para o princípio da legalidade e o da vinculação ao edital.
5. Ao contrário do que ocorre no âmbito das relações privadas, em que prevalece a autonomia da vontade, ao Administrador somente é permitido agir na medida em que houver previsão legal. (...)
6. A Lei nº 8.666/93 condiciona a possibilidade de cessão à existência de previsão no edital e no contrato, sob pena de rescisão, cite-se:
Art. 78 Constituem motivo para rescisão do contrato:
VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;
7. Faz-se necessário diferenciar a cessão do contrato da cessão do crédito. No primeiro caso, o cedido passa a responder pela execução do objeto. Já na hipótese da cessão do crédito, o cessionário passa a ter um direito em face da Administração, desvinculado de qualquer obrigação perante ela.
8. Nesse passo, impõe-se ressaltar a característica intuito personae do contrato administrativo, não apenas como meio de assegurar que o contratado será o responsável pela prestação da obrigação, mas também de condicionar seu direito ao crédito ao adimplemento da prestação.

9. Como efeito, se um terceiro passa a ter direito sobre o crédito de forma desvinculada da prestação, o contrato passa a servir a pretensões econômicas estranhas ao interesse público. Nesse sentido, a doutrina de Jessé Torres Pereira:
Transplantando a hipótese (de cessão de crédito) para o regime jurídico dos contratos públicos, constata-se que à cessão do contrato opõem-se a natureza intuito personae dele, a lei e o contrato, este se, no caso concreto, não contiver cláusula que a autorize (e lá inserida pela anuência da Administração, no interesse da adequada execução do contrato).
10. Veja-se, ademais, que a cessão do crédito pode acarretar a alteração das condições iniciais da contratação, em ofensa também ao princípio da isonomia.
11. Convém mencionar, ainda, a proibição de modificação do credor para efeito de liquidação de despesa, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64. Esse dispositivo condiciona a liquidação da despesa ao adimplemento da obrigação. Novamente, tem-se a ofensa ao princípio da legalidade, em razão da anormalidade do recebimento de crédito por terceiro que não detém qualquer vínculo com a Administração e que não participou da execução do objeto contratado.
12. Em resumo, não há previsão legal para a admissão da cessão de crédito nos contratos administrativos. A cessão realizada nessas condições enseja, portanto, a rescisão do contrato, nos termos do art. 77 da Lei nº 8.666/93.
(...)

Consultoria Jurídica junto ao antigo Ministério da Integração Nacional
Parecer CONJUR/MI n.º 1539/2009
(...) o TCU considera ilegal a cessão de créditos decorrentes de contratos administrativos em face da interpretação empregada ao art. 44 do Decreto 93.872/86, c/c arts. 64 e 65 da Lei 4.320/64, cuja essência visa impedir eventuais desvios de preferência creditória que se tornem viáveis a partir da aceitação do pagamento, além de resguardar à necessária comprovação de regularidade fiscal, que haveria de ser verificada em duplicidade.
12. Não bastasse isso, o instrumento contratual é peremptório ao afirmar que o pagamento será feito apenas diretamente ao contratado:
CLÁUSULA NONA - MEDIÇÕES E PAGAMENTOS
[...]
SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os pagamentos das faturas referentes às medições serão efetuados em moeda corrente nacional, diretamente à CONTRATADA, ou nominalmente às consorciadas, observando o dispositivo da alínea 'a' adiante, no prazo de 30 (trinta) dias, sempre contados a partir da data final do período de execução dos serviços.
a) Os pagamentos serão feitos as empresas integrantes da CONTRATADA, de acordo com os percentuais constantes da Cláusula Oitava - Dotação Orçamentária, através de crédito em conta na (sic) corrente em seus respectivos nomes [...]
SUBCLÁUSULA NONA - Quaisquer títulos de cobrança emitidos pela CONTRATADA contra a CONTRATANTE, não poderão ser negociados e deverão ser mantidos em carteira. A CONTRATANTE não será obrigada a efetuar pagamentos de títulos colocados em cobrança através de Bancos.
13. Da leitura das cláusulas supratranscritas percebe-se a intenção de somente efetuar pagamentos pela execução dos serviços de forma direta. A subcláusula nona inclusive utiliza a expressão 'títulos de cobrança', e não apenas 'títulos de crédito', de modo a vedar toda e qualquer cobrança indireta de valores.
14. Desta forma, fica patente que o caso presente está inserido nos impedimentos da cessão de crédito, na forma do art. 286 do Código Civil, seja por vedação legal, seja por vedação contratual.
III. Conclusão
15. Diante do exposto, recomenda-se ao senhor Ministro de Estado que se oponha à notificação de cessão de crédito, com base na vedação legal contida no art. 44 do Decreto 93.872/86, c/c arts. 64 e 65 da Lei 4.320/64 [Acórdão TCU 93/2006 - Plenário], além da vedação contratual disposta na Cláusula Nona, Subcláusula Terceira, alínea 'a', e Subcláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 31/2007, conforme disposição prevista no art. 286 do Código Civil.
(...)

III - A cessão de crédito

11. O Código Civil assim disciplina a cessão de crédito:
TÍTULO II
Da Transmissão das Obrigações
CAPÍTULO I
Da Cessão de Crédito
Art. 286. O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor; a cláusula proibitiva da cessão não poderá ser oposta ao cessionário de boa-fé, se não constar do instrumento da obrigação.
Art. 287. Salvo disposição em contrário, na cessão de um crédito abrangem-se todos os seus acessórios.
Art. 288. É ineficaz, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se não celebrar-se mediante instrumento público, ou instrumento particular revestido das solenidades do § 1º do art. 654.
Art. 289. O cessionário de crédito hipotecário tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel.
Art. 290. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.
Art. 291. Ocorrendo várias cessões do mesmo crédito, prevalece a que se completar com a tradição do título do crédito cedido.
Art. 292. Fica desobrigado o devedor que, antes de ter conhecimento da cessão, paga ao credor primitivo, ou que, no caso de mais de uma cessão notificada, paga ao cessionário que lhe apresenta, com o título de cessão, o da obrigação cedida; quando o crédito constar de escritura pública, prevalecerá a prioridade da notificação.
Art. 293. Independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor, pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido.
Art. 294. O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
Art. 295. Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, se tiver procedido de má-fé.
Art. 296. Salvo estipulação em contrário, o cedente não responde pela solvência do devedor.
Art. 297. O cedente, responsável ao cessionário pela solvência do devedor, não responde por mais do que daquele recebeu, com os respectivos juros; mas tem de ressarcir-lhe as despesas da cessão e as que o cessionário houver feito com a cobrança.
Art. 298. O crédito, uma vez penhorado, não pode mais ser transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora; mas o devedor que o pagar, não tendo notificação dela, fica exonerado, subsistindo somente contra o credor os direitos de terceiro.

12. Vale dizer que a cessão de crédito é instituto bem conhecido pela doutrina civilista. Importantes doutrinadores já se debruçaram sobre o tema e lançaram conceitos parecidos sobre ela.

13. Caio Mário da Silva Pereira a definiu como negócio jurídico responsável pela transferência da qualidade creditória a outrem e realçou que o vínculo jurídico originário se mantém:

Chama-se cessão de crédito o negócio jurídico em virtude do qual o credor transfere a outrem a sua qualidade creditória contra o devedor, recebendo o cessionário o direito respectivo, com todos os acessórios e todas as garantias. É uma alteração subjetiva da obrigação, indiretamente realizada, porque se completa por via de uma trasladação da força obrigatória, de um sujeito ativo para outro sujeito ativo, mantendo-se em vigor o vinculum iuris originário.[1]

14. Orlando Gomes define a cessão de crédito como o negócio jurídico que transfere a posição do credor na relação obrigacional a um terceiro e destaca o fato de que o devedor não é tecnicamente parte no negócio:

A cessão de crédito é o negócio jurídico pelo qual o credor transfere a terceiro sua posição na relação obrigacional.
Indiscutível sua natureza negocial. É negócio jurídico bilateral. Para que o credor saia da relação obrigacional e o terceiro passe a ocupar seu lugar, devem entender-se mediante contrato. Não basta a declaração de vontade de quem quer transferir o crédito. É necessária a aceitação da pessoa a quem se quer transmiti-lo. Contudo, não se exige aceitação expressa. Vale, do mesmo modo, a aceitação tácita. São partes nesse contrato, exclusivamente, quem cede a quem aceita a cessão. Quem cede chama-se credor-cedente, ou, simplesmente, cedente. Quem aceita, cessionário. O devedor não intervém no negócio jurídico de cessão de crédito.[2]

15. Maria Helena Diniz destaca a transferência da posição do credor na relação obrigacional a terceiro, a manutenção do vínculo obrigacional, bem como a desnecessidade de anuência do devedor (cedido):
A cessão de crédito é um negócio jurídico bilateral, gratuito ou oneroso, pelo qual o credor de uma obrigação (cedente) transfere, no todo ou em parte, a terceiro (cessionário), independentemente do consentimento do devedor (cedido), sua posição na relação obrigacional, com todos os acessórios e garantias, salvo disposição em contrário, sem que se opere a extinção do vínculo obrigacional.
(...) O cedido (devedor) não intervém no negócio jurídico, pois sua anuência é dispensável, sendo suficiente que se lhe comunique a cessão, para que ele possa saber quem é o legítimo detentor do crédito, para poder pagar-lhe a prestação devida no momento oportuno.[3]

16. Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosenvald dão um pouco mais de destaque à figura do devedor (cedido), mas, em essência, não destoam da conceituação tradicional, uma vez que apontam a existência de três personagens (cedente, cessionário e cedido) e apenas duas vontades (cedente e cessionário):
No contexto de uma relação obrigacional, a cessão de crédito surge como um negócio jurídico que envolve três personagens e dois consentimentos: o cedente é aquele que transfere total ou parcialmente o seu crédito; o cessionário, aquele que o adquire, preservando a mesma posição do cedente. Por último, o cedido será o devedor, que terá, doravante, de adimplir a obrigação em favor do cessionário. A vontade do cedido não participa da validade do negócio jurídico, pois ele não desfruta de legitimidade para se opor à transmissão do crédito. Ademais, em regra, a modificação da pessoa do credor não lhe acarreta prejuízo, à medida que a prestação que terá de cumprir objetivamente se mantém idêntica. Mesmo se excepcionalmente houver algum incômodo ao devedor, vê-se que, à luz da técnica da ponderação de interesses, optou o legislador por dar primazia à liberdade de disposição do crédito por parte de seu titular, sem consultar ao interesse do sujeito passivo.
Não obstante prescindir-se do consentimento do devedor, fundamental será o seu conhecimento quanto à realização da cessão para fins de eficácia e oponibilidade em relação à sua pessoa. Enfatiza a primeira parte do art. 290 do Código Civil que 'A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificado.[4]

17. Em verdade, Orlando Gomes já havia examinado a extensão dos efeitos da cessão de crédito em relação ao devedor (cedido):
151. Proteção do devedor. Não participa o devedor da cessão de crédito, visto que seu consentimento é dispensável, mas, apesar de não ser parte do contrato, este não lhe é indiferente. A substituição do credor importa mudança de destinatário da prestação. Em vez de pagar ao credor originário, deve fazer o pagamento a quem lhe tomou o lugar. A esta pessoa é transmitido o poder de sujeição inerente ao direito de crédito. Com a cessão, sua posição jurídica, conquanto não se altere, é atingida. Trata-se, desse modo, de fato que o interessa. Por isso, algumas regras são ditadas no propósito de protegê-lo.
Tais são:
1ª) o devedor pode opor, tanto ao cedente como ao cessionário, as exceções que lhe competirem no momento em que tiver conhecimento da cessão;
2ª) em relação ao devedor, a cessão só produz efeito se lhe tiver sido notificada.[5]

18. Com efeito, importa compreender que só cedente (credor) e cessionário (terceiro na relação obrigacional originária) participam efetivamente da cessão de crédito, mas a notificação do cedido (devedor) é exigida para permitir a produção de efeitos do negócio jurídico. Mais adiante será enfatizado que a cessão de crédito decorrente de contrato administrativo não obedece a essa regra geral sobre o começo da eficácia da cessão, posto que o início da produção de seus efeitos acontece a partir da celebração do termo aditivo ao contrato, com a observância das formalidades previstas no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93, em atenção às peculiaridades do regime de direito público.

19. Outrossim, é bom destacar que não será apreciada detalhadamente a cessão fiduciária de direitos creditórios, posto que as considerações aqui realizadas também a atingem por se tratar de uma "modalidade específica de cessão de créditos", conforme explicitação contida no Parecer n.º 239/2015/CONJUR-MCTI/CGU/AGU/cb.

IV - A viabilidade jurídica da cessão de crédito oriundo de contrato administrativo

20. Desde logo, adianta-se a preferência pela tese que admite a cessão de crédito oriundo de contrato administrativo.

21. É justo registrar que a maior parte dos fundamentos das robustas peças produzidas pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pela Procuradoria-Geral Federal é tomada emprestada para sustentar a viabilidade jurídica da cessão de crédito decorrente de contrato administrativo.

22. Não se desconhece que o posicionamento aqui sustentado conflita com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Decisão n.º 831/2000 - Plenário, Decisão n.º 420/2002 - Plenário e Acórdão n.º 984/2004 - Plenário). Todavia, acredita-se que as razões e as cautelas apresentadas neste estudo confirmam a juridicidade da cessão de crédito relativo a contrato administrativo.

V - A cessão de crédito como decorrência do direito de propriedade e da regra geral de livre transmissibilidade dos créditos

23. Vale dizer que a Constituição da República de 1988 consagrou o direito de propriedade (arts. 5.º, caput e XXII, e 170, II) e que o art. 286 do Código Civil é expressão da regra geral de livre transmissibilidade dos créditos.

24. A possibilidade de cessão de crédito proveniente de contrato administrativo decorre dessas premissas. Contudo, importa salientar que o próprio sistema admite o afastamento da cessão em determinadas hipóteses. De acordo com o art. 286 do Código Civil, a cessão de crédito será inviável se "a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor" a vedar.

25. Essa regra de livre disposição dos créditos pode até mesmo contribuir para a boa saúde financeira das sociedades prestadoras de serviços ao Estado, porque o acesso ao crédito no mercado pode ser facilitado com a utilização desse negócio jurídico.

26. Em tese, a cessão de crédito facilita as trocas comerciais e o acesso ao crédito. A título exemplificativo, a cessão fiduciária de direitos creditórios, espécie de cessão de crédito examinada no citado Parecer n.º 239/2015/CONJUR-MCTI/CGU/AGU/cb, tem sido largamente utilizada para facilitar a obtenção de recursos por parte das empresas junto ao mercado bancário.

27. Nessa linha, Pablo Stolze e Rodolfo Pamplona Filho sustentam a importância econômica da transferência de crédito nos seguintes termos:
A transferência de créditos, a assunção de dívidas, enfim, a circulação de títulos em geral, apontam para a importância do tema, que está intimamente ligado às relações negociais. Afinal, a transmissibilidade das obrigações, em grande parte, faz girar as engrenagens econômicas do mundo.[6]

28. Sílvio de Salvo Venosa destaca o crédito como propriedade do credor e a regra de livre transmissão dos créditos:
O crédito, contido na obrigação, trata-se de um valor no patrimônio do credor, um valor ativo. Se encarado pelo lado do devedor, o débito é um valor passivo. Se examinado um contrato, verificar-se-á que possui um valor no comércio jurídico. Ora, aqui não tratamos de meros valores axiológicos (que também estão presentes, é verdade), mas de valores materiais, de bens, os quais, estando no comércio, podem ser objeto de negócios jurídicos de transmissão. (...)
O crédito, como integrante de um patrimônio, possui um valor de comércio. (...)[7]

29. Diante dessa destacada função econômica, a cessão de crédito pode contribuir para a manutenção do estado de solvência das empresas e assim permitir a boa execução dos contratos administrativos.

VI - A cessão de crédito decorrente de contrato administrativo e o Direito Público

30. A cessão de crédito oriundo de contrato administrativo é compatível com o Direito Público. No entanto, algumas peculiaridades impostas pelo ordenamento administrativo devem ser respeitadas e isso será examinado em capítulo próprio.

31. Alguns não aceitam a utilização no instituto na seara administrativa em razão de uma suposta violação ao princípio da legalidade. Para eles, uma vez que a cessão de crédito não está expressamente prevista na Lei n.º 8.666/93 nem em norma específica de Direito Administrativo, seria inviável pretender que a cessão recaia sobre crédito relativo a contrato administrativo.

32. Entretanto, tal raciocínio não está correto, pois o ordenamento jurídico positivo trata da cessão de crédito. As normas de Direito Civil cuidam minuciosamente do tema e completam o Direito Administrativo (arts. 286 a 298 do Código Civil).

33. Neste momento, convém destacar a inafastável comunicação entre os ramos jurídicos, que permite essa complementariedade entre os Direitos Público e Privado. É precisa a lição de José dos Santos Carvalho Filho ao rechaçar análise isolada do Direito:
O estudo moderno do Direito não mais comporta a análise isolada e estanque de um ramo jurídico. Na verdade, o Direito é um só; são as relações jurídicas que podem ter diferente natureza. Assim, embora de forma sucinta, é cabível indicar algumas linhas em que o Direito Administrativo se tangencia com outras disciplinas jurídicas.
No entanto, antes de serem indicados os pontos de contato entre as disciplinas, vale a pena relembrar um assunto sempre comentado: a antiga classificação romana, que admitia, como dois grandes ramos jurídicos, o Direito Público e o Direito Privado. Tal classificação está hoje superada, como registram praticamente todos os estudiosos. O fundamento está em que todo ramo jurídico contém, de algum modo, normas de ambos os campos; significa, portanto, que nenhuma disciplina se afigura inflexível quanto à natureza das normas que a integram. Se tal fundamento é verdadeiro, não menos o é o fundamento de que, em cada Direito predominam as normas de um ramo sobre as do outro. E sob esse aspecto não há dúvida de que o Direito Administrativo se insere no ramo do Direito Público (...)[8]

34. Ademais, não se pode olvidar que o próprio art. 54 da Lei n.º 8.666/93 previu a aplicação supletiva das normas de Direito Privado: "Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado".

35. Embora cuide especificamente de compras, não é fora de propósito citar outro dispositivo que reconhece a viabilidade de diálogo entre os regimes de direito público e privado. Trata-se do art. 15, III, da Lei n.º 8.666/93, que assim estabelece: "As compras, sempre que possível, deverão: (...) III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado".

36. Se o próprio Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos admite a utilização das regras de Direito Privado de forma supletiva (art. 54), não se mostra viável sustentar a inexistência de lei para impossibilitar que uma cessão entre particulares possa produzir seus lícitos efeitos também no campo público.

37. Evidentemente, essa aplicação supletiva demanda certos cuidados. As normas de Direito Privado só deverão ser empregadas se o Direito Público não vedou a matéria ou não lhe deu uma normatização específica. E, em qualquer caso, essas normas complementares de Direito Privado têm de ser compatíveis com o regime de direito público. Neste ponto, Lucas Rocha Furtado sublinha essas precauções:
Os contratos administrativos, nos termos do art. 54 da Lei 8.666/93, 'regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado'.
Vê-se que os contratos administrativos são tratados de acordo com as regras constantes na própria Lei 8.666/93. Esse o texto jurídico básico a ser utilizado para disciplinar a celebração e execução do contratos celebrados pela Administração Pública. Observamos que existem contratos, como as concessões e permissões de serviços públicos, que possuem disciplina legal própria, no caso a Lei 8.987/95.
É bem verdade, como visto na própria redação do art. 54 acima mencionado, que os princípios e regras do direito privado poderão ser aplicados supletivamente para disciplinar os contratos administrativos. Isto ocorrerá quando: 1. A Lei nº 8.666/93 não tiver tratado de determinada questão que esteja a exigir solução decorrentes da execução de contratos administrativos, e 2. Não seja encontrada a solução que se busca dentro do próprio direito administrativo.
(...)
O que se pôde verificar no caso citado no item anterior foi a perfeita adequação da norma do direito privado ao contrato administrativo. Como já dito, os contratos administrativos são disciplinados pelas regras e princípios do direito público, conforme dispõe a Lei 8.666/93. Nada impede, porém, que regras e princípios do direito privado- no caso acima foram aplicadas regras do Código Civil - sejam aplicados no âmbito dos contratos administrativos. Isto ocorrerá sempre que não existirem regras ou princípios do direito público que possam ser utilizados para a solução de questões verificadas em contratos celebrados pela Administração Pública, e desde que essas regras ou princípios do direito privado sejam compatíveis com o direito público.[9]

38. Pois bem. Deve-se ressaltar que a cessão de crédito possui natureza civil e tem o cedente (credor) e o cessionário (terceiro) como participantes efetivos da relação obrigacional estabelecida. E, como já salientado, o cedido (devedor) não participa do negócio jurídico, mas os efeitos da cessão o atingem.

39. Por ser de natureza civil e celebrada entre duas pessoas de direito privado, não adianta procurar nas normas de direito público autorização específica para a celebração da cessão de crédito derivado de contrato administrativo. Como destacado, as normas estão no Direito Civil.

40. Reforça-se aqui que a inexistência de norma específica de direito público autorizando a cessão de crédito decorrente de contrato administrativo não veda a realização do mencionado negócio jurídico.

41. O princípio da legalidade não é desrespeitado na medida em que a base legal para a realização da cessão de crédito é o próprio Código Civil.

42. Na verdade, atualmente a legalidade vem sendo compreendida como juridicidade, conforme anota Diogo de Figueiredo Moreira Neto: "É necessário, por fim, entender o princípio da legalidade em seu sentido amplo, ou como princípio de juridicidade, como denominou Merkl, ou seja, não apenas à lei formal, mas a todo o Direito".[10]

43. Utilizar leis civis para cuidar de contrato de cessão que tem como objeto crédito oriundo de contrato administrativo, nos termos autorizados pelo art. 54 da Lei n.º 8.666/93, retrata, sem dúvida, obediência ao princípio da juridicidade.

44. Não é razoável exigir que o disciplinamento de todos os negócios jurídicos seja reproduzido em normas próprias para a Administração Pública. O conceito do contrato de compra e venda e os contornos do contrato de mandato, por exemplo, estão no Código Civil, mas tais pactos não deixam de produzir efeitos no Direito Público.

45. A disciplina da cessão de crédito inscrita, sobretudo, nos arts. 286 a 298 do Código Civil, é suficiente e isso não impede que sejam feitas adaptações pontuais em casos nos quais o regime de direito público obrigue uma solução diferenciada.

46. Se a cessão de crédito fosse mesmo indesejada em todos os casos e incompatível com o Direito Público, o legislador teria produzido norma expressa vedando tal negócio. Porém, isso não foi feito!

47. No momento em que o princípio da juridicidade ganha cada vez mais destaque, parece inapropriado cobrar que a aplicação de cada instituto no Direito Administrativo tenha uma base legal específica, desconsiderando a reconhecida unicidade do Direito. Não cabe afastar instituto compatível com o regime jurídico administrativo quando já existe o disciplinamento básico dele nas normas jurídicas civis.

48. Desse modo, as peculiaridades do contrato administrativo não impedem a cessão de crédito em quaisquer circunstâncias. E, quando possível a cessão de crédito, será exigida a observância de determinadas especificidades, cautelas e formalidades inerentes ao regime público.

VII - A cessão de crédito oriundo de contrato administrativo diante do art. 63 da Lei n.º 4.320/64 e do art. 44 do Decreto n.º 93.872/86

49. Há quem sustente que o art. 63 da Lei n.º 4.320/64 e o art. 44 do Decreto n.º 93.872/86 vedam a cessão de crédito relativo a contrato administrativo.

50. Eis o que estabelecem as referidas normas:
Lei n.º 4.320/64
Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
§ 1° Essa verificação tem por fim apurar:
I - a origem e o objeto do que se deve pagar;
II - a importância exata a pagar;
III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:
I - o contrato, ajuste ou acôrdo respectivo;
II - a nota de empenho;
III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.
Decreto n.º 93.872/86
Art. 44. O pagamento de despesa será feito mediante saque contra o agente financeiro, para crédito em conta bancária do credor, no banco por ele indicado, podendo o agente financeiro fazer o pagamento em espécie, quando autorizado.

51. Contudo, exame dos preceitos citados acima revela que seus comandos não proíbem que a cessão realizada entre particulares recaia sobre créditos decorrentes de contrato administrativo.

52. Não se enxerga nas fases da realização da despesa pública impedimento para a cessão de crédito.

53. No caso de cessão do crédito, há uma substituição da figura do credor. O contratado continua a manter o vínculo jurídico com a Administração e a ser o responsável pela execução do contrato, porém deixa de ser credor dos valores desembolsados pela Administração, que passam a ser destinados ao cessionário (terceiro na relação contratual). Ocorrendo, assim, uma alteração na forma de pagamento em razão de fato superveniente à celebração do contrato administrativo.

54. O termo credor não deve ser tomado como sinônimo de contratado. Na maioria das vezes, o credor será o contratado. Mas nem sempre isso acontecerá. Se credor só pudesse ser entendido como contratado, qualquer alteração subjetiva superveniente seria proibida, o que não é verdade.

55. De fato, a regra geral é entender o credor como o contratado. Entretanto, não se pode afastar a possibilidade de uma alteração superveniente decorrente de cessão de crédito, por exemplo. Consumada a cessão de crédito, faria todo o sentido a aplicação do art. 63, § 1.º, III, da Lei n.º 4.320/64 para a determinação do sujeito "a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação".

56. Ocorrida a formalização da cessão de crédito, a cedida (Administração contratante) não deverá pagar mais ao cedente (contratado), mas sim ao cessionário (terceiro). E o exato momento do início da produção dos efeitos da cessão no âmbito administrativo será explicitado em linhas futuras. Sendo certo que a liquidação na forma do art. 63 da Lei n.º 4.320/64 servirá para identificar esse novo beneficiário dos pagamentos.

57. Um outro exemplo que fortalece a tese ora sustentada diz respeito à utilização dos institutos da conta vinculada e do pagamento direto previstos atualmente na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 25/05/2017.

58. Se é admitido até mesmo o pagamento direto aos empregados da contratada em certas circunstâncias (art. 65, parágrafo único, da referida Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5/2017) e não se enxerga afronta às normas financeiras nessa hipótese, como se poderia impedir a cessão de crédito com fundamento em interpretação questionável do art. 63 da Lei n.º 4.320/64 e do art. 44 do Decreto n.º 93.872/86?

59. Esta Consultoria-Geral da União já atestou a juridicidade desses mencionados mecanismos diferenciados de pagamento e incentivou sua utilização no Parecer n.º 73/2013/DECOR/CGU/AGU, aprovado em 10/12/2013 pelo Exmo. Sr. Consultor-Geral da União: DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO DO TRABALHO. LICITAÇÕES E CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO PODER PÚBLICO PELO INADIMPLEMENTO DE VERBAS TRABALHISTAS A CARGO DA EMPRESA INTERPOSTA. JULGAMENTO DA ADC Nº 16/DF E NOVA REDAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 331, DA SÚMULA DO EG. TST. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CULPA IN ELIGENDO OU IN VIGILANDO. LICITUDE DOS INSTITUTOS DA CONTA VINCULADA E DO PAGAMENTO DIRETO, PRECONIZADOS NO ART. 19-A, DA IN SLTI/MP Nº 2/2008. MECANISMOS QUE CONTRIBUEM PARA AFASTAR A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES.DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ACÓRDÃO Nº 1214/2013 - TCU - PLENÁRIO. PREVISÃO OBRIGATÓRIA NOS EDITAIS E CONTRATOS. MEDIDAS A SEREM ADOTADAS PELAS UNIDADES CONSULTIVAS DA AGU JUNTO A SEUS ASSESSORADOS PARA EVITAR A RESPONSABILIZAÇÃO FULCRADA NO REFERIDO ENTENDIMENTO SUMULADO. I - Em face do decidido no julgamento da ADC nº 16/DF e da nova redação conferida ao Enunciado nº 331, da Súmula do eg. TST, é atualmente necessário que se comprove a culpa in eligendo ou in vigilando do Poder Público para que se possa responsabilizá-lo subsidiariamente pelo inadimplemento de verbas trabalhistas a cargo de empresa de terceirização de mão-de-obra por ele contratada;

II - Constituem mecanismos lícitos e aptos a contribuir sobremaneira para o afastamento da sobredita responsabilidade subsidiária no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional os institutos da conta vinculada e do pagamento direto, hospedados no art. 19-A, I e IV, da IN SLTI/MP nº 2/2008, considerando-se, por isso mesmo, imprescindível sua expressa previsão nos editais e contratos de fornecimento de mão-de-obra terceirizada;
III - Visando a evitar que a União e seus entes sejam condenados com fulcro no Enunciado nº 331, da Súmula do eg. TST, as unidades consultivas da AGU deverão orientar seus assessorados a observar rigorosamente os ditames da IN SLTI/MP nº 2/2008 e as determinações expedidas no Acórdão nº 1214/2013 - TCU - Plenário, não só realizando efetiva fiscalização da execução dos contratos de fornecimento de mão-de-obra terceirizada, mas também documentando todos os atos praticados no exercício desse dever-poder, e, em conjunto com as unidades contenciosas, realizar encontros em que seja esclarecida a necessidade de elidir a responsabilização trabalhista subsidiária do ente público e apresentados os meios adequados para alcançar esse propósito.

60. Assim, as referências legais e regulamentares a credor devem ser entendidas como real ou atual credor, e não somente a credor originário. Como a cessão de crédito provoca uma alteração na forma de pagamento, é requerida uma liquidação para se chegar ao nome do novo detentor do status de credor.

61. A doutrina enfatiza que a liquidação nos termos do art. 63 da Lei n.º 4.320/64 serve para definir o credor. Até esse momento, o credor deverá ser identificado.

62. Regis Fernandes de Oliveira enfatiza que a liquidação confirma o exato nome do credor a partir da base documental existente:
Segue-se a liquidação, que consiste na verificação do direito do credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do crédito (art. 63 da Lei 4.320/1964). Examinam-se a origem do crédito, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar. A origem encontra-se no contrato ou na nota de empenho ou nota fiscal. Tal ato nada cria, é simples verificação da legalidade e da obediência às formalidades legais.
Estando tudo em ordem, emite-se a ordem de pagamento, que é o 'despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga' (art. 64). A partir daí há a mera formalidade de emissão do cheque para pagamento ou ordem de transferência de saldo para a conta do credor.[11]

63. Tathiane Piscitelli acentua a necessidade de que a Administração pague à pessoa correta (credor atual, real) e a vinculação entre a liquidação e a efetiva prestação do serviço ou entrega do bem:
Após o empenho e a emissão da nota respectiva, a despesa será objeto de liquidação, a qual consiste na verificação do direito adquirido pelo credor de receber a quantia empenhada e na segunda etapa da execução orçamentária. Tal verificação tomará em conta os documentos e os títulos que comprovam a realização da despesa e, assim, o crédito ao qual o credor faz jus.
O que se pretende, nos termos do artigo 63, § 1.º, é apurar: (i) a origem e o objeto do que se deve pagar, (ii) a importância exata a pagar e (iii) a quem se deve pagara para extinguir a obrigação. Trata-se de garantir que a Administração vá pagar os valores certos à pessoa certa e em razão do motivo previamente estabelecido na nota de empenho.
Na hipótese de fornecimento de bens ou serviços prestados, a liquidação será realizada a partir do contrato, da nota de empenho e dos comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço, de acordo com o que determina o § 2.º do artigo 63.
De acordo com Sérgio Assoni Filho, em comentários à Lei 4.320/1964, a liquidação está vinculada ao implemento de uma condição: 'a concreta prestação do serviço ou o efetivo fornecimento do bem, tanto nos moldes da avença que deu causa ao nascimento da relação obrigacional quanto em conformidade com o que dispõe a legislação vigente'.
Apenas diante do implemento da condição e, pois, da existência efetiva da prestação do serviço ou fornecimento de bem, é que surge o direito de recebimento da importância liquidada e, assim, a possibilidade de exigência do pagamento pelo credor.
Realizada a liquidação, cumprido está o requisito para que a despesa seja paga. Porém, antes do pagamento em si, deverá haver a emissão de uma ordem de pagamento, realizada pelos serviços de contabilidade, nos termos do artigo 64 da Lei 4.320/1964. Após, apenas, é que o pagamento será feito (...)[12]

64. Ricardo Lobo Torres apresenta as fases da realização da despesa pública e também destaca que a liquidação faz a identificação do credor:
A realização da despesa passa por três fases distintas: o empenho, a liquidação e o pagamento. (...)
Empenho da despesa é o ato pelo qual se reserva, do total da dotação orçamentária, a quantia necessária ao pagamento. Permite à Administração realizar ulteriormente o pagamento e garante ao credor a existência da verba necessária ao fornecimento ou ao cumprimento de responsabilidades contratuais. A lei torna necessária a expedição de nota de empenho para cada despesa, salvo quando há empenho global (por exemplo, nas despesas de pessoal). É vedada a realização de despesa sem prévio empenho, o que significa que o empenho antecede a compra e a prestação do serviço.
Liquidação da despesa é o estágio seguinte. A Administração verifica o direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios dos respectivos títulos. Examina se houve a entrega dos bens adquiridos ou a realização da obra, a ver da sua adequação aos termos da licitação prévia. Calcula a importância exata a pagar e identifica o credor. Durante a liquidação torna-se indispensável, portanto, o confronto entre o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço.
Pagamento é o momento final da realização da despesa pública. Efetuam-no as tesourarias e os estabelecimentos bancários autorizados. Mas precede-o a ordem de pagamento, que é o despacho proferido pelo ordenador da despesa (...)[13]

65. Desse modo, parece razoável compreender que as normas constantes do art. 63 da Lei n.º 4.320/64 e do art. 44 do Decreto n.º 93.872/86 referem-se ao real credor, eis que a efetivação de negócio jurídico lícito como a cessão de crédito, por exemplo, altera a forma de pagamento inicialmente pactuada e o credor originário (contratado e cedente) deve dar lugar ao credor atual (cessionário).

66. A execução do objeto contratado, não custa lembrar, continuará sob a responsabilidade da contratada, pois a cessão não afeta os termos e as condições pactuados.

VIII - Afastamento do art. 78, VI, da Lei n.º 8.666/93 em razão da distinção entre cessão de crédito e cessão de posição contratual

67. Outro argumento dos que rejeitam a cessão de crédito proveniente de contrato administrativo é a possível afronta ao inciso VI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93, que assim dispõe:
Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:
(...)
VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

68. O citado preceito diz respeito à cessão de posição contratual, também conhecida como cessão de contrato. Não trata de cessão de crédito.

69. A fim de confirmar o que é dito, deve-se observar a distinção necessária entre cessão de crédito e cessão de posição contratual (ou cessão de contrato).

70. A diferença entre a cessão de crédito e a cessão da posição contratual é fundamental para compreender com exatidão o tema ora estudado. A primeira gera a transferência da posição na relação obrigacional, ou seja, a posição de credor. Já a segunda resulta na alteração da posição contratual como um todo.

71. Para Sílvio de Salvo Venosa, a cessão de crédito é definida nos seguintes termos:
A cessão de crédito enfoca a substituição, por ato entre vivos, da figura do credor. (...)
Na cessão de crédito, o cedente é aquele que aliena o crédito; o cessionário, o que adquire. O cedido é o devedor, a quem incumbe cumprir a obrigação. Como veremos, a cessão de crédito não é totalmente alheia ao cedido.
A cessão de crédito é, pois, um negócio jurídico pelo qual o credor transfere a um terceiro seu direito. O negócio jurídico tem feição nitidamente contratual.[14]

72. A cessão de crédito é assim conceituada por Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:
A cessão de crédito consiste em um negócio jurídico por meio do qual o credor (cedente) transmite total ou parcialmente o seu crédito a um terceiro (cessionário), mantendo-se a relação obrigacional primitiva com o mesmo devedor (cedido).
Em geral, é negócio jurídico oneroso, pactuado com propósito lucrativo, embora nada obste a transmissão gratuita do credito.
(...)
Vale destacar que é desnecessário o consentimento prévio do devedor para que ocorra a cessão, ou seja, o sujeito passivo não tem o direito de impedir a transmissão do crédito, muito embora a sua notificação seja exigida para que o negócio produza os efeitos desejados (...)[15]

73. Já a cessão de posição contratual possui contornos distintos, conforme demonstram Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho:
A cessão de contrato ou de posição contratual é instituto jurídico conhecido da doutrina, que, surpreendentemente, não mereceu a devida atenção no Código Civil de 2002.
Diferentemente do que ocorre na cessão de crédito ou de débito, neste caso, o cedente transfere a sua própria posição contratual (compreendendo créditos e débitos) a um terceiro (cessionário), que passará a substituí-lo na relação jurídica originária.
(...)
Note-se que parte respeitável da doutrina, adepta da teoria atomística, fragmentava a análise científica do instituto sob exame, para concluir que, em verdade, a cessão da posição contratual não seria mais do que um plexo de cessões múltiplas - de crédito e débito -, conjugadas, carecedoras de autonomia jurídica.
Não concordamos com esse entendimento.
Quando, em um determinado contrato (imagine uma promessa irretratável de compra e venda), uma das partes cede a sua posição contratual, o faz de forma integrada, não havendo, pois, a intenção de transmitir, separadamente, débitos e créditos.
Por isso, entendemos assistir razão aos adeptos da teoria unitária, defendida por juristas de escol (PONTES DE MIRANDA, SILVIO RODRIGUES, ANTUNES VARELA, SÍLVIO VENOSA, dentre outros), segundo a qual a cessão de contrato opera a transferência da posição contratual como um todo, sem que se possa identificar a fragmentação (ou atomização) dos elementos jurídicos componentes da posição contratual.[16]

74. Maria Helena Diniz apresenta interessantes considerações sobre a cessão de contrato e explicita a obrigatoriedade de anuência do cedido:
Apesar de não ser regulamentada pelo direito brasileiro, a cessão de contrato tem existência jurídica como negócio jurídico inominado, por decorrer do princípio da autonomia negocial, pois desde que os contraentes tenham capacidade, sendo lícito e possível o objeto e não recorrendo a forma proibida legalmente, as partes poderão estipular o que quiserem. Além disso, é preciso lembrar que, se a cessão de crédito e a de débito são permitidas, não há por que vedar a cessão do contrato, já que se do contrato defluem créditos e débitos para os interessados, que os podem transmitir separadamente, não há razão para que não tenham o direito de os transferir no todo. Portanto, na cessão de contrato transmitem-se ao cessionário não só os direitos, mas também as obrigações do cedente.
A cessão de contrato é, segundo Silvio Rodrigues, a transferência da inteira posição ativa e passiva, do conjunto de direitos e obrigações de que é titular uma pessoa, derivados de contrato bilateral já ultimado, mas de execução ainda não concluída. Logo, haverá, na verdade, uma transferência de titularidade jurídica contratual, sem que se altere o teor do contrato; ter-se-á somente uma substituição subjetiva no contrato ativa e passivamente (CC, arts. 286 e 299, aplicados analogicamente ante a LINDB, art. 4.º).
(...) O cedente transfere, portanto, sua posição contratual na íntegra a um terceiro (cessionário), que o substituirá na relação jurídica, havendo anuência expressa do cedido. (...)[17]

75. Sílvio de Salvo Venosa esclarece que a cessão de posição contratual implica a transferência de todo um complexo contratual e também reforça a necessidade de concordância do cedido:
É indiscutível que a cessão de posição contratual é negócio jurídico e tem também características de contrato. Nesse negócio, vamos encontrar que uma das partes (cedente), com o consentimento do outro contratante (cedido), transfere sua posição no contrato a um terceiro (cessionário). Para que não ocorra dubiedade de terminologia, devemos denominar o contrato cuja posição é cedida de contrato-base. Por conseguinte, por intermédio desse negócio jurídico, há o ingresso de um terceiro no contrato-base, em toda titularidade do complexo de relações que envolvia a posição do cedente no citado contrato. É imprescindível para a atuação desse negócio o consentimento do outro contratante, ou seja, do cedido. Isso porque quem contrata tem em mira não apenas a pessoa do contrato, mas também outros fatores, sendo o principal deles a situação patrimonial da parte. (...)
(...)
A cessão de posição contratual, de fato, possui como objeto (e é no objeto que devemos procurar a distinção) a substituição de uma das partes no contrato, o qual objetivamente permanecerá o mesmo. Há uma posição jurídica global que é transferida. (...)[18]

76. Como se vê, as distinções entre os dois institutos são nítidas e a doutrina enfatiza isso.

77. Orlando Gomes apontou com exatidão as diferenças entre cessão de crédito e cessão de contrato:
(...) Cessão de crédito e cessão de contrato distinguem-se pelos seguintes traços:
a) na cessão de contrato, transferem-se todos os elementos ativos e passivos correspondentes, num contrato bilateral, à posição da parte cedente; na cessão de crédito, transferem-se apenas os elementos ativos, que se separam, a fim de que o cessionário os aproprie;
b) na cessão de contrato, não ocorre apenas a substituição de um sujeito por outro, como se dá, no lado ativo, na cessão de crédito; o cessionário assume os direitos e obrigações do cedente, que se lhe transmitem globalmente por efeito do negócio único que estipularam; na cessão de crédito, o contrato básico só se modifica subjetivamente pela transmissão dos direitos pertinentes a uma parte, a qual, não obstante, continua vinculada ao cumprimento da obrigação correspondente à sua posição contratual;
c) a cessão de contrato só é logicamente possível nos contratos bilaterais; nos contratos unilaterais, a cessão ou é de crédito ou de débito;
d) para a cessão de contrato ser viável, é preciso que as prestações não tenham sido completamente satisfeitas pelos contratantes; para a cessão de crédito, é indiferente que o contrato tenha sido executado por uma das partes;
e) na cessão de contrato, é indispensável a cooperação jurídica do contratante cedido; sem seu consentimento, não se opera; na cessão de crédito, não se exige a aquiescência do debitor cessus; pode ser feita contra a sua vontade, bastando seja notificado.[19]

78. Guilherme Couto de Castro também destaca as distinções entre os citados institutos:
"a cessão de crédito não se confunde com a cessão de contrato. A primeira designa a transferência da posição de credor. Diferente é a realidade da cessão contratual, na qual são transferidos, indiscriminadamente, direitos e obrigações, vale dizer, o cedente transmitirá a sua posição contratual."[20]

79. Carlos Roberto Gonçalves segue a mesma linha:
(...) não se confunde a cessão de crédito, igualmente, com cessão de contrato, que abrange a transferência de todos os direitos e obrigações. A primeira restringe-se exclusivamente à transferência de determinados direitos. Enquanto, na cessão de contrato, transferem-se todos os elementos ativos e passivos correspondentes, num contrato bilateral, à posição da parte cedente, na cessão de crédito, transferem-se apenas os elementos ativos, que se separam, a fim de que o cessionário os aproprie.[21]

80. Esclarecidos os conceitos e as distinções entre os negócios jurídicos em foco, deve-se agora afirmar que o art. 78, VI, da Lei n.º 8.666/93 cuida da cessão de posição contratual (cessão de contrato).

81. O art. 78, VI, da Lei n.º 8.666/93 trata de situações que geram a modificação do executor do contrato administrativo. Já a cessão de crédito não faz com que o cedente deixe o contrato administrativo.

82. Nesse sentido, são as lições de Marçal Justen Filho ao apontar o exato campo de incidência do inciso VI do art. 78:
9) A questão do câmbio subjetivo na contratação administrativa (inc. VI)
O inciso VI arrola diversas situações que possuem alguma proximidade entre si. Envolvem o tema da modificação subjetiva e o chamado personalismo do contrato administrativo. A disciplina do dispositivo relaciona-se com a modificação do polo subjetivo da relação contratual, instituto bem conhecido da Teoria Geral do Direito. A situação pode envolver a cessão de posição contratual ou outras alterações organizacionais na estrutura da pessoa jurídica privada, que foi contratada pela Administração Pública.
Questiona-se a compatibilidade de tais modificações com a característica do personalismo do contrato administrativo e com a vinculação do contrato à licitação que o precedeu.
(...)
9.5) Cessão da posição contratual
A cessão ou transferência, parcial ou total, corresponde à substituição do contratante [refere-se ao negócio jurídico da cessão do contrato] por outro. O cessionário assume a situação de contratado, investindo-se no status contratual ocupado pelo cedente, tal como antes aludido.[22]

83. Com efeito, o inciso VI do art. 78 da Lei n.º 8.666/93 refere-se à cessão da posição contratual ou cessão de contrato, ou seja, quando o cessionário assume o lugar do cedente no contrato administrativo, algo bem diferente da cessão de crédito.

84. Cabe salientar, ainda, que a cessão de crédito não viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 3.º, caput, da Lei n.º 8.666/93), pois o cessionário não assume o lugar do licitante vencedor posteriormente contratado.

85. No caso ora analisado, a cessão de crédito não coloca o cessionário na posição contratual do cedente (contratado). Desse modo, inviável buscar no art. 78, VI, da Lei n.º 8.666/93 fundamento para rechaçar a cessão de crédito.

86. Mais uma vez é bom sublinhar que não haverá substituição do cedente pelo cessionário na execução do contrato. O cedente (contratado) continuará prestando seus serviços normalmente à contratante (cedida). Após a notificação sobre a cessão de crédito e a formalização da alteração sobre a forma de pagamento, a Administração deixará de pagar diretamente ao cedente (contratado) e passará a pagar ao cessionário (terceiro).

87. Inexistindo alteração da empresa executora do contrato administrativo, também sucumbe o argumento de afronta ao caráter intuitu personae das contratações públicas.

IX - Restrições e cautelas em cessão de crédito de contrato administrativo

88. Em primeiro lugar, deve ser esclarecido que ao longo deste parecer foi defendida a viabilidade de cessão de crédito de contrato administrativo. Essa é a regra geral que pode ser extraída do ordenamento vigente.

89. Contudo, não se pode olvidar que o edital ou o contrato pode conter regra proibindo a cessão. Tal fato está amparado no art. 286 do Código Civil ("O credor pode ceder o seu crédito, se a isso não se opuser a natureza da obrigação, a lei, ou a convenção com o devedor") e também na posição preponderante conferida à Administração nos contratos administrativos.

90. Nesse sentido, é útil verificar as lições de José dos Santos Carvalho Filho sobre a supremacia da Administração em relação ao contratado:
2. A Posição Preponderante da Administração
Os contratos privados em geral traduzem um conjunto de direitos e obrigações em relação aos quais as partes se situam no mesmo plano jurídico. Não há supremacia de uma sobre a outra, e esse nivelamento está presente durante todo o curso do ajuste. O mesmo não se passa com os contratos administrativos, e isso é explicável pelo fato de que eles visam alcançar um fim útil para a coletividade, e, além disso, deles participa a própria Administração. É lógico, então, que no conflito entre os interesses do particular contratado e do Estado contratante tenham que prevalecer os pertencentes a este último.
Não se pode deixar de reconhecer, em consequência, uma certa desigualdade entre as partes contratantes, fato que confere à Administração posição de supremacia em relação ao contratado. (...)[23]

91. Ademais, não se pode aceitar que a cessão de crédito comprometa a boa execução contratual. Isso é essencial. O interesse público não pode ser olvidado.

92. Outro aspecto a ser abordado diz respeito ao momento exato do início da produção dos efeitos da cessão de crédito em sede administrativa.

93. Eis o teor do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666:
Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, a sujeição dos contratantes às normas desta Lei e às cláusulas contratuais.
Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei. (Redação dada pela Lei n.º 8.883, de 1994)

94. A interpretação de tal dispositivo é delicada e não recebe tratamento unânime na doutrina. Mas não se pretende aqui aprofundar o estudo do assunto. Por ora, basta reafirmar que a alteração da forma de pagamento em razão de fato superveniente à celebração do contrato administrativo impõe a assinatura de termo aditivo em cumprimento ao art. 65, II, "c", da Lei n.º 8.666/93. E esse termo aditivo firmado entre a Administração e a contratada obedecerá às formalidades previstas no art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

95. Vale dizer que o modelo de contrato de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra desta Advocacia-Geral da União também faz menção expressa à necessidade de publicação dos termos aditivos em conformidade com o item 4 do Anexo VII-G da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5/2017.

96. Sendo assim, não é a notificação exigida pelo art. 290 do Código Civil que determina a observância da cessão na seara administrativa. Como visto, é necessário mais para que o negócio celebrado entre particulares determine a alteração da forma de pagamento de um contrato administrativo: a celebração do termo aditivo e a obediência às formalidades constantes do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

97. Outrossim, julga-se prudente exigir do cessionário certidões de regularidade fiscal e trabalhista ao longo de toda a cessão para que seja dificultada qualquer tentativa de utilizar o instituto da cessão de crédito com finalidade ilícita. Essa medida também parece útil para evitar contratempos na execução contratual.

98. Nesse mesmo sentido, outra providência que deve ser adotada pela Administração se refere à certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar por ter sido punida com fundamento no art. 87, III ou IV, da Lei n.º 8.666/93, no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002 ou no art. 12 da Lei n.º 8.429/92.

99. Tal comprovação é exigida ordinariamente da empresa contratada e, por tudo o que foi dito até aqui, se sabe que a cessionária não ingressa no contrato administrativo por força da cessão de crédito. No entanto, a exigência se justifica pela dificuldade adicional imposta àqueles que poderiam tentar usar a cessão de crédito como meio de superar as graves penalidades citadas acima. Acredita-se que conluios e fraudes poderiam ser inviabilizados com a adoção da medida sugerida.

100. Evidentemente, a cessão de crédito não exonera a empresa contratada (cedente) de continuar mantendo as condições de habilitação e qualificação em conformidade com o inciso XIII do art. 55 da Lei n.º 8.666/93.

101. Por fim, é bom acentuar que as defesas que a Administração (devedora, cedida) pode manejar contra o cessionário na forma do art. 294 do Código Civil devem obedecer à forma e ao tempo previstos no Direito Administrativo para o recebimento dos bens e serviços (art. 73 da Lei n.º 8.666/93), ou seja, não é a notificação da cessão que determina o momento da apresentação das exceções. A cada pagamento, a Administração fará os abatimentos devidos. Isso significa que o crédito a ser pago ao cessionário é exatamente aquele que seria destinado ao cedente (contratado) pela execução do objeto contratado, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração. Além disso, vale enfatizar que a cessão de crédito não pode prejudicar a utilização dos institutos da conta vinculada e do pagamento direto previstos na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5/2017.

Conclusão

102. Ante o exposto, em sintonia com o posicionamento adotado pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, pela então Consultoria Jurídica junto ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e pela Procuradoria-Geral Federal, compreende-se que:

a) a cessão de crédito decorrente de contrato administrativo é juridicamente viável, desde que não seja vedada pelo edital ou contrato;

b) a aplicação supletiva do Direito Civil autorizada pelo art. 54 da Lei n.º 8.666/93 possibilita a cessão de crédito na seara pública;

c) determinadas cautelas e formalidades devem ser observadas na cessão de crédito no âmbito administrativo, sobretudo a celebração de termo aditivo entre a Administração e a contratada, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista também por parte da cessionária, bem como a certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar por ter sido punida com fundamento no art. 87, III ou IV, da Lei n.º 8.666/93, no art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002 ou no art. 12 da Lei n.º 8.429/92;

d) o crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização dos institutos da conta vinculada e do pagamento direto previstos na Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5/2017; e

e) a cessão de crédito não afeta a execução do objeto contratado, que continuará sob a responsabilidade da empresa contratada.

À consideração superior.

Brasília, 15 de agosto de 2019.

ANTONIO DOS SANTOS NETO

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01200004711201473 e da chave de acesso 708337b2

Notas

[1] PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil, Vol. II**. 16.ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998, pp. 253-254.

[2] GOMES, Orlando. **Obrigações**. 18.ª ed., atualizada por Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2016, pp. 210-211.

[3] DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Vol. 2: teoria geral das obrigações**. 30.ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015, pp. 471-488.

[4] FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: obrigações**. 10.ª ed. Salvador: Jus Podivm, 2016, pp. 386-396.

[5] Ob. cit., pp. 214-215.

[6] Ob. cit., pp. 297-309.

[7] Ob. cit., pp. 153-166.

[8] CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 23.ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, p. 10.

[9] FURTADO, Lucas Rocha. Contratos administrativos e contratos de direito privado celebrados pela Administração Pública. **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, n.º 86, out/dez 2000.

[10] MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de Direito Administrativo**, 14.ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 82.

[11] OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de Direito Financeiro**. 8.ª ed. Malheiros: São Paulo, 2019, p. 620.

[12] PISCITELLI, Tathiane. **Direito Financeiro**. 6.ª ed. Método: São Paulo, 2018, pp. 86-87.

[13] TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 20.ª ed. Processo: Rio de Janeiro, 2018, pp. 193-194.

[14] VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: obrigações e responsabilidade civil**, 17.ª ed. São Paulo: Atlas, 2017, pp. 153-166.

[15] GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil, Vol. 2: Obrigações**. 18.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, pp. 297-309.

[16] Ob. cit., pp. 297-309.

[17] DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro, Vol. 2: teoria geral das obrigações**. 30.ª ed., São Paulo: Saraiva, 2015, pp 499-502.

[18] Ob. cit., pp. 177-191.

[19] Ob. cit., pp. 219.

[20] CASTRO. Guilherme Couto de. **Direito Civil: Lições**. 6.ª ed. Niterói: Impetus, 2016, p. 129.

[21] GONÇALVES. Carlos Roberto. **Direito Civil esquematizado 1: parte geral, obrigações e contratos**. 7.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017, pp. 586-587.

[22] JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, 17.ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, pp. 1284-1285.

[23] Ob. cit., p. 197.

_____

Documento assinado eletronicamente por ANTONIO DOS SANTOS NETO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 254052288 no endereço eletrônico http://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): ANTONIO DOS SANTOS NETO. Data e Hora: 16-10-2019 12:12. Número de Série: 2354148774697928242. Emissor: AC CAIXA PF v2.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processo nº 00688.000720/2019-10. Parecer nº JL - 02, de 18 de maio de 2020, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 00187/2020/GAB/CGU/AGU, no Despacho nº 00130/2020/DECOR/CGU/AGU e no Despacho nº 00006/2019/CNPAD/CGU/AGU, o Parecer nº 00002/2019/CNPAD/CGU/AGU da Câmara Nacional de Procedimentos Administrativos Disciplinares da Consultoria-Geral da União. Aprovo. Publique-se para os fins do disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Em 26 de maio de 2020.

DESPACHO n. 00187/2020/GAB/CGU/AGU

NUP: 00688.000720/2019-10

INTERESSADOS: Câmara Nacional de Procedimentos Administrativos Disciplinares.

ASSUNTOS: Recurso administrativo em matéria disciplinar.

Exmo. Senhor Advogado-Geral da União,

1. Aprovo, nos termos do Despacho nº 130/2020/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 2/2019/CNPAD/CGU/AGU da Câmara Nacional de procedimentos Administrativos Disciplinares da Consultoria-Geral da União.

2. Caso acolhido, considerando a transversalidade e relevância da matéria, recomenda-se seja avaliada a possibilidade de submissão do Parecer ora aprovado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e posterior publicação no Diário Oficial da União, de maneira que o entendimento adotado vincule toda a Administração Pública Federal, nos termos do art. 40, § 1º, e art. 41 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Brasília, 16 de março de 2020.

(assinado eletronicamente)

ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO

Advogado da União

Consultor-Geral da União

DESPACHO n. 00130/2020/DECOR/CGU/AGU

NUP: 00688.000720/2019-10

INTERESSADOS: Câmara Nacional de Procedimentos Administrativos Disciplinares.

ASSUNTOS: Recurso administrativo em matéria disciplinar.

Exmo. Senhor Consultor-Geral da União,

1. Aprovo, nos termos do Despacho nº 6/2019/CNPAD/CGU/AGU, o Parecer nº 2/2019/CNPAD/CGU/AGU da Câmara Nacional de Procedimentos Administrativos Disciplinares da Consultoria-Geral da União, com fundamento no art. 3º, inciso I, e no parágrafo único do art. 5º, todos do Ato Regimental AGU nº 1, de 2019[1].

2. Deve ser consolidado, por conseguinte, o entendimento no sentido de que o ajuizamento de ação, **per si**, não se constitui como desistência tácita de pedido de reconsideração, de pedido de revisão e de recurso hierárquico no âmbito de procedimentos de natureza disciplinar, não prejudicando o conhecimento dos pedidos e recursos pela Administração, desde que preenchidos os respectivos pressupostos legais e que não haja decisão judicial transitada em julgado.

3. O ingresso de ação judicial, portanto, não obsta que a Administração Pública examine recurso hierárquico, pedido de revisão e de reconsideração em sede de processos disciplinares, uma vez que a discussão da matéria em juízo não se caracteriza como desistência de pedido ou recurso formalizado na esfera administrativa.

4. Consigne-se, por oportuno, que o entendimento ora consolidado possui efeitos prospectivos, em estrito respeito ao que dispõe o inciso XIII do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, de maneira que restam preservados os atos praticados sob o resguardo de orientação distinta, em atenção aos preceitos da segurança jurídica, do ato jurídico perfeito e do **tempus regit actum**.

5. Caso acolhido, considerando a transversalidade da matéria, e que o entendimento consolidado tem potencial para redução de litígios judiciais, recomenda-se que o Parecer nº 2/2019/CNPAD/CGU/AGU seja submetido à apreciação do Advogado-Geral da União e à posterior aprovação do Exmo. Senhor Presidente da República para os fins do art. 40, § 1º, e art. 41, da Lei Complementar nº 73, de 1993.

Brasília, 09 de março de 2020.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA

ADVOGADO DA UNIÃO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

_____

[1] Art. 3º Incumbe às Câmaras Nacionais: I - propor a uniformização de questões afetas à prestação de consultoria e assessoramento mediante elaboração de pareceres jurídicos, em tese, enunciados e orientações normativas; (...) Art. 5º As Câmaras Nacionais ficarão sob a supervisão de órgão da Consultoria-Geral da União, a ser indicado no ato de sua criação. Parágrafo único. As manifestações jurídicas, as orientações normativas, os manuais, os enunciados, os atos normativos, os modelos e listas de verificação e demais trabalhos elaborados pelas Câmaras Nacionais serão submetidos à apreciação do órgão supervisor competente, do Consultor-Geral da União e, quando necessário, do Advogado-Geralda União.

DESPACHO n. 00006/2019/CNPAD/CGU/AGU

NUP: 00688.000720/2019-10

INTERESSADOS: DECOR

ASSUNTOS: ASSUNTOS DISCIPLINARES

1. A CÂMARA NACIONAL DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES-CNPAD/CGU/AGU, reunida em Sessão Deliberativa Ordinária no dia 13 de agosto de 2019, aprovou a seguinte proposta de enunciado, conforme ata de reunião em anexo:

"A autoridade administrativa competente deve conhecer de Pedido de Reconsideração, de Revisão ou Recurso Hierárquico em matéria disciplinar que também esteja sendo discutida no âmbito do Poder Judiciário, desde que preenchidos os requisitos legais e não exista decisão judicial transitada em julgado."

2. Ante o exposto, submeto à aprovação do Sr. Diretor do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos - DECOR, os termos do Enunciado e parecer que o fundamenta.

Brasília, 13 de agosto de 2019.

KARINE BERBIGIER RIBAS

Coordenadora

CNPAD/CGU/AGU

PROPOSTA DE ENUNCIADO n. 00024/CNPAD/CGU/AGU

A autoridade administrativa competente deve conhecer de Pedido de Reconsideração, de Revisão ou Recurso Hierárquico em matéria disciplinar que também esteja sendo discutida no âmbito do Poder Judiciário, desde que preenchidos os requisitos legais e não exista decisão judicial transitada em julgado.

Referências: Pareceres da Consultoria-Geral da República, Pareceres Consultoria-Geral da União, Lei 9.784/99.

Brasília, 13 de agosto de 2019.

MILA KOTHE

Procuradora da Fazenda Nacional

CNPAD/CGU/AGU

PARECER n. 00002/2019/CNPAD/CGU/AGU

NUP: 00688.000720/2019-10

INTERESSADOS: CNPAD/CGU

ASSUNTOS: RECURSO ADMINISTRATIVO EM MATÉRIA DISCIPLINAR

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. MATÉRIA DISCIPLINAR. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. REVISÃO. RECURSO HIERÁRQUICO. AÇÃO JUDICIAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DE DESISTÊNCIA TÁCITA.

I - Autoridade administrativa competente, caso preenchidos os demais requisitos legais, deve conhecer do Pedido de Reconsideração, de Revisão e/ou Recurso Hierárquico em matéria disciplinar que também esteja sendo discutida no âmbito do Poder Judiciário.

II - Não configura desistência tácita do pedido administrativo o acionamento da via judicial.

III - A análise do pedido administrativo se torna prejudicada em caso de decisão judicial definitiva.

Sr. Diretor do Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos (DECOR),

1. Trata-se de manifestação da Câmara Nacional de Procedimentos Disciplinares - CNPAD, cujos objetivos e competências são estabelecidos pela Portaria CGU nº 3, de 14 de junho de 2019.

2. Em reunião, a CNPAD deliberou a elaboração de um enunciado para tratar do tema "Recurso administrativo de penalidade aplicada e judicialização. Desistência tácita na via administrativa".

3. O servidor que tem contra si aplicada penalidade disciplinar pode interpor pedido de reconsideração, recurso hierárquico e pedido de revisão, na forma dos arts. 104 a 108 e do art. 174 da Lei nº 8.112, de 1990. O pedido de reconsideração é dirigido à própria autoridade julgadora. O pedido de revisão, por sua vez, é dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, na forma do art. 177 do referido diploma legal. Por seu turno, o Recurso Hierárquico é avaliado pela autoridade superior hierarquicamente àquela que aplicou a penalidade[1].

4. Tendo em vista que os referidos pedidos administrativos interpostos na esfera administrativa em face de ato disciplinar não têm, via de regra, efeito suspensivo, é comum a interposição pelo (ex-)servidor de Pedido de Reconsideração, Pedido de Revisão e/ou Recurso Hierárquico simultaneamente ao acionamento da via judicial. Inclusive, em sua maioria, a irresignação apresentada perante a Administração Pública tem os mesmos fundamentos da ação judicial.

5. Quando se deparam com essas situações, as consultorias jurídicas têm orientado de diferentes formas as autoridades competentes para a análise do pedido, o que levou à necessidade do presente estudo com vistas à uniformização do entendimento no âmbito do Poder Executivo.

Do posicionamento da extinta Consultoria-Geral da República

6. Manifestações da extinta Consultoria-Geral da República, inclusive aprovados pelo Presidente da República, recomendavam à Administração que se abstivesse de deliberar sobre casos submetidos à apreciação do Poder Judiciário até a sua decisão definitiva. Nesse sentido, conforme se extrai da NOTA DECOR/CGU/AGU Nº 108/2008 - JGAS, os Pareceres H-040/64, H-237/65[2], H-442/66, H-528/67, H-648/68[3], H-859/69 (Adroaldo Mesquita da Costa), I-001/69[4] (Romeo de Almeida Ramos), L-089/75 (Luiz Rafael Mayer), Y-010/85 (Darcy Bessone), SR20/87[5] (Saulo Ramos), CS-18/90[6] (Célio Silva) e GQ09/93 (Geraldo Magela da Cruz Quintão). A título de exemplo, cita-se os seguintes excertos:

(...)

Parecer nº CS-18

Adoto, para os fins e efeitos do art. 24 do Decreto nº 92.889, de 7 de julho de 1986, o anexo parecer da lavra da eminente Consultora da República, Dra. Thereza Helena Souza de Miranda Lima Paranhos.

5. Sobre o mérito da matéria tratada naquele estudo pessoal, assim como localizada no bem lançado Parecer DEJUR n° 108/90-BACEN, não cabe se pronuncie esta Consultoria Geral, eis que constitui, ela, hoje, tema *sub judice*, e, na reiterada e douta opinião de sucessivos titulares deste órgão, e de todo recomendável abstenha-se, a CGR, de manifestação acerca de questões postas ao Poder Judiciário (cf. e.g., os Pareceres H-040, H-237, H-442, H-528, L-089, Y-010, S-003 e SR-020)

6. Isso senhor consultor geral, o que me parece, no caso.

Sub censura.

Brasília, 12 de novembro de 1990 - Thereza Helena Souza de Miranda Lima Paranhos. Consultora da Republica.

Parecer SR20/87

III - PREJUDICIALIDADE DA DECISÃO JUDICIAL

A existência de questão posta *sub judice* recomenda abstenha-se, o Consultor-Geral da República, de emitir, sobre ela, pronunciamento outro além do que já disse como subsídios aos debates judiciais, ainda não encerrados.

Há que se aguardar a manifestação do Poder Judiciário e, em sendo enunciada, dar-lhe fiel cumprimento.

Essa tem sido a iterativa orientação da Consultoria Geral da República e de seus eminentes titulares. Nesse sentido, ver Adroaldo Mesquita da Costa, Pareceres H-040/64, H-237/65, H-442/66, H-528/67, H-648/68, H-859/69; Romeo de Almeida Ramos, Parecer 1-001/69; Luiz Rafael Mayer, Parecer L-089/75; Darcy Bessone, Parecer Y-010/85; Paulo Brossard, Parecer S-003/86.

Não vejo razão para divergir de tal entendimento.

É o parecer.

Brasília, 12 de janeiro de 1987 - J. Saulo Ramos, Consultor-Geral da República.

Parecer H-648/68

7. Como se observa da descrição constante do memorial da matéria em questão está, ainda, *sub judice.*

8. Tem sido iterativo o entendimento desta Consultoria-Geral, no sentido de que, estando o problema afeto ao Judiciário, ao Executivo, compete aguardar-lhe o pronunciamento e dar-lhe fiel execução. Vejam-se, a propósito os Pareceres ns. 40-H, 237-H e 281-H, todos aprovados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e publicados, respectivamente, no Diário Oficial da União, de 5-8-64, 23-8-65 e 13-12-65.

É o parecer.

Brasília, 20 de fevereiro de 1968. - Adroaldo Mesquita da Costa, Consultor-Geral da República

7. No mesmo sentido do entendimento da Consultoria-Geral da República, a Formulação nº 34 do extinto DASP[7], então órgão de assessoramento máximo do Presidente da República, a qual dispõe que "o ingresso do funcionário na via judicial importa desistência da via administrativa"[8].

8. Os referidos entendimentos, estão, s.m.j., alicerçados no princípio da jurisdição una, ou seja, a decisão judicial transitada em julgado prevalece, via de regra, sobre a administrativa, pois esta não faz coisa julgada material (art. 5, inciso XXXV[9], da CF).

Da jurisprudência

9. Há que se esclarecer, ainda, que, em consulta aos sítios eletrônicos do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, foram encontradas poucas decisões referentes à desistência tácita do pedido administrativo em matéria disciplinar. Nenhuma das decisões encontradas enfrentou de fato a legalidade ou não dos entendimentos dos Ministros ou do Presidente da República que, por orientação de suas consultorias, não conheceu do Pedido de Reconsideração/Pedido de Revisão/Recurso Hierárquico interposto em razão de ter o servidor apenado, concomitantemente, ingressado com ação judicial. Confira-se:

DECISÃO: Vistos, etc. José Dirceu de Paula impetra mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato do Presidente da República (fls. 56), datado de 29 de janeiro de 2008, que ratificou pena de demissão que lhe foi imposta a ele, impetrante, pelo Ministro da Justiça, por meio da Portaria nº 639 (fls. 147), de 22 de março de 2007. (...) 4. Uma vez imposta a pena de demissão do cargo de provimento efetivo, pediu o impetrante reconsideração ao Ministro da Justiça. Os 90 dias que transcorreram sem que o recurso tivesse solução de mérito, levaram o autor a ajuizar mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça, premido pela aproximação do prazo decadencial. Impetração essa que deu causa ao julgamento pelo prejuízo do recurso administrativo, dada a suposta desistência tácita do mesmo. 5. Neste fluir das coisas, a questão deságua no ato coator que fundamenta a presente ação. Trata-se de novo recurso, agora hierárquico, dirigido ao Presidente da República. Recurso que foi julgado prejudicado, sob os mesmos fundamentos do anterior. 6. Ao final, o autor pede medida liminar para que seja determinada sua reintegração provisória e imediata. Segundo ele, o perigo da demora estaria configurado pela natureza alimentar da remuneração que não recebe por força da demissão. Já a plausibilidade jurídica do pedido/, faz-se ela presente nos diversos pareceres da advocacia pública. 7**. Em suas informações, o Presidente da República afirma não existir ilegalidade, com o que deixa de haver direito líquido e certo. A razão: seu ato está alicerçado em pareceres da Consultoria Geral da República, todos no sentido de que o servidor que ingressa com demanda judicial desiste tacitamente do recurso administrativo e transfere para o judiciário a solução do conflito. Pareceres estes vinculantes, nos termos da Lei Complementar nº 73/93. Sob tais argumentos, pede o impetrado a carência de ação. De outra banda, entende não estarem presentes os requisitos para concessão da liminar, pois o pedido fundar-se-ia apenas na justificativa da urgência da ação mandamental que o impetrante interpôs junto ao Superior Tribunal de Justiça.** 8. Decido. (...) 16. Dito isso, **averbo que em todas as tentativas recursais, os recursos não foram apreciados em seu mérito sob o fundamento da ocorrência de desistência tácita do recorrente, em função de haver impetrado mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça. Isto em que pese a veemente declaração de não desistência por parte do recorrente. No presente juízo de liminar não analisarei a legalidade de não se conhecer de recursos dos administrados em função da impetração do mandamus**. Retornarei à matéria em momento oportuno e nos limites da demanda. 17. O engate lógico de tudo que expus já se faz por perceber. Uma vez que os fatos imputados não se adequam ao tipo normativo que fundamenta, de forma exclusiva, a sanção de demissão, esta se mostraria, de plano, ilegal. 18. Chego ao final do percurso para afirmar que estão presentes os requisitos formais que permitem o seguimento da presente impetração e os que autorizam a concessão da medida de urgência. Tudo aclarado, defiro a liminar para suspender, até o julgamento da presente ação, os efeitos do despacho ratificante do Presidente da República e, por decorrência lógica, da Portaria nº 639, de 22 de março de 2007, do Ministro de Estado da Justiça. 19. Junte-se por linha a petição de fls. 155/170, não subscrita por advogado. 20. Notifique-se, com urgência. 21. Intime-se o Advogado-Geral da União (art. 3º da Lei nº 4.348/64). Após, encaminhem-se os autos ao Procurador-Geral da República. Publique-se. Brasília, 23 de maio de 2008. Ministro CARLOS AYRES BRITTO Relator (STF, MS 27229 MC, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, julgado em 23/05/2008, publicado em DJe-097 DIVULG 29/05/2008 PUBLIC 30/05/2008)

DECISÃO: Trata-se de recurso em mandado de segurança interposto por Marco Antônio Anflor da Silva contra acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, cuja ementa está assim redigida: MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. - Falta de correspondência entre a causa de pedir e o pedido formulado. - Não conhecimento. O recorrente impetrou mandado de segurança **contra ato do Ministro de Estado da Previdência Social que, acolhendo parecer nº 3.002, da Consultoria Jurídica do referido Ministério, não conheceu de pedido de revisão do ato de sua demissão, formulado administrativamente, em razão da existência de ação judicial em curso visando ao mesmo fim.** O Superior Tribunal de Justiça julgou extinto o processo sem julgamento do mérito por duas razões: (i) reconheceu a decadência do direito de impetrar o mandado de segurança e (ii) julgou inepta a inicial, por entender inexistir correspondência entre a causa de pedir e o pedido. No recurso ordinário, sustenta-se a tempestividade do recurso e a correspondência entre a causa de pedir (sentença absolutória proferida em ação criminal) e o pedido (reintegração do recorrente no cargo de Agente Administrativo do INSS). A fls. 195-212, o recorrente pleiteia a antecipação de tutela no presente recurso. O procurador-geral da República, no parecer de fls. 214-217, manifesta-se pelo deprovimento do recurso. É o relatório. Decido. (...) Por outro lado, ainda que superado esse óbice, o recorrente pleiteia sua reintegração (após afastamento por ato de improbidade) aos quadros do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS. Por esse aspecto, deve-se ressaltar que a decisão recorrida restringiu-se a adotar a conclusão do parecer do Ministério Público sobre a inépcia da inicial, sem examinar nenhum ponto do mérito da impetração. **Quanto a esse fundamento do acórdão recorrido, entendo que efetivamente o pedido formulado na impetração funda-se nas razões apresentadas, na revisão administrativa, para a aplicação do disposto no art. 126 da Lei 8.112/1990. O pedido de revisão, por sua vez, foi negado (fls. 86), por decisão do ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, que ratificou o seguinte parecer da Consultoria Jurídica (fls. 89-90): "[...] 04. Em que pese às alegações do requerente, não há como prosseguir na análise administrativa do pedido inicial, vez que o requerente ingressou na esfera judicial (Ação Ordinária nº 97.0025660-0 - 3ª Vara da Justiça Federal de Porto Alegre/RS), a qual foi julgada improcedente, tendo sido contra tal decisão interposta Apelação nº 2002.04.01.027053-7, pendente de julgamento na Quarta Turma do TRF 4ª Região, consoante extrai-se do documento anexo. 7. Desta forma, como o requerente optou em ingressar em Juízo, não há mais lado para a análise administrativa, porquanto o desfecho da lide proposta, em qualquer caso, refletirá seus efeitos para as partes, em virtude da coisa julgada. Logo, o pedido judicial importa em desistência daquele formulado na via administrativa. 8. Aliás, o entendimento consolidado desta Consultoria Jurídica é no sentido de que a provocação dos meandros judiciais importa em perda do objeto do pleito administrativo, não havendo como conhecer do presente pedido. 9. Anote-se, por oportuno, que o extinto DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) em vetusta formulação já contemplava que 'o ingresso do funcionário na via judicial importa em desistência da via administrativa.' (Formulação nº 34), pelo que, o não conhecimento do pedido revisional é medida que se impõe. 10. Assim sendo, pelo fato de que existe, em curso, ação judicial com o mesmo propósito do presente pedido, opina-se pelo não conhecimento do pedido de revisão do Processo Administrativo nº 35.239.035714/93-93, em relação ao interessado."** Como se vê, a decisão proferida pelo recorrido não apreciou o mérito da impetração. Em outras palavras, a impetração ataca o mérito do afastamento do impetrante do cargo que ocupava no quadro permanente do INSS. Contudo, o ato administrativo que motivou a impetração cingiu-se ao não-conhecimento do pedido de revisão da sanção administrativa - pleito esse fundamentado na absolvição do impetrante na esfera penal -, em virtude de ter o impetrante lançado mão da via judicial, o que, **no entendimento da autoridade impetrada, implicaria a renúncia ao pedido em âmbito administrativo. Delineado esse quadro, verifica-se que se há eventual ilegalidade do ato, ela decorreria da ausência de apreciação do pedido, mas não do que seria uma denegação tácita do pedido de reintegração, pois este obviamente sequer chegou a ser examinado. Correta, também neste ponto, a decisão recorrida ao julgar a inépcia do pedido, pois, dos fatos narrados, e caso deferida a segurança, a única conclusão possível seria a imposição à Administração do dever de decidir o pedido administrativamente formulado.** De todo o exposto, com fundamento no art. 21, § 1º do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, nego seguimento ao recurso. Publique-se. Brasília, 10 de agosto e 2010. Ministro JOAQUIM BARBOSA Relator (RMS 24861, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, julgado em 10/08/2010, publicado em DJe-152 DIVULG 17/08/2010 PUBLIC 18/08/2010)

10. O que se pode concluir das decisões até então encontradas, é que o Poder Judiciário, quando (e se) acionado, não parece ser favorável à tese de que a Administração se abstenha de analisar tema também submetido ao Poder Judiciário, mas não chegou a enfrentar o seu mérito.

Da análise jurídica

11. Quando a Administração se depara com o acionamento simultâneo das instâncias administrativa e judicial pelo (ex-)servidor, entende-se que o posicionamento a ser adotado pela autoridade administrativa competente deve ser, na realidade, o do conhecimento do pedido administrativo (seja de Revisão, Reconsideração e/ou Recurso Hierárquico), ainda que a partir da análise do pleito conclua pelo seu posterior indeferimento. Explica-se.

12. Primeiramente, é de se observar que nenhum prejuízo haverá para a Administração Pública propiciar ao Requerente o conhecimento de seu pleito, mormente em face dos princípios reitores do Processo Administrativo Disciplinar, em especial o da ampla defesa[10], do contraditório[11], da informalidade[12] em favor do administrado e do interesse público, materializado no poder de autotutela[13] que possui a Administração.

13. Além dos princípios reitores do Processo Administrativo Disciplinar, essa possibilidade de examinar o Pedido de Reconsideração ou de Revisão ainda que a parte tenha ingressado em juízo, desde que cumpridos os demais requisitos legais, está alicerçado também no princípio da independência das instâncias. Com efeito, até a prolação de decisão judicial em sentido contrário, os processos administrativos podem, via de regra, ser livremente decididos pela autoridade competente.

14. Um outro ponto que merece destaque é que a Lei nº 9.784, de 1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não elenca expressamente entre as hipóteses de extinção do processo administrativo o ajuizamento de ação judicial com o mesmo objeto. Por tal razão, eventual pedido administrativo interposto concomitantemente ao acionamento da via judicial não pode ser considerado como desistência tácita do pedido formulado. Confira-se:

Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

§ 1º Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

§ 2º A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente

15. Por outro lado, caso a Administração por alguma circunstância demore para analisar o pedido administrativo e sobrevenha uma decisão judicial transitada em julgado, pode-se entender que a análise do pedido se tornou prejudicada em razão do fato superveniente (decisão judicial definitiva), o qual prevalece em decorrência do princípio da jurisdição una.

16. Como a decisão do processo administrativo é, via de regra, mais objetiva e célere, pode haver economia de tempo e dinheiro, especialmente nos casos em que a conclusão a que se chegar na seara administrativa for favorável ao pleito do administrado. A título de exemplo se cita os gastos que deixarão de ser realizados com a movimentação do Judiciário, com a defesa jurídica do ente público e, por fim, com o pagamento de eventuais verbas decorrentes da condenação. Ademais, evita-se que o (ex-)servidor ingresse com outra demanda judicial, apenas para compelir a Administração a analisar o seu pedido administrativo que eventualmente não tenha sido conhecido sob fundamento de desistência tácita do pedido.

17. Com efeito, tem sido tendência desta Advocacia-Geral da União a tentativa de desjudicializar demandas que lhe são submetidas. Busca-se por intermédio de métodos alternativos a solução das controvérsias existentes. Cite-se, como exemplo, a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal[14] e os precedentes jurídicos que têm contribuído para os advogados públicos deixarem de recorrer de toda e qualquer decisão.

18. Inclusive, manifestações mais recentes desta Advocacia-Geral da União têm excepcionado[15], nos últimos anos, os entendimentos contidos nos mencionados Pareceres da extinta Consultoria-Geral da República. Nesse sentido, o PARECER nº AGU/JD-2/2004[16], da lavra do insigne Consultor da União João Francisco Aguiar Drumond, anexo ao Parecer AGU AC-13, adotado pelo Exmo. Advogado-Geral da União em 13/05/2004 e aprovado pelo Exmo. Presidente da República em 14/05/2004 (DOU de 17/05/2004, p. 3), em tema de pessoal, entendeu que a despeito da existência das manifestações da Consultoria-Geral da República no sentido de que não deveria ser feita a análise pela Administração dos casos submetidos à apreciação do Poder Judiciário, o caso concreto merecia ser objeto de análise.

19. Entendeu a Consultoria-Geral da União, no bojo do referido opinativo, que o posicionamento da Consultoria-Geral da República "não afasta a possibilidade de nova manifestação sobre caso específico com vistas à solução definitiva da controvérsia jurídica, valendo lembrar a independência das instâncias, administrativa e judicial". Confira-se:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO PROCESSO Nº 00400.000019/2004-85 PROCEDÊNCIA: Universidade de Brasília INTERESSADO: Universidade de Brasília ASSUNTO: Gratificação de Estímulo à Docência - GED. Pagamento a ocupante de cargo de Direção - CD. Exercício simultâneo de atividades de Ensino, Pesquisa ou Extensão. Regime de Trabalho a que fica sujeito o servidor. Matéria submetida à apreciação do Poder Judiciário. (*) Parecer nº AC - 13 Adoto, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, o anexo PARECER Nº AGU/JD-02/04, de 12 de maio de 2004, da lavra do Consultor da União, Dr. JOÃO FRANCISCO AGUIAR DRUMOND, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do § 1º do art. 40 da referida Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria nela versada. Brasília, 13 de maio de 2004. ALVARO AUGUSTO RIBEIRO COSTA Advogado-Geral da União

_____

(*) A respeito deste Parecer o Excelentíssimo Senhor Presidente da República exarou o seguinte despacho: -Aprovo. Em, 14/05/2004-.

PARECER nº AGU/JD-2/2004 PROCESSO: 00400.000019/2004-85 PROCEDÊNCIA: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB INTERESSADO: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB ASSUNTO: GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO À DOCÊNCIA - GED. PAGAMENTO A OCUPANTE DE CARGO DE DIREÇÃO - CD. EXERCÍCIO SIMULTÂNEO DE ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA OU EXTENSÃO. REGIME DE TRABALHO A QUE FICA SUJEITO O SERVIDOR. MATÉRIA SUBMETIDA À APRECIAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. **I - O fato de a matéria controvertida haver sido submetida à apreciação do Poder Judiciário na via mandamental não impede que o Advogado-Geral da União desempenhe suas atribuições previstas nos incisos X e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.** II - O Professor de 3º Grau investido em Cargo de Direção que continue a desempenhar atividades de ensino, pesquisa ou extensão, na mesma Instituição de Ensino Superior, faz jus ao pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED em percentual superior a sessenta por cento do número máximo de pontos permitido, desde que devidamente avaliado pelo efetivo desempenho dessas atividades. III - É permitida a acumulação de um cargo efetivo de Professor de 3º Grau com um cargo de direção, no âmbito da mesma instituição de ensino, bastando que a autoridade máxima dessa instituição declare a compatibilidade de horário e local para o desempenho desses cargos, ficando o servidor, enquanto durar a investidura no cargo de direção, submetido ao regime de tempo integral. Senhor Consultor-Geral da União, (...)17. Esses os elementos essenciais da controvérsia.18. Antes de iniciar a análise de mérito, vale examinar a recomendação contida no parecer da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, no sentido de que a Administração se abstenha de deliberar sobre o tema, já submetido à apreciação do Poder Judiciário, aguardando a manifestação deste. 19. É de se notar que o fato de a Consultoria-Geral da República e esta Advocacia-Geral da União terem se manifestado, diversas vezes, nesse sentido, valendo citar os Pareceres H-040/64, H-237/65, H-442/66, H-528/67, H-648/68, H-859/69 (Adroaldo Mesquita da Costa), I-001/69 (Romeo de Almeida Ramos), L-089/75 (Luiz Rafael Mayer), Y-010/85 (Darcy Bessone), SR-20/87 (Saulo Ramos), CS-18/90 (Célio Silva) e GQ-09/93 (Geraldo Magela da Cruz Quintão), não afasta a possibilidade de nova manifestação sobre caso específico com vistas à solução definitiva da controvérsia jurídica, valendo lembrar a independência das instâncias, administrativa e judicial. 20. No caso presente, a matéria foi submetida ao Poder Judiciário pela via do mandado de segurança, que, inclusive, parece não ser a mais adequada para dirimir controvérsias acerca da interpretação da legislação federal. Na verdade a via mandamental é destinada a afastar ato ilegal ou abusivo praticado por autoridade. Mesmo assim, apenas nos casos em que a ilegalidade ou o abuso sejam evidentes, consubstanciados em prova pré-constituída juntada aos autos. 21. Por outro lado, tendo em vista que ao Advogado-Geral da União cabe -fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal, bem como -unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Federal-, nos termos dos incisos X e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, é de se notar que, caso a solução por ele apontada seja compatível com a tese do impetrante, poderá ensejar a revisão do ato administrativo atacado, tornado sem objeto o mandamus. Por outro lado, caso seja contrária à tese do impetrante, ainda assim, não obstará a execução de eventual ordem judicial concessiva da segurança. 22. De qualquer sorte, é importante frisar que a decisão administrativa, em casos da espécie, pode ser benéfica, tanto para a União quanto para as demais partes interessadas, evitando o desperdício de tempo e de recursos financeiros, razão pela qual não se deve descartá-la, em princípio, como mecanismo mais adequado para a solução do litígio. (...)

40. De resto, embora não encontre razão para sugerir a revisão de todos os pareceres da Consultoria-Geral da República e desta Advocacia-Geral da União, que recomendam se abstenha a Administração de deliberar sobre casos submetidos à apreciação do Poder Judiciário até a sua decisão definitiva, neste caso específico, após cautelosa análise, verifico inexistir óbice que inviabilize a presente interpretação, destinada a dirimir a controvérsia jurídica. 41. Em síntese: I - Nada impede que o Advogado-Geral da União desempenhe suas atribuições de -fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos Tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal-, bem como de -unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Federal- (incisos X e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993) mesmo quando a matéria controvertida tenha sido submetida à apreciação do Poder Judiciário; II - o Professor de 3º Grau investido em Cargo de Direção que continue a desempenhar atividades de ensino, pesquisa ou extensão, na mesma Instituição Federal de Ensino Superior, faz jus ao pagamento da Gratificação de Estímulo à Docência - GED em percentual superior a sessenta por cento do número máximo de pontos permitido, desde que devidamente avaliado pelo efetivo desempenho dessas atividades; e III - admite-se a acumulação de um cargo efetivo de Professor de 3º Grau com um cargo de direção, no âmbito da mesma instituição, desde que a autoridade máxima dessa instituição declare a compatibilidade de horário e local para o desempenho concomitante dos cargos, ficando o servidor, enquanto durar a investidura no cargo de direção, submetido ao regime de tempo integral. Estas, Senhor Consultor-Geral, são as considerações que me pareceram pertinentes a respeito do tema. À consideração superior. Brasília, 12 de maio de 2004 João Francisco Aguiar Drumond Consultor da União

20. Ademais, a NOTA DECOR/CGU/AGU Nº 108/2008 - JGAS[17], de 19 de maio de 2008, da lavra do Advogado da União Dr. João Gustavo de Almeida Seixas, anexo ao Parecer nº JT-03, adotado pelo Exmo. Advogado-Geral da União em 27 de maio de 2009, e aprovado pelo Exmo. Sr. Presidente da República em 27/05/2009 (publicado no DOU de 09/06/2009), reforçando o entendimento contido no PARECER nº AGU/JD-2/2004, deixou assente, também em matéria de pessoal, que " *(...) por essas razões jurídicas e pragmáticas, sou da opinião de que o ingresso do administrado na via judicial em nada prejudica o normal prosseguimento do processo administrativo encetado anteriormente com igual objetivo.*"

21. A NOTA DECOR/CGU/AGU Nº 108/2008 - JGAS não se manifestou sobre a necessidade ou não de se revisar os Pareceres anteriores da Consultoria-Geral da República e desta Advocacia-Geral da União, que recomendam se abstenha a Administração de deliberar sobre casos submetidos à apreciação do Poder Judiciário até a sua decisão definitiva. Conquanto não tenha havido a expressa manifestação nesse sentido, como a manifestação foi aprovada pelo Exmo. Sr. Presidente da República, a lógica leva a crer a possível superação do referido entendimento pelo menos em matéria de pessoal, permitindo que a Administração analise questões pontuais que lhe são submetidas ainda que o tema esteja também *sub judice*. Com efeito, esse posicionamento não desmerece o exercício da jurisdição pelo Poder Judiciário e nem a execução de seu veredito.

22. Outrossim, confirma o presente posicionamento também o fato de que, na forma da Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009, a interposição de recurso administrativo em face de decisão da autoridade julgadora não repercute, via de regra, na possibilidade de ajuizamento de Mandado de Segurança, salvo se o referido recurso tiver sido recebido com efeito suspensivo pela autoridade administrativa, na forma do art. 109 da Lei nº 8.112, de 1990. Com efeito, é o curso do Mandado de Segurança, e não o contrário (a análise do recurso interposto na esfera administrativa), que seria prejudicado caso o recurso administrativo fosse recebido com efeito suspensivo. Nesse sentido, o art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.016, de 2019:

Art. 5º Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:

I - de ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução;

23. Percebe-se, portanto, a necessidade de haver estreita interlocução entre os órgãos consultivo e contencioso da AGU, de maneira a resguardar o estrito cumprimento de ordens judiciais porventura proferidas, bem como para que o juízo seja informado de decisões administrativas supervenientes, na medida em que estas podem repercutir no curso da demanda judicial.

24. Assim, considerando os princípios reitores do Processo Administrativo Disciplinar, a tendência atual de desjudicialização das demandas administrativas, a independência das instâncias, a celeridade, a economicidade, a prevalência da coisa julgada, bem como as manifestações mais recentes da Advocacia-Geral da União, aprovadas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, entende-se que os pedidos administrativos (Reconsideração, Revisão e/ou Recurso Hierárquico) apresentados em face de penalidade disciplinar, desde que preenchidos os demais requisitos que lhes são exigidos, devem ser conhecidos pela autoridade competente ainda que o Requerente simultaneamente tenha ingressado em juízo alegando os mesmos fatos e fundamentos[18]. Registra-se que tal conhecimento não implica, necessariamente, no provimento do Pedido.

25. Por fim, importante ressaltar que a presente interpretação, em face do princípio constitucional da segurança jurídica e da previsão contida no art. 2º da Lei 9.784/99, não tem aplicação retroativa. Confira-se:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, **segurança jurídica,** interesse público e eficiência.

(...)

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, **vedada aplicação retroativa de nova interpretação.**

26. Diante do exposto, conclui-se que a autoridade administrativa competente deve conhecer de Pedido de Reconsideração, de Revisão ou Recurso Hierárquico em matéria disciplinar que também esteja sendo discutida no âmbito do Poder Judiciário, desde que preenchidos os requisitos legais. Caso já exista decisão judicial transitada em julgado com o mesmo objeto, a análise do pedido administrativo se torna prejudicada.

27. Assim, submete-se à apreciação da Câmara Nacional de Procedimentos Administrativos Disciplinares proposta de enunciado e respectivo parecer, atribuindo-se efeito prospectivo, a teor do art. 2º, parágrafo único, inciso XIII da Lei nº 9.784, de 1999.

28. Ainda, propõe-se o encaminhamento destes ao Exmo. Advogado-Geral da União para, em entendendo, remeter ao Exmo. Presidente da República, a fim de conferir força vinculante ao entendimento ora esposado, com base no contido no § 1º do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

À consideração superior.

Brasília, 13 de agosto de 2019.

MILA KOTHE

Procuradora da Fazenda Nacional

CNPAD/CGU/AGU

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00688000720201910 e da chave de acesso 743535a6

_____

[1] Sobre o Recurso Hierárquico cabe registrar o conteúdo do Parecer nº 52/2015/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União em 15/06/2015, que fixou o entendimento de ser incabível a interposição de recurso hierárquico, para a Presidência da República, contra decisão proferida em PAD por Ministro de Estado no exercício da competência delegada pelo Decreto nº 3.035, de 1999.

[2] http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/6574

[3] https://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/6984#ementa

[4] http://www.agu.gov.br/pareceres?ano=1962

[5] https://www.agu.gov.br/atos/detalhe/7863

[6] http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/8053

[7] "Esses enunciados, chamados Formulações-Dasp, foram elaborados pela Colepe, e oficialmente publicados entre 1971 e 1973, e se faziam acompanhar da base legal e dos entendimentos que o Departamento de Administração do Serviço Público (por meio da própria Colepe, CAC e/ou CJ) e/ou a Consultoria-Geral da República já haviam emitido ao terem analisado processos concretos. Ou seja, as Formulações eram sínteses impessoais, de uso geral, de manifestações pretéritas do órgão central em processos administrativos específicos. Tais verbetes, por força do art. 116, III do Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67, e conforme estabelece a Formulação-Dasp nº 300, passaram a constituir orientação normativa do órgão central obrigatória para os órgãos de pessoal da Administração Pública Federal integrantes do Sipec.

Decreto-Lei nº 200, de 25/02/67 - Art. 116. Ao Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) incumbe:

III - zelar pela observância dessas leis e regulamentos, orientando, coordenando e fiscalizando sua execução, e expedir normas gerais obrigatórias para todos os órgãos;

Formulação-Dasp nº 300. Formulações

As Formulações elaboradas e publicadas pelo Dasp (Colepe) constituem, por força do disposto no art. 116, III, do Decreto-Lei nº 200, de 1967, orientação normativa para os Órgãos de Pessoal da administração federal direta e autárquica. "Daí por que as formulações elaboradas por esse Departamento, embora extinto, continuam a ter, consoante o art. 116, III, do Decreto-Lei n° 200/67, caráter obrigatório no seio de todas as repartições federais, desde que não se choquem com as orientações

resultantes dos novos entendimentos (...)." José Armando da Costa, "Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar", pg. 45, Editora Brasília Jurídica, 5ª edição, 2005

E como muitos dispositivos da revogada Lei nº 1.711, de 28/10/52, foram praticamente reproduzidos na Lei nº 8.112, de 11/12/90, apenas com o número do artigo diferente, muitas daquelas Formulações não afrontam o atual ordenamento e permanecem como orientação normativa obrigatória na Administração Pública Federal. Destaque-se que a consideração de que determinada Formulação-Dasp pode ainda ser tomada como em pleno vigor advém de interpretação do aplicador, sobretudo cotejando os enunciados com o atual ordenamento constitucional e legal, pois não existe uma manifestação determinística e vinculante da administração nesse sentido." SALLES, Marcos. TREINAMENTO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (PAD) - FORMAÇÃO DE MEMBROS DE COMISSÕES. Apostila de textos. 2011. Disponível em: <http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=10&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwi85dHoquThAhVuLLkGHVVWCuIQFjAJegQIBhAC&url=http%3A%2F%2Fwww.unirio.br%2Fgecon%2Foutros%2FMANUAL%2520PAD%2520%2520CGU.pdf%2Fat_download%2Ffile&usg=AOvVaw1rESUyFS0CGGbfjenfUbzM>

[8] COSTA, José Armando da. Teoria e Prática do Processo Administrativo Disciplinar.

[9] XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

[10] "O princípio da ampla defesa significa permitir a qualquer pessoa acusada o direito de se utilizar de todos os meios de defesa admissíveis em Direito. É imprescindível que ele seja adotado em todos os procedimentos que possam gerar qualquer tipo de prejuízo ao acusado" Manual de PAD da CGU. Disponível em: << https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/atividade-disciplinar/arquivos/manual-pad-dezembro-2017.pdf>>

[11] "O princípio do contraditório dispõe que a todo ato produzido pela comissão caberá igual direito de o acusado opor-se a ele, apresentar a versão que lhe convenha ou, ainda, fornecer uma interpretação jurídica diversa daquela feita pela acusação4. No curso da apuração dos fatos e após a notificação prévia, que comunica o servidor da decisão da comissão sobre a sua condição de acusado, deve haver notificação de todos os atos processuais sujeitos ao seu acompanhamento, possibilitando ao acusado contradizer a prova produzida". Manual de PAD da CGU. Disponível em: << https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/atividade-disciplinar/arquivos/manual-pad-dezembro-2017.pdf>>

[12] "O princípio do informalismo moderado - também chamado por alguns de princípio do formalismo moderado - significa, no processo administrativo disciplinar, a dispensa de formas rígidas, mantendo apenas as compatíveis com a certeza e a segurança dos atos praticados, salvo as expressas em lei e relativas aos direitos dos acusados.". Manual de PAD da CGU. Disponível em: << https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/atividade-disciplinar/arquivos/manual-pad-dezembro-2017.pdf>>

[13] Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

[14] http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/170561

[15] O PARECER nº AGU/JD-2/2004 deixa claro que não se estaria sugerindo a revisão de todos os pareceres da CGR e da AGU que recomendam se abstenha a Administração de deliberar sobre casos submetidos à apreciação do Poder Judiciário até a sua decisão definitiva.

Pelo que se nota do referido opinativo, a Consultoria-Geral da União entendeu devida a apreciação no âmbito administrativo dos pedidos que ventilavam análise da legalidade e de controvérsia jurídica sobre a interpretação da Legislação Federal, pois, mesmo existindo ação judicial, compete ao Advogado-Geral da União "fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal", bem como "unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Federal", nos termos dos incisos X e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

[16] https://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/8433

[17] http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/212473

[18] Nesse sentido, ao que se tem notícia, é o posicionamento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral Federal e da Controladoria-Geral da União que vêm conhecendo os Pedidos de Reconsideração e/ou de Revisão em matéria disciplinar ainda que exista ação judicial questionando o mesmo fato.

19

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processo nº 03154.004642/2018-50. Parecer nº JL - 03, de 18 de maio de 2020, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos no Despacho do Consultor-Geral da União nº 00043/2020/GAB/CGU/AGU, no Despacho nº 00036/2020/DECOR/CGU/AGU e no Despacho nº 815/2019/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 00100/2019/DECOR/CGU/AGU da Consultoria-Geral da União. Aprovo. Publique-se para os fins do disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Em 26 de maio de 2020.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 03154.004642/2018-50

INTERESSADOS: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: BENEFÍCIO ESPECIAL PREVISTO NA LEI Nº 12.618/2012.

PARECER Nº JL - 03

ADOTO, para os fins do art. 41 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, nos termos do Despacho do Consultor-Geral da União nº 00043/2020/GAB/CGU/AGU e do Despacho nº 00036/2020/DECOR/CGU/AGU, o anexo Parecer nº 00100/2019/DECOR/CGU/AGU, e submeto-o ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, para os efeitos do art. 40, § 1º, da referida Lei Complementar, tendo em vista a relevância da matéria versada.

Em 18 de maio de 2020.

JOSÉ LEVI MELLO DO AMARAL JÚNIOR
Advogado-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
GABINETE
SAS, QUADRA 03, LOTE 5/6, 12 ANDAR - AGU SEDE I FONE (61) 2026-8557
BRASÍLIA/DF 70.070-030

DESPACHO nº. 00043/2020/GAB/CGU/AGU

NUP: 03154.004642/2018-50

INTERESSADOS: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL DO PODER EXECUTIVO /FUNPRESP

ASSUNTOS: SISTEMA REMUNERATÓRIO E BENEFÍCIOS - BENEFÍCIO ESPECIAL PREVISTO NA LEI Nº 12.618, DE 2012

Exmo. Senhor Advogado-Geral da União,

1. Aprovo, nos termos do Despacho nº 36/2020/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 100/2019/DECOR/CGU/AGU.

2. Consolide-se, por conseguinte, o entendimento no sentido de que o Benefício Especial, de que cuida o art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, possui natureza estritamente compensatória, voltando-se para reparar as contribuições previdenciárias realizadas para o Regime Próprio de Previdência Social/RPPS pelos servidores públicos que fizeram a opção de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, uma vez que esta opção enseja a percepção de benefícios previdenciários pelo RPPS em valores necessariamente limitados ao teto dos benefícios pagos no âmbito do Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

3. O caráter compensatório do Benefício Especial também se deduz da sua fórmula de cálculo, que se constitui, essencialmente, pela diferença entre as remunerações anteriores à mudança do regime previdenciário, que foram utilizadas como base de cálculo para as contribuições previdenciárias pagas pelo servidor público para o RPPS, e o teto dos valores dos benefícios pagos pelo RGPS, multiplicando-se pelo Fator de Conversão (FC), cujo valor é encontrado a partir da quantidade de contribuições mensais efetivamente recolhidas para o RPPS até a data da opção. A atenta apreciação dos critérios adotados para a metodologia de cálculo do Benefício Especial revela que o legislador buscou estabelecer equânime reparação em favor do servidor que ingressou no Regime de Previdência Complementar, considerando que, a partir da migração de regime, os benefícios previdenciários serão limitados ao teto do RGPS.

4. Fixada a natureza compensatória (e não previdenciária) do Benefício Especial de que cuida o art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, resta inequívoco que a sua fórmula de cálculo é aquela vigente ao tempo da migração do RPPS para o Regime de Previdência Complementar de que trata o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, ou seja, a natureza compensatória do benefício especial enseja necessariamente a conclusão de que não há respaldo jurídico para superveniente modificação das regras que delimitam seu valor, vigentes ao tempo da migração.

5. A natureza sinalagmática da opção de que cuida o § 16 do art. 40 da Constituição Federal, associada aos preceitos da segurança jurídica, da proteção constitucional ao ato jurídico perfeito e ao brocardo jurídico do *tempus regit actum* determinam que a fórmula de cálculo vigente ao tempo da opção (migração do regime previdenciário) deve ser preservada para fins de pagamento do Benefício Especial.

6. Por fim, quanto às demais questões relacionadas ao Benefício Especial, e na esteira das robustas razões jurídicas postas no Parecer ora acolhido, conclui-se que:

a) é devido o Benefício Especial para aqueles que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 2012 (3 de fevereiro de 2013), e, que nele permaneceram sem perda do vínculo efetivo e optaram pelo referido regime de previdência na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal (inciso II do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012);

b) o valor do Benefício Especial será equivalente a diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data da mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições efetuadas no âmbito do RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e o limite máximo estabelecido para os valores dos benefícios pagos no âmbito do RGPS, multiplicada pelo Fator de Conversão (§§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 12.218, de 2012);

c) para fins de cálculo do Benefício Especial, o numerador da fração a que se refere a fórmula posta no § 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2010, correspondente ao "Tc", pode compreender as contribuições realizadas pelos regimes próprios dos demais entes subnacionais, considerando, precipuamente, que, ao conceder o benefício, está a União autorizada a promover a compensação financeira entre os regimes próprios, na forma do § 9º do art. 201 da Constituição Federal. Nestes termos, entendimento contrário ensejaria a possibilidade de enriquecimento sem causa por parte da União. Isto é, haverá locupletamento ilícito caso a União promova a compensação financeira entre os regimes próprios e concomitantemente desconsidere no cálculo do Benefício Especial as contribuições previdenciárias revertidas para os regimes próprios dos demais entes federados;

d) o valor do Benefício Especial será atualizado pelo mesmo índice aplicável ao benefício de aposentadoria ou pensão mantido pelo RGPS (§ 6º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012);

e) para fins de cálculo do Benefício Especial, devem ser consideradas as contribuições previdenciárias efetivamente pagas a partir de julho de 1994 (§ 2º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012);

f) o Benefício Especial é pago pela União, e não pelo Regime Próprio de Previdência dos servidores federais (§ 5º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012);

g) o Benefício Especial será pago por ocasião da concessão da aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte de que cuida o art. 40 da Constituição Federal, e será devido enquanto perdurar o pagamento dos mencionados benefícios (§ 5º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012);

h) por não possuir natureza previdência, não incide a contribuição de que cuida o § 18 do art. 40 da Constituição Federal sobre o Benefício Especial previsto no § 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, uma vez que a exação referenciada se aplica sobre benefícios de ordem previdenciária, percebidos por aposentados e pensionistas do RPPS;

i) o Benefício Especial não se confunde com o direito acumulado de que cuida o art. 15 e 17 da Lei Complementar nº 109, de 2001;

j) é devido o pagamento do Benefício Especial junto com o percebimento da gratificação natalina das aposentadorias ou pensões, na esteira do que é explicitamente posto no § 5º do art. 3º da Lei nº 10.618, de 2012;

k) para fins de cálculo do Benefício Especial, a contribuição incidente sobre a remuneração percebida na ativa a título de gratificação natalina deve ser considerada como contribuição autônoma para fins de fixação do "Tc" a que se refere à sua fórmula de cálculo, de que cuida o § 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012; e

l) o cálculo do Benefício Especial deve considerar as contribuições recolhidas para o Regime Próprio de Previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não incluindo as contribuições destinadas ao regime de previdência dos militares.

7. Caso acolhido, considerando a transversalidade e relevância da matéria, recomenda-se que seja avaliada a submissão do Parecer ora aprovado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e posterior publicação no Diário Oficial da União, de maneira que o entendimento adotado vincule toda a Administração Pública Federal, nos termos do art. 40, § 1º, e art. 41 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União - Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Brasília, 20 de janeiro de 2020.

(assinado eletronicamente)

ARTHUR CERQUEIRA VALÉRIO

Advogado da União

Consultor-Geral da União

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

DESPACHO nº 00036/2020/DECOR/CGU/AGU

NUP: 03154.004642/2018-50

INTERESSADA: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN

ASSUNTO: BENEFÍCIO ESPECIAL PREVISTO NA LEI Nº 12.618, DE 2012

Exmo. Senhor Consultor-Geral da União,

1. Aprovo, nos termos do Despacho nº 815/2019/DECOR/CGU/AGU, o Parecer nº 100/2019/DECOR/CGU/AGU.

2. Considerando a transversalidade e relevância da matéria, recomenda-se que seja avaliada a possibilidade de submissão do Parecer ora aprovado ao Exmo. Senhor Presidente da República, e posterior publicação no Diário Oficial da União, de maneira que o entendimento adotado vincule toda a Administração Pública federal, nos estritos termos do art. 40, § 1º e art. 41, ambos da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Brasília, 15 de janeiro de 2020.

VICTOR XIMENES NOGUEIRA

ADVOGADO DA UNIÃO

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

DESPACHO n.º 815/2019/DECOR/CGU/AGU

NUP: 03154.004642/2018-50

INTERESSADA: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: BENEFÍCIO ESPECIAL PREVISTO NA LEI N.º 12.618/2012

Senhor Diretor,

1. Estou de acordo com o Parecer n.º 100/2019/DECOR/CGU/AGU, subscrito pela Exm.ª Sr.ª Advogada da União Márcia Cristina Novais Labanca.

2. Por força do princípio da segurança jurídica e das características da opção permitida pelo art. 40, § 16, da Constituição da República e do benefício especial criado pela Lei n.º 12.618/2012, devo enfatizar a necessidade de preservação dos termos pactuados e da fórmula de cálculo inscrita no art. 3.º da Lei n.º 12.618/2012.

3. Ademais, recomendo que a manifestação ora apreciada seja submetida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para o fim previsto no § 1.º do art. 40 da Lei Complementar n.º 73/93.

À consideração superior.

Brasília, 17 de dezembro de 2019.

ANTONIO DOS SANTOS NETO

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS

PARECER nº 00100/2019/DECOR/CGU/AGU

NUP: 03154.004642/2018-50

INTERESSADA: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PGFN

ASSUNTO: BENEFÍCIO ESPECIAL

EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. BENEFÍCIO ESPECIAL. LEI Nº 12.618, DE 2012. CONFIRMAÇÃO DO PARECER N.00093/2018/DECOR/CGU/AGU.

I - O benefício especial é um direito assegurado aos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 2012 (3 de fevereiro de 2013), e, que nele permaneceram sem perda do vínculo efetivo e optaram pelo referido regime de previdência na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

II - O benefício especial não possui natureza previdenciária, é benefício estatutário de natureza compensatória.

III - O benefício especial rege-se pelas regras existentes no momento da opção feita na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

IV - O benefício especial será equivalente a diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data da mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições efetuadas pelo membro ou servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

V - O benefício especial será calculado de acordo com a regra vigente no momento da opção feita na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal e será atualizado pelo mesmo índice aplicável ao benefício de aposentadoria ou pensão mantido pelo regime geral de previdência social.

VI - A União é a responsável pelo pagamento do benefício especial e não o Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS.

VII - O benefício especial será pago por ocasião da concessão da aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte de que cuida o art. 40 da Constituição Federal, para os membros e servidores que fizeram a opção na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

VIII - O benefício especial será devido enquanto perdurar o pagamento do benefício pago a título de aposentadoria ou pensão por morte de que trata o art. 40 da Constituição Federal. Extinguindo-se estes, cessa também o pagamento do benefício especial.

IX - No cálculo do benefício especial para membros e servidores que ingressaram na União antes de 1994 e fizeram a opção pelo regime de previdência complementar, somente será considerado o período contributivo a partir da competência julho de 1994, efetivamente pago.

X - Sendo o benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 2012, benefício estatutário de natureza compensatória, afastada a incidência de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS sobre ele.

XI - o benefício especial será pago por ocasião da concessão de aposentadoria ou da pensão por morte de que cuida o regime próprio de previdência da União, juntamente com a gratificação natalina, enquanto perdurar o pagamento dos referidos benefícios previdenciários.

XII - Para fins do cálculo do benefício especial previsto na Lei nº 12.618, de 2012, o legislador considera no conceito de contribuições mensais a contribuição incidente sobre a gratificação natalina efetivamente paga, de forma independente.

XIII - Para o cálculo do benefício especial consideram-se apenas as contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, não incluída a contribuição destinada ao regime de previdência do militar.

1. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no PARECER CONJUNTO SEI Nº 2/2019/CAP/PGACTP/PGFN-ME (seq. 43), aprovado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral da Fazenda Nacional, apresenta considerações a respeito do benefício especial previsto na Lei nº 12.618, de 2012, e solicita a reavaliação do Parecer n.00093/2018/DECOR/CGU/AGU, aprovado pela então Advogada-Geral da União.

2. No Parecer n.00093/2018/DECOR/CGU/AGU (seq. 31) foi apreciado pedido da então Consultoria Jurídica junto ao extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - CONJUR-MP a respeito da interpretação de aspectos relacionados ao benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 2012, em razão da abrangência e complexidade da matéria. Eis a conclusão alcançada:

a) a teor do § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, o benefício especial é um direito assegurado aos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 2012, e que nele permaneceram sem perda do vínculo efetivo e optaram pelo referido regime de previdência, na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal;

b) o benefício especial de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, possui contornos normativos que permitem caracterizá-lo como sendo *benefício estatutário de natureza compensatória;*

c) o benefício especial previsto no § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, rege-se pelas regras existentes no momento da opção feita na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal;

d) O benefício especial será equivalente a diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data da mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições efetuadas pelo membro ou servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, a teor do disposto nos §§ 2º e 3º do art. 3º e art. 22 da Lei nº 12.618, de 2012;

e) como a gratificação natalina integra a base de contribuição do servidor para o regime próprio de previdência da União, na forma do art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004, há que ser considerada para os fins do § 2º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012;

f) a teor do regramento contido nos §§ 2º e 3º do art. 3º e art. 22 da Lei nº 12.618, de 2012, para o cálculo do benefício especial considera-se apenas as *contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal,* não incluída a contribuição destinada ao regime de previdência do militar.

3. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sustenta que o benefício especial previsto na Lei nº 12.618, de 2012, não se reveste de natureza previdenciária, por não cobrir nenhum risco social, mas de incentivo para membros e servidores que fizeram a opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição Federal, com caráter compensatório pelo montante de "contribuições mensais efetuadas pelo servidor federal sobre a totalidade de sua remuneração anteriormente à opção expressamente manifestada".

4. Destaca ainda que o pagamento do referido benefício será feito pela União (Tesouro Nacional) e não pelo Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS, por ocasião da concessão da aposentadoria ou da pensão por morte por este regime, perdurando enquanto estes estiverem sendo pagos.

5. Como a norma considera irrevogável e irretratável a opção realizada na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal, ressaltou que o direito ao benefício especial "ingressa na esfera patrimonial dos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União no momento em que eles exercem o direito de opção", advindo daí a impossibilidade de regra posterior prejudicá-los, porquanto acobertado pelo manto do direito adquirido, pela proteção à confiança e à boa-fé objetiva decorrente da relação estabelecida com a União.

6. Defende que o "benefício especial deve ser concedido de acordo com as regras estabelecidas no momento do exercício desse direito de opção", razão pela qual aponta a necessidade de que o valor seja apurado em processo apartado, devendo ser emitida declaração correspondente e efetuado "registro no assentamento funcional do servidor".

7. Ressaltou que o benefício especial não se confunde com o direito acumulado previsto no art. 15 da Lei Complementar nº 109, de 2001. Enquanto o benefício especial "é direito adquirido do ocupante de cargo público federal", o direito acumulado "aplica-se em sede contratual, na relação estabelecida entre o participante e a entidade de previdência complementar".

8. Sustentou que não pode haver confusão entre o momento do cálculo do benefício especial com o seu pagamento. O cálculo do benefício especial deve ocorrer no momento da opção, uma vez que o valor encontrado é elemento importante na decisão a ser tomada quanto à migração.

9. Entende que a gratificação natalina não pode ser contabilizada como contribuição mensal independente no cálculo do benefício especial. Defende que o legislador considera o fator "Tc", no cálculo do benefício especial, a quantidade de contribuições mensais, não incluindo a gratificação natalina, isso porque ela "não é uma décima terceira contribuição, e, para seu cômputo, não é criada uma competência contábil independente, na medida em que não há contribuição mensal além de doze meses pois não há mais que doze meses no ano". Além disso, considera que não sendo o benefício especial de natureza previdenciária, "não há que se considerar em seu cálculo os mesmos ditames para o cálculo do benefício de aposentadoria". Com efeito, destaca que "na apuração da quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União, integrante do numerador da fórmula do § 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, deve-se considerar a gratificação natalina como incidente no mês da sua percepção, e não treze meses, na medida em que, repita-se, ela não é contabilizada como contribuição mensal independente, ampliando-se a base de cálculo no mês de sua percepção".

10. Sustentou ainda que o valor alcançado pelo simulador "revela um patamar mínimo do montante correspondente ao direito patrimonial que é o benefício especial", uma vez que os elementos que compõem a fórmula do seu cálculo já são conhecidos da Administração. Entende ser devida a gratificação natalina no pagamento do benefício especial, em virtude de previsão expressa neste sentido.

11. Destacou a necessidade de ser aclarada a situação dos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União que ingressaram antes do advento de julho de 1994, porque a norma é precisa ao estabelecer "que o termo inicial do período contributivo é a competência de julho 1994 para o cálculo do benefício especial, sendo vedada a inclusão de período de tempo de serviço pretérito nesse cálculo".

12. Ressaltou a não incidência de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS sobre o benefício especial, uma vez que este não é benefício previdenciário, não se amoldando à espécie de provento de aposentadoria ou pensão.

13. Ao final, concluiu:

121. Forte nos argumentos expostos ao longo deste Parecer, sugere-se o reenvio da discussão ao crivo da CGU/AGU, no intuito de contribuir para o seu aperfeiçoamento, haja vista a sua repercussão para os membros e servidores públicos da União, no tocante ao benefício especial previsto no § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012.

122. Nessa esteira, no tocante à natureza jurídica do benefício especial, o intuito da presente manifestação é no ensejo de que a CGU/AGU possa aclarar se seu entendimento vai ao encontro do entendimento consignado neste Parecer, no sentido de que:

122.1 o benefício especial é um direito patrimonial vinculado a uma política de incentivo aos membros e titulares de cargo efetivo da União para que eles optem pela mudança do regime de cálculo de seu benefício previdenciário, com característica compensatória, considerando a fórmula adotada pelo § 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, que leva em conta a quantidade de contribuições mensais efetuadas pelo servidor sobre a totalidade de sua remuneração. Considerando que não tem a finalidade de cobrir quaisquer riscos sociais, não possui natureza previdenciária [28] (conferir, notadamente, os itens 24, 26 e 30 a 46 deste Parecer). Essa também a diretriz conferida pela Medida Provisória nº 853, de 2018.

122.2 O exercício da opção legal de se vincular à regra que limita o benefício de aposentadoria ao valor máximo pago pelo RGPS (teto) constitui direito adquirido ao benefício especial, que passa a integrar o patrimônio jurídico do servidor federal, de modo que as regras e condições previstas para a concessão e pagamento do benefício especial não podem, sob qualquer hipótese, ser alteradas pelo legislador federal, em respeito ao direito adquirido (inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal). Essa também a diretriz conferida pela Medida Provisória nº 853, de 2018.

122.2.1 De igual forma, o exercício do direito de opção pelos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União (§ 1º do art. 1º e inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, com fulcro no § 16 do art. 40 da Constituição Federal) está acobertado pelo manto do ato jurídico perfeito, na medida em que esse aceite aperfeiçoa o negócio jurídico realizado com a Administração, consoante itens 67 a 76 deste Parecer.

123. Pede-se vênia para solicitar que a CGU/AGU possa avaliar se os pontos abaixo destacados podem ser apreciados, em complemento à análise contida no bojo do Parecer n.00093/2018/DECOR/CGU/AGU:

123.1 O benefício especial previsto no § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, por não possuir natureza previdenciária e, consequentemente, não estar incluído no conceito de "proventos de aposentadoria e de pensão", não deve compor a base de cálculo da contribuição para o RPPS.

123.2 O benefício especial não se confunde com o direito acumulado previsto no art. 17 da Lei Complementar nº 109, de 2001 (o item 213 do Parecer Jurídico nº 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE parece defender essa possibilidade). O benefício especial é direito adquirido do servidor. Esse dispositivo da legislação complementar tem aplicabilidade às hipóteses de alteração dos planos de benefícios, de portabilidade e de resgate, referentes ao contrato celebrado entre a entidade de previdência complementar e o participante. O benefício especial é direito adquirido do servidor, na medida em que o direito a que o legislador complementar se refere corresponde aos valores (numerário) constituídos pelo participante ou à reserva matemática, e não ao direito adquirido, direito fundamental previsto no inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

123.3 O benefício especial deve ser calculado no momento do exercício do direito de opção pelos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União, na medida em que não se deve confundir o momento do seu cálculo com o momento do seu pagamento. São ocasiões distintas e não se pode assinalar que no § 5º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, consta a afirmação de que esse cálculo deve ser efetuado no momento da concessão de aposentadoria. Até por que a Administração já tem os elementos para a efetivação desse cálculo, com base na fórmula legalmente prevista.

123.4 É, inclusive, com base na fórmula legal que a própria Administração desenvolveu simulador que efetivamente embasa a tomada de decisão do membro ou servidor titular de cargo efetivo da União para exercer, ou não, seu direito constitucional e legal de opção, demonstrando, pois, que há total condição de o cálculo/apuração do benefício especial ocorra nesse momento do exercício da opção. Essa inclusive é a orientação contida na Resolução Conjunta STF/MPU nº 3, de 2018, que se recomenda, nesta seara, que o Poder Executivo Federal edite normativo próprio de igual teor, haja vista que não se pode conceber interpretações divergentes da Lei nº 12.618, de 2012 relativos aos Poderes da República, o que poderia ensejar ofensa à Separação de Poderes.

123.4.1 O valor alcançado pelo simulador desenvolvido pela Administração revela um patamar mínimo do montante correspondente ao benefício especial, que deve ser atualizado no momento da concessão do benefício, na medida em que ele é estabelecido com base em fórmula legal, com elementos já conhecidos pela Administração no momento em que disponibiliza a ferramenta ao servidor federal, além do fato de que o valor alcançado na simulação, objetivamente, embasa a tomada de decisão do servidor para exercer, ou não, seu direito constitucional e legal de opção, motivo pelo qual, diverge-se da resposta à questão nº 8, contida nos itens 229 a 231 do Parecer Jurídico nº 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE.

123.4.2 Ressalva-se, todavia, situação de erro evidente no cálculo do simulador, no sentido de que nesse caso, ele não sirva como patamar mínimo do montante correspondente ao direito patrimonial que é o benefício especial.

123.5 Há incidência de gratificação natalina no pagamento do benefício especial, diante da previsão expressa na parte final da redação do § 5º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, que aduz no sentido desse pagamento, conforme item 104 deste Parecer.

123.6 No tocante aos servidores que ingressaram na União antes da exigência de sua contribuição previdenciária, o tempo de serviço entre seu ingresso no serviço público federal e o início desse seu recolhimento relativo à contribuição previdenciária não pode ser considerado no cálculo do seu benefício especial. Apenas períodos contributivos entram no cálculo do benefício especial, haja vista que o § 2º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, expressamente previu que o termo inicial do período contributivo, nessas hipóteses, é a competência julho de 1994, conforme itens 105 a 107 deste Parecer.

124. Pede-se vênia da CGU/AGU, para requerer a reanálise da letra "e" do item 86 do Parecer n.00093/2018/DECOR/CGU/AGU, na medida em que:

124.1 a gratificação natalina não deve ser contabilizada como contribuição mensal independente (questão nº 14), não havendo que se falar em treze contribuições mensais por impossibilidade fática, já que inexistem treze meses no ano, conforme os argumentos tecidos nos itens 94 a 102 deste Parecer.

124.1.2 Na apuração da quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União, integrante do numerador da fórmula do § 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, deve-se considerar a gratificação natalina como incidente no mês da sua percepção, e não treze meses, na medida em que, repita-se, ela não é contabilizada como contribuição mensal independente, ampliando-se a base de cálculo no mês de sua percepção.

125. Em complemento ao que concluído na letra "f" do item 86 do Parecer n.00093/2018/DECOR/CGU/AGU, pede-se vênia para aduzir, ao tempo em que se solicita a pertinente avaliação, que:

125.1 as contribuições pagas por membros e servidores titulares de cargo efetivo da União oriundas dos demais entes federativos aos respectivos regimes próprios de previdência social podem ser incluídas no cálculo do benefício especial, em respeito à previsão contida no § 9º do art. 201 da Constituição Federal, nos termos consignados no Parecer Jurídico nº 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE, o que restou confirmado pela letra "f" do item 86 do Parecer n.00093/2018/DECOR/CGU/AGU.

125.2 Convém, não obstante, ressalvar, nesse ponto, que as contribuições pagas a outro(s) RPPS apenas podem ser incluídas no cálculo do benefício especial se o servidor expressamente manifestar sua pretensão em utilizar o tempo de contribuição pretérito (em outro(s) RPPS) para efeito de aposentadoria, o que atrairia a hipótese de compensação recíproca entre os regimes próprios envolvidos.

126. Sugestão de encaminhamento desta manifestação à CGU/AGU, para análise dos argumentos ora trazidos sobre o tema, cujo intuito é contribuir para o seu aperfeiçoamento, se assim julgar pertinente, haja vista a sua repercussão para os membros e servidores públicos da União.

14. Recebidos os autos neste Departamento verificou-se a necessidade de solicitar subsídios jurídicos à Gerência Jurídica junto à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - GEJUR/FUNPRESP, conforme COTA n. 00062/2019/DECOR/CGU/AGU (seq. 45).

15. Em resposta, a Gerência Jurídica junto à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - GEJUR/FUNPRESP, por intermédio do Ofício nº 2549/2019-PRESI/Funpresp-EXE (seq. 49), apresentou a NOTA JURÍDICA N° 009/2019/GEJUR/Funpresp-Exe, na qual pugna pela manutenção do entendimento exarado no Parecer Jurídico n° 30/2018/Gejur/Funpresp-Exe e pela desnecessidade do reexame do Parecer n° 00093/2018/DECOR/CGU/AGU.

16. A GEJUR/FUNPRESP sustenta que o benefício especial é uma compensação aos membros e servidores que ingressaram no serviço público antes da instituição do regime de previdência complementar e optaram pelo novo regime, "no qual o valor da aposentadoria passa a ser limitado ao teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS".

17. Esclareceu ainda que o Parecer Jurídico n° 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE, ao fazer comparação entre o beneficio especial e o direito acumulado do participante não teve a intenção de equipará-los, mas destacar que referidos institutos resguardam "o patrimônio do interessado em relação ao que foi contratado". Com isso, concordou com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ao defender o entendimento de que referidos institutos são distintos.

18. No que concerne ao valor do benefício especial contido no simulador esclareceu que o Parecer Jurídico n° 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE somente ressaltou a regra operacional vigente à época da sua elaboração, sem fazer qualquer juízo valorativo. Com isso, não vislumbra conflito interpretativo com a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional isso porque a manifestação da GEJUR/FUNPRESP pretendeu ressaltar a "necessidade de observância das regras de cálculo do Benefício Especial previstas no art. 3° da Lei n° 12.618/2012, uma vez que o servidor leva em consideração o respectivo valor para a tomada de decisão, irrevogável e irretratável, sobre seu regime previdenciário".

19. A respeito da inclusão da contribuição sobre a gratificação natalina no cálculo do benefício especial, a GEJUR-FUNPRESP manteve o seu entendimento no sentido de que deverá ser contabilizada de forma autônoma. Para tanto, asseverou que "a fórmula

prevista em lei, para o cálculo do Beneficio Especial, pressupõe a inclusão das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina na definição do "tempo total de contribuição" (Tt). Em outras palavras, os valores do "Tt" consideram a gratificação natalina como contribuição mensal independente das demais, de forma que, somando todas, seria o equivalente aos valores lá estabelecidos (455, se homem; 390, se mulher; e 325, se mulher e professora de ensino infantil e fundamental)."

20. Brevemente relatado os autos, passa-se à apreciação.

I - REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

21. A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, previu a possibilidade de a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fixarem para o valor das aposentadorias e pensões do regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social previsto no art. 201 da Constituição Federal. Para tanto, a norma exigiu a instituição do regime de previdência complementar para os servidores titulares de cargo efetivo. Eis o conteúdo da regra constitucional:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003):

(...)

§ 14 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

22. A recente Emenda Constitucional nº 103, de 2019, conferiu nova redação aos referidos dispositivos. Vejamos:

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, regime de previdência complementar para servidores públicos ocupantes de cargo efetivo, observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e das pensões em regime próprio de previdência social, ressalvado o disposto no § 16. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019).

23. O novo texto não afasta a ideia inicial da adoção do regime de previdência complementar, ao revés, impõe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a sua instituição, deixando de ser facultativa e passando a ser obrigatória a instituição do regime previdenciário complementar pelos entes federativos.

24. No que concerne à União, o regime de previdência complementar já foi adotado. A Lei nº 12.618, de 2012, instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União. Na mesma norma, foi fixado o teto do regime geral de previdência social para as aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência do servidor, previsto no art. 40 da Constituição Federal.

25. Sobre a sua incidência, a norma explicitou que os membros e servidores que já haviam ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar poderiam a ele aderir, mediante prévia e expressa opção. Sobre essa opção, cuidou o § 16 do art. 40 da Constituição Federal:

Art. 40. (...)

(...)

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

26. Sobredita regra não sofreu alteração pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019, mantida incólume a sua redação.

27. A respeito do prazo para realização dessa opção, o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, fixou em 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do início da vigência do regime de previdência complementar, o prazo para a realização da mencionada opção. Por meio do art. 92 da Lei nº 13.328, de 2016, esse prazo foi prorrogado por mais 24 (vinte e quatro) meses. Posteriormente, a Medida Provisória nº 853, de 25 de setembro de 2018, ampliou o prazo até o dia 29 de março de 2019.

28. O exercício dessa opção é irrevogável e irretratável nos termos do § 8º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012.

29. Os membros e servidores com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social e que ingressaram no serviço público a partir do início da vigência do regime de previdência complementar foram automaticamente inscritos no referido regime de previdência, ficando assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

30. A respeito da vigência do regime de previdência complementar, o art. 33 da Lei nº 12.618, de 2012, dispõe:

Art. 33. Esta Lei entra em vigor:

I - quanto ao disposto no Capítulo I, na data em que forem criadas quaisquer das entidades de que trata o art. 4º, observado o disposto no art. 31; e

31. Por meio do Decreto nº 7.808, de 2012, foi criada a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE, entidade fechada de previdência complementar vinculada ao extinto Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, atual Ministério da Economia, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário. O início do seu funcionamento ocorreu na forma do art. 26 da Lei nº 12.618, de 2012, que assim disciplina:

Art. 26. A Funpresp-Exe, a Funpresp-Leg e a Funpresp-Jud deverão entrar em funcionamento em até 240 (duzentos e quarenta) dias após a publicação da autorização de funcionamento concedida pelo órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar.

32. Considera-se 4 de fevereiro de 2013 a data do início da vigência do regime de previdência complementar na União, porque foi nesta data publicada a Portaria DITEC/PREVIC/MPS nº 44, de 31 de janeiro de 2013, relativa ao Regulamento do Plano de Benefícios da Previdência Complementar do Poder Executivo Federal. A esse respeito, cuida o art. 30 da Lei nº 12.618, de 2012:

Art. 30. Para os fins do exercício do direito de opção de que trata o parágrafo único do art. 1º, considera-se instituído o regime de previdência complementar de que trata esta Lei a partir da data da publicação pelo órgão fiscalizador da autorização de aplicação dos regulamentos dos planos de benefícios de qualquer das entidades de que trata o art. 4º desta Lei.

33. Deste modo, instituído o regime de previdência complementar de que tratam os §§ 14, 15 e 16 do art. 40 da Constituição Federal e a Lei nº 12.618, de 2012, os membros e servidores titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da sua vigência (3 de fevereiro de 2013) e que tenham optado pelo referido regime de previdência, na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal, e aqueles que ingressaram no serviço público a partir da referida data, com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, submetem-se ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social em relação às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal.

34. Quanto à adesão ao plano de previdência complementar ela é facultativa para os membros e servidores titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da sua vigência (3 de fevereiro de 2013) e que tenham optado pelo referido regime de previdência na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal, sendo automática para aqueles que ingressaram no serviço público a partir de 4 de fevereiro de 2013, com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, admitida, contudo, a possibilidade de a qualquer tempo ser solicitado o cancelamento de inscrição no plano de benefícios, nos termos do seu regulamento.

II - BENEFÍCIO ESPECIAL

35. A Lei nº 12.618, de 2012, estabelece o direito a um benefício especial ao servidor e ao membro que tenham exercido a opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição Federal. Eis a redação do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012:

Art. 3º Aplica-se o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição Federal, observado o disposto na Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, aos servidores e membros referidos no **caput** do art. 1º desta Lei que tiverem ingressado no serviço público:

I - a partir do início da vigência do regime de previdência complementar de que trata o art. 1º desta Lei, independentemente de sua adesão ao plano de benefícios; e

II - até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar de que trata o art. 1º desta Lei, e nele tenham permanecido sem perda do vínculo efetivo, e que exerçam a opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

§ 1º É assegurado aos servidores e membros referidos no inciso II do **caput** deste artigo o direito a um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, observada a sistemática estabelecida nos §§ 2º a 3º deste artigo e o direito à compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal, nos termos da lei.

§ 2º O benefício especial será equivalente à diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data de mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, e o limite máximo a que se refere o **caput** deste artigo, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, multiplicada pelo fator de conversão.

§ 3º O fator de conversão de que trata o § 2º deste artigo, cujo resultado é limitado ao máximo de 1 (um), será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

FC = Tc/Tt

Onde:

FC = fator de conversão;

Tc = quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição Federal, efetivamente pagas pelo servidor titular de cargo efetivo da União ou por membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União até a data da opção;

Tt = 455, quando servidor titular de cargo efetivo da União ou membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União, se homem, nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 40 da Constituição Federal;

Tt = 390, quando servidor titular de cargo efetivo da União ou membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União, se mulher, ou professor de educação infantil e do ensino fundamental, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, se homem;

Tt = 325, quando servidor titular de cargo efetivo da União de professor de educação infantil e do ensino fundamental, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, se mulher.

§ 4º O fator de conversão será ajustado pelo órgão competente para a concessão do benefício quando, nos termos das respectivas leis complementares, o tempo de contribuição exigido para concessão da aposentadoria de servidor com deficiência, ou

que exerça atividade de risco, ou cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, for inferior ao Tt de que trata o § 3º.

§ 5º O benefício especial será pago pelo órgão competente da União, por ocasião da concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime, inclusive junto com a gratificação natalina.

§ 6º O benefício especial calculado será atualizado pelo mesmo índice aplicável ao benefício de aposentadoria ou pensão mantido pelo regime geral de previdência social.

§ 7º O prazo para a opção de que trata o inciso II do **caput** deste artigo será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do início da vigência do regime de previdência complementar instituído no **caput** do art. 1º desta Lei. (Vide Lei nº 13.328, de 2016)

§ 8º O exercício da opção a que se refere o inciso II do **caput** é irrevogável e irretratável, não sendo devida pela União e suas autarquias e fundações públicas qualquer contrapartida referente ao valor dos descontos já efetuados sobre a base de contribuição acima do limite previsto no **caput** deste artigo.

36. Referido benefício especial é um direito assegurado aos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar (3 de fevereiro de 2013) e que nele tenham permanecido sem perda do vínculo efetivo e optado pelo recebimento de aposentadoria e pensão limitadas ao teto do RGPS, na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

37. Esses membros e servidores contribuíram para o regime próprio de previdência do servidor na expectativa de receber aposentadoria e pensão em valor superior ao teto do RGPS. Ao fazer a opção pelo regime de previdência complementar, esses benefícios estarão limitados ao teto do RGPS. Com isso, o volume de contribuições recolhidas terá sido maior, justificando-se, pois, a concessão do referido benefício especial.

38. O benefício especial apresenta-se como um incentivo à adesão ao regime previdenciário complementar, conforme destacou a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados durante os debates da apreciação do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, posteriormente, convertido na Lei nº 12.618, de 2012. Para ilustrar melhor essa acepção, convém destacar excerto do Parecer da PPP 1 CSSF, constante do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados:

Diga-se que o §1º do art. 3º do Projeto assegura um benefício especial aos servidores que, tendo ingressado no serviço público antes da entrada em operação do regime de previdência complementar, optem por aderir ao sistema complementar. O dispositivo preceitua que o referido benefício seja calculado com base nas contribuições vertidas para o regime próprio da União. A EMC 4/2011 e, parcialmente, a EMC 23/2011 buscam considerar o tempo de contribuição de qualquer regime.

Ora, tratando-se de um incentivo extraordinário criado pelo Executivo para atrair os atuais servidores públicos para o regime de capitalização, bem como, uma vez que eles poderão optar ou não por participar do regime de previdência complementar, não há obrigatoriedade ou sequer vinculação constitucional de como calcular o benefício especial, de maneira que se pode estabelecer que tal se dê mediante as contribuições previdenciárias para a União.

Nada obstante, é perfeitamente possível e aconselhável aperfeiçoar esse incentivo, uma vez que a nova redação proposta tem objetivo de garantir que, no cálculo do benefício especial, sejam consideradas as contribuições para o regime previdenciário da União e para outros regimes para os quais o servidor tenha contribuído antes de ingressar no serviço público federal. E a garantia de contagem de tempo recíproca com outros regimes é dada pela Constituição.

39. A utilização na base de cálculo das contribuições previdenciárias efetivamente vertidas ao regime próprio de previdência do servidor demonstra também a sua intenção compensatória. A respeito disso, destacou a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público durante os debates do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que antecedeu à Lei nº 12.618, de 2012. Eis o excerto extraído do Parecer PRL 2 CTASP do mencionado Projeto de Lei constante do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados. Vejamos:

O § 1º do art. 3º do projeto original determina que os servidores que exercerem a opção recém mencionada perceberão "benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição." Considerando que esse benefício se destina **a compensar** a redução do valor do benefício devido pelo regime próprio de previdência da União e que a Constituição Federal assegura o cômputo do tempo de contribuição federal, estadual e municipal, assim como para o regime geral de previdência social - RGPS (art. 40, §§ 3º e 9º), determinando a compensação entre esses regimes (art. 201, § 9º), conclui-se, forçosamente, que a regra proposta resultaria no enriquecimento sem causa da União, em detrimento do servidor.

(...)

A proposta de equiparar o benefício especial aos proventos que seriam devidos ao servidor pelo regime próprio de previdência, até o limite dos benefícios do RGPS, é evidentemente equivocada. O benefício especial se destina a compensar o servidor pela supressão da parcela dos proventos excedente ao apontado limite, posto que, até tal valor, o benefício do RGPS seria integralmente preservado.

(...)

40. Na mesma linha, Adacir Reis[1] destacou:

A imunização do benefício especial frente a novas contribuições previdenciárias e a garantia de sua correção anual partem do pressuposto de que tal montante não é propriamente um benefício previdenciário, mas uma devolução, uma espécie de indenização por parte da União pelos valores aportados para o regime próprio de previdência até o momento da migração para o regime de previdência complementar operado pela Funpresp.

41. Pertinente também a análise feita por João Marcelino Soares[2] :

1 O benefício especial

1.1 Natureza Jurídica

O artigo 3º, § 1º, da Lei 12.618/12 prevê um benefício especial para os servidores ingressados no serviço público antes da instituição do regime complementar que optem por este. Trata-se de uma compensação financeira concedida ao servidor pelos seus aportes em valores acima do teto ora instituído, haja vista que, em caso de opção, o valor de seus benefícios pagos pelo RPPS da União não excederá o teto do RGPS.

(...)

Pois foi saída semelhante ao *vesting* o caminho escolhido pelo legislador. Concedeu-se um benefício proporcional ao período de contribuição do servidor e na medida do valor de seus aportes. A esta altura, percebe-se que a natureza jurídica do benefício especial é ressarcitória. Não se está acobertando nenhum risco social, mas sim indenizando o servidor que outrora contribuía sobre o total de sua remuneração e, agora, optando pelo novo regime, passa a receber benefícios do RPPS com valor limitado ao teto do RGPS.

42. O benefício especial não reúne os elementos normativos necessários a caracterizá-lo como um benefício de natureza previdenciária. A respeito disso, valho-me dos esclarecimentos feitos pela Gerência Jurídica junto à FUNPRESP-EXE:

23. As prestações previdenciárias, comumente chamadas de benefícios previdenciários, pois, constituem o resultado da intervenção estatal para proteção dos chamados riscos ou necessidades sociais. Ou seja, constituiria a formalização da cobertura securitária dos sinistros.

24. Assim, os benefícios previdenciários podem ser conceituados como o resultado da prestação protetiva dos Estados para a cobertura de eventos sociais previamente concebidos.

25. A Previdência Social, portanto, é constituída de um conjunto de normas, regras e princípios que estabelece a aplicação, vigência, natureza e requisitos dos bens juridicamente tutelados e das respectivas prestações estatais.

26. Então, a primeira conclusão que se pode apontar é que um benefício, para ter natureza previdenciária, deve ser oriundo desse sistema e objetivar a proteção de riscos sociais previamente estabelecidos.

(...)

39. Nesse sentido, tem-se que, para cada risco social eleito (doença, invalidez, morte, redução da capacidade laboral, proteção à maternidade, idade avançada), há uma prestação previdenciária correspondente, destinada à cobertura da situação que, implicando em afastamento do segurado de atividade laboral, lhe garanta a sobrevivência ou o amparo a seus dependentes.

40. Daí a instituição dos diversos benefícios, cada um tendo como pressuposto um evento específico, de modo que, por princípio, cada situação de risco corresponderia a um único beneficio, uma vez que a concessão de mais de um beneficio para a mesma situação é contrária à lógica da proteção previdenciária, com sérios riscos à sustentabilidade financeira e atuarial do sistema.

43. Complemente-se com a percuciente análise feita por Rodrigo Tenório[3]:

A discussão jurídica é sempre limitada pelo texto jurídico. É ele e somente ele quem definirá qual a natureza jurídica do benefício especial e as normas que lhe serão aplicáveis. Não se define primeiro a natureza para depois saber qual regra jurídica se aplicará ao benefício. O caminho a ser feito é o inverso. No momento inicial, verifica-se como o ordenamento trata o benefício especial. Posteriormente, define-se a classificação, ou a natureza jurídica, que receberá. Consideremos, para defini-la, a coerência do sistema jurídico, ou a característica que o sistema ostenta de ter elementos que guardem entre si relação de coerência, ou de não contradição. Ver-se-á que tendo o ordenamento como norte, é difícil qualificar o benefício especial como parte de regime jurídico previdenciário e portanto sujeito à alteração após a migração.

(...)

Os que defendem tese oposta poderiam dizer que o benefício especial é previdenciário porque só é usufruído na aposentadoria e é calculado segundo o tempo de contribuição. Quanto ao primeiro ponto, essencial lembrar que embora o gozo se dê na aposentadoria, a aquisição do direito ocorre na migração. Já quanto ao segundo, os critérios de cálculo pouco importam na definição das normas a serem aplicadas. Veja-se que o legislador poderia perfeitamente ter usado critérios sem nenhuma relação com o tempo usado para aposentadoria. Basta lembrar que fosse alterado o tempo de aposentadoria via emenda constitucional, a forma de cálculo do benefício especial não sofreria alterações, salvo se modificada também a lei que a prevê.

Por fim, o benefício especial não se confunde com a aposentadoria. A uma, porque o servidor perderá completamente o direito a ele ao trocar o regime de previdência da União por outro. A duas, a aposentadoria será gozada junto com o benefício especial e a ninguém é dado usufruir duas aposentadorias pelo mesmo vínculo estatutário. A três, porque diversamente da aposentadoria e de qualquer outro benefício previdenciário, é calculado no momento da migração, ou seja previamente à aposentadoria, e depois reajustado pelo INPC até ser pago quando o servidor se aposentar. Além dessa necessidade de cálculo prévio ser inerente ao equilíbrio da relação sinalagmática, a Lei 12618 no art. 3º, parágrafos quinto e sexto, distingue entre o benefício especial calculado e o benefício especial pago. Não há, portanto, qualquer possibilidade de se afirmar existente relação de acessoriedade entre aposentadoria e o benefício especial que poderia levar à conclusão errônea de que esse ostenta caráter previdenciário e não civil.

Vê-se, pois, que as marcantes diferenças entre o benefício especial e os previdenciários não permitem inclui-lo no rol desses. Se isso for feito, é necessário destacar a imutabilidade dada pela proteção ao ato jurídico perfeito. Haveria características previdenciárias, nascidas da forma de cálculo, mas não a propensão à mudança a que sujeito os elementos do regime jurídico previdenciário.

44. A Comissão de Seguridade Social e Família destacou que o benefício especial é espécie de benefício estatutário. Segue o trecho retirado do Parecer da PPP 1 CSSF, durante os debates do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, que antecedeu à Lei nº 12.618, de 2012, constante do sítio eletrônico da Câmara dos Deputados:

Ora, é bom lembrar que o fato do tempo de serviço público ser computado para todos os fins, notadamente para fins de aposentadoria, mediante compensação financeira entre os entes da Federação, é preciso computar, no cálculo **do benefício estatutário**, o tempo de serviço público anterior, mesmo que prestado a outros entes da Federação.

45. Resta evidente, portanto, o caráter compensatório do benefício especial previsto no art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, pois a norma considera para o seu cálculo apenas as contribuições previdenciárias vertidas para os regimes de previdência previstos no art. 40 da Constituição Federal, até a data da opção, demonstrando, com isso, a intenção de compensar o membro ou servidor, que se sujeitará ao teto do RGPS, pelo recolhimento a maior dessas contribuições.

46. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional corrobora esse entendimento. Eis o que asseverou:

46. Forte nesses argumentos, fica completamente afastada a natureza previdenciária do benefício especial previsto no § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, cuja natureza é de benefício financeiro ao servidor decorrente de política de incentivo para que ele opte pela mudança propugnada pelo legislador federal; benefício financeiro cujo montante pecuniário se reveste de característica compensatória, considerando a fórmula adotada pelo § 3º desse mesmo dispositivo legal, que leva em conta a quantidade de contribuições mensais efetuadas pelo servidor federal sobre a totalidade de sua remuneração anteriormente à opção expressamente manifestada.

47. Assim, confirmando o entendimento já apresentado no Parecer n.00093/2018/DECOR/CGU/AGU, o benefício especial de que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, não possui natureza previdenciária, é benefício estatutário de natureza compensatória.

48. No que concerne à opção realizada na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal, a Gerência Jurídica junto à FUNPRESP-EXE concluiu que "tem nítido caráter contratual (*sui generis*) entre o servidor público e o Estado (Administração Pública), abarcando todos os requisitos legais para a caracterização de contrato administrativo em sentido amplo". Para tanto, fundamentou:

85. Cotejando estas informações com a Lei nº 12.618/2012, a qual - como visto - instituiu o RPC na União e previu aos servidores públicos federais, já ingressos no serviço público antes dessa vigência, o pagamento de beneficio especial pela União quando da concessão de aposentadorias ou pensão por morte no RPPS, parece fácil chegar à conclusão de que a opção de alteração (migração) de regime previdenciário constitui contrato administrativo (em sentido amplo), na medida em que detém todos os requisitos necessários exigidos em lei. Vejamos:

1) Ajustes entre Administração Pública e particulares - o Estado, através da lei, oferta, faculta, a determinado grupo de servidores públicos (particulares) a alteração de regime previdenciário, mediante o pagamento de benefício adicional (benefício especial) em troca da limitação do valor devido à título de aposentadorias e pensões;

2) Acordo de vontades - o próprio Estado oferece a possibilidade de alteração de regime, mediante a ocorrência de ato formal, prévio, expresso, irretratável e irrevogável.

3) Estipulação de obrigações recíprocas - por um lado, a obrigatoriedade de ultimação da vida laboral vinculado à Administração Pública e limitação do valor dos benefícios previdenciários; por outro, em contrapartida, o pagamento de benefício adicional mediante um conjunto de regras próprias, de conhecimento prévio, que influencia diretamente na confluência das vontades.

4) Irrelevância da denominação utilizada - migração, alteração, opção, benefício especial, etc. Tudo isso não é relevante para a caracterização do contrato administrativo.

(...)

89. É desse caráter negocial, contratual, que se extraem as obrigações e direitos sinalagmáticos oriundos da alteração de regime previdenciário, através da efetivação da opção constitucional (art.40, § 16). De um lado, a redução do valor máximo para aposentadoria e pensão: de outro, a necessidade de pagamento compensatório pelos valores vertidos a maior anteriormente.

90. Assim, o instrumento utilizado para efetivar a opção de alteração constitucional, consubstanciado em um termo, se reveste dos efeitos de ato jurídico perfeito, na medida em que, realizada a opção, a mesma se torna irretratável e irrevogável por força de lei.

91. Portanto, ao homologar a opção constitucional, são transferidos ao patrimônio jurídico do servidor público os direitos e as obrigações previstos em lei, sob os quais se fundou a decisão pessoal de alteração de regime previdenciário, incluídas por óbvio, as regras de cálculo estabelecidas no art. 3º da Lei no 12.618/2012, constituindo-se-em verdadeiro direito adquirido.

49. A então Consultoria Jurídica junto ao extinto Ministério do Planejamento corroborou referido entendimento. No PARECER n. 00601/2018/GCG/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU destacou que "a adesão ao novo regime constitui, assim, um ato jurídico perfeito que gera um direito adquirido ao Benefício Especial, direito esse que passa a integrar o patrimônio jurídico do servidor". Eis o que ressaltou:

A homologação, pela União, da opção de adesão ao novo regime previdenciário realizada pelo servidor confere ao ato de adesão o caráter de definitividade, tornando a opção irrevogável e irretratável (art. 3º, § 8º, da Lei 12.618/2012). Ao exercer seu direito de opção constitucionalmente garantido, o servidor adere aos termos e condições previstos em lei para a migração de regime, termos e condições que se referem, basicamente:

1.à aplicação do teto do RGPS aos benefícios previdenciários a serem concedidos pelo RPPS (art. 3º, II, da Lei 12.618/2012); e

2.ao direito do servidor à concessão de um Benefício Especial pela União (art. 3º, § 1º, da Lei 12.618/2012), benefício esse de natureza compensatória, conforme exposto acima (item 2.1).

50. A sujeição ao regime de previdência complementar pelos membros e servidores que já se encontravam no serviço público quando da sua vigência depende de manifestação prévia e expressa, conforme disciplina o § 16 do art. 40 da Constituição Federal:

Art. 40. (...)

(...)

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)

51. O exercício dessa opção "é irrevogável e irretratável, não sendo devida pela União e suas autarquias e fundações públicas qualquer contrapartida referente ao valor dos descontos já efetuados sobre a base de contribuição acima do limite previsto no *caput* deste artigo", conforme disciplina o § 8º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012.

52. Ao fazê-la, a norma assegura aos servidores e membros "o direito a um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, observada a sistemática estabelecida nos §§ 2º a 3º deste artigo e o direito à compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal,".

53. Esse contexto normativo demonstra a existência de uma relação dotada de aspectos contratuais. O § 16 do art. 40 da Constituição Federal exige como condição essencial para a submissão ao regime de previdência complementar que haja prévia e expressa manifestação de vontade do membro ou servidor por ela alcançada. A Lei nº 12.618, de 2012, por sua vez, ao utilizar-se da expressão "assegurado" no § 1º do art. 3º emprega-a na acepção de garantia, de confirmação do direito ao recebimento a um benefício especial pela opção feita na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal, reforçando a ideia de que referido benefício especial é contrapartida pela opção realizada.

54. No bojo da opção feita há um acordo de vontades firmado entre o membro ou servidor, de um lado, e do outro, a União, cuja finalidade é estabelecer, a um só tempo, a extinção do direito ao recebimento de aposentadoria e pensão em valor superior ao teto do RGPS, limitando-os a este, e do outro, criando para a União a obrigação de pagar um benefício especial ao membro ou servidor pela opção realizada. Demonstrando, assim, o caráter sinalagmático da relação estabelecida.

55. O termo de adesão ao regime de previdência complementar, devidamente homologado, constitui um ato jurídico perfeito, celebrado em conformidade com os termos e condições previstos em lei e "consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou" (art. 6º, § 1º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Decreto-Lei 4.657/1942).

56. A opção realizada sob o manto das referidas regras caracteriza-se como ato jurídico perfeito, pois foi em razão do contexto normativo existente que o membro ou servidor pautou-se para tomar a sua decisão. Com isso, deverá ser preservado o direito dos membros e servidores ao benefício especial nas condições previstas nas regras no momento em que formalizada a opção.

57. A respeito disso, a GEJUR-FUNPRESP-EXE destacou:

Portanto, ao homologar a opção constitucional, são transferidos ao patrimônio jurídico do servidor público os direitos e as obrigações previstos em lei, sob os quais se fundou a decisão pessoal de alteração de regime previdenciário, incluídas por óbvio, as regras de cálculo estabelecidas no art. 3º da Lei nº 12.618/2012, constituindo-se em verdadeiro direito adquirido.

58. Sendo a opção feita pelo membro ou servidor de caráter irrevogável e irretratável, também haverá de ser em relação à União, de modo a preservar a confiança e a segurança jurídica do acordo firmado entre ambos.

59. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não discrepa do entendimento acima. Eis o que concluiu:

O exercício da opção legal de se vincular à regra que limita o benefício de aposentadoria ao valor máximo pago pelo RGPS (teto) constitui direito adquirido ao benefício especial, que passa a integrar o patrimônio jurídico do servidor federal, de modo que as regras e condições previstas para a concessão e pagamento do benefício especial não podem, sob qualquer hipótese, ser alteradas pelo legislador federal, em respeito ao direito adquirido (inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal). Essa também a diretriz conferida pela Medida Provisória nº 853, de 2018.

122.2.1 De igual forma, o exercício do direito de opção pelos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União (§ 1º do art. 1º e inciso II do *caput* do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, com fulcro no § 16 do art. 40 da Constituição Federal) está acobertado pelo manto do ato jurídico perfeito, na medida em que esse aceite aperfeiçoa o negócio jurídico realizado com a Administração, consoante itens 67 a 76 deste Parecer.

60. Assim, o benefício especial previsto no § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, rege-se pelas regras existentes no momento da opção feita na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

III - CÁLCULO DO BENEFÍCIO ESPECIAL

61. O benefício especial será calculado de acordo com o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, e 2012, levando em consideração as contribuições mensais efetuadas para os regimes de previdência previstos no art. 40 da Constituição Federal, efetivamente recolhidas pelos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações e pelos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, até a data da opção. Sobre a fórmula do cálculo, disciplinou o § 3º do art. 3º:

§ 3º O fator de conversão de que trata o § 2º deste artigo, cujo resultado é limitado ao máximo de 1 (um), será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

FC = Tc/Tt

Onde:

FC = fator de conversão;

Tc = quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição Federal, efetivamente pagas pelo servidor titular de cargo efetivo da União ou por membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União até a data da opção;

Tt = 455, quando servidor titular de cargo efetivo da União ou membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União, se homem, nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 40 da Constituição Federal;

Tt = 390, quando servidor titular de cargo efetivo da União ou membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União, se mulher, ou professor de educação infantil e do ensino fundamental, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, se homem;

Tt = 325, quando servidor titular de cargo efetivo da União de professor de educação infantil e do ensino fundamental, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, se mulher.

62. Ensejou dúvida o alcance do fator "Tc" no cálculo do benefício especial, que apenas considera a "quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição Federal", porque os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, incluem as contribuições vertidas para os regimes próprios dos demais entes federativos. Eis o que destacou a GEJUR-FUNPRESP-EXE no PARECER JURÍDICO N° 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE (seq. 1):

138. Numa primeira leitura, pode-se concluir que, para o cálculo do fator "Tc", apenas se levaria em consideração as contribuições vertidas pelo servidor público ao RPPS da União, desprezando-se, assim, eventuais contribuições vertidas para os demais regimes próprios (Estados, Distrito Federal e Municípios).

139. Certamente, há quem defenda a legalidade desta conclusão, porém, não me parece acertada quando o compêndio normativo e constitucional e compreendido sistematicamente.

140. O §1° assegura o pagamento de benefício especial, calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata oart.40 da CF, observado o direito à compensação financeira de que trata o 9° do art.201 da Carta Constitucional.

141. Depreende-se, pois, que a União, ao pagar o benefício especial de servidor público que contribuiu para regimes próprios distintos, se valerá da previsão constitucional e normativa para realizar as compensações necessárias, a fim de que não tenha prejuízo em detrimento de vantagem indevida de outro regime.

142. Pois bem. Diante disso, não parece razoável presumir que, apesar de se valer da correspondente compensação financeira, o tempo de contribuição será considerado apenas em relação ao período em que contribuiu para o RPPS da União.

143. Ocorreria então fenômeno inverso, onde a União, após realizada a devida compensação financeira sobre as contribuições recolhidas para outro regime próprio, desembolsaria o beneficio compensatório referente apenas ao período em que o servidor público se manteve vinculado ao seu regime, diminuindo significativamente o valor do benefício especial, o que geraria um prejuízo ao servidor e uma vantagem indevida para si.

144. Ademais, o art.22 da Lei nº 12.618/2012 previu, expressamente, esta contagem de tempo de contribuição para os regimes próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios para as hipóteses de servidores públicos que ingressarem no serviço público federal após a vigência do regime de previdência complementar, oriundos de entes que ainda não o tivesse instituído. Confira-se:

Art. 22. Aplica-se o benefício especial de que tratam os §§ 1º a 8º do art. 3º ao servidor público titular de cargo efetivo da União, inclusive ao membro do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, oriundo, sem quebra de continuidade, de cargo público estatutário de outro ente da federação que não tenha instituído o respectivo regime de previdência complementar e que ingresse em cargo público efetivo federal a partir da instituição do regime de previdência complementar de que trata esta Lei, considerando-se, para esse fim, o tempo de contribuirão estadual, distrital ou municipal, assegurada a compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

147. Decerto, diante da previsão legal e do direito assegurado à compensação constitucional, não há como desconsiderar o período de contribuição dos servidores públicos da União que anteriormente foram vertidas aos regimes próprios de Estados, Distrito Federal e Municípios, sob clara afronta ao princípio constitucional da isonomia.

148. Pensar diferente seria criar uma categoria de servidores públicos que, sem nenhuma razão admissível, teria contribuído sobre valores superiores ao teto máximo do RGPS, mas que, caso efetivem a opção constitucional de migração de regime previdenciário, não receberia a compensação por estes valores.

63. A CONJUR/MP, à época, no PARECER n. 00601/2018/GCG/CGJOE/CONJUR-MP/CGU/AGU (seq. 2), acompanhou referido entendimento. Para tanto, destacou:

25. Em relação à **segunda questão**, não obstante o dispositivo que trata especificamente da forma de cálculo do Benefício Especial faça referência apenas à "quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição, efetivamente pagas pelo servidor titular de cargo efetivo da União ou por membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União até a data da opção" (art. 3, § 2, da Lei 12.618/2012), o dispositivo que assegura o próprio direito ao Benefício Especial menciona expressamente o tempo de contribuição ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos dos demais entes federativos (art. 3, § 2, da Lei 12.618/2012). De acordo com o art. 3, § 2, da Lei 12.618/2012:

Art. 3º (...)

§ 1º É assegurado aos servidores e membros referidos no inciso II do **caput** deste artigo o direito a um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, observada a sistemática estabelecida nos §§ 2º a 3º deste artigo e o direito à compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal, nos termos da lei."

26. Além disso, o art. 22 da Lei 12.618/2012 também menciona expressamente o tempo de contribuição ao RPPS dos demais entes federativos ao assegurar o direito ao Benefício Especial aos servidores públicos oriundos dos demais entes federativos que ingressem no serviço público federal após a data da entrada em vigor do novo regime previdenciário. De acordo com o dispositivo:

Art. 22. Aplica-se o benefício especial de que tratam os §§ 1º a 8º do art. 3º ao servidor público titular de cargo efetivo da União, inclusive ao membro do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, oriundo, sem quebra de continuidade, de cargo público estatutário de outro ente da federação que não tenha instituído o respectivo regime de previdência complementar e que ingresse em cargo público efetivo federal a partir da instituição do regime de previdência complementar de que trata esta Lei, considerando-se, para esse fim, o tempo de contribuição estadual, distrital ou municipal, assegurada a compensação financeira de que trata o § 9odo art. 201 da Constituição Federal.

27. A própria referência ao instituto da compensação financeira entre regimes previdenciários impõe que as contribuições do servidor ao RPPS dos demais entes federativos também seja levada em conta no cálculo do Benefício Especial, sob pena de enriquecimento sem causa da União.

28. Logo, a conclusão é a de que o cálculo do Benefício Especial também deve incluir as contribuições mensais efetuadas para o regime próprio de previdência social dos servidores públicos dos demais entes federativos, assegurada a aplicação do instituo da compensação financeira entre regimes previdenciários (art. 201, § 9, da Constituição Federal).

64. Verifica-se, pois, que o entendimento sustentado foi no sentido de que a leitura dos §§ 2º e 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, deve ser feita em harmonia com os demais preceitos constitucionais e legais, pois sendo o benefício especial de caráter compensatório não se pode desconsiderar o tempo de contribuição destinado aos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme disciplina o art. 40 da Constituição Federal.

65. A respeito do referido entendimento, verifica-se que está alinhado à intenção do legislador, conforme será a seguir demonstrado. Na versão apresentada pelo Poder Executivo do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, conforme se extrai da página da Câmara dos Deputados na *internet,* para o cálculo do benefício especial foi considerada apenas a contribuição previdenciária destinada ao regime próprio de previdência do servidor da União. Confira-se:

Art. 3º Aplica-se o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição, observado o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, aos servidores e membros referidos no caput do art. 1o desta Lei que:

I - ingressarem no serviço público a partir da data do início do funcionamento da entidade a que se refere o art. 4o desta Lei, independentemente de sua adesão ao plano de benefícios;

II - tenham ingressado no serviço público até o dia anterior à data do início do funcionamento da entidade a que se refere o art. 4o desta Lei e que exerçam a opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição.

§ 1º É assegurado aos servidores e membros referidos no inciso II do caput deste artigo o direito a um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição, observada a sistemática estabelecida nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 2º O benefício especial será equivalente à diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data da opção, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência da União, atualizadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, e o limite máximo a que se refere o caput deste artigo, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, multiplicada pelo fator de conversão.

§ 3º O fator de conversão de que trata o § 2º deste artigo, cujo resultado é limitado ao máximo de um, será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

FC = Tc/Tt

Onde:

FC = fator de conversão;

Tc = quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição, efetivamente pagas pelo servidor titular de cargo efetivo da União ou por membro do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União até a data de opção;

66. A respeito desse ponto, no entanto, foi apresentada a Emenda Modificativa nº 5, no bojo da discussão do Projeto de Lei nº 1.992/2007, com a seguinte justificativa:

Dê-se ao parágrafo 1º do art. 3º do Projeto de Lei 1992/2007 a seguinte redação:

"§1º É assegurado aos servidores e membros referidos no inciso II deste artigo o direito a um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, observada a sistemática estabelecida nos §§ 2º e 3º deste artigo."

Justificativa

A menção ao serviço prestado unicamente à União está incompatível com a regra da contagem recíproca, garantida pelo § 9° do art. 40 da Constituição Federal.

67. Recorrendo mais uma vez ao conteúdo dos debates ocorridos naquela Casa Legislativa, infere-se a seguinte informação extraída do Parecer do Relator da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP):

O § 1º do art. 3º do projeto original determina que os servidores que exercerem a opção recém mencionada perceberão "benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição."

Considerando que esse benefício se destina a compensar a redução do valor do benefício devido pelo regime próprio de previdência da União e que a Constituição Federal assegura o cômputo do tempo de contribuição federal, estadual e municipal, assim como para o regime geral de previdência social - RGPS (art. 40, §§ 3º e 9º), determinando a compensação entre esses regimes (art. 201, § 9º), conclui-se, forçosamente, que a regra proposta resultaria no enriquecimento sem causa da União, em detrimento do servidor.

Pelo exposto, o § 2º do art. 3º do substitutivo anexo elimina a restrição indevida, acolhendo, no mérito, a Emenda nº 5.

Além de restringir as contribuições computadas à esfera federal, a fórmula de cálculo do fator de conversão prevista no § 3º do art. 3º do projeto peca por desconsiderar as hipóteses de redução do tempo de contribuição exigido para a aposentadoria dos servidores portadores de deficiência e dos que exerçam atividades de risco ou sob condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Esses são casos especiais, previstos no § 4º do art. 40 da Constituição, e que devem ser considerados para fins de cálculo tanto do benefício especial quanto do benefício pelo regime próprio. Há ainda o caso dos que exercem atividades de magistério na educação infantil ou no ensino fundamental ou médio, previsto no § 5º do citado artigo.

68. Com a aprovação do novo texto do parágrafo segundo, alterando a redação original apresentada pelo Poder Executivo, restou evidente a intenção do legislador em incluir no cálculo do benefício especial, além das contribuições efetivamente recolhidas ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos da União, àquelas destinadas aos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

69. Confirma essa asserção o disposto no art. 22 da Lei nº 12.618, de 2012:

Art. 22. Aplica-se o benefício especial de que tratam os §§ 1º a 8º do art. 3º ao servidor público titular de cargo efetivo da União, inclusive ao membro do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União, oriundo, sem quebra de continuidade, de cargo público estatutário de outro ente da federação que não tenha instituído o respectivo regime de previdência complementar e que ingresse em cargo público efetivo federal a partir da instituição do regime de previdência complementar de que trata esta Lei, considerando-se, para esse fim, o tempo de contribuição estadual, distrital ou municipal, assegurada a compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

70. Assim, na forma dos §§ 2º e 3º do art. 3º e do art. 22 da Lei nº 12.618, de 2012, o benefício especial será equivalente a diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data da mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições efetuadas pelo membro ou servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios e o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

71. A União é a responsável pelo pagamento do benefício especial e não o Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS. O benefício especial será pago por ocasião da concessão da aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União, previsto no art. 40 da Constituição Federal. Extinguindo-se o pagamento destes, cessa também o pagamento do benefício especial.

72. Quanto ao momento do cálculo do benefício especial, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sustenta que ele deve ser calculado no momento do exercício do direito de opção. Para tanto, argumentou:

90. Quanto ao momento do cálculo do benefício especial, é certo que o § 5º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, determinou que ele será pago pelo órgão competente da União, por ocasião da concessão de aposentadoria.

91. Ocorre que o legislador não afirmou que o seu cálculo deve ser no momento da aposentadoria. Portanto, não se deve confundir o momento do cálculo do benefício especial com o momento do seu pagamento. São ocasiões distintas e não se pode afirmar que o legislador assim o determinou.

92. Interpretação desse jaez parece ir de encontro ao comando legal, considerando que a Administração já possui os elementos para a efetivação desse cálculo, com base na fórmula legalmente prevista para ele.

93. É, inclusive, com base na fórmula legal que a própria Administração desenvolveu simulador que efetivamente embasa a tomada de decisão dos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União para exercerem, ou não, seu direito constitucional e legal de opção. E isso só demonstra, pois, que existe total condição de o cálculo/apuração do benefício especial ocorra no momento do exercício da opção. Essa inclusive é a orientação contida na Resolução Conjunta STF/MPU nº 3, de 2018, que, nesta seara, reitera-se recomendação no sentido de que o Poder Executivo Federal edite normativo próprio, de igual teor.

73. A Lei nº 12.618, de 2012, não tratou sobre o momento do cálculo. Ela disciplina que as contribuições que servirão de base para o seu cálculo serão atualizadas até a data da mudança do regime, conforme previsto no § 2º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012. Com isso, o *quantum* das contribuições efetivamente recolhidas e que serão utilizadas no cálculo do benefício especial já se encontra consolidado no momento da opção, não dependendo, pois, de evento futuro. Além disso, referida norma garante a sua atualização na forma da lei.

74. Sendo o cálculo do benefício especial realizado no momento da opção ou do seu pagamento, chegará ao mesmo resultado, porque as regras do cálculo são aquelas vigentes no momento da opção realizada na forma do § 16 da Constituição Federal, não sujeitas a alterações ou modificações.

75. Logo, o benefício especial deve ser calculado de acordo com as regras vigentes no momento da opção feita na forma do § 16 da Constituição Federal, respeitando a fórmula prevista nos §§ 2º e 3º da Lei nº 12.618, de 2012.

76. Ainda sobre o cálculo do benefício especial, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sustenta que o valor alcançado pelo simulador desenvolvido pela Administração representa "um patamar mínimo do montante correspondente ao benefício especial, que deve ser atualizado no momento da concessão do benefício". Eis o que destacou:

103. De igual forma, há que se divergir da resposta à questão nº 8, contida nos itens 229 a 231 do Parecer Jurídico nº 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE, no tocante ao cálculo do benefício especial revelado pelo simulador disponibilizado pela Administração. O valor alcançado pelo simulador revela um patamar mínimo do montante correspondente ao direito patrimonial que é o benefício especial. Isso porque ele é estabelecido com base em fórmula legal, com elementos que já são conhecidos pela Administração no momento em que disponibiliza a ferramenta ao servidor federal. Ademais, valor alcançado na simulação, objetivamente, embasa a tomada de decisão do servidor para exercer, ou não, seu direito legal de opção pela nova regra relativa ao benefício de aposentadoria.

103.1 Ressalva-se, todavia, situação de erro evidente no cálculo do simulador, no sentido de que nesse caso, ele não sirva como patamar mínimo do montante correspondente ao direito patrimonial que é o benefício especial.

77. O benefício especial tem por base de cálculo as contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, até a data da opção prevista no § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

78. O § 6º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, estabelece que o "benefício especial calculado será atualizado pelo mesmo índice aplicável ao benefício de aposentadoria ou pensão mantido pelo regime geral de previdência social".

79. Não há que se confundir o benefício especial calculado com a sua atualização. No § 2º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, está prevista a atualização das contribuições que serão utilizadas no cálculo do benefício especial. Calculado este, o § 6º assegura que o mesmo será atualizado pelo índice aplicável ao benefício de aposentadoria ou pensão mantido pelo regime geral de previdência social.

80. A atualização do benefício especial visa resguardar o patrimônio adquirido da depreciação em razão do decurso do tempo. Não serve essa atualização, portanto, para permitir a fixação de um valor inicial a ser posteriormente modificado. Não. O benefício especial calculado estará sujeito à atualização na forma prevista em lei, a fim de preservar-lhe o valor.

81. Em relação aos membros e servidores que ingressaram no serviço público antes de 1994, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sustenta que "o tempo de serviço entre seu ingresso no serviço público federal e o início desse seu recolhimento relativo à contribuição previdenciária não pode ser considerado no cálculo do seu benefício especial. Apenas períodos contributivos entram no cálculo do benefício especial, haja vista que o § 2º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, expressamente previu que o termo inicial do período contributivo, nessas hipóteses, é a competência julho de 1994".

82. Há regra expressa quanto a isso na Lei nº 12.618, de 2012. Vejamos:

Art. 3º (...)

(...)

§ 2º O benefício especial será equivalente à diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data de mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, e o limite máximo a que se refere o **caput** deste artigo, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, multiplicada pelo fator de conversão.

83. A própria norma delimita o marco do período contributivo a ser considerado no cálculo do benefício especial, a partir de julho de 1994. A intenção é considerar no cálculo apenas as contribuições efetivamente pagas. Isso é corroborado pela definição dada ao fator "Tc" que compõe a fórmula do cálculo (FC=Tc/Tt). "Tc" é a "quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição Federal, efetivamente pagas pelo servidor titular de cargo efetivo da União ou por membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União até a data da opção". Logo, a norma não admite a inclusão de qualquer tempo ficto contributivo, apenas aqueles efetivamente pagos, recolhidos.

84. Com efeito, no cálculo do benefício especial para membros e servidores que ingressaram no serviço público antes de 1994 e fizeram a opção pelo regime de previdência complementar, somente será considerado o período contributivo a partir da competência julho de 1994, efetivamente pago.

85. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional argumentou ainda que o benefício especial não integra a base de cálculo da contribuição para o RPPS. Exortou que "os aposentados e pensionistas somente estão obrigados a contribuir para os regimes próprios de previdência social sobre os respectivos proventos de aposentadoria e pensão que excederem os limites máximos mencionados nos §§ 18 e 21 do art. 40 da Constituição Federal. Por conseguinte, à míngua de dispositivo constitucional que o estabeleça, não estão os aposentados e pensionistas obrigados a contribuir para os respectivos regimes próprios de previdência social sobre quaisquer outras verbas que venham a perceber e que não se incluam nos conceitos de "proventos de aposentadoria e de pensão"".

86. A Constituição Federal estabelece que sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidas pelo RPPS incidirá contribuição. Eis a redação:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

(...)

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

87. Referido dispositivo não sofreu alteração pela atual Emenda Constitucional nº 103, de 2019.

88. Os aposentados e pensionistas contribuem sobre a parcela dos proventos da aposentadoria ou da pensão recebida. O alcance é limitado a esses benefícios, não incluindo outros valores eventualmente percebidos na incidência dessa contribuição.

89. Logo, sendo o benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 2012, benefício estatutário de natureza compensatória, afastada a incidência de contribuição para o RPPS sobre ele.

90. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional afastou a possível correspondência entre o benefício especial e o direito acumulado previsto no art. 17 da Lei Complementar nº 109, de 2001, conforme apontada pela GEJUR/FUNPRESP-EXE. Destacou que "o benefício especial é direito adquirido do servidor. Esse dispositivo da legislação complementar tem aplicabilidade às hipóteses de alteração dos planos de benefícios, de portabilidade e de resgate, referentes ao contrato celebrado entre a entidade de previdência complementar e o participante".

91. A GEJUR/FUNPRESP-EXE informou que "quando o Parecer Jurídico n° 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE (itens 202 a 213) assemelha o Beneficio Especial ao Direito Acumulado do Participante utiliza como fundamento o fato de ambos os institutos resguardarem o patrimônio do interessado em relação ao que foi contratado". Mais adiante, esclareceu:

Em resumo, o Benefício Especial e o Direito Acumulado se aproximam na medida ern que consagram como princípio norteador *o temp us regit actum*, segundo o qual os atos jurídicos regem-se pela lei vigente na época em que realizados. Com isso, alterações normativas que venham a ocorrer após a relação jurídica formada não influenciarão em nada, em garantia do negócio jurídico perfeito.

26. Isso não significa dizer que não há diferenças entre os referidos institutos; ao contrário, assiste razão ao Parecer Conjunto da PGFN ao expressar que o Benefício Especial é direito adquirido dos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União ao passo que o Direito Acumulado e garantia do contrato celebrado entre a EFPC e o participante/assistido.

92. A Lei Complementar nº 109, de 2001, nos arts. 15 e 17, disciplina:

Art. 15. Para efeito do disposto no inciso II do caput do artigo anterior, fica estabelecido que:

I - a portabilidade não caracteriza resgate; e

II - é vedado que os recursos financeiros correspondentes transitem pelos participantes dos planos de benefícios, sob qualquer forma.

Parágrafo único. O direito acumulado corresponde às reservas constituídas pelo participante ou à reserva matemática, o que lhe for mais favorável.

Art. 17. As alterações processadas nos regulamentos dos planos aplicam-se a todos os participantes das entidades fechadas, a partir de sua aprovação pelo órgão regulador e fiscalizador, observado o direito acumulado de cada participante.

Parágrafo único. Ao participante que tenha cumprido os requisitos para obtenção dos benefícios previstos no plano é assegurada a aplicação das disposições regulamentares vigentes na data em que se tornou elegível a um benefício de aposentadoria.

93. Referida norma é específica do regime de previdência complementar, não se confunde com o benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 2012. Ao utilizar a expressão "assemelhar" a GEJUR/FUNPRESP-EXE não pretendeu equipará-los, apenas destacou a semelhança quanto ao escopo de cada um, já que ambos protegem o patrimônio adquirido de eventuais alterações normativas que venha sobre ele recair, sem a intenção de equipará-los.

94. Com efeito, o benefício especial não se confunde com o direito acumulado previsto nos art. 15 e 17 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

95. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional considera devida a gratificação natalina no pagamento do benefício especial, ressalta haver expressa disposição neste sentido. Eis o que disciplina o § 5º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012:

Art. 3º (...)

(...)

§ 5º O benefício especial será pago pelo órgão competente da União, por ocasião da concessão de aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime, inclusive junto com a gratificação natalina.

96. A norma estabelece que o pagamento do benefício especial ocorrerá por ocasião da concessão de aposentadoria ou da pensão por morte, juntamente com a gratificação natalina. No mesmo sentido, disciplina a Orientação Normativa SEGEP Nº 2 de 13/04/2015:

Art. 3º Será devido benefício especial, conforme estabelecido no art. 3º, inciso II, § 1º da Lei nº 12.618, de 2012, ao servidor detentor de cargo público efetivo no Poder Executivo Federal que tenha ingressado no serviço público federal anteriormente a 4 de fevereiro de 2013, e que tenha optado pela migração para o regime de previdência complementar, nos termos do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

§ 1º O benefício especial, a ser pago pelo órgão competente da União, será devido por ocasião da concessão de aposentadoria ao servidor, inclusive por invalidez, ou pensão por morte pelo próprio regime de previdência da União, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, enquanto perdurar o benefício pago por esse regime, inclusive junto com a gratificação natalina.

97. O mesmo entendimento é extraído do teor do Parecer exarado pela Comissão de Seguridade Social e Família, durante os debates do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, convertido na Lei nº 12.618, de 2012. Segue o excerto:

(...)

Sobre o Benefício Especial:

(...)

(d) O pagamento ocorre quando da concessão da aposentadoria ou pensão por morte pelo regime próprio de previdência da União e enquanto perdurar esse benefício, inclusive com o pagamento da gratificação natalina (13º salário).

98. Em conformidade com o disposto no § 5º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, o benefício especial será pago pela União por ocasião da concessão de aposentadoria ou da pensão por morte de que cuida o regime próprio de previdência da União, juntamente com a gratificação natalina, enquanto perdurar o pagamento dos referidos benefícios previdenciários.

99. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional considera que no cálculo do benefício especial a contribuição sobre a gratificação natalina não deve ser contabilizada como contribuição mensal independente. Eis o que destacou:

Da sua leitura, extrai-se que o § 2º do art. 3º aduz ao valor do benefício especial, enquanto o § 3º, ao tratar da fórmula equivalente ao fator de conversão, entendeu que o tempo de contribuição (Tc) é a quantidade de contribuições mensais. Isso significa que o legislador entendeu que no cálculo do valor do benefício especial, não há que se considerar a gratificação natalina como contribuição mensal autônoma.

E isso se explica porque ela não é uma décima terceira contribuição, e, para seu cômputo, não é criada uma competência contábil independente, na medida em que não há contribuição mensal além de doze meses pois não há mais que doze meses no ano.

Para se calcular a gratificação natalina, é preciso apenas dividir a remuneração integral do servidor por doze, que é a quantidade de meses trabalhados: remuneração integral ÷ 12 (meses trabalhados).

Como não há contribuição mensal além de doze meses, não há que se considerar treze meses de contribuição, pois a gratificação natalina é contabilizada no mês em que percebida.

Insta no ponto ressaltar que, como o benefício especial não possui natureza previdenciária, não há que se considerar em seu cálculo os mesmos ditames para o cálculo do benefício de aposentadoria que porventura a Administração siga, a exemplo da diretriz traçada pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no Acórdão nº 1176/2015 - Plenário.

Portanto, na apuração da quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União, integrante do numerador da fórmula do § 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, deve-se considerar a gratificação natalina como incidente no mês da sua percepção, e não treze meses, na medida em que, repita-se, ela não é contabilizada como contribuição mensal independente, ampliando-se a base de cálculo no mês de sua percepção

100. A respeito do cálculo do benefício especial, disciplina o § 3º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012:

Art. 3º (...)

§ 3º O fator de conversão de que trata o § 2º deste artigo, cujo resultado é limitado ao máximo de 1 (um), será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

FC = Tc/Tt

Onde:

FC = fator de conversão;

Tc = quantidade de contribuições mensais efetuadas para o regime de previdência da União de que trata o art. 40 da Constituição Federal, efetivamente pagas pelo servidor titular de cargo efetivo da União ou por membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União até a data da opção;

Tt = 455, quando servidor titular de cargo efetivo da União ou membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União, se homem, nos termos da alínea "a" do inciso III do art. 40 da Constituição Federal;

Tt = 390, quando servidor titular de cargo efetivo da União ou membro do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público da União, se mulher, ou professor de educação infantil e do ensino fundamental, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, se homem;

Tt = 325, quando servidor titular de cargo efetivo da União de professor de educação infantil e do ensino fundamental, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, se mulher.

101. Nos termos do art. 2º da Lei nº 8.688, de 1993, "a contribuição mensal do servidor ao Plano de Seguridade Social incidirá sobre sua remuneração". O art. 4º da Lei nº 10.887, de 2004, por sua vez, disciplina:

Art. 4º A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidentes sobre: (Redação dada pela Lei nº 12.618, de 2012)

I - a totalidade da base de contribuição, em se tratando de servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e não tiver optado por aderir a ele; (Incluído pela Lei nº 12.618, de 2012)

II - a parcela da base de contribuição que não exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, em se tratando de servidor: (Incluído pela Lei nº 12.618, de 2012)

a) que tiver ingressado no serviço público até a data a que se refere o inciso I e tenha optado por aderir ao regime de previdência complementar ali referido; ou (Incluído pela Lei nº 12.618, de 2012)

b) que tiver ingressado no serviço público a partir da data a que se refere o inciso I, independentemente de adesão ao regime de previdência complementar ali referido. (Incluído pela Lei nº 12.618, de 2012)

§ 1º Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

I - as diárias para viagens;

II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - a indenização de transporte;

IV - o salário-família;

V - o auxílio-alimentação;

VI - o auxílio-creche;

VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada; (Redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012)

IX - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal , o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 ; (Redação dada pela Lei nº 12.688, de 2012)

X - o adicional de férias; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XI - o adicional noturno; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XII - o adicional por serviço extraordinário; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XIII - a parcela paga a título de assistência à saúde suplementar; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XIV - a parcela paga a título de assistência pré-escolar; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XV - a parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da administração pública do qual é servidor; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XVI - o auxílio-moradia; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XVII - a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 ; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XVIII - a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), instituída pela Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006 ; (Incluído pela Lei nº 12.688, de 2012)

XIX - a Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 ; (Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)

XX - a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 ; (Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)

XXI - a Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 ; (Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)

XXII - a Gratificação de Raio X; (Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)

XXIII - a parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, recebida pelos servidores da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil; (Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017)

XXIV - a parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho, recebida pelos servidores da carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho. (Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017)

XXV - (Incluído Medida Provisória nº 805, de 2017) (Vigência encerrada)

XXVI - o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI); e (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

XXVII - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB). (Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)

102. Integra a base de contribuição do servidor para o regime próprio de previdência do servidor da União "o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens", excluídas aquelas acima previstas.

103. Logo, sendo a gratificação natalina, nos moldes previstos nos arts. 49, II, 61, II e 63 a 66 da Lei nº 8.112, de 1990, vantagem de caráter permanente, ela integra a base de contribuição do servidor para o regime próprio de previdência da União. A respeito disso, é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Eis o teor da Súmula 207 e de outros julgados:

Súmula 207

As gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário".

Natureza salarial da gratificação natalina e incidência de contribuição previdenciária

3. De acordo com as Súmulas 207 e 688 do STF o décimo-terceiro salário possui natureza salarial, sendo legítima a incidência da contribuição previdenciária.

4. As contribuições previdenciárias recolhidas indevidamente podem ser objeto de restituição ou compensação com parcelas vencidas posteriormente ao pagamento, relativas a tributo de mesma espécie e destinação constitucional, conforme previsto nos arts. 66 da Lei 8.383/1991, 39 da Lei 9.250/1995 e 89 da Lei 8.212/1991, observando-se as disposições do art. 170-A do CTN.[**ARE 974.350**, rel. min. Luiz Fux, dec. monocrática, j. 8-6-2016, *DJE* 120 de 13-6-2016.]

(...) é remansosa a jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal quanto a não existência de bitributação na incorporação do décimo terceiro salário na base de cálculo da contribuição social. Ocorre na espécie a incidência da súmula 207 desta Corte.[**RE 212.845 AgR**, rel. min. Dias Toffoli, 1ª T, j. 31-5-2011, *DJE* 163 de 25-8-2011.]

Não há, na verdade, dúvida a respeito da natureza salarial do 13º salário. Se houvesse, a Súmula 207, da Corte Suprema, a dissiparia: "As gratificações habituais, inclusive a de Natal, consideram-se tacitamente convencionadas, integrando o salário". A incidência, portanto, sobre o 13º salário, da contribuição previdenciária, é correta, tendo por base a folha de salário (C.F., art. 195, I), por força da própria Constituição Federal, art. 201, § 4º: "Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e consequente repercussão em benefícios, nos casos e na forma da lei".[**RE 219.689**, rel. min. Carlos Velloso, 2ª T, j. 27-4-1998, *DJ* de 20-4-2001.]

104. Como a regra do § 2º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, determina que "o benefício especial será equivalente à diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data de mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência", não se poderia afastar desse cálculo as contribuições efetivamente recolhidas sobre a gratificação natalina.

105. Quanto ao cálculo do benefício especial, são elucidativas as explicações conferidas pela GEJUR-FUNPRESP-EXE. Na NOTA JURÍDICA N° 009/2019/GEJUR/Funpresp-Exe ratificou o seu entendimento anterior. Para tanto, argumentou:

40. A gratificação natalina, instituída pela Lei n° 4.090/1962 e regulamentada pelo Decreto n° 57.155/1965, conferiu a todos os empregados urbanos, rurais e domésticos o direito a uma gratificação salarial correspondente a 1/12 (um doze avos) da sua remuneração integral por mês ou fração de mês trabalhado, tomando-se por base a remuneração devida no mês de dezembro e de acordo com o tempo de serviço do empregado no ano em curso.

41. Em 1988, com a edição da Constituição Federal em vigor, a gratificação natalina foi elevada a categoria de direito constitucional, nos moldes do art. 7°, inciso VIII, **in literis***:*

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

(...)

VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

42. Em que pese os argumentos trazidos pela PGFN, corroboro os fundamentos do Parecer n° 30/2018/GEJUR/FUNPRESP-EXE, notadamente no aspecto de que a gratificação natalina corresponde a um décimo terceiro salário, sendo que os servidores públicos, apesar de realizarem 12 (doze) contribuições mensais, o valor vertido corresponde financeiramente a 13 (treze) remunerações. Vejamos.

(...)

44. Nota-se, pela leitura do dispositivo *supra*, que o Fator de Conversão (FC) corresponde divisão do "Tc" sobre o "Tt", estando limitado a 1 (um) - art. 3º, §3° da Lei n° 12.618/12. Traduzindo-se em fórmula matemática, tem-se: BE = [(MEDIA80% (RPPS - U, E, DF e M) - RGPS (teto) x FC] FC = Tc/Tt <1.

45. De acordo com o legislador ordinário, o "Tc" corresponde ao tempo de contribuição já realizado, enquanto o "Tt" indica o tempo de contribuição necessário, no total, para a concessão de aposentadoria voluntária, na medida em que define esse último em números, indicando que seria 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco), se homem; 390 (trezentos e noventa), se mulher ou professor de educação infantil e do ensino fundamental; e 325 (trezentos e vinte e cinco), se mulher e professora de ensino infantil e fundamental.

46. Isso porque a Constituição Federal, ern seu art. 40, inciso III, estabelece como tempo de contribuição necessário para a concessão de aposentadoria voluntária, 35 (trinta e cinco) anos, para homem, e 30 (trinta) anos, para a mulher. E esses valores, multiplicados por 13 (treze) competências (incluindo a gratificação natalina), alcançam as somas de 455 e 390, respectivamente.

47. Portanto, a fórmula prevista em lei, para o cálculo do Benefício Especial, pressupõe a inclusão das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina na definição do "tempo total de contribuição" (Tt). Em outras palavras, os valores do "Tt" consideram a gratificação natalina como contribuição mensal independente das demais, de forma que, somando todas, seria o equivalente aos valores lá estabelecidos (455, se homem; 390, se mulher; e 325, se mulher e professora de ensino infantil e fundamental).

48. Como se não bastasse, a previsão contida no *caput* do § 3° do art. 3º da Lei n° 12.618/2012 deixa claro que o fator de conversão tem resultado limitado ao máximo de 1 (um). Matematicamente falando, se o "Tc" considerasse 12 (doze) contribuições, ao invés de 13 (treze), o resultado sempre seria inferior a 1 (um). Logo, utilizando-se das regras de hermenêutica jurídica, não haveria sentido estar expressamente previsto em lei a limitação do resultado a 1 (um) se o legislador não quisesse utilizar 13 (treze) contribuições, visto a possibilidade fática desse resultado ser superior ao limite fixado.

106. Recorde-se que a então CONJUR/MP, à época, acompanhou referido entendimento. Eis o excerto da sua manifestação:

(...)

tendo em vista que a contribuição devida pelo servidor público ao RPPS também incide sobre a gratificação natalina, é natural que as contribuições incidentes sobre a gratificação natalina efetivamente pagas pelo servidor antes da adesão ao novo regime previdenciário também sejam incluídas no cálculo do Benefício Especial. Não por outra razão a fórmula prevista em lei para o cálculo do benefício pressupõe a inclusão das contribuições incidentes sobre a gratificação natalina na definição do "tempo total de contribuição" (Tt), que constitui o denominador do respectivo Fator de Conversão (art. 3, §§ 2 e 3, da Lei 12.618/2012). Logo, o cálculo do Benefício Especial deve necessariamente levar em consideração as contribuições incidentes sobre a gratificação natalina efetivamente pagas pelo servidor, de modo que cada ano de contribuição efetiva equivalha a treze constituições mensais.

107. A respeito do cálculo do benefício especial, o legislador considera a contribuição sobre a gratificação natalina no conceito de contribuições mensais, de forma independente. É o que se extrai do excerto do Parecer exarado pela Comissão de Seguridade Social e Família, durante os debates do Projeto de Lei nº 1.992, de 2007, convertido na Lei nº 12.618, de 2012. Confira-se:

(...)

Sobre o Benefício Especial:

(...)

(b) As contribuições consideradas sejam atualizadas pelo IPCA, mas sendo este extinto, passa-se a utilizar o índice que o suceder;

(c) A forma de cálculo do fator de conversão do benefício especial considerou as situações de tempos de contribuição diferenciados requeridos para a concessão de aposentadorias tanto para os professores da educação infantil e do ensino fundamental, quanto para os servidores com deficiência ou que exerçam atividades de risco, ou atividades sujeitas a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. No caso do magistério, o tempo de contribuição a ser considerado no denominador para cálculo do benefício especial deve ser de 390, se homem, ou de 325, se mulher, **resultante da multiplicação de 13 contribuições** pelos 30 ou 25 anos de contribuição requeridos para o benefício. No caso dos demais, cujos direitos estão assegurados pela Constituição na forma do art. 40, § 4º, I, II e III, mas que depende de regulamentação em leis complementares, foi preciso prever que o fator de conversão será ajustado pelo órgão competente para a concessão do benefício conforme o tempo considerado para a concessão do respectivo benefício, o que se fez na forma do novo § 4º do art. 3º (Substitutivo).

108. Logo, não resta dúvida de que para fins do cálculo do benefício especial previsto na Lei nº 12.618, de 2012, o legislador considera no conceito de contribuições mensais a contribuição incidente sobre a gratificação natalina efetivamente paga, de forma independente.

109. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sugeriu ainda a reavaliação da conclusão alcançada na letra "f" do Parecer n.00093/2018/DECOR/CGU/AGU. Eis a redação:

f) a teor do regramento contido nos §§ 2º e 3º do art. 3º e art. 22 da Lei nº 12.618, de 2012, para o cálculo do benefício especial considera-se apenas as *contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal,* não incluída a contribuição destinada ao regime de previdência do militar;

110. Referida conclusão decorreu do questionamento enfrentado pela GEJUR-FUNPRESP-EXE a respeito do cômputo das contribuições ao regime de previdência do militar no cálculo do benefício especial. A respeito disso, destacou, em síntese:

171. Outra dúvida relevante, quando da análise do Benefício Especial, se refere ao período de contribuição de servidor público durante a vida militar antes da assunção de cargo civil.

172. O tema ainda gera bastante dúvida, especialmente sobre a existência de regime previdenciário para os militares, suas contribuições e incidência sobre a fórmula de cálculo do Benefício Especial.

173. A Constituição Federal consagrou, a meu ver, nítida distinção entre o regime próprio de previdência social dos servidores (União, Estados, DF e Municípios) e o regime dos militares, QUE NÃO INTEGRAM A CATEGORIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS.

174. Nesta toada, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) n° 338/96, que ingressou no ordenamento jurídico como a Emenda Constitucional n' 18/1998, dispondo sobre o regime constitucional dos militares, teve como objetivo a desvinculação dos militares dos servidores públicos civis, conforme se extrai dos seguintes trechos:

(...)

175. Como se vê, o objetivo de desvincular os militares dos servidores públicos civis, sob o argumento "de que a atividade militar transcende o serviço público", consubstanciou-se na EC n. 18/1998. Tal diferenciação também é notada no âmbito infraconstitucional, em que os servidores civis da União são regidos pela Lei no. 8.112/90, enquanto os militares ostentam estatuto próprio, qual seja, a Lei n. 6.880/80.

(...)

177. Ou seja, tendo em vista a discrepância entre a carreira militar e a carreira civil, a Constituição Federal faz clara distinção entre seus regimes jurídicos, de maneira que esta distinção interfere em todos os âmbitos de suas relações estatutárias, inclusive em relação aos regimes de previdência.

178. Portanto, a redação constitucional parece clara ao separar os três regimes de previdência social existentes no país: 1°) Regime Geral: aplicável aos trabalhadores da iniciativa privada, aos empregados públicos celetistas e aos detentores de cargos em comissão sem vínculo efetivo: arts.195 e 201 da CF;

2°) Regime Próprio dos Servidores Públicos Civis ocupantes de cargos públicos: art.40 da CF; e

3°) Regime dos Militares: art. 42, 5§1° e 2° eart.142, §§2° e 3º da CF.

179. A respeito dos dois últimos regimes mencionados, observe-se os dispositivos constitucionais pertinentes:

Art 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios gire preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. (...)

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, **ressalvado o disposto no art.142, § 3°, X** (destaques adicionados)

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanente e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (...)

§ 3º **Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes**, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)(...)

X - **a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares,** consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)) (destaques adicionados)

(...)

180. Especialmente após a leitura dos dispositivos acima transcritos, verifica-se que a Constituição, no caso dos militares, previu situações bens distintas dos servidores civis, como se vê exemplificativamente:

- Não foi estabelecida para os militares nenhuma condição para os benefícios da inatividade, quer com relação a limites, tempo, modalidades ou mesmo contribuições;

- Não foi estabelecida nenhuma relação entre o regime dos militares e o regime dos servidores públicos ou o regime geral, ao contrário do regime dos servidores públicos, que remete expressamente ao regime geral quando houver omissão (art.40, §12)

181. Tanto assim o é que, após a EC 18/98, já ocorreram várias reformas previdenciárias no Brasil incluindo a proposta que se encontra no Congresso Nacional no presente momento (PEC 287/16), que alteraram substancialmente a aposentadoria dos servidores civis. Todavia, em nenhuma delas houve qualquer alteração do regime previdenciário dos militares, que permaneceram imunes e com o mesmo regime instaurado em 1998.

182. Note-se que cada regime acima referido, a despeito de ser gerido pela União em âmbito federal, é instituído e regulado por regramento jurídico próprio, possuindo cada qual regras específicas de financiamento e de usufruto dos seus respectivos benefícios.

(...)

186. Em suma, o que parece constituir do texto constitucional, e das manifestações dos tribunais judiciais e administrativos, até o presente momento, é que o art.40 da Constituição Federal disciplina exclusivamente o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos (civis), ao passo que os militares se submetem a regime jurídico integralmente infraconstitucional, por força dos arts. 42 e 142, § 3º, X, da CF.

(...)

188. Ademais, independente da época de ingresso do ex-militar no serviço público civil federal, não há qualquer disposição legal determinando que as contribuições efetuadas para a pensão militar (sistema que financia a aposentadoria militar) devem ser revertidas ao regime previdenciário do novo cargo assumido em serviço público civil (RPPS ou Regime de previdência complementar), conforme observado na Lei n. 3.765/60 (Pensões Militares) e no Decreto n. 49.096/60 (Aprova o Regulamento da Lei de Pensões Militares). Ou seja, não há qualquer previsão de compensação entre os regimes.

(...)

194. Portanto, se os regimes em nada se confundem ou comunicam, as contribuições vertidas para o regime próprio dos militares não podem, de forma alguma, repercutir no cálculo do benefício especial de ex-militar que, tendo assumido cargo efetivo civil, exerceu posteriormente a opção constitucional de migração de regime, tendo em vista que, para aquele regime, não são recolhidas contribuições previdenciárias, mas, tão somente, contribuições para pensões militares.

111. Sobre o tema, a CONJUR/MP, à época, informou:

(...) esta Consultoria já firmou o entendimento de que os servidores públicos egressos de carreiras militares, cuja investidura em cargo civil tenha ocorrido após a entrada em vigor do novo regime previdenciário, não têm direito ao Benefício Especial (PARECER Nº 0174 - 3.18/2013/TLC/CONJUR/MP-CGU/AGU, Processo 03100.002007/2013-59, parecer anexado aos autos do presente processo eletrônico), em manifestação cuja ementa dispõe o seguinte:

"I - A expressão "serviço público", encartada no art. 40, parágrafo 16, da Constituição Federal, por constituir regra de transição de regimes previdenciários, deve ser interpretada restritivamente, a fim de beneficiar apenas aqueles que tinham expectativas de se aposentar com base nas regras do regime antigo, que foram modificadas pelo Poder Constituinte Derivado. Entendimento firmado no PARECER Nº028/2010/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Advogado-Geral da União em 31 de março de 2010.

II - Desde a promulgação da Carta Política de 1988, os militares foram tratados distintamente dos servidores públicos civis no que tange ao regime previdenciário, não se submetendo ao regramento estabelecido no art. 40 da Carta Magna, mas sim às disposições previstas em leis ordinárias específicas.

III - Nesse contexto, como os militares nunca estiveram inseridos nas regras do art. 40 da Constituição Federal, não podem ser considerados beneficiários das regras de transição ali discriminadas, não fazendo jus, portanto - caso a investidura em cargo civil tenha ocorrido após a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar - ao direito de opção previsto no art. 40, parágrafo 16, da Carta Magna.

IV - Se o âmbito de incidência da norma constitucional de transição deve ser aferido de forma restrita, não pode o intérprete valer-se de disposições previstas em lei ordinária para justificar a inclusão de determinadas categorias que não foram abrangidas pelo espectro da referida norma.

V - Os servidores públicos egressos de carreiras militares, cuja investidura em cargo civil tenha ocorrido após a publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar não fazem jus ao benefício especial, previsto no art. 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 12.618/2012.

VI - Pelo encaminhamento do feito à Secretaria Executiva."

A inexistência de direito ao Benefício Especial por parte dos servidores egressos de carreiras militares também foi reconhecida expressamente em regulamentação editada pela então Secretaria de Gestão Pública deste Ministério. De acordo com o art. 3, § 3, da Orientação Normativa SEGEP/MP N. 2, de 13 de abril de 2015:

"Art. 3. Será devido benefício especial, conforme estabelecido no art. 3º, inciso II, § 1º da Lei nº 12.618, de 2012, ao servidor detentor de cargo público efetivo no Poder Executivo Federal que tenha ingressado no serviço público federal anteriormente a 4 de fevereiro de 2013, e que tenha optado pela migração para o regime de previdência complementar, nos termos do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

(...)

§ 3 Não se aplica aos servidores egressos de carreiras militares o direito ao benefício especial de que trata o § 2º, quando ocorrer migração para o regime de previdência complementar na condição de servidor detentor de cargo efetivo."

Logo, reiterando os mesmos argumentos e conclusões da manifestação anterior desta CONJUR - manifestação essa (i) corroborada pela Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social e (ii) devidamente comunicada à Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União, que reconheceu a convergência da tese defendida na manifestação com teses defendidas em manifestações anteriores da CGU/AGU -, a conclusão é a de que as contribuições pagas por servidores públicos egressos de carreiras militares ao respectivo regime próprio de previdência dos militares não devem ser incluídas no cálculo do Benefício Especial.

112. A GEJUR-FUNPRESP-EXE e a CONJUR/MP firmaram entendimento no sentido da impossibilidade de se considerar no cálculo do benefício especial previsto na Lei nº 12.612, de 2012, as contribuições destinadas ao regime de previdência dos militares por servidores públicos egressos das carreiras militares. O principal argumento dessa conclusão apoia-se na premissa de que o art. 40 da Constituição Federal disciplina exclusivamente o regime próprio de previdência social - RPPS dos servidores públicos (civis), ao passo que os militares se submetem a regime jurídico infraconstitucional, por força dos arts. 42 e 142 § 3º, X, da CF.

113. Para melhor compreensão, convém destacar a redação do § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012. Vejamos:

Art. 3º (...)

§ 1º É assegurado aos servidores e membros referidos no inciso II do **caput** deste artigo o direito a um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, observada a sistemática estabelecida nos §§ 2º a 3º deste artigo e o direito à compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal, nos termos da lei.

114. Conforme já demonstrado alhures, a intenção da regra contida no § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, é assegurar àqueles membros e servidores que fizeram a opção na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal o direito a um benefício especial calculado na forma prevista.

115. Determina referida norma que o benefício especial será calculado com base "nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal". A expressão "regime de previdência da União" está empregada no singular, demonstrando a intenção de alcançar somente as contribuições destinadas ao regime próprio de previdência do servidor da União. Utiliza-se ainda da expressão "de que trata o art. 40 da Constituição Federal", especificando, assim, que a base de cálculo do benefício especial será composta por contribuições destinadas aos regimes de previdência de que tratam o art. 40 da Constituição Federal, A antiga redação do art. 40 da Constituição Federal estabelecia:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

116. A Emenda Constitucional nº 103, de 2019, alterou sobredito dispositivo. Confira-se:

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

117. Referida redação simplifica o conteúdo, sem alterar a essência do dispositivo anterior. Ressalta com clareza que o art. 40 está a cuidar do regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos no âmbito dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

118. Logo, essa alteração não modifica o entendimento contido no PARECER n. 00093/2018/DECOR/CGU/AGU, segundo o qual para o cálculo do benefício especial não poderão ser consideradas as contribuições destinadas ao regime de previdência do militar, porque o § 1º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 2012, considera apenas as contribuições destinadas ao regime próprio de previdência social dos servidores de que trata o art. 40 da Constituição Federal. Não admitindo referido preceito interpretação ampliativa ou extensiva, diante da taxatividade da norma.

119. Como bem destacou a GEJUR-FUNPRESP-EXE, a contribuição para o regime de previdência do militar possui disciplinamento específico, conferido a partir do art. 142 da Constituição Federal, da Lei nº 3.765, de 1960 e do Decreto nº 49.096, de 1960), não se confundindo com a contribuição do servidor público civil prevista no art. 40 da Constituição Federal. A propósito, vale destacar alguns aspectos relevantes do art. 142 da Constituição Federal:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

(...)

§ 3º Os membros das Forças Armadas são denominados militares, aplicando-se-lhes, além das que vierem a ser fixadas em lei, as seguintes disposições: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

I - as patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo Presidente da República e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes das Forças Armadas; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

II - o militar em atividade que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", será transferido para a reserva, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

III - o militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ressalvada a hipótese prevista no art. 37, inciso XVI, alínea "c", ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VI - o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VII - o oficial condenado na justiça comum ou militar a pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no inciso anterior; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

VIII - aplica-se aos militares o disposto no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII, XIX e XXV, e no art. 37, incisos XI, XIII, XIV e XV, bem como, na forma da lei e com prevalência da atividade militar, no art. 37, inciso XVI, alínea "c"; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 77, de 2014)

IX - (Revogado pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)

X - a lei disporá sobre o ingresso nas Forças Armadas, os limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar para a inatividade, os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais dos militares, consideradas as peculiaridades de suas atividades, inclusive aquelas cumpridas por força de compromissos internacionais e de guerra. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

120. Ilustra bem esse entendimento, o conteúdo da seguinte decisão exarada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 40, §16, CF/88. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA FUNPRESP-EXE. SERVIDOR EGRESSO DO EXÉRCITO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÕES PROVIDAS.

1. Trata-se de Mandado de Segurança no qual se busca a extensão aos serviços militares da regra de transição disposta no art. 40, §16 da CF/88, o que garantiria ao Impetrante o direito de ter o seu período militar reconhecido como tempo de serviço público para fins de permanência em Regime de Previdência Próprio.

2. A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE não possui poderes para interferir no recolhimento previdenciário do Impetrante. Trata-se de uma entidade fechada de previdência complementar cuja finalidade é administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário dos servidores que aderirem, conforme art. 1º do Decreto nº 7.808/2012, carecendo, portanto, de legitimidade passiva ad causam para figurar em sede deste Mandado de Segurança.

3. Desde a EC 18/98, que excluiu os militares do gênero "servidores públicos", passando a constituir um conjunto diferenciado de agentes públicos, que se divide em militares das Forças Armadas (art. 142, § 3º, CF/88) e militares dos demais entes federados (art. 42, CF/88), sempre que o legislador constitucional pretendeu aplicar as normas dos servidores públicos aos militares o faz expressamente.

4. Inexiste previsão legal para estender aos militares a regra de transição disposta no art. 40, §16 da CF/88.

5. Remessa Necessária e Apelações providas. (Apelação Cível 0051837-03.2015.4.02.5101, Relator. Des. GUILHERME DIEFENTHAELER, em 20/09/2016)

121. A Resolução Conjunta STF/MPU nº 3, de 20 de junho de 2018, orientou os órgãos do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a respeito da concessão do benefício especial de que trata a Lei 12.618, de 2012. Eis o que disciplinou:

Art. 2º O benefício especial será equivalente à diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data de mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições do servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência, e o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social

§ 1º O valor apurado na forma do caput será multiplicado pelo fator de conversão, cujo resultado é limitado ao máximo de 1 (um), que será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula: FC = Tc/Tt Onde: FC = fator de conversão Tc = quantidade de contribuições mensais efetuadas para os regimes de previdência de que trata o caput do art. 40 da Constituição Federal e o art. 22 da Lei 12.618, de 2012, efetivamente pagas pelo servidor ou membro até a data da opção.

(...)

§ 3º Para efeito de cálculo do Tc, será considerado todo o período contributivo para os regimes próprios de que trata o caput, inclusive os períodos anteriores à competência julho de 1994.

122. Com efeito, considerou no cálculo do benefício especial somente as contribuições mensais efetuadas para os regimes de previdência de que trata o *caput* do art. 40 da Constituição Federal e o art. 22 da Lei 12.618, de 2012, efetivamente pagas pelo membro ou servidor até a data da opção.

123. O Conselho da Justiça Federal, por sua vez, editou a Resolução nº 490, de 28 de junho de 2018, publicada no DOU de 6 de julho de 2018, dispondo sobre os procedimentos operacionais a serem adotados quanto à adesão ao regime previdenciário instituído pela Lei nº 12.618, de 2012, e ao cálculo do benefício especial, no âmbito do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, dispondo:

Art. 6º Será devido benefício especial, conforme estabelecido no art. 3º, inciso II, § 1º, da Lei n. 12.618/2012, aos membros e servidores públicos titulares de cargo efetivo da Justiça Federal que ingressaram até 13/10/2013 e que, mediante prévia e expressa manifestação, tenham aderido ao regime de previdência complementar instituído pela referida lei, nos termos do § 16 do art. 40 da Constituição Federal.

(...)

§ 3º **O tempo de serviço militar e as contribuições pagas não serão consideradas na apuração do benefício.**

124. Assim, a teor do regramento contido nos §§ 2º e 3º do art. 3º e art. 22 da Lei nº 12.618, de 2012, para o cálculo do benefício especial consideram-se apenas as contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, não incluída a contribuição destinada ao regime de previdência do militar.

125. Argumenta a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que "as contribuições pagas a outro(s) RPPS apenas podem ser incluídas no cálculo do benefício especial se o servidor expressamente manifestar sua pretensão em utilizar o tempo de contribuição pretérito em outro(s) RPPS para efeito de aposentadoria, o que atrairia a hipótese de compensação recíproca entre os regimes próprios envolvidos".

126. A norma assegura ao membro e ao servidor, que fez a opção na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal, o direito a um benefício especial "calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, observada a sistemática estabelecida nos §§ 2º a 3º deste artigo e o direito à compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal, nos termos da lei".

127. A intenção do benefício especial é compensar o membro ou servidor pelo recolhimento a maior. Não lhes foi exigida manifestação expressa quanto a sua pretensão em utilizar o tempo de contribuição pretérito para outro(s) RPPS, para fins de aposentadoria, a própria lei já sinaliza que o direito à compensação financeira dar-se-á na forma do § 9º do art. 201 da Constituição Federal. Segue novamente o dispositivo:

Art. 3º (...)

§ 1º É assegurado aos servidores e membros referidos no inciso II do **caput** deste artigo o direito a um benefício especial calculado com base nas contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, observada a sistemática estabelecida nos §§ 2º a 3º deste artigo **e o direito à compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição Federal,** nos termos da lei.

128. O § 9º do art. 201 da Constituição Federal, por sua vez, estabelece:

Art. 201. (....)

§ 9º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei. (Incluído dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

129. Referida norma foi alterada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019. Confira-se:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma do Regime Geral de Previdência Social, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, na forma da lei, a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

(...)

§ 9º Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 103, de 2019)

130. Não obstante a alteração da redação do citado dispositivo, mantida a regra que prevê a contagem recíproca do tempo de contribuição para fins de aposentadoria.

131. Nesse contexto, não se vislumbra na Lei nº 12.618, de 2012, previsão de exigência de manifestação expressa do membro ou servidor quanto ao seu interesse em utilizar o tempo de contribuição pretérito em outro(s) RPPS para efeito de aposentadoria, o próprio § 1º do art. 3º estabelece que a compensação financeira dar-se-á na forma do § 9º do art. 201 da Constituição Federal.

132. Por fim, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sugeriu a edição de ato normativo pelo Poder Executivo Federal regulamentando a matéria, nos moldes da Resolução Conjunta STF/MPU nº 3, de 2018, de modo a nortear o procedimento de concessão do benefício especial e evitar interpretações divergentes no âmbito da administração pública federal.

133. A respeito disso, destaque-se a existência da Orientação Normativa nº 2, de 13 de abril de 2015, editada pela então Secretaria de Gestão Pública do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão disciplinando alguns aspectos relacionados à opção pelo regime de previdência complementar e sobre o benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 2012.

134. Diante desse contexto, afigura-se adequada a sugestão ora apresentada, que deverá ser melhor avaliada pelo próprio Ministério da Economia, sobre a pertinência de alterar referido ato normativo ou editar um específico contemplando as orientações necessárias aos órgãos da administração pública federal sobre a concessão do benefício especial.

IV - CONCLUSÃO

135. Ante o exposto, sugere-se a manutenção do entendimento consubstanciado no PARECER n. 00093/2018/DECOR/CGU/AGU, com os acréscimos ora apresentados. Para fins de uniformização de entendimento sobre o alcance do benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 2012, opina-se:

a) o benefício especial é um direito assegurado aos membros e servidores titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, aos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do regime de previdência complementar de que trata a Lei nº 12.618, de 2012 (3 de fevereiro de 2013), e, que nele permaneceram sem perda do vínculo efetivo e optaram pelo referido regime de previdência na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal;

b) o benefício especial não possui natureza previdenciária, é benefício estatutário de natureza compensatória;

c) o benefício especial rege-se pelas regras existentes no momento da opção feita na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal;

d) o benefício especial será equivalente a diferença entre a média aritmética simples das maiores remunerações anteriores à data da mudança do regime, utilizadas como base para as contribuições efetuadas pelo membro ou servidor ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social;

e) o benefício especial será calculado de acordo com a regra vigente no momento da opção feita na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal e será atualizado pelo mesmo índice aplicável ao benefício de aposentadoria ou pensão mantido pelo regime geral de previdência social;

f) a União é a responsável pelo pagamento do benefício especial e não o Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS;

g) o benefício especial será pago por ocasião da concessão da aposentadoria, inclusive por invalidez, ou pensão por morte de que cuida o art. 40 da Constituição Federal, para os membros e servidores que fizeram a opção na forma do § 16 do art. 40 da Constituição Federal;

h) o benefício especial será devido enquanto perdurar o pagamento do benefício pago a título de aposentadoria ou pensão por morte de que trata o art. 40 da Constituição Federal. Extinguindo-se estes, cessa também o pagamento do benefício especial;

i) no cálculo do benefício especial para membros e servidores que ingressaram na União antes de 1994 e fizeram a opção pelo regime de previdência complementar, somente será considerado o período contributivo a partir da competência julho de 1994, efetivamente pago;

j) sendo o benefício especial de que trata a Lei nº 12.618, de 2012, benefício estatutário de natureza compensatória, afastada a incidência de contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social da União - RPPS sobre ele;

k) o benefício especial não se confunde com o direito acumulado previsto nos art. 15 e 17 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001;

l) o benefício especial será pago por ocasião da concessão de aposentadoria ou da pensão por morte de que cuida o regime próprio de previdência da União, juntamente com a gratificação natalina, enquanto perdurar o pagamento dos referidos benefícios previdenciários;

m) para fins do cálculo do benefício especial previsto na Lei nº 12.618, de 2012, o legislador considera no conceito de contribuições mensais a contribuição incidente sobre a gratificação natalina efetivamente paga, de forma independente;

n) para o cálculo do benefício especial consideram-se apenas as contribuições recolhidas ao regime de previdência da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios de que trata o art. 40 da Constituição Federal, não incluída a contribuição destinada ao regime de previdência do militar.

136. Em relação a sugestão de edição de ato normativo pelo Poder Executivo Federal regulamentando a matéria apreciada, considerando-se a existência da Orientação Normativa nº 2, de 13 de abril de 2015, da extinta Secretaria de Gestão Pública, sugere-se seja avaliada pelo Ministério da Economia a pertinência de alterar referido ato normativo ou editar um específico contemplando as orientações necessárias para nortear a atuação dos órgãos da administração pública federal.

À consideração superior.

Brasília, 18 de novembro de 2019.

MÁRCIA CRISTINA NOVAIS LABANCA

ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em http://sapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 03154004642201850 e da chave de acesso 09937ff3

Notas

1. REIS, Adacir; Servidor federal deve ou não migrar para o modelo Funpresp? **CONSULTOR JURÍDICO,** 2018. Disponível em: conjur.com.br/2018-jun-15/adacir-reis-servidor-federal-migrar-modelo-funpresp.

2. SOARES, João Marcelino. O regime complementar dos servidores públicos federais: uma análise constitucional do fator conversão. **Revista de Doutrina da 4ª Região**. Porto Alegre, n.48.jun.2012. Disponível em: <http://revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao048/joao_Soares.html>

3. TENÓRIO, Rodrigo. Pontos controvertidos sobre o benefício especial. **RODRIGO TENÓRIO**, 2018. Disponível em: rodrigotenorio.com.br/2018/05/pontos-controvertidos-sobre-o-beneficio.html.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DIRETORIA DE AUDITORIA, FISCALIZAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR AJS CERTIFICADOS DIGITAL. Processo n° 00100.000516/2020-88.

DEFIRO o credenciamento da AR PRIME ITAPEMA - CERTIFICADO DIGITAL Processo n° 00100.000600/2020-00.

DEFIRO o credenciamento da AR ICERTI. Processo n° 00100.000934/2020-75.

DEFIRO o credenciamento da AR SINDCOMERCIO - SINDICATO DO COMERCIO DO VALE DO ACO. Processo n° 00100.000472/2020-96.

DEFIRO o credenciamento da AR IMPÉRIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.000756/2020-82.

DEFIRO o descredenciamento da AR GOLD. Processo n° 00100.000983/2020-16.

ÂNGELA MARIA DE OLIVEIRA
Diretora

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 140, DE 22 DE MAIO DE 2020

Suspender, de ofício, a Autorização de Pesca para a embarcação "SALMO 23 II", por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data de publicação desta Portaria.

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, esta resultante da conversão da Medida Provisória nº 870, de 2019, o art. 29 do anexo I ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, o art. 24 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, a Instrução Normativa SEAP/PR nº 3, de 12 de maio de 2004, a Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, o art. 12, § 3º da Instrução Normativa MPA nº 20, de 10 de setembro de 2014, art. 4º inciso I e II da Instrução Normativa SEAP/PR nº 18 de junho de 2008 e a Instrução Normativa SEAP/MMA/MD n° 02, de 04 de setembro de 2006, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21008.000476/2019-69, resolve:

Art. 1º Suspender, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento de Espinhel horizontal (fundo), Espécie-alvo: Dourada (Brachyplatystoma rousseauxii), Piramutaba (Brachyplatystoma vaillantii) Gurijuba (Arius parkeri), Captura incidental: Mero (Epinephelus itajara) e Fauna acompanhante previsível, código 1.03.004, tendo como área de atuação, Mar territorial Norte (AP ao PA) e Zona Econômica Exclusiva Norte (AP ao PA), para a embarcação "SALMO 23 II", de propriedade de Antonio Carlos Soares, inscrita no RGP sob o nº PA-0027000-7 e na autoridade marítima sob o nº 162-001888-8, no que tange o disposto no Art. 12 da Instrução Normativa MPA nº 20, de 10 de setembro 2014, art. 4º inciso I e II da Instrução Normativa SEAP/PR nº 18, de 18 de junho de 2008 e o art. 7º e 19 da Instrução Normativa SEAP/MMA/MD n° 02, de 04 de setembro de 2006, por 60 (sessenta) dias corridos, a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE SEIF JUNIOR

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 101, DE 22 DE MAIO DE 2020

Reconhece a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal de Arroio do Meio-RS para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 do Anexo I do Decreto 10.253 de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa nº 17, de 06 de março de 2020, e o que consta no processo nº 21042.013459/2019-75, resolve:

Art. 1º Reconhecer a equivalência do Serviço de Inspeção Municipal de Arroio do Meio-RS, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 2º O Serviço de Inspeção Municipal de Arroio do Meio-RS terá seu escopo de adesão habilitado pelo Departamento de Suporte e Normas-DSN/SDA no sistema eletrônico de cadastro de serviços de inspeção, o e-SISBI/SGSI, disponível no portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para incluir os estabelecimentos e produtos que integrará o SISBI-POA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 102, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os Arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo n° 21016.001302/2020-58, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa Conjunta MAPA, Ibama e Anvisa, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para o registro de produtos fitoquímicos que se caracterizem como agrotóxicos e afins.

Parágrafo único. A Minuta de Instrução Normativa Conjunta encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.gov.br/agricultura/pt-br, menu Acesso à Informação, menu Participação Social, submenu Editais e Consultas Públicas, ou acesso pelo *link* direto https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/2020/consulta-publica-2013-instrucao-normativa-conjunta-de-fitoquimicos/.

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa Conjunta, que visa estabelecer os procedimentos para o registro de produto fitoquímico que se caracterize como agrotóxico ou afim, cujo(s) ingrediente(s) ativo(s) seja(m) obtido(s), exclusivamente, de matéria-prima vegetal, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3º As sugestões de que trata o Art. 2º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser enviadas, via formulário eletrônico, para a Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA/DSV/SDA/MAPA, acesso pelo *link* http://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/932342?l_ang=pt-BR

§ 1º Em caso de inoperância do sistema, as sugestões poderão ser encaminhadas na forma de tabela (ou planilha eletrônica) para o endereço eletrônico: fitoquimico.cgaa@agricultura.gov.br, desde que permitam a função de copiar e colar, e prevendo as seguintes colunas:

Identificação do dispositivo (artigo, parágrafo, inciso, alínea)	Texto da minuta	Redação proposta	Justificativa	Nome da Pessoa/ Instituição contribuinte	E-mail e telefone para contato
xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxxxxxx

I. - identificação do dispositivo: identificação do item (Exemplo: Art. 1º, § 1º, inciso I, alínea b da proposta de INC);

II. - texto da minuta: citação da parte do texto original a que se refere;

III.- redação proposta: texto sugerido com alteração, inclusão ou exclusão;

IV. - justificativa: embasamento técnico (ou legal), devidamente fundamentado, de modo a subsidiar a discussão;

V.- nome da pessoa/instituição contribuinte: responsável pela sugestão, identificado com o nome completo (se pessoa fisica) ou razão social (se pessoa jurídica);

VI.- e-mail e telefone para contato.

§ 2º Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e a relevância e o impacto positivo da contribuição para a efetividade do registro de produtos fitoquímicos que se caracterizem como agrotóxicos e afins.

Art. 4º A inobservância de qualquer parágrafo ou inciso do Art. 3º desta Portaria implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5º Findo o prazo estabelecido no Art. 1º desta Portaria, as análises das sugestões encaminhadas serão avaliadas por grupo técnico, coordenado pela Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins, com representação dos outros órgãos competentes pelo registro de agrotóxicos e afins.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

PORTARIA Nº 103, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso da atribuição que lhe conferem os Arts. 21 e 63 do Anexo I do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta do Processo n° 21016.001324/2020-18, resolve:

Art. 1º Submeter à Consulta Pública, pelo prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, a proposta de Instrução Normativa Conjunta MAPA, Ibama e Anvisa, que dispõe sobre o procedimentos a serem adotados para o registro de produtos microbiológicos que tenha função de agrotóxicos e afins, e de consequente revogação da Instrução Normativa Conjunta MAPA/ANVISA/IBAMA nº 03 de 10 de março de 2006

Parágrafo único. A Minuta de Instrução Normativa Conjunta encontra-se disponível na página eletrônica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: www.gov.br/agricultura/pt-br, menu Acesso à Informação, menu Participação Social, submenu Editais e Consultas Públicas, ou acesso pelo *link* direto https://www.gov.br/agricultura/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas.

Art. 2º O objetivo da presente Consulta Pública é permitir a ampla divulgação da proposta de Instrução Normativa Conjunta, que visa atualizar o registro de produtos microbiológicos empregados no controle de uma população ou de atividades biológicas de um outro organismo considerado nocivo ou ainda sendo responsável pela promoção do crescimento e defesa vegetal, atualmente vigente, para receber sugestões ou comentários de órgãos, entidades ou pessoas interessadas.

Art. 3º As sugestões de que trata o Art. 2º desta Portaria, tecnicamente fundamentadas, deverão ser enviadas, via formulário eletrônico, para a Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins - CGAA/DSV/SDA/MAPA, acesso pelo *link* http://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/328412?lang=pt-BR

§ 1º Em caso de inoperância do sistema, as sugestões poderão ser encaminhadas na forma de tabela (ou planilha eletrônica) para o endereço eletrônico: microbiologico.cgaa@agricultura.gov.br, desde que permitam a função de copiar e colar, e prevendo as seguintes colunas:

Identificação do dispositivo (artigo, parágrafo, inciso, alínea)	Texto da minuta	Redação proposta	Justificativa	Nome da Pessoa/ Instituição contribuinte	E-mail e telefone para contato
xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxx	xxxxxx	xxxxxxxxxx

1. - identificação do dispositivo: identificação do item (Exemplo: Art. 1º, § 1º, inciso I, alínea b da proposta de INC);

2. - texto da minuta: citação da parte do texto original a que se refere;

3. - redação proposta: texto sugerido com alteração, inclusão ou exclusão;

4. - justificativa: embasamento técnico (ou legal), devidamente fundamentado, de modo a subsidiar a discussão;

5. - nome da pessoa/instituição contribuinte: responsável pela sugestão, identificado com o nome completo (se pessoa fisica) ou razão social (se pessoa jurídica);

6. - e-mail e telefone para contato.

§ 2º Os critérios para aceitação das sugestões de alteração, inclusão ou exclusão nos textos levarão em conta a obediência aos demais ditames legais e a relevância e o impacto positivo da contribuição para a efetividade do registro de produtos microbiológicos que se caracterizem como agrotóxicos e afins.

Art. 4º A inobservância de qualquer parágrafo ou inciso do Art. 3º desta Portaria implicará na recusa automática da sugestão ou comentário encaminhado.

Art. 5º Findo o prazo estabelecido no Art. 1º desta Portaria, as análises das sugestões encaminhadas serão avaliadas por grupo técnico, coordenado pela Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins, com representação dos outros órgãos competentes pelo registro de agrotóxicos e afins.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

Conheça os detalhes das principais mudanças visuais no Diário Oficial da União

Sumário com *hiperlinks*, navegação mais rápida no pdf

Mudança de fonte e corpo para otimizar a visualização em tela e aumentar a legibilidade

CORPO 9
Calibri
Calibri Italic
Calibri Bold
Calibri Bold Italic

Margens adequadas para perfurar e arquivar

Formato com melhor aproveitamento de espaço para impressão

Recursos de cor

Duas colunas

Tabelas e imagens com padrão de 12 ou 25 centímetros de largura e, no caso das imagens, altura máxima de 37 centímetros

Podem ser enviadas imagens unicamente nos formatos JPG, TIFF e PDF

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Ministério da Cidadania

SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA
SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 376, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
202325 - PÉ DE CACHIMBO - Circulação
VIVA CIA DE DANCA
CNPJ/CPF: 11.533.434/0001-73
Processo: 01400002292202027
Cidade: Angra dos Reis - RJ;
Valor Aprovado: R$ 393.216,94
Prazo de Captação: 27/05/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Consiste na circulação do espetáculo interativo de dança contemporânea "Pé de Cachimbo", repertório da Cia Vivá, inspirado na cultura popular brasileira junto ao programa educativo de fomento ao público e instalação artística interativa "Proibido não brincar!" com oficinas gratuitas de dança contemporânea "Corpo Brinquedo" e produção de VÍDEO DANÇA INÉDITOS realizados nos teatros históricos das cidades visitadas.
202326 - Conexão pelo movimento - O brincar
BLACK RIVER PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 10.489.222/0001-73
Processo: 01400002293202071
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 295.018,10
Prazo de Captação: 27/05/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto visa aprimorar e ampliar conhecimento, metodologias e tradições que trabalhem o desenvolvimento da primeira infância utilizando-se de recursos artísticos, dando continuidade ao aprimoramento e pesquisa em arte e educação somática desenvolvida pelo grupo. O movimento em torno da dança para bebês e crianças da primeira infância, no Brasil, ainda é tímido se comparado com as iniciativas de música e teatro direcionadas para esse público tão específico. Serão realizadas apresentações artísticas dos espetáculos "Amana", "Baby Jam", realização da oficina "Pausa" e vivências com as comunidades. O projeto prevê ainda a produção de conteúdos audiovisuais para distribuição gratuita em mídias sociais. Todos os conteúdos audiovisuais contarão com legendas para compreensão de portadores de deficiências auditivas.
202327 - Pequenos Mundos
LEANDRO LUIZ D E MAMAN 00501402993
CNPJ/CPF: 27.768.573/0001-16
Processo: 01400002294202016
Cidade: Itajaí - SC;
Valor Aprovado: R$ 199.968,30
Prazo de Captação: 27/05/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Este projeto propõe a produção de um espetáculo teatral inédito para a primeira infância, criado a partir da relação da criança com brinquedos não estruturados (caixas de papelão) e recursos multimídia. O foco da concepção cênica estará ancorado na temática de 'Pequenos Mundos' (pequenas situações/histórias e contextos criados por crianças) e na relação entre a criança e o espaço cênico. Além da criação teatral inédita, também está prevista a circulação do espetáculo.
202328 - Psiu, vem Brincar!
Tugudum Organização de Eventos LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.427.863/0001-99
Processo: 01400002295202061
Cidade: Campinas - SP;
Valor Aprovado: R$ 366.230,54
Prazo de Captação: 27/05/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto contempla a circulação do espetáculo "Psiu, bem Brincar" da Cia Tugudum concebido especialmente para primeira infância. Oficinas oferecidas pela criadora e diretora do espetáculo em questão para educadores da primeira infância. Alem da circulação do espetáculo e Oficinas serão concebidos vídeos profissionais, um com a filmagem do espetáculo e outro com exercícios sobre as brincadeiras que deram origem ao espetáculo dirigido a pais e educadores da primeira infância. Estes exercícios estarão acompanhados de uma cartilha onde haverá propostas de brincadeiras desenvolvidas durante o processo de criação do espetáculo.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
202323 - Coral Canto do Sol
ANAMAR GESTAO CULTURAL EIRELI
CNPJ/CPF: 35.488.853/0001-07
Processo: 01400002290202038
Cidade: Fortim - CE;
Valor Aprovado: R$ 199.561,56
Prazo de Captação: 27/05/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: Realização de aulas de canto para crianças, jovens e adultos em comunidade de baixo acesso à cultura e totalmente gratuitas.

ANEXO II

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
202324 - Medula e Osso da Literatura
RUTE GRAEL JORGE 09987522742
CNPJ/CPF: 26.843.530/0001-95
Processo: 01400002291202082
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 145.113,10
Prazo de Captação: 27/05/2020 à 31/12/2020
Resumo do Projeto: O projeto irá realizar a cobertura jornalística do circuito cultural de literatura independente brasileira, coletando relatos, performances, entrevistas e materais de pesquisa, produzindo assim um mapeamento de artistas e eventos culturais pelo país e fornecendo essas informações através de uma revista digital numa plataforma multimodal.

PORTARIA Nº 377, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
191902 - Comunidade em Cena - Sou, Somos, Juntos Fazemos
COMPENDIUM PRODUCOES AUDIOVISUAIS
CNPJ/CPF: 22.883.100/0001-46
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 26/05/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
193463 - CAPOEIRA E CIDADANIA - X EDIÇÃO
ASSOCIAÇÃO VIKING
CNPJ/CPF: 75.214.718/0001-80
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
182570 - Duas Rodas e uma Nação Â- Paixão por Motocicleta Â- As Histórias por trás da coleção de Justiniano Proença (título provisório)
COACHMAN E COACHMAN SERVICOS E EVENTOS LTDA EPP
CNPJ/CPF: 05.449.211/0001-20
Cidade: Indaiatuba - SP;
Prazo de Captação: 17/12/2019 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 378, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 541, de 27 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ODECIR LUIZ PRATA DA COSTA

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
192856 - CAFÉS DA MANTIQUEIRA
Fotografia e Editora Kongo Ltda.-ME
CNPJ/CPF: 09.479.235/0001-82
Cidade: São José dos Campos - SP;
Valor Reduzido: R$ 10.514,24
Valor total atual: R$ 293.046,16

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 39, DE 26 DE MAIO DE 2020

O(A) SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 184, de 15 de abril de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
181591 - No Rastro do Crime: O Cinema Policial Brasileiro
DILUVIO FILMES PRODUCOES ARTISTICAS LTDA. -ME
CNPJ/CPF: 13.571.915/0001-07
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020
185019 - Festival Internacional de Mulheres no Cinema - FIM - 2ª Edição 2019
Pinho Produções Culturais LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 05.509.414/0001-64
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2020 à 31/12/2020
185844 - Teoria das Cordas
MARCOS GUILHERME MATOS PENA
CNPJ/CPF: 045.229.166-63
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Prazo de Captação: 21/05/2020 à 31/12/2020
185961 - De Tribo a Tribo
NILDA MARIA MORAES FARIAS
CNPJ/CPF: 615.614.102-25
Cidade: Barcarena - PA;
Prazo de Captação: 07/05/2020 à 31/12/2020
186071 - Barueri - História e Vida
VINICIUS SILVEIRA DE ALMEIDA
CNPJ/CPF: 317.833.478-56
Cidade: Barueri - SP;
Prazo de Captação: 13/05/2020 à 31/12/2020
191154 - GUARDIÕES DAS ÁGUAS - DAN ROBSON
LA MELA PUBLICIDADE, PROMOCAO E REPRESENTACAO LTDA
CNPJ/CPF: 14.584.313/0001-49
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 06/05/2020 à 31/12/2020
192645 - Exibição Audiovisual de Documentários - FA
YURI GIULIETTI CALAZANS
CNPJ/CPF: 369.234.768-52
Cidade: Santos - SP;
Prazo de Captação: 21/05/2020 à 31/12/2020
193742 - O Quartel de Itu - História e Patrimônio
Galé Comunicação s/a LTDA
CNPJ/CPF: 56.096.050/0001-79
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 11/05/2020 à 31/12/2020

ANEXO II

186072 - Brasil no Mundo
COSTA CONSULTING CO
CNPJ/CPF: 21.859.872/0001-80
Cidade: Anápolis - GO;
Prazo de Captação: 20/05/2020 à 31/12/2020
186185 - EDUCAGENDA

VALMIR DO NASCIMENTO BATISTA
CNPJ/CPF: 195.272.398-18
Cidade: Goiânia - GO;
Prazo de Captação: 17/05/2020 à 31/12/2020
190642 - EXPEDIÇÃO ATLAS - UMA VIAGEM NO TEMPO
ARAPONGA PRODUCOES EIRELI
CNPJ/CPF: 32.080.816/0001-69
Cidade: Xanxerê - SC;
Prazo de Captação: 26/05/2020 à 31/12/2020
191044 - Human Abyss: Diorama
Felipe Mendes Valor
CNPJ/CPF: 057.280.865-86
Cidade: Cocal do Sul - SC;
Prazo de Captação: 16/05/2020 à 31/12/2020

PORTARIA Nº 40, DE 26 DE MAIO DE 2020

O(A) SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 184, de 15 de abril de 2020 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Autorizar a substituição de proponente do projeto audiovisual "Lobão e seus amigos", processo nº: 01400.000921/2020-84, Pronac nº: 20-0954, de SOLYMAR EMPREENDIMENTOS E REPRESENTACOES LTDA - ME, CNPJ/CPF nº 50.184.837/0001-06, para SCHORR ANIMATION PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA, CNPJ/CPF nº: 37.110.842/0001-06.

Art. 2.º - Aprovar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 191236 - MOBIFILM 2019 - 4º Festival Brasileiro de Filmes sobre Mobilidade e Segurança de Trânsito, publicado na portaria nº 0059/19 de 12/07/2019, no D.O.U. em 15/07/2019, para MOBIFILM 2020 - 4º Festival Brasileiro de Filmes sobre Mobilidade e Segurança de Trânsito.

Art. 3.º - Alterar o(s) resumo(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 192442 - 9ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental, publicado na portaria nº 0080/19 de 20/09/2019, publicada no D.O.U. em 23/09/2019.

Onde se lê: A 9ª edição da Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental será realizada em maio e junho de 2020 na cidade de São Paulo, exibindo gratuitamente filmes de temática socioambiental, trazendo conteúdo audiovisual de diversas partes do mundo, abordando a questão ambiental, além de promover amplo debate com foco no desenvolvimento sustentável. A Mostra contará com cerca de 100 títulos, que irão compor uma grade de mais de 200 sessões. A projeção de público para 2020 é de 25 mil pessoas. Além das exibições em salas de cinemas, CEUs e Fábricas de Cultura, a Mostra passa a ampliar as atividades educativas através da realização de um seminário e dois workshops. Também promoveremos o Lab Eco: uma ação para fomentar o desenvolvimento de projetos de documentários de alunos universitários.

Leia-se: A Mostra Ecofalante de Cinema chega à sua 9ª edição em 2020. Tradicionalmente, o evento principal da Mostra ocorre em junho, com entrada gratuita, ocupando diversas salas de cinema e centros culturais na cidade de São Paulo. Entretanto, devido à pandemia do coronavírus (Covid-19), muitos eventos estão precisando se reestruturar e buscar novas formas de trazer informação e entretenimento à população.O momento atual, mais do que nunca, exige reflexão, informação e troca de experiências. Por este motivo, achamos importante manter o compromisso com o público e reformular a programação da 9ª Mostra Ecofalante, que este ano será inteiramente online e acontecerá entre os dias 6 e 19 de agosto. O evento, que terá filmes inéditos e debates ao vivo, será dividido em três programas: o Panorama Internacional Contemporâneo, que apresenta os mais novos filmes dos principais festivais de cinema e documentário do mundo; o Concurso Curta Ecofalante, competição que premia curtas-metragens feitos por estudantes; além de uma seleção especial de filmes brasileiros e latino-americanos. Teremos também uma programação especial em comemoração à Semana do Meio Ambiente, entre os dias 4 e 9 de junho, que contará com uma seleção de filmes nacionais e internacionais que abordam questões contemporâneas urgentes. Os temas serão discutidos em debates transmitidos ao vivo com a participação de especialistas, cineastas e outros convidados especiais.Todas as atividades serão gratuitas e abertas ao público. A programação completa e demais informações serão divulgadas em breve no site e em nossas redes sociais.

Art. 4.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HEBER MOURA TRIGUEIRO

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.381, DE 25 DE MAIO DE 2020

Prorroga, até 12 de junho de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186/2020/SEI-MCTIC, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo Único do artigo 87, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, na Instrução Normativa nº 19/SGP/SEDGG/ME, na Instrução Normativa nº 20/SGP/SEDGG/ME, ambas de 12 de março de 2020, e no art. 6º-A da Instrução Normativa nº 21, de 16 de março de 2020, do Ministério da Economia, resolve.

Art. 1º Prorrogar, até 12 de junho de 2020, o prazo de vigência da Portaria nº 1.186, de 20 de março de 2020, que regulamenta, em caráter excepcional e temporário, a jornada de trabalho remoto como medida de prevenção à infecção e à propagação do novo Coronavírus (2019-nCoV) no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Institutos e Unidades de Pesquisa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.947/2020

A Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 229ª. Reunião Ordinária ocorrida em 06/02/2020, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.052215/2019-45
Requerente: Futuragene Brasil Tecnologia Ltda
CQB: 325/11
Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente (RN06)
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido para para realizar ensaios com eucalipto geneticamente modificado resistente a insetos na unidade operativa de Araraquara/SP - Fazenda Fortaleza, concluiu pelo DEFERIMENTO.

A CTNBio esclarece que este extrato prévio não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 6.948/2020

O Presidente substituto da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 230ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 05 de março de 2020, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.017160/2020-61
Requerente: GDM Genética do Brasil S.A.
CQB: 367/13
Assunto: Revisão de CQB.

A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para revisão de CQB para extensão e exclusão de áreas Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A requerente solicita revisão de CQB para a Unidade Operativa de Porto Nacional/TO para exclusão das seguintes instalações: 1) Área de Armazenamento, Processamento e Manuseio; 2) Secador de Sementes e Plantas e 3) Área de Descarte; assim como extensão para inclusão das seguintes instalações: 1- Sala de Recepção de Amostras; 2- Sala de Preparo de Ensaio; 3- Câmara Fria; 4- Sala de Amostragem; 5-Sala de Liofilização e Chipping; 6 - Sala de Secagem e Pré-Limpeza e 7- Sala de Trilha. As atividades a serem desenvolvidas serão: pesquisa em regime de contenção, transporte, avaliação de produto descarte e armazenamento de plantas geneticamente modificadas pertencentes à Classe de risco 01.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

ATO Nº 2.771, DE 22 DE MAIO DE 2020

Expede autorização de uso de radiofrequências à COMPANHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS SANTO ANTÔNIO, CNPJ nº 25.582.727/0001-55, associada a autorização Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

ATO Nº 2.795, DE 25 DE MAIO DE 2020

Expede autorização de uso de radiofrequências à DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUAS E ESGOTOS, CNPJ nº 17.058.108/0001-38, associada a autorização Serviço Limitado Privado.

HERMANN BERGMANN GARCIA E SILVA
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 614/GC1, DE 26 DE MAIO DE 2020

Estabelece a assemelhação entre os Servidores Civis e os Militares no âmbito do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, tendo em vista o que consta do Processo nº 67540.003967/2020-69, resolve:

Art. 1º Alterar o anexo da Portaria nº 1/GC1, de 2 de janeiro de 2008, publicada no Diário Oficial da União nº 2, de 3 de janeiro de 2008, Seção 1, que estabelece a assemelhação entre os servidores civis e os militares no Comando da Aeronáutica, para os fins especificados, o qual passará a vigorar de acordo com o novo Quadro de assemelhação, anexo à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 698/GC1, de 2 de maio de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 84, de 3 de maio de 2019, Seção 1.

Ten Brig Ar ANTÔNIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ

ANEXO

QUADRO DE ASSEMELHAÇÃO

CARGOS OU FUNÇÕES DE SERVIDORES CIVIS	POSTO/GRAD.
-Consultor Jurídico-Adjunto do COMAER -Reitor do ITA -Vice-Reitor do ITA	Oficial-General
-Direção e Assessoramento Superior (DAS-100) -Nível Superior - Classes C e Especial -Magistério Federal: Professor da Carreira de Magistério Superior (Titular e Associado) - Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) (Classe D IV e Titular) -Ciência e Tecnologia - Titular e Sênior -Advogado da União	Oficial Superior
-Nível Superior - Classes A e B -Magistério Federal: Professor da Carreira de Magistério Superior (Adjunto, Assistente e Auxiliar) - Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) (Classe D I, D II e D III) -Ciência e Tecnologia -Pleno 3, 2 e 1, Adjunto, Assistente e Júnior	Demais Oficiais
-Nível Intermediário - Classes C e Especial -Ciência e Tecnologia - Técnico 3 e Assistente 3	Suboficial
-Nível Intermediário - Classes A e B -Ciência e Tecnologia - Técnico 1 e 2 e Assistente 1 e 2	Sargento
-Cargos de Nível Auxiliar	Cabo
OBSERVAÇÃO: Nos casos de designações de Servidores Civis para exercerem Cargos ou Funções privativas de categorias de Nível ou Classe superiores, ou mesmo de Postos ou Graduações acima da respectiva assemelhação, publicadas em meios de comunicação oficial, implicará aos Servidores Civis em questão as prerrogativas inerentes a esta situação.	

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.469, DE 26 DE MAIO DE 2020

Altera a Portaria n. 1.927, de 12 de agosto de 2019, que institui o Programa de Integridade do Ministério do Desenvolvimento Regional

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e considerando o disposto no Decreto n. 9.203, de 22 de novembro de 2017, na Portaria CGU n. 57, de 4 de janeiro de 2019, e no Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020, resolve:

Art. 1º A Portaria n. 1.927, de 12 de agosto de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 9º .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV - .....

V - Coordenação-Geral de Planejamento Institucional e Desenvolvimento;

VI - .....

VII - Coordenação-Geral de Gestão de Processos e Inovação.

§ 1º .....

§ 2º ....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 210, DE 11 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, em especial o disposto no seu § 5º do art. 6º, e na forma do seu Regimento Interno, e

Considerando as recomendações da Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde no sentido de evitar a realização de eventos presenciais devido aos riscos advindos da aglomeração de pessoas para fins de propagação do novo Coronavírus (Covid-19);

Considerando o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que trata das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo Coronavírus, regulamentada pela Portaria MS nº 356, de 11 de março de 2020;

Considerando que, desde 13 de março de 2020, estão suspensas as reuniões presenciais em todas as instâncias deste Colegiado;

Considerando a necessidade de assegurar a continuidade das discussões no âmbito do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como de propiciar o andamento das matérias de interesse do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, resolve:

Art. 1º. Autorizar, em caráter excepcional e temporário, enquanto perdurar o estado de calamidade pública decorrente da pandemia de COVID-19, a realização de reuniões do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e de suas instâncias por meio de videoconferência.

Art. 2º. As reuniões por meio de videoconferência serão realizadas conforme calendário fixado pela Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e obedecerão às normas constantes do Regimento Interno.

§ 1º. No ato de convocação das reuniões será solicitado, aos conselheiros ou aos representantes nas câmaras técnicas e grupos de trabalho, que confirmem a presença do respectivo participante com até três dias de antecedência.

§ 2º. A Secretaria Executiva encaminhará, por e-mail institucional, com até dois dias de antecedência, um link para dar acesso à videoconferência aos representantes que tiverem confirmado antecipadamente sua presença.

§ 3º. O registro de presença dos membros nas reuniões levará em conta o número de representantes que acessarem a videoconferência na abertura dos trabalhos, nos dias e horários determinados, tanto para o quórum de início quanto para o quórum de votação.

§ 4º. Caso ocorra algum problema técnico na geração do sinal que resulte na perda do quórum, a reunião será interrompida pelo prazo de até 30 (trinta) minutos.

§ 5º. No caso da necessidade de interrupção da reunião por motivos técnicos de geração de sinal, a reunião deverá ter sequência no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 3º. A Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos fica autorizada a expedir os atos necessários à operacionalização desta Resolução e a dirimir os casos omissos.

Art. 4o. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO SIMONETTI MARINHO
Presidente do Conselho

MARCELO PEREIRA BORGES
Secretário-Executivo

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.470, DE 26 DE MAIO DE 2020

Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Cajuri-MG, para execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o empenho e o repasse de recursos ao Município de Cajuri-MG, no valor de R$ 142.167,19 (cento e quarenta e dois mil cento e sessenta e sete reais e dezenove centavos), para a execução de ações de resposta, conforme processo n. 59052.004032/2020-73.

Art. 2° Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.40.41; Fonte: 188; UG: 530012.

Art. 3° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 4° A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 5° O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do art. 14 do Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI Nº 6.404/1974

Balanço Patrimonial Realizado em 31 de dezembro de 2019 (em Reais)

ATIVO	Notas	Dezembro/19	Dezembro/18	PASSIVO	Notas	Dezembro/19	Dezembro/18
CIRCULANTE		310.704.073,86	270.200.412,79	CIRCULANTE		1.835.430.320,63	308.103.082,53
Caixa e Equivalentes de Caixa	03	151.735.869,67	133.280.007,55	Obrigações Trabalhistas, Previd. Assist.	10	71.464.694,77	67.593.773,68
Créditos a Curto Prazo - Faturas	04	59.945.516,35	56.814.500,83	Salários a Pagar e Encargos Trabalhistas		62.868.868,28	59.257.111,05
Faturas/Duplicatas		59.945.516,35	56.814.500,83	Previdência Privada Complementar		8.595.826,49	8.336.662,63
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	05	99.022.687,84	80.105.904,41	Fornecedor Nacional e Contas a pagar	11	24.643.166,09	57.350.755,20
Adiantamentos Concedidos		2.145.691,73	2.610.289,12	Obrigações Fiscais	12	87.965,99	78.920,22
Tributos a Recuperar/Compensar		5.904.268,67	8.329.729,72	Demais Obrigações	13	1.739.234.493,78	183.079.633,43
Outros Créditos a Receber		90.306.918,80	68.413.195,75				
Estoques de Almoxarifado		457.770,72	570.458,59				
Despesas pagas antecipadamente		208.037,92	182.231,23				
NÃO CIRCULANTE		2.105.991.355,07	1.700.786.042,47	NÃO CIRCULANTE		223.605.230,53	190.233.243,71
Realizável a Longo Prazo	06	47.561.466,19	45.976.901,53	Obrigações a Longo Prazo	14	223.605.230,53	190.233.243,71
Créditos de Longo Prazo - Faturas		2.109.680,35	3.648.559,84	Previdência Privada e Complementar		33.944.328,46	37.207.258,50
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		45.152.703,27	42.185.277,95	Obrigações Fiscais		3.605.000,00	3.605.000,00
Títulos Públicos - Letras Especiais		299.082,57	143.063,74	Provisões - Riscos de Passivos Contingentes		186.055.902,07	149.420.985,21
Investimentos - Participações Permanentes	07	3.077.061,81	3.077.061,81				
Imobilizado	08	2.052.188.606,40	1.648.936.344,97	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	357.659.877,77	1.472.650.129,02

Bens Móveis		181.089.185,15	177.697.142,02	Capital Social		3.052.102.317,28	2.625.014.957,73
Bens Imóveis		1.871.099.421,25	1.471.239.202,95	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		515.689.315,56	427.087.359,55
Intangível	09	3.164.220,67	2.795.734,16	Reservas de reavaliação		28.962,52	30.938,20
				Prejuízos acumulados		-3.210.160.717,59	-1.579.483.126,46
TOTAL DO ATIVO		2.416.695.428,93	1.970.986.455,26	TOTAL DO PASSIVO		2.416.695.428,93	1.970.986.455,26

Demonstração de Resultado do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2019 (em Reais)

Descrição	Notas	2019	2018
Receita Operacional Bruta - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		37.350.742,17	27.116.742,61
(-) Deduções da Receita		-6.154.629,33	-1.121.283,12
RECEITA LÍQUIDA	16	31.196.112,84	25.995.459,49
(-) Custo Mercadoria Vendido / Serviços Prestados		0,00	0,00
LUCRO BRUTO		31.196.112,84	25.995.459,49
DESPESAS e RECEITAS		-2.245.847.095,22	-783.883.728,22
ADMINISTRATIVAS	17	-729.244.133,22	-678.536.990,07
Pessoal e Encargos Sociais		-483.667.077,30	-480.276.785,57
Material de Consumo		-5.103.755,17	-5.080.735,03
Diárias		-1.770.016,69	-1.501.074,20
Serviços de Terceiros		-205.851.476,17	-172.481.201,29
Depreciação		-30.371.977,42	-17.390.217,03
Tributária		-2.479.830,47	-1.806.976,95
OUTRAS DESPESAS	18	-1.637.912.778,64	-150.603.003,99
OUTRAS RECEITAS	19	121.309.816,64	45.256.265,84
RESULTADO ANTES DAS DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS		-2.214.650.982,38	-757.888.268,73
Despesas Financeiras		-4.106.505,88	-69.866.347,30
Receitas Financeiras		8.448.896,41	7.131.032,59
RESULTADO FINANCEIRO	20	4.342.390,53	-62.735.314,71
RESULTADO ANTES DE TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS E GANHOS		-2.210.308.591,85	-820.623.583,44
Subvenção de Custeio		716.639.864,42	622.554.530,78
Transferências para Execução Descentralizada		0,00	265.516.870,93
Ganhos/Perdas de Capital		-148.690.285,98	-71.433.271,14
RESULTADO TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS E GANHOS	21	567.949.578,44	816.638.130,57
RESULTADO ANTES DA PROVISÃO P/C.SOCIAL E IRPJ		-1.642.359.013,41	-3.985.452,87
LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-1.642.359.013,41	-3.985.452,87
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE 1000 AÇÕES		-40.927,32	-99,32

Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício 2019 - Método Indireto (em Reais)

	Nota 23	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro/Prejuízo Líquido		-1.642.359.013,41	-3.985.452,87
Ajustes por transações sem efeito no caixa:		73.343.555,74	147.778.063,26
Ajustes de Exercicios Anteriores		11.679.446,60	19.223.976,23
Redução Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		-427.087.359,55	-2.877.817.895,60
Aumento de capital Social		427.087.359,55	2.945.888.199,81
Depreciação e amortização		30.371.977,42	11.239.271,57
Provisões 13º Salários , Férias e Encargos		-795.432,88	-3.830.427,80
Provisão de Previdência Privada Complementar		-3.262.930,04	37.207.258,50
Provisão para devedores duvidosos		-1.284.422,22	7.939.466,97
Outros débitos (Riscos Fiscais)		36.634.916,86	7.928.213,58
Aplicado/Obtido nas/das Atividades Operacionais:		0,00	628.434,67
Provisão para perda com investimentos temporários e permanentes		0,00	628.434,67
Aumento/diminuição das contas dos grupos do ativo e passivo circulante:		1.505.774.729,59	2.231.123,66
Duplicatas a receber		-1.846.593,30	-16.698.856,06
Estoques Almoxarifado		112.687,87	-132.145,16
Outros crédito curto prazo		-19.029.471,30	20.098.401,21
Outros crédito longo prazo		-1.584.564,66	3.077.618,70
Previdência Privada Complementar		259.163,86	8.434.236,21
Fornecedores		-32.707.589,11	16.722.584,00
Obrigações Fiscais		9.045,77	78.920,22
Salários e encargos sociais		4.407.190,11	20.976.765,49
Outros débitos/contas a pagar		1.556.154.860,35	-50.326.400,95
Caixa líquido obtido/aplicado das/nas atividades operacionais		-63.240.728,08	146.652.168,72
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de bens do ativo imobilizado		-433.992.725,36	-536.561.588,44
Caixa líquido obtido/aplicado nas/das atividades de investimentos		-433.992.725,36	-536.561.588,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - PL		515.689.315,56	427.087.359,55
Caixa líquido obtido das atividades de financiamentos		515.689.315,56	427.087.359,55
AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E CAIXA EQUIVALENTES		18.455.862,12	37.177.939,83
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		133.280.007,55	96.102.067,72
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL		151.735.869,67	133.280.007,55

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício de 2019 (em Reais)

Componentes	Notas	Capital Social	Adiant. Para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Reavaliação	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
SALDO EM 01/01/2018	22	2.208.056.411,57	480.247.497,84	32.913,88	-4.123.653.279,15	-1.435.316.455,86
Ajuste de Exercícios Anteriores					19.223.976,23	19.223.976,23
Adiantamento para aumento capital - AFAC		2.945.888.199,81	427.087.359,55			3.372.975.559,36
Aumento/Redução de Capital		-2.528.929.653,65	-480.247.497,84		2.528.929.653,65	-480.247.497,84
Reserva de Reavaliação				-1.975,68	1.975,68	0,00
Prejuízo Líquido do Exercício					-3.985.452,87	-3.985.452,87
SALDO EM 31.12.2018		2.625.014.957,73	427.087.359,55	30.938,20	-1.579.483.126,46	1.472.650.129,02
SALDO EM 01.01.2019		2.625.014.957,73	427.087.359,55	30.938,20	-1.579.483.126,46	1.472.650.129,02
Ajuste de Exercícios Anteriores					11.679.446,60	11.679.446,60
Adiantamento para aumento capital - AFAC			515.689.315,56			515.689.315,56
Aumento/Redução de Capital		427.087.359,55	-427.087.359,55			0,00
Reserva de Reavaliação				-1.975,68	1.975,68	0,00
Prejuízo Líquido do Exercício					-1.642.359.013,41	-1.642.359.013,41
SALDO EM 31.12.2019		3.052.102.317,28	515.689.315,56	28.962,52	-3.210.160.717,59	357.659.877,77

Demonstração dos Resultados Abrangentes - DRA do Exercício de 2019 (em Reais)

Componentes	2019	2018
(=) Resultado Líquido do Período	-1.642.359.013,41	-3.985.452,87
(+) Ajuste de Exercícios Anteriores	11.679.446,60	19.223.976,23
(+) Reservas de Reavaliação	-1.975,68	0,00
Resultado Líquido Abrangente	-1.630.681.542,49	15.238.523,36

Demonstração do Valor Adicionado - DVA do Exercício de 2019 (em Reais)

Descrição	Nota 24	2019	2018
1 - RECEITAS		126.170.063,11	49.603.089,89
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		37.350.742,17	25.995.459,49
Outras receitas		38.590.943,83	1.847.405,60
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão/ (Constituição)		50.228.377,11	21.760.224,80
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		1.764.757.592,47	331.351.375,35
Materiais, energias, serviços de terceiros e outros		1.764.757.592,47	331.351.375,35
Materiais de Consumo		5.103.755,17	5.080.735,03
Energias, serviços de terceiros e outros		1.759.653.837,30	326.270.640,32
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		-1.638.587.529,36	-281.748.285,46
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		30.371.977,42	11.239.271,57
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		-1.668.959.506,78	-292.987.557,03
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		592.121.159,52	840.766.141,54
Receitas financeiras		8.448.896,41	7.131.032,59
Outras		583.672.263,11	833.635.108,95
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		-1.076.838.347,26	547.778.584,51
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		-1.076.838.347,26	547.778.584,51
8.1) Pessoal		483.667.077,30	401.660.956,80
Remuneração direta		409.865.868,52	312.165.810,44
Benefícios		38.026.609,99	65.923.566,30
F.G.T.S		35.774.598,79	23.571.580,06
8.2) Impostos, taxas e contribuições		77.880.704,97	80.422.805,72
Federais		76.033.587,77	79.584.368,65
Estaduais		1.710.309,57	489.080,75
Municipais		136.807,63	349.356,32
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		3.972.883,88	69.680.274,86
Juros		3.972.883,88	69.680.274,86
8.4) Remuneração de Capital Próprios		-1.642.359.013,41	-3.985.452,87
Lucros retidos/Prejuízo do exercício		-1.642.359.013,41	-3.985.452,87

(*) O total do item 8 deve ser exatamente igual ao item 7

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ELABORADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

NOTA 1 - Contexto Operacional

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf - é empresa pública com capital social pertencente integralmente à União, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR. Foi criada pela Lei nº 6.088/1974, alterada pela Lei nº 9.954/2000, Lei nº 12.040/2009, Lei nº 12.196/2010, Lei nº 13.481/2017, Lei nº 13.507/2017, Lei nº 13.702/2018, sendo ainda regida pela Lei nº 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei nº 6.404/1976, por seu Estatuto Social e demais normas de direito aplicáveis.

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, sob a ótica da Lei nº 13.303/2016 e da Portaria nº 5.832, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério da Economia - SEST/ME, de 11/10/2019, é considerada de menor porte, visto seu faturamento, no exercício de 2018, ter sido inferior a R$ 90 milhões.

Tem por finalidade o aproveitamento, para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo das bacias hidrográficas que compõem sua área de atuação, com a promoção do desenvolvimento integrado de áreas prioritárias e a implantação de distritos agroindustriais e agropecuários, e assim, cumprindo sua função social, desenvolver as bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável e contribuir para a redução das desigualdades regionais.

As Competências da Codevasf, conforme definido no artigo 6º, do seu Estatuto Social são:

Estimular e orientar a iniciativa privada, promover a organização e participar do capital de empresas de produção, beneficiamento e industrialização de produtos primários;

Promover e divulgar informações sobre recursos naturais e condições sociais, infraestruturais e econômicas, visando à execução de empreendimentos;

Elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, que atuam na área, os planos anuais e plurianuais de desenvolvimento integrado;

Implantar, administrar, reabilitar perímetros de irrigação, bem como promover sua transferência de gestão, regularização ambiental e fundiária;

Desenvolver ações visando a modernização dos sistemas de irrigação e o aprimoramento da eficiência da irrigação;

Promover a assistência técnica e a extensão rural, a revitalização das bacias hidrográficas, a funcionalidade, gestão, operação, manutenção e recuperação das infraestruturas hídricas, bem como efetuar ações visando ampliar a oferta de água para usos múltiplos;

Atuar com base em planos de desenvolvimento regional e local e promover inovações nas ações de desenvolvimento regional; e

Apoiar projetos de desenvolvimento sustentável local integrado, bem como estruturar e dinamizar atividades produtivas.

A Codevasf tem sede e foro no Distrito Federal e atuação nos vales dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru e Paraguaçu. O prazo de duração da Codevasf é indeterminado.

NOTA 2 - Apresentação das Demonstrações e Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras evidenciam as informações relevantes e tempestivas, ocorridas no período, e são apresentadas em comparação com o período anterior, de forma acumulada.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e dos Pronunciamentos do Comitê de P

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a recursos da conta única aplicados, Caixa Econômica Federal e Banco Bradesco, Fundo de Aplicação Extramercado e limite de saque da conta única.

Transações envolvendo certos ativos e passivos referentes a perdas relacionadas às contas a receber e provisões com riscos tributários, cíveis e trabalhistas, são quantificadas por meio de estimativas, as quais refletem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros.

Os valores definitivos das transações envolvendo estas estimativas somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As aplicações de curto prazo estão registradas pelo valor original e são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício. Todos recursos aplicados são prontamente conversíveis em moeda.

Os estoques de almoxarifado estão registrados pelo valor original ou custo de aquisição.

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos (bens patrimoniais).

h) O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, sendo a depreciação calculada pelo método linear, mediante aplicação de taxas estabelecidas pelo Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017.

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.

As perdas estimadas de valores a receber, com tarifa d'água-K1 e titulação de terras, tem por base o saldo constituído em 31 de dezembro de 2019.

O ativo intangível composto por direito de uso e programas de software é demonstrado pelo custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear.

Face a empresa ser estatal dependente do tesouro nacional e em cumprimento ao que determina o item 9.4 do Acórdão TCU nº 2016/2006, alterado pelo Acórdão TCU nº 23/2008, considerando que a empresa tem a sua contabilidade executada somente no Siafi, cabe ressaltar que não há divergência entre os valores do balanço patrimonial levantado sob os regimes das contabilidades pública e societária.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 3 - Caixa e Equivalente de Caixa

Numerários disponíveis ou aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que podem ser convertidas em dinheiro, no curto prazo, sem riscos significantes.

Tabela 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	47.882.683,46	57.746.317,56
Demais Bancos	29.702,06	25.537,97
Fundo de Aplicação - Extra mercado	51.310.855,20	31.364.965,63
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - O.F.S.S.	52.512.628,95	44.143.186,39
Total	151.735.869,67	133.280.007,55

A rubrica demais bancos, trata das instituições privadas Bradesco e Caixa Econômica Federal - CEF, com saldos em dezembro/2019, no valor de R$ 69,04 e R$ 29.633,02, respectivamente. A conta no Bradesco destina-se à custódia de valores relativos à aquisição de energia elétrica para o Programa de Transposição do Nordeste Setentrional - PISF, enquanto que a conta na CEF é utilizada para o recebimento de valores decorrentes da venda de imóveis funcionais.

NOTA 4 - Crédito a Curto Prazo - Faturas

Registram os créditos da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no Vale do São Francisco e Parnaíba, decorrentes da cobrança de tarifa d'água K-1 e K-2.

Tabela 2 - Crédito a Curto Prazo - Faturas

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Faturas/Duplicatas a receber	67.581.277,67	65.734.684,37
Ajuste Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa	-7.635.761,32	-8.920.183,54
Total	59.945.516,35	56.814.500,83

Faturas a receber: o faturamento dos títulos a receber decorrentes da tarifa K1 e K2, tem como base o que estabelece o inciso I, do art. 43, do Decreto nº 89.496, de 29 de março de 1984 e inciso II, do art. 28, da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013 e portarias anuais do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR.

Em 2019 não foi editada, pelo ministério, portaria aprovando os valores de faturamento, em função da revisão da legislação que trata o assunto, restando à empresa ter como títulos a receber, nessa rubrica, os faturados até 2017 e os decorrentes de renegociações realizadas até 31 de dezembro de 2019.

Foi criado pela Portaria nº 771 de 20/03/2019, do Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR, Grupo de Trabalho, com objetivo de, no prazo de 180 dias, tendo por base a lei nº 12.787/2013, definir critérios para apuração, arrecadação e utilização dos recursos oriundos das tarifas de irrigação, correspondente ao uso ou a amortização das infraestruturas de irrigação de uso comum dos projetos públicos de irrigação. Foi encaminhado ao MDR, minuta de portaria que propõe a metodologia de faturamento para os exercícios a partir de 2018, o qual ainda não se pronunciou.

Ajuste para Perdas Estimadas: em dezembro/2019 foi efetuado o registro de reversão de ajuste para perdas sobre os valores a receber de tarifa d'água K1, metodologia com base no Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O cálculo contempla os títulos em atraso, dos últimos 05 (cinco) anos, referentes às pessoas jurídicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano. A redução refere-se à reversão do ajuste para perdas estimadas, no valor de R$ 1.284.422,22.

O cálculo do ajuste para perdas não considerou os títulos vencidos de pessoa física, considerando que está em andamento o processo de renegociação das dívidas desses produtores, referente à tarifa d'água, conforme Lei nº 13.729, de 08 de novembro de 2018. A renegociação tem vigência até 31 de dezembro de 2019.

NOTA 5 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Essas contas englobam adiantamentos a empregados, tributos a recuperar, depósitos restituíveis, outros créditos a receber, almoxarifado e despesas antecipadas, além de perdas estimadas.

A tabela a seguir apresenta a composição de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, com o saldo de titulação de terras compondo a rubrica títulos a receber.

5.1 Adiantamentos Concedidos

Compreendem as antecipações concedidas a pessoal a título de suprimento de fundos e antecipação de férias.

Tabela 3 - Adiantamentos Concedidos

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado Férias	2.145.691,73	2.610.289,12
Total	2.145.691,73	2.610.289,12

a) Adiantamento de Férias: a Codevasf paga o adiantamento, no valor de uma remuneração, sendo esse valor descontado em até 08 parcelas (para empregados contratados na vigência da Resolução nº 09/1996, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST). A redução de R$ 464.597,39 observada, em comparação com o exercício encerrado de 31/dez/2018, decorre de baixas de parcelas do valor adiantado e do saldo remanescente dos empregados que aderiram ao programa de desligamento voluntário. Até dezembro/2019, 206 (duzentos e seis) empregados fizeram adesão ao Programa.

5.2 Tributos a Recuperar/Compensar

A variação observada em IRRF a compensar refere-se à retenção sobre rendimentos de aplicações financeiras. Os demais tributos a compensar totalizam R$ 19.560,92. Todos os valores estão sob análise da Receita Federal, face à solicitação de restituição por meio da PERD/Comp.

Tabela 4 - Tributos a Recuperar/Compensar

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
IRRF a Compensar	5.884.707,75	5.883.461,76
COFINS a Recuperar / Compensar	4.530,36	1.924.253,36
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	981,78	507.965,82
IR E CSLL a Recuperar / Compensar	14.048,78	14.048,78
Total	5.904.268,67	8.329.729,72

A redução observada no exercício de 2019, no valor de R$ 2.425.461,05, refere-se aos saldos de PIS e Cofins a recuperar/compensar, que foram estornados em dezembro/2019, visto não ter sido registrado o valor a pagar face à falta de empenho orçamentário para suportar a obrigação.

5.3 Outros Créditos a Receber

Compreendem, conforme tabela 5, valores a receber decorrentes de infrações, cessão de pessoal, de títulos a receber (composto por titulação de terras e outros valores realizáveis a curto prazo), ajustes para perdas estimadas, créditos a receber e os Termos de Execução Descentralizada - TED.

Tabela 5 - Outros Créditos a Receber

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Valores Apreendidos por Decisão Judicial	407.864,47	661.652,15
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	8.458.556,53	8.767.198,22
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	132.825,24	48.485,43
Títulos a receber	73.946.305,00	76.334.939,02
Titulação de Terras	72.561.777,75	74.972.761,79
Outros Valores a Receber	1.384.527,25	1.362.177,23
Ajuste para Perdas sobre Créditos	-13.351.246,94	-17.839.676,60
Devedores por Transferências Voluntárias	1.034.454,76	0,00
Créditos a Receber de Entidades Federais	0,00	440.597,53
Termo Execução Descentralizada	19.601.890,70	0,00
Remuneração da Conta Única a Receber	76.269,04	0,00
Total	90.306.918,80	68.413.195,75

a) Títulos a Receber: compreendem valores a receber das unidades parcelares de projetos públicos de irrigação, referente ao uso ou aquisição de terras (titulação de terras) e créditos com multas contratuais decorrentes de notas de débitos e outros valores administrativos a receber.

No exercício ocorreu a alienação de 37 unidades parcelares empresariais, conforme Resolução Codevasf nº 520/2018. Essas unidades foram destinadas à implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, no projeto público de irrigação Pontal, localizado no município de Petrolina, estado de Pernambuco.

b) Ajuste para Perdas Estimadas sobre Créditos: em dezembro/2019 foi efetuado também o registro de Ajuste para Perdas sobre os valores a receber de Titulação de Terras, metodologia com base no Pronunciamento CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O cálculo contempla os títulos em atraso, dos últimos 05 (cinco) anos, referentes a pessoas jurídicas, considerando uma estimativa de perda prospectiva para 01 (um) ano.

c) Devedores por Transferências Voluntárias: valores a receber apurados em Tomadas de Contas Especiais - TCE, decorrentes de transferências voluntárias (convênios e termos de compromissos). Os valores são pagos à Codevasf de forma parcelada, conforme previsto nos termos de confissão de dívida.

d) Créditos a Receber de Entidades Federais: trata do ressarcimento de cotas do extinto Fundo Nacional de Desestatização - FND. A redução ocorreu no 1º trimestre/2019, face ao recebimento das cotas.

e) Termos de Execução Descentralizada - TED: no 1º trim/2019 a Codevasf concedeu a 05 (cinco) órgãos federais, o repasse a título de TED, no total de R$ 15.190.211,57, visando atingir os objetivos propostos nos instrumentos pactuados (revitalização do rio São Francisco, delimitação de áreas quilombolas e elaboração de planos de desenvolvimento regional).

Entre o março/2019 e o final do exercício há um aumento no valor a receber de TED's de R$ 4.411.679,13, decorrente da liberação de recursos para 03 (três) TED's firmados no início do exercício, tendo sido o repasse substancial à Universidade Federal de Viçosa/MG (R$ 3.622.001,94), para elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioeconômico Regional das Macrorregiões do Estado do Maranhão, e ao 4º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro (R$ 729.250,59), para revitalização das margens do Rio São Francisco, no trecho em Itacoatiara-BA.

f) Remuneração da Conta Única a Receber: trata de direito a receber, apropriado pelo regime de Competência, referente a remuneração dos recursos da Codevasf, aplicados via conta única do tesouro, correspondente ao terceiro decêndio de dezembro/2019.

5.5 Estoques de Almoxarifado

Tabela 6 - Almoxarifado

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Materiais de Consumo	457.770,72	568.258,59
Almoxarifado - Material Expediente	0,00	2.200,00
Total	457.770,72	570.458,59

5.6 Despesas Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos antecipados de despesas, referentes a seguros, assinaturas de periódicos e tributos pagos a apropriar (IPTU e IPVA), contabilizadas em observância ao Regime de Competência.

Tabela 7 - Despesas pagas antecipadamente

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Assinaturas e anuidades a apropriar	31.922,38	32.742,68
Prêmios de seguros a apropriar	68.677,18	40.279,17
Tributos pagos a apropriar	107.438,36	109.209,38
Total	208.037,92	182.231,23

Prêmios de Seguros a Apropriar: o aumento refere-se à renovação do seguro de veículos da Sede e das Superintendências e à renovação do seguro predial do edifício onde se localiza a 3º Superintendência Regional.

NOTA 6 - Realizável a Longo Prazo

São classificáveis no realizável a longo prazo contas da mesma natureza das contas do ativo circulante, porém sua realização é certa ou provável após o término do exercício seguinte.

6.1 Faturas/Duplicatas

Representam os créditos realizáveis a longo prazo da Codevasf junto aos usuários dos perímetros irrigados, implantados no vale do São Francisco, decorrentes da cobrança de tarifa d'água K1.

Tabela 8 - Faturas/Duplicatas

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Clientes	2.109.680,35	3.648.559,84
Total	2.109.680,35	3.648.559,84

6.2 Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Tabela 9 - Demais Créditos e Valores

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Créditos por Dano ao Patrimônio de Créditos Administrativos	64.583,84	64.583,84
Crédito por Dano ao Patrimônio - Decisão TCU	39.333.382,90	38.046.582,42
Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores	-39.397.966,74	-38.111.166,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	22.841.667,56	18.574.788,26
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	22.311.035,71	23.610.489,69
Total	45.152.703,27	42.185.277,95

a) Créditos por Danos ao Patrimônio: os decorrentes de apuração administrativa e os apurados por meio de Tomada de Contas Especial - TCE, devem ser registrados somente após decisão de condenação definitiva pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

b) Depósitos Restituíveis e Vinculados: são depósitos efetuados na Justiça, decorrentes da interposição de recurso, relativos a ações cíveis, trabalhistas e administrativas.

c) Outros Créditos e Valores: trata de títulos a receber das unidades parcelares de projetos públicos de irrigação, denominado titulação de terras, e demais títulos administrativos. Da redução observada, cerca de 86,16% refere-se às baixas dos valores a receber das unidades parcelares (titulação de terras).

6.3 Investimentos e Aplicações

Representa o valor total das ações da Celpe, Eletrobras e Tractebel vendidas, que foram convertidas em NTN's por intermédio das Portarias - STN nºs 59 e 63 de 1998, em cumprimento ao Programa Nacional de Desestatização - PND, instituído pelo Decreto nº 10.687, de 02/03/1994.

Tabela 10 - Investimentos e Aplicações

NTN-P		
Vencimento	31-dez-2019	31-dez-2018
2020	221.640,93	87.620,82
2030	77.441,64	55.442,92
Total	299.082,57	143.063,74

O aumento verificado em 31/12/2019 refere-se à atualização monetária das NTN-p. Os índices são divulgados no site do Tesouro Nacional, seção Dívida Pública. O título a vencer em 2020 refere-se à Celpe e os títulos a vencer em 2030 referem-se à Eletrobras e a Tractebel.

NOTA 7 - Investimentos - Participações Permanentes

A participação da Codevasf no capital de outras entidades é avaliada pelo método de custo, que consiste em reconhecer o investimento pelo valor original da transação e por não apresentar influência significativa. Frisa-se que esses investimentos, pelo método de avaliação utilizado, não influenciaram nos resultados da Companhia ao final do exercício.

Tabela 11 - Entidades Investidas

Entidade Investida	Custo Original
Companhia Pernambucana de Saneamento - Compesa	156.487,27
Cooperativa Agrícola M do Projeto de Irrigação de Bebedouro l	180.092,77
Companhia Energética de Pernambuco	587.823,31
Companhia de Saneamento de Alagoas - Casal	281.937,88
Companhia Agrícola de Sergipe - Comase	104.443,51
Companhia de Saneamento de Sergipe	215.675,53
Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa	113.415,79
Agro Industrias do Vale do São Francisco	977.961,89
Cooperativa Agropecuária Mista Regional de Irecê	158.029,19
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Ceraima	44.103,95
Coop Agrícola de Irrigação do Projeto de Estreito	2.000,00
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - Copasa	251.301,89
Cooperativa Agrícola de Irrigação do Vale do Gorutuba l	3.547,82
Embraer Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A	241,01
Total	3.077.061,81

NOTA 8 - Imobilizado

O imobilizado é composto por bens móveis e imóveis. Após o reconhecimento, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida).

A depreciação é calculada pelo método linear, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 9.580/2018 e Instrução Normativa da Receita Federal nº 1.700/2017, cujos valores são absorvidos no resultado do exercício.

Frisa-se que a Codevasf para utilizar as atuais taxas de depreciação, leva em consideração o custo/benefício. O custo com o controle será maior que o benefício trazido pela não adoção da atual tabela, isto é, o custo para implementar uma nova tabela de depreciação e de vida útil econômica estimada, no atual cenário, ficaria extremamente oneroso, tendo em vista que a empresa está presente em 09 unidades da federação.

Tabela 12 - Imobilizado

Imobilizado	31-dez-2018	Adições	Baixas	31-dez-2019	AH%
Bens Móveis	204.553.202,82	182.016.898,54	-163.566.527,30	223.003.574,06	9,02
Total de Bens Móveis (1)	204.553.202,82	182.016.898,54	-163.566.527,30	223.003.574,06	9,02
Bens Imóveis	38.682.913,50	22.407,28	-4.431,28	38.700.889,50	0,05
Obras em Andamentos	1.113.562.484,55	384.726.757,09	-2.237.382,79	1.496.051.858,85	34,35
Estudos e Projetos	104.547.550,83	6.319.093,52	-5.330,38	110.861.313,97	6,04
Instalações	235.878.290,35	11.855.935,87	-194.933,77	247.539.292,45	4,94
Instalações Codevasf	51.822,54	0,00	0,00	51.822,54	-
Instalações Projetos	235.826.467,81	11.855.935,87	-194.933,77	247.487.469,91	4,94
Total de Bens Imóveis (2)	1.492.671.239,23	402.924.193,76	-2.442.078,22	1.893.153.354,77	26,83
Depreciação Bens Móveis	-26.856.060,80	-29.901.798,58	14.843.470,47	-41.914.388,91	56,07
Depreciação Imóveis	-21.432.036,28	-621.897,24	0,00	-22.053.933,52	2,90
Total Depreciação (3)	-48.288.097,08	-30.523.695,82	14.843.470,47	-63.968.322,43	32,47
Total Imobilizado (4) = 1+2+3	1.648.936.344,97	554.417.396,48	-151.165.135,05	2.052.188.606,40	24,46

Em 2019, as aquisições e baixas totalizaram R$ 403.252.261,43. Em bens móveis, o aumento ocorreu em veículos de tração mecânica, máquinas e utensílios agropecuários, equipamentos hidráulicos, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, utilizados nos projetos em que a Codevasf atua. Em relação a bens imóveis, o destaque é para obras em andamento, estudos e projetos e instalações.

A adição ocorrida em bens imóveis, no valor de R$ 22.407,28 refere-se à aquisição de um terreno de 56 m2, no estado do Piauí, destinado à execução de obras de esgotamento sanitário, no município de Oeiras.

Obras em andamento, estudos e projetos e instalações (projetos) não incide depreciação.

NOTA 9 - Intangível

São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida).

O saldo da coluna Adições, em software com vida útil definida, refere-se à aquisição de licenças de computador não customizáveis, para controle de acesso à rede, software de gerenciamento Prime, 16 licenças do software VMWare, softwares para controle de veículos aéreos não tripulados e soluções para controle de acessos à rede da Codevasf.

Tabela 13 - Intangível

Descrição	31-dez-2018	Adições	Baixas	31-dez-2019
Software com Vida Útil Definida	1.698.449,68	878.755,60	-41.510,96	2.535.694,32
Software com Vida Útil Indefinida	1.360.866,82	0,00	0,00	1.360.866,82
Amortização Acumulada	-263.582,34	-474.292,85	5.534,72	-732.340,47
Total	2.795.734,16	404.462,75	-35.976,24	3.164.220,67

NOTA 10 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial

a) Salários a Pagar: folha de pessoal e os respectivos benefícios, que apresentam saldo, conforme tabelas 14 e 15, a seguir:

Tabela 14 - Salários a pagar e Encargos Trabalhistas

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Salários, Remunerações e Benefícios	21.265.343,72	20.976.910,69
Benefícios Previdenciários	287.332,88	268.596,08
Férias a pagar	28.505.160,56	29.114.422,80
FGTS	6.379.352,94	2.329.064,06
INSS	6.431.678,18	6.568.117,42
Total Obrigações Trabalhistas	62.868.868,28	59.257.111,05

Em dezembro de 2018, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN promoveu alteração da rotina de pagamentos, o que resultou no saldo demonstrado no Balanço Patrimonial. Na nova sistemática, o passivo referente a salários e encargos trabalhistas será efetivamente pago e a obrigação encerrada após a emissão da ordem bancária, no dia útil seguinte à emissão da ordem de pagamento.

Benefícios Previdenciários: trata-se do pagamento de complemento salarial a empregado afastado por motivos de saúde.

FGTS: o aumento em relação ao exercício anterior, de R$ 4.050.288,88 refere-se à multa rescisória de 20%, que incide sobre o saldo para fins rescisórios, demonstrado no extrato do FGTS, dos empregados que aderiram ao Programa de Desligamento Voluntário - PDI. O percentual a ser pago de multas rescisórias foi estabelecido no programa de desligamento.

Tabela 15 - Previdência Complementar

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Entidade de Previdência Complementar	8.595.826,49	8.336.662,63
Total	8.595.826,49	8.336.662,63

Entidade de Previdência Complementar: trata do valor provisionado para pagamento do saldamento do Plano Benefícios Definidos BD I, junto à Fundação São Francisco de Seguridade Social - F.S.F.S.S. O saldo do curto prazo está registrado a valor presente.

NOTA 11 - Fornecedores e Contas a Pagar

A tabela 16 apresenta relação com os maiores fornecedores. Os dados estão relacionados por ordem decrescente de valor a pagar.

Tabela 16 - Fornecedores

Seq.	Descrição	31-dez-2019
1	YANMAR South América Industria de maquinas Ltda.	3.056.673,90
2	Fornecedores a pagar: valores entre R$ 2.000.000,00 e 3.000.000,00	2.778.722,71
3	Fornecedores a pagar: valores entre R$ 1.000.000,00 e R$ 2.000.000,00	5.440.094,06
4	Fornecedores a pagar: valores até R$ 1.000.000,00	13.367.675,42
Total		24.643.166,09

A tabela 17, a seguir, apresenta relação com os maiores fornecedores apurados no exercício encerrado de 2018. Os dados estão relacionados por ordem decrescente de valor a pagar.

Tabela 17 - Fornecedores 2018

Seq.	Descrição	31-dez-2018
1	DELTA Maquinas Ltda.	8.753.100,00
2	TRANSRIO Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	6.924.210,66
3	DALKA do Brasil Ltda.	6.583.319,94
4	Fornecedores a pagar: valores entre R$ 2.000.000,00 e 4.000.000,00	12.224.619,01
5	Fornecedores a pagar: valores entre R$ 1.000.000,00 e R$ 2.000.000,00	5.083.348,61
6	Fornecedores a pagar: valores até R$ 1.000.000,00	17.782.156,98
Total		57.350.755,20

NOTA 12 - Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações da empresa relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo. O valor ao final do exercício refere-se à IPVA e à taxa de licenciamento a pagar.

NOTA 13 - Demais Obrigações

Registra os valores a pagar não inclusos nas rubricas anteriores. São os seguintes:

Tabela 18 - Outras Obrigações a Curto Prazo

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Convênios e Instrumentos congêneres a pagar	121.332.045,36	176.342.736,97
Diárias a pagar	34.437,15	11.458,38
Incentivos a Educação, Cultura e outros	26.350,00	0,00
Fatura - Cartão de Pagamento do Governo Federal	4.555,74	0,00
Indenizações, Restituições e Compensações	7.134.639,10	28.024,05
Ordens Bancárias Canceladas	0,00	11.395,35
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	1.597.527.492,33	0,00
Valores Restituíveis	13.174.974,10	6.686.018,68
Total	1.739.234.493,78	183.079.633,43

a) Convênios e Instrumentos Congêneres: recursos a repassar a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, a título de transferências voluntárias.

b) Incentivos à Educação, Cultura e Outros: refere-se ao fornecimento do vale cultura aos empregados ativos, conforme legislação vigente. O valor a pagar refere-se a dezembro/2019.

c) Fatura - cartão de pagamentos do governo federal: registra os valores referentes às despesas com suprimento de fundos, pendentes de pagamento, com uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.

d) Indenizações e Restituições: tratam de rescisões de ex-empregados que aderiram ao Programa de Demissão Incentivada - PDI, no montante de R$ 7.130.829,73, bem como ressarcimentos a empregados decorrentes de pequenas despesas, no valor de R$ 3.809,37. O pagamento aos participantes do PDI é realizado na mesma sistemática da folha de pagamentos, conforme descrito na tabela 14, da Nota 10.

e) Termos de Execução Descentralizada - TED: são transferências de recursos entre Órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, para execução de ações de interesse do Órgão descentralizador. Em janeiro/2019, a Secretaria do Tesouro Nacional - STN efetuou registro, de forma automática, de 96 TED's, que totalizam R$ 1.362.821.552,30 (representa cerca de 85,30% do saldo do final do exercício), provocando um impacto substancial em seu passivo de curto prazo e tendo, como contrapartida, o registro em conta de resultado (vide Nota 18, b).

A rotina de contabilização dos TED's foi alterada pela STN, conforme mensagem 2019/0204238, de 29/01/2019. Essa alteração aumentou de modo substancial o saldo da rubrica demais obrigações, do passivo, no montante acima descrito. O impacto dessa medida, no resultado da empresa, será detalhado em nota específica.

A partir do registro dos TED's, a Secretaria do Tesouro orientou que fosse verificada a situação das prestações de contas desses termos. O órgão descentralizador ao receber tais prestações deve concluir a análise e registrar a comprovação, o que irá baixar a obrigação registrada no passivo.

A Codevasf, verificou a documentação e já apresentou aos órgãos descentralizadores prestações de contas dos TED's, que totalizam R$ 414.499.176,64, restando comprovar o valor de R$ 948.322.375,66. O demonstrativo abaixo, apresenta o atual cenário:

Tabela 19 - Valores Termo de Execução Descentralizada - TED

Área	Valor a Prestar Contas	Valor Apresentado aos Órgãos Descentralizadores (prestado)
AD/PISF	344.726.720,50	344.726.720,50
AR/Água Para Todos	815.417.693,95	0,00
Outros (Sede e SR's)	202.677.137,85	69.772.456,14
Total	1.362.821.552,30	414.499.176,64

Fonte: Demonstrativo de Destaques Recebidos 2012/2019 - PR/GB

f) Valores Restituíveis: compreendem valores de terceiros ou retenções em nome deles.

20 - Valores Restituíveis

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Retenção Previdenciária - FRGPS	1.183.434,80	129.251,83
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	5.644.708,52	870,84
Impostos e Contribuições Diversas Devidos ao Tesouro	1.226.370,18	1.696.209,76
ISS	199.140,26	247.116,26
Pensão Alimentícia	287.445,85	270.277,71

Planos de Previdência e Assistência Médica	52.066,19	0,00
Retenções - Consignações	4.351.558,28	4.222.835,63
Outros Consignatários	82.501,64	40,56
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	147.748,38	119.416,09
Total	13.174.974,10	6.686.018,68

Retenção Previdenciária - FRGPS: o aumento no período refere-se à sistemática de retenção do encargo previdenciário - INSS, face à obrigatoriedade de informar à Receita Federal o valor total das retenções por meio de DARF Numerado. As informações são encaminhadas ao Sistema SPED-EFD/REINF, até o dia 15 do mês subsequente, sendo o recolhimento desse encargo sempre no dia 20. Os valores em aberto tratam da retenção do encargo tributário sobre notas fiscais de prestadores de serviços.

IRRF Devido ao Tesouro Nacional: refere-se ao imposto de renda retido sobre a folha de pagamentos do mês de dezembro/2019, não recolhido dentro mês.

Plano de Previdência e Assistência Médica: valor a recolher à Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Codevasf, em função de desconto de mensalidade, que incidiu sobre rescisão de contrato de trabalho de ex-empregado optante do PDI.

Retenções - Consignações: trata de valores retidos da folha de pessoal, referentes a empréstimos consignados junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Outros Consignatários: são retenções incidentes sobre folha de pagamentos e rescisão de contrato de trabalho, decorrentes da participação dos empregados nas despesas com vale-cultura, auxílio-alimentação, vale-transporte.

NOTA 14 - Obrigações a Longo Prazo

Registra as obrigações da Companhia cuja liquidação deverá ocorrer após o término do exercício seguinte.

14.1 Previdência Privada e Complementar

Compreende a obrigação da empresa relativo ao registro do saldamento do plano Benefícios Definidos - BD I, conforme contrato 0.041.00/2018 com a Fundação São Francisco. O saldamento será pago em 108 parcelas mensais, atualizadas pela aplicação da variação do INPC, das quais já foram pagas 21 parcelas.

14.2 Obrigações Fiscais

Compreende a obrigação da empresa relativo a PIS/PASEP sobre faturamento referente a intimação nº 455/99, da Secretária da Receita do Brasil, que se encontra na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - Processo 10166.014511/96-95 PIS/PASEP.

14.3 Provisões - Riscos de Passivos Contingentes

O registro da provisão para contingência passiva: tributária, trabalhista e cível foi realizado conforme relatório de anexos de riscos fiscais da Assessoria Jurídica, constante do processo 59500.002811/2013-80. Foram contabilizados os riscos judiciais cuja materialização seja provável de se realizar. Os riscos possíveis são divulgados e constam da tabela 21.

Tabela 21 - Riscos de Passivos contingentes

Descrição	31-dez-2018	Adições	Baixas	31-dez-2019
Trabalhista	28.128.736,87	0,00	-397.787,52	27.730.949,35
Cíveis	121.286.714,10	37.038.238,62	0,00	158.324.952,72
Tributárias	5.534,24	0,00	-5.534,24	0,00
Total Riscos Prováveis	149.420.985,21	37.038.238,62	-403.321,76	186.055.902,07
Trabalhista	23.707.059,72	0,00	-21.431.315,20	2.275.744,52
Cíveis	85.596.154,49	0,00	-39.516.290,12	46.079.864,37
Tributárias	689.631,63	0,00	-689.631,63	0,00
Total Riscos Possíveis	109.992.845,84	0,00	-61.637.236,95	48.355.608,89

NOTA 15 - Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social: o capital social da Codevasf, pertencente integralmente à União, é de R$ 3.052.102.317,28(três bilhões, cinquenta e dois milhões, cento e dois mil, trezentos e dezessete reais e vinte e oito centavos), representados por 40.128.672 (quarenta milhões, cento e vinte e oito mil e seiscentas e setenta e duas) ações nominativas, sem valor nominal.

Tabela 22 - Capitalização AFAC 2018

Capital Social Integralizado 2018	2.625.014.957,73
(+) Capitalização Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC 2018	427.087.359,55
(=) Capital Social em 31-dez-19	3.052.102.317,28

A capitalização, com recursos recebidos no exercício de 2018, a título de AFAC, ocorreu em abril/2019, após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - A.G.O. realizada em 16 de abril de 2019.

15.2 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Em 2019 foi repassado à Codevasf, a título de AFAC, o valor de R$ 515.689.315,56.

15.3 Reservas

Houve redução da reserva de reavaliação no valor de R$ 1.975,68 em virtude da realização da reserva em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.638/2007.

"Art. 6º - Os saldos existentes nas reservas de reavaliação deverão ser mantidos até a sua efetiva realização ou estornados até o final do exercício social em que esta Lei entrar em vigor".

15.4 Prejuízos Acumulados

Composição da rubrica Prejuízos Acumulados:

Tabela 23 - Prejuízos Acumulados

Prejuízo Acumulado até 2018	-1.579.483.126,46
(+) Prejuízo do Exercício 2019	-1.642.359.013,41
(+) Ajuste de Exercício Anteriores 2019	11.679.446,60
(+) Reversão de Reavaliação 2019	1.975,68
(=) Prejuízos Acumulados até 2019	-3.210.160.717,59

15.4.1 Ajustes de Exercícios Anteriores

Com relação ao saldo em 2019, no valor de R$ 11.679.446,60:

a)R$ 1.255.000,00: refere-se a baixa de convênio a pagar, firmado com a Secretaria de Agricultura de Alagoas, face ao instrumento ter vencido em julho/2018.

b) R$ 9.503.274,77: refere-se a ajuste da rubrica Provisão de Férias, face à mudança de critério de contabilização, conforme definido pela Macrofunção 02.11.42 - Folha de Pagamento.

c) (R$ 440.597,53): em função da baixa do saldo a receber referente a cotas do extinto Fundo Nacional de Desestatização - FND.

d) R$ 757.527,76: recebimento de tarifa d'água K2, pela 6ª Superintendência Regional, referente ao exercício de 2018, em função da Codevasf ter retomado o processo de faturamento e cobrança, devido a empresa responsável não ter conseguido operacionalizar esse procedimento.

e) R$ 604.241,60: refere-se a valores não registrados no imobilizado de exercício anterior, máquinas e equipamentos energéticos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

NOTA 16 - Receita Líquida

Representa o resultado das atividades decorrentes de titulação, tarifa de d'água, lotes urbanos e outros títulos a receber.

Nos exercícios de 2018 e 2019 não ocorreu faturamento de Tarifa D'água K1, em virtude da edição da portaria do então Ministério da Integração Nacional nº 552, de dezembro de 2018, que suspendeu a exigibilidade de faturamento referente às parcelas de pagamento de tarifa d'Água K1 dos perímetros públicos de irrigação, em função da reanálise dos índices de reajustes a serem aplicados aos Irrigantes.

O aumento na receita bruta decorre da alienação de 37 unidades parcelares empresariais destinadas à implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, no projeto público de irrigação Pontal Sul, localizado no município de Petrolina, estado de Pernambuco, conforme Resolução Codevasf nº 520/2018, e por renegociações de tarifa d'água K1.

Tabela 24 - Receita Líquida

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Receita Bruta	37.350.742,17	27.116.742,61
(-) Deduções	-6.154.629,33	-1.121.283,12
= Receita Líquida	31.196.112,84	25.995.459,49

Em relação às deduções a variação refere-se aos cancelamentos de títulos renegociados emitidos, os quais não foram quitados.

NOTA 17 - Despesas Administrativas

Destaque nas despesas administrativas em 2019 para serviços de terceiros e depreciação. Em Serviços de Terceiros ocorre aumento com energia elétrica do tipo convencional, no âmbito do Programa de Integração do Nordeste Setentrional - PISF (Projeto de Transposição do rio São Francisco) e em depreciação o aumento deve-se às aquisições de bens móveis, conforme Nota 8.

NOTA 18 - Outras Despesas

Representam as transações que não constituem atividades principais da empresa, conforme tabela abaixo:

Tabela 25 - Grupo de Outras Despesas

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Transferências Voluntárias (convênios e termos de compromisso)	159.303.467,68	76.086.867,40
Ajuste para Perdas em Clientes	149.582,56	7.939.466,97
Incorporação de Passivos	1.369.528.145,45	5.352,95
Desincorporação de Ativos	26.148.607,01	32.054.206,43
Incentivos à Cultura (vale cultura)	334.485,00	266.867,50
Provisões de Riscos Trabalhistas	995.725,81	395.499,48
Provisões de Riscos Cíveis	79.465.980,18	29.032.714,10
Multas Administrativas	131,45	1.006,33
Indenizações	1.816.596,85	4.752.285,17
Restituições	170.056,65	68.737,66
Total	1.637.912.778,64	150.603.003,99

A formação do saldo de outras despesas tem influência com o aumento de despesas com transferências voluntárias (convênios e termos de compromissos), incorporação de passivos e provisões de riscos.

a) Transferências Voluntárias: o aumento deve-se ao quantitativo de Convênios e Termos de Compromissos apresentados para transferência dos recursos aos Convenentes ou Compromitentes.

b) Incorporação de Passivos: aumento decorrente do registro dos Termos de Execução Descentralizada - TED. Esse registro, efetuado de forma automática pela STN, provocou o aumento substancial no saldo desse grupo, tendo como contrapartida o passivo de curto prazo (vide Nota 13, letra e) impactando, significativamente, o resultado da Codevasf.

A STN registrou, em janeiro de 2019, o valor de R$ 1.362.821.552,30, no passivo da empresa, passando a figurar como obrigação de prestar contas de TED's, dos exercícios de 2012 a 2017, aos órgãos descentralizadores. Esses TED's eram anteriormente registrados em contas de controle.

Demonstrativos do efeito dos TED's sobre o resultado da Codevasf:

Tabela 26 - Resultado da Codevasf, sem a influência dos TED's.

Resultado do Exercício - DRE	-1.642.359.013,41
(+) TED's - Passivo Codevasf	1.362.821.552,30
(=) Resultado sem o impacto do TED	-279.537.461,11

Nesse cenário, ou seja, caso a STN não tivesse contabilizado os TED's no passivo da empresa, o resultado ao final do exercício seria prejuízo de R$ 279.537.461,11 e o Patrimônio Líquido ficaria em R$ 1.720.481.430,07.

c) Provisões de Riscos: registro das contingências trabalhistas e cíveis, conforme estimativas calculadas pela Assessoria Jurídica (vide nota 14.3)

NOTA 19 - Outras Receitas

Representam as variações patrimoniais aumentativas realizadas, que não estão ligadas diretamente às atividades da empresa.

A formação do saldo de Outras Receitas tem destaque em outras variações patrimoniais, transferências voluntárias e outros ganhos com incorporação de ativos.

Tabela 27 - Grupo de Outras Receitas

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Outras Variações Patrimoniais Aumentativa	18.211.246,90	15.736.697,70
Transferências Voluntárias	25.398.833,45	16.399.552,63
Doações/Transferências Recebidas Bens Imobilizado (Órgão Externos)	50.012,78	5.046,74
Outros Ganhos com Incorporação de Ativo	20.576.843,15	6.963.702,62
Ganhos Com Desincorporação de Passivo	6.775.936,90	1.303.384,07
Reversão de Ajustes de Perdas	50.228.377,11	21.760.224,80
Outras	68.566,35	-16.912.342,72
Total	121.309.816,64	45.256.265,84

a) Outras Variações Patrimoniais: o aumento refere-se à devolução de recursos pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, pelo não consumo de energia elétrica destinada a atender ao Projeto de Transposição do rio São Francisco - PISF.

b) Transferências Voluntárias: o aumento deve-se à baixa de passivo a transferir de convênios e termos de compromissos.

c) Outros Ganhos com Incorporação: trata do aumento decorrente de subvenções de custeio recebidas no exercício.

d) Reversão de Ajustes de Perdas: trata reversão dos riscos trabalhistas e cíveis enviados pela área jurídica.

NOTA 20 - Despesas/Receitas Financeiras

20.1 Despesas Financeiras

Representam as despesas referentes a juros, multas, descontos financeiros concedidos e atualizações prefixadas.

Tabela 28 - Grupo de Despesas Financeiras

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Encargos Financeiros Dedutíveis	3.833.171,67	1.295.515,84
Descontos Financeiros Concedidos	74.768,78	60.382,73
Variação Monetária (Taxa Selic AFAC)	0,00	68.070.304,21
Outras Despesas Financeiras	198.565,43	440.144,52
Total	4.106.505,88	69.866.347,30

a) Encargos Financeiros Dedutíveis: refere-se à atualização monetária sobre o parcelamento do saldamento do Plano de Benefícios I (plano com Benefícios Definido - BD I), firmado entre a Codevasf e a Fundação São Francisco de Seguridade Social. A correção mensal se dá pela aplicação da variação do INPC.

b) Variação Monetária - Taxa Selic AFAC: o saldo zerado em dezembro/2019 dá-se pela não incidência da correção pela taxa Selic dos AFAC's recebidos no exercício de 2019, conforme art. 2º, do Decreto nº 2.673/1988.

20.2 Receitas Financeiras

Representam as variações patrimoniais aumentativas, oriundas de juros, multas, descontos financeiros recebidos e atualizações prefixadas. O aumento verificado decorre do rendimento de aplicações financeiras dos recursos próprios da Codevasf.

NOTA 21 - Transferências Financeiras e Ganhos/Perdas

21.1 Subvenções de Custeio

Registra o recebimento decorrente de transferências de recursos do tesouro nacional para a Codevasf, visando a cobertura de gastos com pessoal e custeio em geral.

21.2 Transferência para Execução Descentralizada

Registra as transferências de recursos, por meio de Termos de Execução Descentralizada - TED's. Esses recursos são repassados à Codevasf, para a realização de investimentos, atuando a companhia na qualidade de executor.

Tabela 29 - Transferências Financeiras

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Subvenção de Custeio	716.639.864,42	622.554.530,78
Subvenção para Execução Descentralizada - TED	0,00	265.516.870,93
Total	716.639.864,42	888.071.401,71

No período verifica-se redução no saldo de TED. Essa redução se dá em função da alteração do roteiro de contabilização dessas transferências. Em decorrência dessa alteração, a nova sistemática registra, simultaneamente, o mesmo valor para receita e despesa, zerando o saldo e não impactando o resultado. Desta forma, resta apenas o saldo passivo, isto é, o valor a prestar contas ao órgão repassador.

21.3 Ganhos/Perdas de Capital

Representam os valores referentes às receitas e despesas decorrentes da alienação/doação de bens.

Tabela 30 - Grupo de Ganhos/Perdas de Capital

Descrição	31-dez-2019	31-dez-2018
Alienação de Bens	0,00	1.939,20
Custos dos Bens Baixados	-148.690.285,98	-71.435.210,34
Total	-148.690.285,98	-71.433.271,14

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

NOTA 22 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstra a evolução do patrimônio líquido da entidade, por meio de suas mutações. No exercício destaque para os recursos AFAC recebidos no valor de R$ 515.689.315,56 e para ajustes de exercícios anteriores, no valor de R$ 11.679.446,60, que se referem às baixas de convênios a pagar de exercícios anteriores, regularização de provisão de férias e faturamento de tarifa d'água K2, pela 6ª Superintendência Regional e valores não registrados no imobilizados.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

NOTA 23 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 03/2008. A Codevasf utiliza o método indireto.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais: São basicamente derivados das principais atividades da Codevasf. Apresentou em 2019 R$ -63,24 milhões (em 2018, R$ 146,65 milhões).

a) Redução no Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital - AFAC: no exercício de 2018, o saldo está acumulado com recursos AFAC recebidos nos exercícios de 2014 a 2017. No exercício de 2019, o saldo corresponde aos valores repassados no exercício de 2018.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA, instituída pela Lei nº 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos 2017. No exercício de 2019, o saldo corresponde aos valores repassados no exercício de 2018.

b) Aumento de Capital Social: no exercício de 2018 a Empresa capitalizou seu capital social, com recursos AFAC, recebidos nos exercícios de 2014 a 2017. Desses, os repassados até o exercício de 2016 tiveram a incidência da Taxa SELIC, conforme previa o Decreto nº 2.673/1998. No exercício de 2019, a capitalização ocorreu somente com os recursos transferidos no ano de 2018.

c) Provisão de Previdência Complementar: refere-se ao provisionamento, no longo prazo, do saldamento do Plano de Benefícios 1, tipo Benefício Definido (plano BD 1). Em 2018, o valor provisionado foi de R$ 37.207.258,50. Em 2019, ocorreu redução no valor de R$ 3.262.930,04. O valor final provisionado é de R$ 33.944.328,46.

d) Outros débitos (riscos fiscais): tratam dos riscos decorrentes de processos judiciais e administrativos.

Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos: são recebimentos e pagamentos de caixa originados da venda ou aquisição de ativo imobilizado, bem como intangível e investimentos. Apresentou em 2019, o valor de R$ -433,99 milhões (saldo em 2018, R$ -536,56 milhões).

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento: referem-se aos recursos AFAC recebidos no período, decorrentes de transferências financeiras do Ministério do Desenvolvimento Regional. Apresentou em 2019, o valor de R$ 515,68 milhões (em 2018, R$ 427,08 milhões).

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

NOTA 24 - Demonstração do Valor Adicionado Contábeis.

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA, instituída pela Lei 11.638/07 para as companhias de capital aberto, foi elaborada de acordo com o Pronunciamento do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 09/2008.

A DVA tem por objetivo proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela empresa em determinado período e sua distribuição.

A primeira parte apresenta a riqueza criada, demonstrada nos seguintes itens:

a) receitas - receita das vendas de mercadorias, produtos e serviços (incluindo os tributos), outras receitas e provisão para devedores duvidosos.

b) insumos adquiridos de terceiros - aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, além de depreciação e amortização.

c) valores recebidos em transferência - trata de riqueza não gerada pela Codevasf, mas recebida de outras entidades, tais como receitas financeiras, dividendos, multas administrativas, transferências governamentais etc.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza com gastos de pessoal e encargos; impostos, taxas e contribuições; juros e aluguéis, e distribuição de lucros ou apresentação do prejuízo do exercício.

NOTA 25 - Remuneração dos Administradores e Empregados

Tabela 31 - Remuneração e Salário Médio.

Remuneração/Salário	Administradores	Empregados	Diretores/Empregados
Maior remuneração	33.047,43	39.293,32	0,00
Menor remuneração	3.440,14	2.175,13	0,00
Média remuneração	18.243,78	20.734,22	0,00
Salário médio	0,00	0,00	10.446,58

NOTA 26 - Programa de Assistência à Saúde: Codevasf-Saúde

A Codevasf oferece aos seus empregados e dependentes o Programa de Assistência à Saúde, voltado para o atendimento das despesas assistenciais de natureza médica, odontológica e hospitalar, com regras definidas na Resolução nº 701, 14 de dezembro de 1999.

As despesas assistenciais são custeadas pela Codevasf, com participação financeira dos empregados da empresa, mediante o pagamento de mensalidade e da coparticipação incidente sobre o valor total da fatura, limitado a R$ 700,00. Os valores de responsabilidade dos empregados são descontados em folha de pagamentos.

O programa objetiva proporcionar, aos empregados da Companhia e seus dependentes, assistência à medicina preventiva e de recuperação da saúde. Em 2019, a empresa repassou ao programa Codevasf -Saúde o total de R$ 11.660.141,40. Em contrapartida, o valor recebido dos empregados, no mesmo período, foi de R$ 28.967.131,44.

MARCELO ANDRADE MOREIRA PINTO
Diretor-Presidente
CPF: 008.261.025-81

FÁBIO ANDRÉ FREIRE MIRANDA
Diretor de Revitalização
CPF: 692.668.323-91

SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Diretor de Desenvolvimento Integrado
CPF: 971.454.834-91

LUIS NAPOLEÃO DE CASADO ARNAUD NETO
Diretor dos Empreendimentos de Irrigação
CPF: 239.274.374-68

JAKLINE GUITTON
CONTADORA CRC-MT 7894/05-DF
CPF: 567.879.601-15

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis".

Somos independentes em relação à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, consoante aos princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Cabe ressaltar que cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Conforme descrito em Nota Explicativa nº 04, a Cia procedeu com Ajuste de Perdas sobre Crédito, no montante de R$ 7,636 mil sobre os valores a receber de Tarifa D´Agua K1, contemplando os títulos em atraso dos últimos 5 anos, observando assim as tratativas introduzidas pela NBC TG 48.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEFASF são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

ÊNFASE

Importante pontuar que, conforme especificado na Nota Explicativa nº 13 - Demais Obrigações, c.c nota nº 08 do Relatório da Administração - R$ 1.739 (Um bilhão, setecentos e trinta e nove milhões) - Conta Contábil 2.1.8.9.2.06.00, existe um lançamento realizado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, no valor de R$ 1,362 bilhão (Um bilhão, trezentos e sessenta e dois milhões reais) com base no saldo da conta 3.6.4.0.2.01.00 - TED a Comprovar, relativo ao período de 2012 a 2017. É de salientar que este passivo decorre tão somente de contas de controle e não pode representar um débito no resultado da companhia. As transferências financeiras foram recebidas entre órgãos pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS, para execução de ações de interesse do Órgão descentralizador.

Em janeiro/2019, a STN realizou registro, de forma automática, de 96 (noventa e seis) TED´s que totalizaram R$ 1,362 bilhão (Um bilhão, trezentos e sessenta e dois milhões de reais), provocando um impacto substancial em seu passivo de curto prazo e, tendo como contrapartida, o seu registro em conta de resultado.

Importante salientar que, após os devidos lançamentos informados acima, o Patrimônio Líquido da Companhia reduziu 76% em comparação ao mesmo período de 2018, prejudicando e até mesmo podendo ocorrer a descontinuidade de suas operações se nenhum procedimento de reversão desta conduta seja tomado.

OUTROS ASSUNTOS

Adicionalmente, analisamos, juntamente com as demais peças contábeis, a Demonstração do valor Agregado - DVA e também, as Demonstrações do Resultado Abrangente DRA.

Chamamos a atenção para o fato de que as Demonstrações Contábeis do Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por nossa firma de auditoria em 23 de fevereiro de 2019 o qual não continha ressalva.

Ribeirão Preto-SP, 20 de fevereiro de 2020.
AGUIAR FERES AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-2SP022486/O-4 CVM - 9555

TANAGILDO AGUIAR FERES
Contador - CRC1SP067138/O-0 "S" DF
Sócio Responsável Técnico

Ministério da Economia

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 12.866, DE 25 DE MAIO DE 2020

Subdelega competência para autorizar concessão de diárias, passagens, novas contratações e prorrogações de contratos vigentes e celebrar instrumentos no âmbito da Secretaria-Executiva do Ministério da Economia.

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 3º e no art. 7º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, e nos arts. 1º, 5º, 7º a 10 da Portaria nº 40, de 30 de janeiro de 2020, do Ministério da Economia, resolve:

CAPÍTULO I

DIÁRIAS E PASSAGENS

Art. 1º Fica subdelegada, no âmbito da Secretaria-Executiva, a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens às seguintes autoridades.

I - Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva;
II - Diretores de Programa da Secretaria-Executiva;
III - Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno;
IV - Corregedor-Geral;
V - Ouvidor-Geral;
VI - Secretário de Gestão Corporativa;
VII - Diretores da Secretária de Gestão Corporativa; e
VIII - Superintendentes e Gerentes Regionais das unidades descentralizadas do Ministério da Economia nos Estados e no Distrito Federal.

CAPÍTULO II

CONTRATAÇÕES E CESSÕES DE USO

Art. 2º Fica subdelegada ao Secretário de Gestão Corporativa, no âmbito da Secretaria-Executiva, a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou prorrogação dos contratos em vigor relativos as atividades de custeio com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Parágrafo único. A competência prevista no caput poderá ser subdelegada, para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

Art. 3º Fica subdelegada ao Secretário de Gestão Corporativa, em seu âmbito de atuação, a competência para celebrar contratos, convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos, termos de execução descentralizada e outros instrumentos congêneres, inclusive internacionais, quando cabível.

Art. 4º Fica subdelegada ao Secretário de Gestão Corporativa a competência para autorizar a cessão a terceiros, a título de utilização gratuita ou onerosa, de áreas dos imóveis que estejam sob a administração do Ministério da Economia para exercício das seguintes atividades:

I - posto bancário;
II - posto dos correios e telégrafos;
III - restaurante e lanchonete;
IV - central de atendimento à saúde;
V - creche; e
VI - outras atividades que venham a ser consideradas necessárias pelo Ministro de Estado da Economia.

Art. 5º Fica subdelegada ao Secretário de Gestão Corporativa a competência para aprovação do Plano Anual de Contratações, de que trata a Instrução Normativa nº 01, de 10 de janeiro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Art. 6º. Fica subdelegada ao Secretário de Gestão Corporativa a competência para, no âmbito de sua atuação, instaurar e realizar os procedimentos de tomada de contas especial.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de competência atribuída à Diretoria de Administração e Logística e à Diretoria de Finanças e Contabilidade pelo Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 268, de 29 de janeiro de 2019, da Secretaria Executiva do Ministério da Economia.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 31, DE 26 DE MAIO DE 2020

Aprova a 13ª Edição do Manual do Sistema de Drawback Isenção.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos IV e XV do art. 91, do Anexo I, do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a 13ª Edição do Manual do Sistema de Drawback Isenção, de que trata o art. 82, § 2ª, da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, cujos arquivos digitais encontram-se disponíveis na página eletrônica do Portal Siscomex, no endereço "www.siscomex.gov.br".

Art. 2º Fica revogada a Portaria SECEX nº 51, de 23 de dezembro de 2019, Publicada no Diário Oficial da União de 24 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA

DESPACHO DE 26 DE MAIO DE 2020

Processo nº 17944.104568/2019-60
Interessados: Município de Água Doce - SC e Caixa Econômica Federal.

Assunto: Contrato de Garantia a ser firmado entre a União e o Município de Água Doce, com a interveniência da Caixa Econômica Federal, e Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em Contragarantia, a ser firmado entre a União e o Município de Água Doce, ambos relativos a Contrato de Financiamento nº 26230533498-91/2019, celebrado entre o referido município e a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), cujos recursos são destinados à pavimentação asfáltica de logradouros do município no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA.

Despacho: Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 5º do art. 1º da Portaria MF nº 151, de 12 de abril de 2018, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

WALDERY RODRIGUES JÚNIOR
Secretário Especial

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

ATO COTEPE/PMPF Nº 16, DE 26 DE MAIO DE 2020

Altera o Ato COTEPE/PMPF 15/20, que divulga o preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.

O Diretor do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento do CONFAZ,

CONSIDERANDO o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 110/07, de 28 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Estado da Economia de Goiás, por meio de mensagem eletrônica do dia 25.05.2020, registrada no processo SEI nº 12004.100353/2020-18,

fica alterado o Ato COTEPE/PMPF 15/20, de 25 de maio de 2020, no item 9, referente à unidade federada supracitada:

PREÇO MÉDIO PONDERADO AO CONSUMIDOR FINAL

ITEM	UF	GAC (R$/ litro)	GAP (R$/ litro)	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)	GLP (P13) (R$/ kg)	GLP (R$/ kg)	QAV (R$/ litro)	AEHC (R$/ litro)	GNV (R$/ m³)	GNI (R$/ m³)	ÓLEO COMBUSTÍVEL (R$/ litro)	(R$/ Kg)
9	GO	*3,8430	*5,4348	**3,0151	**2,9356	**5,4185	**5,4185	-	*2,5172	-	-	-	-

Notas Explicativas:
a) * valores alterados de PMPF; e
b) ** valores alterados de PMPF que apresentam redução

BRUNO PESSANHA NEGRIS

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DE 26 DE MAIO DE 2020

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do Processo n.º 0000610-97.2019.5.10.0001, da 1ª Vara do Trabalho de Brasília/DF do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 17947/2020/ME, resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 46210.000263/2015-39, de interesse do SINDPECO/MT - SINDICATO DOS PERITOS OFICIAIS CRIMINAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ 00.190.475/0001-98, nos termos do inciso I do art. 26 da Portaria 326, de 2013 c/c inciso II do art. 26 e art. 42 da Portaria 501, de 2019.

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80-A, inciso VIII, do Decreto nº 10.072 de 18 de outubro de 2019, em cumprimento à NOTA Nº 01098/2020/PGFN/AGU (8084355) - NUP: 00734.001236/2020-31 (REF. 00470.001765/2019-49); com fundamento na Portaria nº 501/2019, na NOTA TÉCNICA SEI Nº 19008/2020/ME (8133180), resolve: a) Cancelar a Anotação publicada no DOU de 06/02/2019, seção 1, página 54, nº 26 (8139701), referente ao SINTRAQUIF - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Três Lagoas-MS (requerente), Processo de Registro Sindical nº 46312.005074/2012-61, CNPJ: 16.586.375/0001-15 (8133190), com o consequente retorno ao status quo (8141485) de sua categoria; b) Inserir no Cadastro (CNES) do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Azeite, do Óleo e da Gordura Vegetal e Animal e nas Indústrias de Armazenamento do Grãos, Sementes e Cereais do Estado de Mato Grosso do Sul (requerido), Processo de Registro de Alteração Estatuária nº 46312.004387/2014-64, CNPJ: 24.665.549/0001-63 (8133204), a Seguinte Anotação: "Exceto a Categoria Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Adubos, Corretivos Agrícolas, Defensivos Agrícolas, Inseticidas e Fertilizantes, no Município de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul."

O Subsecretário de Relações do Trabalho, no uso da atribuição que lhe confere o art. 80-A, inciso VIII, do Decreto nº 10.072 de 18 de outubro de 2019, em cumprimento à NOTA Nº 01062/2020/PGFN/AGU (8003673), determinando a análise do Recurso Administrativo no prazo de 30 (trinta) dias; com fundamento na Portaria nº 501/2019, na NOTA TÉCNICA SEI Nº 18535/2020/ME (8072762), resolve: a) Deferir o Recurso Administrativo nº 46000.000571/2017-00 (8089035) e o Pedido de Revisão nº 46000.001398/2018-30 (8089111), b) Desarquivar o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46302.001624/2015-35 (SC17455), CNPJ: 21.535.387/0001-50, c) Arquivar a Impugnação nº 46000.007503/2016-82 de interesse do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte/MG, CNPJ: 17.238.148/0001-61 (8094859), nos termos do art. 20, inciso III, da Portaria nº 501/2019, d) Arquivar a Impugnação nº 46000.007513/2016-18 de interesse da FHOREMG - Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Minas Gerais, CNPJ: 03.390.454/0001-04 (8094945), nos termos do art. 20, inciso VIII, da Portaria nº 501/2019, e) Deferir o Registro Sindical (RES) ao SINDHORB - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Pouso Alegre (impugnado), para representar a Categoria Econômica de

Estabelecimentos de Empresas de Hotéis, Restaurantes, Bares, Pensões, Cafeterias, Leiterias, Alojamentos, Acampamentos, Albergues, Boates, Botequins, Bistrôs, Buffet, Bombonieres, Cantinas, Casa de Sucos e Vitaminas, Choperias, Cervejarias, Comida a Quilo, Colônias de Férias, Churrascarias, Creperias, Discotecas, Drive-in, Doçarias, Fast-food, Hospedagens, Hotel Fazenda, Lanchonetes, Motéis, Pastelarias, Pensionatos, Pizzarias, Pousadas, Serviços Ambulantes de Alimentação e Bebidas e Trailers de Lanches, integrantes do 5º Grupo que se trata o artigo 577 da CLT, no Município de Pouso Alegre, no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 25, inciso II, da Portaria nº 501/2019. E para fins de Anotação (Desmembramento) no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, nos termos do art. 28 da Portaria nº 501/2019, resolve: Excluir o Município Supracitado, da Base Territorial do SHRBSPC - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Poços de Caldas, Carta Sindical L015 P034 A1945, CNPJ: 23.655.376/0001-30 (8125274).

MAURO RODRIGUES DE SOUZA

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 1, DE 21 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, no art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, e o que consta do processo administrativo n° 15463.720105/2020-61, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica CANARANA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A., CNPJ: 24.876.026/0001-66, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda da pessoa jurídica e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação/ampliação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, de que trata o Laudo Constitutivo n° 043/2019, com prazo de fruição de 10 (dez) anos, contado do ano-calendário 2019 ao ano-calendário 2028:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 24.876.026/0002-47;

II - Localização: Rua Rodovia MT 110 - KM 3, S/N, Canarana - MT;

III - Enquadramento do empreendimento: art. 2º, inciso I, Decreto nº 4.212/2002;

IV - Atividade Incentivada: Linha de transmissão 230 kV/275KM. Paranatinga - Canarana;

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá a reserva de incentivos fiscais de que trata o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que poderá ser utilizada somente para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de incentivos fiscais.

Art. 3°. Sem prejuízo das obrigações previstas no laudo constitutivo e das demais disposições legais aplicáveis, a inobservância do disposto no artigo anterior, bem como o descumprimento, ainda que parcial, dos requisitos legais exigidos para concessão do benefício, importará na perda do incentivo e na obrigação de recolher, com relação à importância distribuída ou valor da reserva não constituída, não recomposta ou absorvida indevidamente, o imposto que deixou de ser pago.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 21 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, no art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, e o que consta do processo administrativo n° 10183.723304/2020-53, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica AGUAS CANARANA LTDA, CNPJ: 03.875.686/0001-52, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda da pessoa jurídica e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação/ampliação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, de que trata o Laudo Constitutivo n° 014/2019, com prazo de fruição de 10 (dez) anos, contado do ano-calendário 2019 ao ano-calendário 2028:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 03.875.686/0001-52;

II - Localização: Rua Redentora, 78 - Canarana - MT;

III - Enquadramento do empreendimento: art. 2º, inciso I, Decreto nº 4.212/2002;

IV - Atividade Incentivada: Captação, tratamento e distribuição de água;

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá a reserva de incentivos fiscais de que trata o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que poderá ser utilizada somente para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de incentivos fiscais.

Art. 3°. Sem prejuízo das obrigações previstas no laudo constitutivo e das demais disposições legais aplicáveis, a inobservância do disposto no artigo anterior, bem como o descumprimento, ainda que parcial, dos requisitos legais exigidos para concessão do benefício, importará na perda do incentivo e na obrigação de recolher, com relação à importância distribuída ou valor da reserva não constituída, não recomposta ou absorvida indevidamente, o imposto que deixou de ser pago.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 22 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, no art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, e o que consta do processo administrativo n° 13153.720290/2019-28, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica AGUAS DE SINOP S.A, CNPJ: 20.930.953/0001-66, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda da pessoa jurídica e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação/ampliação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, de que trata o Laudo Constitutivo n° 123 e 124, ambos de 2018, com prazo de fruição de 10 (dez) anos, contado do ano-calendário 2018 ao ano-calendário 2027:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 20.930.953/0001-66;

II - Localização: Rua das Nogueiras, s/n - Setor Comercial - SINOP - MT;

III - Enquadramento do empreendimento: art. 2º, inciso I, Decreto nº 4.212/2002;

IV - Atividade Incentivada: Captação, tratamento e distribuição de água e Esgotamento sanitário (coleta e tratamento de esgoto);

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá a reserva de incentivos fiscais de que trata o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que poderá ser utilizada somente para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de incentivos fiscais.

Art. 3°. Sem prejuízo das obrigações previstas no laudo constitutivo e das demais disposições legais aplicáveis, a inobservância do disposto no artigo anterior, bem como o descumprimento, ainda que parcial, dos requisitos legais exigidos para concessão do benefício, importará na perda do incentivo e na obrigação de recolher, com relação à importância distribuída ou valor da reserva não constituída, não recomposta ou absorvida indevidamente, o imposto que deixou de ser pago.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 22 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do imposto de renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento na área de atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 430, de 9 de outubro de 2017, considerando o disposto no art. 1° da Medida Provisória n° 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a redação dada pela Lei n° 12.715, de 17 de setembro de 2012, no art. 3º do Decreto n° 4.212, de 26 de abril de 2002, no art. 60 da Instrução Normativa SRF n° 267, de 23 de dezembro de 2002, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 495, de 30 de dezembro de 2019, e o que consta do processo administrativo n° 13153.720293/2019-61, declara:

Art. 1° Fica reconhecido o direito da pessoa jurídica AGUAS DE VERA S.A., CNPJ: 06.200.062/0001-23, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto de renda da pessoa jurídica e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação/ampliação do empreendimento da empresa na área de atuação da SUDAM, de que trata o Laudo Constitutivo n° 154 de 2018, com prazo de fruição de 10 (dez) anos, contado do ano-calendário 2018 ao ano-calendário 2027:

I - CNPJ do Estabelecimento Incentivado: 06.200.062/0001-23;

II - Localização: Rua Padre Antônio, S/N - Centro - VERA - MT;

III - Enquadramento do empreendimento: art. 2º, inciso I, Decreto nº 4.212/2002;

IV - Atividade Incentivada: Abastecimento de Água (Captação, tratamento e distribuição de água);

Art. 2º. O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá a reserva de incentivos fiscais de que trata o art. 195-A da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que poderá ser utilizada somente para absorção de prejuízos ou aumento do capital social, sendo considerada como distribuição do valor do imposto:

I - a restituição de capital aos sócios, em casos de redução do capital social, até o montante do aumento com incorporação da reserva; e

II - a partilha do acervo líquido da sociedade dissolvida, até o valor do saldo da reserva de incentivos fiscais.

Art. 3°. Sem prejuízo das obrigações previstas no laudo constitutivo e das demais disposições legais aplicáveis, a inobservância do disposto no artigo anterior, bem como o descumprimento, ainda que parcial, dos requisitos legais exigidos para concessão do benefício, importará na perda do incentivo e na obrigação de recolher, com relação à importância distribuída ou valor da reserva não constituída, não recomposta ou absorvida indevidamente, o imposto que deixou de ser pago.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

OLDESIO SILVA ANHESINI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 41, DE 26 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 2001, art. 3º do Decreto no 4.212, de 2002 e art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 072/2016 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720259/2017-53, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa BERTOLINI CONSTRUCAO NAVAL DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 05.073.228/0001-25, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de modernização do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de "ESTRUTURA FLUTUANTE - BALSA PARA TRANSPORTE" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 42, DE 26 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 2001, art. 3º do Decreto no 4.212, de 2002 e art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 265/2018 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720570/2019-64, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa BERTOLINI CONSTRUCAO NAVAL DA AMAZONIA LTDA, CNPJ nº 84.498.070/0001-0, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de "estrutura de ferro/aço para construção civil" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2018 e término no ano-calendário de 2027.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 26 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 2001, art. 3º do Decreto no 4.212, de 2002 e art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 015/2016 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.721076/2017-55, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa HONDA LOCK DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 07.379.546/0001-44, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de diversificação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de "PEÇAS PLÁSTICAS MOLDADAS POR INJEÇÃO (PEÇAS PARA VEÍCULO DE DUAS RODAS)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2016 e término no ano-calendário de 2025.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 26 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 2001, art. 3º do Decreto no 4.212, de 2002 e art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 021/2017 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.721504/2017-40, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa MANULI DA AMAZONIA INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 14.269.557/0001-37, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de "CHAPA, FOLHA, TIRA, FITA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2017 e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 26 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 2001, art. 3º do Decreto no 4.212, de 2002 e art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 020/2017 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.721505/2017-94, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa MANULI DA AMAZONIA INDUSTRIA DE EMBALAGENS LTDA, CNPJ nº 14.269.557/0001-37, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de "fita adesiva" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2017 e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 26 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 2001, art. 3º do Decreto no 4.212, de 2002 e art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 061/2017 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.722090/2017-76, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa MEGA PACK PLASTICOS S.A., CNPJ nº 19.631.376/0001-22, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de "CHAPA, FOLHA, TIRA, PELÍCULA DE PLÁSTICO (EXCETO A DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL E A AUTO-ADESIVA)" pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2017 e término no ano-calendário de 2026.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 26 DE MAIO DE 2020

Reconhece o direito à redução do Imposto de Renda das Pessoas jurídicas (IRPJ) e adicionais não-restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento na área da atuação da SUDAM, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 e de acordo com o art. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória no 2.199-14, de 2001, art. 3º do Decreto no 4.212, de 2002 e art. 60 da IN SRF nº 267, de 2002 e considerando o contido no Laudo Constitutivo nº 030/2018 expedido pela SUDAM e no Processo nº 18365.720168/2019-80, declara:

Art. 1º Fica reconhecido o direito da empresa BRITANIA COMPONENTES ELETRONICOS LTDA, CNPJ nº 13.699.433/0001-29, à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e adicionais não-restituíveis, incidentes sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação do empreendimento da empresa na área da atuação da SUDAM para a fabricação de Cavidade para Forno de Micro-ondas, pelo prazo de 10 (dez) anos, com início no ano-calendário de 2018 e término no ano-calendário de 2027.

Art. 2º O valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução de que trata o artigo anterior, não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas e constituirá a reserva de incentivos fiscais da pessoa jurídica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Art. 3º A inobservância do disposto no artigo anterior, a existência de débitos relativos a tributos ou contribuições federais, bem como o descumprimento das demais normas que tratam de benefícios fiscais importará na perda do incentivo e obrigação de recolher o imposto que a pessoa jurídica tiver deixado de pagar, acrescido das penalidades cabíveis.

Art. 4º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 26 DE MAIO DE 2020

Declara a exclusão do regime do Simples Nacional, da pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS (AM), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017 e de acordo com o disposto nos arts. 29, §5º e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e art. 83, inciso I da Resolução do CGSN nº 140, de 2018 e considerando os dados constantes no Processo Administrativo nº 10245.720385/2020-68, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa JCO COMERCIO DE GEN. ALIM. & DESCARTÁVEIS LTDA, CNPJ nº 20.034.246/0001-91, por motivo de falta de escrituração do livro-caixa, referentes os anos-calendário de 2016 e 2017, conforme previsto no art. 29, inciso VIII e §1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006 e arts. 83 e 84, inciso IV, alínea g.2, da Resolução do CGSN nº 140, de 2018.

Art. 2º A exclusão surtirá efeito retroativo a partir de 1º de janeiro de 2016, em consonância com o art. 29, §1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º Fica facultado ao contribuinte, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação deste ADE, apresentar manifestação de inconformidade dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, a ser protocolado na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme previsto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006 e nos termos do Decreto nº 70.235, de 1972.

Art. 4º. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo acima indicado, a exclusão do Simples Nacional tornar-se-á definitiva.

EDUARDO BADARÓ FERNANDES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4.011, DE 26 DE MAIO DE 2020

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

LIVRO-CAIXA. DEDUÇÃO DE DESPESAS. COOPERATIVA DE TRABALHO. ATOS COOPERATIVOS. RATEIO DE PERDAS.

O valor correspondente ao rateio de perdas líquidas da cooperativa poderá ser deduzido, a título de despesa de custeio necessária à percepção do respectivo rendimento bruto, no livro-caixa do cooperado, profissional autônomo, respeitadas as condições e limitações legais, independentemente da forma com que tal pagamento foi realizado.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 518, DE 1° DE NOVEMBRO DE 2017.

COOPERATIVA DE TRABALHO. ATOS NÃO COOPERATIVOS. RATEIO DE PREJUÍZOS.

Os valores correspondentes ao rateio de prejuízos apurados por cooperativa de trabalho médico (resultado de atos não cooperativos) não podem ser deduzidos pelo médico cooperado dos rendimentos do trabalho não assalariado recebidos por intermédio da cooperativa, por não configurarem despesas de custeio necessárias à percepção da receita e à manutenção da fonte produtora.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT N° 242, DE 19 DE AGOSTO DE 2019.

Dispositivos Legais: Lei n° 5.764, de 1971, arts. 3°, 4°, incisos VII e VIII; 7°, 21, inciso IV, 44, incisos I, alínea "c", e II, 79, 80, 81, 86, 87, 89 e 111; Lei n° 8.134, de 1990, art. 6°, inciso III; Regulamento do Imposto sobre a Renda (RIR/2018), aprovado pelo Decreto n° 9.580, de 2018, arts. 68 e 69.

FLÁVIO OSÓRIO DE BARROS
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 26 DE MAIO DE 2020

Declara à empresa que especifica, a habilitação no Regime de Suspensão da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as receitas de vendas de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, adquiridos por pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o artigo 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE (MG), no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 270 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e considerando o que consta do processo nº 15504.721273/2020-40, declara:

Art. 1º - Habilitada no regime de suspensão da contribuição para o Pis/Pasep e da Cofins para aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, instituído pela Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, em seu artigo 40, a pessoa jurídica SDS SIDERURGICA LTDA., inscrita sob o CNPJ nº 32.293.283/0001-01.

Art. 2º - A validade do presente ADE e, consequentemente, a fruição dos benefícios instituídos pelo regime, ficam condicionadas ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 40 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004 e na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 1, DE 18 DE MAIO DE 2020

Exclui pessoa jurídica do REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1o Excluir a pessoa jurídica CRECHE COMUNITÁRIA PADRE FRANCISCO CARVALHO MOREIRA, CNPJ: 19.703.495/0001-43, do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, de acordo com o inciso II do Art. 5º da Lei 9.964/2000:""inadimplência, por três meses consecutivos ou seis alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo REFIS, inclusive os com vencimento após 29 de fevereiro de 2000", conforme registrado no processo administrativo n° 15504.009515/2010-51, com efeitos a partir de 01/03/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Ofícial da União.

MAURO LUIZ DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 44, DE 25 DE MAIO DE 2020

Altera a Portaria ALF/RJO 26, de 27 de fevereiro de 2019, que dispõe sobre a organização dos serviços da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto do Rio de Janeiro, especifica as atribuições de cada Serviço, Seção, Equipe e Comissão Permanente e delega competência aos Chefes de Serviço e de Seção, Supervisores de Equipe, Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º. O artigo 15 da Portaria ALF/RJO 26, de 27 de fevereiro de 2019 fica acrescido dos incisos III e IV.

"Art. 15.....

III - promover a retificação AFRMM, procedendo às devidas alterações, exclusões ou inclusões no SISTEMA MERCANTE, nos casos de cargas já desembaraçadas e já entregues;

IV- reconhecer a prescrição e a decadência de tributos e multas."

Art. 2º. Incluir o artigo 15A na Portaria ALF/RJO 26, de 27 de fevereiro de 2019.

"Art. 15A - Fica delegada aos AFRFB lotados na SAATA a competência para decidir sobre o reconhecimento e suspensão de imunidades, isenção e não-incidência do AFRMM nas atividades de controle de carga, cujos bens já tenham sido desembaraçados e entregues, procedendo às devidas alterações, exclusões ou inclusões no SISTEMA MERCANTE e à constituição do crédito tributário, por meio do lançamento, no caso em for constatada, no curso de uma fiscalização, que a isenção ou a suspensão ou a não-incidência seja indevida."

Art. 3 º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RICARDO MUNIZ DE FIGUEIREDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO II

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 26 DE MAIO DE 2020

Concede Registro Especial de Controle do Papel Imune.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Pedro Paulo Amaral Pereira, lotado e em exercício na Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro II, considerado o disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de Julho de 2018, e em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 11707.720897/2018-98, resolve:

Art. 1º Conceder, pelo prazo de 3 anos, a inscrição no Registro Especial instituído pela Lei 11.945, de 04/06/2009, a GRÁFICA E EDITORA LIVROBEL EIRELI, CNPJ 34.050.567/0001-94, com domicílio tributário na Rua Magalhães Castro, 147, Riachuelo, nesta cidade, para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de USUÁRIO (UP), sob nº UP-07109/00080;

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

PEDRO PAULO AMARAL PEREIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 26 DE MAIO DE 2020

Concede Registro Especial de Controle do Papel Imune.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Pedro Paulo Amaral Pereira, lotado e em exercício na Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro II, considerado o disposto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de Julho de 2018, e em conformidade com o que consta no Processo Administrativo nº 18470.731212/2018-07, resolve:

Art. 1º Conceder, pelo prazo de 3 anos, a inscrição no Registro Especial instituído pela Lei 11.945, de 04/06/2009, a IMPRINT 2001 GRÁFICA E EDITORA LTDA., CNPJ 02.495.060/0001-58, com domicílio tributário na Rua Goiás, 618, Piedade, nesta cidade, para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, na atividade de USUÁRIO (UP), sob nº UP-07109/00081;

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação.

PEDRO PAULO AMARAL PEREIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 22 DE MAIO DE 2020

Habilita ao Despacho Aduaneiro de Remessa Expressa a Empresa que menciona.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO/GUARULHOS (SP), no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 8º da Instrução Normativa RFB nº 1737, de 15 de setembro de 2017, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 13032.059861/2019-97, declara:

Art. 1º. Fica a empresa FOX CARGO DO BRASIL - EIRELI, com sede no município de São Paulo - SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.317.708/0001-94, habilitada na modalidade comum a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos, em recinto administrado pela concessionária GRUAIRPORT, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017.

Art. 2º. A empresa ora habilitada e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto a esta Alfândega na forma do disposto no art. 31 da Portaria Coana nº 81/2017.

Art. 4º. Esta habilitação é válida até 30/07/2022, em conformidade com o art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.737/2017, e sua eventual renovação deverá obedecer ao previsto no art. 11 desta mesma Instrução Normativa.

Art. 5º. Fica atribuído ao habilitado, nos termos do art. 3º da Portaria Coana nº 81/2017, o código de identificação "FOX".

Art. 6º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANDRÉ LUIZ GONÇALVES MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 26 DE MAIO DE 2020

Declara suspensa a isenção dos tributos de que trata a Lei nº 11.096/2005 (PROUNI) da pessoa jurídica que especifica.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 362, de 02/04/2020, publicada no DOU de 07/04/2020, pela Portaria DRF/SOR nº 11, de 13/04/2020, publicada no DOU de 17/04/2020, e tendo em vista o disposto no art. 13 da Instrução Normativa nº 1.394, de 12 de setembro de 2013, e o que consta do processo administrativo nº 10805.720825/2020-94, declara:

Art. 1º SUSPENSA a isenção dos tributos de que trata o art. 8º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, da SOCIEDADE EDUCACIONAL DE MAUÁ LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.490.295/0001-10, em relação ao período de 01/2016 a 12/2016, em face do descumprimento ao disposto nos parágrafos 1º e 4º do art. 13 da IN RFB nº 1.394/2013, c/c o § 4º, artigo 2º do Decreto nº 5.493, de 18/07/2005 e artigo 11 da Portaria Normativa nº 18, de 06/11/2014, do Ministério da Educação, em virtude das razões retratadas pela Notificação Fiscal.

Art. 2º A suspensão surtirá efeito a partir de 01/01/2016 até 31/12/2016, conforme o disposto no caput do art. 13 da IN RFB nº 1.394/2013.

Art. 3º É facultado à pessoa jurídica apresentar impugnação ao presente Ato Declaratório, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de sua ciência, nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, e no inciso I do § 5º do art. 13 da IN RFB nº 1.394/2013.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 26 DE MAIO DE 2020

Concede habilitação ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto)

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, na Instrução Normativa RFB nº 1.370, de 28 de junho de 2013, na Portaria SRRF08 nº 436, de 12 de julho de 2019, na Portaria DRF Sorocaba nº 72, de 25 de setembro de 2019, e no processo administrativo nº 13032.230372/2020-95, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto) a pessoa jurídica SET PORT LOGISTICS LTDA, inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 33.966.082/0001-82.

Art. 2º No caso de suspensão da exigência do IPI, o estabelecimento industrial ou equiparado que der saída do produto deve fazer constar na nota fiscal o número do ato que concedeu a habilitação ao Reporto à pessoa jurídica adquirente e a expressão "Saída com suspensão do IPI", vedado o registro do imposto nas referidas notas.

Art. 3º No caso de suspensão das contribuições para o PIS/Pasep e Cofins, a pessoa jurídica vendedora deve fazer constar na nota fiscal o número do ato que concedeu a habilitação ao Reporto à pessoa jurídica adquirente e a expressão "Venda de bens efetuada com suspensão da exigência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins".

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e é válido até 31 de dezembro de 2020.

LORENA DE MIRANDA MAZZA VIANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 26 DE MAIO DE 2020

Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Portaria SRRF08 nº 362, de 02/04/2020, publicada no DOU de 07/04/2020, pela Portaria DRF/SOR nº 11, de 13/04/2020, publicada no DOU de 17/04/2020, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e considerando o que consta no processo nº 10825.723588/2020-85, resolve:

Art. 1º Co-habilitar a pessoa jurídica: ZOPONE ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ: 59.225.698/0001-96 para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), nos termos do contrato de prestação de serviços firmado com a pessoa jurídica titular do projeto: Transmissora Amapar SPE S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 32.668.008/0001-17, relacionado à execução do projeto aprovado pelada Portaria SPE/MME nº 83, de 01/04/2019, publicada no DOU de 03/04/2019.

Denominação do Projeto: Lote 7 do Leilão nº 04/2018-ANEEL (Contrato de Concessão nº 07/2019-ANEEL, celebrado em 22 de março de 2019).

Setor: Transmissão de Energia Elétrica.

Matrícula CEI da Obra nº 90.000.64948/79.

Enquadramento ao REIDI: ADE DRF/BAU nº 11, de 06/06/2019, publicado no DOU de 12/06/2019, o qual habilitou ao REIDI a pessoa jurídica titular do projeto.

Prazo para execução dos serviços: 22/3/2019 até 22/03/2023.

Local de implantação do projeto: Municípios de Laranjal do Jari, Estado do Amapá e Almeirim, Estado do Pará.

Art. 2º Registre-se que a pessoa jurídica requerente é integrante do CONSÓRCIO ZOPONE SOLLO, CNPJ nº 37.194.440/0001-37.

Art. 3º No período até 22/03/2023, a pessoa jurídica co-habilitada poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto acima identificado.

Art. 4º Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado o cancelamento da respectiva co-habilitação no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, nos termos do artigo 585 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

Art. 5º A co-habilitação poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDMAR BATISTA DA COSTA

EQUIPE REGIONAL DE PARCELAMENTOS FAZENDÁRIOS

PORTARIA Nº 6, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SUPERVISOR DA EQUIPE REGIONAL DE PARCELAMENTOS FAZENDÁRIOS, tendo em vista a competência delegada pelas Portaria SRRF08 nº 362, publicada no diário oficial da união de 07/04/2020 e Portaria DRF/SOR nº 11, de 13/04/2020, publicada no diário oficial da união de 15/04/2020, em conjunto com a Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer, relativamente a qualquer dos tributos e das contribuições abrangidos pelo Refis, inclusive com vencimento após 29 de fevereiro de 2000 - as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir da data indicada, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
00.447.405/0001-72 incorporado pelo CNPJ 56.854.391/0001-66	SERBRAS ARTEFATOS METÁLICOS E COMÉRCIO LTDA incorporada por SITELA INDÚSTRIA DE TELAS EIRELI	10830.725117/2020-32

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO PAES DE CAMARGO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 14 DE MAIO DE 2020

Habilita ao Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Indutrial sob Controle Informatizado - RECOF à pessoa jurídica que especifica.

A DELEGADA ADJUNTA DA DELEX - DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR EM SÃO PAULO, no uso de suas atribuições regimentais e da competência conferida pelo artigo 4º da Portaria COANA nº 57, de 02 de outubro de 2019 e artigo 14 da Instrução Normativa RFB nº 1291, de 19 de setembro de 2012, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta no processo administrativo 13895.720142/2019-20, declara:

Art. 1º Fica a empresa YABORÃ INDÚSTRIA AERONÁUTICA S.A., situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 2170, bairro de Putim, São José dos Campos, por meio dos estabelecimentos 30.657.250/0001-60, 30.657.250/0002-40, 30.657.250/0005-93 e 30.657.250/0007-55, HABILITADA a operar, em caráter precário, o Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado - Recof, nos termos e condições estabelecidos pela IN/RFB n° 1291/2012.

Art. 2º Os requisitos previstos no artigo 5º da IN/RFB nº 1291/2012 devem ser mantidos enquanto a empresa estiver habilitada a operar o regime, bem como a manutenção da habilitação fica condicionada ao cumprimento das obrigações estabelecidas no artigo 6º da mesma norma.

Art. 3º Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, esta habilitação pode ser cancelada ou suspensa a qualquer tempo em caso de descumprimento das condições estabelecidas na legislação de regência ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, podendo, ainda, a RFB revê-la a qualquer tempo, para sua adequação às normas.

Art. 4º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo DELEX nº 241, de 26 de dezembro de 2019.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MIRELA BATISTA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 14 DE MAIO DE 2020

Habilitar pessoa jurídica no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, com base no art. 9º-A da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, incluído pelo art. 4º da Lei nº 13.137, de 2015.

O DELEGADO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe conferem os artigos 271 e 286 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 2017, tendo em vista o disposto no Decreto n° 8.533, de 30 de setembro de 2015, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e o constante do dossiê nº 13032.071443/2019-78, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada Habilitação Definitiva ao Programa Mais Leite Saudável de que trata o artigo 640 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019:

Nome empresarial: MOCOCA S/A PRODUTOS ALIMENTICIOS

Nº Inscrição no CNPJ: 52.502.507/0001-47

Período de Vigência do Projeto: 24/09/2019 a 23/08/2022

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de publicação.

MURILO AMARAL DE OLIVEIRA E SILVA

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 38, de 29 de abril de 2020, publicado no Diário Oficial da União em 8 de maio de 2020, Seção 1, página 87:

Onde se lê: "Nº Portaria de Aprovação do projeto: Portaria Ministério das Minas e Energia nº 375, de 18 de dezembro de 2019 (DOU: 20/12/2019)"

Leia-se: "Nº Portaria de Aprovação do Projeto: Portaria nº 223, de 8 de agosto de 2019, emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no Diário Oficial da União de 12 de agosto de 2019"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 126, DE 25 DE MAIO DE 2020

Conceder Habilitação Definitiva à Pessoa Jurídica que especifica no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1º e 4º da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 IN RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 13033.093673/2020-11, resolve:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LATICÍNIOS ANILA LTDA, CNPJ nº 00.966.270/0001-51, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 06/02/2020, Seção 3, Pág. 3, com período de execução de 30/08/2019 a 29/08/2022.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 127, DE 25 DE MAIO DE 2020

Conceder Habilitação Definitiva à Pessoa Jurídica que especifica no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na COORDENAÇÃO REGIONAL DE CONTROLE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO da 9ª Região Fiscal, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso VIII do art. 286 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 430, de 9 de outubro de 2017, os arts. 1º e 4º da Portaria SRRF09 nº 178, de 3 de abril de 2019, e o art. 5º da Portaria RFB nº 1098, de 08 de agosto de 2013, tendo em vista o disposto nos arts. 625 a 642 IN RFB nº 1911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do processo/dossiê nº 13033.133336/2020-74, resolve:

Art. 1º Conceder Habilitação Definitiva no Programa Mais Leite Saudável à Pessoa Jurídica T. R. DA SILVA CAMPOS LATICÍNIOS EIRELI, CNPJ nº 27.071.516/0001-83, para o projeto de investimento de sua titularidade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de edital publicado no DOU de 26/03/2020, Seção 3, Pág. 2, com período de execução de 01/02/2020 a 31/01/2023.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTINA AYUMI DA ROCHA RODRIGUES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 25 DE MAIO DE 2020

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe foi delegada pela Portaria DRF/JOI nº 26, de 31 de agosto de 2018, publicada no DOU nº 170, de 3 de setembro de 2018, de acordo com o art. 340, incisos III e VIII, da Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, e considerando o disposto no artigo 51, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e, ainda, considerando o pedido da empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 5.191.556 (cinco milhões, cento e noventa e um mil, quinhentos e cinquenta e seis) selos de controle, Código 9829-14, Tipo UISQUE, Cor AMARELO, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
1.417.968	118.164	Johnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos
334.092	27.841	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
1.403.323	116.944	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
442.502	36.875	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
880.661	73.388	Black & White	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
237.967	19.831	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
15.561	2.593	Johnnie Walker Gold Reserve	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
19.104	1.592	Johnnie Walker Double Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
18.090	3.015	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1.750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
9.048	1.508	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
36.180	3.015	Grand Old Parr Silver	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
36.180	6.030	Johnnie Walker Green Label	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 18 anos.
12.060	1.005	Logan	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
12.060	1.005	J&B Rare	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
113.976	9.498	Bell's	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
42.216	3.518	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
33.265	2.772	Johnnie Walker Black Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
36.180	3.015	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
12.060	1.005	Johnnie Walker Red Label	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
12.060	1.005	White Horse	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos.
3.624	302	Cardhu	Uisque escocês, single mal, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade entre 8 e 12 anos.
3.624	302	The Singleton of Dufftown	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 700 ml, 40 GL, idade até 12 anos.
2.016	336	Talisker	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 45.8 GL, idade até 10 anos.
1.279	213	Glenkinchie	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 43 GL, idade até 12 anos.
1.913	159	Johnie Walker Swing	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
3.611	602	Dimple Golden Selection	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
102	51	Johnnie Walker Odyssey	Uisque escocês, em caixas de 2 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
2.412	402	Johnnie Walker 18 Years	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
153	51	Johnnie Walker Blue Label	Uisque escocês, em caixas de 3 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos.
12.081	2.014	Buchanan's	Uisque escocês, em caixas de 6 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade 18 anos.
7	7	The John Walker	Uisque escocês, em caixas de 1 garrafa de 750 ml, 40 GL, Single Malt, idade acima 12 anos.
36.180	3.015	Grand Old Parr	Uisque escocês, em caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 \gl, idade até 18 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HOMERO COELHO FILHO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ

PORTARIA Nº 56, DE 26 DE MAIO DE 2020

Altera o art. 1º da Portaria ALF/ITJ nº 43, de 30 de março de 2020, Estabelece regras para o atendimento no âmbito da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE ITAJAÍ, uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 336, 340 e 341 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicado no DOU de 11 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º O art. 1º da Portaria ALF/ITJ nº 43, de 30 de março de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º O atendimento aos cidadãos no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de Itajaí será prestado no horário das 08:00 às 12:00 horas, durante o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), nos termos do art. 3º da Portaria SRRF09 n.º 202, de 25 de março de 2020." (NR)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

KLEBS GARCIA PEIXOTO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 25 DE MAIO DE 2020

Habilita a empresa que menciona ao Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca em fronteira terrestre.

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.799, de 16 de março de 2018, e tendo em vista o constante no processo nº 13033.117734/2020-43, declara:

Art. 1º Fica habilitado o estabelecimento da empresa BRASIL FREE SHOP COMÉRCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 32.195.385/0005-00, para operar o regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre no município de Uruguaiana - RS.

Art. 2º A habilitação concedida por este ato subsistirá enquanto o estabelecimento cumprir os requisitos e condições para a concessão e para a aplicação do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

Art. 3º O estabelecimento ora habilitado ficará sob a jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil em Uruguaiana, que poderá baixar as rotinas operacionais que se fizerem necessárias aos controles fiscal e aduaneiro.

Art. 4º A empresa beneficiária do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre ora habilitada fica obrigada a ressarcir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, em decorrência das despesas administrativas relativas às atividades extraordinárias de fiscalização, no montante resultante da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta com vendas:

I - de mercadorias de origem estrangeira: 6% (seis por cento); e

II - de mercadorias de origem nacional, inclusive as exportadas sem saída do território nacional, cuja entrega se dê a pessoa jurídica beneficiária do regime: 3% (três por cento).

Art. 5º Sem prejuízo de outras penalidades, a presente habilitação sujeita a pessoa jurídica às sanções administrativas legalmente previstas e poderá ser revista pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, a qualquer tempo, para adequá-la às normas aplicáveis.

Art. 6º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ADEMIR GOMES DE OLIVEIRA

SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 25 DE MAIO DE 2020

Altera o Ato Declaratório Executivo Suara nº 1, de 12 de maio de 2020, que dispõe sobre os serviços solicitados com autenticação por código de acesso ou pelo Login Único Gov.br, por meio de Dossiê Digital de Atendimento.

O SUBSECRETÁRIO DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO, no exercício da atribuição prevista no inciso III do art. 333 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto nos arts. 3º, 4º e 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 12 de julho de 2017, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.769, de 18 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º O Ato Declaratório Executivo Suara nº 1, de 12 de maio de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....

XII - requerimento para isenção de IPI na aquisição de veículos por cooperativa de trabalho, observado o disposto nos arts. 3º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 12 de julho de 2017; e

XIII - requerimento para transferência a terceiros de veículo adquirido com isenção, observado o disposto no art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.716, de 12 de julho de 2017, e no art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.769, de 18 de dezembro de 2017.

....." (NR)

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FREDERICO IGOR LEITE FABER

SUBSECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 25 DE MAIO DE 2020

Autoriza fornecimento de selos de controle para importação de cigarros ao estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 51, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 770, de 21 de agosto de 2007, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10675.723256/2020-61, declara:

Art. 1º Fica o estabelecimento da empresa Souza Cruz Ltda., CNPJ nº 33.009.911/0018-87, autorizado a importar cigarros de acordo com as especificações descritas abaixo.

1) País de Origem	Chile	
2) Marca Comercial	3) Preço de Venda a Varejo	4) Quantidade autorizada de vintenas
DUNHILL FINE CUT OF LONDON FLOW FILTER	R$ 10,25 / vintena	1.080.000
5) Cigarro	Fine Cut 94mm	
6) Embalagem	Box	
7) Valor Taxa Art. 13 Lei nº 12.995/2014 - Cor dos Selos de Controle	R$ 0,01 / vintena - Selo Vermelho	
8) Unidade da RFB para recebimento dos selos de controle	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Uberlândia/MG	

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

BANCO CENTRAL DO BRASIL
ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO

CARTA CIRCULAR Nº 4.056, DE 25 DE MAIO DE 2020

Estabelece os procedimentos necessários para a adesão ao arranjo de pagamentos instantâneos (PIX), desde o seu lançamento.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE COMPETIÇÃO E DE ESTRUTURA DO MERCADO FINANCEIRO (DECEM), no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 97-A, inciso V e o art. 62, inciso IV, do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º da Circular nº 3.985, de 18 de fevereiro de 2020, resolve:

Art. 1º Para aderir ao PIX, desde o seu lançamento, as instituições que se enquadrem nos critérios de obrigatoriedade de participação ou que, de forma facultativa, desejam participar do PIX devem concluir com sucesso as etapas cadastral e homologatória.

CAPÍTULO I

DA ETAPA CADASTRAL

Art. 2º A etapa cadastral compreende o envio, pelas instituições de que trata o art. 1º, de suas informações cadastrais, conforme disposto na Carta Circular nº 4.006, de 20 de fevereiro de 2020.

Parágrafo único. As instituições que tiverem enviado as informações de que trata o caput nos prazos previstos nas Cartas Circulares nºs 4.006, de 2020 e 4.022 de 9 de abril de 2020, poderão alterá-las ou complementá-las até 16 de outubro de 2020.

Art. 3º As instituições financeiras em funcionamento, que não ofertem conta transacional a usuários finais, adicionalmente às informações de que trata o art. 2º, devem possuir pedido de autorização para emissão de moeda eletrônica em andamento no Banco Central do Brasil.

§ 1° É permitido às instituições de que trata o caput apresentar pedido de adesão ao PIX indicando a opção pela participação na modalidade direta no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI).

§ 2º Além dos requisitos constantes nesta carta circular, a adesão ao PIX das instituições de que trata o caput depende da conclusão do processo de autorização para emissão de moeda eletrônica e da efetiva manutenção de contas transacionais a usuários finais até 16 de outubro de 2020.

Art. 4º É permitido às instituições de pagamento com pedido de autorização de funcionamento em andamento no Banco Central do Brasil apresentar pedido de adesão ao PIX, indicando a opção pela participação na modalidade direta no Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI).

Parágrafo único. A participação no SPI na modalidade direta da instituição de que trata o caput está condicionada à concessão da autorização em questão, pelo Banco Central do Brasil, até 16 de outubro.

Art. 5º As confederações de cooperativas centrais de crédito, as centrais ou federações de cooperativas de crédito e os bancos cooperativos, adicionalmente às informações de que trata o art. 2º, devem prestar, para cada cooperativa filiada, as seguintes informações:

I - inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

II - razão social da instituição;

III - número de contas de clientes ativas:

a) número de contas de depósito à vista;

b) número de contas de depósito de poupança; e

c) número de contas de pagamento pré-pagas.

Parágrafo único. Ficam dispensadas do envio das informações cadastrais, de que trata o art. 2º, as cooperativas de crédito filiadas a confederações, centrais ou federações de cooperativas de crédito ou a bancos cooperativos cujo cadastro tenha sido realizado nos termos do caput.

Art. 6º Caso a instituição de que trata o art. 1º seja uma instituição de pagamento não sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central do Brasil ou em processo de autorização de funcionamento, adicionalmente, deverá apresentar:

I - contrato firmado com participante responsável, nos termos do Regulamento do PIX; e

II - declaração firmada pelo participante responsável de que, nos termos do Regulamento do PIX, a instituição contratante:

a) possui capacidade técnica e operacional para cumprir os deveres e as obrigações previstos no Regulamento PIX; e

b) integralizou o montante de capital mínimo requerido.

Parágrafo único. Os documentos de que tratam os incisos I e II do caput devem ser enviados aos Banco Central do Brasil até 16 de outubro de 2020.

Art. 7º À exceção das informações relativas ao número de contas de clientes ativas, as demais informações e documentos relativos à Etapa Cadastral devem ser mantidos atualizados perante o Banco Central do Brasil.

Art. 8º As informações e documentos de que trata este Capítulo, inclusive eventuais alterações em informações e documentos já enviados, devem ser encaminhados ao Decem por meio do Protocolo Digital do Banco Central do Brasil (Protocolo Digital) observando as orientações constantes do Anexo III.

CAPÍTULO II

DA ETAPA HOMOLOGATÓRIA

Art. 9º A etapa homologatória de que trata o art. 1º compreende:

I - testes formais de homologação no SPI;

II - testes de homologação entre o participante indireto e o participante direto que lhe presta serviço de liquidação no SPI;

III - testes formais de homologação no Diretório de Identificadores de Contas Transacionais (DICT); e

IV - verificação de aderência das soluções desenvolvidas para os usuários finais.

Seção I

Dos Testes Formais de Homologação no SPI

Art. 10. As instituições que se enquadrem nos critérios de obrigatoriedade ou que, de forma facultativa, desejam participar do SPI na modalidade direta devem realizar os testes formais de homologação, conforme disposto em regulamentação específica.

Seção II

Dos Testes de Homologação entre o Participante Indireto e o Participante Direto que lhe Presta Serviço de Liquidação no SPI

Art. 11. As instituições que se enquadrem nos critérios de obrigatoriedade de participação indireta no SPI ou que, de forma facultativa, desejem participar do SPI na modalidade indireta devem realizar testes de homologação com o participante direto que lhe presta serviço de liquidação no SPI.

§1º Os testes de homologação de que trata o caput deverão ser definidos pelo participante direto, de forma que ele seja capaz de declarar a aptidão operacional do participante indireto.

§ 2º O participante direto deve manter a documentação e as evidências da realização dos testes homologatórios à disposição do Banco Central do Brasil.

Seção III

Dos Testes Formais de Homologação no DICT

Art. 12. As instituições que se enquadrem nos critérios de obrigatoriedade de acesso direto ao DICT ou que, de forma facultativa, desejem acessar diretamente o DICT devem realizar testes formais de homologação.

§ 1º Os testes formais de que trata o caput compreendem:

I - teste das funcionalidades de registro, de exclusão e de consulta de chaves para endereçamento;

II - teste das funcionalidades de portabilidade e de reivindicação de posse de chaves para endereçamento;

III - teste dos mecanismos de proteção à varredura do DICT e da base de dados interna que replica as chaves para endereçamento dos usuários finais da instituição relativas às contas transacionais nela mantidas;

IV - teste da funcionalidade de verificação de sincronismo;

V - teste das funcionalidades de registro, de exclusão, de consulta, de portabilidade, de reivindicação de posse e de verificação de sincronismo de chaves para endereçamento simulando pedidos enviados por instituições que acessam o DICT de forma indireta; e

VI - teste de capacidade.

§ 2º Os testes de que trata o inciso V do § 1º se aplicam apenas às instituições que ofertam para outras instituições o serviço de acesso ao DICT.

§ 3º Para a realização dos testes de que trata o caput, a instituição poderá usar a instituição virtual que será criada pelo DICT, no ambiente homologatório, para cada instituição.

Art. 13. O cronograma e os requisitos para cumprimento dos testes de que trata o art. 11 estão dispostos no Anexo I.

§ 1º A realização do teste de capacidade, de que trata o inciso VI do § 1º do art. 12, deve ser previamente agendada, por meio de mensagem enviada para o endereço dict@bcb.gov.br.

§ 2º Quando fatos extraordinários assim o justificarem, o Banco Central do Brasil pode alterar os horários previstos para realização de testes que constam no Anexo I, comunicando a alteração às instituições.

Seção IV

Do Processo de Verificação de Aderência das Soluções aos Usuários Finais

Art. 14. Os provedores de conta transacional, nos termos do Regulamento do PIX, que se enquadrem nos critérios de obrigatoriedade de participação no PIX ou que, de forma facultativa, desejam participar do PIX devem cumprir as etapas do processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais.

§ 1º Os provedores de conta transacional que utilizarem aplicativo para telefone celular provido por outro participante do PIX, ficam dispensados do cumprimento do disposto no caput.

§ 2º Para fins da dispensa de que trata o § 1º, o participante do PIX que provê o aplicativo para telefone celular deve enviar o pedido de dispensa por meio do Protocolo Digital, observando as orientações constantes do Anexo III, até 15 de julho de 2020, identificando o participante do PIX a quem presta esse serviço.

Art. 15. O processo de que trata o caput do art. 14 compreende as etapas de:

I - envio de anteprojeto de aplicativo para telefone celular destinado a usuário pessoa natural;

II - envio de projeto de aplicativo para telefone celular destinado a usuário pessoa natural; e

III - ajustes no projeto e envio da versão final de projeto de aplicativo para telefone celular destinado a usuário pessoa natural.

§ 1º O anteprojeto, de que trata o inciso I do caput, deve contemplar a forma pretendida de disponibilização do PIX, apresentando no mínimo:

I - a dinâmica de acionamento do ambiente dedicado ao PIX;

II - a localização das funcionalidades do PIX no ambiente geral do aplicativo; e

III - a apresentação geral das opções do aplicativo que envolvem funcionalidades relacionadas ao PIX (por exemplo, pagamentos, transferências, etc.), incluindo menus, atalhos e botões de acesso rápido, se existirem.

§ 2º O projeto, de que trata o inciso II do caput, deve estar aderente às obrigações e recomendações detalhadas no Manual de Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário, que compõe o Regulamento do PIX.

§ 3º O anteprojeto e o projeto, de que trata o art. 15, deve conter telas ilustrativas do aplicativo para telefone celular.

Art. 16. O cronograma e os requisitos para cumprimento das etapas do processo de verificação da aderência das soluções estão dispostos no Anexo II.

Art. 17. O anteprojeto e o projeto de que trata o art. 15 deve ser enviado, em formato livre, ao Decem por meio do Protocolo Digital observando as orientações constantes do Anexo III.

Art. 18. As instituições deverão desenvolver e implantar o aplicativo em aderência à versão final do projeto apresentado e as alterações posteriores deverão obedecer ao disposto no Regulamento do PIX, que inclui o Manual de Requisitos Mínimos para a Experiência do Usuário.

Art. 19. Não são objeto do disposto nesta seção os aplicativos para telefone celular destinados exclusivamente a usuários finais pessoa jurídica.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. O não cumprimento das exigências e dos prazos estabelecidos nesta carta circular pode resultar, a critério do Banco Central do Brasil, em ações de supervisão direta e de acompanhamento detalhado da evolução dos testes.

Art. 21. As instituições que não obtiverem a aprovação do Banco Central do Brasil relativamente ao cumprimento dos requisitos das etapas cadastral e homologatória não estarão aptas a aderir ao PIX desde o seu lançamento.

Art. 22. Além do atendimento ao disposto nesta carta circular, a conclusão com sucesso do processo de adesão ao PIX implica o compromisso de adesão às regras, às condições e aos procedimentos estabelecidos no Regulamento do PIX.

Art. 23. Esta Carta Circular entra em vigor em 1º de junho de 2020.

ANGELO JOSÉ MONT ALVERNE DUARTE

ANEXO I

Requisitos e prazos para cumprimento dos testes formais para acesso ao DICT

Objeto dos testes	Para fins de cumprimento, a instituição deve:	Período
1. Funcionalidades de registro, exclusão e consulta de chaves para endereçamento	I - registrar pelo menos uma chave para endereçamento de cada tipo (número de telefone celular, e-mail, CPF, CNPJ e Endereço Virtual de Pagamento - EVP); II - excluir pelo menos uma chave para endereçamento de cada tipo (número de telefone celular, e-mail, CPF, CNPJ e Endereço Virtual de Pagamento - EVP); e III - consultar pelo menos uma chave para endereçamento de cada tipo (número de telefone celular, e-mail, CPF, CNPJ e Endereço Virtual de Pagamento - EVP).	1º.6.2020 a 15.7.2020 9h às 18h dias úteis
2. Funcionalidades de portabilidade e de reivindicação de posse de chaves para endereçamento	I - iniciar processo de portabilidade com número de telefone celular, com e-mail, com CPF e com CNPJ; II - cancelar pelo menos um processo de portabilidade que esteja com status "Em aberto"; III - confirmar pelo menos um processo de portabilidade que esteja com status "Em aberto"; IV - iniciar processo de reivindicação de posse com número de telefone celular e com e-mail; V - cancelar pelo menos um processo de reivindicação de posse que esteja com status "Em aberto"; e VI - confirmar pelo menos um processo de reivindicação de posse que esteja com status "Em aberto".	1º.7.2020 a 15.8.2020 9h às 18h dias úteis
3. Mecanismos de proteção à varredura do DICT e da base de dados interna dos participantes	I - enviar declaração, para o e-mail dict@bcb.gov.br, com afirmação de que a realização de duas consultas sucessivas de uma mesma chave para endereçamento está gerando como resultado o mesmo "PI-EndUser" para ambas as consultas; e II - enviar declaração, para o e-mail dict@bcb.gov.br, com afirmação de que os mecanismos de proteção à varredura da base dados interna estão replicando satisfatoriamente os mecanismos de prevenção a ataques de leitura utilizados pelo DICT.	1º.8.2020 a 30.9.2020
4. Funcionalidade de verificação de sincronismo	I - registrar pelo menos mil chaves para endereçamento de um tipo específico (número de telefone celular, e-mail, CPF, CNPJ ou Endereço Virtual de Pagamento - EVP) e solicitar verificação de sincronismo desse tipo de chave para endereçamento; e II - simular falta de sincronismo entre o DICT e a base de dados interna e identificar as chaves para endereçamento divergentes por meio de arquivo de identificadores de conteúdo (CIDs) registrados no DICT.	1º.7.2020 a 31.8.2020 9h às 18h dias úteis (exceção: CIDs - 16h às 18h dias úteis)
5. Simulação de pedidos enviados por participantes que acessam o DICT de forma indireta (todas as funcionalidades)	Executar, em nome de outra instituição, os testes de que tratam os itens 1, 2 e 4 (objeto dos testes).	1º.7.2020 a 31.8.2020 9h às 18h dias úteis
6.Teste de capacidade	I - Consultar mil chaves diferentes em um intervalo de 60 segundos e receber resposta do DICT com sucesso, caso a instituição mantenha até um milhão de contas transacionais; II - consultar duas mil chaves diferentes em um intervalo de 60 segundos e receber resposta do DICT com sucesso, caso a instituição mantenha entre um milhão e dez milhões de contas transacionais; ou III - consultar quatro mil chaves diferentes em um intervalo de 60 segundos e receber resposta do DICT com sucesso, caso a instituição mantenha mais de dez milhões de contas transacionais. As consultas devem durar dez minutos e devem ser distribuídas de forma homogênea ao longo do tempo, com o total de operações sendo igual a: I - dez mil, caso a instituição mantenha até um milhão de contas transacionais; II - vinte mil, caso a instituição mantenha entre um milhão e dez milhões de contas transacionais; ou III - quarenta mil, caso a instituição mantenha mais de dez milhões de contas transacionais.	de 1º.8.2020 a 30.9.2020 9h às 18h dias úteis
Ajustes finais		Até 16.10.2010 9h às 18h dias úteis

ANEXO II

Requisitos e prazos para o processo de verificação de aderência das soluções aos usuários finais

Etapas	Para fins de cumprimento, a instituição deve:	Período
1. Envio de anteprojeto de aplicativo para telefone celular	Enviar anteprojeto de aplicativo para telefone celular indicando a forma pretendida de disponibilização do PIX, apresentando, no mínimo: I - a dinâmica de acionamento do ambiente dedicado ao PIX; II - a localização das funcionalidades do PIX no ambiente geral do aplicativo; e III - a apresentação geral das opções do aplicativo que envolvem funcionalidades relacionadas ao PIX (por exemplo, pagamentos, transferências, etc.), incluindo menus, atalhos e botões de acesso rápido, se existirem.	de 1º.6.2020 a 15.7.2020
2. Envio de projeto de aplicativo para telefone celular	Enviar projeto de aplicativo para telefone celular, que deverá conter, pelo menos, as seguintes indicações: I - forma de autenticação do usuário; II - forma de disponibilização dos seguintes procedimentos para a iniciação de um PIX: a) inserção manual dos dados do usuário recebedor pelo usuário pagador; b) inserção de chave para endereçamento; e c) leitura de QR Code; III - forma de disponibilização de iniciação de um PIX por meio da inserção dos cinco tipos de chave para endereçamento: a) número de telefone celular; b) endereço de e-mail; c) número de inscrição no CPF; d) número de inscrição no CNPJ; e e) Endereço Virtual de Pagamento (EVP); IV - forma de disponibilização das informações do usuário recebedor após a consulta ao DICT de um PIX iniciado por meio da inserção de chave para endereçamento; V - forma de disponibilização das mensagens de erro; VI - forma de notificação ao usuário pagador após a conclusão com sucesso de uma transação; VII - forma de notificação ao usuário recebedor após a conclusão com sucesso de uma transação; VIII - forma de apresentação do comprovante de um PIX; IX - forma de disponibilização de iniciação de um PIX por meio da inserção manual dos dados do usuário recebedor; X - forma de apresentação do PIX no extrato das transações; XI - forma de disponibilização da devolução; XII - forma de disponibilização da opção de gerenciamento de chaves para endereçamento; XIII - forma de disponibilização das informações relativas às chaves para endereçamento; XIV - forma de disponibilização do registro de chaves para endereçamento; XV - forma de disponibilização da exclusão de chaves para endereçamento;	de 1º.8.2020 a 31.8.2020

	XVI - forma de disponibilização da portabilidade de chaves para endereçamento; XVII - forma de comunicação com o usuário após recebimento de pedido de portabilidade de chave para endereçamento; XVIII - forma de notificação ao usuário de conclusão, com sucesso e com insucesso, de operações de registro, de exclusão, de portabilidade e de reivindicação de posse de chave para endereçamento; XIX - forma de disponibilização das informações do usuário recebedor após a leitura de um QR Code estático;	
	XX - forma de disponibilização das informações do usuário recebedor após a leitura de um QR Code dinâmico ou após a abertura de um endereço por meio de link; XXI - forma de disponibilização de opção para gerar QR Code	
3. Ajustes no projeto e envio da versão final de projeto de aplicativo para telefone celular	A depender da análise de cada projeto.	de 1º.8.2020 a 16.10.2020

ANEXO III

Procedimentos para instrução processual por meio do Protocolo Digital

Art. 1º O envio de informações e documentos ao Banco Central do Brasil, tanto na etapa cadastral quanto na etapa homologatória do processo de adesão ao PIX, deverá ser feito por meio do Protocolo Digital do Banco Central do Brasil (Protocolo Digital), observando os seguintes procedimentos:

I - acessar o Protocolo Digital por meio de conta de usuário institucional por meio do endereço eletrônico https://protocolodigital.bcb.gov.br/protocolo/acesso/;

II - adotar os seguintes procedimentos na tela do sistema referido no inciso I:

a) preencher o campo "Descrição", mediante a utilização dos seguintes componentes, no formato "xx.xxx.xxx - Instituição - etapa", sendo que o componente:

1. "xx.xxx.xxx" deve corresponder ao número de inscrição (oito primeiros dígitos) da instituição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

2. "Instituição" deve corresponder à denominação social da instituição que submeter as informações; e

3. "etapa" deve ser preenchido com "PIX - processo de adesão - etapa cadastral" ou com "PIX - processo de adesão - etapa homologatória", conforme a etapa em que se encontre o processo de adesão da instituição e os documentos a serem remetidos e

b) selecionar "PIX - processo de adesão", no campo "Selecione um assunto".

III - enviar cada arquivo no formato PDF/A.

§1º Na hipótese de envio de mais de um documento, o campo "Protocolar documento complementar" deve ser selecionado para que todos os documentos de uma mesma instituição sejam vinculados.

§2º Na hipótese de um arquivo superar o tamanho máximo permitido pelo sistema, o arquivo deve ser objeto de partição, devendo, nesse caso, o campo "Descrição" ser preenchido mediante a utilização do formato "xx.xxx.xxx -Instituição - etapa- Parte 1", "xx.xxx.xxx - Instituição - etapa - Parte 2", e assim sucessivamente.

Art. 2º Caso a instituição ainda não possua conta de usuário institucional no Protocolo Digital, ao invés do estabelecido no art. 1º deste Anexo, o envio de informações e documentos poderá alternativamente observar os seguintes procedimentos:

I - o acesso ao Protocolo Digital deve ser realizado por meio de conta de usuário pessoa física (perfil cidadão) por meio do endereço eletrônico https://protocolodigital.bcb.gov.br/protocolo/acesso/;

II - adotar os seguintes procedimentos na tela do sistema referido no inciso I:

a) o campo "Descrição" deve ser preenchido mediante a utilização dos seguintes componentes, no formato "xxx.xxx.xxx-xx - Instituição - etapa", sendo que o componente:

1. "xxx.xxx.xxx-xx" deve corresponder ao número de inscrição completo no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante da instituição;

2. "Instituição" deve corresponder à denominação social da instituição que submeter as informações; e

3. "etapa" deve ser preenchido com "PIX - processo de adesão - etapa cadastral" ou com "PIX - processo de adesão - etapa homologatória", conforme a etapa em que se encontre o processo de adesão da instituição e os documentos a serem remetidos e

b) selecionar "PIX - processo de adesão", no campo "Selecione um assunto".

III - enviar cada arquivo no formato PDF/A.

§1º Na hipótese de envio de mais de um documento, o campo "Protocolar documento complementar" deve ser selecionado para que todos os documentos de uma mesma instituição sejam vinculados.

§2º Na hipótese de um arquivo superar o tamanho máximo permitido pelo sistema, o arquivo deve ser objeto de partição, devendo, nesse caso, o campo "Descrição" ser preenchido mediante a utilização do formato "xxx.xxx.xxx-xx -Instituição - etapa - Parte 1", "xxx.xxx.xxx-xx - Instituição - etapa- Parte 2", e assim sucessivamente.

ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS

CARTA CIRCULAR Nº 4.055, DE 25 DE MAIO DE 2020

Estabelece os procedimentos e o cronograma dos testes da etapa formal de homologação para o credenciamento dos participantes diretos no ambiente de produção do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) para o início de funcionamento do sistema.

O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS E DE SISTEMA DE PAGAMENTOS (DEBAN) E O CHEFE DO DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, no uso das atribuições que lhes conferem, respectivamente, o art. 111, inciso V, e o art. 62, inciso IV, e o art.23, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Banco Central do Brasil, anexo à Portaria nº 84.287, de 27 de fevereiro de 2015, e tendo em conta o disposto nos arts. 4º, 6º e 9º da Circular nº 3.985, de 18 de fevereiro de 202, resolvem:

Art. 1º Esta Carta Circular estabelece os procedimentos e o cronograma dos testes da etapa formal de homologação para a autorização dos participantes diretos no ambiente de produção do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) para o início de funcionamento do sistema, a serem observados pelas instituições que solicitaram o cadastramento na modalidade de participação direta no SPI, de que tratam a Carta Circular nº 4.006, de 20 de fevereiro de 2020, e a Carta Circular nº 4.022, de 9 de abril de 2020.

Art. 2º A descrição dos procedimentos e do cronograma cujo atendimento, até o dia 16 de outubro de 2020, constituem condição necessária para a autorização da instituição como participante direto no ambiente de produção do SPI é a que consta da tabela anexa.

Art. 3º Esta Carta Circular entra em vigor em 1º de junho de 2020.

HAROLDO JAYME MARTINS FROES CRUZ
Chefe do Departamento de Tecnologia da Informação

FLÁVIO TÚLIO VILELA
Chefe do Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos

ANEXO

Tabela de Procedimentos e prazos para cumprimento dos testes obrigatórios para acesso ao SPI na data de início de funcionamento do sistema

Objeto dos testes	Para fins de cumprimento, a instituição deve:	Período
1. Testes de conectividade	a) Enviar uma pibr.001 e receber com sucesso a pibr.002 do SPI (mensagem de ECO).	1º.6.2020 a 30.6.2020
2. Testes de liquidação de pagamento e de devolução, de consulta saldo da Conta PI e detalhes de um lançamento	a) Enviar uma pacs.008 e receber com sucesso a pacs.002 do SPI confirmando a liquidação da operação; b) Receber uma pacs.008 e acatar o seu recebimento, enviando uma pacs.002 com status de aceitação; c) Receber uma pacs.008 e recusar o seu recebimento, enviando uma pacs.002 com status e código de rejeição; d) Enviar uma pacs.004 e receber com sucesso a pacs.002 do SPI confirmando a liquidação da operação; e) Receber uma pacs.004 e acatar o seu recebimento, enviando uma pacs.002 com status de aceitação;	1º.6.2020 a 31.8.2020
	f) Receber uma pacs.004 e recusar o seu recebimento, enviando uma pacs.002 com status e código de rejeição; g) Enviar uma mensagem camt.060 e receber com sucesso uma camt.053 com informação do saldo do momento; h) Enviar uma mensagem camt.060 e receber com sucesso uma camt.053 com informação do saldo de fechamento de algum dia anterior; e i) Enviar uma mensagem camt.060 e receber com sucesso uma camt.054 com os detalhes de um lançamento.	
3. Testes de consulta relação de lançamentos	a) Enviar uma mensagem camt.060 e receber com sucesso uma camt.052 com a indicação do arquivo que contém uma relação de lançamentos; e b) Fazer o download do arquivo com a relação de lançamentos.	15.6.2020 a 31.8.2020
4. Testes de aporte e retirada dos mecanismos de liquidez, utilizando o STR, para a Conta PI	a) Receber uma LPI0001 (transferência de conta RB/CL para Conta PI) em sua Conta PI, por comando próprio ou do liquidante no STR; b) Comandar com sucesso uma LPI0003 (transferência de Conta PI para conta RB/CL) para aporte em RB/CL própria ou do liquidante no STR; c) Caso seja titular de conta CCME: i. Receber uma LPI0002 (transferência de conta CCME para Conta PI) em sua Conta PI, por comando próprio; e ii. Comandar com sucesso uma LPI0004 (transferência de Conta PI para CCME) para aporte em CCME própria;	15.6.2020 a 15.9.2020
	d) Caso seja participante do STR e/ou titular de conta CCME: i. Enviar uma LPI0005 (configuração de transferência automática), configurando transferência de sua RB/CL e/ou CCME; e ii. Receber com sucesso uma LPI0006 (STR informa efetivação da transferência automática).	
	Observações: A STN enviará mensagens LPI0007 (transferência Tesouro de subconta da Conta Única para Conta PI) e LPI0008 (transferência Tesouro de Conta PI para subconta da Conta Única; O STR passará a enviar a segunda STR0016 com informação do segundo saldo, após a grade complementar de aportes, a partir do dia 15.6.2020; e	
	As instituições não-participantes do STR devem comandar as mensagens do grupo LPI por intermédio do STR-Web.	

5. Testes de operação da linha de redesconto com TPF no SPI (apenas para instituições financeiras participantes diretas do SPI e do Selic), utilizando o Selic, para aporte na Conta PI	a) Comandar com sucesso no Selic uma solicitação de operação da linha de redesconto no SPI - mensagem SEL1009 (IF requisita liquidez em Conta PI); b) Comandar com sucesso no Selic um pagamento parcial para uma operação contratada - mensagem SEL1016 (IF requisita pagamento de liquidez em Conta PI) com Tipo de retorno para pagamento da liquidez no SPI = 2; c) Comandar com sucesso no Selic um pagamento total para as operações contratadas - mensagem SEL1016 (IF requisita pagamento de liquidez em Conta PI) com Tipo de retorno para pagamento da liquidez no SPI = 1.	15.6.2020 a 15.9.2020
6. Testes de registro de prestação de serviço de liquidação para participante indireto	Caso deseje atuar como Liquidante de participantes indiretos no SPI: a) Enviar uma reda.014 (registro de serviço de liquidação para participante indireto) e receber com sucesso a reda.016 do SPI confirmando a operação; b) Enviar uma reda.031 (descontinuidade do serviço de liquidação para participante indireto) e receber com sucesso a reda.016 do SPI confirmando a operação.	1º.7.2020 a 30.9.2020
	Observação: Em um primeiro momento, os participantes indiretos serão cadastrados manualmente no SPI para permitir testes de liquidação já a partir de 1º.6.2020. Não obstante, os seus liquidantes podem se utilizar das operações "6.b" e "6.a" para excluir e reincluir as instituições para as quais prestam serviço de liquidação.	
7.Teste de capacidade	a) Enviar mensagens pacs.008 distribuídas uniformemente ao longo de 10 minutos, sendo: i. Um total de 10.000 mensagens para PSP com até 1 milhão de contas transacionais (isso é, 1.000 mensagens por minuto); ii. Um total de 20.000 mensagens para PSP com até 10 milhões de contas transacionais (isso é, 2.000 mensagens por minuto); ou iii. Um total de 40.000 mensagens para PSP com mais de 10 milhões de contas transacionais (isso é, 4.000 mensagens por minuto);	3.8.2020 a 30.9.2020
	b) Receber mensagens pacs.008 distribuídas uniformemente ao longo de 10 minutos e acatá-las com envio de pacs.002, sendo: i. Um total de 10.000 mensagens para PSP com até 1 milhão de contas transacionais (isso é, 1.000 mensagens por minuto); ii. Um total de 20.000 mensagens para PSP com até 10 milhões de contas transacionais (isso é, 2.000 mensagens por minuto); ou iii. Um total de 40.000 mensagens para PSP com mais de 10 milhões de contas transacionais (isso é, 4.000 mensagens por minuto).	
	Observações: Os testes "7.a" e "7.b" devem ser executados com sucesso uma vez pelo participante direto do SPI, em data e horário (de 9h às 18h em dias úteis) que deve ser solicitada ao e-mail spi@bcb.gov.br; A verificação do cumprimento dos testes será feita pelo Banco Central do Brasil (BCB) na data e horário acordados para realização dos testes do participante;	
	O sucesso nos testes requer o cumprimento dos acordos de nível de serviço estabelecidos para liquidação das operações;	
	Para fins de execução do teste "7.a", o participante pode procurar outra instituição parceira ou, se preferir, encaminhar os pagamentos para o "PSP virtual recebedor", que será criado pelo BCB pra servir como contraparte recebedora nos testes das instituições, respondendo sempre com mensagens pacs.002 de aceitação a qualquer ordem de pagamento que receber. O ISPB do "PSP virtual recebedor" será oportunamente divulgado; Para fins de execução do teste "7.b", o participante pode procurar outra instituição parceira ou, se preferir, solicitar que o BCB utilize o "PSP virtual pagador" para gerar as mensagens pacs.008;	
	As mensagens pacs.008 enviadas pelo BCB utilizando o "PSP virtual pagador" serão sempre geradas com dados de agência, conta, tipo de conta e CPF de um "cliente recebedor virtual" a serem definidos pelo BCB. O ISPB do "PSP virtual pagador" e os dados do "cliente recebedor virtual" serão oportunamente divulgados. O pedido para utilização do "PSP virtual pagador" deve ser realizado juntamente com o e-mail no qual a instituição indicará a data e horário para realização do teste de capacidade.	
8. Testes de registro de contato dos responsáveis pela operação da Conta PI e pelo recebimento de avisos operacionais do SPI	a) Enviar uma reda.022 (informação dos dados dos responsáveis pela operação da Conta PI) e receber com sucesso uma reda.016 do SPI confirmando a inclusão dos dados; b) Receber e tratar adequadamente, adotando providências devidas, uma mensagem admi.004 (avisos operacionais do SPI) enviada pelo SPI; c) Receber e tratar adequadamente uma camt.014 (aviso de inclusão ou exclusão de participante no SPI), enviada pelo BCB com o uso de PSP virtuais criados para esse fim; e	3.8.2020 a 16.10.2020
	d) Receber e tratar adequadamente uma reda.041 (aviso de alteração de dados cadastrais de participante do SPI), enviada pelo BCB com o uso de PSP virtuais criados para esse fim	
	Observação: O BCB poderá, eventualmente, ao longo dos testes, entrar em contato com a instituição, via telefones cadastrados por meio da mensagem reda.022, para averiguar o cumprimento dos itens "8.b" a "8.d".	
9. Envio de declaração de aptidão para operar no ambiente de produção do SPI	Após a finalização de todos os testes especificados nesta tabela, enviar declaração de conclusão e de comprovação da capacidade operacional e tecnológica para operar no ambiente de produção do SPI, conforme modelo a ser divulgado oportunamente. Observação: A declaração deve ser encaminhada via BC Correio enviado por meio do usuário Sisbacen do próprio Diretor ou ocupante do cargo de administração equivalente que seja responsável pelo cumprimento das normas relativas ao SPI.	Até 16.10.2020.

Os testes homologatórios no SPI serão reabertos e poderão ser executados a qualquer momento a partir de 1º de dezembro de 2020.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 6 DE ABRIL DE 2020

A Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 5º da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001; artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2010; e artigo 10, inciso III, do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, faz saber que decidiu:

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo nº 44011.006283/2018-87, Auto de Infração nº 35/2018, entidade OABPrev-RJ, decidiram os membros da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por unanimidade, na 482ª Sessão Ordinária, de 06/04/2020, Despacho Decisório 42/2020/CGDC/DICOL: julgar PROCEDENTE o Auto do Infração nº 35/2018, de 18/10/2018, em relação ao autuado Alexandre Freitas de Albuquerque, por aplicar os recursos garantidores das reservas técnicas, provisões e fundos dos planos de benefícios em desacordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, infringindo o disposto no § 1º do art. 9º, da Lei Complementar 109, de 29/05/2001; arts. 4º, 9º e 11 da Resolução CMN 3.792, de 24/09/2009 c/c art. 12 da Resolução CGPC nº 13, de 01/10/2004; capitulado no art. 64 do Decreto 4.942, de 30/12/2003; com aplicação da pena de MULTA pecuniária de R$ 53.249,71 (cinquenta e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos), cumulada com a pena de INABILITAÇÃO POR 2 (dois) ANOS; nos termos do Parecer nº 72/2020/CDC II/CGDC/DICOL, aprovado na sessão de julgamento.

LUCIO RODRIGUES CAPELLETTO
Diretor Superintendente

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA Nº 378, DE 25 DE MAIO DE 2020

A DIRETORA DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002443/2020-33, resolve:

Art. 1º Certificar o Modelo de Regulamento de Plano de Benefícios da BB PREVIDÊNCIA - Fundo de pensão Banco do Brasil, modalidade contribuição definida, ao qual se atribui a CERTIFICAÇÃO Nº 2020.4, atestando a sua adequação legal e regulamentar para utilização na implantação de plano de benefícios, de acordo com a legislação vigente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA BAASCH

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES

PORTARIA Nº 346, DE 15 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604733/2020-85, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de ESSOR SEGUROS S.A., CNPJ nº 14.525.684/0001-50, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 347, DE 15 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.604717/2020-92, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 19.851.775/0001-07, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 4 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 348, DE 15 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605194/2020-00, resolve:

Art. 1º Aprovar a reeleição de administradores de SOMPO SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.383.493/0001-80, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral ordinária realizada em 18 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 349, DE 15 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604547/2020-46, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de SANCOR SEGUROS DO BRASIL S.A., CNPJ nº 17.643.407/0001-30, com sede na cidade de Maringá - PR, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 13 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 350, DE 18 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605864/2020-80, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 92.661.388/0001-90, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 35.000.000,00, elevando-o para R$ 1.166.000.000,00, representado por 791.397.755 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 351, DE 18 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605863/2020-35, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de ITAUSEG SEGURADORA S.A., CNPJ nº 29.741.030/0001-30, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 352, DE 18 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603310/2020-48, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de AXA SEGUROS S.A., CNPJ nº 19.323.190/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 5 de fevereiro de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 20.000.000,00, elevando-o para R$ 620.588.000,11, dividido em 3.432.612.975 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 353, DE 18 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.603276/2020-10, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de janeiro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 354, DE 18 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605707/2020-74, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., CNPJ nº 33.164.021/0001-00, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 31 de março de 2020:

I - aumento de capital social de R$ 86.669.789,88, elevando-o para R$ 1.051.883.465,55, dividido em 2.930.519.267 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;

II - reeleição dos administradores; e

III - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 355, DE 19 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605833/2020-29, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de ITAÚ SEGUROS S.A., CNPJ nº 61.557.039/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 356, DE 19 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinada com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.605815/2020-47, resolve:

Art. 1º Aprovar a reforma e consolidação do estatuto social de CIA. ITAÚ DE CAPITALIZAÇÃO, CNPJ nº 23.025.711/0001-16, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 357, DE 19 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.605189/2020-99, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de UNIMED SEGURADORA S.A., CNPJ nº 92.863.505/0001-06, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 30 de março de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 200.186.632,03, elevando-o para R$ 799.999.997,79, representado por 5.230.794.392 ações, sendo 4.078.925.767 ações ordinárias e 1.151.868.625 ações preferenciais; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 358, DE 20 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604990/2020-17, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ nº 07.021.544/0001-89, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 27 de março de 2020:

I - aumento do capital social em R$ 8.069.635,79, elevando-o para R$ 63.592.263,79, dividido em 64.443.071 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 359, DE 21 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.606287/2020-43, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador e ratificar a composição da diretoria de MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.016.221/0001-07, com sede na cidade de São Paulo- SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 5 de maio de 2020;

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA Nº 360, DE 21 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL SUBSTITUTO DE REGIMES ESPECIAIS E AUTORIZAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.605283/2020-48, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administrador de IRB-BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 33.376.989/0001-91, com sede na cidade do Rio de Janeiro- RJ, conforme deliberado na reunião extraordinário do conselho de administração realizada em 23 de março de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 375, DE 22 DE MAIO DE 2020

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEX IMPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Inciso II do Art. 9º; os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 132/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.004113/2020-23, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa FLEX IMPORTAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS E MOTORES LTDA. (CNPJ: 22.798.094/0001-29 e Inscrição SUFRAMA: 20.0105.66-3), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 132/2020 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE (código SUFRAMA 0108), recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/1967, com redação dada pela Lei nº 8.387/1991.

Art. 3º Estabelecer para o produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	ANO 1	ANO 2	ANO 3
RECEPTOR DE SINAL DE TELEVISÃO VIA SATÉLITE	11,780,400	12,958,440	14,254,284

Art. 4º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 322, de 31 de dezembro de 2014, alterada pelas de nº 375 - MDIC/MCTI, de 1º de dezembro de 2015; nº 46 - MDIC/MCTIC, de 8 de junho de 2017; nº 68 - MDIC/MCTIC, de 21 de setembro de 2017; e nº 19 - MDIC/MCTIC, de 5 de abril de 2018;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 204, de 6 de agosto de 2019, do Conselho de Administração da SUFRAMA, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO ALEXANDRE DE MENEZES JÚNIOR

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

VICE-PRESIDÊNCIA AGENTE OPERADOR

CIRCULAR Nº 909, DE 25 DE MAIO DE 2020

Publica a versão 1 do Manual de Orientação às Instituições Financeiras - Utilização do Saque-Aniversário FGTS como Garantia na Modalidade de Cessão ou Alienação Fiduciária em Operações de Crédito.

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso II, da Lei 8.036/90, de 11/05/1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.684/1990, de 08.11.1990, resolve:

1 Publicar a versão 1 do Manual de Orientação às Instituições Financeiras - Utilização do Saque-Aniversário FGTS como Garantia na Modalidade de Cessão ou Alienação Fiduciária em Operações de Crédito - MCA, que estabelece as regras e procedimentos necessários para que as Instituições Financeiras possam contratar operações de crédito com cessão ou alienação de direitos futuros aos saques-aniversário anuais dos trabalhadores de que trata a Resolução do CCFGTS 958, de 24 de abril de 2020.

2 O Manual de Orientação às Instituições Financeiras - Utilização do Saque-Aniversário FGTS como Garantia na Modalidade de Cessão ou Alienação Fiduciária em Operações de Crédito, encontra-se disponível no endereço eletrônico: http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx, pasta FGTS - Manuais e Cartilhas Operacionais.

3 Esta Circular CAIXA entra em vigor na data de sua publicação.

EDILSON CARROGI RIBEIRO VIANNA
Vice-Presidente
Em exercício

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 497, DE 26 DE MAIO DE 2020

Homologa o Parecer CNE/CES nº 851/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que versa a respeito do descredenciamento, a pedido, da Faculdade Marista, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 851/2019, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23709.000061/2016-71.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Marista (cód. 2393), credenciada pela Portaria MEC nº 3.432, de 18 de novembro de 2003, situada na Rua Lavras, nº 185, Bairro São Pedro, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, mantida pela União Brasileira de Educação e Ensino (cód. 1560).

Art. 3º Fica ao encargo da União Brasileira de Educação e Ensino (cód. 1560), CNPJ nº 17.200.684/0001-78, situada na QS 1, Rua 210, Lote 40, 10º Andar, Torre A, Ed. Taguatinga Shopping, Bairro Águas Claras, em Brasília, Distrito Federal, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, de fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

PORTARIA Nº 498, DE 26 DE MAIO DE 2020

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o art. 4º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer CNE/CES nº 1055/2019, da Câmara de Educação, Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao Processo nº 23000.029328/2016-89.

Art. 2º Descredenciar, a pedido, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Lagoa Santa - Funees (cód. 14209) e, em decorrência, extinguir o curso de Pedagogia, licenciatura, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017.

Art. 3º Fica ao encargo da Fundação Presidente Antônio Carlos (cód. 221), CNPJ nº 17.080.078/0001-66, mantenedora da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Lagoa Santa, a guarda permanente do acervo acadêmico em condições adequadas de conservação, fácil acesso e pronta consulta.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAHAM WEINTRAUB

DESPACHOS DE 25 DE MAIO DE 2020

Processo nº: 71000.051418/2014-37.
Interessada: Fundação "DOM DAVID".
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.
DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 00415/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 5 de maio de 2020, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela entidade e nego-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão constante da Portaria nº 199, de 23 de março de 2018, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2018, que indeferiu o pedido de concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.

Processo nº: 23000.011813/2018-68.
Interessado: Unificação Kardecista de Ribeirão Preto.
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.
DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 00487/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 4 de maio de 2020, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, não conheço do recurso interposto pela entidade, mantendo na íntegra a decisão constante na Portaria nº 109, de 27 de fevereiro de 2019, item 1 do Anexo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 2019, que indeferiu o requerimento de concessão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.

Processo nº: 23000.046552/2016-35.
Interessada: Creche Colmeia do Senhor.
Assunto: Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.
DECISÃO: Tendo em vista o disposto nos autos do processo em referência e com fulcro no Parecer nº 00395/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, de 4 de maio de 2020, cujos fundamentos adoto, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, não conheço do recurso interposto pela entidade, mantendo na íntegra a decisão constante na Portaria nº 95, de 21 de fevereiro de 2019, item 14 do Anexo, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2019, que indeferiu o requerimento de renovação de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social - Cebas.

ABRAHAM WEINTRAUB
Ministro

DESPACHO DE 25 DE MAIO DE 2020

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer CNE/CES nº 82/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 696, de 18 outubro de 2018, que determinou o descredenciamento do Instituto de Educação e Tecnologias - Inet, com sede na Rua Portugal, nº 15, Bairro Comércio, no município de Salvador, no estado da Bahia, mantido pela Sociedade de Ensino e Tecnologias Ltda. - EPP, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 23709.000053/2015-43.

ABRAHAM WEINTRAUB

DESPACHOS DE 25 DE MAIO DE 2020

Tendo em vista o disposto no processo em referência, com fulcro no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, bem como no Parecer nº 00496/2020/CONJUR-MEC/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Educação, cujos fundamentos se adota, nos termos do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Ministro de Estado da Educação deixa de homologar o Parecer nº 733/2019, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, que examinou recurso em face à decisão constante da Portaria nº 245/2019, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES, que indeferiu pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Biomedicina, bacharelado, a ser oferecido pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia - FAM, com sede no município de Abaetetuba, no estado do Pará, mantida pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia - FEAM Ltda. - ME, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.002709/2019-01 (e-MEC 201808231).

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação homologa o Parecer CNE/CES nº 87/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, que conheceu do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria nº 578, de 19

de dezembro de 2019, que indeferiu o pedido de autorização para o funcionamento do curso superior de Arquitetura e Urbanismo, bacharelado, da Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia, com sede na Avenida Europa, nº 63, Bairro Jardim Tropical, no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, mantida pelo Instituto Invest de Educação Consultoria e Assessoria Ltda. - ME, com sede no mesmo município e estado, conforme consta do Processo nº 00732.001219/2020-13 (e-MEC nº 201809532).

ABRAHAM WEINTRAUB

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 130, DE 20 DE MAIO DE 2020

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto Presidencial de 19 de outubro de 2016, publicado no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2016, e considerando:- o Decreto n° 9.739, de 28 de março de 2019, que prevê o fortalecimento da capacidade institucional por meio do remanejamento ou da redistribuição de cargos e funções; - o Manual de Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal; o poder discricionário dos gestores do IFNMG; resolve:

Art. 1º Publicar a estrutura de Cargos de Direção (CD) e Funções Gratificadas (FG) do IFNMG.

Parágrafo único. O detalhamento de todas as unidades e subunidades administrativas constantes do Quadro Demonstrativo de Cargos de Direção e de Funções Gratificada reflete a estrutura atualizada no sistema informatizado do SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal.

Quadro 1: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG da Reitoria

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Reitor(a)	REI	REI	CD-1
Diretor(a) do Gabinete	GAB	GAB/REI	CD-4
Secretário(a) do Gabinete	SG	SG/GAB/REI	FG-1
Secretário(a) dos Órgãos Colegiados Superiores	Socs	Socs/GAB/REI	FG-1
Pró-reitor(a) de Administração	Proad	Proad/REI	CD-2
Diretor(a) da Diretoria de Administração e Infraestrutura	DAI	DAI/Proad/REI	CD-3
Diretor(a) do Departamento de Compras e Licitações	DCL	DCL/DAI/Proad/REI	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Compras, Contratos e Convênios	CCCC	CCCC/DCL/DAI/Proad/REI	FG-2
Coordenador(a) da Coordenação de Infraestrutura	CIN	CIN/DAI/Proad/REI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio	Capt	Capt/DAI/Proad/REI	FG-2
Diretor(a) da Diretoria Planejamento Orçamentário	DPO	DPO/Proad/REI	CD-3
Diretor(a) do Departamento de Orçamento e Finanças	DOF	DOF/DPO/Proad/REI	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DOF/DPO/Proad/REI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Contabilidade	Ccont	Ccont/DOF/DPO/Proad/REI	FG-1
Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional	Prodi	Prodi/REI	CD-2
Diretor(a) da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação	DGTI	DGTI/Prodi/REI	CD-3
Coordenador(a) da Coordenação de Redes e Infraestrutura	CRI	CRI/DGTI/Prodi/REI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Sistemas de Informação	CSI	CSI/DGTI/Prodi/REI	FG-1
Diretor(a) do Departamento de Planejamento Institucional	DPI	DPI/Prodi/REI	CD-4
Procurador(a) Educacional Institucional	PI	PI/DPI/Prodi/REI	FG-1
Pró-reitor(a) de Ensino	Proen	Proen/REI	CD-2
Diretor(a) da Diretoria de Ensino	DE	DE/Proen/REI	CD-3
Diretor(a) do Departamento de Ensino Superior	DES	DES/DE/Proen/REI	CD-4
Diretor(a) do Departamento de Ensino Técnico	DET	DET/DE/Proen/REI	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação Programas e Projetos de Ensino	CPPE	CPPE/DE/Proen/REI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Registro	CRE	CRE/DE/Proen/REI	FG-1
Pró-reitor(a) de Extensão	Proex	Proex/REI	CD-2
Diretor(a) da Diretoria de Extensão Tecnológica	Dext	Dext/Proex/REI	CD-3
Coordenador(a) da Coordenação de Programas, Projetos e Registros	CPPR	CPPR/Dext/Proex/REI	FG-1
Pró-reitor(a) de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Proppi	Proppi/REI	CD-2
Diretor(a) da Diretoria Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	DPPI	DPPI/Proppi/REI	CD-3
Coordenador(a) da Coordenação de Pesquisa	CP	CP/DPPI/Proppi/REI	FG-1
Diretor(a) da Diretoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Daec	Daec/REI	CD-3
Coordenador(a) da Coordenadoria de Programas, Projetos e Protagonismo Estudantil	CPPE	CPPE/Daec/REI	FG-2
Diretor(a) da Diretoria de Gestão de Pessoas	DGP	DGP/REI	CD-3
Diretor(a) do Departamento de Administração de Pessoal	Deap	Deap/DGP/REI	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Assistência à Saúde e Qualidade de Vida do Servidor	Casqv	Casqv/Deap/DGP/REI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas	CDP	CDP/Deap/DGP/REI	FG-1
Diretor(a) do Departamento de Concessões, Cadastros e Pagamento	DCCP	DCCP/DGP/REI	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Pagamento de Pessoal	CPP	CPP/DCCP/DGP/REI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Aposentadorias e Pensões	CAP	CAP/DCCP/DGP/REI	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Cadastro de Pessoal	CCP	CCP/DCCP/DGP/REI	FG-2
Diretor(a) da Diretoria Executiva	DEX	DEX/REI	CD-3
Coordenador(a) da Coordenação de Comunicação	Ccom	Ccom/DEX/REI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Relações Internacionais	Crinter	Crinter/DEX/REI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Processos Seletivos e Concursos Públicos	Copec	Copec/DEX/REI	FG-1
Procurador(a) Federal junto ao IFNMG	PF	PF/REI	CD-4
Auditor(a) Interno(a)	Audin	Audin/REI	CD-4
Ouvidor(a)	OUV	OUV/REI	FG-1

Quadro 2: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Almenara

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/ALM	CD-2
Coordenador(a) da Coordenadoria do Gabinete	GAB	GAB/DG/ALM	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/ALM	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Caec	Caec/DG/ALM	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/ALM	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Administração e Infraestrutura	CAD	CAD/DAP/DG/ALM	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Almoxarifado, Patrimônio e Transporte	Capt	Capt/CAD/DAP/DG/ALM	FG-2

Coordenador(a) da Coordenadoria de Compras, Contratos e Convênios	CCCC	CCCC/CAD/DAP/DG/ALM	FG-2
Coordenador(a) da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DAP/DG/ALM	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Produção em apoio ao Ensino e a Pesquisa	CPR	CPR/DAP/DG/ALM	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/ALM	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Ensino	CE	CE/DE/DG/ALM	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Acadêmicos	CRA	CRA/CE/DE/DG/ALM	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/ALM	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/ALM	FG-2

Quadro 3: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Araçuaí

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/ARA	CD-2
Coordenador(a) da Coordenação do Gabinete	GAB	GAB/DG	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/ARA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa Institucional	PI	PI/DG/ARA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação	CGTI	CGTI/DG/ARA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Caec	Caec/DG/ARA	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/ARA	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DAP/DG/ARA	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Almoxarifado, Patrimônio e Transporte	Capt	Capt/DAP/DG/ARA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Compras, Contratos e Convênios	CCCC	CCCC/DAP/DG/ARA	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/ARA	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Ensino	CE	CE/DE/DGARA	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Acadêmicos	CRA	CRA/CE/DE/DG/ARA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/ARA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/ARA	FG-2

Quadro 4: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Arinos

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/ARI	CD-2
Coordenador(a) da Coordenadoria do Gabinete	GAB	GAB/DG/ARI	FG-2
Coordenador(a) da Coordenação de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/ARI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação	CGTI	CGTI/DG/ARI	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/ARI	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Administração e Infraestrutura	CAD	CAD/DAP/DG/ARI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Almoxarifado e Patrimônio	Capt	Capt/CAD/DAP/DG/ARI	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Compras, Contratos e Convênios	CCCC	CCCC/CAD/DAP/DG/ARI	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DAP/DG/ARI	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/ARI	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Ensino	CE	CE/DE/DG/ARI	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Acadêmicos	CRA	CRA/CE/DE/DG/ARI	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Escolares	CRE	CRE/CE/DE/DG/ARI	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/ARI	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/ARI	FG-2

Quadro 5: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Diamantina

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/DIA	CD-2
Coordenador(a) da Coordenação do Gabinete	GAB	GAB/DG/DIA	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/DIA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa Institucional	PI	PI/DG/DIA	FG-2
Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Tecnologia da Informação	CGTI	CGTI/DG/DIA	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/DIA	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Administração e Infraestrutura	CAD	CAD/DAP/DG/DIA	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Almoxarifado, Patrimônio e Transporte	Capt	Capt/CAD/DAP/DG/DIA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DAP/DG/DIA	FG-1
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/DIA	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Ensino	CE	CE/DE/DG/DIA	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Escolares	CRE	CRE/CE/DE/DG/DIA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/DIA	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/DIA	FG-2

Quadro 6: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG IFNMG Campus Januária

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/JAN	CD-2

Coordenador(a) da Coordenação do Gabinete	GAB	GAB/DG/JAN	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Comunicação	Ccom	Ccom/DG/JAN	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/JAN	FG-1
Diretor(a) do Departamento de Assuntos Estudantis e Comunitários	Daec	Daec/DG/JAN	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Assistência ao Educando	CAE	CAE/Daec/DG/JAN	FG-3
Coordenador(a) da Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação	CGTI	CGTI/DG/JAN	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa Institucional	PI	PI/DG/JAN	FG-2
Diretor(a) da Diretoria de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/JAN	CD-3
Diretor(a) do Departamento de Administração e Infraestrutura	DAI	DAI/DAP/DG/JAN	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Administração de Serviços	CAS	CAS/DAI/DAP/DG/JAN	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Compras, Contratos e Convênios	CCCC	CCCC/DAI/DAP/DG/JAN	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Compras	CCC	CCC/DAI/DAP/DG/JAN	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Almoxarifado	Calm	Calm/DAI/DAP/DG/JAN	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Patrimônio	Cpat	Cpat/DAI/DAP/DG/JAN	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Transporte e Oficina Mecânica	Ctom	Ctom/DAI/DAP/DG/JAN	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Orçamento e Finanças	DOF	DOF/DAP/DG/JAN	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DOF/DAP/DG/JAN	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Contabilidade	Ccont	Ccont/DOF/DAP/DG/JAN	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Produção e Apoio ao Ensino e à Pesquisa	Dpaep	Dpaep/DAP/DG/JAN	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Produção Animal	Cpan	Cpan/Dpae/DAP/DG/JAN	FG-3
Coordenador(a) da Coordenadoria de Produção Vegetal	CPV	CPV/Dpaep/DAP/DG/JAN	FG-3
Coordenador(a) da Coordenadoria de Comercialização de Produtos Agropecuários	CCPA	CCPA/Dpaep/DAP/DG/JAN	FG-3
Diretor(a) da Diretoria de Ensino	DE	DE/DG/JAN	CD-3
Diretor(a) do Departamento de Ensino Superior	DES	DES/DE/DG/JAN	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Registros Acadêmicos	CRA	CRA/DES/DE/DG/JAN	FG-1
Diretor(a) do Departamento de Ensino Técnico	DET	DET/DE/DG/JAN	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Registros Escolares	CRE	CRE/DET/DE/DG/JAN	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Biblioteca	CB	CB/DE/DG/JAN	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria Pedagógica	CP	CP/DE/DG/JAN	FG-2
Diretor(a) da Diretoria de Extensão	Dext	Dext/DG/JAN	CD-3
Diretor(a) do Departamento de Relações Empresariais e Comunitárias	Drec	Drec/Dext/DG/JAN	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Estágios e Empregos	CEE	CEE/Dext/DG/JAN	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Projetos de Extensão	CPE	CPE/Dext/DG/JAN	FG-2
Diretor(a) da Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	DPPI	DPPI/DG/JAN	CD-3
Diretor(a) do Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação	DPG	DPG/DPPI/DG/JAN	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Projetos de Pesquisa	CPP	CPP/DPPI/DG/JAN	FG-2

Quadro 7: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Montes Claros

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/MOC	CD-2
Coordenador(a) da Coordenadoria do Gabinete	GAB	GAB/DG/MOC	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/MOC	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa Institucional	PI	PI/DG/MOC	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Caec	Caec/DG/MOC	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/MOC	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Administração e Infraestrutura	CAD	CAD/DAP/DG/MOC	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Almoxarifado, Patrimônio e Transporte	Capt	Capt/CAD/DAP/DG/MOC	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Compras, Contratos e Convênios	CCCC	CCCC/CAD/DAP/DG/MOC	FG-2
Coordenador(a) da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DAP/DG/MOC	FG-1
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/MOC	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Ensino	CE	CE/DE/DG/MOC	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Acadêmicos	CRA	CRA/CE/DE/MOC	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/MOC	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/MOC	FG-2

Quadro 8: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Pirapora

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/PIR	CD-2
Coordenador(a) da Coordenadoria do Gabinete	GAB	GAB/DG/PIR	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/PIR	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa Institucional	PI	PI/DG/PIR	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Caec	Caec/DG/PIR	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/PIR	CD-4

Coordenador(a) da Coordenação de Administração e Infraestrutura	CAD	CAD/DAP/DG/PIR	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Almoxarifado, Patrimônio e Transporte	Capt	Capt/CAD/DAP/DG/PIR	FG-2
Coordenador(a) da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DAP/DG/PIR	FG-1
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/PIR	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Ensino	CE	CE/DE/DG/PIR	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Acadêmicos	CRA	CRA/CE/DE/DG/PIR	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Escolares	CRE	CRE/CE/DE/DG/PIR	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/PIR	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/PIR	FG-2

Quadro 9: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Salinas

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/SAL	CD-2
Coordenador(a) da Coordenação do Gabinete	GAB	GAB/DG/SAL	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/SAL	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Caec	Caec/DG/SAL	FG-2
Coordenador(a) da Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação	CGTI	CGTI/DG/SAL	FG-1
Diretor(a) da Diretoria de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/SAL	CD-3
Coordenador(a) da Coordenação de Compras, Contratos e Convênios	CCCC	CCCC/DAP/DG/ SAL	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Vigilância	Cvig	Cvig/DAP/DG/SAL	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Administração de Serviços	CAS	CAS/DAP/DG/SAL	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Orçamento e Finanças	DOF	DOF/DAP/DG/SAL	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DOF/DAP/DG/ SAL	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Produção e Apoio ao Ensino e a Pesquisa	Dpaep	Dpaep/DAP/DG/ SAL	CD-4
Diretor(a) da Diretoria de Ensino	DE	DE/DG/SAL	CD-3
Coordenador(a) da Coordenadoria de Ensino Superior	CES	CES/DE/DG/SAL	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Acadêmicos	CRA	CRA/CES/DE/DG/SAL	FG-3
Diretor(a) do Departamento de Ensino Técnico	DET	DET/DE/DG/SAL	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Escolares	CRE	CRE/DET/DE/DG/SAL	FG-3
Coordenador(a) da Coordenação de Assistência ao Educando	CAE	CAE/DE/DG/SAL	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Alimentação e Nutrição	CAN	CAN/CAE/DE/DG/SAL	FG-3
Diretor(a) do Departamento de Extensão	Dext	Dext/DG/SAL	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Estágios e Empregos	CEE	CEE/Dext/DG/SAL	FG-3
Diretor(a) da Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	DPPI	DPPI/DG/SAL	CD-3

Quadro 10: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Teófilo Otoni

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a)-geral do *campus*	DG	DG/TEO	CD-2
Coordenador(a) da Coordenadoria do Gabinete	GAB	GAB/DG/TEO	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Pessoas	CGP	CGP/DG/TEO	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Assuntos Estudantis e Comunitários	Caec	Caec/DG/TEO	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Administração e Planejamento	DAP	DAP/DG/TEO	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Administração e Infraestrutura	CAD	CAD/DAP/DG/TEO	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Compras, Contratos e Convênios	CCCC	CCCC/CAD/DAP/DG/TEO	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Gestão de Serviços e Transportes	CGST	CGST/CAD/DAP/DG/TEO	FG-2
Coordenador(a) da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	Ceof	Ceof/DAP/DG/TEO	FG-1
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/TEO	CD-4
Coordenador(a) da Coordenação de Ensino	CE	CE/DE/DG/TEO	FG-1
Coordenador(a) da Coordenadoria de Registros Escolares	CRE	CRE/CE/DE/DG/TEO	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/TEO	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/TEO	FG-2

Quadro 11: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Avançado Janaúba

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a) do *campus* avançado	DG	DG/JNB	CD-3
Coordenador(a) da Coordenadoria de Administração	CAD	CAD/DG/JNB	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/JNB	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/JNB	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/JNB	FG-2

Quadro 12: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Campus Avançado Porteirinha

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a) do *campus* avançado	DG	DG/POR	CD-3
Coordenador(a) da Coordenadoria de Administração	CAD	CAD/DG/POR	FG-2
Diretor(a) do Departamento de Ensino	DE	DE/DG/POR	CD-4
Coordenador(a) da Coordenadoria de Extensão	Cext	Cext/DG/POR	FG-2
Coordenador(a) da Coordenadoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	CPPI	CPPI/DG/POR	FG-2

Quadro 13: Demonstrativo de Cargos de Direção - CD e as Funções Gratificadas - FG do IFNMG Cead

Denominação	Sigla (Unidade / Subunidade)	Hierarquia	Código
Diretor(a) do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância	DG	DG/Cead	CD-3
Coordenador(a) da Coordenação de Administração	CAD	CAD/DG/Cead	FG-1
Coordenador(a) da Coordenação de Ensino	CE	CE/DG/Cead	FG-1

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

JOSÉ RICARDO MARTINS DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 583, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS em Exercício, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 22/07/2020, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 02/2018, DOU de 27/12/2018, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1669, DOU de 22/07/2019.

INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA

Departamento: SAÚDE COLETIVA I

Área de Conhecimento: Saúde Ambiental e do Trabalhador com Ênfase em Epidemiologia

Classe: ADJUNTO A

Regime de Trabalho: DE

LEONARDO SERAFIM MURICY

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 295, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo digital nº 23068.023392/2020-58, resolve:

Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 11/06/2020, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 09/2018-R, publicado do DOU em 20/02/2018, homologado conforme Edital nº 52/2018-R, publicado no DOU em 11/06/2018, na parte referente à Área/subárea: Agronomia/Fitopatologia.

PAULO SERGIO DE PAULA VARGAS

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

PORTARIA Nº 1.109, DE 20 DE MAIO DE 2020

Aprova a exploração indireta pela Autoridade Portuária do Porto Organizado de Itaguaí de área não afeta à operação portuária

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 2.787, de 24 de junho de 2019, alterada pela Portaria nº 47, de 13 de maio de 2020, combinada com art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.066674/2019-63, resolve:

Art. 1º Aprovar a exploração indireta pela Autoridade Portuária do Porto Organizado de Itaguaí, de área não afeta à operação portuária, cujos limites estão previstos no Anexo desta Portaria, nos termos da proposta encaminhada pela administração do porto constante do processo administrativo nº 50000.066674/2019-63 e observado o disposto no respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento.

Art. 2º A administração do porto deverá observar as normas de licitação e contratação pública, bem como seguir as diretrizes para o procedimento licitatório e para a elaboração da minuta de contrato previstas nos artigos 15 a 18 da Portaria GM/SEP nº 409, de 27 de novembro de 2014.

Art. 3º Após a celebração do contrato de cessão de uso onerosa, a administração do porto deverá encaminhar ao Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários cópia do respectivo instrumento contratual acompanhada de cópia do processo de licitação no prazo de até 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO PILONI E SILVA

ID	Latitude	Longitude
1	-22.91869	-43.815
2	-22.91821	-43.81405
3	-22.91826	-43.81402
4	-22.91875	-43.81497

PORTARIA Nº 1.110, DE 20 DE MAIO DE 2020

Aprova a exploração indireta pela Autoridade Portuária do Porto Organizado do Rio de Janeiro de área não afeta à operação portuária

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 2.787, de 24 de junho de 2019, alterada pela Portaria nº 47, de 13 de maio de 2020, combinada com art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e considerando o que consta nos autos do processo administrativo nº 50000.066674/2019-63, resolve:

Art. 1º Aprovar a exploração indireta pela Autoridade Portuária do Porto Organizado do Rio de Janeiro de área não afeta à operação portuária, cujos limites estão previstos no Anexo desta Portaria, nos termos da proposta encaminhada pela administração do porto constante do processo administrativo nº 50000.066674/2019-63 e observado o disposto no respectivo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento.

Art. 2º A administração do porto deverá observar as normas de licitação e contratação pública, bem como seguir as diretrizes para o procedimento licitatório e para a elaboração da minuta de contrato previstas nos artigos 15 a 18 da Portaria GM/SEP nº 409, de 27 de novembro de 2014.

Art. 3º Após a celebração do contrato de cessão de uso onerosa, a administração do porto deverá encaminhar ao Ministério da Infraestrutura e à Agência Nacional de Transportes Aquaviários cópia do respectivo instrumento contratual acompanhada de cópia do processo de licitação no prazo de até 30 (trinta) dias a contar de sua assinatura.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIOGO PILONI E SILVA

ANEXO

ID	Latitude	Longitude
1	-22.87609	-43.21546
2	-22.87621	-43.21523
3	-22.87615	-43.21517
4	-22.8762	-43.21511
5	-22.87632	-43.21526
6	-22.87628	-43.21531
7	-22.87643	-43.21548
8	-22.87651	-43.2156
9	-22.87615	-43.21584
10	-22.87449	-43.21696
11	-22.87376	-43.21675
12	-22.87561	-43.2154
13	-22.87587	-43.21658

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.420, DE 22 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.006694/2020-86, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA N° 2020-05-01- YABORÃ / 39 -1459 aplicável aos aviões Yaborã Indústria Aeronáutica S.A modelo ERJ 170, emitida em 21 de maio de 2020 e efetivada em 26 de maio de 2020.

Parágrafo único: O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1459

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 1.422, DE 22 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.006711/2020-85, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA N° 2020-05-02- YABORÃ / 39 -1460 aplicável aos aviões Yaborã Indústria Aeronáutica S.A modelo ERJ 190, emitida em 21 de maio de 2020 e efetivada em 26 de maio de 2020.

Parágrafo único: O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1460.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

PORTARIA Nº 1.423, DE 22 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 35, inciso VI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, e considerando o que consta do processo nº 00066.027056/2019-65, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão da Diretriz de Aeronavegabilidade - DA N° 2020-04-01R01- EMBRAER / 39 -1461 aplicável aos aviões Embraer modelos EMB-545 e EMB-550, emitida em 21 de maio de 2020 e efetivada em 22 de maio de 2020.

Parágrafo único: O inteiro teor da Diretriz de Aeronavegabilidade encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: https://sistemas.anac.gov.br/certificacao/DA/DA_Detail.asp?Emd=1461.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO JOSÉ SILVEIRA HONORATO

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.389, DE 19 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, e considerando o constante dos autos do processo nº 00058.013588/2020-58, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Deputado Oswaldo Tolentino;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0069;

III - município (UF): Cláudio (MG); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20° 26' 45" S / 044° 48' 47" W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Nº 2467, de 14 de setembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 2016.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

ACÓRDÃO Nº 60, DE 25 DE MAIO DE 2020

Processo: 50300.014823/2019-24
Parte: LIBRA TERMINAIS S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL (33.813.452/0010-32)
Ementa:

Trata o presente Acórdão de análise do pedido de reconsideração formulado pela empresa LIBRA TERMINAIS SANTOS S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.373.383/0001-79, por si e em sucessão por incorporação de LIBRA TERMINAIS S/A, em face da decisão proferida pela norma aprovada pela Resolução nº 7.561-ANTAQ (SEI nº 0968093), de 10/02/2020.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 478ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 18/05/2020 e 20/05/2020, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ - por extinguir o presente processo com fulcro no art. 52 da Lei nº 9.784, de 1999, em razão da ausência de qualquer vínculo contratual da Recorrente com a CODESP, tornando impossível ou inútil o empreendimento de arbitragem regulatória entre as partes, além de constatar que eventuais questões atinentes ao encontro de contas e demais providências de estilo quanto ao fim da relação contratual já estão em curso em outras demandas comentadas nestes autos.

Participaram da reunião o Diretor-Geral Substituto, Relator, Francisval Mendes, o Diretor Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor- Geral
Substituto

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COSTA
Diretora

ACÓRDÃO Nº 61, DE 25 DE MAIO DE 2020

Processo: 50650.000735/2020-17
Parte: SINDICATO DOS OPERADORES PORTUARIOS DE SAO FRANCISCO DO SUL (00.257.376/0001-86)
Ementa:

Trata o presente Acórdão de análise do recurso de 2ª instância interposto pelo Sindicato dos Operadores Portuários de São Francisco do Sul - SINPOSF, em face do posicionamento proferido pela Superintendência de Regulação - SRG, no âmbito do Pedido de Informação ao Cidadão nº 234/2020/ANTAQ.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 478ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 18/05/2020 e 20/05/2020, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ - por:

a) conhecer do recurso interposto pelo Sindicato dos Operadores Portuários de São Francisco do Sul - SINPOSF, eis que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento, com amparo no disposto no § 2º do art. 5º do Decreto nº 7.724, de 2012, mantendo na íntegra a decisão da Superintendência de Regulação - SRG, desta Agência, que indeferiu o pedido de acesso externo aos autos do Processo nº 50300.000642/2020-54, visto que a sua divulgação poderia gerar expectativas positivas ou negativas no mercado; e

b) orientar a Secretaria-Geral e as setoriais técnicas desta Agência acerca da necessidade de observância do adequado rito legal concernente às instâncias recursais, na forma preconizada no artigo 15, parágrafo único, da Lei nº 12.527, de 2011, de modo que que os recursos sejam sempre apreciados pela autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a decisão impugnada, como forma de garantir a regularidade formal dos processos de acesso à informação.

Participaram da reunião o Diretor-Geral Substituto, Francisval Mendes, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski, e a Diretora Gabriela Costa.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor- Geral
Substituto

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COSTA
Diretora

ACÓRDÃO Nº 64, DE 25 DE MAIO DE 2020

Processo: 50300.020705/2019-55
Parte: SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDONIA (02.278.152/0001-86)
Ementa:

Trata o presente Acórdão da solicitação da SOPH - SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA, exarada no Projeto SEI nº 0913548, no âmbito do ProREP, em conformidade com o Ofício-Circular nº 1/2019/SRG-ANTAQ, de 03/04/2019, SEI nº 0732486, quanto à análise e manifestação acerca do Projeto de Reajuste Tarifário do Porto Organizado de Porto Velho/RO.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 478ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada entre 18/05/2020 e 20/05/2020, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski apresentou seu voto nos seguintes termos:

"a) Aprovar o pedido de reajuste tarifário da SOPH - Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia, o percentual total de total do IPCA/IBGE de 25,32%;

b) Determinar que a SOPH - Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia, encaminhe à Antaq, para ciência e acompanhamento, cópia do contrato de concessão, convênio de delegação, estatuto tarifário ou documento congênere de forma a se aferir a regra da matriz tarifária, bem como a necessidade de que haja oportuna comunicação prévia do reajuste ao Ministério da Infraestrutura e ao Ministério da Economia, nos termos do art. 27, inciso VII, da Lei nº 10.233/2001;

c) Ficará à cargo da Secretaria-Geral, desta Agência, as providências relativas à comunicação ao Ministério da Economia e ao Ministério da Infraestrutura e publicação da Resolução após o decurso de 15 dias úteis;

d) Cientifique-se a SOPH - Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia acerca da presente decisão."

A Diretora Gabriela Costa entendeu que, a despeito de a PFA ter apontado para a ausência nos autos do contrato de concessão, convênio de delegação, estatuto tarifário ou documento congênere de forma a se aferir a regra da matriz tarifária, não é necessário determinar à SOPH que encaminhe este documento, uma vez que se deliberou pela aprovação do reajuste tarifário, divergindo do Relator nesse quesito e pugnando pela exclusão da determinação de envio da documentação pela SOPH no item 'b)' do voto condutor.

O Diretor Francisval Mendes acompanhou o posicionamento da Diretora Gabriela Costa.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67 da Lei nº 10.233, de 2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto da Diretora Gabriela Costa, acompanhada pelo Diretor Francisval Mendes, ficando vencido o voto do Diretor Adalberto Tokarski.

Torna-se sem efeito o Acórdão nº 63-2020-ANTAQ, de 22/05/2020, em virtude de erro material.

Participaram da reunião o Diretor-Geral Substituto, Francisval Mendes, o Diretor Relator, Adalberto Tokarski e a Diretora Gabriela Costa.

FRANCISVAL DIAS MENDES
Diretor-Geral
Substituto

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

GABRIELA COSTA
Diretora

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 5.890, DE 26 DE MAIO DE 2020

Altera o Anexo II da Resolução nº 5.867, de 14 de janeiro de 2020.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 63, de 26 de maio de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.393248/2019-69, resolve:

Art. 1º Alterar o Anexo II da Resolução nº 5.867, de 14 de janeiro de 2020, em razão do disposto no § 3º do art. 5º da Lei nº 13.703, de 8 de agosto de 2018, que passa a vigorar nos termos do Anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

ANEXO

DA MINUTA DE RESOLUÇÃO: COEFICIENTES DOS PISOS MÍNIMOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA
TABELA A - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA LOTAÇÃO

Tipo de carga	Coeficiente de custo	unidade	Número de eixos carregados do veículo combinado						
			2	3	4	5	6	7	9
Granel sólido	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,9622	2,4469	2,8850	3,2041	3,6633	3,9512	4,5134
	Carga e descarga (CC)	R$	220,10	250,34	285,45	293,35	333,21	356,74	391,57
Granel líquido	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,9983	2,4932	2,9086	3,2813	3,7405	4,0679	4,6294
	Carga e descarga (CC)	R$	225,94	258,97	283,75	306,39	346,25	380,62	415,28
Frigorificada	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,3360	2,8948	3,4300	3,9058	4,4227	4,6955	5,3461
	Carga e descarga (CC)	R$	257,99	289,07	336,91	373,94	413,79	433,15	472,89
Conteinerizada	Deslocamento (CCD)	R$/km		2,4345	2,8788	3,2022	3,6614	3,9519	4,5072
	Carga e descarga (CC)	R$		246,93	283,75	292,84	332,70	356,91	389,88
Carga Geral	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,9554	2,4345	2,8788	3,2022	3,6614	3,9519	4,5072
	Carga e descarga (CC)	R$	218,24	246,93	283,75	292,84	332,70	356,91	389,88
Neogranel	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,7892	2,4345	2,8960	3,2022	3,6614	3,9519	4,5072
	Carga e descarga (CC)	R$	224,32	246,93	288,49	292,84	332,70	356,91	389,88
Perigosa (granel sólido)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,5104	2,9951	3,4650	3,7841	4,2433	4,5401	5,1022
	Carga e descarga (CC)	R$	327,32	357,55	399,12	407,03	446,89	472,85	507,68
Perigosa (granel líquido)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,5659	3,0608	3,4931	3,8658	4,3249	4,6611	5,2227
	Carga e descarga (CC)	R$	342,57	375,60	406,84	429,48	469,34	506,14	540,80
Perigosa (frigorificada)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,7634	3,3221	3,8843	4,3602	4,8771	5,1613	5,8119
	Carga e descarga (CC)	R$	335,25	366,34	422,57	459,59	499,45	521,97	561,70
Perigosa (conteinerizada)	Deslocamento (CCD)	R$/km		2,6941	3,1702	3,4937	3,9528	4,2521	4,8075
	Carga e descarga (CC)	R$		316,03	359,31	368,40	408,26	434,89	467,86
Perigosa (carga geral)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,2150	2,6941	3,1702	3,4937	3,9528	4,2521	4,8075
	Carga e descarga (CC)	R$	287,33	316,03	359,31	368,40	408,26	434,89	467,86
Carga Granel Pressurizada	Deslocamento (CCD)	R$/km				3,3669	3,8260		4,7509
	Carga e descarga (CC)	R$				338,12	377,98		456,90

Nota: As células sem valores de coeficiente de custos se referem a composições veiculares não utilizadas para aquele tipo de carga.

TABELA B - OPERAÇÕES EM QUE HAJA A CONTRATAÇÃO APENAS DO VEÍCULO AUTOMOTOR DE CARGAS

Tipo de carga	Coeficiente de custo	unidade	Número de eixos carregados do veículo combinado						
			2	3	4	5	6	7	9
Granel sólido	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,9295	2,4050	2,6323	2,8545	3,3136	3,4711	3,8117
	Carga e descarga (CC)	R$	211,13	238,82	258,09	260,41	300,27	308,98	325,02
Granel líquido	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,9444	2,4199	2,6621	2,8843	3,3435	3,5009	3,8415
	Carga e descarga (CC)	R$	211,13	238,82	258,09	260,41	300,27	308,98	325,02

Frigorificada	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,2646	2,8110	3,1126	3,3857	3,9026	4,0688	4,4800
	Carga e descarga (CC)	R$	238,35	266,05	291,78	294,10	333,95	345,09	361,13
Conteinerizada	Deslocamento (CCD)	R$/km		2,4050	2,6323	2,8545	3,3136	3,4711	3,8117
	Carga e descarga (CC)	R$		238,82	258,09	260,41	300,27	308,98	325,02
Carga Geral	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,9295	2,4050	2,6323	2,8545	3,3136	3,4711	3,8117
	Carga e descarga (CC)	R$	211,13	238,82	258,09	260,41	300,27	308,98	325,02
Neogranel	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,7413	2,4050	2,6323	2,8545	3,3136	3,4711	3,8117
	Carga e descarga (CC)	R$	211,13	238,82	258,09	260,41	300,27	308,98	325,02
Perigosa (granel sólido)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,4777	2,9533	3,2123	3,4345	3,8937	4,0600	4,4005
	Carga e descarga (CC)	R$	318,34	346,04	371,77	374,09	413,95	425,08	441,12
Perigosa (granel líquido)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,5120	2,9875	3,2465	3,4687	3,9279	4,0942	4,4348
	Carga e descarga (CC)	R$	327,76	355,46	381,19	383,50	423,36	434,50	450,54
Perigosa (frigorificada)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,6919	3,2384	3,5670	3,8400	4,3569	4,5347	4,9458
	Carga e descarga (CC)	R$	315,61	343,31	377,44	379,75	419,61	433,91	449,94
Perigosa (conteinerizada)	Deslocamento (CCD)	R$/km		2,6646	2,9237	3,1459	3,6050	3,7713	4,1119
	Carga e descarga (CC)	R$		307,92	333,65	335,97	375,82	386,96	403,00
Perigosa (carga geral)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,1891	2,6646	2,9237	3,1459	3,6050	3,7713	4,1119
	Carga e descarga (CC)	R$	280,22	307,92	333,65	335,97	375,82	386,96	403,00
Carga Granel Pressurizada	Deslocamento (CCD)	R$/km				2,8545	3,3136		3,8117
	Carga e descarga (CC)	R$				260,41	300,27		325,02

Nota: As células sem valores de coeficiente de custos se referem a composições veiculares não utilizadas para aquele tipo de carga.

TABELA C - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA LOTAÇÃO DE ALTO DESEMPENHO

Tipo de carga	Coeficiente de custo	unidade	Número de eixos carregados do veículo combinado						
			2	3	4	5	6	7	9
Granel sólido	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,6876	2,0990	2,5042	2,8041	3,1667	3,4172	3,8949
	Carga e descarga (CC)	R$	86,75	92,80	108,44	110,02	117,99	125,93	132,90
Granel líquido	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,7096	2,1244	2,5319	2,8498	3,2123	3,4760	3,9535
	Carga e descarga (CC)	R$	87,92	94,53	108,10	112,62	120,60	130,71	137,64
Frigorificada	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,0355	2,5190	3,0061	3,3922	3,8124	4,0638	4,6180
	Carga e descarga (CC)	R$	105,22	111,44	132,20	139,61	147,58	155,66	163,61
Conteinerizada	Deslocamento (CCD)	R$/km		2,0949	2,5021	2,8035	3,1661	3,4174	3,8929
	Carga e descarga (CC)	R$		92,12	108,10	109,92	117,89	125,97	132,56
Carga Geral	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,6853	2,0949	2,5021	2,8035	3,1661	3,4174	3,8929
	Carga e descarga (CC)	R$	86,38	92,12	108,10	109,92	117,89	125,97	132,56
Neogranel	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,5044	2,0949	2,5078	2,8035	3,1661	3,4174	3,8929
	Carga e descarga (CC)	R$	87,60	92,12	109,05	109,92	117,89	125,97	132,56
Perigosa (granel sólido)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,0419	2,4533	2,8903	3,1902	3,5528	3,8122	4,2899
	Carga e descarga (CC)	R$	119,09	125,13	144,64	146,23	154,20	163,60	170,56
Perigosa (granel líquido)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,0604	2,4752	2,8996	3,2175	3,5800	3,8525	4,3300
	Carga e descarga (CC)	R$	122,14	128,74	146,19	150,72	158,69	170,26	177,19
Perigosa (frigorificada)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,3614	2,8448	3,3589	3,7450	4,1653	4,4281	4,9823
	Carga e descarga (CC)	R$	134,83	141,05	166,85	174,25	182,23	192,20	200,15
Perigosa (conteinerizada)	Deslocamento (CCD)	R$/km		2,2530	2,6920	2,9934	3,3560	3,6162	4,0916
	Carga e descarga (CC)	R$		116,83	136,68	138,50	146,47	156,01	162,60
Perigosa (carga geral)	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,8434	2,2530	2,6920	2,9934	3,3560	3,6162	4,0916
	Carga e descarga (CC)	R$	111,09	116,83	136,68	138,50	146,47	156,01	162,60
Carga granel Pressurizada	Deslocamento (CCD)	R$/km				2,8584	3,2209		3,9741
	Carga e descarga (CC)	R$				118,97	126,94		145,96

Nota: As células sem valores de coeficiente de custos se referem a composições veiculares não utilizadas para aquele tipo de carga.

TABELA D - OPERAÇÕES EM QUE HAJA A CONTRATAÇÃO APENAS DO VEÍCULO AUTOMOTOR DE CARGAS DE ALTO DESEMPENHO

Tipo de carga	Coeficiente de custo	unidade	Número de eixos carregados do veículo combinado						
			2	3	4	5	6	7	9
Granel sólido	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,6767	2,0851	2,3178	2,5344	2,8969	3,0529	3,3546
	Carga e descarga (CC)	R$	84,96	90,50	102,97	103,43	111,40	116,38	119,59
Granel líquido	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,6916	2,1000	2,3476	2,5642	2,9267	3,0827	3,3844
	Carga e descarga (CC)	R$	84,96	90,50	102,97	103,43	111,40	116,38	119,59
Frigorificada	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,0117	2,4911	2,7981	3,0655	3,4858	3,6506	4,0229
	Carga e descarga (CC)	R$	101,29	106,83	123,18	123,64	131,61	138,05	141,25
Conteinerizada	Deslocamento (CCD)	R$/km		2,0851	2,3178	2,5344	2,8969	3,0529	3,3546
	Carga e descarga (CC)	R$		90,50	102,97	103,43	111,40	116,38	119,59
Carga Geral	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,6767	2,0851	2,3178	2,5344	2,8969	3,0529	3,3546
	Carga e descarga (CC)	R$	84,96	90,50	102,97	103,43	111,40	116,38	119,59
Neogranel	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,4885	2,0851	2,3178	2,5344	2,8969	3,0529	3,3546
	Carga e descarga (CC)	R$	84,96	90,50	102,97	103,43	111,40	116,38	119,59
Perigosa (granel sólido)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,0310	2,4394	2,7039	2,9205	3,2830	3,4478	3,7495
	Carga e descarga (CC)	R$	117,29	122,83	139,17	139,64	147,61	154,04	157,25
Perigosa (granel líquido)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,0424	2,4508	2,7153	2,9319	3,2944	3,4592	3,7609
	Carga e descarga (CC)	R$	119,18	124,72	141,06	141,52	149,49	155,93	159,14
Perigosa (frigorificada)	Deslocamento (CCD)	R$/km	2,3376	2,8169	3,1510	3,4184	3,8387	4,0149	4,3872
	Carga e descarga (CC)	R$	130,90	136,44	157,82	158,29	166,26	174,59	177,79
Perigosa (conteinerizada)	Deslocamento (CCD)	R$/km		2,2431	2,5077	2,7243	3,0868	3,2516	3,5533
	Carga e descarga (CC)	R$		115,21	131,55	132,01	139,98	146,42	149,63
Perigosa (carga geral)	Deslocamento (CCD)	R$/km	1,8348	2,2431	2,5077	2,7243	3,0868	3,2516	3,5533
	Carga e descarga (CC)	R$	109,67	115,21	131,55	132,01	139,98	146,42	149,63
Carga Granel Pressurizada	Deslocamento (CCD)	R$/km				2,5344	2,8969		3,3546
	Carga e descarga (CC)	R$				103,43	111,40		119,59

Nota: As células sem valores de coeficiente de custos se referem a composições veiculares não utilizadas para aquele tipo de carga

DELIBERAÇÃO Nº 273, DE 26 DE MAIO DE 2020

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DWE - 075, de 26 de maio de 2020, e no que consta do Processo nº 50500.310500/2015-89, delibera:

Art. 1º Aprovar os Estudos Técnicos e Documentos Jurídicos para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Rumo Malha Paulista, nos termos da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017 e em observância ao disposto no Acórdão nº 2.876/2019-TCU-Plenário, proferido no âmbito do TC n° 009.032/2016-9, que trata da prorrogação antecipada da Rumo Malha Paulista.

Art. 2º Determinar que após a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e demais documentos, seja publicado extrato no Diário Oficial da União, e posterior envio para ciência do Tribunal de Contas da União.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO VINAUD PRADO
Diretor-Geral
Em exercício

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS

PORTARIA Nº 97, DE 8 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, com a Resolução nº 2.695/2008 e alterações, e no que consta dos autos do Processo n° 50500.043865/2020-50, resolve:

Art. 1° Autorizar a execução de obras relativas ao Projeto de Interesse Próprio - PIP para implantação das adequações e expansão do Pátio Rio Claro Velho - ZRO, localizado entre o km 133+510 e o 134+068 m, no município de Rio Claro/SP com impacto na malha concedida à Rumo Malha Paulista S.A..

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEAN MAFRA DOS REIS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS

PORTARIA Nº 194, DE 21 DE MAIO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições, previstas no art. 40 do anexo da Resolução nº 5.810, de 03 de maio de 2018 e no que dispõe o art. 42 da Resolução nº. 5285, de 09 de fevereiro de 2017, fundamentada no Processo nº 50500.014721/2020-96, resolve:

Art. 1º Indeferir, em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da ação nº 1015109-27.2018.4.01.3400, o pedido de autorização para operar a linha Goiânia/GO - Canarana/MT e suas seções, pleiteado pela empresa VIAÇÃO XAVANTE LTDA., CNPJ nº 03.143.492/0001-62, por inobservância ao disposto na Deliberação nº 134, de 21 de março de 2018 e no art. 5º da Deliberação nº 955, de 22 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 200, DE 25 DE MAIO DE 2020

A SUPERINTENDENTE DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições previstas no art. 35 do anexo da Resolução nº 5.810, de 03 de maio de 2018, no que dispõe o art. 42 da Resolução nº. 5285, de 09 de fevereiro de 2017 e fundamentado no Processo nº 50500.049132/2020-29, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido da empresa SOLIMÕES TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E CARGAS EIRELI LTDA., CNPJ nº 07.549.414/0001-13, para a supressão da linha TUBARAO (SC) - CURITIBA (PR), prefixo 16-0109-00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PRISCILLA NUNES DE OLIVEIRA
Substituta

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 26 DE MAIO DE 2020

Estabelece desconto na tabela de utilização do canal de acesso e na tabela de atracação para as operações envolvendo os navios de passageiros no período de 6 de junho a 30 de setembro de 2020.

A Diretoria Executiva da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em cumprimento à Deliberação DIREXE de sua reunião n°. 2405, realizada em 22 de maio de 2020 e Deliberação CONSAD n°. 058/2020:

Considerando o interesse da Companhia em atração de demanda e aumento de receita tarifária;

Considerando que o período de maio a setembro não é temporada de atracação de navios com passageiros; e

Considerando o disposto no art. 22 da Resolução Antaq n°. 32/2019, resolve:

1) Estabelecer, em caráter excepcional e por prazo determinado, o desconto de 50% na Tabela de utilização do acesso aquaviário (Tabela I) e de atracação (Tabela II) para os navios de passageiros, no período de 6 de junho a 30 de setembro de 2020, conforme as regras estabelecidas abaixo:

a) Desconto concedido apenas para esse tipo de operação e no período citado;

b) Não cumulativo com o desconto da navegação de cabotagem;

c) O desconto não possui efeitos retroativos;

d) Permanecem válidas todas as demais condições estabelecidas na Tarifa Portuária, não modificadas por essa Resolução.

2) Essa Resolução entrará em vigor 10 (dez) dias após a sua publicação no Diário Oficial da União e terá vigência até 30 de setembro de 2020.

FRANCISCO ANTONIO DE MAGALHÃES LARANJEIRA
Diretor-Presidente

HELIO SZMAJSER
Diretor Administrativo Financeiro

JEAN PAULO CASTRO E SILVA
Diretor de Relações com o Mercado e Planejamento

SHALON CHARLES DA SILVA GOMES
Diretor de Gestão Portuária

Ministério da Justiça e Segurança Pública

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIAS DE 26 DE MAIO DE 2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria SENAJUS Nº 432, de 21 de junho de 2019, resolve:

Nº 1.406 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ARSEN LORVILUS - G268854-N, natural do Haiti, nascido em 02 de setembro de 1987, filho de Thomas Lorvilus e de Savila Sirilus, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08096.000971/2020-00);

ENSA SEIDI - G449337-0, natural da Guiné-Bissau, nascido em 01 de abril de 1982, filho de Mussa Seidi e de Ana Ture, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.023826/2019-96);

IVAN VILLARREAL MOLERO - V543677-Q, natural do Peru, nascido em 03 de agosto de 1969, filho de Juan Wilmer Villarreal Zavaleta e de Esther Molero de Villarreal, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08388.001180/2020-11);

LARITZA ALARCON ORTIZ - G008252-R, natural de Cuba, nascida em 26 de outubro de 1982, filha de Luis Alarcon Perez e de Norma Ortiz Lozada, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024198/2019-66);

MAMADU DABO - G307112-R, natural da Guiné-Bissau, nascido em 18 de janeiro de 1987, filho de Abulai Dabo e de Aminata Dabo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08505.024168/2019-50);

MARILOLI ECHEVARRIA CASTRO - G009983-K, natural de Cuba, nascida em 04 de abril de 1984, filha de Ramon Antonio Echevarria Govin e de Maribel Castro Alvarez, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08514.003134/2019-12);

NATANIEL SEMEDO DA SILVA - V693855-S, natural de Cabo Verde, nascido em 25 de dezembro de 1966, filho de Edgar da Silva e de Paulina Semedo, residente no Estado de São Paulo (Processo n° 08501.005977/2019-01) e

TAHA NABIL YASIN - G322487-4, natural da Síria, nascido em 08 de maio de 1968, filho de Nabil Taha Yasin e de Nadia Barghouth, residente no Estado de Santa Catarina (Processo n° 08495.000066/2020-49) e

TERIZ KAMEL NASER - G382417-J, natural da Síria, nascida em 23 de maio de 1964, filha de Kamel Nasser e de Elmaza Ibraim, residente no Estado do Paraná (Processo n° 08385.002076/2020-66).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 1.407 - Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

FRANCISCO MONICA COSTA DOS SANTOS - V352141-6, natural de São Tomé e Príncipe, nascido em 29 de maio de 1961, filho de Francisco Monica dos Santos e de Severina Barros da Costa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.023733/2019-61).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que o exato nome dos genitores de KENLEY RESILUS, incluído na Portaria Nº 1.203, de 05 de maio de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 06 de maio de 2020, é LUCIANE YVES e ANDRE ITALIEN RESILIUS, e não como constou. 08494.000073/2020-51.

Declara que, a exata data de nascimento de CLAUDIO GUSTAVO STEFANOFF, incluído na Portaria Nº 645, de 4 de março de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 2020, é 06 de julho de 1968, e não como constou. 08460.007969/2019-14.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS

DESPACHO Nº 576, DE 25 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR-GERAL DE ASSUNTOS JUDICIÁRIOS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016; resolve:

Notificar a entidade social INSTITUTO CRISTÃO DE DESENVOLVIMENTO, com sede em Curitiba/PR, inscrita no CNPJ sob o número 06.078.447/0001-60, ora qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), para ciência de Processo Administrativo que visa à perda de sua qualificação como OSCIP. Fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos necessários. Processo SEI/MJ nº 08071.000133/2020-14.

RENATO DE OLIVEIRA CAPANEMA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 159ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2020

Às 10h02 do dia 20 de maio de 2020, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou aberta a presente sessão, realizada sob a forma virtual conforme pauta publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2020. Participaram os Conselheiros do Cade, Mauricio Oscar Bandeira Maia, Paula Azevedo, Sérgio Costa Ravagnani, Lenisa Rodrigues Prado, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann e Luis Henrique Bertolino Braido; o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Walter de Agra Júnior; a representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Samantha Chantal Dobrowolski; o Economista Chefe, Guilherme Resende e a Secretária do Plenário Substituta, Keila de Sousa Ferreira. Foi disponibilizado equipamento eletrônico nas instalações do Cade a fim de garantir a participação de advogados, nos termos dos §§5º e 8º do artigo 80, do Regimento Interno do Cade.

JULGAMENTOS

1.Pedido de Reapreciação no Recurso Voluntário nº 08700.000989/2019-94

Recorrente: Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.

Advogados: Ricardo Inglez de Souza e outros

Interessados: Centro de Gestão de Meios de Pagamentos Ltda. e Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (atualmente denominada Alelo S.A.)

Advogados: Tércio Sampaio Ferraz, Juliano Maranhão, Tamara Hoff, Josie de Menezes, Miguel Gazerzi, Francisco Ribeiro Todorov, Lorena Leite Nisiyama e Lígia Tomás de Melo

Relatora: Conselheira Paula Azevedo

Voto-Vista: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

Na 157ª SOJ, após o voto da Conselheira Relatora, por força da prerrogativa do art. 211, §4º do Regimento Interno, pelo recebimento do pedido de reapreciação, e, no mérito, pelo provimento parcial, a fim de ajustar a medida preventiva anteriormente concedida, para os seguintes termos: 1. Determinar que a Sem Parar: 1.A) cesse imediatamente qualquer exclusividade - de direito ou de fato - com operadores ou administradores de estacionamentos; 1.B) apresente, em até 30 (trinta) dias, nos autos da Representação, comprovação de que comunicaram aos seus contratantes operadores ou administradores de estacionamentos da proibição de exclusividade contida na presente decisão; 1.C) apresente, em até 30 (trinta) dias, nos autos da Representação, comprovação de que a exclusividade em vigor no momento da presente decisão não será mais exigida; 1.D) ofereça oferta vinculante (i) em até 5 (cinco) dias a partir da publicação da presente decisão a todas operadoras concorrentes que tenham buscado um contrato de prestação de serviço com a Representada desde 02 de setembro de 2015; e (ii) em até 5 (cinco) dias da sinalização de sua intenção de negociar para as concorrentes que manifestem interesse após a data da publicação da presente decisão, nos exatos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Etiquetas Eletrônicas por radio frequência (SEI 0086504) nas condições aprovadas pelo Conselho à época, incluindo - mas não se limitando - as seguintes disposições: 1.D.i) Preço de R$ 2.511,58 por antena por ano, atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM); 1.D.ii) Cobrança pelas antenas habilitadas. 1.E) cumpra com as demais determinações feitas pelo Conselho na ocasião, no sentido de: 1.E.i) não estabelecer relações de exclusividade entre operadoras ou com estacionamentos; 1.E.ii) cessar a criação de barreiras artificiais à entrada de novos concorrentes. 2) Determinar que a ConectCar: 2.A) ofereça oferta vinculante (i) em até 5 (cinco) dias a partir da publicação da presente decisão a todas operadoras concorrentes que tenham buscado um contrato de prestação de serviço com a Representada desde 02 de setembro de 2015; e (ii) em até 5 (cinco) dias da sinalização de sua intenção de negociar para as concorrentes que manifestem interesse após a data da publicação da presente decisão, nos exatos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Etiquetas Eletrônicas por Radiofrequência (SEI 0086504) nas condições aprovadas pelo Conselho à época, incluindo -mas não se limitando -as seguintes disposições: 2.A.i) Preço de R$ 2.511,58 por antena por ano, atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM); 2.A.ii) Cobrança pelas antenas habilitadas. 2.B) cumpra com as demais determinações feitas pelo Conselho na ocasião, no sentido de: 2.B.i) não estabelecer relações de exclusividade entre operadoras ou com estacionamentos; 2.B.ii) cessar a criação de barreiras artificiais à entrada de novos concorrentes. As Representadas ficam obrigadas a fazer prova das ofertas vinculantes estendidas a todos concorrentes interessados na prestação dos serviços de leitura eletrônica em até 10 (dez) dias, sob pena de multa por ato de descumprimento, i.e. por cada concorrente que não venha a receber uma oferta vinculante efetiva, de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), devidamente atualizada pela SELIC a partir da data de publicação da presente decisão. Em caso de descumprimento de qualquer das obrigações previstas nesta decisão, a Sem Parar e a ConectCar pagarão multa diária de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por obrigação descumprida, até que seja comprovada a cessação do descumprimento. Reconhece-se que a medida preventiva permanecerá suspensa nos termos das decisões judiciais atualmente em vigor. A presente medida preventiva terá vigência até o dia 2 de setembro de 2020, data na qual se encerram os 5 (cinco) anos de vinculação da Consulta nº 08700.007192/2015-94, nos termos do artigo 8º da Resolução 12/2015/CADE. O julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani. Na presente sessão o Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani apresentou voto vista pelo indeferimento do pedido apresentado pela ConectCar, mantendo os termos da Medida Preventiva originalmente imposta pelo Tribunal do Cade, em respeito ao disposto no §2º do art. 9º da Lei nº 12.529/2011 e do art. 98 e do §4º do art. 211 do Regimento Interno do Cade, com recomendação de que a Superintendência-Geral proceda a investigação - seja nos autos do Inquérito Administrativo em andamento, seja em novo procedimento administrativo -

quanto à licitude concorrencial da prática de compartilhamento de infraestrutura no mercado de leitura automática de TAGs em estacionamentos, tendo em vista a desnecessidade técnica dessa prática e a identificação dos riscos potenciais de discriminação de rivais, fechamento de mercado e recusa de contratar. A Conselheira Lenisa Prado formulou pedido de vista e o julgamento do processo foi suspenso. Aguardam os demais.

2. Processo Administrativo para Imposição de Sanções Processuais Incidentais nº 08700.003499/2017-88

Representada: Federação Brasileira das Cooperativas de Especialidades Médicas - Febracem/ES

Advogados: Eliomar Bufon Lube, Dyego Penha Frasson, Alexandre de Souza Machado e outros

Relator: Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia

Voto-Vista: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

Na 154ª SOJ, após o voto do Conselheiro Relator pela manutenção dos autos de infração lavrados pela Superintendência-Geral e pela condenação da Federação Brasileira das Cooperativas de Especialidades Médicas - Febracem/ES ao pagamento de multa no valor total de R$ 470.000,00 (quatrocentos e setenta mil reais), a ser paga no prazo de 10 dias contados da publicação da decisão no Diário Oficial da União, nos termos do art. 40 da Lei nº 12.529/2011 e art. 167 do Regimento Interno do Cade, manifestou-se em voto vogal o Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani, pela procedência do Auto de Infração nº 0345865/2017/CGAA2/SGA1/SG/CADE e pela anulação do Auto de Infração nº 0383314/2017/CGAA2/SGA1/SG/CADE, com fundamento no art. 53 da Lei nº 9.784/99, pela caracterização de bis in idem; pela condenação da Federação Brasileira das Cooperativas de Especialidades Médicas - Febracem/ES ao incorrer em omissão na apresentação de documentos e informações solicitados pelo Cade, nos termos do art. 40 da Lei nº 12.529/2011 e art. 167 Regimento Interno, com pagamento de multa total no valor de R$ 5.020.000,00 (cinco milhões e vinte mil reais), a ser paga no prazo de 10 dias contados da publicação da decisão no Diário Oficial da União; e pela comunicação do resultado do julgamento à Superintendência-Geral, com recomendação de que provoque a Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade a adotar providências judiciais cabíveis no interesse na instrução no Processo Administrativo nº 08700.002124/2016-10. A Conselheira Paula Azevedo acompanhou o voto do Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani. O julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann. Na 158ª SOJ o julgamento do processo foi adiado a pedido do Conselheiro Luiz Hoffmann.

Na presente sessão o Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann apresentou voto vista acompanhando parcialmente o voto do Conselheiro Relator, pela procedência do Auto de Infração nº 0345865/2017/CGAA2/SGA1/SG/CADE e pela anulação, de acordo com o artigo 53 da Lei nº 9.784/99, do Auto de Infração nº 0383314/2017/CGAA2/SGA1/SG/CADE, com a condenação da Federação Brasileira das Cooperativas de Especialidades Médicas - Febracem/ES, por reconhecimento de omissão injustificada em apresentar as informações e documentos requeridos pelo Cade, preconizada no art. 40 da Lei nº 12.529/2011, com aplicação de multa no valor de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), a serem pagos até 10 dias contados da publicação da presente decisão no Diário Oficial da União e pela indicação à Superintendência-Geral, em consonância ao art. 13, inciso VI, alínea "d", da Lei nº 12.529/2011, para requisição, em face a Febracem, das medidas, inclusive junto ao Poder Judiciário, necessárias a satisfazer a devida instrução do processo originário, tais como mandado de busca e apreensão de objetos, papéis de qualquer natureza, bem como de livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos, se o caso diante do andamento da instrução do feito. Recepcionado, antes do início da sessão, requerimento de questão de ordem formulado pelo advogado Alexandre de Souza Machado. Durante o julgamento, após manifestação de interesse no requerimento de ordem, o advogado ingressou no ambiente virtual da sessão. Manifestou-se o advogado Alexandre de Souza Machado, pela Federação Brasileira das Cooperativas de Especialidades Médicas - Febracem/ES. O Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia reiterou as conclusões do voto que havia proferido. O Conselheiro Sergio Costa Ravagnani manifestou-se pela manutenção das conclusões do voto vogal anteriormente proferido, com a retificação do termo final do cálculo da multa aplicada, com aplicação de multa no valor de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais). A Conselheira Paula Azevedo reiterou o voto proferido acompanhando o voto do Conselheiro Sergio Costa Ravagnani. A Conselheira Lenisa Prado, o Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido e o Presidente do Cade acompanharam o voto do Conselheiro Luiz Hoffmann.

Decisão: O Plenário, por maioria, declarou a procedência do Auto de Infração nº 0345865/2017/CGAA2/SGA1/SG/CADE e a anulação, de acordo com o artigo 53 da Lei nº 9.784/99, do Auto de Infração nº 0383314/2017/CGAA2/SGA1/SG/CADE, com a condenação da Federação Brasileira das Cooperativas de Especialidades Médicas - FEBRACEM/ES, por reconhecimento de omissão injustificada em apresentar as informações e documentos requeridos pelo Cade, preconizada no art. 40 da Lei nº 12.529/2011, com aplicação de multa no valor de R$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), a serem pagos até 10 dias contados da publicação da presente decisão no Diário Oficial da União e pela indicação à Superintendência-Geral, em consonância ao art. 13, inciso VI, alínea "d", da Lei nº 12.529/2011, para requisição, em face a Febracem, das medidas, inclusive junto ao Poder Judiciário, necessárias a satisfazer a devida instrução do processo originário, tais como mandado de busca e apreensão de objetos, papéis de qualquer natureza, bem como de livros comerciais, computadores e arquivos magnéticos, se o caso diante do andamento da instrução do feito, nos termos do voto do Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann. Vencidos os Conselheiros Mauricio Oscar Bandeira Maia, Sergio Costa Ravagnani e a Conselheira Paula Azevedo.

3. Embargos de Declaração no Processo Administrativo nº 08700.005615/2016-12

Representante: Cade ex-officio

Representado: Wendliz Bernardo ME (atualmente denominada WBS Energia Eireli EPP)

Advogados: Ricardo Noronha Inglez de Souza, Bruno Greca Consentino; Stefanie Christine Schmitt Giglio, Raisa Dvorah Rechter, Daniel Elias do Nascimento e outros

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

Voto-Vista: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann

Na 154ª SOJ, após o voto do Conselheiro Relator pelo conhecimento dos embargos de declaração e concessão de parcial provimento apenas para consignar que o Pregão nº 36/2013 ocorreu sob a modalidade eletrônica, sem concessão de efeitos infringentes, o julgamento foi suspenso em razão de pedido de vista da Conselheira Lenisa Rodrigues Prado. Na 155ª SOJ a Conselheira Lenisa Prado apresentou voto vista pelo conhecimento e acolhimento dos embargos de declaração, com efeitos infringentes, de modo a determinar o arquivamento do processo em relação a Embargante. O Conselheiro Sérgio Ravagnani manifestou-se pela atualização da alíquota anteriormente aplicada, nos termos do seu voto. O julgamento do processo foi suspenso em razão do pedido de vista do Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

Na presente sessão o Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann apresentou voto vista acompanhando o voto do Relator. O Conselheiro Luis Braido acompanhou o voto do Relator. O Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia apresentou voto pelo conhecimento dos embargos de declaração e, no mérito, deu-lhes parcial provimento para suprir omissões e, com efeitos infringentes, determinar o arquivamento do processo. A Conselheira Paula Azevedo acompanhou a divergência aberta pela Conselheira Lenisa Prado e votou pelo conhecimento dos embargos e, no mérito, pelo provimento parcial, com a concessão de efeitos infringentes para determinar o arquivamento do processo em relação à embargante. O Presidente do Cade acompanhou o voto do Relator.

Decisão: O Plenário, por maioria, conheceu dos embargos de declaração e deu-lhes parcial provimento para consignar que o Pregão nº 36/2013 ocorreu sob a modalidade eletrônica; e alterar o valor da multa imposta para R$ 534.860,83 (quinhentos e trinta e quatro mil oitocentos e sessenta reais e oitenta e três centavos), nos termos do voto do Conselheiro Relator. Vencidos a Conselheira Lenisa Prado, o Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia e a Conselheira Paula Azevedo.

4. Requerimento nº 08700.001092/2020-11

Requerente: Fábio Teramoto

Advogadas: Priscila Brolio Gonçalves, Camila Pires da Rocha e Renata Gonsalez de Souza

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de compromisso de cessação de conduta, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

REFERENDOS

Despachos PRES nº 82/2020 (Processo nº 08700.005795/2015-51), nº 84/2020 (Processo nº 08700.002268/2020-52), nº 86/2020 (acesso restrito), nº 87/2020 (Processo nº 08012.007033/2006-57), nº 88/2020 (Processo nº 08012.002127/2002-14), nº 89/2020 (Processo nº 08700.005251/2018-32), nº 90/2020 (Processo nº 08700.006721/2016-13), nº 91/2020 (Processo nº 08700.001880/2016-21), nº 92/2020 (Processo nº 08700.008223/2016-13) e nº 93/2020 (Processo nº 08700.003677/2016-90) apresentados pelo Presidente Alexandre Barreto de Souza. Conselheira Paula Azevedo Impedida no Processo nº 08700.006721/2016-13.

Despacho Decisório nº 15/2020 (processo nº 08700.009924/2013-19) apresentado pelo Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani.

Despacho Decisório nº 10/2020 (processo nº 08700.003599/2018-95) e 11/2020 (processo nº 08700.006163/2019-39) apresentados pela Conselheira Lenisa Rodrigues Prado.

Despacho Decisório nº 10/2020/GAB1/CADE, referente ao Inquérito Administrativo nº 08700.003599/2018-95

Representante: Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain - ABCB

Advogados: Rodrigo Caldas de Carvalho Borges e outros

Representados: Banco do Brasil S.A.; Banco Bradesco S.A.; Banco Itaú Unibanco S.A.; Banco Santander S.A.; Banco Inter S.A.; e Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Advogados: Aline Crivelari, Caroline Scopel Cecatto, Mário Renato Balardim Borges, Pedro Octávio Begalli Jr., Vinícius Marques de Carvalho, Vitor Jardim Machado Barbosa, Flavio Augusto Ferreira do Nascimento, Marcelo Antônio C. Queiroga Lopes Filho, Paola Regina Petrozzielo Pugliese, Vinicius Hercos da Cunha, Ana Luiza Vieira Franco, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Luiz Felipe Rosa Ramos, Luiz Carlos Wanderer e outros

A Conselheira Lenisa Prado apresentou proposta de avocação do Inquérito Administrativo nº 08700.003599/2018-95, com a consequente instauração de processo administrativo. O Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia manifestou-se em voto aderindo à proposta de avocação, mas propondo o seguimento do feito como Inquérito Administrativo, instando-se a Superintendência-Geral a diligenciar nos termos do voto. A Conselheira Paula Azevedo, os Conselheiro Sergio Ravagnani, Luiz Hoffmann e Luis Braido e o Presidente do Cade acompanharam a proposta de avocação e aderiram ao encaminhamento indicado pelo Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia.

A Conselheira Lenisa Prado alterou o entendimento anteriormente manifestado, para acompanhar o encaminhamento do caso à Superintendência-Geral como inquérito administrativo, como proposto pelo Conselheiro mauricio Oscar Bandeira Maia.

Indeferido requerimento sobre questão de fato formulado pelo advogado Fernando Furlan, representante da Associação Brasileira de Criptomoedas e Blockchain - ABCB.

O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de avocação e determinou o retorno dos autos à Superintendência-Geral para a continuidade das investigações em sede de inquérito administrativo, nos termos do voto do Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia.

Despacho Decisório nº 11/2020/GAB1/CADE, referente ao Ato de Concentração nº 08700.006163/2019-39

Requerentes: Telefônica Brasil S.A. e TIM S.A.

Advogados: Leonor Cordovil, Cristianne Saccab Zarzur e outros

Terceiros interessados: Claro S.A.

Advogados: Barbara Rosenberg, Camila Paoletti e outros

Relatora: Conselheira Lenisa Rodrigues Prado

Após a manifestação da Conselheira Lenisa Prado pelo não conhecimento do recurso e arquivamento do processo, manifestou-se em voto vogal o Conselheiro Luiz Hoffmann pelo conhecimento do recurso e a sua inclusão em pauta para julgamento, nos termos do inciso I, artigo 129 do Regimento Interno do Cade. O Conselheiro Mauricio Oscar Bandeira Maia a Conselheira Paula Azevedo, o Conselheiro Sergio Ravagnani e o Conselheiro Luis Braido e o Presidente do Cade aderiram ao voto do Conselheiro Luiz Hoffmann.

O Plenário, por maioria, conheceu do recurso e determinou sua inclusão em pauta para julgamento, em conformidade com o inciso I, artigo 129 do Regimento Interno do Cade, nos termos do voto vogal do Conselheiro Luiz Hoffman. Vencida a Conselheira Lenisa Prado quanto ao conhecimento do recurso.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 13h25 do dia 20 de maio de 2020, o Presidente do Cade, Alexandre Barreto de Souza, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§1º e 2º do artigo 103 do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - RICADE, quanto aos resultados dos julgamentos do Plenário do Tribunal dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões foram juntadas aos autos e estão disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informação - SEI: 2,3 e 4.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário
Substituta

DESPACHO Nº 96, DE 26 DE MAIO DE 2020

Ref. Sessão Plenária Extraordinária.

Nos termos do art. 60, inciso IV c/c com o § 1º do art. 118, ambos do Regimento Interno do Cade, convoco Sessão Extraordinária do Plenário a ser realizada no dia 28 de maio de 2020, a partir das 10 horas, para discussão do processo nº 08700.002396/2020-04.

Ainda, nos termos do art. 74, § 1º, do Regimento Interno do Cade, com redação dada pela Resolução nº 26, de 1º de abril de 2020, a Sessão de Julgamento poderá ser realizada por meio virtual em situações de força maior ou caso fortuito, que inviabilizem a realização da Sessão presencial, e será realizada em ambiente eletrônico disponibilizado pelo Cade, observados os requisitos internos de segurança da informação, e assegurada a transparência, a publicidade e a ampla participação dos interessados.

Assim, atendendo às recomendações das autoridades públicas competentes em decorrência da crise mundial de saúde relativa à propagação do coronavírus no Brasil e no mundo, e com vistas a evitar aglomerações e qualquer forma de contato direto entre as pessoas, inclusive como forma de proteção aos servidores do Cade e aos interessados nos processos em julgamento, em especial, os advogados, DECIDO, em caráter excepcional, pela realização da Sessão Extraordinária de Julgamento por meio virtual, observadas as regras aplicáveis.

À Coordenação Geral de Processos - CGP, para ciência e providências, observando-se o disposto no artigo 59, parágrafo único, do Regimento Interno do Cade, também com redação dada pela Resolução nº 26, de 1º de abril de 2020.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 26 DE MAIO DE 2020

Nº 546 - Ato de concentração nº 08700.000323/2020-70. Requerentes: Elanco Animal Health Inc., Bayer Aktiengesellschaft. Advogados: Amadeu Ribeiro, Mario Dias Soares, Michelle Marques Machado, Gabriel Nogueira Dias e Thais de Sousa Guerra. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as razões do Parecer Técnico nº 6/2020/CGAA1/SGA1/Superintendência-Geral à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

Nº 547 - Ato de Concentração nº 08700.002140/2020-99. Requerentes: EDF EN do Brasil Participações Ltda. e PEC Energia S.A. Advogados: Eduardo Caminati, Marcio Bueno, Guilherme Misale, Arthur Sadami e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 8.807, DE 19 DE MAIO DE 2020

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003403/2019-14. Interessada: Geradora de Energia Vargeão Ltda. Objeto: Aprovação de Resolução Autorizativa que declara de utilidade pública, para desapropriação, servidão administrativa ou uso, em favor da Geradora de Energia Vargeão, das áreas de terra destinadas à formação do reservatório e da APP da PCH Barreiros. A íntegra desta Resolução e seu Anexo constam dos autos e estão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.011, DE 26 DE MAIO DE 2020

Processo nº 48500.001529/2019-54. Interessado: Proton Desenvolvimento de Projetos de Energia Sociedade Unipessoal Ltda. Decisão: (i) Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Esmeralda 2, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) nº UFV.RS.PB.044427-8.01, com 14.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Malta, estado da Paraíba; e (ii) informar que a opção por emissão de outorga pela ANEEL depende de apresentação dos documentos constantes dos Anexos I e II da REN nº 876/2020. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.425, DE 25 DE MAIO DE 2020

Processos nº: 48500.007376/2009-87, 48500.002397/2016-35 e 48500.001994/2016-42. Interessado: CPFL Energias Renováveis S.A., Múltipla Participações Ltda. e Enebras Projetos de Usinas Hidroelétricas Ltda. Decisão: (i) reenquadrar nos termos do art. 51 da Resolução Normativa nº 875, de 10 de março de 2020, com 46.000 kW a potência de referência, a UHE Saudade, situada no rio Chapecó, Bacia Hidrográfica do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina, constante no Estudo de Inventário do rio Chapecó, aprovado pelo Despacho nº 948, de 4 de abril de 2007. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 1.462, DE 25 DE MAIO DE 2020

Processo n° 48500.003306/2000-31. Interessado: Consórcio Itaguaçu. Decisão: prorrogar até 31 de dezembro de 2022 o prazo estabelecido no Despacho nº 2.632/2017 referente à entrega dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica da UHE Itaguaçu, localizada no rio Claro, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO Nº 1.468, DE 25 DE MAIO DE 2020

Processo nº: 48500.002338/2019-18. Interessado: ITE. Decisão: alterar o valor da penalidade de multa aplicada pelo Auto de Infração 0012/2020-SFE para R$ 299.059,91 (duzentos e noventa e nove mil, cinquenta e nove reais e noventa e um centavos). O Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GIÁCOMO FRANCISCO BASSI ALMEIDA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 26 DE MAIO DE 2020

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início da operação comercial a partir de 27 de maio de 2020.

Nº 1.170. Processo nº: 48500.000171/2019-42. Interessados: Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A. Usina: EOL Vila Sergipe I. Unidades Geradoras: UG1 à UG9, de 4.200 kW cada, totalizando 37.800 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Serra do Mel, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.471. Processo nº: 48500.003031/2016-83. Interessados: Aggreko Energia Locações de Geradores Ltda. Usina: UTE Fonte Boa - CGA. Unidades Geradoras: UG1 a UG18, de 352 kW cada uma, totalizando 6.336 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Fonte Boa, estado do Amazonas.

Nº1.472. Processo nº: 48500.000165/2019-95. Interessados: Ventos De São Bento Energias Renováveis S.A. Usina: EOL Ventos de São Januário 20. Unidades Geradoras: UG8 e UG9, de 4.200 kW cada, totalizando 8.400 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Campo Formoso, estado da Bahia.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JUNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 1.467, DE 25 DE MAIO DE 2020

Processo nº 48500.000300/2019-01. Interessados: COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA - CPFL SANTA CRUZ e Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. Decisão: Publicar as Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão aplicáveis à COMPANHIA JAGUARI DE ENERGIA - CPFL SANTA CRUZ, no ponto de conexão da Subestação MOCOCA 5 - 138 kV com vigência entre 1º de julho de 2019 e 30 de junho de 2020. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 1.374, DE 18 DE MAIO DE 2020

Processo nº: 48500.004083/2019-10. Interessado: Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia S.A. - COELBA. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 60.001,08 (sessenta mil, um real, e oito centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE 0047-0022/2010; e (ii) declarar o encerramento desse projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente Adjunto

DESPACHO N.º 1.395, DE 18 DE MAIO DE 2020

Processo n.º: 48500.000009/2020-68. Interessado: AES Eletropaulo, atual ENEL Distribuição SP Decisão: (i) reconhecer o valor de R$ 193.995,87 (cento e noventa e três mil, novecentos e noventa e cinco reais, oitenta sete centavos), bem como estabelecer a glosa de R$ 2.666,86 (dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais, oitenta e seis centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0390-0005/2009; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 1.412, DE 21 DE MAIO DE 2020

Processo n.º: 48500.002152/2017-99. Interessados: Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 3.025.637,02 (três milhões, vinte e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e dois centavos), referente à realização do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento, código PD-0063-3005/2014, sendo R$ 2.964.028,15 (dois milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, vinte oito reais, quinze centavos) de aporte da CPFL Paulista e R$ 61.608,87 (sessenta e um mil, seiscentos e oito reais, oitenta e sete centavos) de aporte da CPFL Piratininga; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 1.452, DE 21 DE MAIO DE 2020

Processo n.º: 48500.002796/2020-82. Interessado: AES Sul Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 166.178,70 (cento e sessenta e seis mil, cento e setenta e oito reais e setenta centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0396-0068/2012; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

DESPACHO Nº 1.454, DE 21 DE MAIO DE 2020

Processo nº: 48500.002724/2020-35 Interessado: CEB Distribuição S.A. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 59.579,55 (cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), referente à realização do Projeto de Gestão, código PG-5160-0002/2011; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 1.479, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta no Processo nº 48500.004084/2016-11, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da Termopernambuco S.A. para autorizar a utilização do Custo Variável Unitário - CVU da Usina Termelétrica - UTE Termopernambuco (Código CEG: UTE.GN.PE.028031-3.01), no valor de R$ 170,26/MWh (cento e setenta reais e vinte e seis centavos por megawatt-hora), a ser aplicado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a partir da primeira revisão do Programa Mensal de Operação - PMO após a publicação do Despacho; e (ii) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a utilização do valor do CVU indicado no item "i" para fins de contabilização da geração verificada na UTE Termopernambuco a partir do mês de abril de 2020.

CHRISTIANO VIEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 1.469, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006568/2019-48, decide (i) indeferir o pleito da Giovanni Sanguinetti Transmissora de Energia S.A. - GSTE com relação à data de entrada em operação comercial do circuito 2 da LT 500kV Açu III / João Câmara III; e (ii) declarar perda de objeto dos pleitos de descaracterizar a implantação do Sistema de Medição Sincrofasorial - PMU do circuito 2 da LT 500 kV Açu III / João Câmara III como Pendência Impeditiva Própria da transmissora e de conceder prazo até 17 de fevereiro de 2020 para a transmissora instalar o Sistema de Medição Sincrofasorial - PMU do circuito 2 da LT 500 kV Açu III / João Câmara III.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO N 1.470º, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo inciso I do art. 1º da Portaria n° 3.925, de 29 de março de 2016, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002950/2020-16, decide ratificar o procedimento adotado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para a aplicação da Resolução Normativa nº 595, de 17 de dezembro de 2013, no período de 21 de março a 15 de abril de 2020, por considerar a unidade geradora n. 4 da Usina Termelétrica Porto de Sergipe I em atraso parcial de operação comercial.

OTÁVIO RODRIGUES VAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS

DESPACHO
Relação nº 268/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2079/2020-800.293/2018-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-
2093/2020-800.049/2020-NORTECOM CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI-
2083/2020-800.315/2019-ALEXANDRE MAGNO VINHAS ME-
2082/2020-800.307/2019-PATRICIA HELENA E SILVA SARAIVA MELO-
2088/2020-800.330/2019-ALEXANDRE MAGNO VINHAS ME-
2084/2020-800.321/2019-ALEXANDRE MAGNO VINHAS ME-
2085/2020-800.323/2019-BRASPEDRAS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME-
2086/2020-800.328/2019-WF TRANSPORTES LTDA-
2087/2020-800.329/2019-VILLA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-
2090/2020-800.352/2019-LUSMAR VICENTE NOVO-
2080/2020-800.132/2019-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
2089/2020-800.331/2019-ROMA GRANITE & MARBLE BRASIL LTDA ME-
2092/2020-800.020/2020-FELIPE SILVEIRA CALIXTO-
2091/2020-800.011/2020-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
2081/2020-800.304/2019-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO EIRELI ME-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2094/2020-800.322/2019-FRANCISCO HELIALDO SOUSA DE OLIVEIRA-
2095/2020-800.325/2019-GILBERTO DE LUNA GOUVEIA-
2098/2020-800.031/2020-BRITEX DO BRASIL LTDA-
2097/2020-800.018/2020-ANTONIO VAGNER LOPES-
2096/2020-800.010/2020-SAFIRA MINING E STONES LTDA-
2099/2020-800.032/2020-BRITEX DO BRASIL LTDA-
2105/2020-800.042/2020-BRITEX DO BRASIL LTDA-
2106/2020-800.043/2020-MÁRCIO COLTRO GOUVEA-
2104/2020-800.041/2020-BRITEX DO BRASIL LTDA-
2103/2020-800.039/2020-BRITEX DO BRASIL LTDA-
2102/2020-800.038/2020-BRITEX DO BRASIL LTDA-
2101/2020-800.034/2020-BRITEX DO BRASIL LTDA-
2100/2020-800.033/2020-MÁRCIO COLTRO GOUVEA-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2078/2020-800.161/2019-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-
2077/2020-800.160/2019-CBC CONSTRUTORA BATISTA CAVALCANTE-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 269/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

2134/2020-890.028/2020-ASB BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.-
2133/2020-890.019/2020-JOSE ALEXANDRE SENTINELI-
2132/2020-890.017/2020-MINERAÇÃO GALÁCIA LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 270/2020

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2116/2020-850.989/2019-FARICIO JOSÉ GROFF-
2112/2020-850.752/2019-GUSTAVO RAMOS DA SILVA-
2113/2020-850.753/2019-GUSTAVO RAMOS DA SILVA-
2111/2020-850.750/2019-M A PEREIRA MINERAÇAO-
2131/2020-850.331/2020-VILSON BATISTA DE OLIVEIRA-
2129/2020-850.183/2020-QUEBEC MINERACION HOLDING EIRELI-
2130/2020-850.187/2020-QUEBEC MINERACION HOLDING EIRELI-
2110/2020-850.735/2019-T M MINERACAO EXTRACAO E EXPORTACAO LTDA-
2109/2020-850.731/2019-WRISTON DA CUNHA SANTOS-
2128/2020-850.169/2020-SM5 PARTICIPAÇÕES LTDA.-
2127/2020-850.143/2020-MINERADORA DENTE DI LEONE FILE EIRELI-
2126/2020-850.131/2020-VILSON BATISTA DE OLIVEIRA-
2125/2020-850.127/2020-CELIO BARBOSA DE ALMEIDA-
2124/2020-850.126/2020-E DAROIT IMPORTADORA E EXPORTADORA EPP-
2123/2020-850.119/2020-E DAROIT IMPORTADORA E EXPORTADORA EPP-
2122/2020-850.096/2020-MENASSEH FRANKLIN AGUIAR-
2121/2020-850.095/2020-MENASSEH FRANKLIN AGUIAR-
2119/2020-851.021/2019-J JOSE DE OLIVEIRA FILHO EIRELI-
2118/2020-851.004/2019-PEDRO HENRIQUE DO NASCIMENTO SOUSA-
2117/2020-850.995/2019-A T M SABAT MINÉRIOS EIRELI EPP-
2115/2020-850.988/2019-FARICIO JOSÉ GROFF-
2114/2020-850.957/2019-MPV PARTICIPACOES EIRELI-
2108/2020-850.728/2019-JS MINERAIS-
2120/2020-850.091/2020-ALCOA WORLD ALUMINA BRASIL LTDA.-

O SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E RECURSOS MINERAIS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Portaria SEI nº 32/2019 e com fundamento no disposto no Decreto-Lei nº 227/1967 e na Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

2107/2020-850.730/2019-TETRAMEC CALCINAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE GIPSITA LTDA-

CARLOS CORDEIRO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

DESPACHO Nº 431, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 64, de 1º de março de 2012, em cumprimento ao art. 14 da Resolução ANP nº 52, de 02 de dezembro de 2015, tendo em vista o que consta do processo ANP n. º 48610.207173/2020-57, resolve:

Fica disponível o Sumário do Projeto pretendido pela empresa Vopak Brasil S.A., referente a construção de 4 (quatro) novos tanques e instalações complementares no seu Terminal Aquaviário localizado no Município de Santos/SP, constante no processo de referência no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a ser acessado em http://www.anp.gov.br/processo-eletronico-sei.

Todo o processo está disponível para consulta, estando as características principais do projeto resumidas nos documentos de referência SEI nº 0758720; SEI nº 0754848 e SEI nº 0755010.

Os comentários e sugestões devem ser encaminhados à "Superintendência de Infraestrutura e Movimentação" da ANP em até 30 (trinta) dias contados a partir da publicação, com endereçamento à Avenida Rio Branco, 65 - 17º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20090-004, ou através do endereço eletrônico sim@anp.gov.br.

Informo que a documentação apresentada pela empresa Vopak Brasil S.A. continua em processo de análise pela ANP e que a publicação do presente despacho não implica autorização prévia outorgada pela ANP.

HELIO DA CUNHA BISAGGIO

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO Nº 349, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n.º 92, de 26 de maio de 2004, considerando as disposições da Resolução ANP n.º 58, de 17/10/2014, e o que consta do processo n.º 48610.216002/2019-85, autoriza a filial da empresa PETRÓLEO SABBÁ S/A, CNPJ n.º 04.169.215/0017-59, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 432, DE 26 DE MAIO DE 2020

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos ao POSTO AGRICOPEL LTDA., CNPJ nº 83.488.882/0022-38.

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.405, DE 25 DE MAIO DE 2020

Aprova o repasse dos recursos financeiros de custeio referentes ao primeiro ciclo de 2020 a Municípios habilitados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) nos anos de 2012, 2013, 2014, 2017, 2018 e 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87, da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar 141, de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3° do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, alterada pela Portaria 3.992, de 28 de dezembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção IV, do Capítulo IV, do Título IV, que trata do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 22/SCTIE/MS, de 15 de agosto de 2012, que habilita os municípios a receber recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura no ano de 2012;

Considerando a Portaria nº 39/SCTIE/MS, de 13 de agosto de 2013, que habilita os municípios a receber recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura no ano de 2013;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.107, de 23 de setembro de 2014, que habilita os municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura, no ano de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.457, de 15 de dezembro de 2017, que habilita os Municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), retificada conforme publicação do Diário Oficial da União, Seção 1, Edição n° 161, de 21/08/2018, Página 62;

Considerando a Portaria GM/MS nº 229, de 31 de janeiro de 2018, que habilita os municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), retificada conforme publicação do Diário Oficial da União, Seção 1, Edição n° 161, de 21/08/2018, Página 57);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.931, de 11 de dezembro de 2018, que habilita 651 Municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.586, de 19 de dezembro de 2019, que habilita 652 Municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS);

Considerando a Seção I, do Capítulo V, do Título VII, que trata da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece o conjunto de dados e eventos referentes aos medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e do Programa Farmácia Popular do Brasil para composição da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS, da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o monitoramento das ações desenvolvidas em decorrência do repasse dos recursos financeiros, conforme estabelecido pela Portaria nº 980/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2013, pela Portaria nº 1.217, de 03 de junho de 2014, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2014, pela Portaria nº 3.749, de 23 de novembro de 2018, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFARSUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2018, e pela Portaria nº 3.038, de 21 de novembro de 2019, que dispõe sobre a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para o ano de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse dos recursos financeiros de custeio referentes ao primeiro ciclo de monitoramento do ano de 2020 a Municípios habilitados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS nos anos de 2012, 2013, 2014, 2017, 2018 e 2019.

Parágrafo único. A efetivação da transferência trimestral de recursos de custeio a Municípios habilitados no QUALIFAR-SUS tem por base o envio do conjunto de dados pelo uso do Sistema Hórus, ou ainda, por meio do serviço WebService, conforme a Seção I, do Capítulo V, do Título VII, que trata da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, no trimestre anterior ao da respectiva competência financeira, cuja responsabilidade é dos gestores dos Municípios.

Art. 2º O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos, por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos financeiros de custeio referentes ao primeiro ciclo de monitoramento do ano de 2020 para os respectivos Fundos Municipais de Saúde detalhados no anexo desta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.5020.20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS, Plano Orçamentário (0000).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

Nº	UF	IBGE	MUNICÍPIO	REPASSE
1	AC	120001	ACRELÂNDIA	R$ 6.000,00
2	AC	120010	BRASILÉIA	R$ 6.000,00
3	AC	120033	MÂNCIO LIMA	R$ 6.000,00
4	AC	120039	PORTO WALTER	R$ 6.000,00
5	AC	120040	RIO BRANCO	R$ 6.000,00
6	AC	120042	RODRIGUES ALVES	R$ 6.000,00
AC TOTAL				R$ 36.000,00
7	AL	270010	ÁGUA BRANCA	R$ 6.000,00
8	AL	270020	ANADIA	R$ 6.000,00
9	AL	270070	BATALHA	R$ 6.000,00
10	AL	270090	BELO MONTE	R$ 6.000,00
11	AL	270120	CACIMBINHAS	R$ 6.000,00
12	AL	270130	CAJUEIRO	R$ 6.000,00
13	AL	270140	CAMPO ALEGRE	R$ 6.000,00
14	AL	270150	CAMPO GRANDE	R$ 6.000,00
15	AL	270160	CANAPI	R$ 6.000,00
16	AL	270190	CHÃ PRETA	R$ 6.000,00
17	AL	270200	COITÉ DO NÓIA	R$ 6.000,00
18	AL	270235	CRAÍBAS	R$ 6.000,00
19	AL	270250	DOIS RIACHOS	R$ 6.000,00
20	AL	270255	ESTRELA DE ALAGOAS	R$ 6.000,00
21	AL	270260	FEIRA GRANDE	R$ 6.000,00
22	AL	270270	FELIZ DESERTO	R$ 6.000,00
23	AL	270290	GIRAU DO PONCIANO	R$ 6.000,00
24	AL	270300	IBATEGUARA	R$ 6.000,00
25	AL	270310	IGACI	R$ 6.000,00
26	AL	270320	IGREJA NOVA	R$ 6.000,00
27	AL	270330	INHAPI	R$ 6.000,00
28	AL	270340	JACARÉ DOS HOMENS	R$ 6.000,00
29	AL	270350	JACUÍPE	R$ 6.000,00
30	AL	270370	JARAMATAIA	R$ 6.000,00
31	AL	270375	JEQUIÁ DA PRAIA	R$ 6.000,00
32	AL	270390	JUNDIÁ	R$ 6.000,00
33	AL	270410	LAGOA DA CANOA	R$ 6.000,00
34	AL	270420	LIMOEIRO DE ANADIA	R$ 6.000,00
35	AL	270440	MAJOR ISIDORO	R$ 6.000,00
36	AL	270490	MAR VERMELHO	R$ 6.000,00
37	AL	270500	MATA GRANDE	R$ 6.000,00
38	AL	270530	MINADOR DO NEGRÃO	R$ 6.000,00
39	AL	270540	MONTEIRÓPOLIS	R$ 6.000,00
40	AL	270550	MURICI	R$ 6.000,00
41	AL	270560	NOVO LINO	R$ 6.000,00
42	AL	270570	OLHO DÁGUA DAS FLORES	R$ 6.000,00
43	AL	270590	OLHO DÁGUA GRANDE	R$ 6.000,00
44	AL	270600	OLIVENÇA	R$ 6.000,00
45	AL	270620	PALESTINA	R$ 6.000,00
46	AL	270630	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	R$ 6.000,00
47	AL	270640	PÃO DE AÇÚCAR	R$ 6.000,00
48	AL	270650	PASSO DE CAMARAGIBE	R$ 6.000,00
49	AL	270710	PIRANHAS	R$ 6.000,00
50	AL	270720	POÇO DAS TRINCHEIRAS	R$ 6.000,00
51	AL	270740	PORTO DE PEDRAS	R$ 6.000,00
52	AL	270750	PORTO REAL DO COLÉGIO	R$ 6.000,00
53	AL	270760	QUEBRANGULO	R$ 6.000,00
54	AL	270780	ROTEIRO	R$ 6.000,00
55	AL	270800	SANTANA DO IPANEMA	R$ 6.000,00
56	AL	270810	SANTANA DO MUNDAÚ	R$ 6.000,00
57	AL	270820	SÃO BRÁS	R$ 6.000,00
58	AL	270840	SÃO JOSÉ DA TAPERA	R$ 6.000,00
59	AL	270850	SÃO LUÍS DO QUITUNDE	R$ 6.000,00
60	AL	270860	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	R$ 6.000,00
61	AL	270900	TANQUE DARCA	R$ 6.000,00
62	AL	270910	TAQUARANA	R$ 6.000,00
63	AL	270920	TRAIPU	R$ 6.000,00
64	AL	270930	UNIÃO DOS PALMARES	R$ 6.000,00
65	AL	270940	VIÇOSA	R$ 6.000,00
AL TOTAL				R$ 354.000,00
66	AM	130008	ANAMÃ	R$ 6.000,00
67	AM	130140	EIRUNEPÉ	R$ 6.000,00
68	AM	130170	HUMAITÁ	R$ 6.000,00
69	AM	130300	NHAMUNDÁ	R$ 6.000,00
AM TOTAL				R$ 24.000,00
70	AP	160080	VITÓRIA DO JARI	R$ 6.000,00
AP TOTAL				R$ 6.000,00
71	BA	290020	ABARÉ	R$ 6.000,00
72	BA	290030	ACAJUTIBA	R$ 6.000,00
73	BA	290035	ADUSTINA	R$ 6.000,00

74	BA	290040	ÁGUA FRIA	R$ 6.000,00
75	BA	290060	AIQUARA	R$ 6.000,00
76	BA	290090	ALMADINA	R$ 6.000,00
77	BA	290100	AMARGOSA	R$ 6.000,00
78	BA	290115	AMÉRICA DOURADA	R$ 6.000,00
79	BA	290120	ANAGÉ	R$ 6.000,00
80	BA	290130	ANDARAÍ	R$ 6.000,00
81	BA	290135	ANDORINHA	R$ 6.000,00
82	BA	290140	ANGICAL	R$ 6.000,00
83	BA	290150	ANGUERA	R$ 6.000,00
84	BA	290180	ANTÔNIO GONÇALVES	R$ 6.000,00
85	BA	290205	ARAÇAS	R$ 6.000,00
86	BA	290210	ARACI	R$ 6.000,00
87	BA	290240	AURELINO LEAL	R$ 6.000,00
88	BA	290260	BAIXA GRANDE	R$ 6.000,00
89	BA	290265	BANZAÊ	R$ 6.000,00
90	BA	290270	BARRA	R$ 6.000,00
91	BA	290280	BARRA DA ESTIVA	R$ 6.000,00
92	BA	290290	BARRA DO CHOÇA	R$ 6.000,00
93	BA	290300	BARRA DO MENDES	R$ 6.000,00
94	BA	290340	BELMONTE	R$ 6.000,00
95	BA	290350	BELO CAMPO	R$ 6.000,00
96	BA	290370	BOA NOVA	R$ 6.000,00
97	BA	290390	BOM JESUS DA LAPA	R$ 6.000,00
98	BA	290395	BOM JESUS DA SERRA	R$ 6.000,00
99	BA	290420	BOTUPORÃ	R$ 6.000,00
100	BA	290440	BREJOLÂNDIA	R$ 6.000,00
101	BA	290450	BROTAS DE MACAÚBAS	R$ 6.000,00
102	BA	290460	BRUMADO	R$ 6.000,00
103	BA	290500	CACULÉ	R$ 6.000,00
104	BA	290510	CAÉM	R$ 6.000,00
105	BA	290515	CAETANOS	R$ 6.000,00
106	BA	290530	CAFARNAUM	R$ 6.000,00
107	BA	290550	CALDEIRÃO GRANDE	R$ 6.000,00
108	BA	290560	CAMACAN	R$ 6.000,00
109	BA	290580	CAMAMU	R$ 6.000,00
110	BA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	R$ 6.000,00
111	BA	290600	CAMPO FORMOSO	R$ 6.000,00
112	BA	290640	CANDEAL	R$ 6.000,00
113	BA	290670	CÂNDIDO SALES	R$ 6.000,00
114	BA	290680	CANSANÇÃO	R$ 6.000,00
115	BA	290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	R$ 6.000,00
116	BA	290687	CAPIM GROSSO	R$ 6.000,00
117	BA	290690	CARAVELAS	R$ 6.000,00
118	BA	290730	CASTRO ALVES	R$ 6.000,00
119	BA	290760	CENTRAL	R$ 6.000,00
120	BA	290810	COCOS	R$ 6.000,00
121	BA	290840	CONCEIÇÃO DO COITÉ	R$ 6.000,00
122	BA	290860	CONDE	R$ 6.000,00
123	BA	290870	CONDEÚBA	R$ 6.000,00
124	BA	290900	CORDEIROS	R$ 6.000,00
125	BA	290930	CORRENTINA	R$ 6.000,00
126	BA	290950	CRAVOLÂNDIA	R$ 6.000,00
127	BA	290960	CRISÓPOLIS	R$ 6.000,00
128	BA	290970	CRISTÓPOLIS	R$ 6.000,00
129	BA	290990	CURAÇÁ	R$ 6.000,00
130	BA	291000	DÁRIO MEIRA	R$ 6.000,00
131	BA	291010	DOM BASÍLIO	R$ 6.000,00
132	BA	291020	DOM MACEDO COSTA	R$ 6.000,00
133	BA	291030	ELÍSIO MEDRADO	R$ 6.000,00
134	BA	291040	ENCRUZILHADA	R$ 6.000,00
135	BA	291050	ENTRE RIOS	R$ 6.000,00
136	BA	290050	ÉRICO CARDOSO	R$ 6.000,00
137	BA	291070	EUCLIDES DA CUNHA	R$ 6.000,00
138	BA	291072	EUNÁPOLIS	R$ 6.000,00
139	BA	291077	FEIRA DA MATA	R$ 6.000,00
140	BA	291085	FILADÉLFIA	R$ 6.000,00
141	BA	291090	FIRMINO ALVES	R$ 6.000,00
142	BA	291125	GAVIÃO	R$ 6.000,00
143	BA	291130	GENTIO DO OURO	R$ 6.000,00
144	BA	291140	GLÓRIA	R$ 6.000,00
145	BA	291150	GONGOGI	R$ 6.000,00
146	BA	291160	GOVERNADOR MANGABEIRA	R$ 6.000,00
147	BA	291165	GUAJERU	R$ 6.000,00
148	BA	291200	IBIASSUCÊ	R$ 6.000,00
149	BA	291220	IBICOARA	R$ 6.000,00
150	BA	291250	IBIPITANGA	R$ 6.000,00
151	BA	291340	IGAPORÃ	R$ 6.000,00
152	BA	291410	IPUPIARA	R$ 6.000,00
153	BA	291440	IRAQUARA	R$ 6.000,00
154	BA	291450	IRARÁ	R$ 6.000,00
155	BA	291465	ITABELA	R$ 6.000,00
156	BA	291490	ITACARÉ	R$ 6.000,00
157	BA	291500	ITAETÉ	R$ 6.000,00
158	BA	291520	ITAGIBÁ	R$ 6.000,00
159	BA	291580	ITAMBÉ	R$ 6.000,00
160	BA	291640	ITAPETINGA	R$ 6.000,00
161	BA	291685	ITATIM	R$ 6.000,00
162	BA	291700	ITIÚBA	R$ 6.000,00
163	BA	291710	ITORORÓ	R$ 6.000,00
164	BA	291733	IUIÚ	R$ 6.000,00
165	BA	291735	JABORANDI	R$ 6.000,00
166	BA	291740	JACARACI	R$ 6.000,00

167	BA	291750	JACOBINA	R$ 6.000,00
168	BA	291760	JAGUAQUARA	R$ 6.000,00
169	BA	291780	JAGUARIPE	R$ 6.000,00
170	BA	291830	JITAÚNA	R$ 6.000,00
171	BA	291835	JOÃO DOURADO	R$ 6.000,00
172	BA	291840	JUAZEIRO	R$ 6.000,00
173	BA	291855	JUSSARI	R$ 6.000,00
174	BA	291870	LAFAIETE COUTINHO	R$ 6.000,00
175	BA	291875	LAGOA REAL	R$ 6.000,00
176	BA	291900	LAJEDINHO	R$ 6.000,00
177	BA	291905	LAJEDO DO TABOCAL	R$ 6.000,00
178	BA	291910	LAMARÃO	R$ 6.000,00
179	BA	291940	LICÍNIO DE ALMEIDA	R$ 6.000,00
180	BA	291950	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	R$ 6.000,00
181	BA	291960	MACAJUBA	R$ 6.000,00
182	BA	292010	MAIRI	R$ 6.000,00
183	BA	292030	MALHADA DE PEDRAS	R$ 6.000,00
184	BA	292050	MARACÁS	R$ 6.000,00
185	BA	292105	MATINA	R$ 6.000,00
186	BA	292120	MIGUEL CALMON	R$ 6.000,00
187	BA	292140	MIRANGABA	R$ 6.000,00
188	BA	292145	MIRANTE	R$ 6.000,00
189	BA	292150	MONTE SANTO	R$ 6.000,00
190	BA	292160	MORPARÁ	R$ 6.000,00
191	BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	R$ 6.000,00
192	BA	292180	MORTUGABA	R$ 6.000,00
193	BA	292205	MULUNGU DO MORRO	R$ 6.000,00
194	BA	292210	MUNDO NOVO	R$ 6.000,00
195	BA	292260	NILO PEÇANHA	R$ 6.000,00
196	BA	292265	NORDESTINA	R$ 6.000,00
197	BA	292273	NOVA FÁTIMA	R$ 6.000,00
198	BA	292280	NOVA ITARANA	R$ 6.000,00
199	BA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	R$ 6.000,00
200	BA	292360	PARAMIRIM	R$ 6.000,00
201	BA	292390	PAU BRASIL	R$ 6.000,00
202	BA	292400	PAULO AFONSO	R$ 6.000,00
203	BA	292410	PEDRÃO	R$ 6.000,00
204	BA	292440	PILÃO ARCADO	R$ 6.000,00
205	BA	292460	PINDOBAÇU	R$ 6.000,00
206	BA	292465	PINTADAS	R$ 6.000,00
207	BA	292470	PIRIPÁ	R$ 6.000,00
208	BA	292480	PIRITIBA	R$ 6.000,00
209	BA	292500	PLANALTO	R$ 6.000,00
210	BA	292510	POÇÕES	R$ 6.000,00
211	BA	292525	PONTO NOVO	R$ 6.000,00
212	BA	292530	PORTO SEGURO	R$ 6.000,00
213	BA	292540	POTIRAGUÁ	R$ 6.000,00
214	BA	292570	PRESIDENTE JÂNIO QUADROS	R$ 6.000,00
215	BA	292575	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	R$ 6.000,00
216	BA	292580	QUEIMADAS	R$ 6.000,00
217	BA	292590	QUIJINGUE	R$ 6.000,00
218	BA	292593	QUIXABEIRA	R$ 6.000,00
219	BA	292600	REMANSO	R$ 6.000,00
220	BA	292640	RIACHO DE SANTANA	R$ 6.000,00
221	BA	292660	RIBEIRA DO POMBAL	R$ 6.000,00
222	BA	292665	RIBEIRÃO DO LARGO	R$ 6.000,00
223	BA	292670	RIO DE CONTAS	R$ 6.000,00
224	BA	292690	RIO DO PIRES	R$ 6.000,00
225	BA	292700	RIO REAL	R$ 6.000,00
226	BA	292710	RODELAS	R$ 6.000,00
227	BA	292760	SANTA BRÍGIDA	R$ 6.000,00
228	BA	292805	SANTA LUZIA	R$ 6.000,00
229	BA	292850	SANTA TERESINHA	R$ 6.000,00
230	BA	292890	SÃO DESIDÉRIO	R$ 6.000,00
231	BA	292895	SÃO DOMINGOS	R$ 6.000,00
232	BA	292937	SÃO JOSÉ DO JACUÍPE	R$ 6.000,00
233	BA	292970	SÁTIRO DIAS	R$ 6.000,00
234	BA	292980	SAÚDE	R$ 6.000,00
235	BA	293000	SEBASTIÃO LARANJEIRAS	R$ 6.000,00
236	BA	293010	SENHOR DO BONFIM	R$ 6.000,00
237	BA	293015	SERRA DO RAMALHO	R$ 6.000,00
238	BA	293030	SERRA DOURADA	R$ 6.000,00
239	BA	293060	SERROLÂNDIA	R$ 6.000,00
240	BA	293077	SOBRADINHO	R$ 6.000,00
241	BA	293080	SOUTO SOARES	R$ 6.000,00
242	BA	293090	TABOCAS DO BREJO VELHO	R$ 6.000,00
243	BA	293100	TANHAÇU	R$ 6.000,00
244	BA	293110	TANQUINHO	R$ 6.000,00
245	BA	293160	TEOLÂNDIA	R$ 6.000,00
246	BA	293180	TREMEDAL	R$ 6.000,00
247	BA	293200	UAUÁ	R$ 6.000,00
248	BA	293230	UBATÃ	R$ 6.000,00
249	BA	293240	UIBAÍ	R$ 6.000,00
250	BA	293290	VALENÇA	R$ 6.000,00
251	BA	293305	VÁRZEA DA ROÇA	R$ 6.000,00
252	BA	293310	VÁRZEA DO POÇO	R$ 6.000,00
253	BA	293315	VÁRZEA NOVA	R$ 6.000,00
254	BA	293317	VARZEDO	R$ 6.000,00
255	BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	R$ 6.000,00
256	BA	293345	WANDERLEY	R$ 6.000,00
BA TOTAL				R$ 1.116.000,00

257	CE	230015	ACARAPE	R$ 6.000,00
258	CE	230020	ACARAÚ	R$ 6.000,00
259	CE	230050	ALCÂNTARAS	R$ 6.000,00
260	CE	230060	ALTANEIRA	R$ 6.000,00
261	CE	230075	AMONTADA	R$ 6.000,00
262	CE	230080	ANTONINA DO NORTE	R$ 6.000,00
263	CE	230100	AQUIRAZ	R$ 6.000,00
264	CE	230110	ARACATI	R$ 6.000,00
265	CE	230120	ARACOIABA	R$ 6.000,00
266	CE	230125	ARARENDÁ	R$ 6.000,00
267	CE	230130	ARARIPE	R$ 6.000,00
268	CE	230140	ARATUBA	R$ 6.000,00
269	CE	230150	ARNEIROZ	R$ 6.000,00
270	CE	230160	ASSARÉ	R$ 6.000,00
271	CE	230170	AURORA	R$ 6.000,00
272	CE	230180	BAIXIO	R$ 6.000,00
273	CE	230185	BANABUIÚ	R$ 6.000,00
274	CE	230190	BARBALHA	R$ 6.000,00
275	CE	230195	BARREIRA	R$ 6.000,00
276	CE	230200	BARRO	R$ 6.000,00
277	CE	230205	BARROQUINHA	R$ 6.000,00
278	CE	230210	BATURITÉ	R$ 6.000,00
279	CE	230220	BEBERIBE	R$ 6.000,00
280	CE	230230	BELA CRUZ	R$ 6.000,00
281	CE	230240	BOA VIAGEM	R$ 6.000,00
282	CE	230250	BREJO SANTO	R$ 6.000,00
283	CE	230260	CAMOCIM	R$ 6.000,00
284	CE	230270	CAMPOS SALES	R$ 6.000,00
285	CE	230290	CAPISTRANO	R$ 6.000,00
286	CE	230300	CARIDADE	R$ 6.000,00
287	CE	230310	CARIRÉ	R$ 6.000,00
288	CE	230320	CARIRIAÇU	R$ 6.000,00
289	CE	230340	CARNAUBAL	R$ 6.000,00
290	CE	230350	CASCAVEL	R$ 6.000,00
291	CE	230360	CATARINA	R$ 6.000,00
292	CE	230365	CATUNDA	R$ 6.000,00
293	CE	230380	CEDRO	R$ 6.000,00
294	CE	230390	CHAVAL	R$ 6.000,00
295	CE	230393	CHORÓ	R$ 6.000,00
296	CE	230395	CHOROZINHO	R$ 6.000,00
297	CE	230400	COREAÚ	R$ 6.000,00
298	CE	230410	CRATEÚS	R$ 6.000,00
299	CE	230423	CROATÁ	R$ 6.000,00
300	CE	230425	CRUZ	R$ 6.000,00
301	CE	230426	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	R$ 6.000,00
302	CE	230427	ERERÊ	R$ 6.000,00
303	CE	230430	FARIAS BRITO	R$ 6.000,00
304	CE	230435	FORQUILHA	R$ 6.000,00
305	CE	230450	FRECHEIRINHA	R$ 6.000,00
306	CE	230460	GENERAL SAMPAIO	R$ 6.000,00
307	CE	230465	GRAÇA	R$ 6.000,00
308	CE	230470	GRANJA	R$ 6.000,00
309	CE	230490	GROAÍRAS	R$ 6.000,00
310	CE	230495	GUAIÚBA	R$ 6.000,00
311	CE	230500	GUARACIABA DO NORTE	R$ 6.000,00
312	CE	230510	GUARAMIRANGA	R$ 6.000,00
313	CE	230520	HIDROLÂNDIA	R$ 6.000,00
314	CE	230526	IBARETAMA	R$ 6.000,00
315	CE	230530	IBIAPINA	R$ 6.000,00
316	CE	230533	IBICUITINGA	R$ 6.000,00
317	CE	230535	ICAPUÍ	R$ 6.000,00
318	CE	230540	ICÓ	R$ 6.000,00
319	CE	230550	IGUATU	R$ 6.000,00
320	CE	230560	INDEPENDÊNCIA	R$ 6.000,00
321	CE	230565	IPAPORANGA	R$ 6.000,00
322	CE	230580	IPU	R$ 6.000,00
323	CE	230590	IPUEIRAS	R$ 6.000,00
324	CE	230600	IRACEMA	R$ 6.000,00
325	CE	230610	IRAUÇUBA	R$ 6.000,00
326	CE	230620	ITAIÇABA	R$ 6.000,00
327	CE	230625	ITAITINGA	R$ 6.000,00
328	CE	230640	ITAPIPOCA	R$ 6.000,00
329	CE	230650	ITAPIÚNA	R$ 6.000,00
330	CE	230655	ITAREMA	R$ 6.000,00
331	CE	230660	ITATIRA	R$ 6.000,00
332	CE	230670	JAGUARETAMA	R$ 6.000,00
333	CE	230680	JAGUARIBARA	R$ 6.000,00
334	CE	230690	JAGUARIBE	R$ 6.000,00
335	CE	230700	JAGUARUANA	R$ 6.000,00
336	CE	230710	JARDIM	R$ 6.000,00
337	CE	230740	JUCÁS	R$ 6.000,00
338	CE	230750	LAVRAS DA MANGABEIRA	R$ 6.000,00
339	CE	230760	LIMOEIRO DO NORTE	R$ 6.000,00
340	CE	230763	MADALENA	R$ 6.000,00
341	CE	230770	MARANGUAPE	R$ 6.000,00
342	CE	230790	MARTINÓPOLE	R$ 6.000,00
343	CE	230800	MASSAPÊ	R$ 6.000,00
344	CE	230810	MAURITI	R$ 6.000,00
345	CE	230820	MERUOCA	R$ 6.000,00
346	CE	230835	MILHÃ	R$ 6.000,00
347	CE	230837	MIRAÍMA	R$ 6.000,00
348	CE	230840	MISSÃO VELHA	R$ 6.000,00
349	CE	230850	MOMBAÇA	R$ 6.000,00
350	CE	230860	MONSENHOR TABOSA	R$ 6.000,00
351	CE	230870	MORADA NOVA	R$ 6.000,00
352	CE	230880	MORAÚJO	R$ 6.000,00
353	CE	230900	MUCAMBO	R$ 6.000,00
354	CE	230920	NOVA OLINDA	R$ 6.000,00
355	CE	230930	NOVA RUSSAS	R$ 6.000,00
356	CE	230940	NOVO ORIENTE	R$ 6.000,00
357	CE	230945	OCARA	R$ 6.000,00
358	CE	230950	ORÓS	R$ 6.000,00
359	CE	230960	PACAJUS	R$ 6.000,00
360	CE	230980	PACOTI	R$ 6.000,00
361	CE	230990	PACUJÁ	R$ 6.000,00

362	CE	231050	PEDRA BRANCA	R$ 6.000,00
363	CE	231080	PEREIRO	R$ 6.000,00
364	CE	231090	PIQUET CARNEIRO	R$ 6.000,00
365	CE	231095	PIRES FERREIRA	R$ 6.000,00
366	CE	231100	PORANGA	R$ 6.000,00
367	CE	231120	POTENGI	R$ 6.000,00
368	CE	231123	POTIRETAMA	R$ 6.000,00
369	CE	231126	QUITERIANÓPOLIS	R$ 6.000,00
370	CE	231130	QUIXADÁ	R$ 6.000,00
371	CE	231135	QUIXELÔ	R$ 6.000,00
372	CE	231140	QUIXERAMOBIM	R$ 6.000,00
373	CE	231150	QUIXERÉ	R$ 6.000,00
374	CE	231170	RERIUTABA	R$ 6.000,00
375	CE	231180	RUSSAS	R$ 6.000,00
376	CE	231220	SANTA QUITÉRIA	R$ 6.000,00
377	CE	231200	SANTANA DO ACARAÚ	R$ 6.000,00
378	CE	231210	SANTANA DO CARIRI	R$ 6.000,00
379	CE	231230	SÃO BENEDITO	R$ 6.000,00
380	CE	231250	SÃO JOÃO DO JAGUARIBE	R$ 6.000,00
381	CE	231260	SÃO LUÍS DO CURU	R$ 6.000,00
382	CE	231270	SENADOR POMPEU	R$ 6.000,00
383	CE	231300	SOLONÓPOLE	R$ 6.000,00
384	CE	231310	TABULEIRO DO NORTE	R$ 6.000,00
385	CE	231320	TAMBORIL	R$ 6.000,00
386	CE	231330	TAUÁ	R$ 6.000,00
387	CE	231335	TEJUÇUOCA	R$ 6.000,00
388	CE	231340	TIANGUÁ	R$ 6.000,00
389	CE	231355	TURURU	R$ 6.000,00
390	CE	231360	UBAJARA	R$ 6.000,00
391	CE	231375	UMIRIM	R$ 6.000,00
392	CE	231380	URUBURETAMA	R$ 6.000,00
393	CE	231390	URUOCA	R$ 6.000,00
394	CE	231395	VARJOTA	R$ 6.000,00
395	CE	231400	VÁRZEA ALEGRE	R$ 6.000,00
396	CE	231410	VIÇOSA DO CEARÁ	R$ 6.000,00
CE TOTAL				R$ 840.000,00

397	ES	320010	AFONSO CLÁUDIO	R$ 6.000,00
398	ES	320035	ALTO RIO NOVO	R$ 6.000,00
399	ES	320050	APIACÁ	R$ 6.000,00
400	ES	320110	BOM JESUS DO NORTE	R$ 6.000,00
401	ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	R$ 6.000,00
402	ES	320190	DOMINGOS MARTINS	R$ 6.000,00
403	ES	320200	DORES DO RIO PRETO	R$ 6.000,00
404	ES	320255	IBITIRAMA	R$ 6.000,00
405	ES	320265	IRUPI	R$ 6.000,00
406	ES	320270	ITAGUAÇU	R$ 6.000,00
407	ES	320310	JERÔNIMO MONTEIRO	R$ 6.000,00
408	ES	320316	LARANJA DA TERRA	R$ 6.000,00
409	ES	320370	MUNIZ FREIRE	R$ 6.000,00
410	ES	320405	PEDRO CANÁRIO	R$ 6.000,00
411	ES	320435	RIO BANANAL	R$ 6.000,00
412	ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	R$ 6.000,00
413	ES	320465	SÃO DOMINGOS DO NORTE	R$ 6.000,00
414	ES	320501	SOORETAMA	R$ 6.000,00
415	ES	320503	VARGEM ALTA	R$ 6.000,00
416	ES	320515	VILA PAVÃO	R$ 6.000,00
ES TOTAL				R$ 120.000,00

416	ES	320515	VILA PAVÃO	R$ 6.000,00
ES TOTAL				R$ 120.000,00
417	GO	520010	ABADIÂNIA	R$ 6.000,00
418	GO	520013	ACREÚNA	R$ 6.000,00
419	GO	520017	ÁGUA FRIA DE GOIÁS	R$ 6.000,00
420	GO	520025	ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS	R$ 6.000,00
421	GO	520050	ALOÂNDIA	R$ 6.000,00
422	GO	520060	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	R$ 6.000,00
423	GO	520080	ALVORADA DO NORTE	R$ 6.000,00
424	GO	520082	AMARALINA	R$ 6.000,00
425	GO	520085	AMERICANO DO BRASIL	R$ 6.000,00
426	GO	520110	ANÁPOLIS	R$ 6.000,00
427	GO	520130	ANICUNS	R$ 6.000,00
428	GO	520145	APARECIDA DO RIO DOCE	R$ 6.000,00
429	GO	520235	ARENÓPOLIS	R$ 6.000,00
430	GO	520280	AVELINÓPOLIS	R$ 6.000,00
431	GO	520330	BELA VISTA DE GOIÁS	R$ 6.000,00
432	GO	520396	BURITINÓPOLIS	R$ 6.000,00
433	GO	520400	CABECEIRAS	R$ 6.000,00
434	GO	520425	CACHOEIRA DOURADA	R$ 6.000,00
435	GO	520440	CAIAPÔNIA	R$ 6.000,00
436	GO	520455	CALDAZINHA	R$ 6.000,00
437	GO	520465	CAMPINAÇU	R$ 6.000,00
438	GO	520485	CAMPO LIMPO DE GOIÁS	R$ 6.000,00
439	GO	520490	CAMPOS BELOS	R$ 6.000,00
440	GO	520505	CASTELÂNDIA	R$ 6.000,00
441	GO	520530	CAVALCANTE	R$ 6.000,00
442	GO	520551	COCALZINHO DE GOIÁS	R$ 6.000,00
443	GO	520570	CÓRREGO DO OURO	R$ 6.000,00
444	GO	520580	CORUMBÁ DE GOIÁS	R$ 6.000,00
445	GO	520620	CRISTALINA	R$ 6.000,00
446	GO	520753	FAINA	R$ 6.000,00
447	GO	520815	GAMELEIRA DE GOIÁS	R$ 6.000,00
448	GO	520840	GOIANÁPOLIS	R$ 6.000,00
449	GO	520890	GOIÁS	R$ 6.000,00
450	GO	520915	GOUVELÂNDIA	R$ 6.000,00
451	GO	520929	GUARAÍTA	R$ 6.000,00
452	GO	520960	HEITORAÍ	R$ 6.000,00

453	GO	520980	HIDROLINA	R$ 6.000,00
454	GO	520993	INACIOLÂNDIA	R$ 6.000,00
455	GO	521056	ITAGUARI	R$ 6.000,00
456	GO	521170	JANDAIA	R$ 6.000,00
457	GO	521200	JAUPACI	R$ 6.000,00
458	GO	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES	R$ 6.000,00
459	GO	521280	MARA ROSA	R$ 6.000,00
460	GO	521300	MAURILÂNDIA	R$ 6.000,00
461	GO	521350	MONTE ALEGRE DE GOIÁS	R$ 6.000,00
462	GO	521405	MUNDO NOVO	R$ 6.000,00
463	GO	521487	NOVA IGUAÇU DE GOIÁS	R$ 6.000,00
464	GO	521530	ORIZONA	R$ 6.000,00
465	GO	521540	OURO VERDE DE GOIÁS	R$ 6.000,00
466	GO	521600	PANAMÁ	R$ 6.000,00
467	GO	521640	PARAÚNA	R$ 6.000,00
468	GO	521645	PEROLÂNDIA	R$ 6.000,00
469	GO	521730	PIRENÓPOLIS	R$ 6.000,00
470	GO	521770	PONTALINA	R$ 6.000,00
471	GO	521830	POSSE	R$ 6.000,00
472	GO	521910	SANTA BÁRBARA DE GOIÁS	R$ 6.000,00
473	GO	521960	SANTA TEREZA DE GOIÁS	R$ 6.000,00
474	GO	521970	SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	R$ 6.000,00
475	GO	521975	SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO	R$ 6.000,00
476	GO	522000	SÃO JOÃO DALIANÇA	R$ 6.000,00
477	GO	522020	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	R$ 6.000,00
478	GO	522026	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO	R$ 6.000,00
479	GO	522045	SENADOR CANEDO	R$ 6.000,00
480	GO	522050	SERRANÓPOLIS	R$ 6.000,00
481	GO	522060	SILVÂNIA	R$ 6.000,00
482	GO	522108	TERESINA DE GOIÁS	R$ 6.000,00
483	GO	522150	TURVÂNIA	R$ 6.000,00
484	GO	522200	VIANÓPOLIS	R$ 6.000,00
485	GO	522220	VILA BOA	R$ 6.000,00
GO TOTAL				R$ 414.000,00
486	MA	210047	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	R$ 6.000,00
487	MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	R$ 6.000,00
488	MA	210135	BACURITUBA	R$ 6.000,00
489	MA	210270	CANTANHEDE	R$ 6.000,00
490	MA	210290	CARUTAPERA	R$ 6.000,00
491	MA	210340	COELHO NETO	R$ 6.000,00
492	MA	210355	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU	R$ 6.000,00
493	MA	210360	COROATÁ	R$ 6.000,00
494	MA	210407	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	R$ 6.000,00
495	MA	210409	FORMOSA DA SERRA NEGRA	R$ 6.000,00
496	MA	210420	FORTUNA	R$ 6.000,00
497	MA	210700	MONTES ALTOS	R$ 6.000,00
498	MA	210725	NOVA COLINAS	R$ 6.000,00
499	MA	210880	PIRAPEMAS	R$ 6.000,00
500	MA	210950	RIACHÃO	R$ 6.000,00
501	MA	211000	SANTA LUZIA	R$ 6.000,00
502	MA	211125	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS	R$ 6.000,00
503	MA	211157	SÃO PEDRO DOS CRENTES	R$ 6.000,00
504	MA	211180	SÍTIO NOVO	R$ 6.000,00
505	MA	211285	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	R$ 6.000,00
MA TOTAL				R$ 120.000,00
506	MG	311210	CAPARAÓ	R$ 6.000,00
507	MG	313170	ITABIRA	R$ 6.000,00
508	MG	313505	JAÍBA	R$ 6.000,00
509	MG	314090	MATIPÓ	R$ 6.000,00
510	MG	314200	MIRABELA	R$ 6.000,00
511	MG	314587	ORIZÂNIA	R$ 6.000,00
512	MG	315080	PIRANGA	R$ 6.000,00
513	MG	316720	SETE LAGOAS	R$ 6.000,00
MG TOTAL				R$ 48.000,00
514	MS	500020	ÁGUA CLARA	R$ 6.000,00
515	MS	500110	AQUIDAUANA	R$ 6.000,00
516	MS	500124	ARAL MOREIRA	R$ 6.000,00
517	MS	500210	BELA VISTA	R$ 6.000,00
518	MS	500310	CORGUINHO	R$ 6.000,00
519	MS	500330	COXIM	R$ 6.000,00
520	MS	500410	GUIA LOPES DA LAGUNA	R$ 6.000,00
521	MS	500430	IGUATEMI	R$ 6.000,00
522	MS	500450	ITAPORÃ	R$ 6.000,00
523	MS	500515	JUTI	R$ 6.000,00
524	MS	500525	LAGUNA CARAPÃ	R$ 6.000,00
525	MS	500570	NAVIRAÍ	R$ 6.000,00
526	MS	500580	NIOAQUE	R$ 6.000,00
527	MS	500660	PONTA PORÃ	R$ 6.000,00
528	MS	500690	PORTO MURTINHO	R$ 6.000,00
529	MS	500750	ROCHEDO	R$ 6.000,00
530	MS	500793	SONORA	R$ 6.000,00
531	MS	500795	TACURU	R$ 6.000,00
532	MS	500830	TRÊS LAGOAS	R$ 6.000,00
MS TOTAL				R$ 114.000,00
533	MT	510025	ALTA FLORESTA	R$ 6.000,00
534	MT	510035	ALTO BOA VISTA	R$ 6.000,00
535	MT	510050	ALTO PARAGUAI	R$ 6.000,00
536	MT	510130	ARENÁPOLIS	R$ 6.000,00

537	MT	510170	BARRA DO BUGRES	R$ 6.000,00
538	MT	510180	BARRA DO GARÇAS	R$ 6.000,00
539	MT	510185	BOM JESUS DO ARAGUAIA	R$ 6.000,00
540	MT	510190	BRASNORTE	R$ 6.000,00
541	MT	510250	CÁCERES	R$ 6.000,00
542	MT	510270	CANARANA	R$ 6.000,00
543	MT	510310	COCALINHO	R$ 6.000,00
544	MT	510330	COMODORO	R$ 6.000,00
545	MT	510335	CONFRESA	R$ 6.000,00
546	MT	510337	COTRIGUAÇU	R$ 6.000,00
547	MT	510380	FIGUEIRÓPOLIS DOESTE	R$ 6.000,00
548	MT	510385	GAÚCHA DO NORTE	R$ 6.000,00
549	MT	510390	GENERAL CARNEIRO	R$ 6.000,00
550	MT	510410	GUARANTÃ DO NORTE	R$ 6.000,00
551	MT	510450	INDIAVAÍ	R$ 6.000,00
552	MT	510500	JAURU	R$ 6.000,00
553	MT	510515	JUÍNA	R$ 6.000,00
554	MT	510523	LAMBARI DOESTE	R$ 6.000,00
555	MT	510530	LUCIARA	R$ 6.000,00
556	MT	510610	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	R$ 6.000,00
557	MT	510618	NOVA LACERDA	R$ 6.000,00
558	MT	510890	NOVA MARINGÁ	R$ 6.000,00
559	MT	510617	NOVA NAZARÉ	R$ 6.000,00
560	MT	510628	NOVO SÃO JOAQUIM	R$ 6.000,00
561	MT	510642	PEIXOTO DE AZEVEDO	R$ 6.000,00
562	MT	510645	PLANALTO DA SERRA	R$ 6.000,00
563	MT	510650	POCONÉ	R$ 6.000,00
564	MT	510682	PORTO ESPERIDIÃO	R$ 6.000,00
565	MT	510718	RIBEIRÃO CASCALHEIRA	R$ 6.000,00
566	MT	510757	RONDOLÂNDIA	R$ 6.000,00
567	MT	510770	ROSÁRIO OESTE	R$ 6.000,00
568	MT	510775	SALTO DO CÉU	R$ 6.000,00
569	MT	510774	SANTA CRUZ DO XINGU	R$ 6.000,00
570	MT	510785	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	R$ 6.000,00
571	MT	510730	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	R$ 6.000,00
572	MT	510788	SERRA NOVA DOURADA	R$ 6.000,00
573	MT	510795	TANGARÁ DA SERRA	R$ 6.000,00
574	MT	510830	UNIÃO DO SUL	R$ 6.000,00
575	MT	510835	VALE DE SÃO DOMINGOS	R$ 6.000,00
576	MT	510850	VERA	R$ 6.000,00
577	MT	510550	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	R$ 6.000,00
578	MT	510860	VILA RICA	R$ 6.000,00
MT TOTAL				R$ 276.000,00
579	PA	150010	ABAETETUBA	R$ 6.000,00
580	PA	150034	ÁGUA AZUL DO NORTE	R$ 6.000,00
581	PA	150060	ALTAMIRA	R$ 6.000,00
582	PA	150085	ANAPU	R$ 6.000,00
583	PA	150145	BELTERRA	R$ 6.000,00
584	PA	150180	BREVES	R$ 6.000,00
585	PA	150190	BUJARU	R$ 6.000,00
586	PA	150290	CURUÇÁ	R$ 6.000,00
587	PA	150293	DOM ELISEU	R$ 6.000,00
588	PA	150295	ELDORADO DO CARAJÁS	R$ 6.000,00
589	PA	150300	FARO	R$ 6.000,00
590	PA	150304	FLORESTA DO ARAGUAIA	R$ 6.000,00
591	PA	150340	INHANGAPI	R$ 6.000,00
592	PA	150400	LIMOEIRO DO AJURU	R$ 6.000,00
593	PA	150503	NOVO PROGRESSO	R$ 6.000,00
594	PA	150548	PACAJÁ	R$ 6.000,00
595	PA	150550	PARAGOMINAS	R$ 6.000,00
596	PA	150555	PAU DARCO	R$ 6.000,00
597	PA	150563	PIÇARRA	R$ 6.000,00
598	PA	150670	SANTANA DO ARAGUAIA	R$ 6.000,00
599	PA	150730	SÃO FÉLIX DO XINGU	R$ 6.000,00
600	PA	150746	SÃO JOÃO DA PONTA	R$ 6.000,00
601	PA	150770	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	R$ 6.000,00
602	PA	150795	TAILÂNDIA	R$ 6.000,00
603	PA	150812	ULIANÓPOLIS	R$ 6.000,00
604	PA	150815	URUARÁ	R$ 6.000,00
605	PA	150835	VITÓRIA DO XINGU	R$ 6.000,00
PA TOTAL				R$ 162.000,00
606	PB	250010	ÁGUA BRANCA	R$ 6.000,00
607	PB	250020	AGUIAR	R$ 6.000,00
608	PB	250040	ALAGOA NOVA	R$ 6.000,00
609	PB	250053	ALCANTIL	R$ 6.000,00
610	PB	250057	ALGODÃO DE JANDAÍRA	R$ 6.000,00
611	PB	250073	AMPARO	R$ 6.000,00
612	PB	250077	APARECIDA	R$ 6.000,00
613	PB	250080	ARAÇAGI	R$ 6.000,00
614	PB	250100	ARARUNA	R$ 6.000,00
615	PB	250115	AREIA DE BARAÚNAS	R$ 6.000,00
616	PB	250120	AREIAL	R$ 6.000,00
617	PB	250153	BARAÚNA	R$ 6.000,00
618	PB	250160	BARRA DE SANTA ROSA	R$ 6.000,00
619	PB	250157	BARRA DE SANTANA	R$ 6.000,00
620	PB	250170	BARRA DE SÃO MIGUEL	R$ 6.000,00
621	PB	250200	BELÉM DO BREJO DO CRUZ	R$ 6.000,00
622	PB	250205	BERNARDINO BATISTA	R$ 6.000,00
623	PB	250210	BOA VENTURA	R$ 6.000,00
624	PB	250220	BOM JESUS	R$ 6.000,00
625	PB	250240	BONITO DE SANTA FÉ	R$ 6.000,00
626	PB	250310	CABACEIRAS	R$ 6.000,00
627	PB	250340	CACIMBA DE AREIA	R$ 6.000,00
628	PB	250350	CACIMBA DE DENTRO	R$ 6.000,00
629	PB	250355	CACIMBAS	R$ 6.000,00
630	PB	250375	CAJAZEIRINHAS	R$ 6.000,00

631	PB	250390	CAMALAÚ	R$ 6.000,00
632	PB	250403	CAPIM	R$ 6.000,00
633	PB	250407	CARAÚBAS	R$ 6.000,00
634	PB	250415	CASSERENGUE	R$ 6.000,00
635	PB	250435	CATURITÉ	R$ 6.000,00
636	PB	250440	CONCEIÇÃO	R$ 6.000,00
637	PB	250450	CONDADO	R$ 6.000,00
638	PB	250470	CONGO	R$ 6.000,00
639	PB	250490	CRUZ DO ESPÍRITO SANTO	R$ 6.000,00
640	PB	250510	CUITÉ	R$ 6.000,00
641	PB	250535	DAMIÃO	R$ 6.000,00
642	PB	250540	DESTERRO	R$ 6.000,00
643	PB	250560	DIAMANTE	R$ 6.000,00
644	PB	250580	DUAS ESTRADAS	R$ 6.000,00
645	PB	250590	EMAS	R$ 6.000,00
646	PB	250610	FAGUNDES	R$ 6.000,00
647	PB	250650	GURJÃO	R$ 6.000,00
648	PB	250660	IBIARA	R$ 6.000,00
649	PB	250260	IGARACY	R$ 6.000,00
650	PB	250680	INGÁ	R$ 6.000,00
651	PB	250690	ITABAIANA	R$ 6.000,00
652	PB	250700	ITAPORANGA	R$ 6.000,00
653	PB	250710	ITAPOROROCA	R$ 6.000,00
654	PB	250720	ITATUBA	R$ 6.000,00
655	PB	250730	JACARAÚ	R$ 6.000,00
656	PB	250740	JERICÓ	R$ 6.000,00
657	PB	251365	JOCA CLAUDINO	R$ 6.000,00
658	PB	250770	JUAZEIRINHO	R$ 6.000,00
659	PB	250790	JURIPIRANGA	R$ 6.000,00
660	PB	250800	JURU	R$ 6.000,00
661	PB	250820	LAGOA DE DENTRO	R$ 6.000,00
662	PB	250840	LASTRO	R$ 6.000,00
663	PB	250850	LIVRAMENTO	R$ 6.000,00
664	PB	250855	LOGRADOURO	R$ 6.000,00
665	PB	250870	MÃE DÁGUA	R$ 6.000,00
666	PB	250890	MAMANGUAPE	R$ 6.000,00
667	PB	250900	MANAÍRA	R$ 6.000,00
668	PB	250905	MARCAÇÃO	R$ 6.000,00
669	PB	250910	MARI	R$ 6.000,00
670	PB	250920	MASSARANDUBA	R$ 6.000,00
671	PB	250930	MATARACA	R$ 6.000,00
672	PB	250933	MATINHAS	R$ 6.000,00
673	PB	250939	MATURÉIA	R$ 6.000,00
674	PB	250950	MONTADAS	R$ 6.000,00
675	PB	250970	MONTEIRO	R$ 6.000,00
676	PB	250980	MULUNGU	R$ 6.000,00
677	PB	250990	NATUBA	R$ 6.000,00
678	PB	251000	NAZAREZINHO	R$ 6.000,00
679	PB	251020	NOVA OLINDA	R$ 6.000,00
680	PB	251030	NOVA PALMEIRA	R$ 6.000,00
681	PB	251050	OLIVEDOS	R$ 6.000,00
682	PB	251060	OURO VELHO	R$ 6.000,00
683	PB	251065	PARARI	R$ 6.000,00
684	PB	251080	PATOS	R$ 6.000,00
685	PB	251090	PAULISTA	R$ 6.000,00
686	PB	251100	PEDRA BRANCA	R$ 6.000,00
687	PB	251110	PEDRA LAVRADA	R$ 6.000,00
688	PB	251120	PEDRAS DE FOGO	R$ 6.000,00
689	PB	251272	PEDRO RÉGIS	R$ 6.000,00
690	PB	251140	PICUÍ	R$ 6.000,00
691	PB	251150	PILAR	R$ 6.000,00
692	PB	251170	PILÕEZINHOS	R$ 6.000,00
693	PB	251180	PIRPIRITUBA	R$ 6.000,00
694	PB	251203	POÇO DANTAS	R$ 6.000,00
695	PB	251207	POÇO DE JOSÉ DE MOURA	R$ 6.000,00
696	PB	251210	POMBAL	R$ 6.000,00
697	PB	251230	PRINCESA ISABEL	R$ 6.000,00
698	PB	251240	PUXINANÃ	R$ 6.000,00
699	PB	251260	QUIXABA	R$ 6.000,00
700	PB	251274	RIACHÃO	R$ 6.000,00
701	PB	251275	RIACHÃO DO BACAMARTE	R$ 6.000,00
702	PB	251278	RIACHO DE SANTO ANTÔNIO	R$ 6.000,00
703	PB	251290	RIO TINTO	R$ 6.000,00
704	PB	251315	SANTA CECÍLIA	R$ 6.000,00
705	PB	251330	SANTA HELENA	R$ 6.000,00
706	PB	251335	SANTA INÊS	R$ 6.000,00
707	PB	251340	SANTA LUZIA	R$ 6.000,00
708	PB	251350	SANTANA DE MANGUEIRA	R$ 6.000,00
709	PB	251360	SANTANA DOS GARROTES	R$ 6.000,00
710	PB	251385	SANTO ANDRÉ	R$ 6.000,00
711	PB	251392	SÃO BENTINHO	R$ 6.000,00
712	PB	251390	SÃO BENTO	R$ 6.000,00
713	PB	251396	SÃO DOMINGOS	R$ 6.000,00
714	PB	251398	SÃO FRANCISCO	R$ 6.000,00
715	PB	250070	SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE	R$ 6.000,00
716	PB	251420	SÃO JOSÉ DA LAGOA TAPADA	R$ 6.000,00
717	PB	251430	SÃO JOSÉ DE CAIANA	R$ 6.000,00
718	PB	251440	SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS	R$ 6.000,00
719	PB	251455	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	R$ 6.000,00
720	PB	251465	SÃO JOSÉ DO BREJO DO CRUZ	R$ 6.000,00
721	PB	251445	SÃO JOSÉ DOS RAMOS	R$ 6.000,00
722	PB	251490	SÃO MAMEDE	R$ 6.000,00
723	PB	251510	SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA	R$ 6.000,00
724	PB	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	R$ 6.000,00
725	PB	251540	SÃO VICENTE DO SERIDÓ	R$ 6.000,00
726	PB	251530	SAPÉ	R$ 6.000,00
727	PB	251550	SERRA BRANCA	R$ 6.000,00
728	PB	251570	SERRA GRANDE	R$ 6.000,00
729	PB	251597	SOBRADO	R$ 6.000,00
730	PB	251600	SOLÂNEA	R$ 6.000,00
731	PB	251615	SOSSÊGO	R$ 6.000,00
732	PB	251620	SOUSA	R$ 6.000,00
733	PB	251630	SUMÉ	R$ 6.000,00
734	PB	251640	TACIMA	R$ 6.000,00
735	PB	251660	TAVARES	R$ 6.000,00
736	PB	251670	TEIXEIRA	R$ 6.000,00
737	PB	251675	TENÓRIO	R$ 6.000,00
738	PB	251680	TRIUNFO	R$ 6.000,00
739	PB	251690	UIRAÚNA	R$ 6.000,00
740	PB	251700	UMBUZEIRO	R$ 6.000,00
741	PB	251710	VÁRZEA	R$ 6.000,00
742	PB	251720	VIEIRÓPOLIS	R$ 6.000,00
743	PB	250550	VISTA SERRANA	R$ 6.000,00
744	PB	251740	ZABELÊ	R$ 6.000,00
PB TOTAL				R$ 834.000,00

745	PE	260010	AFOGADOS DA INGAZEIRA	R$ 6.000,00
746	PE	260030	AGRESTINA	R$ 6.000,00
747	PE	260050	ÁGUAS BELAS	R$ 6.000,00
748	PE	260060	ALAGOINHA	R$ 6.000,00
749	PE	260090	AMARAJI	R$ 6.000,00
750	PE	260100	ANGELIM	R$ 6.000,00
751	PE	260120	ARCOVERDE	R$ 6.000,00
752	PE	260130	BARRA DE GUABIRABA	R$ 6.000,00
753	PE	260180	BETÂNIA	R$ 6.000,00
754	PE	260200	BODOCÓ	R$ 6.000,00
755	PE	260210	BOM CONSELHO	R$ 6.000,00
756	PE	260220	BOM JARDIM	R$ 6.000,00
757	PE	260230	BONITO	R$ 6.000,00
758	PE	260240	BREJÃO	R$ 6.000,00
759	PE	260250	BREJINHO	R$ 6.000,00
760	PE	260260	BREJO DA MADRE DE DEUS	R$ 6.000,00
761	PE	260300	CABROBÓ	R$ 6.000,00
762	PE	260310	CACHOEIRINHA	R$ 6.000,00
763	PE	260320	CAETÉS	R$ 6.000,00
764	PE	260330	CALÇADO	R$ 6.000,00
765	PE	260340	CALUMBI	R$ 6.000,00
766	PE	260370	CANHOTINHO	R$ 6.000,00
767	PE	260380	CAPOEIRAS	R$ 6.000,00
768	PE	260390	CARNAÍBA	R$ 6.000,00
769	PE	260410	CARUARU	R$ 6.000,00
770	PE	260430	CEDRO	R$ 6.000,00
771	PE	260450	CHÃ GRANDE	R$ 6.000,00
772	PE	260470	CORRENTES	R$ 6.000,00
773	PE	260480	CORTÊS	R$ 6.000,00
774	PE	260510	CUSTÓDIA	R$ 6.000,00
775	PE	260515	DORMENTES	R$ 6.000,00
776	PE	260530	EXU	R$ 6.000,00
777	PE	260600	GARANHUNS	R$ 6.000,00
778	PE	260630	GRANITO	R$ 6.000,00
779	PE	260640	GRAVATÁ	R$ 6.000,00
780	PE	260650	IATI	R$ 6.000,00
781	PE	260660	IBIMIRIM	R$ 6.000,00
782	PE	260690	IGUARACY	R$ 6.000,00
783	PE	260710	INGAZEIRA	R$ 6.000,00
784	PE	260720	IPOJUCA	R$ 6.000,00
785	PE	260730	IPUBI	R$ 6.000,00
786	PE	260750	ITAÍBA	R$ 6.000,00
787	PE	260765	ITAMBÉ	R$ 6.000,00
788	PE	260770	ITAPETIM	R$ 6.000,00
789	PE	260800	JATAÚBA	R$ 6.000,00
790	PE	260805	JATOBÁ	R$ 6.000,00
791	PE	260810	JOÃO ALFREDO	R$ 6.000,00
792	PE	260825	JUCATI	R$ 6.000,00
793	PE	260830	JUPI	R$ 6.000,00
794	PE	260870	LAGOA DOS GATOS	R$ 6.000,00
795	PE	260875	LAGOA GRANDE	R$ 6.000,00
796	PE	260880	LAJEDO	R$ 6.000,00
797	PE	260915	MANARI	R$ 6.000,00
798	PE	260930	MIRANDIBA	R$ 6.000,00
799	PE	261430	MOREILÂNDIA	R$ 6.000,00
800	PE	260970	OROBÓ	R$ 6.000,00
801	PE	260990	OURICURI	R$ 6.000,00
802	PE	261000	PALMARES	R$ 6.000,00
803	PE	261020	PANELAS	R$ 6.000,00
804	PE	261030	PARANATAMA	R$ 6.000,00
805	PE	261040	PARNAMIRIM	R$ 6.000,00
806	PE	261050	PASSIRA	R$ 6.000,00
807	PE	261080	PEDRA	R$ 6.000,00
808	PE	261090	PESQUEIRA	R$ 6.000,00
809	PE	261100	PETROLÂNDIA	R$ 6.000,00
810	PE	261153	QUIXABA	R$ 6.000,00
811	PE	261200	SAIRÉ	R$ 6.000,00
812	PE	261210	SALGADINHO	R$ 6.000,00
813	PE	261230	SALOÁ	R$ 6.000,00
814	PE	261245	SANTA CRUZ	R$ 6.000,00
815	PE	261247	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	R$ 6.000,00
816	PE	261260	SANTA MARIA DA BOA VISTA	R$ 6.000,00
817	PE	261270	SANTA MARIA DO CAMBUCÁ	R$ 6.000,00
818	PE	261280	SANTA TEREZINHA	R$ 6.000,00
819	PE	261330	SÃO JOAQUIM DO MONTE	R$ 6.000,00
820	PE	261350	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	R$ 6.000,00
821	PE	261360	SÃO JOSÉ DO EGITO	R$ 6.000,00
822	PE	261390	SERRA TALHADA	R$ 6.000,00
823	PE	261400	SERRITA	R$ 6.000,00
824	PE	261410	SERTÂNIA	R$ 6.000,00
825	PE	261450	SURUBIM	R$ 6.000,00
826	PE	261460	TABIRA	R$ 6.000,00
827	PE	261470	TACAIMBÓ	R$ 6.000,00
828	PE	261485	TAMANDARÉ	R$ 6.000,00
829	PE	261500	TAQUARITINGA DO NORTE	R$ 6.000,00
830	PE	261510	TEREZINHA	R$ 6.000,00
831	PE	261530	TIMBAÚBA	R$ 6.000,00
832	PE	261560	TRINDADE	R$ 6.000,00
833	PE	261570	TRIUNFO	R$ 6.000,00
834	PE	261580	TUPANATINGA	R$ 6.000,00
835	PE	261590	TUPARETAMA	R$ 6.000,00
836	PE	261610	VERDEJANTE	R$ 6.000,00
837	PE	261618	VERTENTE DO LÉRIO	R$ 6.000,00
838	PE	261620	VERTENTES	R$ 6.000,00
839	PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	R$ 6.000,00
PE TOTAL				R$ 570.000,00
840	PI	220100	ARRAIAL	R$ 6.000,00
841	PI	220105	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
842	PI	220190	BOM JESUS	R$ 6.000,00
843	PI	220192	BONFIM DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
844	PI	220202	BURITI DOS MONTES	R$ 6.000,00
845	PI	220211	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	R$ 6.000,00
846	PI	220213	CAMPO GRANDE DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
847	PI	220230	CANTO DO BURITI	R$ 6.000,00
848	PI	220255	CARIDADE DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
849	PI	220265	CAXINGÓ	R$ 6.000,00
850	PI	220285	CORONEL JOSÉ DIAS	R$ 6.000,00

851	PI	220300	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
852	PI	220345	DOM INOCÊNCIO	R$ 6.000,00
853	PI	220342	DOMINGOS MOURÃO	R$ 6.000,00
854	PI	220385	FLORESTA DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
855	PI	220470	INHUMA	R$ 6.000,00
856	PI	220480	IPIRANGA DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
857	PI	220500	ITAINÓPOLIS	R$ 6.000,00
858	PI	220515	JACOBINA DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
859	PI	220520	JAICÓS	R$ 6.000,00
860	PI	220553	JUREMA	R$ 6.000,00
861	PI	220556	LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
862	PI	220559	LAGOA DO SÍTIO	R$ 6.000,00
863	PI	220605	MASSAPÊ DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
864	PI	220795	NOVA SANTA RITA	R$ 6.000,00
865	PI	220720	PADRE MARCOS	R$ 6.000,00
866	PI	220740	PALMEIRA DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
867	PI	220755	PAQUETÁ	R$ 6.000,00
868	PI	220760	PARNAGUÁ	R$ 6.000,00
869	PI	220777	PATOS DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
870	PI	220779	PAU DARCO DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
871	PI	220785	PAVUSSU	R$ 6.000,00
872	PI	220830	PIRACURUCA	R$ 6.000,00
873	PI	220840	PIRIPIRI	R$ 6.000,00
874	PI	220985	SÃO JOÃO DA CANABRAVA	R$ 6.000,00
875	PI	221010	SÃO JOSÉ DO PEIXE	R$ 6.000,00
876	PI	221037	SÃO LUIS DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
877	PI	221063	SEBASTIÃO LEAL	R$ 6.000,00
878	PI	221160	VILA NOVA DO PIAUÍ	R$ 6.000,00
PI TOTAL				R$ 234.000,00
879	PR	410010	ABATIÁ	R$ 6.000,00
880	PR	410020	ADRIANÓPOLIS	R$ 6.000,00
881	PR	412862	ALTO PARAÍSO	R$ 6.000,00
882	PR	410070	ALTO PIQUIRI	R$ 6.000,00
883	PR	410050	ALTÔNIA	R$ 6.000,00
884	PR	410090	AMAPORÃ	R$ 6.000,00
885	PR	410105	ANAHY	R$ 6.000,00
886	PR	410130	ANTÔNIO OLINTO	R$ 6.000,00
887	PR	410185	ARIRANHA DO IVAÍ	R$ 6.000,00
888	PR	410290	BITURUNA	R$ 6.000,00
889	PR	410305	BOA VISTA DA APARECIDA	R$ 6.000,00
890	PR	410315	BOM JESUS DO SUL	R$ 6.000,00
891	PR	410337	BRASILÂNDIA DO SUL	R$ 6.000,00
892	PR	410340	CAFEARA	R$ 6.000,00
893	PR	410347	CAFEZAL DO SUL	R$ 6.000,00
894	PR	410370	CAMBÉ	R$ 6.000,00
895	PR	410395	CAMPINA DO SIMÃO	R$ 6.000,00
896	PR	410410	CAMPO DO TENENTE	R$ 6.000,00
897	PR	410440	CÂNDIDO DE ABREU	R$ 6.000,00
898	PR	410490	CASTRO	R$ 6.000,00
899	PR	410520	CERRO AZUL	R$ 6.000,00
900	PR	410580	COLOMBO	R$ 6.000,00
901	PR	410620	CONTENDA	R$ 6.000,00
902	PR	410645	CORONEL DOMINGOS SOARES	R$ 6.000,00
903	PR	410650	CORONEL VIVIDA	R$ 6.000,00
904	PR	410657	CRUZEIRO DO IGUAÇU	R$ 6.000,00
905	PR	410660	CRUZEIRO DO OESTE	R$ 6.000,00
906	PR	410685	CRUZMALTINA	R$ 6.000,00
907	PR	410700	CURIÚVA	R$ 6.000,00
908	PR	412863	DOUTOR ULYSSES	R$ 6.000,00
909	PR	410752	ESPERANÇA NOVA	R$ 6.000,00
910	PR	410754	ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU	R$ 6.000,00
911	PR	410773	FERNANDES PINHEIRO	R$ 6.000,00
912	PR	410800	FLORESTÓPOLIS	R$ 6.000,00
913	PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	R$ 6.000,00
914	PR	410845	FOZ DO JORDÃO	R$ 6.000,00
915	PR	410855	GODOY MOREIRA	R$ 6.000,00
916	PR	410870	GRANDES RIOS	R$ 6.000,00
917	PR	410895	GUAMIRANGA	R$ 6.000,00
918	PR	410910	GUAPOREMA	R$ 6.000,00
919	PR	410920	GUARACI	R$ 6.000,00
920	PR	410950	GUARAQUEÇABA	R$ 6.000,00
921	PR	410965	HONÓRIO SERPA	R$ 6.000,00
922	PR	410970	IBAITI	R$ 6.000,00
923	PR	410990	ICARAÍMA	R$ 6.000,00
924	PR	411005	IGUATU	R$ 6.000,00
925	PR	411010	IMBITUVA	R$ 6.000,00
926	PR	411020	INÁCIO MARTINS	R$ 6.000,00
927	PR	411030	INAJÁ	R$ 6.000,00
928	PR	411080	IRETAMA	R$ 6.000,00
929	PR	411230	JAPIRA	R$ 6.000,00
930	PR	411240	JAPURÁ	R$ 6.000,00
931	PR	411250	JARDIM ALEGRE	R$ 6.000,00
932	PR	411290	JUNDIAÍ DO SUL	R$ 6.000,00
933	PR	411325	LARANJAL	R$ 6.000,00
934	PR	411342	LIDIANÓPOLIS	R$ 6.000,00
935	PR	411373	LUIZIANA	R$ 6.000,00
936	PR	411375	LUNARDELLI	R$ 6.000,00
937	PR	411435	MANFRINÓPOLIS	R$ 6.000,00
938	PR	411440	MANGUEIRINHA	R$ 6.000,00
939	PR	411450	MANOEL RIBAS	R$ 6.000,00
940	PR	411470	MARIA HELENA	R$ 6.000,00

941	PR	411500	MARILENA	R$ 6.000,00
942	PR	411510	MARILUZ	R$ 6.000,00
943	PR	411573	MATO RICO	R$ 6.000,00
944	PR	411575	MAUÁ DA SERRA	R$ 6.000,00
945	PR	411650	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	R$ 6.000,00
946	PR	411705	NOVA LARANJEIRAS	R$ 6.000,00
947	PR	411721	NOVA SANTA BÁRBARA	R$ 6.000,00
948	PR	411727	NOVA TEBAS	R$ 6.000,00
949	PR	411729	NOVO ITACOLOMI	R$ 6.000,00
950	PR	411760	PALMAS	R$ 6.000,00
951	PR	411770	PALMEIRA	R$ 6.000,00
952	PR	411780	PALMITAL	R$ 6.000,00
953	PR	411885	PEROBAL	R$ 6.000,00
954	PR	411890	PÉROLA	R$ 6.000,00
955	PR	411910	PIÊN	R$ 6.000,00
956	PR	411960	PITANGA	R$ 6.000,00
957	PR	412030	PORTO VITÓRIA	R$ 6.000,00
958	PR	412060	PRUDENTÓPOLIS	R$ 6.000,00
959	PR	412090	QUEDAS DO IGUAÇU	R$ 6.000,00
960	PR	412100	QUERÊNCIA DO NORTE	R$ 6.000,00
961	PR	412120	QUITANDINHA	R$ 6.000,00
962	PR	412150	REBOUÇAS	R$ 6.000,00
963	PR	412160	RENASCENÇA	R$ 6.000,00
964	PR	412170	RESERVA	R$ 6.000,00
965	PR	412190	RIBEIRÃO DO PINHAL	R$ 6.000,00
966	PR	412215	RIO BONITO DO IGUAÇU	R$ 6.000,00
967	PR	412217	RIO BRANCO DO IVAÍ	R$ 6.000,00
968	PR	412240	ROLÂNDIA	R$ 6.000,00
969	PR	412250	RONCADOR	R$ 6.000,00
970	PR	412260	RONDON	R$ 6.000,00
971	PR	412265	ROSÁRIO DO IVAÍ	R$ 6.000,00
972	PR	412310	SANTA AMÉLIA	R$ 6.000,00
973	PR	412380	SANTA IZABEL DO OESTE	R$ 6.000,00
974	PR	412385	SANTA MARIA DO OESTE	R$ 6.000,00
975	PR	412390	SANTA MARIANA	R$ 6.000,00
976	PR	412395	SANTA MÔNICA	R$ 6.000,00
977	PR	412402	SANTA TEREZA DO OESTE	R$ 6.000,00
978	PR	412400	SANTANA DO ITARARÉ	R$ 6.000,00
979	PR	412440	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	R$ 6.000,00
980	PR	412460	SÃO CARLOS DO IVAÍ	R$ 6.000,00
981	PR	412470	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	R$ 6.000,00
982	PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	R$ 6.000,00
983	PR	412535	SÃO JORGE DO PATROCÍNIO	R$ 6.000,00
984	PR	412540	SÃO JOSÉ DA BOA VISTA	R$ 6.000,00
985	PR	412545	SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS	R$ 6.000,00
986	PR	412620	SAPOPEMA	R$ 6.000,00
987	PR	412625	SARANDI	R$ 6.000,00
988	PR	412667	TAMARANA	R$ 6.000,00
989	PR	412796	TURVO	R$ 6.000,00
990	PR	412820	UNIÃO DA VITÓRIA	R$ 6.000,00
991	PR	412855	VERA CRUZ DO OESTE	R$ 6.000,00
992	PR	412850	WENCESLAU BRAZ	R$ 6.000,00
993	PR	412880	XAMBRÊ	R$ 6.000,00
PR TOTAL				R$ 690.000,00
994	RJ	330022	AREAL	R$ 6.000,00
995	RJ	330040	BARRA MANSA	R$ 6.000,00
996	RJ	330050	BOM JARDIM	R$ 6.000,00
997	RJ	330090	CAMBUCI	R$ 6.000,00
998	RJ	330110	CANTAGALO	R$ 6.000,00
999	RJ	330140	CONCEIÇÃO DE MACABU	R$ 6.000,00
1000	RJ	330190	ITABORAÍ	R$ 6.000,00
1001	RJ	330245	MACUCO	R$ 6.000,00
1002	RJ	330300	MIRACEMA	R$ 6.000,00
1003	RJ	330360	PARACAMBI	R$ 6.000,00
1004	RJ	330370	PARAÍBA DO SUL	R$ 6.000,00
1005	RJ	330385	PATY DO ALFERES	R$ 6.000,00
1006	RJ	330410	PORCIÚNCULA	R$ 6.000,00
1007	RJ	330414	QUEIMADOS	R$ 6.000,00
1008	RJ	330440	RIO CLARO	R$ 6.000,00
1009	RJ	330450	RIO DAS FLORES	R$ 6.000,00
1010	RJ	330513	SÃO JOSÉ DE UBÁ	R$ 6.000,00
1011	RJ	330515	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	R$ 6.000,00
1012	RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	R$ 6.000,00
1013	RJ	330530	SÃO SEBASTIÃO DO ALTO	R$ 6.000,00
1014	RJ	330570	SUMIDOURO	R$ 6.000,00
1015	RJ	330580	TERESÓPOLIS	R$ 6.000,00
1016	RJ	330590	TRAJANO DE MORAES	R$ 6.000,00
1017	RJ	330615	VARRE-SAI	R$ 6.000,00
RJ TOTAL				R$ 144.000,00
1018	RN	240010	ACARI	R$ 6.000,00
1019	RN	240020	AÇU	R$ 6.000,00
1020	RN	240030	AFONSO BEZERRA	R$ 6.000,00
1021	RN	240040	ÁGUA NOVA	R$ 6.000,00
1022	RN	240050	ALEXANDRIA	R$ 6.000,00
1023	RN	240060	ALMINO AFONSO	R$ 6.000,00
1024	RN	240080	ANGICOS	R$ 6.000,00
1025	RN	240090	ANTÔNIO MARTINS	R$ 6.000,00
1026	RN	240100	APODI	R$ 6.000,00
1027	RN	240120	ARÊS	R$ 6.000,00
1028	RN	240140	BAÍA FORMOSA	R$ 6.000,00
1029	RN	240145	BARAÚNA	R$ 6.000,00
1030	RN	240150	BARCELONA	R$ 6.000,00
1031	RN	240160	BENTO FERNANDES	R$ 6.000,00
1032	RN	240165	BODÓ	R$ 6.000,00
1033	RN	240170	BOM JESUS	R$ 6.000,00
1034	RN	240180	BREJINHO	R$ 6.000,00
1035	RN	240200	CAICÓ	R$ 6.000,00
1036	RN	240210	CAMPO REDONDO	R$ 6.000,00
1037	RN	240220	CANGUARETAMA	R$ 6.000,00
1038	RN	240240	CARNAÚBA DOS DANTAS	R$ 6.000,00
1039	RN	240270	CERRO CORÁ	R$ 6.000,00
1040	RN	240280	CORONEL EZEQUIEL	R$ 6.000,00
1041	RN	240290	CORONEL JOÃO PESSOA	R$ 6.000,00
1042	RN	240300	CRUZETA	R$ 6.000,00
1043	RN	240320	DOUTOR SEVERIANO	R$ 6.000,00

1044	RN	240330	ENCANTO	R$ 6.000,00
1045	RN	240375	FERNANDO PEDROZA	R$ 6.000,00
1046	RN	240390	FRANCISCO DANTAS	R$ 6.000,00
1047	RN	240400	FRUTUOSO GOMES	R$ 6.000,00
1048	RN	240410	GALINHOS	R$ 6.000,00
1049	RN	240420	GOIANINHA	R$ 6.000,00
1050	RN	240440	GROSSOS	R$ 6.000,00
1051	RN	240450	GUAMARÉ	R$ 6.000,00
1052	RN	240480	IPUEIRA	R$ 6.000,00
1053	RN	240490	ITAÚ	R$ 6.000,00
1054	RN	240500	JAÇANÃ	R$ 6.000,00
1055	RN	240520	JANDUÍS	R$ 6.000,00
1056	RN	240530	JANUÁRIO CICCO	R$ 6.000,00
1057	RN	240540	JAPI	R$ 6.000,00
1058	RN	240550	JARDIM DE ANGICOS	R$ 6.000,00
1059	RN	240560	JARDIM DE PIRANHAS	R$ 6.000,00
1060	RN	240570	JARDIM DO SERIDÓ	R$ 6.000,00
1061	RN	240580	JOÃO CÂMARA	R$ 6.000,00
1062	RN	240590	JOÃO DIAS	R$ 6.000,00
1063	RN	240600	JOSÉ DA PENHA	R$ 6.000,00
1064	RN	240610	JUCURUTU	R$ 6.000,00
1065	RN	240630	LAGOA DE PEDRAS	R$ 6.000,00
1066	RN	240650	LAGOA NOVA	R$ 6.000,00
1067	RN	240660	LAGOA SALGADA	R$ 6.000,00
1068	RN	240670	LAJES	R$ 6.000,00
1069	RN	240680	LAJES PINTADAS	R$ 6.000,00
1070	RN	240690	LUCRÉCIA	R$ 6.000,00
1071	RN	240700	LUÍS GOMES	R$ 6.000,00
1072	RN	240725	MAJOR SALES	R$ 6.000,00
1073	RN	240730	MARCELINO VIEIRA	R$ 6.000,00
1074	RN	240740	MARTINS	R$ 6.000,00
1075	RN	240760	MESSIAS TARGINO	R$ 6.000,00
1076	RN	240770	MONTANHAS	R$ 6.000,00
1077	RN	240780	MONTE ALEGRE	R$ 6.000,00
1078	RN	240790	MONTE DAS GAMELEIRAS	R$ 6.000,00
1079	RN	240820	NÍSIA FLORESTA	R$ 6.000,00
1080	RN	240830	NOVA CRUZ	R$ 6.000,00
1081	RN	240840	OLHO-DÁGUA DO BORGES	R$ 6.000,00
1082	RN	240850	OURO BRANCO	R$ 6.000,00
1083	RN	240860	PARANÁ	R$ 6.000,00
1084	RN	240890	PARELHAS	R$ 6.000,00
1085	RN	240910	PASSA E FICA	R$ 6.000,00
1086	RN	240920	PASSAGEM	R$ 6.000,00
1087	RN	240940	PAU DOS FERROS	R$ 6.000,00
1088	RN	240950	PEDRA GRANDE	R$ 6.000,00
1089	RN	240960	PEDRA PRETA	R$ 6.000,00
1090	RN	240970	PEDRO AVELINO	R$ 6.000,00
1091	RN	240990	PENDÊNCIAS	R$ 6.000,00
1092	RN	241010	POÇO BRANCO	R$ 6.000,00
1093	RN	241020	PORTALEGRE	R$ 6.000,00
1094	RN	241025	PORTO DO MANGUE	R$ 6.000,00
1095	RN	241040	PUREZA	R$ 6.000,00
1096	RN	241050	RAFAEL FERNANDES	R$ 6.000,00
1097	RN	241060	RAFAEL GODEIRO	R$ 6.000,00
1098	RN	241070	RIACHO DA CRUZ	R$ 6.000,00
1099	RN	241080	RIACHO DE SANTANA	R$ 6.000,00
1100	RN	241090	RIACHUELO	R$ 6.000,00
1101	RN	240895	RIO DO FOGO	R$ 6.000,00
1102	RN	241100	RODOLFO FERNANDES	R$ 6.000,00
1103	RN	241110	RUY BARBOSA	R$ 6.000,00
1104	RN	241120	SANTA CRUZ	R$ 6.000,00
1105	RN	241142	SANTANA DO SERIDÓ	R$ 6.000,00
1106	RN	241150	SANTO ANTÔNIO	R$ 6.000,00
1107	RN	241170	SÃO BENTO DO TRAIRÍ	R$ 6.000,00
1108	RN	241180	SÃO FERNANDO	R$ 6.000,00
1109	RN	241190	SÃO FRANCISCO DO OESTE	R$ 6.000,00
1110	RN	241210	SÃO JOÃO DO SABUGI	R$ 6.000,00
1111	RN	241220	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	R$ 6.000,00
1112	RN	241230	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	R$ 6.000,00
1113	RN	241250	SÃO MIGUEL	R$ 6.000,00
1114	RN	241255	SÃO MIGUEL DO GOSTOSO	R$ 6.000,00
1115	RN	241260	SÃO PAULO DO POTENGI	R$ 6.000,00
1116	RN	241280	SÃO RAFAEL	R$ 6.000,00
1117	RN	241290	SÃO TOMÉ	R$ 6.000,00
1118	RN	241300	SÃO VICENTE	R$ 6.000,00
1119	RN	241310	SENADOR ELÓI DE SOUZA	R$ 6.000,00
1120	RN	241030	SERRA CAIADA	R$ 6.000,00
1121	RN	241330	SERRA DE SÃO BENTO	R$ 6.000,00
1122	RN	241335	SERRA DO MEL	R$ 6.000,00
1123	RN	241340	SERRA NEGRA DO NORTE	R$ 6.000,00
1124	RN	241350	SERRINHA	R$ 6.000,00
1125	RN	241355	SERRINHA DOS PINTOS	R$ 6.000,00
1126	RN	241360	SEVERIANO MELO	R$ 6.000,00
1127	RN	241370	SÍTIO NOVO	R$ 6.000,00
1128	RN	241380	TABOLEIRO GRANDE	R$ 6.000,00
1129	RN	241390	TAIPU	R$ 6.000,00
1130	RN	241400	TANGARÁ	R$ 6.000,00
1131	RN	241410	TENENTE ANANIAS	R$ 6.000,00
1132	RN	241105	TIBAU	R$ 6.000,00
1133	RN	241430	TIMBAÚBA DOS BATISTAS	R$ 6.000,00
1134	RN	241440	TOUROS	R$ 6.000,00
1135	RN	241450	UMARIZAL	R$ 6.000,00
1136	RN	241470	VÁRZEA	R$ 6.000,00
1137	RN	241480	VERA CRUZ	R$ 6.000,00
1138	RN	241490	VIÇOSA	R$ 6.000,00
RN TOTAL				R$ 726.000,00

1139	RO	110001	ALTA FLORESTA DOESTE	R$ 6.000,00
1140	RO	110037	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	R$ 6.000,00
1141	RO	110040	ALTO PARAÍSO	R$ 6.000,00
1142	RO	110002	ARIQUEMES	R$ 6.000,00
1143	RO	110070	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	R$ 6.000,00
1144	RO	110006	COLORADO DO OESTE	R$ 6.000,00
1145	RO	110100	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	R$ 6.000,00
1146	RO	110110	ITAPUÃ DO OESTE	R$ 6.000,00
1147	RO	110011	JARU	R$ 6.000,00
1148	RO	110012	JI-PARANÁ	R$ 6.000,00
1149	RO	110013	MACHADINHO DOESTE	R$ 6.000,00
1150	RO	110120	MINISTRO ANDREAZZA	R$ 6.000,00
1151	RO	110130	MIRANTE DA SERRA	R$ 6.000,00
1152	RO	110140	MONTE NEGRO	R$ 6.000,00
1153	RO	110143	NOVA UNIÃO	R$ 6.000,00
1154	RO	110018	PIMENTA BUENO	R$ 6.000,00
1155	RO	110147	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	R$ 6.000,00
1156	RO	110028	ROLIM DE MOURA	R$ 6.000,00
1157	RO	110149	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	R$ 6.000,00
1158	RO	110032	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	R$ 6.000,00
1159	RO	110160	THEOBROMA	R$ 6.000,00
1160	RO	110180	VALE DO PARAÍSO	R$ 6.000,00
RO TOTAL				R$ 132.000,00
1161	RS	430003	ACEGUÁ	R$ 6.000,00
1162	RS	430010	AGUDO	R$ 6.000,00
1163	RS	430030	ALECRIM	R$ 6.000,00
1164	RS	430045	ALEGRIA	R$ 6.000,00
1165	RS	430060	ALVORADA	R$ 6.000,00
1166	RS	430120	ARROIO DO TIGRE	R$ 6.000,00
1167	RS	430155	ÁUREA	R$ 6.000,00
1168	RS	430200	BARROS CASSAL	R$ 6.000,00
1169	RS	430230	BOM JESUS	R$ 6.000,00
1170	RS	430250	BOSSOROCA	R$ 6.000,00
1171	RS	430270	BUTIÁ	R$ 6.000,00
1172	RS	430280	CAÇAPAVA DO SUL	R$ 6.000,00
1173	RS	430300	CACHOEIRA DO SUL	R$ 6.000,00
1174	RS	430320	CACIQUE DOBLE	R$ 6.000,00
1175	RS	430340	CAIÇARA	R$ 6.000,00
1176	RS	430350	CAMAQUÃ	R$ 6.000,00
1177	RS	430360	CAMBARÁ DO SUL	R$ 6.000,00
1178	RS	430450	CANGUÇU	R$ 6.000,00
1179	RS	430465	CAPÃO DO CIPÓ	R$ 6.000,00
1180	RS	430471	CARAÁ	R$ 6.000,00
1181	RS	430500	CATUÍPE	R$ 6.000,00
1182	RS	430512	CERRITO	R$ 6.000,00
1183	RS	430517	CERRO GRANDE DO SUL	R$ 6.000,00
1184	RS	430540	CHIAPETTA	R$ 6.000,00
1185	RS	430590	CORONEL BICACO	R$ 6.000,00
1186	RS	430632	DERRUBADAS	R$ 6.000,00
1187	RS	430637	DILERMANDO DE AGUIAR	R$ 6.000,00
1188	RS	430673	DOUTOR MAURÍCIO CARDOSO	R$ 6.000,00
1189	RS	430675	DOUTOR RICARDO	R$ 6.000,00
1190	RS	430690	ENCRUZILHADA DO SUL	R$ 6.000,00
1191	RS	430693	ENTRE-IJUÍS	R$ 6.000,00
1192	RS	430770	ESTEIO	R$ 6.000,00
1193	RS	430781	ESTRELA VELHA	R$ 6.000,00
1194	RS	430783	EUGÊNIO DE CASTRO	R$ 6.000,00
1195	RS	430805	FAXINALZINHO	R$ 6.000,00
1196	RS	430807	FAZENDA VILANOVA	R$ 6.000,00
1197	RS	430840	FORMIGUEIRO	R$ 6.000,00
1198	RS	430843	FORQUETINHA	R$ 6.000,00
1199	RS	430845	FORTALEZA DOS VALOS	R$ 6.000,00
1200	RS	430905	GLORINHA	R$ 6.000,00
1201	RS	430915	GRAMADO XAVIER	R$ 6.000,00
1202	RS	430920	GRAVATAÍ	R$ 6.000,00
1203	RS	430995	IBIRAPUITÃ	R$ 6.000,00
1204	RS	431010	IGREJINHA	R$ 6.000,00
1205	RS	431040	INDEPENDÊNCIA	R$ 6.000,00
1206	RS	431041	INHACORÁ	R$ 6.000,00
1207	RS	431043	IPÊ	R$ 6.000,00
1208	RS	431050	IRAÍ	R$ 6.000,00
1209	RS	431055	ITACURUBI	R$ 6.000,00
1210	RS	431065	ITATI	R$ 6.000,00
1211	RS	431075	IVORÁ	R$ 6.000,00
1212	RS	431087	JACUIZINHO	R$ 6.000,00
1213	RS	431110	JAGUARI	R$ 6.000,00
1214	RS	431113	JARI	R$ 6.000,00
1215	RS	431115	JÓIA	R$ 6.000,00
1216	RS	431120	JÚLIO DE CASTILHOS	R$ 6.000,00
1217	RS	431123	LAGOA BONITA DO SUL	R$ 6.000,00
1218	RS	431125	LAGOÃO	R$ 6.000,00
1219	RS	431142	LAJEADO DO BUGRE	R$ 6.000,00
1220	RS	431150	LAVRAS DO SUL	R$ 6.000,00
1221	RS	431162	LINDOLFO COLLOR	R$ 6.000,00
1222	RS	431164	LINHA NOVA	R$ 6.000,00

1223	RS	431177	MAQUINÉ	R$ 6.000,00
1224	RS	431179	MARATÁ	R$ 6.000,00
1225	RS	431210	MATA	R$ 6.000,00
1226	RS	431215	MATO LEITÃO	R$ 6.000,00
1227	RS	431225	MINAS DO LEÃO	R$ 6.000,00
1228	RS	431230	MIRAGUAÍ	R$ 6.000,00
1229	RS	431250	MOSTARDAS	R$ 6.000,00
1230	RS	431260	MUÇUM	R$ 6.000,00
1231	RS	431333	NOVA RAMADA	R$ 6.000,00
1232	RS	431337	NOVA SANTA RITA	R$ 6.000,00
1233	RS	431342	NOVO MACHADO	R$ 6.000,00
1234	RS	431344	NOVO TIRADENTES	R$ 6.000,00
1235	RS	431360	PAIM FILHO	R$ 6.000,00
1236	RS	431402	PARAÍSO DO SUL	R$ 6.000,00
1237	RS	431406	PASSA SETE	R$ 6.000,00
1238	RS	431407	PASSO DO SOBRADO	R$ 6.000,00
1239	RS	431430	PEJUÇARA	R$ 6.000,00
1240	RS	431440	PELOTAS	R$ 6.000,00
1241	RS	431450	PINHEIRO MACHADO	R$ 6.000,00
1242	RS	431460	PIRATINI	R$ 6.000,00
1243	RS	431470	PLANALTO	R$ 6.000,00
1244	RS	431480	PORTÃO	R$ 6.000,00
1245	RS	431500	PORTO LUCENA	R$ 6.000,00
1246	RS	431505	PORTO MAUÁ	R$ 6.000,00
1247	RS	431513	POUSO NOVO	R$ 6.000,00
1248	RS	431515	PROGRESSO	R$ 6.000,00
1249	RS	431532	QUEVEDOS	R$ 6.000,00
1250	RS	431540	REDENTORA	R$ 6.000,00
1251	RS	431545	RELVADO	R$ 6.000,00
1252	RS	431570	RIO PARDO	R$ 6.000,00
1253	RS	431595	ROLADOR	R$ 6.000,00
1254	RS	431600	ROLANTE	R$ 6.000,00
1255	RS	431630	ROQUE GONZALES	R$ 6.000,00
1256	RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	R$ 6.000,00
1257	RS	431642	SAGRADA FAMÍLIA	R$ 6.000,00
1258	RS	431643	SALDANHA MARINHO	R$ 6.000,00
1259	RS	431650	SALVADOR DO SUL	R$ 6.000,00
1260	RS	431725	SANTA TEREZA	R$ 6.000,00
1261	RS	431800	SÃO BORJA	R$ 6.000,00
1262	RS	431810	SÃO FRANCISCO DE ASSIS	R$ 6.000,00
1263	RS	431820	SÃO FRANCISCO DE PAULA	R$ 6.000,00
1264	RS	431830	SÃO GABRIEL	R$ 6.000,00
1265	RS	431842	SÃO JOÃO DA URTIGA	R$ 6.000,00
1266	RS	431848	SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	R$ 6.000,00
1267	RS	431862	SÃO JOSÉ DOS AUSENTES	R$ 6.000,00
1268	RS	431870	SÃO LEOPOLDO	R$ 6.000,00
1269	RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	R$ 6.000,00
1270	RS	431910	SÃO MARTINHO	R$ 6.000,00
1271	RS	431912	SÃO MARTINHO DA SERRA	R$ 6.000,00
1272	RS	431920	SÃO NICOLAU	R$ 6.000,00
1273	RS	431930	SÃO PAULO DAS MISSÕES	R$ 6.000,00
1274	RS	431960	SÃO SEPÉ	R$ 6.000,00
1275	RS	431973	SÃO VALÉRIO DO SUL	R$ 6.000,00
1276	RS	431980	SÃO VICENTE DO SUL	R$ 6.000,00
1277	RS	431990	SAPIRANGA	R$ 6.000,00
1278	RS	432000	SAPUCAIA DO SUL	R$ 6.000,00
1279	RS	432023	SEDE NOVA	R$ 6.000,00
1280	RS	432026	SEGREDO	R$ 6.000,00
1281	RS	432045	SÉRIO	R$ 6.000,00
1282	RS	432080	SOLEDADE	R$ 6.000,00
1283	RS	432110	TAPES	R$ 6.000,00
1284	RS	432130	TAQUARI	R$ 6.000,00
1285	RS	432140	TENENTE PORTELA	R$ 6.000,00
1286	RS	432149	TOROPI	R$ 6.000,00
1287	RS	432166	TRÊS CACHOEIRAS	R$ 6.000,00
1288	RS	432170	TRÊS COROAS	R$ 6.000,00
1289	RS	432183	TRÊS FORQUILHAS	R$ 6.000,00
1290	RS	432237	UNISTALDA	R$ 6.000,00
1291	RS	432253	VALE DO SOL	R$ 6.000,00
1292	RS	432260	VENÂNCIO AIRES	R$ 6.000,00
1293	RS	432270	VERA CRUZ	R$ 6.000,00
1294	RS	432335	VILA LÂNGARO	R$ 6.000,00
1295	RS	432345	VILA NOVA DO SUL	R$ 6.000,00
RS TOTAL				R$ 810.000,00

1296	SC	420005	ABDON BATISTA	R$ 6.000,00
1297	SC	420040	ÁGUA DOCE	R$ 6.000,00
1298	SC	420050	ÁGUAS DE CHAPECÓ	R$ 6.000,00
1299	SC	420060	ÁGUAS MORNAS	R$ 6.000,00
1300	SC	420070	ALFREDO WAGNER	R$ 6.000,00
1301	SC	420090	ANGELINA	R$ 6.000,00
1302	SC	420110	ANITÁPOLIS	R$ 6.000,00
1303	SC	420125	APIÚNA	R$ 6.000,00

1304	SC	420130	ARAQUARI	R$ 6.000,00
1305	SC	420140	ARARANGUÁ	R$ 6.000,00
1306	SC	420205	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	R$ 6.000,00
1307	SC	420210	BARRA VELHA	R$ 6.000,00
1308	SC	420215	BELMONTE	R$ 6.000,00
1309	SC	420250	BOM JARDIM DA SERRA	R$ 6.000,00
1310	SC	420253	BOM JESUS	R$ 6.000,00
1311	SC	420257	BOM JESUS DO OESTE	R$ 6.000,00
1312	SC	420270	BOTUVERÁ	R$ 6.000,00
1313	SC	420290	BRUSQUE	R$ 6.000,00
1314	SC	420310	CAIBI	R$ 6.000,00
1315	SC	420315	CALMON	R$ 6.000,00
1316	SC	420350	CAMPO ERÊ	R$ 6.000,00
1317	SC	420360	CAMPOS NOVOS	R$ 6.000,00
1318	SC	420370	CANELINHA	R$ 6.000,00
1319	SC	420380	CANOINHAS	R$ 6.000,00
1320	SC	420400	CATANDUVAS	R$ 6.000,00
1321	SC	420420	CHAPECÓ	R$ 6.000,00
1322	SC	420445	CORONEL MARTINS	R$ 6.000,00
1323	SC	420455	CORREIA PINTO	R$ 6.000,00
1324	SC	420480	CURITIBANOS	R$ 6.000,00
1325	SC	420500	DIONÍSIO CERQUEIRA	R$ 6.000,00
1326	SC	420515	DOUTOR PEDRINHO	R$ 6.000,00
1327	SC	420520	ERVAL VELHO	R$ 6.000,00
1328	SC	420543	FORMOSA DO SUL	R$ 6.000,00
1329	SC	420545	FORQUILHINHA	R$ 6.000,00
1330	SC	420550	FRAIBURGO	R$ 6.000,00
1331	SC	420560	GALVÃO	R$ 6.000,00
1332	SC	420570	GAROPABA	R$ 6.000,00
1333	SC	420580	GARUVA	R$ 6.000,00
1334	SC	420630	GUABIRUBA	R$ 6.000,00
1335	SC	420650	GUARAMIRIM	R$ 6.000,00
1336	SC	420680	IBICARÉ	R$ 6.000,00
1337	SC	420690	IBIRAMA	R$ 6.000,00
1338	SC	420740	IMBUIA	R$ 6.000,00
1339	SC	420768	IPUAÇU	R$ 6.000,00
1340	SC	420775	IRACEMINHA	R$ 6.000,00
1341	SC	420785	IRATI	R$ 6.000,00
1342	SC	420790	IRINEÓPOLIS	R$ 6.000,00
1343	SC	420810	ITAIÓPOLIS	R$ 6.000,00
1344	SC	420850	ITUPORANGA	R$ 6.000,00
1345	SC	420870	JACINTO MACHADO	R$ 6.000,00
1346	SC	420895	JARDINÓPOLIS	R$ 6.000,00
1347	SC	420917	JUPIÁ	R$ 6.000,00
1348	SC	420960	LAURO MULLER	R$ 6.000,00
1349	SC	420980	LEOBERTO LEAL	R$ 6.000,00
1350	SC	421020	MAJOR GERCINO	R$ 6.000,00
1351	SC	421070	MATOS COSTA	R$ 6.000,00
1352	SC	421110	MONTE CASTELO	R$ 6.000,00
1353	SC	421125	MORRO GRANDE	R$ 6.000,00
1354	SC	421170	ORLEANS	R$ 6.000,00
1355	SC	421185	OURO VERDE	R$ 6.000,00
1356	SC	421187	PAIAL	R$ 6.000,00
1357	SC	421189	PAINEL	R$ 6.000,00
1358	SC	421190	PALHOÇA	R$ 6.000,00
1359	SC	421200	PALMA SOLA	R$ 6.000,00
1360	SC	421205	PALMEIRA	R$ 6.000,00
1361	SC	421220	PAPANDUVA	R$ 6.000,00
1362	SC	421223	PARAÍSO	R$ 6.000,00
1363	SC	421225	PASSO DE TORRES	R$ 6.000,00
1364	SC	421227	PASSOS MAIA	R$ 6.000,00
1365	SC	421230	PAULO LOPES	R$ 6.000,00
1366	SC	421330	PONTE ALTA	R$ 6.000,00
1367	SC	421335	PONTE ALTA DO NORTE	R$ 6.000,00
1368	SC	421340	PONTE SERRADA	R$ 6.000,00
1369	SC	421380	PRAIA GRANDE	R$ 6.000,00
1370	SC	421415	PRINCESA	R$ 6.000,00
1371	SC	421440	RIO DAS ANTAS	R$ 6.000,00
1372	SC	421507	RIQUEZA	R$ 6.000,00
1373	SC	421520	ROMELÂNDIA	R$ 6.000,00
1374	SC	421550	SANTA CECÍLIA	R$ 6.000,00
1375	SC	421565	SANTA ROSA DO SUL	R$ 6.000,00
1376	SC	421575	SÃO BERNARDINO	R$ 6.000,00
1377	SC	421670	SÃO JOSÉ DO CEDRO	R$ 6.000,00
1378	SC	421680	SÃO JOSÉ DO CERRITO	R$ 6.000,00
1379	SC	421715	SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	R$ 6.000,00
1380	SC	421770	SOMBRIO	R$ 6.000,00
1381	SC	421775	SUL BRASIL	R$ 6.000,00
1382	SC	421795	TIGRINHOS	R$ 6.000,00
1383	SC	421810	TIMBÉ DO SUL	R$ 6.000,00
1384	SC	421830	TRÊS BARRAS	R$ 6.000,00
1385	SC	421885	UNIÃO DO OESTE	R$ 6.000,00
1386	SC	421895	URUPEMA	R$ 6.000,00
1387	SC	421910	VARGEÃO	R$ 6.000,00
1388	SC	421930	VIDEIRA	R$ 6.000,00
1389	SC	421935	VITOR MEIRELES	R$ 6.000,00
1390	SC	421970	XAXIM	R$ 6.000,00
SC TOTAL				R$ 570.000,00
1391	SE	280040	ARAUÁ	R$ 6.000,00
1392	SE	280067	BOQUIM	R$ 6.000,00
1393	SE	280070	BREJO GRANDE	R$ 6.000,00
1394	SE	280110	CANHOBA	R$ 6.000,00
1395	SE	280130	CAPELA	R$ 6.000,00
1396	SE	280140	CARIRA	R$ 6.000,00
1397	SE	280160	CEDRO DE SÃO JOÃO	R$ 6.000,00
1398	SE	280170	CRISTINÁPOLIS	R$ 6.000,00
1399	SE	280190	CUMBE	R$ 6.000,00
1400	SE	280210	ESTÂNCIA	R$ 6.000,00
1401	SE	280280	INDIAROBA	R$ 6.000,00
1402	SE	280290	ITABAIANA	R$ 6.000,00
1403	SE	280300	ITABAIANINHA	R$ 6.000,00
1404	SE	280320	ITAPORANGA DAJUDA	R$ 6.000,00
1405	SE	280340	JAPOATÃ	R$ 6.000,00
1406	SE	280350	LAGARTO	R$ 6.000,00
1407	SE	280380	MALHADA DOS BOIS	R$ 6.000,00
1408	SE	280410	MOITA BONITA	R$ 6.000,00

1409	SE	280420	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	R$ 6.000,00
1410	SE	280440	NEÓPOLIS	R$ 6.000,00
1411	SE	280445	NOSSA SENHORA APARECIDA	R$ 6.000,00
1412	SE	280470	NOSSA SENHORA DE LOURDES	R$ 6.000,00
1413	SE	280480	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	R$ 6.000,00
1414	SE	280490	PACATUBA	R$ 6.000,00
1415	SE	280520	PINHÃO	R$ 6.000,00
1416	SE	280540	POÇO REDONDO	R$ 6.000,00
1417	SE	280550	POÇO VERDE	R$ 6.000,00
1418	SE	280570	PROPRIÁ	R$ 6.000,00
1419	SE	280580	RIACHÃO DO DANTAS	R$ 6.000,00
1420	SE	280600	RIBEIRÓPOLIS	R$ 6.000,00
1421	SE	280620	SALGADO	R$ 6.000,00
1422	SE	280630	SANTA LUZIA DO ITANHY	R$ 6.000,00
1423	SE	280680	SÃO DOMINGOS	R$ 6.000,00
1424	SE	280700	SÃO MIGUEL DO ALEIXO	R$ 6.000,00
1425	SE	280710	SIMÃO DIAS	R$ 6.000,00
1426	SE	280730	TELHA	R$ 6.000,00
1427	SE	280740	TOBIAS BARRETO	R$ 6.000,00
1428	SE	280750	TOMAR DO GERU	R$ 6.000,00
1429	SE	280760	UMBAÚBA	R$ 6.000,00
SE TOTAL				R$ 234.000,00
1430	SP	350020	ADOLFO	R$ 6.000,00
1431	SP	350075	ALAMBARI	R$ 6.000,00
1432	SP	350120	ÁLVARES FLORENCE	R$ 6.000,00
1433	SP	350270	APIAÍ	R$ 6.000,00
1434	SP	350310	ARANDU	R$ 6.000,00
1435	SP	350370	ARIRANHA	R$ 6.000,00
1436	SP	350380	ARTUR NOGUEIRA	R$ 6.000,00
1437	SP	350390	ARUJÁ	R$ 6.000,00
1438	SP	350410	ATIBAIA	R$ 6.000,00
1439	SP	350450	AVARÉ	R$ 6.000,00
1440	SP	350470	BALBINOS	R$ 6.000,00
1441	SP	350500	BARÃO DE ANTONINA	R$ 6.000,00
1442	SP	350590	BATATAIS	R$ 6.000,00
1443	SP	350660	BIRITIBA-MIRIM	R$ 6.000,00
1444	SP	350670	BOA ESPERANÇA DO SUL	R$ 6.000,00
1445	SP	350690	BOFETE	R$ 6.000,00
1446	SP	350710	BOM JESUS DOS PERDÕES	R$ 6.000,00
1447	SP	350740	BORBOREMA	R$ 6.000,00
1448	SP	350775	BREJO ALEGRE	R$ 6.000,00
1449	SP	350830	CABRÁLIA PAULISTA	R$ 6.000,00
1450	SP	350840	CABREÚVA	R$ 6.000,00
1451	SP	350890	CAIABU	R$ 6.000,00
1452	SP	350925	CAJATI	R$ 6.000,00
1453	SP	350930	CAJOBI	R$ 6.000,00
1454	SP	350945	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	R$ 6.000,00
1455	SP	350960	CAMPO LIMPO PAULISTA	R$ 6.000,00
1456	SP	350980	CAMPOS NOVOS PAULISTA	R$ 6.000,00
1457	SP	351000	CÂNDIDO MOTA	R$ 6.000,00
1458	SP	351040	CAPIVARI	R$ 6.000,00
1459	SP	351070	CARDOSO	R$ 6.000,00
1460	SP	351100	CASTILHO	R$ 6.000,00
1461	SP	351140	CERQUEIRA CÉSAR	R$ 6.000,00
1462	SP	351160	CESÁRIO LANGE	R$ 6.000,00
1463	SP	351210	COLÔMBIA	R$ 6.000,00
1464	SP	351250	COROADOS	R$ 6.000,00
1465	SP	351260	CORONEL MACEDO	R$ 6.000,00
1466	SP	351290	COSMORAMA	R$ 6.000,00
1467	SP	351300	COTIA	R$ 6.000,00
1468	SP	351380	DIADEMA	R$ 6.000,00
1469	SP	351410	DOIS CÓRREGOS	R$ 6.000,00
1470	SP	351480	ELDORADO	R$ 6.000,00
1471	SP	351512	EMILIANÓPOLIS	R$ 6.000,00
1472	SP	351519	ESPÍRITO SANTO DO TURVO	R$ 6.000,00
1473	SP	351540	FARTURA	R$ 6.000,00
1474	SP	351565	FERNÃO	R$ 6.000,00
1475	SP	351600	FLÓRIDA PAULISTA	R$ 6.000,00
1476	SP	351610	FLORÍNIA	R$ 6.000,00
1477	SP	351640	FRANCO DA ROCHA	R$ 6.000,00
1478	SP	351660	GÁLIA	R$ 6.000,00
1479	SP	351680	GASTÃO VIDIGAL	R$ 6.000,00
1480	SP	351710	GLICÉRIO	R$ 6.000,00
1481	SP	351760	GUAPIARA	R$ 6.000,00
1482	SP	351770	GUARÁ	R$ 6.000,00
1483	SP	351780	GUARAÇAÍ	R$ 6.000,00
1484	SP	351800	GUARANI DOESTE	R$ 6.000,00
1485	SP	351870	GUARUJÁ	R$ 6.000,00
1486	SP	351885	GUATAPARÁ	R$ 6.000,00
1487	SP	351950	IBIRAREMA	R$ 6.000,00
1488	SP	351960	IBITINGA	R$ 6.000,00
1489	SP	352042	ILHA COMPRIDA	R$ 6.000,00
1490	SP	352090	IPAUSSU	R$ 6.000,00
1491	SP	352150	IRAPUÃ	R$ 6.000,00
1492	SP	352160	IRAPURU	R$ 6.000,00
1493	SP	352170	ITABERÁ	R$ 6.000,00
1494	SP	352190	ITAJOBI	R$ 6.000,00
1495	SP	352200	ITAJU	R$ 6.000,00
1496	SP	352215	ITAÓCA	R$ 6.000,00
1497	SP	352230	ITAPETININGA	R$ 6.000,00
1498	SP	352240	ITAPEVA	R$ 6.000,00
1499	SP	352265	ITAPIRAPUÃ PAULISTA	R$ 6.000,00
1500	SP	352270	ITÁPOLIS	R$ 6.000,00
1501	SP	352280	ITAPORANGA	R$ 6.000,00
1502	SP	352320	ITARARÉ	R$ 6.000,00
1503	SP	352360	ITIRAPINA	R$ 6.000,00
1504	SP	352370	ITIRAPUÃ	R$ 6.000,00
1505	SP	352380	ITOBI	R$ 6.000,00

1506	SP	352400	ITUPEVA	R$ 6.000,00
1507	SP	352420	JABORANDI	R$ 6.000,00
1508	SP	352440	JACAREÍ	R$ 6.000,00
1509	SP	352460	JACUPIRANGA	R$ 6.000,00
1510	SP	352600	JUNQUEIRÓPOLIS	R$ 6.000,00
1511	SP	352610	JUQUIÁ	R$ 6.000,00
1512	SP	352620	JUQUITIBA	R$ 6.000,00
1513	SP	352640	LARANJAL PAULISTA	R$ 6.000,00
1514	SP	352650	LAVÍNIA	R$ 6.000,00
1515	SP	352720	LORENA	R$ 6.000,00
1516	SP	352750	LUCIANÓPOLIS	R$ 6.000,00
1517	SP	352780	LUPÉRCIO	R$ 6.000,00
1518	SP	352840	MAIRINQUE	R$ 6.000,00
1519	SP	352910	MARINÓPOLIS	R$ 6.000,00
1520	SP	352940	MAUÁ	R$ 6.000,00
1521	SP	352960	MERIDIANO	R$ 6.000,00
1522	SP	352965	MESÓPOLIS	R$ 6.000,00
1523	SP	353020	MIRANTE DO PARANAPANEMA	R$ 6.000,00
1524	SP	353040	MIRASSOLÂNDIA	R$ 6.000,00
1525	SP	353060	MOGI DAS CRUZES	R$ 6.000,00
1526	SP	353200	MORUNGABA	R$ 6.000,00
1527	SP	353205	MOTUCA	R$ 6.000,00
1528	SP	353210	MURUTINGA DO SUL	R$ 6.000,00
1529	SP	353215	NANTES	R$ 6.000,00
1530	SP	353220	NARANDIBA	R$ 6.000,00
1531	SP	353240	NAZARÉ PAULISTA	R$ 6.000,00
1532	SP	353284	NOVA CANAÃ PAULISTA	R$ 6.000,00
1533	SP	353300	NOVA GRANADA	R$ 6.000,00
1534	SP	353325	NOVAIS	R$ 6.000,00
1535	SP	353350	NOVO HORIZONTE	R$ 6.000,00
1536	SP	353500	PALESTINA	R$ 6.000,00
1537	SP	353510	PALMARES PAULISTA	R$ 6.000,00
1538	SP	353530	PALMITAL	R$ 6.000,00
1539	SP	353540	PANORAMA	R$ 6.000,00
1540	SP	353580	PARANAPANEMA	R$ 6.000,00
1541	SP	353590	PARANAPUÃ	R$ 6.000,00
1542	SP	353610	PARDINHO	R$ 6.000,00
1543	SP	353620	PARIQUERA-AÇU	R$ 6.000,00
1544	SP	353625	PARISI	R$ 6.000,00
1545	SP	353670	PEDERNEIRAS	R$ 6.000,00
1546	SP	353720	PEDRO DE TOLEDO	R$ 6.000,00
1547	SP	353760	PERUÍBE	R$ 6.000,00
1548	SP	353770	PIACATU	R$ 6.000,00
1549	SP	353780	PIEDADE	R$ 6.000,00
1550	SP	353790	PILAR DO SUL	R$ 6.000,00
1551	SP	353800	PINDAMONHANGABA	R$ 6.000,00
1552	SP	353860	PIRACAIA	R$ 6.000,00
1553	SP	353890	PIRAJUÍ	R$ 6.000,00
1554	SP	353910	PIRAPORA DO BOM JESUS	R$ 6.000,00
1555	SP	353950	PITANGUEIRAS	R$ 6.000,00
1556	SP	354020	PONTAL	R$ 6.000,00
1557	SP	354025	PONTALINDA	R$ 6.000,00
1558	SP	354040	POPULINA	R$ 6.000,00
1559	SP	354050	PORANGABA	R$ 6.000,00
1560	SP	354070	PORTO FERREIRA	R$ 6.000,00
1561	SP	354075	POTIM	R$ 6.000,00
1562	SP	354090	PRADÓPOLIS	R$ 6.000,00
1563	SP	354160	PROMISSÃO	R$ 6.000,00
1564	SP	354190	QUELUZ	R$ 6.000,00
1565	SP	354260	REGISTRO	R$ 6.000,00
1566	SP	354280	RIBEIRA	R$ 6.000,00
1567	SP	354325	RIBEIRÃO GRANDE	R$ 6.000,00
1568	SP	354330	RIBEIRÃO PIRES	R$ 6.000,00
1569	SP	354410	RIO GRANDE DA SERRA	R$ 6.000,00
1570	SP	354420	RIOLÂNDIA	R$ 6.000,00
1571	SP	354350	RIVERSUL	R$ 6.000,00
1572	SP	354425	ROSANA	R$ 6.000,00
1573	SP	354440	RUBIÁCEA	R$ 6.000,00
1574	SP	354460	SABINO	R$ 6.000,00
1575	SP	354520	SALTO	R$ 6.000,00
1576	SP	354540	SALTO GRANDE	R$ 6.000,00
1577	SP	354550	SANDOVALINA	R$ 6.000,00
1578	SP	354600	SANTA BRANCA	R$ 6.000,00
1579	SP	354610	SANTA CLARA DOESTE	R$ 6.000,00
1580	SP	354680	SANTA ISABEL	R$ 6.000,00
1581	SP	354790	SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA	R$ 6.000,00
1582	SP	354800	SANTO ANTÔNIO DE POSSE	R$ 6.000,00
1583	SP	354810	SANTO ANTÔNIO DO JARDIM	R$ 6.000,00
1584	SP	354830	SANTO EXPEDITO	R$ 6.000,00
1585	SP	354860	SÃO BENTO DO SAPUCAÍ	R$ 6.000,00
1586	SP	354950	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	R$ 6.000,00
1587	SP	355010	SÃO MANUEL	R$ 6.000,00
1588	SP	355020	SÃO MIGUEL ARCANJO	R$ 6.000,00
1589	SP	355110	SARAPUÍ	R$ 6.000,00
1590	SP	355170	SERTÃOZINHO	R$ 6.000,00
1591	SP	355180	SETE BARRAS	R$ 6.000,00
1592	SP	355255	SUZANÁPOLIS	R$ 6.000,00
1593	SP	355260	TABAPUÃ	R$ 6.000,00
1594	SP	355290	TACIBA	R$ 6.000,00
1595	SP	355330	TAMBAÚ	R$ 6.000,00
1596	SP	355350	TAPIRAÍ	R$ 6.000,00

1597	SP	355380	TAQUARITUBA	R$ 6.000,00
1598	SP	355400	TATUÍ	R$ 6.000,00
1599	SP	355430	TEODORO SAMPAIO	R$ 6.000,00
1600	SP	355475	TRABIJU	R$ 6.000,00
1601	SP	355535	UBARANA	R$ 6.000,00
1602	SP	355560	UCHOA	R$ 6.000,00
1603	SP	355590	URU	R$ 6.000,00
1604	SP	355630	VALPARAÍSO	R$ 6.000,00
1605	SP	355635	VARGEM	R$ 6.000,00
SP TOTAL				R$ 1.056.000,00
1606	TO	170025	ABREULÂNDIA	R$ 6.000,00
1607	TO	170035	ALIANÇA DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1608	TO	170040	ALMAS	R$ 6.000,00
1609	TO	170100	ANANÁS	R$ 6.000,00
1610	TO	170105	ANGICO	R$ 6.000,00
1611	TO	170110	APARECIDA DO RIO NEGRO	R$ 6.000,00
1612	TO	170130	ARAGOMINAS	R$ 6.000,00
1613	TO	170190	ARAGUACEMA	R$ 6.000,00
1614	TO	170210	ARAGUAÍNA	R$ 6.000,00
1615	TO	170215	ARAGUANÃ	R$ 6.000,00
1616	TO	170220	ARAGUATINS	R$ 6.000,00
1617	TO	170240	ARRAIAS	R$ 6.000,00
1618	TO	170255	AUGUSTINÓPOLIS	R$ 6.000,00
1619	TO	170270	AURORA DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1620	TO	170290	AXIXÁ DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1621	TO	170300	BABAÇULÂNDIA	R$ 6.000,00
1622	TO	170305	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1623	TO	170310	BARROLÂNDIA	R$ 6.000,00
1624	TO	170320	BERNARDO SAYÃO	R$ 6.000,00
1625	TO	170380	BURITI DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1626	TO	170382	CACHOEIRINHA	R$ 6.000,00
1627	TO	170384	CAMPOS LINDOS	R$ 6.000,00
1628	TO	170388	CARMOLÂNDIA	R$ 6.000,00
1629	TO	170389	CARRASCO BONITO	R$ 6.000,00
1630	TO	170390	CASEARA	R$ 6.000,00
1631	TO	170510	CHAPADA DA NATIVIDADE	R$ 6.000,00
1632	TO	171670	COLMÉIA	R$ 6.000,00
1633	TO	170560	CONCEIÇÃO DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1634	TO	170600	COUTO MAGALHÃES	R$ 6.000,00
1635	TO	170610	CRISTALÂNDIA	R$ 6.000,00
1636	TO	170625	CRIXÁS DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1637	TO	170700	DIANÓPOLIS	R$ 6.000,00
1638	TO	170720	DOIS IRMÃOS DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1639	TO	170770	FILADÉLFIA	R$ 6.000,00
1640	TO	170900	GOIATINS	R$ 6.000,00
1641	TO	170950	GURUPI	R$ 6.000,00
1642	TO	171050	ITACAJÁ	R$ 6.000,00
1643	TO	171070	ITAGUATINS	R$ 6.000,00
1644	TO	171090	ITAPIRATINS	R$ 6.000,00
1645	TO	171110	ITAPORÃ DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1646	TO	171150	JAÚ DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1647	TO	171180	JUARINA	R$ 6.000,00
1648	TO	171190	LAGOA DA CONFUSÃO	R$ 6.000,00
1649	TO	171195	LAGOA DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1650	TO	171215	LAVANDEIRA	R$ 6.000,00
1651	TO	171240	LIZARDA	R$ 6.000,00
1652	TO	171245	LUZINÓPOLIS	R$ 6.000,00
1653	TO	171250	MARIANÓPOLIS DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1654	TO	171280	MAURILÂNDIA DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1655	TO	171370	MONTE SANTO DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1656	TO	171395	MURICILÂNDIA	R$ 6.000,00
1657	TO	171430	NAZARÉ	R$ 6.000,00
1658	TO	171488	NOVA OLINDA	R$ 6.000,00
1659	TO	171500	NOVA ROSALÂNDIA	R$ 6.000,00
1660	TO	171510	NOVO ACORDO	R$ 6.000,00
1661	TO	171570	PALMEIRANTE	R$ 6.000,00
1662	TO	171380	PALMEIRAS DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1663	TO	171620	PARANÃ	R$ 6.000,00
1664	TO	171630	PAU DARCO	R$ 6.000,00
1665	TO	171700	PINDORAMA DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1666	TO	171780	PONTE ALTA DO BOM JESUS	R$ 6.000,00
1667	TO	171800	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1668	TO	171830	PRAIA NORTE	R$ 6.000,00
1669	TO	171855	RIACHINHO	R$ 6.000,00
1670	TO	171865	RIO DA CONCEIÇÃO	R$ 6.000,00
1671	TO	171870	RIO DOS BOIS	R$ 6.000,00
1672	TO	171875	RIO SONO	R$ 6.000,00
1673	TO	171880	SAMPAIO	R$ 6.000,00
1674	TO	171884	SANDOLÂNDIA	R$ 6.000,00
1675	TO	171886	SANTA FÉ DO ARAGUAIA	R$ 6.000,00
1676	TO	171890	SANTA ROSA DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1677	TO	172000	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1678	TO	172010	SÃO BENTO DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1679	TO	172015	SÃO FÉLIX DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1680	TO	172020	SÃO MIGUEL DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1681	TO	172025	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1682	TO	172030	SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1683	TO	172080	SÍTIO NOVO DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1684	TO	172093	TAIPAS DO TOCANTINS	R$ 6.000,00
1685	TO	172110	TOCANTÍNIA	R$ 6.000,00
1686	TO	172120	TOCANTINÓPOLIS	R$ 6.000,00
1687	TO	172130	TUPIRATINS	R$ 6.000,00
1688	TO	172208	WANDERLÂNDIA	R$ 6.000,00
TO TOTAL				R$ 498.000,00
TOTAL				R$ 10.128.000,00

PORTARIA Nº 1.411, DE 26 DE MAIO DE 2020

Aprova o repasse dos recursos financeiros de custeio, em caráter retroativo, referente ao segundo ciclo de monitoramento de 2019 aos Municípios habilitados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3° do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 03 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, alterada pela Portaria 3.992, de 28 de dezembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção IV, do Capítulo IV, do Título IV, que trata do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), da Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, que consolida as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 22/SCTIE/MS, de 15 de agosto de 2012, que habilita os municípios a receber recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura no ano de 2012;

Considerando a Portaria nº 39/SCTIE/MS, de 13 de agosto de 2013, que habilita os municípios a receber recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura no ano de 2013;

Considerando a Portaria nº 2.107/GM/MS, de 23 de setembro de 2014, que habilita os municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), Eixo Estrutura, no ano de 2014;

Considerando a Portaria nº 3.457/GM/MS, de 15 de dezembro de 2017, que habilita os Municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), retificada conforme publicação do Diário Oficial da União, Seção 1, Edição n° 161, de 21/08/2018, Página 62;

Considerando a Portaria nº 229/GM/MS, de 31 de janeiro de 2018, que habilita os municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS), retificada conforme publicação do Diário Oficial da União, Seção 1, Edição n° 161, de 21/08/2018, Página 57);

Considerando a Portaria nº 3.931/GM/MS, de 11 de dezembro de 2018, que habilita 651 Municípios a receberem recursos destinados ao Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS);

Considerando a Portaria nº 3.842/GM/MS, de 26 de dezembro de 2019, que aprova o repasse dos recursos financeiros de custeio, em caráter retroativo, referentes ao primeiro, segundo e terceiro ciclo de monitoramento de 2019, aos Municípios habilitados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS);

Considerando a Seção I, do Capítulo V, do Título VII, que trata da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece o conjunto de dados e eventos referentes aos medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) e do Programa Farmácia Popular do Brasil para composição da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS, da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o monitoramento das ações desenvolvidas em decorrência do repasse dos recursos financeiros, conforme estabelecido pela Portaria nº 980/GM/MS, de 27 de maio de 2013, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2013, pela Portaria nº 1.217/GM/MS, de 3 de junho de 2014, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2014, e pela Portaria nº 3.749/GM/MS, de 23 de novembro de 2018, que regulamenta a transferência de recursos destinados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFARSUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o ano de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse dos recursos financeiros de custeio, em caráter retroativo, referente ao segundo ciclo de monitoramento de 2019 aos Municípios habilitados ao Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (QUALIFAR-SUS).

Parágrafo único. A efetivação da transferência trimestral de recursos de custeio a Municípios habilitados no QUALIFAR-SUS tem por base o envio do conjunto de dados pelo uso do Sistema Hórus, ou ainda, por meio do serviço WebService, conforme a Seção I, do Capítulo V, do Título VII, que trata da Base Nacional de Dados de Ações e Serviços da Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde, no trimestre anterior ao da respectiva competência financeira, cuja responsabilidade é dos gestores dos Municípios.

Art. 2° O monitoramento de que trata esta Portaria não dispensa o ente federativo beneficiário de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos, por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, dos recursos financeiros de custeio para os respectivos Fundos Municipais de Saúde detalhados no anexo a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.5020.20AH - Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS, Plano Orçamentário (0000).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

Nº	UF	IBGE	MUNICÍPIO	REPASSE RECURSO
1	AL	270530	MINADOR DO NEGRÃO	R$ 6.000,00
AL TOTAL				R$ 6.000,00
2	BA	292530	PORTO SEGURO	R$ 6.000,00
BA TOTAL				R$ 6.000,00
3	ES	320465	SÃO DOMINGOS DO NORTE	R$ 6.000,00
ES TOTAL				R$ 6.000,00
4	GO	522045	SENADOR CANEDO	R$ 6.000,00
GO TOTAL				R$ 6.000,00
5	MA	210700	MONTES ALTOS	R$ 6.000,00
MA TOTAL				R$ 6.000,00
6	MG	315510	RIO DO PRADO	R$ 6.000,00
7	MG	316045	SANTO ANTÔNIO DO RETIRO	R$ 6.000,00
8	MG	316630	SERICITA	R$ 6.000,00
9	MG	316760	SIMONÉSIA	R$ 6.000,00
MG TOTAL				R$ 24.000,00
10	MS	500690	PORTO MURTINHO	R$ 6.000,00
MS TOTAL				R$ 6.000,00
11	MT	510785	SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA	R$ 6.000,00
MT TOTAL				R$ 6.000,00
12	PB	250960	MONTE HOREBE	R$ 6.000,00
13	PB	251335	SANTA INÊS	R$ 6.000,00
PB TOTAL				R$ 12.000,00
14	PR	412460	SÃO CARLOS DO IVAÍ	R$ 6.000,00
PR TOTAL				R$ 6.000,00
15	RJ	330400	PIRAÍ	R$ 6.000,00
RJ TOTAL				R$ 6.000,00
16	RN	241090	RIACHUELO	R$ 6.000,00
17	RN	241280	SÃO RAFAEL	R$ 6.000,00
18	RN	241470	VÁRZEA	R$ 6.000,00
RN TOTAL				R$ 18.000,00
19	SC	421185	OURO VERDE	R$ 6.000,00
20	SC	421227	PASSOS MAIA	R$ 6.000,00
21	SC	421830	TRÊS BARRAS	R$ 6.000,00
SC TOTAL				R$ 18.000,00
22	SP	353200	MORUNGABA	R$ 6.000,00
23	SP	353790	PILAR DO SUL	R$ 6.000,00
24	SP	354230	REDENÇÃO DA SERRA	R$ 6.000,00
25	SP	354630	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	R$ 6.000,00
26	SP	354900	SÃO FRANCISCO	R$ 6.000,00
SP TOTAL				R$ 30.000,00
27	TO	171720	PIRAQUÊ	R$ 6.000,00
TO TOTAL				R$ 6.000,00
TOTAL				R$ 162.000,00

PORTARIA Nº 1.412, DE 26 DE MAIO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	BREJO SANTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO SANTO	11352025000120006	20830018	145.454,00	145.454,00	1030550232E870023
CE	CAUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAUCAIA - CEARA - FMSC	11777761000120001	39360010	300.000,00	300.000,00	1030550232E871033
CE	JUAZEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUAZEIRO DO NORTE	11422073000120001	39360007	150.000,00	150.000,00	1030550232E870023
CE	QUIXERAMOBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIXERAMOBIM	12035183000120006	39360005	150.000,00	150.000,00	1030550232E871140
CE	SOBRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRAL	11407563000120001	39360011	150.000,00	150.000,00	1030550232E871156
MG	IBIRITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRITE	02914038000120001	40570007	146.000,00	146.000,00	1030550232E870031
MG	ITAPAGIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPAGIPE	10412213000120004	38100004	170.000,00	170.000,00	1030550232E870031
MG	NOVA LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11181004000120006	40980008	161.667,00	161.667,00	1030550232E870031
MG	OURO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO	18435647000120001	40980008	161.667,00	161.667,00	1030550232E870031
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO DAS NEVES	01122377000120002	40570007	145.290,00	145.290,00	1030550232E870031
MG	SARZEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SARZEDO	11284561000120001	40570007	146.000,00	146.000,00	1030550232E870031
RN	CAICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAICO - RN	12433830000120001	37420011	145.946,00	145.946,00	1030550232E870024
RS	SANANDUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12219625000120001	28630009	160.000,00	160.000,00	1030550232E870043
RS	SANTO ANGELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	10836490000120008	40730024	160.000,00	160.000,00	1030550232E870043
RS	SAO JERONIMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JERONIMO RS	12143932000120007	28630009	160.000,00	160.000,00	1030550232E870043
TOTAL			15 PROPOSTAS			2.452.024,00	

PORTARIA Nº 1.413, DE 26 DE MAIO DE 2020

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo.

Art. 3º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
MG	MONTE CARMELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17490085000120001	41000012	150.000,00	150.000,00	1030550232E870031
PA	BREVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	17298800000120010	39370004	161.667,00	161.667,00	1030550232E870015
PB	CAJAZEIRAS	MUNICIPIO DE CAJAZEIRAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11902878000120001	37390004	161.667,00	161.667,00	1030550232E870025
SP	DIADEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIADEMA	11862440000120003	28150001	150.000,00	150.000,00	1030550232E870035
TOTAL			4 PROPOSTAS			623.334,00	

PORTARIA Nº 1.414, DE 26 DE MAIO DE 2020

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre a aplicação de emendas parlamentares que adicionarem recursos ao Sistema Único de Saúde (SUS), para a realização de transferências do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos de Saúde dos Estados, Distrito Federal e Municípios, no exercício de 2020, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 488/GM/MS, de 23 de março de 2020.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam esta Portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	MARECHAL THAUMATURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322410202000	41590005	150.000,00	150.000,00	1030150192E890012
BA	AMELIA RODRIGUES	PMAR-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321976202000	38950004	300.000,00	300.000,00	1030150192E890029
BA	CONDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONDE	36000322060202000	30510003	400.000,00	400.000,00	1030150192E890029
BA	CONDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONDE	36000322061202000	13620002	400.000,00	400.000,00	1030150192E890029
BA	JEQUIE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JEQUIE	36000322044202000	40310010	785.038,00	785.038,00	1030150192E890029
BA	PARIPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322501202000	37720008	500.000,00	500.000,00	1030150192E890029
BA	SENTO SE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322326202000	30910004	500.000,00	500.000,00	1030150192E890029
CE	GRANJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GRANJA - CEARA	36000322080202000	39270011	300.000,00	300.000,00	1030150192E890023
CE	QUIXADA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE QUIXADA	36000322223202000	39270011	300.000,00	300.000,00	1030150192E890023
MG	CAPIM BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIM BRANCO	36000321355202000	41570005	150.000,00	150.000,00	1030150192E890031
MG	ELOI MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321380202000	27690009	100.000,00	100.000,00	1030150192E890031
MG	ELOI MENDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321381202000	14050003	100.000,00	100.000,00	1030150192E890031
MG	MARTINS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322161202000	14050003	150.000,00	150.000,00	1030150192E890031
MG	VARGEM BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321171202000	14070010	100.000,00	100.000,00	1030150192E890031
MG	WENCESLAU BRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322342202000	27550008	100.000,00	100.000,00	1030150192E890031
MS	BELA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA - MS	36000322276202000	28360006	200.000,00	200.000,00	1030150192E890054
PA	ANANINDEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322089202000	40270006	585.039,00	585.039,00	1030150192E890015
PA	BUJARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BUJARU	36000322058202000	40490001	500.000,00	500.000,00	1030150192E890015
PA	JURUTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUTI	36000322104202000	40270006	300.000,00	300.000,00	1030150192E890015
PA	MOJUI DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322103202000	40270006	300.000,00	300.000,00	1030150192E890015
PA	OBIDOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OBIDOS	36000322147202000	40270006	300.000,00	300.000,00	1030150192E890015
PA	ORIXIMINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORIXIMINA	36000322141202000	40270006	500.000,00	500.000,00	1030150192E890015
PB	INGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INGA/PB	36000322021202000	40250004	1.000.000,00	1.000.000,00	1030150192E890025
PE	ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALIANCA	36000321816202000	10740003	500.000,00	500.000,00	1030150192E890026
PE	ALIANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALIANCA	36000322111202000	39850006	1.000.000,00	1.000.000,00	1030150192E890026
PE	CALCADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALCADO	36000322108202000	39850006	300.000,00	300.000,00	1030150192E890026
PE	CALCADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALCADO	36000322109202000	39850006	200.000,00	200.000,00	1030150192E890026
PE	CONDADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321967202000	35390001	500.000,00	500.000,00	1030150192E890026
PE	GARANHUNS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322015202000	39850006	1.000.000,00	1.000.000,00	1030150192E890026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322091202000	35390001	500.000,00	500.000,00	1030150192E890026
PR	LARANJEIRAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJEIRAS DO SUL	36000321283202000	39820003	800.000,00	800.000,00	1030150192E890041
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CARNAUBA DOS DANTAS-RN	36000322546202000	39940001	38,00	38,00	1030150192E890024
RS	ALTO FELIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000321817202000	30200001 32980001	100.000,00 100.000,00	200.000,00	1030150192E890043 1030150192E890043
RS	ESPERANCA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321374202000	28670004	50.000,00	50.000,00	1030150192E890043

RS	PONTAO	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE - PONTAO	36000292968202000	28670004	250.000,00	250.000,00	1030150192E890043
RS	POUSO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE POUSO NOVO	36000309722202000	28670004	70.000,00	70.000,00	1030150192E890043
RS	RIOZINHO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE RIOZINHO	36000307399202000	28670004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	RONDA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RONDA ALTA	36000313787202000	28670004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	ROSARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000292499202000	28670004 20230006	50.000,00 100.000,00	150.000,00	1030150192E890043 1030150192E890043
RS	SAGRADA FAMILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000302273202000	30770011 28670004	100.000,00 100.000,00	200.000,00	1030150192E890043 1030150192E890043
RS	SANTA CECILIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA CECILIA DO SUL	36000320841202000	30200001 32980001 28670004	69.927,00 70.000,00 70.000,00	209.927,00	1030150192E890043 1030150192E890043 1030150192E890043
RS	SAO GABRIEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000314261202000	28670004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	SAO JORGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000315935202000	28670004	100.000,00	100.000,00	1030150192E890043
RS	SAO JOSE DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000304721202000	28670004	80.000,00	80.000,00	1030150192E890043
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000309049202000	28670004 36660001	500.000,00 150.000,00	650.000,00	1030150192E890043 1030150192E890043
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000315933202000	28670004	50.000,00	50.000,00	1030150192E890043
RS	SAO VALERIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VALERIO DO SUL	36000309905202000	28670004	130.000,00	130.000,00	1030150192E890043
RS	SEBERI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000312639202000	28630008 92350008 28670004	80.227,00 200.000,00 100.000,00	380.227,00	1030150192E890043 1030150192E890043 1030150192E890043
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-SEVERIANO DE ALMEIDA	36000303965202000	28670004	70.000,00	70.000,00	1030150192E890043
RS	TAPEJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000309484202000	28670004	250.000,00	250.000,00	1030150192E890043
RS	TRES CACHOEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322629202000	28640002	600.000,00	600.000,00	1030150192E890043
SC	ERVAL VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ERVAL VELHO	36000321281202000	41850001	100.000,00	100.000,00	1030150192E890042
SE	BARRA DOS COQUEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322443202000	40950001	500.000,00	500.000,00	1030150192E890028
SE	SIRIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322381202000	41440006	84.870,00	84.870,00	1030150192E890028
SP	ARARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321348202000	28130010	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	BATATAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322039202000	40360003	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	CESARIO LANGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CESARIO LANGE	36000322043202000	37590003	500.000,00	500.000,00	1030150192E890035
SP	FRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCA	36000322441202000	40360003	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	GUARATINGUETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATINGUETA	36000322005202000	37590003	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	LOUVEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LOUVEIRA	36000321581202000	40360003	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	MIRA ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRA ESTRELA	36000321979202000	31340007	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	MIRA ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRA ESTRELA	36000321981202000	41270002	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	MOGI MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321814202000	41270002 40360003	100.000,00 50.000,00	150.000,00	1030150192E890035 1030150192E890035
SP	MOTUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOTUCA	36000322599202000	31350005	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	OUROESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OUROESTE	36000322032202000	19970022	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	POPULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322084202000	31340007	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
SP	ROSEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321902202000	37170007	120.454,00	120.454,00	1030150192E890035
SP	RUBINEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUBINEIA	36000322831202000	28130010	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI	36000322101202000	31350005	50.000,00	50.000,00	1030150192E890035
SP	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000321744202000	28130010	300.000,00	300.000,00	1030150192E890035
SP	TERRA ROXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000322708202000	31350005	100.000,00	100.000,00	1030150192E890035
TOTAL			71 PROPOSTAS			19.365.593,00	

PORTARIA Nº 1.415, DE 26 DE MAIO DE 2020

Habilita os Municípios em anexo, a receberem, em parcela única, o incentivo de implantação de Centro de Atenção de Psicossocial (CAPS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.588/GM/MS, de 21 de dezembro de 2017, que altera as Portarias de Consolidação nº 3 e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a Rede de Atenção Psicossocial, e dá outras providências; e

Considerando a necessidade de aperfeiçoamento e adequação do modelo de atenção oferecida pelo SUS aos usuários de álcool e outras drogas e de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária, associada à rede de serviços de saúde e sociais, com ênfase na reabilitação e reinserção social, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios descrito no anexo, a receberem, em parcela única, o incentivo financeiro de implantação de Centro de Atenção de Psicossocial (CAPS).

Parágrafo único. Consideram-se aptos os Estados e Municípios que tiveram as propostas analisadas e aprovadas no Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para transferência do incentivo financeiro de implantação, diretamente para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde correspondentes.

Art. 3º Fica estabelecido que para continuidade do pagamento das parcelas únicas às propostas habilitadas por meio da presente portaria, os recursos orçamentários passam a ser plurianuais e correrão à conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática - 10.301.5019.20YI.0001 - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ATENÇÃO À SAÚDE, Plano Orçamentário (PO) 000J - IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PARA A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS/CRACK) no Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	Município	IBGE	Gestão	Estabelecimento	Nº da proposta SAIPS	Valor (Parcela única)
BA	João Dourado	291835	Municipal	CAPS I	101067	R$ 20.000,00
CE	Hidrolândia	230520	Municipal	CAPS I	100283	R$ 20.000,00
CE	Quixeré	231150	Municipal	CAPS I	102835	R$ 20.000,00
GO	Rio Verde	521880	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	111958	R$ 30.000,00
MA	Apicum-Açu	210083	Municipal	CAPS I	102118	R$ 20.000,00

MG	Ipanema	313120	Municipal	CAPS AD	1320	R$ 50.000,00
PB	Sousa	251620	Municipal	CAPS AD III - Qualificado	98927	R$ 75.000,00
PR	Quedas do Iguaçu	412090	Municipal	CAPS I	110354	R$ 20.000,00
RS	Guaíba	430930	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	28033	R$ 30.000,00
RS	Serafina Corrêa	432040	Municipal	CAPS I	110155	R$ 20.000,00
SP	Bariri	350520	Municipal	CAPS I	14112	R$ 20.000,00
SP	Poá	353980	Municipal	CAPS II	15875	R$ 30.000,00
SP	Pitangueiras	353950	Municipal	CAPS I	18399	R$ 20.000,00
SP	Ipaussu	352090	Municipal	CAPS I	55273	R$ 20.000,00
SP	Mirandópolis	353010	Municipal	CAPS I	83434	R$ 20.000,00
SP	Miracatu	352990	Municipal	CAPS I	93015	R$ 20.000,00
SP	Patrocínio Paulista	353630	Municipal	CAPS I	103162	R$ 20.000,00
SP	Franco da Rocha	351640	Municipal	CAPS Infanto-Juvenil	99373	R$ 30.000,00

PORTARIA Nº 1.417, DE 26 DE MAIO DE 2020

Exclui os Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD) de Santa Fé do Araguaia (TO), Tupirama (TO), Santa Maria do Tocantins (TO), São José do Mipibu (RN), São Pedro do Piauí (PI), Resplendor (MG), Aramari (BA), Medeiro Neto (BA), Mirante (BA) e Três Barras (SC) do Anexo da Portaria nº 3.168, de 9 de dezembro de 2019.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.168, de 09 de dezembro de 2019, que credencia municípios a receberem incentivo financeiro referente à Laboratório Regional de Prótese Dentária (LRPD); e

Considerando que os municípios de Santa Fé do Araguaia (TO), Tupirama (TO), Santa Maria do Tocantins (TO), São José do Mipibu (RN), São Pedro do Piauí (PI), Resplendor (MG), Aramari (BA), Medeiro Neto (BA), Mirante (BA) e Três Barras (SC), já encontravam-se credenciados por portarias anteriores e foram publicados em duplicidade, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos os Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), dos Anexos da Portaria nº 3.168, de 9 de dezembro de 2019, conforme o Anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO PAZUELLO

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	GESTÃO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
BA	290220	ARAMARI	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292110	MEDEIROS NETO	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
BA	292145	MIRANTE	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
MG	315430	RESPLENDOR	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
PI	221050	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
RN	241220	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	MUNICIPAL	R$12.000,00	R$144.000,00
SC	421830	TRÊS BARRAS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171886	SANTA FÉ DO ARAGUAIA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	171888	SANTA MARIA DO TOCANTINS	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00
TO	172125	TUPIRAMA	MUNICIPAL	R$7.500,00	R$90.000,00

DESPACHO Nº 28, DE 25 DE MAIO DE 2020

Processo nº 25000.014444/2019-71
Interessada: Beneficência Social Bom Samaritano
Assunto: Recurso Administrativo. PRONON/PRONAS.
Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados no Parecer Técnico nº 371/2019-CGSPD/DAET/SAES/MS e no Parecer Técnico nº 12/2020- CGSPD/DAET/SAES/MS, bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 00367/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01636/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU e 01875/2020/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela BENEFICÊNCIA SOCIAL BOM SAMARITANO.

EDUARDO PAZUELLO
Ministro
Substituto

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA Nº 32, DE 26 DE MAIO DE 2020

Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

A SECRETÁRIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, SUSBTITUTA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 18 do Decreto n° 9.795, de 17 de maio de 2019, e

Considerando a Portaria nº 2.979/GM/MS, de 12 de novembro de 2019, que institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017;

Considerando a Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os códigos referentes à Identificação Nacional de Equipe (INE) e ao Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) das equipes ou serviços de Atenção Primária à Saúde para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação; e

Considerando a necessidade de melhorias no acompanhamento, monitoramento e avaliação das estratégias da Atenção Primária à Saúde, resolve:

Art. 1º Define e homologa os códigos referentes às Identificações Nacionais de Equipe - INE das equipes de Atenção Primária à Saúde - APS credenciadas e cadastradas no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação:

a) Equipes de Saúde da Família (eSF), descritas no Anexo.

Art. 2º Os códigos INE de que trata o Art. 1º foram definidos por meio da análise das equipes de APS credenciadas em portaria do Ministério da Saúde, cadastradas pela gestão municipal e ativas no SCNES.

Art. 3º Os municípios com equipes constantes no Anexo deverão observar os critérios estabelecidos no Art. 1º da Portaria nº 47/GM/MS, de 19 de dezembro de 2019, cuja inobservância e descumprimento acarretará a suspensão da transferência financeira.

Art. 4º Eventuais casos omissos serão resolvidos pelo titular máximo do órgão responsável pela Atenção Primária à Saúde no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIELA DE CARVALHO RIBEIRO

ANEXO

Identificações Nacionais de Equipe - INE por município referente às Equipes de Saúde da Família (eSF) para fins da transferência dos incentivos de custeio federal, acompanhamento, monitoramento e avaliação.

UF	IBGE	MUNICÍPIOS	INE	DESCRIÇÃO
AC	120045	SENADOR GUIOMARD	0000006416	Equipe de Saúde da Família
AL	270540	MONTEIRÓPOLIS	0001711571	Equipe de Saúde da Família
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	0001711059	Equipe de Saúde da Família
AL	270895	SENADOR RUI PALMEIRA	0001711040	Equipe de Saúde da Família
AM	130260	MANAUS	0001694359	Equipe de Saúde da Família
BA	290200	ARACATU	0001710559	Equipe de Saúde da Família
BA	290570	CAMAÇARI	0001694707	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0001712241	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0001712225	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0001711830	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0001711008	Equipe de Saúde da Família

BA	292740	SALVADOR	0001710990	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0001710982	Equipe de Saúde da Família
BA	292740	SALVADOR	0001710974	Equipe de Saúde da Família
CE	230230	BELA CRUZ	0001713507	Equipe de Saúde da Família
CE	230440	FORTALEZA	0001655779	Equipe de Saúde da Família
CE	231220	SANTA QUITÉRIA	0000103128	Equipe de Saúde da Família
ES	320490	SÃO MATEUS	0001713779	Equipe de Saúde da Família
MA	210200	BOM JARDIM	0001714120	Equipe de Saúde da Família
MA	210300	CAXIAS	0001713515	Equipe de Saúde da Família
MA	210632	MARACAÇUMÉ	0001710753	Equipe de Saúde da Família
MA	211100	SÃO JOÃO BATISTA	0001712942	Equipe de Saúde da Família
MA	211100	SÃO JOÃO BATISTA	0001713116	Equipe de Saúde da Família
MG	313862	LIMEIRA DO OESTE	0001709747	Equipe de Saúde da Família
MG	314330	MONTES CLAROS	0001713698	Equipe de Saúde da Família
MG	315250	POUSO ALEGRE	0001707167	Equipe de Saúde da Família
MG	316080	SÃO BENTO ABADE	0001706055	Equipe de Saúde da Família
MG	316940	TRÊS PONTAS	0001710311	Equipe de Saúde da Família
MS	500690	PORTO MURTINHO	0001712411	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0001709070	Equipe de Saúde da Família
MT	510340	CUIABÁ	0001709089	Equipe de Saúde da Família
PA	150670	SANTANA DO ARAGUAIA	0001709631	Equipe de Saúde da Família
PB	251240	PUXINANÃ	0001711792	Equipe de Saúde da Família
PE	260900	MACAPARANA	0001703161	Equipe de Saúde da Família
PI	220270	COCAL	0001518178	Equipe de Saúde da Família
PI	220700	OEIRAS	0001695371	Equipe de Saúde da Família
PR	411070	IRATI	0001703846	Equipe de Saúde da Família
PR	411070	IRATI	0001703854	Equipe de Saúde da Família
RJ	330420	RESENDE	0001713841	Equipe de Saúde da Família
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001609742	Equipe de Saúde da Família
RS	430210	BENTO GONÇALVES	0001712322	Equipe de Saúde da Família
RS	430512	CERRITO	0001703951	Equipe de Saúde da Família
RS	431033	IMBÉ	0001704982	Equipe de Saúde da Família
RS	431170	MACHADINHO	0001713906	Equipe de Saúde da Família
RS	431405	PAROBÉ	0001713566	Equipe de Saúde da Família
RS	431490	PORTO ALEGRE	0000430234	Equipe de Saúde da Família
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001712276	Equipe de Saúde da Família
RS	431490	PORTO ALEGRE	0001712268	Equipe de Saúde da Família
SC	420280	BRAÇO DO NORTE	0001709577	Equipe de Saúde da Família
SC	420910	JOINVILLE	0001713264	Equipe de Saúde da Família
SP	350950	CAMPINAS	0001711806	Equipe de Saúde da Família
SP	350950	CAMPINAS	0000322636	Equipe de Saúde da Família
SP	350950	CAMPINAS	0000322830	Equipe de Saúde da Família
SP	350950	CAMPINAS	0000323322	Equipe de Saúde da Família
SP	350950	CAMPINAS	0001505610	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001711695	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001711652	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001684981	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001711199	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001711210	Equipe de Saúde da Família
SP	351060	CARAPICUÍBA	0001711253	Equipe de Saúde da Família
SP	351880	GUARULHOS	0000331406	Equipe de Saúde da Família
SP	351880	GUARULHOS	0000331864	Equipe de Saúde da Família
SP	351880	GUARULHOS	0000330930	Equipe de Saúde da Família
SP	352480	JALES	0001710354	Equipe de Saúde da Família
SP	352590	JUNDIAÍ	0001711768	Equipe de Saúde da Família
SP	353620	PARIQUERA-AÇU	0000342769	Equipe de Saúde da Família
SP	354020	PONTAL	0001710427	Equipe de Saúde da Família
SP	354970	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO	0001712292	Equipe de Saúde da Família
SP	355070	SÃO SEBASTIÃO	0001696025	Equipe de Saúde da Família
TO	170255	AUGUSTINÓPOLIS	0001709518	Equipe de Saúde da Família
TOTAL	48 MUNICÍPIOS		71 EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA	

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - TOCANTINS

ATO Nº 4, DE 25 DE MAIO DE 2020

O COORDENADOR DO DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA TOCANTINS, subordinado à Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI/MS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 128, de 31 de janeiro de 2020, publicada no DOU-2 nº 24, em 04 de fevereiro de 2020, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 25066.400115/2017-13;, resolve:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Sancionador, em desfavor da empresa MARLENE I. V. SILVA EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS - ME, CNPJ sob o nº 24.226.538/0001-87, para apurar indícios de descumprimento da Ata de Registro de Preços nº 88/2018, decorrente do Pregão nº 8/2018, que teve seu resultado publicado no DOU - Seção 3 nº 191, de 3 de outubro de 2018;

Art. 2º A autuação, instrução e demais procedimentos serão realizados em processo autônomo, nos termos da Lei nº 9.784/1999, da Lei nº 8.666/1993, da Lei nº 10.520/2002 e das disposições previstas no Edital 47/2018, com subsídio do Caderno de Logística - Sanções Administrativas, do Governo Federal;

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

SEBASTIÃO DE GOIS BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.675, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ:DESCONHECIDO
Produto - (Lote): OXYCLEAR ÁLCOOL GEL ANTISSÉPTICO(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1646326/20-9
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso

Motivação: Considerando que a empresa ZANINPHARMA - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ 07.825.034/0001-64, desconhece a fabricação do produto Oxyclear Álcool gel antisséptico, comercializado com os dados da empresa fabricante na rotulagem alterada do produto, pela empresa M. J. SOUZA NETO, CNPJ 30.272.415/0001-85.
2. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ:DESCONHECIDO
Produto - (Lote): GEL ANTISSÉPTICO 70 INPM - EXTRATO DE ALOE VERA - HIGIENIZADOR DE MÃOS - BIONATUM - 130 ML(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1619775/20-5
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização, exposição à venda, fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.672, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral Substituto de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Deferir o pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODOLFO NAVARRO NUNES

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: CONEXÃO MARÍTIMA SERVIÇOS LOGÍSTICOS S.A.
ENDEREÇO: RODOVIA BR 101, KM 112, Nº 700
BAIRRO: SALSEIROS
M''UNICÍPIO: ITAJAÍ
UF: SC
CEP: 88.311-600
CNPJ: 08.473.312/0001-24
PROCESSO N°: 25741.188553/2020-94 (EXPEDIENTE 0803327/20-7)
AUTORIZ/MS: 9.09188-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: Prestação de serviço de armazenagem de medicamentos, matérias-primas, insumos farmacêuticos em recintos alfandegados.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.673, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas cautelares constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: HTS - TECNOLOGIA EM SAÚDE, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ: 66.437.831/0001-33
Produto - (Lote): Cânula introdutora flexível Epimed - 135-1735(Todos os lotes a partir de 17/02/2020);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 1010578/20-6
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Importação
Motivação: Considerando o indeferimento da petição de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Médicos para a empresa Epimed International Inc., sito a141 Sal Landrio Drive, Crossroads Business Park, Johnstown, NY 12095, solicitada pela empresaHTS - Tecnologia em Saúde, Comércio, Importação e Exportação Ltda., CNPJ: 66.437.831/0001-33 por atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação de interesse na sequência de análise da petição em tela, conforme notificação de exigência nº 0415932/19-2.
.....
2. Empresa: WB Laser Technology. - CNPJ:
Produto - (Lote): LASER Q SWITCHED ND. YAG - LADYBUG LASER(LOTES A PARTIR DE 19/02/2020);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 1557833/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Inutilização
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Uso
Motivação: Considerando a comprovação do uso do produto Laser Q-Switched Nd. YAG - Ladybug Laser sem registro ou cadastro na Anvisa, comercializado pela empresa WB Laser Technology, localizada em Portugal e que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, em desacordo com os Arts. 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976
.....
3. Empresa: Hecin Scientific, Inc. - CNPJ:
Produto - (Lote): PRODUTOS PARA DIAGNÓSTICO DE USO IN VITRO CLASSE III(LOTES A PARTIR DE 13/05/2020);
Tipo de Produto: Produtos para diagnóstico de uso in vitro
Expediente nº: 1613385/20-4
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Importação, Uso
Motivação: Considerando as irregularidades detectadas durante inspeção realizada pelo "Medical Device Supervision Office of Guangdong Drug Administration" em 15/04/2020 na empresa Hecin Scientific, Inc. Building 1, Ruifa Road, Huangpu District, Guangzhou City, Guangdong Province, China, onde foi constatado descumprimento dos itens 5.4.1, 5.1.3, 5.1.2, 5.3.1 e 6.2.1. da RDC 16/2013.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.674, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: National Produtos Químicos EIRELI - CNPJ: 10419549000179
Produto - (Lote): TODOS(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 1555872/20-0
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: DUDAMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP - CNPJ: 24.473.214/0001-43
Produto - (Lote): COMPLEXO SELANTE XBTX DE OKRA FELPS(TODOS);FELPS XBTX DE OKRA COMPLEXO HIDRATANTE(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 1597649/20-1
Assunto: 70351 - MEDIDA PREVENTIVA- Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.676, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8°, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Beijing Lepu Medical Technology Co., Ltd
Endereço: Building 7-1, No.37 Chaoqian Road, Pequim, 102200, China.
Solicitante: Aqua Blue Comércio Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 34.012.095/0001-85
Autorização de Funcionamento: 8.19.911-8 Expediente:1467106/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III.

Fabricante: Beijing Lepu Medical Technology Co., Ltd
Endereço: Building 7-1, No.37 Chaoqian Road, Pequim, 102200, China.
Solicitante: Rofemax Importadora de Embalagens Ltda. CNPJ: 12.416.810/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.07.298-1 Expediente: 1337662/20-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III.

Fabricante: Hangzhou Realy Tech Co., Ltd.
Endereço: 4th Floor, #12 Building, Eastern Medicine Town, Xiasha Economic&Technology Development,310018 Hangzhou, Zhejiang, P.R., China
Empresa Solicitante: Advanced Med Importadora e Exportadora de Produtos Farmacêuticos Ltda.-ME CNPJ: 21.018.237/0001-70
Autorização de Funcionamento: 8.11.787-0 Expediente: 1294856/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnostico de uso in vitro da classe III.

Fabricante: RapiGEN Inc.
Endereço: 2F, 25, Heungan-daero, Gunpo, Gyeonggi-do, 15809, Coréia do Sul
Empresa Solicitante: Clac Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 31.274.384/0001-64
Autorização de Funcionamento: 1.03.428-8 Expediente: 1393064/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnostico de uso in vitro da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.677, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8 º da Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 346/2020, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade durante a vigência da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC 346/2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Innovita (Tangshan) Biological Technology Co., Ltd.
Endereço: No. 699, Juxin Street, High-tech Industrial Development Zone, Qian'an, 064400, Hebei, China
Solicitante: Future Medical Eireli EPP CNPJ: 27.545.324/0001-61
Autorização de Funcionamento: 8.17.567-8
Expediente: 1337612/20-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III - Emergência COVID-19

Fabricante: Shanghai Outdo Biotech Co., Ltd
Endereço: 3F Building 2, 3F building 4, 3F Building 5, No. 151 Libing Rd., Pilot Free, Trade Zone, 201203, Shanghai, China
Solicitante: Yin´s Brasil Comércio Internacional Ltda. CNPJ: 02.462.686/0001-68
Autorização de Funcionamento: 8.07.721-1 Expediente: 1567943/20-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III - Emergência COVID-19

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.678, DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7° da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o parágrafo único do art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, alterado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 217, de 20 de fevereiro de 2018;

considerando o § 1° do art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Fabricante: Nantong Egens Biotechnology Co., Ltd
Endereço: Building 15, Building 12 (west) n€1692 Xinghu Avenue, Nantong Economy & Technology Development Zone, 226010, Nantong, China
Solicitante: TKL Importação e Exportação e Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. CNPJ: 07.415.627/0001-52
Autorização de Funcionamento: 8.02.880-9 Expediente: 1554150/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.679, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: World Life Medical Industria e Comercio Ltda. CNPJ: 12.978.514/0001-03
Endereço: Avenida Alfredo Nasser, s/n, quadra 76, lote 12, Parque Estrela Dalva, Luziânia/GO CEP: 72804-010
Autorização de Funcionamento: 8.08.842-6 Expediente: 0816703/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de Uso Médico da Classe III.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 2.531, DE 26 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre medidas administrativas excepcionais para a garantia de continuidade dos instrumentos de repasse, decorrente do estado de calamidade pública pelo Coronavírus (COVID-19), previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020 e de acordo com a Portaria nº 134, de 30 de março de 2020 e Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no exercício da competência que lhe confere o art. 14, inciso XII, do Estatuto aprovado pelo Decreto 8.867, de 3/10/2016, publicado no D.O.U. de 4/10/2016; e

CONSIDERANDO o estado de calamidade pública, decorrente do Coronavírus (COVID19), reconhecido pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20.03.2020;

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a edição da Portaria nº 134, de 30 de março de 2020, que altera a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade disposta no Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de medidas de proteção por toda sociedade para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a importância de continuidade das ações públicas, notadamente do saneamento básico e saúde ambiental como medida de combate ao presente estado de calamidade pública;

CONSIDERANDO que a promoção da saúde pública e de inclusão social, por meio das ações de saneamento básico e saúde ambiental, ocorrem por intermédio de parceria com órgãos e entidades públicas e privadas, em um interesse mútuo, formalizada por intermédio de instrumentos de repasse; e

CONSIDERANDO que o atual estado de calamidade pública poderá inviabilizar os atos e procedimentos de continuidade dos instrumentos de repasse, a exemplo da assinatura de termos aditivos pelos convenentes, diante da ausência de instrumentalização do SEI Externo e do comprometimento das visitas técnicas no local de intervenção pela Funasa, resolve:

Art. 1º Estabelecer medidas excepcionais para os atos de prorrogação de vigência, de alteração do instrumento de repasse, de ajustes do plano de trabalho, de suspensão de prazos e de liberação de recursos, de acordo com a Portaria nº 134, de 30 de março de 2020 e o Decreto nº 10.315, de 6 de abril de 2020, objetivando garantir a continuidade dos instrumentos de repasse e evitar solução de continuidade nas ações de saneamento básico e saúde ambiental.

Art. 2º Os instrumentos de repasse com vencimento entre o dia 20 de março de 2020 e o dia 30 de dezembro de 2020, cuja execução do objeto se encerre nesse período, estão prorrogados, de oficio, até 31 de dezembro de 2020, sem a necessidade de aditivo.

§1º. A previsão do caput aplica-se, inclusive, aos Termos de Compromisso TC/PAC, enquadrados nas disposições da Portaria Interministerial nº 350, de 3 de julho de 2019, que trata das diretrizes para a retomada e a execução dos empreendimentos constantes do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC.

§2º. As Superintendências da FUNASA deverão registrar a prorrogação de cada um dos instrumentos, na Plataforma+Brasil e nos sistemas SIAFI e SIGA, quando aplicáveis, até o dia 05 de agosto de 2020.

Art. 3º Os instrumentos de repasse com vencimento entre o dia 20 de março de 2020 e o dia 30 de dezembro de 2020, cuja execução do objeto terá continuidade após tal período, estão prorrogados, de oficio, pelo período de 285 (duzentos e oitenta e cinco) dias, a contar do final da vigência do instrumento, sem a necessidade de aditivo.

§1º. Deve ser ajustado o prazo do caput, caso a vigência se encerre no primeiro trimestre de mandato do Prefeito.

§2º. As Superintendências da FUNASA deverão registrar a prorrogação de cada um dos instrumentos, na Plataforma+Brasil e nos sistemas SIAFI e SIGA, quando aplicáveis, até o dia 05 de agosto de 2020.

§3º. Havendo solicitação do convenente de prazo diverso do estabelecido no caput, será necessária a celebração de aditivo.

§4º. Na hipótese do parágrafo anterior, o aditivo será na forma simplificada, com assinatura apenas da FUNASA, após manifestações técnica e jurídica favoráveis e decisão administrativa do Superintendente.

§5º. Caso a situação de calamidade pública seja impedimento para realização de análise conclusiva pela área técnica, deverá ser feita a certificação, mediante registro no sistema, passando a ser aplicado o caput.

Art. 4º Fica suspensa, a partir de 20/03/2020, a contagem de prazos dos convênios celebrados pela Funasa, inclusive os referentes aos celebrados sob a égide das Portarias Interministeriais 127/2008 e 507/2011, enquanto perdurarem os efeitos do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, sendo restituído o prazo restante após o término do estado de calamidade pública.

§1º. Nos convênios que estava em curso o prazo para a prática de ato específico pelo convenente, deverá ser registrada, pelas Superintendências, a informação na Plataforma+Brasil e certificado o prazo restante para a prática do ato.

§2º. Se a situação de calamidade pública não for impedimento para a prática dos atos das competências do convenente e concedente, a suspensão prevista no caput não obsta a execução do objeto e o cumprimento dos prazos pactuados.

Art. 5º Excepcionalmente, em face das características da maioria dos municípios atendidos pela FUNASA, fica prorrogado por 240 (duzentos e quarenta) dias os prazos para cumprimento das condições suspensivas, contados a partir do término do prazo estabelecido na cláusula do instrumento.

Parágrafo Único. As Superintendências da FUNASA deverão registrar a prorrogação deste prazo em cada um dos instrumentos, na Plataforma+Brasil, até o dia 05 de agosto de 2020, sendo dispensada a celebração de termo aditivo.

Art. 6º Durante o período do estado de calamidade pública, as demais alterações na execução do objeto, que refletem no plano de trabalho, deverão ser feitas mediante a celebração de aditivo.

§1º. A formalização do aditivo dependerá de solicitação do interessado e será na forma simplificada, com assinatura apenas da FUNASA, precedida de manifestações técnica e jurídica e decisão administrativa do Superintendente.

§2º. A celebração do aditivo somente poderá ocorrer quando a situação de calamidade pública não for impedimento para a avaliação técnica da FUNASA.

§3º. Caso a área técnica certifique a impossibilidade de emitir manifestação conclusiva a respeito da solicitação, nas situações, por exemplo, em que seja necessária a vistoria ou visita ao local, não será celebrado o aditivo neste momento.

§4º. Na hipótese do parágrafo anterior, está vedada a continuidade da execução diferente do que consta no plano de trabalho aprovado e vigente.

§5º. Havendo diferença no valor do plano de trabalho e da licitação, deverá ser celebrado o aditivo, após o aceite emitido pela área técnica, acompanhado da manifestação indicativa das alterações necessárias no plano de trabalho.

§6º. A alteração do plano de trabalho deve ser anterior ao início da execução, na situação do parágrafo quinto.

§7º. As demais situações devem seguir o disposto na Orientação Jurídico Normativa nº 0001/2020/COVEN/PFFUNASA/PGF/AGU e Despacho de Aprovação nº 00123/2020/GAB/PFE/PFFUNASA/PGF/AGU, acolhidas mediante o Despacho nº 30/2020 do Presidente da FUNASA.

§8º. A aprovação de projeto básico não poderá ocorrer sem a visita técnica preliminar, prevista no inciso XXXVII do §1º do art.1º da Portaria Interministerial nº 424/2016.

Art. 7º Durante o estado de calamidade pública, para os convênios que tiverem continuidade na execução, a vistoria ou visita ao local será substituída, quando possível, pela análise documental, conforme disposto no art. 54 §4º-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, alterada pela Portaria Interministerial nº 134, de 30 de março de 2020.

§1º. É obrigatória a vistoria final para verificação da conclusão do objeto para todos os instrumentos.

§2º. A análise técnica será mediante o preenchimento do Relatório de Avaliação do Andamento - RAA, disponível no SIGA, pela área de engenharia ou de saúde ambiental, este último quando couber, baseado no Relatório de Andamento (RA) padronizado pela Funasa, inclusive para liberação de parcela, devendo ser registrado na Plataforma+Brasil, pelo técnico.

§3º. As informações contidas no Relatório de Andamento (RA) gozam de fé pública e são de responsabilidade exclusiva dos responsáveis técnicos e legais do convenente. O documento deverá ser preenchido no SIGA e registrado na Plataforma+Brasil pelo convenente.

§4º. A liberação da primeira parcela ou parcela única somente poderá ocorrer após o aceite da licitação pela área técnica.

§5º. Para fins de liberação das parcelas subsequentes à primeira, o Relatório de Andamento (RA) deverá ser preenchido de forma a demonstrar a execução física de, no mínimo, 70% do total de recursos anteriormente liberados e deverá vir acompanhado dos seguintes documentos:

I - Cópia do boletim de medição;

II - Cópia da ordem de serviço;

III - Fotos das etapas do empreendimento executadas ou em execução, demonstrando a evolução do empreendimento em relação à última parcela liberada; e

IV-Comprovação de aporte da contrapartida pactuada, cujo depósito poderá ocorrer, excepcionalmente, no último mês de vigência do instrumento, desde que não seja prejudicial ao andamento da execução, com o ajuste do cronograma de desembolso.

§6º. A postergação do prazo de depósito da contrapartida depende de prévia solicitação e manifestação favorável da área técnica, que em caso positivo, deve atualizar na Plataforma+Brasil o novo cronograma de desembolso.

§7º. A liberação de parcela sem a devida visita técnica poderá ocorrer, excepcionalmente, uma única vez para cada instrumento de repasse.

§8º. Permanece obrigatório o cumprimento dos demais requisitos da Portaria da FUNASA que disciplina a liberação de recursos.

Art. 8º As providências administrativas a serem adotadas pelas Superintendências, relativas ao registro no sistema, devem ser feitas na mesma oportunidade.

Art. 9º. Fica revogada a Portaria nº 2172, de 29 de abril de 2020, publicada no DOU, de 30 de abril de 2020.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO SIDNEY SOUSA CAVALCANTE

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
UNIDADE ESPECIAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

PORTARIA Nº 11, DE 26 DE MAIO DE 2020

A Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob o nº 08190.062644/20-85, para investigar a obtenção, o tratamento e o uso de dados pessoais de brasileiros por parte da empresa PROCOB S.A..

FREDERICO MEINBERG CEROY
Promotor de Justiça

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA

PORTARIA Nº 29, DE 8 DE MAIO DE 2020

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, por intermédio da Quarta Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos artigos 127 c/c 129, incisos III e IX, da Constituição Federal c/c os artigos 5º, III, "b", "c" e "d"; 6º, XIV, "f" e "g", XIX, "a" e "b", XX e 7º, da Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993 e arts. 2º, 11, inciso XV e artigo 22, da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 66, de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a instauração e tramitação do inquérito civil público - ICP ;

CONSIDERANDO que as atribuições específicas das Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística estão definidas no artigo 22 da Resolução CSMPDFT nº 90, de 14 de setembro de 2009, e que o Anexo I, Capítulo XIV, da citada resolução, inclui nas atribuições da 4ª PROURB feitos relacionados à Região Administrativa do Sudoeste.

CONSIDERANDO que o Ministério Público tem o dever constitucional de promover as ações necessárias, no exercício de suas funções institucionais, para defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis e sociais, e, no presente caso, nos termos dos artigos, 182 e 225, da CF de 1988, para proteção do ordenamento territorial e urbano e do meio ambiente natural e urbano, objetivando propiciar qualidade de vida aos moradores do Distrito Federal;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve se pautar pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, publicidade, eficiência e moralidade, entre outros, devendo exercer seu poder de polícia na defesa do patrimônio público e urbanístico, sob pena de responsabilidade por improbidade administrativa;

CONSIDERANDO que o Distrito Federal ajuizou ação de reintegração de posse cumulada com pedido de indenização (ação nº 2014.01.1.1947.00.8) em face do Clube de Vizinhança da Vila Planalto, a qual foi julgada procedente;

CONSIDERANDO que o representante do Clube Vizinhança e o Distrito Federal inovaram no curso do processo ao formalizarem o Termo de Autorização de Uso a fim de viabilizar a permanência de ocupação de área pública em descumprimento da decisão judicial proferida na ação supra referida;

CONSIDERANDO as irregularidades e inconsistências apontadas no Parecer Técnico nº 101/2019- SAT/URB no sentido de que o Termo de Concessão de Uso foi expedido em desacordo com a Lei Federal nº 8666/93, bem como a Lei Complementar nº 207/1999, da mesma forma o Termo de Autorização de Uso;

CONSIDERANDO os fatos apurados no PA nº 08190. 044186/15-53 instaurado para acompanhar a desocupação de área pública destinada ao Clube Unidade Vizinhança da Vila Planalto, Região Administrativa do Plano Piloto, resolve:

Instaurar o presente INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para apurar possível prática de atos de improbidade administrativa por parte dos signatários do Termo de Autorização de Uso nº 01/2017 firmado entre a Administração Regional do Plano Piloto e o Clube Unidade Vizinhança do Vila Planalto, Região Administrativa do Plano Piloto, determinando que sejam adotadas as seguintes providências:

a) autue-se a presente portaria promovendo-se os registros necessários no Sistema de Acompanhamento dos Feitos e Requerimentos do MPDFT;

b) extraia-se cópia dos autos com remessa para a Delegacia Especializada de Proteção ao Meio Ambiente e à Ordem Urbanística (DEMA) requisitando a instauração de inquérito policial para investigar a possível prática do crime de fraude processual, dentre outros, haja vista informação de que parte da área pública está sendo comercializada pelo seu ocupante, segundo documento juntado à fl. 218;

c) expeça-se ofício ao Setor de Diligências para que informe os endereços nos quais Gustavo Carvalho Amaral e João Anísio dos Santos (subscritores do Termo de Autorização de Uso) poderão ser encontrados;

d) expeça-se Recomendação à Administração Regional do Plano Piloto no sentido de anular o Termo de Autorização de Uso que permitiu a permanência de ocupação de área pública após prolação de decisão judicial determinando sua desocupação. A autoridade também deverá encaminhar cópia integral do procedimento administrativo que resultou na formalização do referido termo;

e) expeça-se ofício à Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF-Legal) para que encaminhe a esta Promotoria cópia de todos os autos de notificação/infração e embargos relativos à área em questão, desde o ano de 2002;

f) comunique-se a instauração do presente procedimento à 3ª Câmara de Coordenação e Revisão da Ordem Jurídica Cível Especializada e ao Administrador Regional de Brasília;

g) proceda-se ao controle do prazo previsto no artigo 13-A, § 1º, da Resolução nº 66, de 14 de 17 de outubro de 2005, do CSMPDFT - 1 (um) ano - informando sobre a eventual necessidade de prorrogação do referido prazo com antecedência mínima de 15 (quinze) dias;

h) publique-se.

MARILDA DOS REIS FONTINELE
Promotora de Justiça

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 318, DE 25 DE MAIO DE 2020

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I e XIII, da Lei Complementar nº 80/94, e tendo em vista o disposto nos arts. 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000;, resolve:

Art. 1º Tornar público o Demonstrativo da Despesa com Pessoal que compõe o Relatório de Gestão Fiscal da Defensoria Pública da União referente ao primeiro quadrimestre de 2020, conforme o Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL FARIA OLIVEIRA
Defensor Público-Geral Federal

CLEITON GOMES PRATA DA SILVA
Secretário-Geral de Controle Interno e Auditoria

PALOMA COTRIM NASCIMENTO LEIVA
Secretária-Geral Executiva

ANEXO I

UNIÃO
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020
RGF - ANEXO I (LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA "A")
R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS (B)
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	TOTAL DOS ÚLTIMOS 12 MESES (A)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.638.093,70	24.805.461,24	24.603.485,99	24.441.553,21	24.343.784,64	24.121.090,14	38.078.737,88	26.783.797,90	34.040.851,64	24.682.311,42	25.459.427,88	25.015.924,25	321.014.519,89	10.307.919,02
Pessoal Ativo	23.195.265,54	23.353.824,51	23.175.234,23	23.013.717,14	22.914.684,50	22.657.651,66	35.864.504,16	25.317.748,48	31.870.939,40	23.203.458,10	24.013.645,67	23.560.568,95	302.141.242,34	10.307.185,64
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	19.931.120,66	20.083.759,18	19.908.102,39	19.754.216,16	19.644.287,77	19.413.545,29	29.360.608,73	22.024.045,46	28.582.749,30	19.928.309,48	19.910.251,36	19.447.130,24	257.988.126,02	1.498.252,84
Obrigações Patronais	3.264.144,88	3.270.065,33	3.267.131,84	3.259.500,98	3.270.396,73	3.244.106,37	6.503.895,43	3.293.703,02	3.288.190,10	3.275.148,62	4.103.394,31	4.113.438,71	44.153.116,32	8.808.932,80
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.442.828,16	1.451.636,73	1.428.251,76	1.427.836,07	1.429.100,14	1.463.438,48	2.214.233,72	1.466.049,42	2.169.912,24	1.478.853,32	1.445.782,21	1.455.355,30	18.873.277,55	733,38
Aposentadorias, Reserva e Reformas	854.845,76	856.751,45	841.478,39	841.062,73	841.062,73	871.608,86	1.328.144,96	878.012,01	1.274.496,83	881.909,73	848.838,62	858.411,71	11.176.623,78	0,00
Pensões	587.982,40	594.885,28	586.773,37	586.773,34	588.037,41	591.829,62	886.088,76	588.037,41	895.415,41	596.943,59	596.943,59	596.943,59	7.696.653,77	733,38
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (1º do art. 19 da LRF)	1.444.867,86	1.518.347,33	1.428.251,76	1.427.836,07	1.429.100,14	1.463.438,48	1.599.967,10	581.049,42	2.169.912,24	1.478.853,32	1.445.782,21	1.455.355,30	17.442.761,23	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores do período anterior ao da apuração	2.039,70	66.710,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.750,30	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.442.828,16	1.451.636,73	1.428.251,76	1.427.836,07	1.429.100,14	1.463.438,48	1.599.967,10	581.049,42	2.169.912,24	1.478.853,32	1.445.782,21	1.455.355,30	17.374.010,93	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	23.193.225,84	23.287.113,91	23.175.234,23	23.013.717,14	22.914.684,50	22.657.651,66	36.478.770,78	26.202.748,48	31.870.939,40	23.203.458,10	24.013.645,67	23.560.568,95	303.571.758,66	10.307.919,02

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Unidades Responsáveis: SGE, SGCIA e GABDPGF.
Data e hora da emissão 22/05/2020 às 11:32
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.
Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

PLENÁRIO

CERTIDÕES DE JULGAMENTO

Certidão de julgamento - 0123998
Processo:
0006036-71.2019.4.90.8000 - SEG - Gestão de projetos
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2020 14:00:00
Relator:
Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a proposta de resolução que dispõe sobre a criação, o funcionamento e a organização do Centro de Desenvolvimento Colaborativo e a Política de Concepção, Sustentação e Gestão dos Sistemas Corporativos Nacionais no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus, nos termos do voto do relator.

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0123999
Processo:
0001304-56.2020.4.90.8000 - CGE - Reclamação disciplinar
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2020 14:00:00
Relator:
Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU NEGAR PROVIMENTO ao recurso interposto por Paulo César Rodrigues de Farias, nos termos do voto da relatora.

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0124000
Processo:
0002187-69.2019.4.90.8000 - PRES - Pedido de providência
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2020 14:00:00
Relator:
Ministro VILLAS BÔAS CUEVA
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU INDEFERIR o pedido formulado por Daniel Francisco da Silva, nos termos do voto do relator.

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0124001
Processo:
0000879-91.2019.4.90.8000 - PRES - Pedido de providência
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2020 14:00:00
Relator:
Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU RESPONDER à consulta nos termos do voto relator.

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0124002
Processo:
0005289-54.2019.4.90.8000 - PRES - Normatização
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2020 14:00:00
Relator:
Desembargador Federal REIS FRIEDE
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU APROVAR a minuta de resolução, nos termos do voto do relator.

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

Certidão de julgamento - 0124003
Processo:
0000876-48.2019.4.90.8000 - PRES - Pedido de providência
Colegiado:
Conselho
Data da Sessão:
18/05/2020 14:00:00
Relator:
Desembargador Federal VLADIMIR SOUZA CARVALHO
Dispositivo:
O Conselho, por unanimidade, DECIDIU ACOLHER a consulta e aprovar a proposta de alteração das Resoluções CJF n. 2/2008 e 30/2008, nos termos do voto do relator.

Presentes os Excelentíssimos Senhores Conselheiros: JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, ANTONIO CARLOS FERREIRA, VILLAS BÔAS CUEVA, SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, I'TALO FIORAVANTI SABO MENDES, REIS FRIEDE, MAIRAN MAIA, VICTOR LUIZ DOS SANTOS LAUS e VLADIMIR SOUZA CARVALHO.

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATO NORMATIVO Nº 419, DE 26 DE MAIO DE 2020

Aprova o Relatório de definição da Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo o artigo 6º, inciso XXV, do Regimento Interno, e

CONSIDERANDO o que prevê o art. 55 da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), de 4 de maio de 2000, observadas as prescrições da Decisão no 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002, do Ato Normativo STM nº 89, de 28 de maio de 2014, do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, de 12 de abril de 2017, e da Portaria nº 284/STN, de 22 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União referente ao período de maio de 2019 a abril de 2020.

Art. 2º A publicação do Relatório de que trata o art. 1º deste Ato Normativo dar-se-á na forma do Anexo Único deste Ato, no qual se encontram o demonstrativo da despesa com pessoal (art. 55, inciso I, alínea "a", da LRF) e o demonstrativo dos limites de despesa com pessoal (Acórdão TCU 553/17 - item 9.4).

Art. 3º Este Ato Normativo entra em vigor na data de sua publicação.

Almirante de Esquadra MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

Anexo I - (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/20	mar/20	abr/20	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	34.021.622,66	46.913.291,65	34.037.362,36	34.488.995,63	34.485.647,66	34.518.001,92	52.928.782,84	44.490.129,13	35.434.175,21	36.773.287,97	37.247.155,10	35.077.700,19	460.416.152,32	2.463.402,00	462.879.554,32
Pessoal Ativo	16.826.922,00	20.698.781,78	16.853.832,50	17.055.739,83	17.020.931,70	17.430.722,61	27.071.572,16	22.605.733,02	18.314.272,27	19.389.544,59	19.322.355,02	17.730.422,05	230.320.829,53	2.424.866,77	232.745.696,30
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.368.339,93	18.107.620,28	14.280.005,35	14.543.411,29	14.503.302,65	14.902.378,10	21.942.010,27	20.025.426,77	15.752.309,86	16.803.733,47	16.116.403,59	14.545.822,36	195.890.763,92	24.866,77	195.915.630,69
Obrigações Patronais	2.458.582,07	2.591.161,50	2.573.827,15	2.512.328,54	2.517.629,05	2.528.344,51	5.129.561,89	2.580.306,25	2.561.962,41	2.585.811,12	3.205.951,43	3.184.599,69	34.430.065,61	2.400.000,00	36.830.065,61
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	17.194.700,66	26.214.509,87	17.183.529,86	17.433.255,80	17.464.715,96	17.087.279,31	25.857.210,68	21.884.396,11	17.119.902,94	17.383.743,38	17.924.800,08	17.347.278,14	230.095.322,79	38.535,23	230.133.858,02
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.574.222,38	16.282.465,14	10.580.994,77	10.571.641,18	10.664.768,55	10.402.688,29	15.959.390,77	13.297.551,29	10.508.029,82	10.454.409,18	11.127.825,17	10.499.672,65	140.923.659,19	38.535,23	140.962.194,42
Pensões	6.620.478,28	9.932.044,73	6.602.535,09	6.861.614,62	6.799.947,41	6.684.591,02	9.897.819,91	8.586.844,82	6.611.873,12	6.929.334,20	6.796.974,91	6.847.605,49	89.171.663,60	0,00	89.171.663,60
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	17.200.158,88	26.281.726,66	-44.315,12	-50.554,73	-19.567,38	192.404,00	5.973.792,61	4.985.673,63	17.120.395,19	18.975.406,02	17.983.649,31	17.347.770,39	125.946.539,46	63.402,00	126.009.941,46
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	10.107,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.023,70	0,00	28.131,50	0,00	28.131,50

Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	492,25	492,25	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	6.618,18	492,25	492,25	492,25	492,25	42.662,58	0,00	42.662,58
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	4.965,97	66.724,54	-1.327,56	-1.335,80	-1.331,74	233.513,60	-1.332,27	-1.343,52	0,00	1.591.170,39	58.356,98	0,00	1.948.060,59	45.725,43	1.993.786,02
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	17.194.700,66	26.214.509,87	-49.605,74	-55.837,11	-34.961,62	-47.727,78	5.968.506,70	4.980.398,97	17.119.902,94	17.383.743,38	17.906.776,38	17.347.278,14	123.927.684,79	17.676,57	123.945.361,36
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	16.821.463,78	20.631.564,99	34.081.677,48	34.539.550,36	34.505.215,04	34.325.597,92	46.954.990,23	39.504.455,50	18.313.780,02	17.797.881,95	19.263.505,79	17.729.929,80	334.469.612,86	2.400.000,00	336.869.612,86

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.004,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	336.869.612,86	0,038318%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	708.386.242,32	0,080576%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	672.966.930,20	0,076547%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	637.547.618,09	0,072518%

FONTE: Tesouro Gerencial, Justiça Militar da União, 11/05/2020, 14h30min.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO/2019 A ABRIL/2020

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	462.879.554,32
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	126.009.941,46
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	336.869.612,86

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,038318%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,101900%	895.856.807,14
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:		0,101798%	894.960.071,18
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:		0,080726%	709.704.971,67
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:		0,080576%	708.386.242,32
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3				-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Alte Esq MARCUS VINICIUS OLIVEIRA DOS SANTOS
Ministro-Presidente

SÍLVIO ARTUR MEIRA STARLING
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Diretor de Orçamento e Finanças

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO

ATO Nº 204, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fulcro no art. 16, inciso XXXII, do Regimento Interno deste Tribunal, e

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 06/02/2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da situação de emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, bem como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN veiculada pela Portaria no 188/GM/MS, em 04/02/2020;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 7º da Resolução nº 313/2020, do Conselho Nacional de Justiça, que determina que, nos concursos públicos, no âmbito de qualquer órgão do Poder Judiciário, ficam vedados, dentre outros, os atos que demandem comparecimento presencial de candidatos, bem como o disposto nas Resoluções nºs 314/2020 e 318/2020 e na Portaria nº 79/2020, todos daquele Conselho;

CONSIDERANDO os Atos TRF5 nºs 112/2020, 140/2020, 162/2020 e 199/2020, que dispõem sobre o regime de plantão extraordinário e outras medidas temporárias e emergenciais de prevenção ao contágio e à transmissão do novo coronavírus (COVID-19), no âmbito da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus da 5ª Região;

CONSIDERANDO a previsão contida no Capítulo XVII, item 20, do Edital de Concurso Público nº 01/2017, publicado no DOU de 25/09/2017, de que as ocorrências não previstas no referido Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região e pela Fundação Carlos Chagas, no que a cada um couber, resolve:

Art. 1º. SUSPENDER, até ulterior deliberação, o prazo previsto no artigo 13, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, para posse dos candidatos nomeados pelos Atos a seguir discriminados para ocuparem cargos efetivos nos Quadros Permanentes de Pessoal do TRF da 5ª Região e das Seções Judiciárias dos Estados de Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe, com efeitos a partir das respectivas publicações:

I - Ato nº 106/2020, de 17/03/2020, publicado no DOU, Seção 2, de 18/03/2020, conforme Decisão proferida em 13/04/2020 nos autos do PA nº 0003281-36.2020.4.05.7000, disponibilizada no Diário Eletrônico Administratio TRF5 de 13/04/2020;

II - Atos nºs 171/2020, 172/2020, 174/2020, 175/2020, 176/2020, 177/2020, 178/2020, 180/2020 e 181/2020, todos de 14/05/2020, publicados no DOU, Seção 2, de 15/05/2020;

III - Atos nºs 183/2020 e 186/2020, ambos de 15/05/2020, publicados no DOU, Seção 2, de 18/05/2020;

IV - Atos nºs 189/2020 e 193/2020, ambos de 18/05/2020, publicados no DOU, Seção 2, de 19/05/2020;

V - Atos nºs 198/2020, de 22/05/2020, e 202/2020, de 25/05/2020, ambos publicados no DOU, Seção 2, de 26/05/2020.

Art. 2º. Ficam excepcionados do disposto no artigo anterior os Atos de nomeação relativos a candidatos que já possuam vínculo efetivo com a Justiça Federal da Quinta Região.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

VLADIMIR SOUZA CARVALHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ

PORTARIA Nº 94, DE 24 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nº 0001308-42.2020.6.03.8000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá relativo ao primeiro quadrimestre de 2020, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.980.683,23	2.994.590,02	2.949.924,30	2.919.685,05	2.988.649,79	2.917.134,00	5.150.840,49	4.414.324,99	4.036.629,20	2.909.784,74	3.037.967,03	2.971.582,27	40.271.795,11	382.970,29
Pessoal Ativo	2.802.527,45	2.816.434,24	2.757.148,21	2.726.908,96	2.783.006,39	2.711.046,90	4.837.415,61	4.208.237,89	3.678.525,58	2.681.234,13	2.809.416,42	2.743.031,66	37.554.933,44	382.970,29
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis Obrigações Patronais	2.430.448,48	2.445.182,04	2.392.584,67	2.361.143,25	2.415.393,25	2.352.671,38	4.115.199,27	3.844.105,47	3.319.534,93	2.320.857,91	2.365.473,77	2.302.491,55	32.665.085,97	382.970,29
Benefícios Previdenciários	372.078,97	371.252,20	364.563,54	365.765,71	367.613,14	358.375,52	722.216,34	364.132,42	358.990,65	360.376,22	443.942,65	440.540,11	4.889.847,47	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	178.155,78	178.155,78	192.776,09	192.776,09	205.643,40	206.087,10	313.424,88	206.087,10	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	2.716.861,67	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	152.736,64	152.736,64	167.356,95	167.356,95	180.224,26	180.667,96	273.630,54	180.667,96	289.271,89	194.721,76	194.721,76	194.721,76	2.328.815,07	-
	25.419,14	25.419,14	25.419,14	25.419,14	25.419,14	25.419,14	39.794,34	25.419,14	68.831,73	33.828,85	33.828,85	33.828,85	388.046,60	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	206.082,49	178.155,78	192.776,09	192.776,09	257.851,88	54.669,25	660.485,98	959.877,43	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	3.746.430,44	382.970,29
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Dec. Jud. de período anterior ao da apuração														
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	27.926,71	-	-	-	52.208,48	-	660.485,98	959.877,43	-	-	-	-	1.700.498,60	382.970,29
	178.155,78	178.155,78	192.776,09	192.776,09	205.643,40	54.669,25	-	-	358.103,62	228.550,61	228.550,61	228.550,61	2.045.931,84	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.774.600,74	2.816.434,24	2.757.148,21	2.726.908,96	2.730.797,91	2.862.464,75	4.490.354,51	3.454.447,56	3.678.525,58	2.681.234,13	2.809.416,42	2.743.031,66	36.525.364,67	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	36.525.364,67	0,004155
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	68.749.756,94	0,00782
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	65.312.269,09	0,007429
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0.90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	61.874.781,24	0,007038

FONTE: Sistema <Nome>, Unidade Responsável <Nome>, Data da emissão <dd/mmm/aaaa> e hora de emissão <hhh e mmm>

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos. NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO, ITEM 9.
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	40.654.765,40
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	4.129.400,73
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	36.525.364,67

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,004064%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,007843%	68.951.962,10
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478. de 26 de setembro de 2005	0,007835%	68.881.629,87
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385. de 22 de agosto de 2013	0,007820%	68.749.756,94
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Des. ROMMEL ARAUJO DE OLIVEIRA
Presidente do Tribunal

ELINETE NUNES FREITAS
Diretora-Geral

DILMA CÉLIA DE OLIVEIRA PIMENTA
Secretária de Administração e Orçamento

FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA BARROS
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 334, DE 26 DE MAIO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, no Acórdão nº 553/2017 TCU-Plenário, e ainda no Procedimento Administrativo PAD nº 7100/2020, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas relativo ao primeiro quadrimestre de 2020 e o Demonstrativo de Limites de Despesa de Pessoal em cumprimento ao Acórdão nº 553/2017 - TCU-Plenário - Item 9, nos termos dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ARISTÓTELES LIMA THURY

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS [1]
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	7.779.524,54	8.083.776,30	8.039.842,65	8.056.003,24	7.913.426,57	8.094.888,73	11.829.461,90	11.938.365,56	10.216.400,56	8.055.159,85	8.307.559,09	8.290.545,94	106.604.954,93	1.419.267,33
Pessoal Ativo	7.039.785,26	7.295.666,59	7.289.226,34	7.262.695,77	7.132.748,01	7.313.324,52	10.652.196,25	11.159.834,78	9.048.237,20	7.276.663,53	7.529.062,77	7.486.708,30	96.486.149,32	1.419.267,33
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.082.941,61	6.305.231,16	6.316.113,23	6.293.106,85	6.163.957,05	6.341.064,39	8.739.530,75	10.612.051,47	8.114.565,43	6.294.678,48	6.293.286,80	6.258.958,74	83.815.485,96	1.416.024,61
Obrigações Patronais	956.843,65	990.435,43	973.113,11	969.588,92	968.790,96	972.260,13	1.912.665,50	547.783,31	933.671,77	981.985,05	1.235.775,97	1.227.749,56	12.670.663,36	3.242,72
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	739.739,28	788.109,71	750.616,31	793.307,47	780.678,56	781.564,21	1.177.265,65	778.530,78	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	803.837,64	10.118.805,61	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	475.944,19	488.393,24	488.173,71	513.640,44	516.184,09	513.885,29	758.941,55	514.209,83	771.681,91	514.175,37	514.175,37	515.854,81	6.585.259,80	-
Pensões	263.795,09	299.716,47	262.442,60	279.667,03	264.494,47	267.678,92	418.324,10	264.320,95	396.481,45	264.320,95	264.320,95	287.982,83	3.533.545,81	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	750.505,20	806.677,72	897.940,87	794.096,24	781.276,96	917.394,36	1.267.161,93	2.326.106,73	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	804.466,80	12.070.782,81	286.525,47
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.129,26	231,65	3.976,64	775,80	598,40	3.758,22	2.560,30	4.310,01	-	-	-	629,16	17.969,44	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	9.636,66	18.336,36	143.347,92	12,97	-	132.071,93	87.335,98	1.876.687,47	-	-	-	-	2.267.429,29	286.525,47
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	739.739,28	788.109,71	750.616,31	793.307,47	780.678,56	781.564,21	1.177.265,65	445.109,25	1.168.163,36	778.496,32	778.496,32	803.837,64	9.785.384,08	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.029.019,34	7.277.098,58	7.141.901,78	7.261.907,00	7.132.149,61	7.177.494,37	10.562.299,97	9.612.258,83	9.048.237,20	7.276.663,53	7.529.062,77	7.486.079,14	94.534.172,12	1.132.741,86

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	95.666.913,98	0,010882
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	146.510.831,12	0,016665
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	139.185.289,56	0,015832
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	131.859.748,01	0,014999

NOTAS:

1.Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2.Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p.547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22, de maio de 2020.

FONTE: Sistema SIAFI, COF/SECONT, 21/05/2020 e hora de emissão 08h30m.

1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Desembargador Aristóteles Lima Thury
Presidente do TRE/AM
Ruy Melo de Oliveira
Diretor-Geral
Paulo Germano Carvalho Leite
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças
Rinaldo Paes Guimarães
Coordenador de Controle Interno, interino

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				108.024.222,26	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				12.357.308,28	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				95.666.913,98	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,010882%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,016713%	146.932.824,51
	Resol ução CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,016696%	146.783.368,52
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,016665%	146.510.831,12

FONTE: Sistema SIAFI, COF/SECONT, 21/05/2020 e hora de emissão 08h30m.

1.Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do CNJ.

2.Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do CNJ.

3.Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

Des. ARISTÓTELES LIMA THURY
Presidente do Tibunal

RUY MELO DE OLIVEIRA
Diretor-Geral

PAULO GERMANO CARVALHO LEITE
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

RINALDO PAES GUIMARÃES
Coordenador de Controle Interno
Interino

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA Nº 329, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao primeiro quadrimestre de 2020, constante dos anexos I e II desta Portaria.––

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Des. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

ANEXO

ANEXO I
UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)––
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.419.384,04	16.618.119,24	16.527.558,72	16.321.712,31	16.546.923,55	16.710.823,99	25.147.648,24	19.537.459,98	21.959.618,44	16.787.921,25	17.113.512,35	17.033.912,91	216.724.595,02	310.313,56
–– Pessoal Ativo	13.358.559,25	13.455.890,48	13.324.785,43	13.139.840,89	13.289.550,15	13.371.774,11	20.418.685,17	16.363.800,78	17.291.533,31	13.707.326,94	14.057.783,75	13.978.184,31	175.757.714,57	269.681,06
– – – Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.444.461,43	11.534.480,57	11.415.568,68	11.235.942,57	11.364.181,47	11.448.141,09	16.592.993,45	14.364.018,46	15.398.232,06	11.767.819,07	11.639.337,16	11.518.332,62	149.723.508,63	269.681,06
–– Obrigações Patronais	1.914.097,82	1.921.409,91	1.909.216,75	1.903.898,32	1.925.368,68	1.923.633,02	3.825.691,72	1.999.782,32	1.893.301,25	1.939.507,87	2.418.446,59	2.459.851,69	26.034.205,94	–––
– – – Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
– – Pessoal Inativo e Pensionistas	3.060.824,79	3.162.228,76	3.202.773,29	3.181.871,42	3.257.373,40	3.339.049,88	4.728.963,07	3.173.659,20	4.668.085,13	3.080.594,31	3.055.728,60	3.055.728,60	40.966.880,45	40.632,50
– – – Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.135.609,58	2.131.175,13	2.257.911,42	2.251.305,03	2.222.736,59	2.197.109,39	3.285.478,09	2.209.135,89	3.276.867,96	2.153.116,30	2.138.092,30	2.138.092,30	28.396.629,98	–––
––– Pensões	925.215,21	1.031.053,63	944.861,87	930.566,39	1.034.636,81	1.141.940,49	1.443.484,98	964.523,31	1.391.217,17	927.478,01	917.636,30	917.636,30	12.570.250,47	40.632,50
– – – Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	–––	–––	-	-	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1° do art. 19 da LRF)	3.152.932,94	3.162.228,76	3.204.566,17	3.227.065,62	3.284.209,08	1.978.040,18	2.293.261,97	1.795.781,81	4.668.085,13	3.080.594,31	3.055.728,60	3.055.728,60	35.958.223,17	40.632,50
– – – Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	–––	–––	-	-	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––
––– Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	–––	–––	-	-	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––	–––
––– Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	92.108,15	-	1.792,88	45.194,20	26.835,68	30.628,30	30.572,80	32.595,25	-	-	-	-	259.727,26	–––
––– Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.060.824,79	3.162.228,76	3.202.773,29	3.181.871,42	3.257.373,40	1.947.411,88	2.262.689,17	1.763.186,56	4.668.085,13	3.080.594,31	3.055.728,60	3.055.728,60	35.698.495,91	40.632,50
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.266.451,10	13.455.890,48	13.322.992,55	13.094.646,69	13.262.714,47	14.732.783,81	22.854.386,27	17.741.678,17	17.291.533,31	13.707.326,94	14.057.783,75	13.978.184,31	180.766.371,85	269.681,06

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	181.036.052,91	0,020592
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	403.759.761,77	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	383.571.773,69	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	363.383.785,60	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI/SOF/TRE-CE, Emitido em 26/MAI/2020 às 9h e 15min

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Valor da RCL referente à STN nº 284, de 22/5/2020, publicada no D.O.U. nº 99, Seção 1, de 26/5/2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	217.034.908,58
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	35.998.855,67
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	181.036.052,91
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,020592%

				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO <%> \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,046058%	404.920.243,61
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,046012%	404.515.833,27
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,045926%	403.759.761,77
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

IBERÊ COMIN NUNES

Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE

Secretário de Controle Interno

HUGO PEREIRA FILHO

Diretor - Geral

Des. HAROLDO CORREIA DE OLIVEIRA MÁXIMO

Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 173, DE 22 DE MAIO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao primeiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo nº 4.147/2015, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo relativo ao primeiro quadrimestre de 2020, nos termos do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.357.785,62	8.417.180,31	8.388.944,41	8.419.325,75	8.417.352,12	8.517.593,69	12.874.465,74	9.461.661,67	11.776.259,68	8.590.355,84	8.801.655,50	8.700.063,75	110.722.644,08	579.550,47
Pessoal Ativo	7.196.623,01	7.284.979,39	7.210.160,38	7.270.413,51	7.242.070,66	7.360.838,75	11.131.576,01	8.195.728,63	10.031.978,57	7.417.552,99	7.636.132,78	7.534.541,03	95.512.595,71	564.550,47
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	6.203.155,30	6.289.715,91	6.211.896,63	6.266.642,26	6.235.485,72	6.353.163,41	9.122.733,30	7.177.895,14	9.020.380,90	6.403.910,27	6.376.257,59	6.272.119,60	81.933.356,03	502.750,47
Obrigações Patronais	993.467,71	995.263,48	998.263,75	1.003.771,25	1.006.584,94	1.007.675,34	2.008.842,71	1.017.833,49	1.011.597,67	1.013.642,72	1.259.875,19	1.262.421,43	13.579.239,68	61.800,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.161.162,61	1.132.200,92	1.178.784,03	1.148.912,24	1.175.281,46	1.156.754,94	1.742.889,73	1.265.933,04	1.744.281,11	1.172.802,85	1.165.522,72	1.165.522,72	15.210.048,37	15.000,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.015.373,96	987.577,05	987.577,05	978.449,69	1.008.283,16	989.756,64	1.489.293,11	1.098.934,74	1.486.934,67	1.004.245,22	1.010.334,86	1.010.334,86	13.067.095,01	10.000,00
Pensões	145.788,65	144.623,87	191.206,98	170.462,55	166.998,30	166.998,30	253.596,62	166.998,30	257.346,44	168.557,63	155.187,86	155.187,86	2.142.953,36	5.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.161.162,61	1.132.200,92	1.182.370,94	1.148.912,24	1.175.281,46	1.156.754,94	1.259.662,74	124.775,70	1.744.281,11	1.172.802,85	1.165.522,72	1.165.522,72	13.589.250,95	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	3.586,91	-	-	-	8.775,31	93.910,49	-	-	-	-	106.272,71	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.161.162,61	1.132.200,92	1.178.784,03	1.148.912,24	1.175.281,46	1.156.754,94	1.250.887,43	30.865,21	1.744.281,11	1.172.802,85	1.165.522,72	1.165.522,72	13.482.978,24	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.196.623,01	7.284.979,39	7.206.573,47	7.270.413,51	7.242.070,66	7.360.838,75	11.614.803,00	9.336.885,97	10.031.978,57	7.417.552,99	7.636.132,78	7.534.541,03	97.133.393,13	579.550,47

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	97.712.943,60	0,011114
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	158.722.264,93	0,018054
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	150.786.151,68	0,017151
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	142.850.038,44	0,016249

FONTE: TESOURO GERENCIAL, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 25/mai/2020 às 13h e 19m.
[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição – versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão
3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				111.302.194,55	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				13.589.250,95	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**97.712.943,60**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				**879.152.902.004,53**	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,011114%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,018106%**	**159.179.424,44**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	**Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005**	**0,018088%**	**159.021.176,91**
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	**Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013**	**0,018054%**	**158.722.264,93**
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

JOSÉ ADRIANI BRUNELLI DESTEFFANI
Secretário de Administração e Orçamento
FÁBIO ROSADO BARBOSA
Coordenador de Controle Interno
ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
Diretor Geral
SAMUEL MEIRA BRASIL JUNIOR
Presidente do TRE/ES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

PORTARIA Nº 520, DE 25 DE MAIO DE 2020

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 54, caput e inciso III, c/c o inciso I, alínea a do art. 55 da Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, que se refere ao 1º Quadrimestre de 2020, compreendendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Item 9.4 do Acórdão 553/2017 - TCU-Plenário, referentes ao período de maio de 2019 a abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. TYRONE JOSÉ SILVA

ANEXOS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	12.325.029,04	12.682.935,34	12.613.762,47	12.301.437,54	12.545.494,63	12.490.319,50	18.171.070,06	19.355.779,35	15.911.075,98	12.537.203,79	12.830.877,72	12.522.620,90	166.287.606,32	107.288,59
Pessoal Ativo	10.821.845,09	11.145.301,27	11.025.455,86	10.691.135,37	10.846.355,36	10.909.512,74	15.716.326,55	17.753.004,66	13.518.012,04	10.919.058,14	11.226.203,12	10.895.459,47	145.467.669,67	107.288,59
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.402.324,14	9.714.780,08	9.605.371,55	9.271.496,51	9.424.291,64	9.484.977,56	13.333.973,15	16.307.772,38	12.124.419,83	9.504.777,62	9.476.882,12	9.168.608,38	126.819.674,96	107.288,59
Obrigações Patronais	1.419.520,95	1.430.521,19	1.420.084,31	1.419.638,86	1.422.063,72	1.424.535,18	2.382.353,40	1.445.232,28	1.393.592,21	1.414.280,52	1.749.321,00	1.726.851,09	18.647.994,71	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.503.183,95	1.537.634,07	1.588.306,61	1.610.302,17	1.699.139,27	1.580.806,76	2.454.743,51	1.602.774,69	2.393.063,94	1.618.145,65	1.604.674,60	1.627.161,43	20.819.936,65	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.003.381,15	1.003.381,15	1.074.744,21	1.096.739,77	1.185.576,87	1.067.244,36	1.661.382,70	1.089.212,29	1.622.720,28	1.078.170,63	1.077.905,89	1.100.392,72	14.060.852,02	-
Pensões	499.802,80	534.252,92	513.562,40	513.562,40	513.562,40	513.562,40	793.360,81	513.562,40	770.343,66	539.975,02	526.768,71	526.768,71	6.759.084,63	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.503.183,95	1.538.108,93	1.812.859,69	1.610.302,17	1.777.584,02	1.580.806,76	408.911,55	3.328.355,52	2.393.063,94	1.618.145,65	1.604.674,60	1.627.161,43	20.803.158,21	-

Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	474,86	224.553,08	-	78.444,75	-	-	2.521.678,04	-	-	-	-	2.825.150,73	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.503.183,95	1.537.634,07	1.588.306,61	1.610.302,17	1.699.139,27	1.580.806,76	408.911,55	806.677,48	2.393.063,94	1.618.145,65	1.604.674,60	1.627.161,43	17.978.007,48	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.821.845,09	11.144.826,41	10.800.902,78	10.691.135,37	10.767.910,61	10.909.512,74	17.762.158,51	16.027.423,83	13.518.012,04	10.919.058,14	11.226.203,12	10.895.459,47	145.484.448,11	107.288,59

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	145.591.736,70	0,016560
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	244.756.167,92	0,027840
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	232.518.359,52	0,026448
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	220.280.551,13	0,025056

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 25 de maio de 2020 às 13:00hs.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente à Portaria STN n. 284, de 22 de maio de 2020.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				166.394.894,91	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				20.803.158,21	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				145.591.736,70	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,016560%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO\1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,027920%	245.459.490,24
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,027892%	245.213.327,43
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente\2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,027840%	244.756.167,92
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

RAIMUNDA MENDES COSTA
Coordenadora de Controle Interno

RDÉBORA MÁRCIA SOARES VÉRAS
Secretária de Administração e Finanças

Des. TYRONE JOSÉ SILVA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 51, DE 26 DE MAIO DE 2020

Torna público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais relativo ao primeiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 54, inciso III e parágrafo único, e art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, , resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, referente ao 1º quadrimestre de 2020, constante do Anexo desta Portaria.

Des. ROGÉRIO MEDEIROS

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.030.896,49	44.859.774,64	43.985.139,10	44.207.535,91	44.242.186,50	44.298.327,75	66.822.024,07	59.205.057,15	59.005.471,12	43.970.960,39	44.891.523,93	45.308.691,54	584.827.588,59	476.315,00
Pessoal Ativo	35.343.866,79	36.156.419,34	35.207.438,02	35.418.512,36	35.405.278,82	35.495.879,01	53.754.919,04	50.110.429,20	45.570.567,00	35.075.196,32	35.973.609,18	36.338.829,42	469.850.944,50	437.131,61
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	30.311.607,03	31.155.399,62	30.189.917,37	30.419.552,87	30.422.612,24	30.520.155,86	44.066.231,39	45.117.535,93	40.626.702,55	30.124.045,12	29.844.784,86	30.201.454,05	402.999.998,89	430.948,33
Obrigações Patronais	5.032.259,76	5.001.019,72	5.017.520,65	4.998.959,49	4.982.666,58	4.975.723,15	9.688.687,65	4.992.893,27	4.943.864,45	4.951.151,20	6.128.824,32	6.137.375,37	66.850.945,61	6.183,28
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.687.029,70	8.703.355,30	8.777.701,08	8.789.023,55	8.836.907,68	8.802.448,74	13.067.105,03	9.094.627,95	13.434.904,12	8.895.764,07	8.917.914,75	8.969.862,12	114.976.644,09	39.183,39
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.961.562,69	6.992.504,32	7.052.020,93	7.014.799,45	7.014.531,67	7.034.801,85	10.435.201,08	7.342.120,83	10.747.898,36	7.179.831,85	7.188.311,15	7.236.154,31	92.199.738,49	24.183,39
Pensões	1.725.467,01	1.710.850,98	1.725.680,15	1.774.224,10	1.822.376,01	1.767.646,89	2.631.903,95	1.752.507,12	2.687.005,76	1.715.932,22	1.729.603,60	1.733.707,81	22.776.905,60	15.000,00
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	8.688.228,22	8.703.355,30	8.784.118,86	8.795.413,07	8.836.907,68	8.793.967,18	8.469.568,03	18.668,51	13.434.904,12	8.895.764,07	8.917.914,75	8.969.862,12	101.308.671,91	8.397,45
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.198,52	-	6.417,78	6.389,52	-	-	-	3.595,66	-	-	-	-	17.601,48	8.397,45
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.687.029,70	8.703.355,30	8.777.701,08	8.789.023,55	8.836.907,68	8.793.967,18	8.469.568,03	15.072,85	13.434.904,12	8.895.764,07	8.917.914,75	8.969.862,12	101.291.070,43	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	35.342.668,27	36.156.419,34	35.201.020,24	35.412.122,84	35.405.278,82	35.504.360,57	58.352.456,04	59.186.388,64	45.570.567,00	35.075.196,32	35.973.609,18	36.338.829,42	483.518.916,68	467.917,55

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	483.986.834,23	0,055051%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	667.936.417,30	0,075975%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	634.539.596,43	0,072176%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	601.142.775,57	0,068378%

FONTE: SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 22/05/2020, 16h32min.
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestres de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Notas: 1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.
3. Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020 (DOU Edição nº 99, p. 23, de 26 de maio de 2020).

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				585.303.903,59	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				101.317.069,36	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)				483.986.834,23	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV)*100				0,055051%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II E III			0,076192%	669.844.179,10
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005	0,076116%	669.176.022,89
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-		-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,075975%	667.936.417,30
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015/ \3				-

FONTE: SIAFI. Unidade Responsável: COFIC/SOF/TSE e SETCO/CCF/SOF/TREMG. Emissão: 22/05/2020, 16h32min.
Nota:
1) Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020 (DOU Edição nº 99, p. 23, de 26 de maio de 2020).

RENATA COUTO LESSA LIMA
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

ANA CAROLINA SILVA COSTA
Secretária de Orçamento e Finanças

ADRIANO DENARDI JÚNIOR
Diretor-Geral

Des. ROGÉRIO MEDEIROS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

PORTARIA Nº 71, DE 25 DE MAIO DE 2020

Torna publico o Relatorio de Gestao Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA, no uso de suas atribuicoes e tendo em vista o disposto nos arts. 54, inciso III e paragrafo unico, e 55, paragrafo segundo, da Lei Complementar nr. 101, de 4 de maio de 2000, e ainda no Procedimento Administrativo SEI nr. 0006571-22.2020.6.15.8000, resolve:

Art. 1 Publicar o Relatorio de Gestao Fiscal, do Tribunal Regional Eleitoral da Paraiba, relativo ao primeiro quadrimestre de 2020, nos termos dos Anexos a esta Portaria.

Art. 2 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicacao.

Des. JOSE RICARDO PORTO

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea a) R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses) LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	TOTAL (ULTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.392.664,59	10.421.264,59	10.206.962,51	10.348.799,91	10.379.329,54	10.380.877,95	15.708.663,58	12.816.979,47	13.741.143,57	10.579.965,11	10.785.989,39	10.880.944,89	136.643.585,10	35.186,62
Pessoal Ativo	8.863.768,97	8.851.483,37	8.669.526,04	8.787.939,80	8.800.339,34	8.789.171,02	13.325.133,27	11.004.434,93	11.295.649,63	8.939.219,04	9.175.424,84	9.251.458,99	115.753.549,24	35.186,62
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variaveis	7.635.653,10	7.624.984,80	7.451.848,95	7.568.224,06	7.581.755,70	7.568.200,50	10.882.381,49	9.756.934,29	10.106.635,20	7.737.622,14	7.648.153,25	7.705.674,18	99.268.067,66	35.186,62
Obrigaçoes Patronais	1.228.115,87	1.226.498,57	1.217.677,09	1.219.715,74	1.218.583,64	1.220.970,52	2.442.751,78	1.247.500,64	1.189.014,43	1.201.596,90	1.527.271,59	1.545.784,81	16.485.481,58	-
Beneficios Previdenciarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.528.895,62	1.569.781,22	1.537.436,47	1.560.860,11	1.578.990,20	1.591.706,93	2.383.530,31	1.812.544,54	2.445.493,94	1.640.746,07	1.610.564,55	1.629.485,90	20.890.035,86	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.010.755,00	1.004.043,86	1.004.043,86	1.027.467,50	1.045.597,59	1.058.314,32	1.580.054,92	1.279.151,93	1.622.494,99	1.096.766,16	1.066.584,64	1.085.505,99	13.880.780,76	-

Pensoes	518.140,62	565.737,36	533.392,61	533.392,61	533.392,61	533.392,61	803.475,39	533.392,61	822.998,95	543.979,91	543.979,91	543.979,91	7.009.255,10	-
Outros Beneficios Previdenciarios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (paragrafo 1 do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NAO COMPUTADAS (II) (PARAGRAFO 1 do art. 19 da LRF)	1.528.895,62	1.628.102,98	1.537.436,47	1.600.493,74	1.578.990,20	-	1.401.498,01	1.622.113,54	2.446.006,00	1.665.321,97	1.623.718,10	1.651.629,42	18.284.206,05	-
Indenizacoes por Demissao e Incentivos a Demissao Voluntaria	-	-	-	-	-	-	-	-	512,06	24.575,90	13.153,55	22.143,52	60.385,03	-
Decorrentes de Decisao Judicial de periodo anterior ao da apuracao	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao	-	58.321,76	-	39.633,63	-	-	20.886,77	-	-	-	-	-	118.842,16	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.528.895,62	1.569.781,22	1.537.436,47	1.560.860,11	1.578.990,20	-	1.380.611,24	1622113,54	2.445.493,94	1.640.746,07	1.610.564,55	1.629.485,90	18.104.978,86	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	8.863.768,97	8.793.161,61	8.669.526,04	8.748.306,17	8.800.339,34	10.380.877,95	14.307.165,57	11.194.865,93	11.295.137,57	8.914.643,14	9.162.271,29	9.229.315,47	118.359.379,05	35.186,62

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a+III b)	118.394.565,67	0,013467
LIMITE MAXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	195.857.683,51	0,022278
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (paragrafo unico do art. 22 da LRF)	186.064.799,33	0,021164
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do paragrafo 1 do art. 59 da LRF)	176.271.915,16	0,020050

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, SECON/COF/SAO/TRE/PB, emissao 22/05/2020, as 10h:00min.

[1]Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercicio, os valores de restos a pagar nao processados inscritos em 31 de dezembro do exercicio anterior continuarao a ser informados nesse campo. Esses valores nao sofrem alteracao pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluidos.

Notas: 1. Limites Maximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nr. 385/2013.

2. Conforme orientacao do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10. Edicao - versao 3 (p. 547) e para melhor transparencia e padronizacao dos dados, a deducao das Despesas de Exercicios Anteriores de periodo anterior ao da apuracao serao realizadas apenas no ultimo quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL referente a Portaria STN nr. 284, de 22/05/2020.

UNIAO - PODER JUDICIARIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAIBA
RELATORIOS DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACORDAO 553/2017 TCU PLENARIO ITEM 9.4
ORCAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

R$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	136.678.771,72
DESPESAS NAO COMPUTADAS (paragrafo 1 do art. 19 da LRF) (II)	18.284.206,05
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	118.394.565,67

APURACAO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,013467%	
	% DA RCL			VALOR	
LRF, art. 20, incisos I, II e III	0,022341%			196.411.549,84	
LIMITE	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE nr. 478, de 26 de setembro de 2005	0,022319%	196.218.136,20
MAXIMO	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nr. 385, de 22 de agosto de 2013	0,022278%	195.857.683,51
Justica do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015	-			-	

Des. JOSE RICARDO PORTO
Presidente do Tribunal

SILMA LEDA SAMPAIO DE ALBUQUERQUE
Diretora-Geral

RANULFO LACET VIEGAS DE ARAUJO
Secretario de Administracao e Orcamento

EDME DE FREITAS LIMA
Coordenador de Auditoria Interna

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 2, DE 26 DE MAIO DE 2020

O DESEMBARGADOR JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, resolve:

Art. 1º - Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao 1º quadrimestre de 2020, constituído pelos seguintes demonstrativos: Demonstrativo da Despesa com Pessoal; e Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL 2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS 1 (b)
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.192.333,56	11.324.061,49	11.145.719,68	11.133.437,15	11.300.512,08	11.284.429,74	17.049.011,93	14.113.361,48	14.424.020,02	11.363.026,89	11.552.936,43	11.605.892,14	147.488.742,59	41.211,92

Pessoal Ativo	9.334.734,63	9.466.462,56	9.288.120,75	9.275.838,22	9.443.804,15	9.427.622,81	14.264.797,77	12.255.930,85	11.647.897,36	9.493.630,38	9.693.376,28	9.763.674,78	123.355.890,54	41.211,92
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.036.461,07	8.172.281,69	7.976.290,64	7.986.647,42	8.129.578,47	8.128.117,52	11.685.123,16	10.845.937,44	10.430.285,57	8.202.296,48	8.061.656,83	8.126.488,25	105.781.164,54	41.211,92
Obrigações Patronais	1.298.273,56	1.294.180,87	1.311.830,11	1.289.190,80	1.314.225,68	1.299.505,29	2.579.674,61	1.409.993,41	1.217.611,79	1.291.333,90	1.631.719,45	1.637.186,53	17.574.726,00	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.857.598,93	1.857.598,93	1.857.598,93	1.857.598,93	1.856.707,93	1.856.806,93	2.784.214,16	1.857.430,63	2.776.122,66	1.869.396,51	1.859.560,15	1.842.217,36	24.132.852,05	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.446.076,82	1.446.076,82	1.446.076,82	1.446.076,82	1.446.076,82	1.446.076,82	2.164.523,00	1.446.076,82	2.169.630,09	1.465.068,18	1.455.231,82	1.437.889,03	18.814.879,86	-
Pensões	411.522,11	411.522,11	411.522,11	411.522,11	410.631,11	410.730,11	619.691,16	411.353,81	606.492,57	404.328,33	404.328,33	404.328,33	5.317.972,19	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.857.598,93	1.857.598,93	1.857.598,93	1.857.598,93	1.976.268,17	1.856.806,93	1.855.198,25	88.616,53	2.776.122,66	1.869.396,51	1.859.560,15	1.842.217,36	21.554.582,28	40.349,75
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	119.560,24	-	-	-	-	-	-	-	119.560,24	40.349,75
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.857.598,93	1.857.598,93	1.857.598,93	1.857.598,93	1.856.707,93	1.856.806,93	1.855.198,25	88.616,53	2.776.122,66	1.869.396,51	1.859.560,15	1.842.217,36	21.435.022,04	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.334.734,63	9.466.462,56	9.288.120,75	9.275.838,22	9.324.243,91	9.427.622,81	15.193.813,68	14.024.744,95	11.647.897,36	9.493.630,38	9.693.376,28	9.763.674,78	125.934.160,31	862,17

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	125.935.022,48	0,014325
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	233.617.300,65	0,026573
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	221.936.435,62	0,025244
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	210.255.570,58	0,023916

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável SOF/TSE, Data da emissão 22/05/2020.

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.
3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO 2019 A ABRIL 2020

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				147.529.954,51	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				21.594.932,03	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				125.935.022,48	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,014325%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO (1)	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,026649%	234.285.456,86
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente (2):	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,026622%	234.048.085,57
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente (2):		-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente (2):	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,026573%	233.617.300,65
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 (3)			-	-

1. Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
2. Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
3. Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

SILVANI MAIA RESENDE SANTANA
Gestor Financeiro

IRACEMA LOBO LIMA
Coordenadora de Controle Interno

RONALDO MAIQUE ARAÚJO BRAGA
Diretor- Geral

Des. JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 4, DE 26 DE MAIO DE 2020

Relatório de Gestão Fiscal. 1º Quadrimestre. Maio de 2019 à Abril de 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no caput do art. 48, no inciso III do art. 54 e na alínea "a", inciso I do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria STN nº 284, publicada no D.O.U. de 26, de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Tornar públicos o Relatório de Gestão Fiscal e o Demonstrativo dos Limites de Despesas com Pessoal, relativos às despesas executadas por esta Unidade Gestora no período de maio de 2019 a abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CLAUDIO BRANDÃO DE OLIVEIRA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													Inscritas em restos a pagar não Proces - sados [1] (b)
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	36.963.154	37.179.598	37.069.022	37.114.147	37.315.545	36.848.033	56.731.233	43.126.162	50.862.342	37.576.851	38.011.938	38.116.645	486.914.676	234.835

Pessoal Ativo	24.912.698	25.139.681	24.970.147	25.132.221	24.948.726	24.729.552	38.482.141	29.672.976	32.769.440	25.551.861	26.097.682	26.169.005	328.576.134	234.835
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	21.182.351	21.399.849	21.210.899	21.366.767	21.222.571	21.016.817	31.018.748	25.945.653	29.032.032	21.797.244	21.410.085	21.481.747	278.084.770	234.835
Obrigações Patronais	3.730.346	3.739.832	3.759.248	3.765.453	3.726.155	3.712.735	7.463.392	3.727.322	3.737.407	3.754.617	4.687.596	4.687.257	50.491.364	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	12.050.456	12.039.916	12.098.875	11.981.926	12.366.818	12.118.480	18.249.092	13.453.186	18.092.902	12.024.989	11.914.256	11.947.640	158.338.542	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	7.837.804	7.845.125	7.841.281	7.770.472	7.922.927	7.910.355	11.902.547	7.879.386	11.799.564	7.811.488	7.765.271	7.767.388	102.053.614	-
Pensões	4.212.651	4.194.791	4.257.593	4.211.453	4.443.891	4.208.125	6.346.545	5.573.800	6.293.338	4.213.501	4.148.984	4.180.251	56.284.927	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou														
de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	12.065.893	12.039.916	12.098.875	12.149.749	12.442.943	12.118.480	12.340.089	5.573.355	18.092.902	12.024.989	11.914.256	11.947.640	144.809.092	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	15.437	-	-	167.823	76.124	-	43.085	146.551	-	-	-	-	449.022	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.050.456	12.039.916	12.098.875	11.981.926	12.366.818	12.118.480	12.297.003	5.426.803	18.092.902	12.024.989	11.914.256	11.947.640	144.360.069	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	24.897.261	25.139.681	24.970.147	24.964.397	24.872.601	24.729.552	44.391.144	37.552.807	32.769.440	25.551.861	26.097.682	26.169.005	342.105.584	234.835

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	342.340.420,02	0,038940
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	915.708.079,67	0,104158
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	869.922.675,69	0,098950
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	824.137.271,70	0,093742

FONTE: SIAFI - Emitido pela SOF/COFIN (TRE-RJ) e SOF/COFIC (TSE) em 25/05/2020.

Notas:

1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço - art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64;

2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013;

3. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

4. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22/05/2020, publicada no Diário Oficial da União de 26/05/2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				487.149.512,39	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				144.809.092,37	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				342.340.420,02	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,038940%	
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,104457%	918.336.746,85
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	917.413.636,30	0,104352%	854.242.815,44
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	915.708.079,67	0,104158%	852.654.699,19
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

FERNANDO JOSÉ DA FONSECA
Secretário de Orçamento e Finanças

ELIZABETH SILVA VIANA
Secretária de Controle Interno e Auditoria

ADRIANA FREITAS BRANDÃO CORREIA
Diretora-Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 2, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, inc. III e parágrafo único; do artigo 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como, das informações contidas no Procedimento Administrativo SEI nº 0000883-84.2020.6.22.8000, resolve

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2020 (0539006), referente ao período de maio de 2019 a abril de 2020, contendo o Demonstrativo de Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal - em cumprimento ao disposto no item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPE SAS EXECUTADAS													
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19	Jan/20	Fev/20	Mar/20	Abr/20	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.213.064,14	5.336.101,24	5.218.729,05	5.348.207,67	5.309.523,61	5.426.876,70	8.055.606,88	6.055.786,90	7.030.440,82	5.194.054,35	5.335.594,38	5.356.977,09	68.880.962,83	1.778.857,79
Pessoal Ativo	4.608.114,61	4.731.151,71	4.613.779,52	4.743.258,14	4.704.574,08	4.813.022,96	7.125.987,35	5.397.171,64	6.037.256,59	4.529.941,05	4.671.481,08	4.692.863,79	60.668.602,52	1.778.857,79
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.014.671,50	4.133.038,38	4.017.699,28	4.146.820,80	4.107.962,84	4.206.014,96	5.947.826,56	4.797.290,27	5.462.118,58	3.958.584,55	3.945.677,58	3.962.168,66	52.699.873,96	1.639.796,83
Obrigações Patronais	593.443,11	598.113,33	596.080,24	596.437,34	596.611,24	607.008,00	1.178.160,79	599.881,37	575.138,01	571.356,50	725.803,50	730.695,13	7.968.728,56	139.060,96
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	604.949,53	604.949,53	604.949,53	604.949,53	604.949,53	613.853,74	929.619,53	658.615,26	993.184,23	664.113,30	664.113,30	664.113,30	8.212.360,31	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	508.119,38	508.119,38	508.119,38	508.119,38	508.119,38	517.023,59	783.796,16	561.785,11	845.057,79	565.362,35	565.362,35	565.362,35	6.944.346,60	-
Pensões	96.830,15	96.830,15	96.830,15	96.830,15	96.830,15	96.830,15	145.823,37	96.830,15	148.126,44	98.750,95	98.750,95	98.750,95	1.268.013,71	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	604.949,53	643.397,24	604.949,53	605.274,53	604.949,53	622.822,30	567.655,76	96.830,15	993.184,23	664.113,30	664.113,30	664.113,30	7.336.352,70	1.413.280,55
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	38.447,71	-	325,00	-	8.968,56	95.359,78	-	-	-	-	-	143.101,05	1.413.280,55
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	604.949,53	604.949,53	604.949,53	604.949,53	604.949,53	613.853,74	472.295,98	96.830,15	993.184,23	664.113,30	664.113,30	664.113,30	7.193.251,65	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	4.608.114,61	4.692.704,00	4.613.779,52	4.742.933,14	4.704.574,08	4.804.054,40	7.487.951,12	5.958.956,75	6.037.256,59	4.529.941,05	4.671.481,08	4.692.863,79	61.544.610,13	365.577,24

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	61.910.187,37	0,007042
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	109.709.490,64	0,012479
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	104.224.016,11	0,011855
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	98.738.541,58	0,011231

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável: SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão: 22/MAI/2020, às 18h e 10min.

1Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

2. Conforme orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.

3. Valor da RCL divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional/ Ministério da Economia em: 22 de maio de 2020.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

					R$ 1,00
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				70.659.820,62	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				8.749.633,25	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				61.910.187,37	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,007042%	
LIMITES MÁXIMOS				% DA RCL	VALOR
	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,012515%	110.025.985,69
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,012502%	109.911.695,81
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,012479%	109.709.490,64
	"Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			-	-

Notas: 1.Valor da RCL divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional/ Ministério da Economia em: 22 de maio de 2020.
2. Demonstrativo apresentado nos termos do item 9.4 do Acórdão 553/2017 TCU- Plenário.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Diretora-Geral

REJANE ASSIS LIMA DA FONSECA
Coordenadora de Controle Interno

FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO
Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 398, DE 26 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE, DES. JOSÉ DOS ANJOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 28 do Regimento Interno e considerando o disposto nos artigos 54, III e parágrafo único c/c 55, I, "a", § 1º e § 2º da Lei Complementar 101 - LRF, de 4/5/00, publicada no D.O.U., Seção 1, de 5/5/00, no teor da Portaria 286, de 7/5/19, da Secretaria do Tesouro Nacional e no item 9.4 do Acórdão 553/2017 - Plenário, de 29/3/2017, do Tribunal de Contas da União, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, referente ao Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em cumprimento ao Acórdão 553/2017- TCU Plenário - item 9.4, no período compreendido entre maio de 2019 a abril de 2020, constantes dos anexos desta portaria.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ DOS ANJOS

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.276.140,30	6.243.448,44	6.067.524,36	6.427.602,91	6.208.607,77	6.217.015,94	9.526.244,59	6.799.512,04	8.617.793,45	6.268.393.48	6.538.703,93	6.495.344,06	81.686.331,27	350.328,50
Pessoal Ativo	5.257.809,94	5.225.118,08	5.054.030,92	5.377.957,56	5.160.304,99	5.167.669,40	7.859.495,77	5.706.372,19	6.990.753,81	5.142.722,57	5.435.633.69	5.392.273,82	67.770.142,74	350.328,50
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.542.451,91	4.501.894,23	4.346.643,35	4.659.798,66	4.453.845,75	4.459.564,47	6.467.708,87	4.972.516,70	6.288.335,18	4.455.755,01	4.518.734,65	4.504.720,03	58.171.968,81	340.328,50
Obrigações Patronais	715.358,03	723.223,85	707.387,57	718.158,90	706.459,24	708.104,93	1.391.786,90	733.855,49	702.418,63	686.967,56	916.899,04	887.553,79	9.598.173,93	10.000,00
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	–	–	–	–	–	–
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.018.330,36	1.018.330,36	1.013.493,44	1.049.645,35	1.048.302,78	1.049.346,54	1.666.748,82	1.093.139,85	1.627.039,64	1.125.670,91	1.103.070,24	1.103.070,24	13.916.188,53	–
Aposentadorias, Reserva e Reformas	711.554,67	711.554,67	706.717,75	722.850,82	733.068,43	734.065,97	1.194.207,20	777.905,50	1.154.188,06	794.394,68	779.815,95	779.815,95	9.800.141,65	–
Pensões	306.775,69	306.775,69	306.775,69	326.794,53	315.234,35	315.280,57	472.541,62	315.234,35	472.851,58	331.274,23	323.254,29	323.254,29	4.116.046,88	–
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	–	–	–	–	–	–
Outras despesas de pessoal decorrentes do contrato de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	–	–	–	–	–	–
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§1° do art. 19 da LRF)	1.026.734,85	1.018.724,63	1.013.493,44	1.063.178,69	1.048.302,78	1.049.426,67	396.283,72	676.130,98	1.627.039,64	1.125.670,91	1.103.070,24	1.103.070,24	12.251.126,79	–
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	(21.768,60)	-	-	13.453,05	–	–	3.700,73	–	–	–	–	–	(4.614,82)	–
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	30.173,09	394,27		80,29	–	80,13	53,83	30,45					30.812,06	–
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.018.330,36	1.018.330,36	1.013.493,44	1.049.645,35	1.048.302,78	1.049.346,54	392.529,16	676.100,53	1.627.039,64	1.125.670,91	1.103.070,24	1.103.070,24	12.224.929,55	–
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)= (I-II)	5.249.405,45	5.224.723,81	5.054.030,92	5.364.424,22	5.160.304,99	5.167.589,27	9.129.960,87	6.123.381,06	6.990.753,81	5.142.722,57	5.435.633,69	5.392.273,82	69.435.204,48	350.328,50

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	*VALOR*	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V)= (IIIa + IIIb)	69.785.532,98	0,007938
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	124.329.803,40	0,014142
LIMITE PRUDENCIAL (VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	118.113.313,23	0,013435
LIMITE DE ALERTA (VIII)= (0,90xVI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	111.896.823,06	0,012728

Fonte: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 26/mai/2020, hora da emissão: 08h e 10m.

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:
1. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.
2. Conforme Orientação do Manual de Demonstrativos Fiscais, 10ª Edição - versão 3 (p. 547) e para melhor transparência e padronização dos dados, a dedução das Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração serão realizadas apenas no último quadrimestre de 2020.
3. Valor da RCL referente à Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020 R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	82.036.659,77
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	12.251.126,79
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	69.785.532,98
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)= (III/IV)*100	0,007938%

				%DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, inciso I,II e III			0,014182%	124.681.464,56
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 478, de 26 de setembro de 2005.	0,014168%	124.558.383,16
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente\2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente\2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013.	0,014142%	124.329.803,40
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

NORIVAL NAVAS NETO
Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

ADAIL VILELA DE ALMEIDA
Coordenador de Controle Interno e Auditoria

RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO
Diretor-Geral

Des. JOSÉ DOS ANJOS
Presidente do Tribunal

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.219, DE 25 DE MAIO DE 2020

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, torna público o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL e, em atendimento ao Acórdão do TCU Plenário de nº 553/2017, de 29 de março de 2017, os relatórios denominados DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4, ambos constantes no Processo Administrativo TRT 4ª nº 0001023-18.2018.5.04.0000.

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	118.611.004,84	128.530.637,72	117.336.170,52	117.681.750,79	118.804.640,97	118.299.651,74	182.104.047,11	141.752.911,57	176.028.213,06	114.126.002,01	120.040.647,15	120.237.185,82	1.573.552.863,30	3.892.694,59	1.577.445.557,89
Pessoal Ativo	76.263.542,84	80.958.226,43	74.981.939,12	75.279.639,73	75.820.610,81	73.844.079,02	115.462.539,92	85.923.325,77	111.930.404,01	71.098.678,84	77.108.427,84	77.301.693,87	995.973.108,20	3.796.363,08	999.769.471,28
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	64.819.613,12	69.376.896,92	63.683.225,45	63.995.870,36	64.497.108,87	62.715.818,04	93.440.085,01	74.582.706,24	99.879.341,63	60.612.948,56	62.971.138,08	63.120.681,28	843.695.433,56	726.768,02	844.422.201,58
Obrigações Patronais	11.443.929,72	11.581.329,51	11.298.713,67	11.283.769,37	11.323.501,94	11.128.260,98	22.022.454,91	11.340.619,53	12.051.062,38	10.485.730,28	14.137.289,76	14.181.012,59	152.277.674,64	3.069.595,06	155.347.269,70
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.347.462,00	47.572.411,29	42.354.231,40	42.402.111,06	42.984.030,16	44.455.572,72	66.641.507,19	55.829.585,80	64.097.809,05	43.027.323,17	42.932.219,31	42.935.491,95	577.579.755,10	96.331,51	577.676.086,61
Aposentadorias, Reserva e Reformas	34.946.180,40	38.324.830,46	35.120.852,18	35.238.988,98	35.547.688,90	36.971.877,14	55.674.955,26	44.773.111,02	53.202.491,16	35.435.519,94	35.544.089,93	35.496.997,00	476.277.582,37	27.000,00	476.304.582,37
Pensões	7.401.281,60	9.247.580,83	7.233.379,22	7.163.122,08	7.436.341,26	7.483.695,58	10.966.551,93	11.056.474,78	10.895.317,89	7.591.803,23	7.388.129,38	7.438.494,95	101.302.172,73	69.331,51	101.371.504,24
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	42.181.334,33	42.559.616,01	42.402.582,16	42.381.283,67	7.418.813,74	7.570.271,89	7.334.015,87	20.651.631,40	64.097.809,05	43.027.323,17	42.932.219,31	42.935.491,95	405.492.392,55	0,00	405.492.392,55
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	41.995,54	41.995,54	41.995,54	41.995,54	41.995,54	41.995,54	42.274,80	41.995,54					336.243,58		336.243,58
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	21.093,21	251.500,74	1.215,25	16.859,06	4.975,05	7.792,30	17.399,65	17.068.298,31					17.389.133,57		17.389.133,57
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	42.118.245,58	42.266.119,73	42.359.371,37	42.322.429,07	7.371.843,15	7.520.484,05	7.274.341,42	3.541.337,55	64.097.809,05	43.027.323,17	42.932.219,31	42.935.491,95	387.767.015,40		387.767.015,40
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	76.429.670,51	85.971.021,71	74.933.588,36	75.300.467,12	111.385.827,23	110.729.379,85	174.770.031,24	121.101.280,17	111.930.404,01	71.098.678,84	77.108.427,84	77.301.693,87	1.168.060.470,75	3.892.694,59	1.171.953.165,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.004,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	1.171.953.165,34	0,133305%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.943.499.362,82	0,221065%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.846.324.394,68	0,210012%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.749.149.426,53	0,198959%

FONTE: SIAFI, Cofin/Secof/TRT 4ª Região, 22/05/2020 17h.

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo.

Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a.1) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

a.2) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso IIda Lei 4.320/64.

b) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização interna de crédito (provisão): despesa liquidada R$ 11.550.024,61.

c) O valor de R$ 1.128,18 de Despesas de Exercício Anteriores constante em março 2020 refere-se a despesas do período de apuração.

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Ordenador de Despesas

CLÁUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

CAROLINA FEUERHARMEL LITVIN
Diretora da Secretaria de Controle Interno

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU-PLENÁRIO.ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.577.445.557,89
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	405.492.392,55
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I-II)	1.171.953.165,34

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V)=(III/IV)*100				0,133305%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,271745%	2.389.054.053,55
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,271666%	2.388.359.522,76
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,239136%	2.102.371.083,74
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,238692%	2.098.467.644,85
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015\3			0,221065%	1.943.499.362,82

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça.
\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça.
\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

CARMEN IZABEL CENTENA GONZALEZ
Presidente do Tribunal

JOÃO HENRIQUE CARVALHO DE LIMA RIBAS
Ordenador de Despesas

CLÁUDIA DUARTE RAFFO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

CAROLINA FEUERHARMEL LITVIN
Diretora da Secretaria de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

PORTARIA Nº 61, DE 26 DE MAIO DE 2020

O EXMO. PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2020, na forma constante dos anexos.

Publique-se e dê-se ciência.

Des. VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 061/2020
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") Em R$ 1,00

Despesa com Pessoal	Despesas Executadas – Maio de 2019 a abril de 2020 – Liquidadas													Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total Executado
	Mai 2019	Jun 2019	Jul 2019	Ago 2019	Set 2019	Out 2019	Nov 2019	Dez 2019	Jan 2020	Fev 2020	Mar 2020	Abr 2020	Total (Últimos 12 meses)		
													(a)	(b)	C=(a)+(b)
Despesa Bruta com Pessoal (I)	57.128.437,40	58.594.944,57	57.357.642,84	58.751.683,13	58.050.512,95	58.326.386,33	90.504.132,55	67.730.321,47	83.443.377,01	57.959185,14	59.539.275,36	59.549.424,95	766.935.323,70	316.955,46	767.252.279,16
Pessoal Ativo	40.360.630,18	41.614.132,90	40.169.617,18	41.074.531,38	40.907.178.11	40.574.321,82	63.476.701,19	47.290.481,60	57.510.136,90	40.588.628,05	42.199.529,90	42.205.360,53	537.971.249,74	316.955,46	538.288.205,20
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesa Variáveis	34.262.038,35	35.539.581,34	34.119.926,73	35.026.763,51	34.866.372,12	35.158.568,95	51.517.557,16	41.154.152,87	51.521.769,16	34.604.653,85	34.517.142,05	34.517.116,27	456.805.642,36	309.954,96	457.115.597,32
Obrigações Patronais	6.084.287,37	6.068.389,64	6.043.528,53	6.041.605,95	6.034.644,07	5.409.590,95	11.952.982,11	6.136.328,73	5.988.367,74	5.983.974,20	7.682.387,85	7.688.244,26	81.114.331,40	7.000,50	81.121.331,90
Benefícios Previdenciários	14.304,46	6.161,92	6.161,92	6.161,92	6.161,92	6.161,92	6.161,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.275,98	0,00	51.275,98
Pessoal Inativo e Pensionistas	16.767.807,22	16.980.811,67	17.188.025,66	17.677.151,75	17.143.334,84	17.752.064,51	27.027.431,36	20.439.839,87	25.933.240,11	17.370.557,09	17.339.745,46	17.344.064,42	228.964.073,96	0,00	228.964.073,96
Aposentadorias, Reserva e Reformas	13.325.173,32	13.548.257,80	13.729.769,39	14.231.025,21	13.699.512,50	14.267.587,00	21.771.432,63	16.082.788,72	20.651.891,59	13.746.489,23	13.744.183,05	13.753.341,92	182.551.452,36	0,00	182.551.452,36
Pensões	3.442.633,90	3.432.553,87	3.458.256,27	3.446.126,54	3.443.822,34	3.484.477,51	5.255.998,73	4.357.051,15	5.281.348,52	3.624.067,86	3.595.562,41	3.590.722,50	46.412.621,60	0,00	46.412.621,60
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de															
terceirização ou de Contratação de forma indireta(§ 1º art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas não Computadas (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	15.135.609,66	14.794.675,31	13.732.539,95	14.796.845,98	11.585.742,74	8.807.736,59	8.152.563,38	7.746.807,87	25.933.240,11	17.370.557,09	17.339.745,46	17.344.064,42	172.740.128,56	0,00	172.740.128,56
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	22.552,31	23.237,82	23.085,72	22.750,41	24.147,54	28.512,33	29.852,76	31.564,77	0,00	0,00	0,00	0,00	205.703,66	0,00	205.703,66
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	13.557,75	0,00	10.232,33	13.463,25	0,00	117.196,50	5.138.814,36	0,00	0,00	0,00	0,00	5.293.264,19	0,00	5.293.264,19

Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	15.113.057,35	14.757.879,74	13.709.454,23	14.763.863,24	11.548.131,95	8.779.224,26	8.005.514,12	2.576.428,74	25.933.240,11	17.370.557,09	17.339.745,46	17.344.064,42	167.241.160,71	0,00	167.241.160,71
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	41.992.827,74	43.800.269,26	43.625.102,89	43.954.837,15	46.464.770,21	49.518.649,74	82.351.569,17	59.983.513,60	57.510.136,90	40.588.628,05	42.199.529,90	42.205.360,53	594.195.195,14	316.955,46	594.512.150,60

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	879.152.902.004,53	
Despesa Total com Pessoal - DTP (V)= (IIIa +IIIb)	594.512.150,60	0,067623% 0,136461% 0,129638% 0,122815%
Limite Máximo (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.199.700.841,60	
Limite Prudencial (VII)= (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.139.715.799,52	
Limite de Alerta (VIII)=(0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.079.730.757,44	

Fonte: Tesouro Gerencial, Seção de Análise Contábil/DIVCONTA/SOF/TRT da 6ª Região - 25.05.2020, 9h e 25m.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.6 do Acórdão nº 2097/2011 - TCU - Plenário, não foram computados no Anexo I:

a)Não houve execução de despesas com Precatório por intermédio de descentralização externa de créditos (destaque) no período.

b)Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por intermédio da descentralização externa de créditos (destaque), no valor de R$ 4.539.992,25

3)Não Houve cancelamento de Restos a Pagar não Processados referente a Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.

4)Receita Corrente Líquida, conforme Portaria STN nº 284, de 22 de maio de 2020.

Des. VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

MÁRCIA FERNANDA DE MENEZES ALVES DE ARAÚJO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020
ANEXO À PORTARIA TRT-GP Nº 061/2020

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)					767.252.279,16
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)					172.740.128,56
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)					594.512.150,60
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)					879.152.902.004,53
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP SOBRE A RCL (V) = (III/IV)*100					0,067623%
				% DA RCL	VALOR
Limite Máximo	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,173432%	1.524.732.461,00
	Resolução CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Ato SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,173382%	1.524.292.884,55
	Resolução CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 1/2007	0,152620%	1.341.763.159,04
	Resolução CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Ato Conjunto TST/CSJT Nº 30/2013	0,152336%	1.339.266.364,80
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST.CSJT N° 12/2015			0,136461%	1.199.700.841,60

Des. VALDIR JOSÉ SILVA DE CARVALHO
Presidente do Tribunal

WLADEMIR DE SOUZA ROLIM
Diretor-Geral

ENOQUE DE SOUZA E SILVA SOBRINHO
Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças

MÁRCIA FERNANDA DE MENEZES ALVES DE ARAÚJO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

ATO Nº 60, DE 22 DE MAIO DE 2020

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve: Determinar a publicação do anexo 1 do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 1º quadrimestre de 2020, conforme a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e do "Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal em Cumprimento ao Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4", para divulgação e conhecimento público.

Des. PLAUTO CARNEIRO PORTO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020
RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	30.007.142,89	30.479.289,40	29.846.601,27	30.433.016,14	30.426.970,97	30.205.589,42	47.160.531,94	35.124.658,57	43.576.595,73	29.932.586,55	31.314.030,62	31.169.354,45	399.676.367,95	0,00	399.676.367,95
Pessoal Ativo	21.576.499,99	21.886.159,97	21.397.618,71	21.554.922,21	21.444.625,30	21.453.739,31	33.656.640,94	26.028.239,39	30.459.420,71	21.058.756,47	22.442.569,58	22.285.578,96	285.244.771,54	0,00	285.244.771,54
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.365.419,92	18.647.733,18	18.173.287,76	18.347.816,14	18.251.243,76	18.295.316,67	27.257.598,10	22.769.823,93	27.282.652,59	17.903.563,53	18.333.106,04	18.210.907,53	241.838.469,15		241.838.469,15
Obrigações Patronais	3.211.080,07	3.238.426,79	3.224.330,95	3.207.106,07	3.193.381,54	3.158.422,64	6.399.042,84	3.258.415,46	3.176.768,12	3.155.192,94	4.109.463,54	4.074.671,43	43.406.302,39		43.406.302,39
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	8.430.642,90	8.593.129,43	8.448.982,56	8.878.093,93	8.982.345,67	8.751.850,11	13.503.891,00	9.096.419,18	13.117.175,02	8.873.830,08	8.871.461,04	8.883.775,49	114.431.596,41	0,00	114.431.596,41
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.827.677,33	7.054.304,83	6.896.354,02	7.167.174,39	7.100.612,30	7.084.892,48	10.863.332,17	7.425.774,72	10.662.591,25	7.182.729,39	7.211.692,00	7.228.359,45	92.705.494,33		92.705.494,33
Pensões	1.602.965,57	1.538.824,60	1.552.628,54	1.710.919,54	1.881.733,37	1.666.957,63	2.640.558,83	1.670.644,46	2.454.583,77	1.691.100,69	1.659.769,04	1.655.416,04	21.726.102,08		21.726.102,08
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	8.476.855,08	8.177.906,22	8.472.309,92	4.461.021,63	3.750.067,68	3.692.042,14	6.527.367,39	3.760.065,53	13.117.175,02	8.873.830,08	8.871.461,04	8.883.775,49	87.063.877,22	0,00	87.063.877,22
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													0,00		0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	196.147,16	208.862,21	159.499,18	191.559,22	251.042,19	200.704,06	323.297,52	192.696,63					1.723.808,17		1.723.808,17
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	46.212,18	10.897,21	23.327,36	88.707,02	60.753,77	35.455,08	11.385,64	1.677.037,35					1.953.775,61		1.953.775,61
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.234.495,74	7.958.146,80	8.289.483,38	4.180.755,39	3.438.271,72	3.455.883,00	6.192.684,23	1.890.331,55	13.117.175,02	8.873.830,08	8.871.461,04	8.883.775,49	83.386.293,44		83.386.293,44
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.530.287,81	22.301.383,18	21.374.291,35	25.971.994,51	26.676.903,29	26.513.547,28	40.633.164,55	31.364.593,04	30.459.420,71	21.058.756,47	22.442.569,58	22.285.578,96	312.612.490,73	0,00	312.612.490,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.004,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	312.612.490,73	0,035558%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	610.220.029,28	0,069410%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	579.709.027,82	0,065940%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	549.198.026,35	0,062469%

FONTE: SIAFI / TESOURO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região - 13/maio/2020 - 11h

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) O item Pessoal Ativo - Obrigações Patronais agrega valores da contribuição previdenciária patronal para o RPPS, para o INSS e SAT, além da Contribuição Patronal para o FUNPRESP LEI 12618/12

3) Nas despesas com Pessoal não estão computadas àquelas executadas por meio de descentralização interna (provisão) e descentralização externa de crédito (Destaque), conforme disposição do item 9.6 do Acórdão TCU 2097/2011 - Plenário, quais sejam:

a) Requisições de Pequeno Valor (RPV) - R$ 804.204,71.

4) As despesas de Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC nº 101/2000.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 7ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020
R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS				
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	399.676.367,95				
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	87.063.877,22				
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	312.612.490,73				
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	879.152.902.004,53				
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,035558%				
	% DA RCL	VALOR			
LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,087418%	768.537.883,87
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,087393%	768.318.095,65
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,076928%	676.314.744,45
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,076785%	675.057.555,80
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,069410%	610.220.029,28

FONTE: SIAFI /TESOURO GERENCIAL e Divisão de Contabilidade/DG/TRT 7ª Região - 13/maio/2020 - 11h

Fortaleza, 22 de maio de 2020.
Des PLAUTO CARNEIRO PORTO
Presidente do Tribunal

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora Geral - Ordenadora de Despesas

FABIANO REGO DE SOUSA
Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças

SONILDES DANTAS DE LACERDA
Secretária de Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

ATO Nº 137, DE 25 DE MAIO DE 2020

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA OITAVA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO o disposto nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, inciso I, a) e § 2º da Lei Complementar nº 101, de 04.5.2000, e na Portaria STN n° 286/2019; considerando o que estabelece o item 9.4 do Acórdão nº 553/2017-Plenário, do Tribunal de Contas da União, e considerando, ainda, o que consta dos autos do Processo Administrativo Eletrônico TRT-8ª nº 2483/2020, resolve: TORNAR PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, relativo ao 1º quadrimestre de 2020, conforme Anexos deste Ato, contendo o Demonstrativo da Despesa com Pessoal e o Demonstrativo dos Limites de Despesa com Pessoal (cumprimento do item 9.4 do Acórdão 553/2017-TCU/Plenário).

Des. PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.644.292,40	43.414.446,82	42.177.195,12	42.748.779,20	42.267.302,09	42.756.700,14	65.304.126,95	46.866.738,68	61.981.410,78	42.887.688,14	43.055.899,34	43.553.535,64	559.658.115,30	0,00	559.658.115,30
Pessoal Ativo	29.315.901,37	29.975.327,25	28.728.051,81	28.881.081,11	28.629.003,70	28.358.953,34	43.485.143,75	31.550.164,45	41.135.307,34	28.807.239,83	28.903.300,13	29.406.681,06	377.176.155,14	0,00	377.176.155,14
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	25.413.591,11	26.033.230,97	24.797.488,48	25.018.024,80	24.762.132,67	24.521.875,80	35.868.334,90	27.649.374,97	37.366.662,48	24.917.383,01	24.176.355,94	24.654.809,47	325.179.264,60	0,00	325.179.264,60
Obrigações Patronais	3.902.310,26	3.942.096,28	3.930.563,33	3.863.056,31	3.866.871,03	3.837.077,54	7.616.808,85	3.900.789,48	3.768.644,86	3.889.856,82	4.726.944,19	4.751.871,59	51.996.890,54	0,00	51.996.890,54
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.328.391,03	13.439.119,57	13.449.143,31	13.867.698,09	13.638.298,39	14.397.746,80	21.818.983,20	15.316.574,23	20.846.103,44	14.080.448,31	14.152.599,21	14.146.854,58	182.481.960,16	0,00	182.481.960,16
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.658.098,92	10.765.168,33	10.791.895,77	11.217.014,81	10.975.178,77	11.731.917,51	17.629.717,37	12.298.354,49	16.757.791,57	11.251.227,54	11.296.955,67	11.326.499,72	146.699.820,47	0,00	146.699.820,47
Pensões	2.670.292,11	2.673.951,24	2.657.247,54	2.650.683,28	2.663.119,62	2.665.829,29	4.189.265,83	3.018.219,74	4.088.311,87	2.829.220,77	2.855.643,54	2.820.354,86	35.782.139,69	0,00	35.782.139,69
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	13.335.286,23	13.416.860,00	13.460.690,75	13.686.242,29	5.143.932,52	45.024,78	46.435,43	1.808.328,24	20.846.103,44	14.080.448,31	14.152.599,21	14.146.854,58	124.168.805,78	0,00	124.168.805,78
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	39.449,02	39.449,02	41.480,94	39.957,00	0,00	0,00	0,00	0,00	160.335,98	0,00	160.335,98
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	49.017,17	69.304,33	11.547,44	16.175,17	0,00	5.575,76	4.954,49	1.768.371,24	0,00	0,00	0,00	0,00	1.924.945,60	0,00	1.924.945,60
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.286.269,06	13.347.555,67	13.449.143,31	13.670.067,12	5.104.483,50	0,00	0,00	0,00	20.846.103,44	14.080.448,31	14.152.599,21	14.146.854,58	122.083.524,20	0,00	122.083.524,20
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	29.309.006,17	29.997.586,82	28.716.504,37	29.062.536,91	37.123.369,57	42.711.675,36	65.257.691,52	45.058.410,44	41.135.307,34	28.807.239,83	28.903.300,13	29.406.681,06	435.489.309,52	0,00	435.489.309,52

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	435.489.309,52	0,049535%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	801.550.075,34	0,091173%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	761.472.571,57	0,086614%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	721.395.067,81	0,082056%

FONTE: Tesouro Gerencial - COAUDTRT8ª - 25/05/2020 - 8h00

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Desembargadora Presidente

RODRIGO BEZERRA RODRIGUES
Coordenador de Orçamento e Finanças

REGINA UCHÔA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesa

IZANEIDE SALIM DE LIMA LHEIS PINHEIRO
Coordenadora de Auditoria e Controle Interno

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				559.658.115,30	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				124.168.805,78	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				**435.489.309,52**	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				**0,049535%**	
				% DA RCL	**VALOR**
LIMITE MÁXIMO \1	**LRF, art. 20, incisos I, II e III**			**0,115213%**	**1.012.898.432,98**
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	**0,115180%**	**1.012.608.312,52**
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	**0,101388%**	**891.355.544,28**
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	**0,101200%**	**889.702.736,82**
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			**0,091173%**	**801.550.075,34**

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso
\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL
Desembargadora Presidente

REGINA UCHÔA DE AZEVEDO
Diretora da Secretaria Administrativa e Ordenadora de Despesa

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 112, DE 26 DE MAIO DE 2020

Torna publico o Relatorio de Gestao Fiscal do 1o. Quadrimestre de 2020.

O DIRETOR-GERAL E ORDENADOR DA DESPESAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11a. REGIÃO, Ildefonso Rocha de Souza, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em cumprimento ao art. 1o., incisos I e II da Portaria Nº 86/2017/SGP, datada de 25-1-2017, e o determinado no inciso III e parágrafo único do art. 54, e § 2º do art. 55 da Lei Complementar no. 101, de 4 de maio de 2000, e em atendimento ao Acórdão no. 553/2017- TCU - Plenário, item 9.4, resolve:

Art. 1o. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao 1º quadrimestre de 2020, na forma constante de seus anexos.

Art. 2o. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

Os dados se referem a uma republicação (1 = SIM 2 = NÃO) 2

UNIÃO DO PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				437.708.341,54	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				107.773.801,64	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				329.934.539,90	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,037529%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,080659%	709.115.939,23
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOFI.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,080636%	708.913.734,06
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO.CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,070980%	624.022.729,84
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO.CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,070848%	622.862.248,01
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			0,066021%	580.425.537,43

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso
\2 Indicar o Ato (portaria, resolução, deliberação etc.) que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça
\3 Campo a ser preenchido pelos Órgãos da Justiça do Trabalho

Manaus (AM), 26 de maio de 2020.
LAIRTO JOSÉ VELOSO
Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA
Ordenador da Despesa

LUANA JÓIA FIGUEIREDO COSTA BALBINO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA
Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS
Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle interno

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11a REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.505.975,76	43.304.697,51	32.377.466,30	33.689.553,90	33.435.623,47	33.339.903,77	50.513.929,57	40.872.998,23	37.628.382,55	33.111.707,89	32.108.208,07	33.705.154,80	437.593.601,82	114.739,72	437.708.341,54
Pessoal Ativo	21.679.017,71	25.498.954,64	20.078.398,91	21.010.384,16	20.192.067,23	20.086.394,41	31.637.026,77	25.897.018,87	25.098.662,32	20.435.974,85	19.493.634,07	21.073.355,46	272.180.889,40	98.572,77	272.279.462,17
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	18.567.254,11	22.429.356,05	17.777.583,52	17.962.394,79	17.241.838,45	17.173.543,22	25.732.898,45	22.822.352,40	22.263.644,40	17.554.778,34	17.579.172,18	17.425.644,64	234.530.460,55	97.466,41	234.627.926,96
Obrigações Patronais	3.111.763,60	3.069.598,59	2.300.815,39	3.047.989,37	2.950.228,78	2.912.851,19	5.904.128,32	3.074.666,47	2.835.017,92	2.881.196,51	1.914.461,89	3.647.710,82	37.650.428,85	1.106,36	37.651.535,21
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.826.958,05	17.805.742,87	12.299.067,39	12.679.169,74	13.243.556,24	13.253.509,36	18.876.902,80	14.975.979,36	12.529.720,23	12.675.733,04	12.614.574,00	12.631.799,34	165.412.712,42	16.166,95	165.428.879,37
Aposentadorias, Reserva e Reformas	10.399.823,39	15.639.133,11	10.860.129,17	11.142.763,23	11.805.571,00	11.721.622,05	16.640.699,47	13.290.102,80	11.058.575,16	11.063.355,39	11.072.807,24	11.058.911,48	145.753.493,49	0,00	145.753.493,49
Pensões	1.427.134,66	2.166.609,76	1.438.938,22	1.536.406,51	1.437.985,24	1.531.887,31	2.236.203,33	1.685.876,56	1.471.145,07	1.612.377,65	1.541.766,76	1.572.887,86	19.659.218,93	16.166,95	19.675.385,88
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)													0,00		0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.062.349,84	12.781.412,88	6.041.515,21	6.318.124,42	1.887.230,16	2.582.051,98	9.720.959,82	5.898.419,72	12.529.720,23	12.675.733,04	12.614.574,00	12.631.799,34	107.743.890,64	29.911,00	107.773.801,64
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	237.748,59	39.632,25	25.009,75	13.426,48	1.880.112,64	2.581.874,00	9.720.959,82	1.461.916,32	0,00	0,00	0,00	0,00	15.960.679,85	29.911,00	15.990.590,85
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	11.824.601,25	12.741.780,63	6.016.505,46	6.304.697,94	7.117,52	177,98	0,00	4.436.503,40	12.529.720,23	12.675.733,04	12.614.574,00	12.631.799,34	91.783.210,79	0,00	91.783.210,79
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	21.443.625,92	30.523.284,63	26.335.951,09	27.371.429,48	31.548.393,31	30.757.851,79	40.792.969,75	34.974.578,51	25.098.662,32	20.435.974,85	19.493.634,07	21.073.355,46	329.849.711,18	84.828,72	329.934.539,90

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.004,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	329.934.539,90	0,037529%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	580.425.537,43	0,066021%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	551.404.260,56	0,062720%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	522.382.983,69	0,059419%

FONTE: TG - NÚC. DE CONTABILIDADE - 25/mai/2020 - 10h 55m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA(S):

1. Os gastos com Preatórios de Requisição de Pequenos valores na ação 0625, foi consolidadado no valor de R$ 4.269.109,47

2. Cancelamento de RP no valor de R$ 40,00, do valor anteriormente registrado de R$ 97.506,41 estimado a maior em dezembro de 2019, pago a menor em 2020.

Manaus, 26 de maio de 2020.

LAIRTO JOSÉ VELOSO

Presidente do Tribunal

ILDEFONSO ROCHA DE SOUZA

Ordenador da Despesa

LUANA JÓIA DE FIGUEIREDO COSTA BALBINO

Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

CLÁUDIO HENRIQUE CORREA MOREIRA

Chefe do Núcleo de Contabilidade

NELSON MACHADO BARROS

Diretor da Coordenadoria de Auditoria e Controle Interno

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

PORTARIA Nº 393, DE 26 DE MAIO DE 2020

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000;
CONSIDERANDO o que consta nos autos do PROAD nº 5127/2020, resolve:
Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal correspondente ao 1º quadrimestre do exercício 2020.

Des. OSMAR JOÃO BARNEZE

ANEXOS

RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

ANEXO I

R$ 1,00					
				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				315.456.989,68	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				62.192.653,58	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				253.264.336,10	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,028808%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,071770%	630.968.037,77
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,071749%	630.783.415,66
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,063158%	555.255.389,85
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,063041%	554.226.780,95
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015			0,057479%	505.328.296,54

\1 Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF (art. 20, § 1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do Órgão, se for o caso.

Des. OSMAR JOÃO BARNEZE
Presidente do Tribunal

LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR
Diretor-Geral

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020

ANEXO II

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00															
	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
DESPESA COM PESSOAL	MAI/19	JUN/19	JUL/19	AGO/19	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	23.773.870,68	24.000.027,12	23.610.962,02	23.590.364,35	23.594.802,03	23.632.701,00	36.668.403,35	28.905.409,46	35.882.146,69	22.895.437,45	24.444.677,31	24.455.672,73	315.454.474,19	2.215,49	315.456.689,68
Pessoal Ativo	17.228.822,33	17.539.665,43	17.000.159,37	16.988.022,60	16.994.220,24	17.133.454,58	26.677.673,33	21.037.773,44	25.944.918,93	16.160.871,70	17.658.854,61	17.683.804,50	228.048.241,06		228.048.241,06
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	14.716.506,21	15.024.678,53	14.502.692,91	14.506.222,85	14.506.771,26	14.643.475,61	21.735.991,62	18.446.281,78	23.545.043,79	13.703.513,59	14.574.962,03	14.617.766,00	194.523.906,18		194.523.906,18
Obrigações Patronais	2.512.316,12	2.514.986,90	2.497.466,46	2.481.799,75	2.487.448,98	2.489.978,97	4.941.681,71	2.591.491,66	2.399.875,14	2.457.358,11	3.083.892,58	3.066.038,50	33.524.334,88		33.524.334,88
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.545.048,35	6.460.361,69	6.610.802,65	6.602.341,75	6.600.581,79	6.499.246,42	9.990.730,02	7.867.636,02	9.937.227,76	6.734.565,75	6.785.822,70	6.771.868,23	87.406.233,13	2.215,49	87.408.448,62
Aposentadorias, Reserva e Reformas	5.855.779,15	5.771.355,13	5.855.897,17	5.902.267,29	5.914.585,57	5.818.838,64	8.967.538,64	6.878.043,69	8.900.311,45	6.025.039,31	6.029.401,76	6.053.002,93	77.972.060,73	2.215,49	77.974.276,22
Pensões	689.269,20	689.006,56	754.905,48	700.074,46	685.996,22	680.407,78	1.023.191,38	989.592,33	1.036.916,31	709.526,44	756.420,94	718.865,30	9.434.172,40		9.434.172,40
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras Desp. de Pessoal. decor. de Contr. de Terc. (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESP. NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	6.551.696,84	6.468.508,23	5.883.304,31	4.455.812,44	4.267.717,68	1.253.137,37	392.263,65	2.690.728,62	9.937.227,76	6.734.565,75	6.785.822,70	6.771.868,23	62.192.653,58		62.192.653,58
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária															
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração															
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	6.648,49	8.146,54	2.212,45		15.959,83			2.690.728,62					2.723.695,93		2.723.695,93
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.545.048,35	6.460.361,69	5.881.091,86	4.455.812,44	4.251.757,85	1.253.137,37	392.263,65		9.937.227,76	6.734.565,75	6.785.822,70	6.771.868,23	59.468.957,65		59.468.957,65
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	17.222.173,84	17.531.518,89	17.727.657,71	19.134.551,91	19.327.084,35	22.379.563,63	36.276.139,70	26.214.680,84	25.944.918,93	16.160.871,70	17.658.854,61	17.683.804,50	253.261.820,61	2.215,49	253.264.036,10

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.004,53	

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	253.264.036,10	0,028808%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	505.328.296,54	0,057479%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	480.061.881,72	0,054605%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	454.795.466,89	0,051731%

FONTE: Sistema Tesouro Gerencial, Seção de Contabilidade Analítica da Secretaria de Orçamento e Finanças, 22/05/2020, 08h44mim
Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro de exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.
Nota(S):
1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.
2) As despesas liquidadas com Requisições de Pequeno Valor (RPV),executadas por meio de descentralização interna de créditos (provisão), totalizaram R$1.654.193,14.
3)As despesas liquidadas com Precatórios, executadas por meio de descentralização externa de créditos (destaque), totalizando R$13.114.674,54.

Des. OSMAR JOÃO BARNEZE
Presidente do Tribunal

LÉLIO LOPES FERREIRA JÚNIOR
Diretor-Geral

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Secretário de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Secretário de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO

ATO Nº 68, DE 25 DE MAIO DE 2020

A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e §2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º. Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, referente ao período de maio/2019 a abril/2020, em conformidade com os anexos demonstrativos que integram o presente Ato.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Des. LIANA CHAIB

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL DE 2020
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

Despesa com Pessoal	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													Inscritas em Restos a Pag não processados (B)	Total Executado(C)=(A)+(B)
	MAI/ 2019	JUN/ 2019	JUL/ 2019	AGO/ 2019	SET/ 2019	OUT/ 2019	NOV/ 2019	DEZ/ 2019	JAN/ 2020	FEV/ 2020	MAR/ 2020	ABR/ 2020	Total Últimos 12meses (A)		
Despesa Bruta com Pessoal(I)	10.125.964,24	11.521.862,58	10.099.202,39	9.975.305,97	10.016.977,83	9.932.599,53	15.420.449,19	12.273.084,65	13.187.347,95	10.327.384,63	10.235.472,09	10.446.562,52	133.562.213,57		133.562.213,57
Pessoal Ativo	9.349.971,13	10.306.844,43	9.287.747,06	9.163.850,64	9.192.123,91	9.107.283,59	14.188.665,20	11.242.854,82	12.328.059,99	9.475.026,92	9.371.509,95	9.594.126,32	122.608.063,96		122.608.063,96
Vencimentos, Vant. e Outras Desp. Variáveis	7.958.560,00	8.923.578,42	7.905.386,65	7.779.964,42	7.810.716,69	7.729.622,17	11.435.769,76	9.862.801,29	10.951.081,47	8.092.308,54	7.576.306,61	7.798.139,70	103.824.235,72		103.824.235,72
Obrigações Patronais	1.391.411,13	1.383.266,01	1.382.360,41	1.383.886,22	1.381.407,22	1.377.661,42	2.752.895,44	1.380.053,53	1.376.978,52	1.382.718,38	1.795.203,34	1.795.986,62	18.783.828,24		18.783.828,24
Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	775.993,11	1.215.018,15	811.455,33	811.455,33	824.853,92	825.315,94	1.231.783,99	1.030.229,83	859.287,96	852.357,71	863.962,14	852.436,20	10.954.149,61		10.954.149,61
Aposentadorias Reservas e Reformas	634.271,13	1.002.435,15	669.733,35	669.733,35	683.131,84	683.593,86	1.019.200,85	888.507,84	713.017,15	706.086,90	717.455,86	706.086,90	9.093.254,18		9.093.254,18
Pensões	141.721,98	212.583,00	141.721,98	141.721,98	141.722,08	141.722,08	212.583,14	141.721,99	146.270,81	146.270,81	146.506,28	146.349,30	1.860.895,43		1.860.895,43
Outros Benefícios Previdenciários													0,00		0,00
Out.Desp.Pess.Dec. Terc (§1º Art.18, LRF)													0,00		0,00
Despesas não comp. (§1° do art. 19 da LRF) (II)	828.255,36	1.241.286,87	856.896,93	820.928,47	838.640,88	857.460,65	1.235.787,89	1.429.985,78	1.017.543,40	1.009.229,71	898.494,11	887.701,48	11.922.211,53		11.922.211,53
Indeniz. por Dem. e Inc. à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorr. de Dec. Jud. de Período Ant. ao da Apuração	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	4.003,90	48.046,80		48.046,80
Desp.de Exerc.Ant. ao Período Ant. ao da Apuração	48.258,35	22.264,82	41.437,70	5.469,24	9.783,06	28.140,81		822.967,57	154.251,54	152.868,10	30.528,07	31.261,38	1.347.230,64		1.347.230,64
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	775.993,11	1.215.018,15	811.455,33	811.455,33	824.853,92	825.315,94	1.231.783,99	603.014,31	859.287,96	852.357,71	863.962,14	852.436,20	10.526.934,09		10.526.934,09
Despesa Líquida c/ Pessoal (III) = (I - II)	9.297.708,88	10.280.575,71	9.242.305,46	9.154.377,50	9.178.336,95	9.075.138,88	14.184.661,30	10.843.098,87	12.169.804,55	9.318.154,92	9.336.977,98	9.558.861,04	121.640.002,04		121.640.002,04

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (IV)	879.152.902.004,53	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	121.640.002,04	0,013836%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	261.556.779,88	0,029751%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (Parág. Único do art. 22 da LRF)	248.478.940,88	0,028263%
LIMITE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	235.401.101,89	0,026776%

FONTE: Tesouro Gerencial, SGFTC/CFIN, 25/05/2020, às 08:58:44

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTAS:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

c) Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pelo Ato Conjunto CSJT nº 12, de 1º de julho de 2015.

d) Valor da RCL conforme Portaria nº 284-2020 - STN, de 22/05/2020, publicado no DOU nº 99, Seção I, Página 23, de 26/05/2020;

e) As despesas com Pessoal e Encargos Sociais deste Regional estão dentro dos limites estabelecidos pela LC 101/2000 (LRF);

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 22ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - PLENÁRIO, ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2019 A ABRIL/2020
RGF ANEXO VI - ACÓRDÃO 553/2017 - TCU - Plenário Item 9.4 R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				133.562.213,57	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)				11.922.211,53	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				121.640.002,04	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.004,53	
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III/IV) * 100				0,013836%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO (%) (1)	LRF, art. 20, inciso I, II e III.			0,019608%	172.384.301,03
	Res. CNJ 5/2005	Ato Decorrente (2)	ATO SEOF GDGCA GP Nº 239/2005	0,019602%	172.331.551,85
	Res. CNJ 26/2006	Ato Decorrente (2)	ATO CONJ. TST/CSJT Nº 1/2007	0,017255%	151.697.833,24
	Res. CNJ 177/2013	Ato Decorrente (2)	ATO CONJ. TST/CSJT Nº 30/2013	0,017223%	151.416.504,31
	Justiça do Trabalho/Ato Conjunto TST/CSJT nº 12/2015 (3)			0,029751%	261.556.779,88

(1) Limite máximo da despesa com pessoal do Órgão fixado segundo o critério da LRF(art. 20, §1º), pelo respectivo Ato do Conselho Nacional de Justiça ou por Ato próprio do órgão, se for o caso;

(2) Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites máximos individuais da despesa com pessoal do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça;

(3) Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho.

Des. LIANA CHAIB
Presidente do Tribunal

ÁLVARO CELSO BONFIM RESENDE
Diretor Geral de Administração

RODRIGO PIZZATTO
Coordenador de Controle Interno

ADRIANA FORTES REBELO
Coordenadora de Orçamento e Finanças

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

PORTARIA Nº 120, DE 25 DE MAIO DE 2020

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

TORNAR PÚBLICO, nos termos do inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, o RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL deste Tribunal, relativo ao período de maio de 2019 a abril de 2020.

Des. NICANOR DE ARAÚJO LIMA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	MAI/2019	JUN/2019	JUL/2019	AGO/2019	SET/2019	OUT/2019	NOV/2019	DEZ/2019	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	16.712.852,98	16.780.173,17	16.425.934,87	16.831.571,88	16.693.929,10	16.705.626,38	25.566.380,13	21.040.223,77	23.915.531,16	16.414.548,83	17.191.311,17	17.230.160,64	221.508.244,08	49.418,92	221.557.663,00
Pessoal Ativo	13.663.161,82	13.903.939,73	13.519.726,91	13.663.676,72	13.292.580,67	13.242.824,34	20.837.600,90	16.735.931,93	19.182.925,97	13.223.366,53	14.021.411,20	14.062.493,05	179.349.639,77	49.418,92	179.399.058,69
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	11.673.728,53	11.904.059,00	11.520.901,91	11.669.666,89	11.325.048,41	11.282.194,92	16.960.094,28	14.637.307,76	17.236.218,91	11.278.406,16	11.565.244,49	11.556.990,00	152.609.861,26	49.418,92	152.659.280,18
Obrigações Patronais	1.989.433,29	1.999.880,73	1.998.825,00	1.994.009,83	1.967.532,26	1.960.629,42	3.877.506,62	2.098.624,17	1.946.707,06	1.944.960,37	2.456.166,71	2.505.503,05	26.739.778,51		26.739.778,51
Benefícios Previdenciários															
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.049.691,16	2.876.233,44	2.906.207,96	3.167.895,16	3.401.348,43	3.462.802,04	4.728.779,23	4.304.291,84	4.732.605,19	3.191.182,30	3.169.899,97	3.167.667,59	42.158.604,31		42.158.604,31
Aposentadorias, Reserva e Reformas	2.831.469,88	2.658.012,16	2.659.555,33	2.956.174,57	3.180.860,81	3.250.781,42	4.408.691,49	4.092.271,22	4.405.791,53	2.973.306,56	2.952.024,23	2.949.791,85	39.318.731,05		39.318.731,05
Pensões	218.221,28	218.221,28	246.652,63	211.720,59	220.487,62	212.020,62	320.087,74	212.020,62	326.813,66	217.875,74	217.875,74	217.875,74	2.839.873,26		2.839.873,26
Outros Benefícios Previdenciários															
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)															
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.066.849,49	3.004.870,22	2.909.602,99	3.167.895,16	1.668.635,63	8.638,96	28.876,66	2.492.235,85	4.732.605,19	3.191.182,30	3.169.899,97	3.167.667,59	30.608.960,01	0,00	30.608.960,01
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	17.158,33	2.412,93	0,00	0,00	6.663,69	8.638,96	28.876,66	12.854,06	0,00	0,00	0,00	0,00	76.604,63		76.604,63
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração													0,00		0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	126.223,85	3.395,03	0,00	0,00	0,00	0,00	2.479.381,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2.609.000,67		2.609.000,67
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.049.691,16	2.876.233,44	2.906.207,96	3.167.895,16	1.661.971,94	0,00	0,00	0,00	4.732.605,19	3.191.182,30	3.169.899,97	3.167.667,59	27.923.354,71		27.923.354,71

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.646.003,49	13.775.302,95	13.516.331,88	13.663.676,72	15.025.293,47	16.696.987,42	25.537.503,47	18.547.987,92	19.182.925,97	13.223.366,53	14.021.411,20	14.062.493,05	190.899.284,07	49.418,92	190.948.702,99

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	879.152.902.000,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	190.948.702,99	0,021720%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	390.379.054,60	0,044404%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	370.860.101,87	0,042184%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	351.341.149,14	0,039964%

FONTE: SIAFI, STN, COF/TRT DA 24ª REGIÃO, 25/05/2020, 13h e 21m

Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas: 1) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (provisão), no valor de R$ 999.850,19.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

MAIO DE 2019 A ABRIL DE 2020

R$ 1,00

				DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				221.557.663,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)				30.608.960,01	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)				190.948.702,99	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				879.152.902.000,00	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,021720%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,041820%	367.661.743,62
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	ATO.SEOF.GDGCA.GP Nº 239/2005	0,041808%	367.556.245,27
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 1/2007	0,036802%	323.545.850,99
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 30/2013	0,036733%	322.939.235,49
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT Nº 12/2015			0,044404%	390.379.054,60

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Nicanor de Araújo Lima
Desembargador Presidente
Adriano Pires de Souza
Coordenador de Orçamento e Finanças
Selzo Moreira Fernandes
Coordenador de Auditoria Interna

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 521, DE 26 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a realização de Sessão dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional em ambiente telepresencial e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, e disposições regulamentares, ad referendum do Plenário do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional;

CONSIDERANDO a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), no dia 11 de março de 2020, como pandemia o novo coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a competência legal estatuída na norma do art. 5º, inciso II, da Lei Federal nº 6.316/1975;

CONSIDERANDO a gravidade e rapidez com que a epidemia se espalhou em diversos países e no Brasil;

CONSIDERANDO a autonomia administrativa dos Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, bem como a hierarquia normativa estatuída na norma do art. 7º, inciso IV, da Lei Federal nº 6.316/1975;

CONSIDERANDO a necessidade de contemplar o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos, principalmente quanto à realização de reuniões colegiadas; , resolve:

Art. 1º É admitida a realização de Sessões dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, em ambiente telepresencial, denominado de Sessão Virtual, durante o enfrentamento da crise causada pela pandemia da COVID-19.

Parágrafo único. As sessões poderão ser de julgamento ou administrativas, sendo que as sessões de natureza administrativa observarão, obrigatoriamente, no que couber, os Regimentos Internos dos Conselhos Federal e Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, respectivamente.

Art. 2º Durante as sessões virtuais de julgamentos de processos ético-disciplinares, serão assegurados o sigilo, a ampla defesa, o contraditório e a observância das mesmas regras do julgamento presencial, ressalvadas as peculiaridades tratadas neste regramento quanto à sessão de julgamento virtual.

Art. 3º Com a inclusão do processo em pauta, as partes e seus procuradores serão notificados na forma da Resolução-COFFITO nº 423, de 3 de maio de 2013, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da sessão virtual.

§ 1º Fica admitida a comunicação por meio do e-mail ou por mensagem de texto encaminhada ao telefone cadastrado, bem como por aplicativo de whatsApp, não se dispensando, de toda forma, a notificação prevista no caput deste dispositivo.

§ 2º Em até 48 horas antes do início da sessão virtual, as partes ou procuradores poderão, sob pena de preclusão, manifestar:

I - oposição fundamentada ao julgamento virtual;

II - interesse em participar da sessão de julgamento;

III - pretensão em realizar sustentação oral.

§ 3º A manifestação prevista no § 2º deste artigo deverá ser realizada por correio eletrônico no endereço constante na notificação para julgamento ou por meio de protocolo físico de sua manifestação, desde que o respectivo Conselho esteja possibilitando acesso ao público.

§ 4º Ao manifestar interesse em participar do julgamento virtual, a parte ou respectivos procuradores interessados ficam obrigados a resguardar, em ambiente reservado e adequado, o sigilo da sessão, sob pena de serem adotadas medidas judiciais e administrativas, bem como disponibilizar os contatos telefônicos e e-mail para envio do link da sessão de julgamento.

§ 5º Os processos levados a julgamento deverão ser digitalizados, se físicos, e restarem disponíveis às partes com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, caso solicitem acesso, cabendo o envio ao e-mail cadastrado na autarquia. Alternativamente, o COFFITO ou CREFITO poderão encaminhar, em conjunto com a intimação, o processo digitalizado em mídia para conhecimento da parte processada.

Art. 4º Esgotado o prazo para manifestação, ou na ausência de oposição quanto à realização do julgamento virtual, será certificado o decurso do prazo pela Coordenação-Geral ou órgão responsável, e o processo, na íntegra, ficará disponível para todos os Conselheiros.

§ 1º A cada processo apregoado, haverá conferência do quórum dos presentes virtualmente, todos identificados no sistema, bem como da presença, também virtual, das partes ou procurador previamente inscrito.

§ 2º Durante o período designado para a sessão de julgamento, que constará na notificação encaminhada, a Secretaria, após ser apregoado o processo pelo Presidente da Sessão, fará contato no número telefônico e pelo e-mail informados pela parte e procuradores por, no mínimo, três vezes seguidas, podendo o Plenário aguardar as tentativas pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos. Se a parte ou procurador não atenderem as ligações ou não responderem às mensagens ou ao e-mail no prazo designado, o fato será certificado nos autos e registrado em ata, procedendo-se o julgamento sem a presença dos interessados.

§ 3º Cabe ao administrador do sistema, designado pelo Presidente da Sessão, excluir da plataforma qualquer pessoa que não esteja previamente identificada ou que, em razão do sigilo, não possa participar do julgamento, registrando a exclusão em ata.

§ 4º Eventuais impedimentos ou qualquer outra causa que implique abstenção na votação deverão ser apontados para que o Conselheiro excluído não integre o quórum de julgamento.

Art. 5º Encerrado o julgamento, será formalizada, pela Coordenação-Geral ou Secretaria, a ata, em que constará a conclusão dos votos registrados, e será assinada pelo Presidente e pelo Diretor-Secretário da sessão de julgamento.

Art. 6º A sessão de julgamento virtual realizar-se-á por sistema de videoconferência, e observará, em seu rito, a Resolução-COFFITO nº 423, de 3 de maio de 2013.

Art. 7º No curso do processo ético-disciplinar os atos processuais a serem praticados na audiência de instrução regulada na Resolução-COFFITO nº 423, de 3 de maio de 2013, poderão ser realizados por meio virtual, cabendo ao COFFITO ou CREFITO disponibilizar na intimação do representante, representado, procuradores e testemunhas os meios necessários para a realização do ato.

Parágrafo único. Caberá ao instrutor decidir sobre eventual oposição à realização da audiência de instrução virtual, de forma fundamentada.

Art. 8º A presente Resolução será submetida ao referendo do Plenário do COFFITO na primeira oportunidade em que seja possível a realização de reunião plenária.

Art. 9º A presente Resolução poderá ser alterada a qualquer momento, podendo ser editados novos atos normativos para regulação da matéria aqui prevista.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MATTAR CEPEDA

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

RESOLUÇÃO Nº 738, DE 18 DE MAIO DE 2020

Altera a RESOLUÇÃO CRCCE Nº 0565/2011, que aprovou o regulamento do Plano de Carreira, Cargos e Salários do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará e deu outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturar algumas regras estipuladas através da Resolução CRCCE nº 0565/2011, que instituiu o PCCS do CRCCE;

resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CRCCE nº 0565/2011, que instituiu o PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, passando os arts. 2º, 5º, 8º, 14 e 40 a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

Parágrafo único - A ascensão na carreira ocorrerá por: I. Progressão Horizontal por Merecimento decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o último nível da categoria em que está enquadrado. Deve ocorrer a cada 02 (dois) anos, com lançamento no mês de Julho, com a apuração iniciando-se no mês de Março e encerrando-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias, mediante aprovação pela Presidência do CRCCE, em avaliação de desempenho aplicada pela Coordenadoria de Recursos Humanos e Departamento Pessoal; II. Progressão Horizontal por Antiguidade decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o último nível da categoria em que está enquadrado. Ocorre a cada 4 (quatro) anos, com lançamento no mês de Julho, com a apuração iniciando-se no mês de Março e encerrando-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias, caso o empregado não tenha progredido por merecimento neste período;

Art. 5º (...)

§ 5º Os níveis atribuídos ao GRUPO DE ATIVIDADES JURÍDICAS (GAJ) estão definidos para a jornada de trabalho mínima de 20(vinte) horas semanais, podendo sofrer alteração proporcional ao acréscimo da jornada, de acordo com acordo individual realizado com a Presidência do CRCCE.

Art. 8º Cargos comissionados são aqueles exercidos por profissionais com vínculo empregatício com o CRC, admitidos por meio de concurso público ou nomeados apenas para o exercício do cargo comissionado, sem necessidade de concurso público, admitidos por livre contratação e exoneração. Seu contrato segue regras específicas, estabelecidas na legislação correspondente. Incluem-se nesta Categoria os cargos de Superintendente Executivo, Assessor da Presidência, Assessor de Imprensa, Assessor de Comunicação e Coordenador. Estes profissionais são nomeados pela Presidência e exercem as atividades correspondentes por tempo indeterminado, segundo a conveniência da instituição.

§ 1º A Presidência do CRCCE poderá nomear profissionais sem necessidade de aprovação em concurso público até o limite de 50% do total de cargos destinados à Superintendência Executiva, Assessoria da Presidência, Assessoria de Imprensa, Assessoria de Comunicação e Coordenadoria.

§ 2º Poderão ser nomeados até 2 (dois) Assessores da Presidência, sendo um Assessor de Nível 1 e um Assessor de Nível 2.

(...)

Art. 14 (...)

II. REQUISITOS ESPECÍFICOS:

CARGO	REQUISITOS ESPECÍFICOS
Auxiliar de Serviços Gerais	Ensino fundamental completo.
Auxiliar Administrativo	Ensino médio completo. Para atuação na área de tecnologia é desejável cursos e conhecimentos específicos em áreas tais como: informática, processamento de dados, programação e editoração eletrônica, entre outros.
Assistente Administrativo	Ensino médio completo
Secretário Executivo	Curso superior completo em Secretariado Executivo e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional ou em órgão equivalente.
Assessor Jurídico	Curso superior completo em Direito e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional. Desejável Pós-graduação.
Contador	Curso superior completo em Ciências Contábeis e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional. Desejável Pós-graduação.
Fiscal	Curso superior completo em Ciências Contábeis e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional. Desejável Pós-graduação. Desejável Carteira Nacional de Habilitação.
Superintendente Executivo	Curso superior completo. Desejável Pós-graduação.
Assessor da Presidência	Ensino superior completo. Desejável Pós-graduação.
Assessor de Imprensa	Curso superior completo e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional ou em Órgão equivalente. Desejável Pós-graduação.
Assessor de Comunicação	Curso médio completo. Desejável Curso Superior completo.
Coordenador	Curso médio completo. Desejável Curso Superior completo.
Gerente	Ensino médio completo. Desejável Curso Superior completo.
Procurador Jurídico	Curso superior completo em Direito e Registro em Conselho de Fiscalização do exercício profissional. Desejável Pós-graduação.

Art. 40. Progressão Horizontal por Merecimento, deste Plano de Carreira, Cargos e Salários, decorre de forma sequencial, nível a nível, até atingir o último nível da categoria em que está enquadrado. Deve ocorrer a cada 02 (dois) anos, com lançamento no mês de Julho, com a apuração iniciando-se no mês de Março e encerrando-se no prazo máximo de 90 (noventa) dias, mediante aprovação em avaliação de desempenho, aplicada pela Coordenadoria de Recursos Humanos e Departamento Pessoal e devidamente aprovada pela Presidência do CRCCE.

(...)

Art. 2º Revogam-se os arts. 8º, § 5º e 22, I, da Resolução CRCCE nº 0565/2011.

Art. 3º Os Apêndices 2, 9, 10 e 11, da Resolução CRCCE nº 0565/2011 passam a vigorar com alterações parciais em sua redação, nos termos dos anexos desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO

APÊNDICE 2
VALORES DAS REMUNERAÇÕES E DAS GRATIFICAÇÕES INERENTES AO EXERCÍCIO DOS CARGOS COMISSIONADOS

CARGO COMISSIONADO			
NOME DO CARGO	REMUNERAÇÃO (em Reais)	OPÇÃO AO FUNCIONÁRIO COM CARGO EFETIVO	GRATIFICAÇÃO ATRIBUÍDA AO CARGO
Superintendente Executivo	7.495,21	Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução.	3.007,46
Coordenador	4.871,89	Salário base do cargo efetivo, acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução.	1.503,73
Assessor da Presidência - Nível 1	4.871,89	Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução.	1.503,73
Assessor da Presidência -Nível 2	2.231,12	Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução.	601,48
Assessor de Imprensa	2.923,13	Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução.	601,48
Assessor de Comunicação	2.630,82	Salário base do cargo efetivo acrescido de gratificação, nos termos do art. 20, desta Resolução.	601,48

APÊNDICE 9
ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

(...)

Assessor de Comunicação

1. Assessorar a Presidência do Conselho na implantação de projetos de comunicação institucional, junto com a Assessoria de Imprensa;

2. Conceber e desenvolver projetos gráficos de design, layouts e identidades visuais do CRCCE;

3. Executar processos de tratamento de imagens;

4. Utilizar técnicas de design, composição estética conceito de cores, formas e marketing, decidindo a disposição dos elementos do projeto do CRCCE;

5. Conhecer e operar sistemas internos relativos à sua área de atuação;

6. Realizar programação visual gráfica e editar textos e imagens;

7. Trabalhar seguindo as normas de segurança, higiene e qualidade e preservação ambiental;

8. Executar correções ou alterações, visando atender às especificações técnicas para fins de publicação;

9. Confeccionar apresentações para projeção em eventos;

10. Conceber e executar elementos de design na internet, como banners, hot sites, websites, dentre outros.

11. Manter-se atualizado em relação às tendências e às inovações tecnológicas de sua área de atuação e das necessidades do setor/departamento;

12. Realizar despachos com a Presidência do CRCCE;

13. Executar outras atividades correlatas, por solicitação de seu gestor imediato.

(...)

Obs.: Excluídas atribuições do cargo de Assistente de Gestão.

APÊNDICE 10
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO E MATURIDADE PROFISSIONAL

(...)

Mudança de Função ou Lotação

Os funcionários que tiverem deixado de exercer função de confiança ou tiverem sido transferidos no semestre anterior à data da avaliação serão avaliados da seguinte forma:

a) Caso a transferência tenha ocorrido entre os meses de Novembro e Fevereiro, esta será efetuada pelos dois gestores em conjunto. Caso não haja consenso, caberá ao gestor atual decidir qual nota aplicar.

b) Caso a transferência tenha ocorrido entre os meses de Março e Outubro, o gestor atual fará a avaliação.

c) Os gestores que deixarem de exercer a função ou cargo de confiança no período que está sendo avaliado participará do processo como ex-gestor e não será submetido à avaliação invertida.

Periodicidade

Avaliação anual com apuração a cada 02 (dois) anos

A avaliação será composta de duas etapas realizadas anualmente e a apuração do resultado será a cada 02 (dois) anos, permitindo assim uma oportunidade de desenvolvimento para aqueles que não atinjam a meta na primeira etapa do processo.

O processo de avaliação, que início no mês de Março de cada ano e o período a ser avaliado compreenderá os meses de março a fevereiro imediatamente anteriores.

(...)

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 424, DE 22 DE MAIO DE 2020

(Disponível no portal www.crcmg.org.br)

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário do CRCMG aprovou a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Exercício de 2020, nos termos do artigo 12, inciso VI, do Regimento Interno do CRCMG e inciso III, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei n.º 4.320/1964, conforme o quadro abaixo:

REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA EXERCÍCIO DE 2020 (EM REAIS)

6.3.1	DESPESAS CORRENTES		30.988.355,00
6.3.1.1	Pessoal e Encargos	13.449.310,00	
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços	11.053.063,00	
6.3.1.4	Financeiras	359.000,00	
6.3.1.5	Transferências	160.000,00	
6.3.1.6	Tributárias e Contributivas	5.848.902,00	
6.3.1.9	Outras Despesas Correntes	118.080,00	
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL		1.498.645,00
6.3.2.1	Investimentos	1.498.645,00	
	TOTAL		32.487.000,00

RECURSOS UTILIZADOS:

Anulações parciais e/ou totais de diversas rubricas de despesas..... R$ 316.000,00

MAURO BENEDITO PRIMEIRO
Gerente de Contabilidade

ROSA MARIA ABREU BARROS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 21 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação da data de vencimento da anuidade de Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas para o exercício de 2020 junto ao CREF7/DF e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 7ª REGIÃO, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme o inciso IX do art. 40, do Estatuto do CREF7;CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.197/2010, que fixa limites para o valor das anuidades devidas ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Educação Física;CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.514/2011, que trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral; CONSIDERANDO as dificuldades geradas pelo isolamento social e a impossibilidade de trabalho pelos Profissionais de Educação Física, em decorrência da pandemia de covid-19;CONSIDERANDO o disposto no artigo 19, do Estatuto do CREF7;CONSIDERANDO, finalmente, a deliberação da Diretoria do CREF7/DF, em sua reunião de 13 de maio de 2020, ad referendum do Plenário do CREF7; resolve:

Art. 1º - Fica prorrogado para 30 de junho de 2020 o vencimento das anuidades do CREF7/DF para PESSOAS FÍSICAS e PESSOAS JURÍDICAS, no ano de 2020, nos valores respectivamente fixados na Resolução nº 099/2019, sem incidência de desconto ou penalidade.

Art. 2º - Para pagamento após 30 de junho de 2020, será concedido o parcelamento em boleto bancário, em até 06 (seis) vezes, acrescido de juros, multa e correção monetária, de acordo com estabelecido na Resolução 099/2019 do CREF7/DF.Parágrafo único. Ficam prorrogados os vencimentos dos parcelamentos vigentes, a contar da data prevista no artigo 1º.

Art. 3º - Os pedidos de baixa de registro que forem protocolizados no CREF até 30 de junho do ano corrente, ficarão isentos do pagamento de anuidade do exercício em curso.

Art. 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário..

PATRICK NOVAES AGUIAR

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 113, DE 25 DE MAIO DE 2020

Dispõe sobre as medidas de prevenção e enfrentamento à COVID-19, além de outras providências acerca do expediente especial administrativo.

O Presidente do CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - CREMEPE, no uso das atribuições conferidas pela Lei n° 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1° de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto n° 44.045, de 19 de julho de 1958, publicado em 25 de julho de 1958, Decreto-Lei N° 200, de 25 de fevereiro de 1967, Lei n° 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada em 16 de dezembro de 2004 e Decreto 6.821/2009, de 14 de abril de 2009;

CONSIDERANDO a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS); tendo o Senado Federal brasileiro, através do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em virtude a grave pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO a premência da continuidade das medidas de prevenção, visando conter a propagação da pandemia, atualmente, em estágio transmissão de forma comunitária;

CONSIDERANDO o combativo enfrentamento da pandemia e a continuidade das medidas efetivas de ordem restritiva, sendo ordinariamente frequente a circulação de pessoas no âmbito físico do Regional;

CONSIDERANDO a Resolução CFM nº 2.275/2020 que altera a Resolução CFM nº 2.145/2016 que aprovou o Código de Processo Ético-profissional (CPEP) e a Resolução CFM nº 2.234/2019, que dispõe sobre a tramitação eletrônica da sindicância, do processo ético-profissional e do procedimento administrativo para apuração de doença incapacitante do médico, do processo-consulta, da proposta de resolução e da proposta de recomendação no âmbito dos Conselhos Federal e Regionais de Medicina;

CONSIDERANDO que a Circular CFM 102/2020 e a Portaria CFM 91/2020 prorrogam por mais 30 dias os prazos processuais nos PEPs e Sindicâncias, bem como as audiências, atos instrutórios e sessões de julgamento presenciais no âmbito daquele CFM e dos CRMs;

CONSIDERANDO, finalmente o deliberado em Reunião de diretoria do dia 22/05/2020;, resolve:

Art. 1º. Determinar a prorrogação da suspensão das atividades do CREMEPE, na Sede e Delegacias Regionais, até 20 de junho de 2020, podendo sofrer nova prorrogação conforme a necessidade das medidas de enfrentamento à COVID-19.

II - O expediente especial administrativo na Sede terá horário de funcionamento de segunda à sexta-feira, das 9h às 15h.

III - O expediente especial administrativo para as Delegacias Regionais de Caruaru, Petrolina, Serra Talhada e Araripina, será diariamente das 09h às 15h.

Art. 2º - As câmaras de sindicâncias, sessões plenárias administrativas e reuniões administrativas internas poderão ser realizadas em ambiente eletrônico, por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real.

Parágrafo primeiro - As normas procedimentais para realização das sessões das câmaras de sindicância são as definidas por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real são as definidas na Resolução CFM nº 2.234/2019;

Parágrafo segundo - Na hipótese de aprovação instauração de PEP cumulada com proposta de interdição cautelar, esta será remetida e apreciada em sessão plenária realizada por meio de videoconferência ou outro recurso tecnológico de transmissão de sons e imagens em tempo real nos moldes das plenárias administrativas previstas no caput.

Art. 3º. Os casos omissos serão decididos pela Diretoria.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos à 22/05/2020.

MARIO FERNANDO DA SILVA LINS

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL

RESOLUÇÃO Nº 97, DE 8 DE MAIO DE 2020

Altera a Resolução CRMV-MS nº 054, de 14 de agosto de 2014, que dispõe sobre a solenidade de entrega da Carteira de Identidade Profissional.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - CRMV-MS, no uso da competência que lhe confere a Lei n. 5.517, de 23 de outubro de 1968, o Decreto n. 64.704, de 17 de junho de 1969, a Lei n. 5.550, de 04 de dezembro de 1968, a Resolução CFMV n. 926, de 13 de novembro de 2009,

CONSIDERANDO, que o marco inicial da vida profissional do Médico Veterinário e do Zootecnista é a sua inscrição junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária da jurisdição onde irá atuar;

CONSIDERANDO que, em respeito ao disposto no inciso XIII, art. 5º, da Constituição Federal, o exercício da Medicina Veterinária e da Zootecnia só é autorizado aos portadores de cédula profissional expedida pelo Sistema CFMV/CRMV;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade de apresentação da carteira profissional para prestação de serviço ou desempenho de função da Medicina Veterinária e da Zootecnia, porquanto, além de servir como documento de identificação, goza de fé pública;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das especificidades das solenidades de entrega das carteiras de identidade decorrentes de inscrição primária, secundária ou transferência e hipóteses de dispensa de comparecimento;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CRMV/MS quando da 4ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 08 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º - Revogar os §§1° e 2° do art. 2° da Resolução CRMV-MS n°054/2014, alterando o referido artigo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 2º - Quando da realização da solenidade, será proferida palestra de orientação sobre temas éticos pertinentes ao exercício profissional. "

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RODRIGO BORDIN PIVA
Presidente do Conselho

JONAS DE SOUZA CAVADA
Secretário-Geral

